

# Cidade (in)defesa



ISSN 1646-1762

**N.º 13 2018**

IHA | INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – NOVA





## Revista de História da Arte N.º 13 2018

### Ficha Técnica

#### DIRECÇÃO (NOVA/FCSH)

Joana Cunha Leal  
Alexandra Curvelo  
Margarida Brito Alves  
Pedro Flor

#### COORDENAÇÃO CIENTÍFICA – RHA N.º 13

Margarida Tavares da Conceição (IHA/NOVA/FCSH)  
Renata Araujo (CHAM/NOVA/FCSH; UALG)

#### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Margarida Tavares da Conceição  
Ana Paula Louro

#### ARBITRAGEM CIENTÍFICA

Alice Santiago Faria (CHAM/NOVA/FCSH)  
André Teixeira (CHAM/NOVA/FCSH)  
Angelo Bertoni (IUAR/Aix-Marseille Université)  
Antonio Bravo-Nieto (UNED Melilla)  
Eliana Sousa Santos (CES/UC; ISCTE-IUL)  
Catarina Almeida Marado (CES/UC; UALG)  
Émilie d’Orgeix (Université Bordeaux Montaigne)  
Fernando Cobos-Guerra (MUR - Universidad Alfonso X)  
Francisco Barata Fernandes (FAUP)  
Giuliana Mazzi (Università degli Studi di Padova)  
Helder Carita (IHA/NOVA/FCSH)  
Isabelle Warmoes (Musée des Plans-reliefs, Paris)  
Joana Cunha Leal (IHA/NOVA/FCSH)  
João Carlos Garcia (FLUP; CIUHCT/UL)  
João Matos (Universidade de Évora)  
José Ramón Soraluze Blond (Universidad da Coruña)  
Marco Giorgio Bevilacqua (Università di Pisa)  
María Cruz Villalón (Universidad de Extremadura)  
Maria Helena Barreiros (Câmara Municipal de Lisboa)  
Marino Viganò (Direttore Fondazione Trivulzio, Milano)

Mário Barroca (FLUP)

Marta Macedo (ICS/UL)

Nuno Senos (DHA/NOVA/FCSH)

Pedro Luengo Gutiérrez (Universidad de Sevilla)

Pieter Martens (Vrije Universiteit Brussel)

Rafael Moreira (CHAM/NOVA/FCSH)

Raquel Henriques da Silva (IHA/NOVA/FCSH)

Ricardo Agarez (Universidade de Évora)

Richard Rodgers (University of Edinburgh)

Sidh Losa Mendiratta (CES/UC; Universidade Lusófona Porto)

Valeria Manfrè (Universidad de Valladolid)

Walter Rossa (Universidade de Coimbra)

Zoltán Biedermann (University College London)

#### REVISÃO DO INGLÊS

Kennis Translations

#### EDIÇÃO

Instituto de História da Arte (NOVA/FCSH)

#### CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

José Domingues

#### ISSN

1646-1762

#### © COPYRIGHT 2018

Autores e Instituto de História  
da Arte (NOVA/FCSH)

#### © FOTO DE CAPA

Ambrosio Borsano, *Vista de la Ciudad de Gerona con sus  
fuertes a la montaña*, 1687 (BNE)

#### © FOTO DE CONTRA-CAPA

Juan José Ordovás, *Plano de la Plaza de Cartagena y su  
Arcenal*, 1799 (AGM-M)

### Agradecimentos

*A todos os autores e árbitros científicos cuja contribuição tornou possível esta  
publicação, assim como a todas as instituições que cederam os direitos de  
reprodução das imagens.*



## Cidade (in)defesa

N.º 13 2018

Instituto de História da Arte  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa

### **Edição**

Instituto de História da Arte

## abreviaturas

**ADN** Archives Départementales des Alpes-Maritimes, Nice **AGM-M** Archivo General Militar, Madrid **AGS** Archivo General de Simancas **AHMP** Arquivo Histórico Municipal do Porto **AML** Arquivo Municipal de Lisboa **AMN** Archives Municipales de Nice **ANK** National Archives, Kerkyra/Corfu **ANTT** Arquivo Nacional da Torre do Tombo **ASF** Archivio di Stato di Firenze **ASGO** Archivio di Stato di Gorizia **ASV** Archivio di Stato di Venezia **BA** Biblioteca da Ajuda **BMC** Biblioteca del Museo Correr, Venezia **BN-B** Biblioteca Nacional, Brasil **BNCF** Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze **BNE** Biblioteca Nacional de España **BNP** Biblioteca Nacional de Portugal **BPE** Biblioteca Pública de Évora **BPMP** Biblioteca Pública Municipal do Porto **CES/UC** Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra **CHAM** Centro de Humanidades **CIUHCT/UL** Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Universidade de Lisboa **CML** Câmara Municipal de Lisboa **DGPC** Direcção Geral do Património Cultural **DHA** Departamento de História da Arte **FAUP** Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto **FCG** Fundação Calouste Gulbenkian **NOVA/FCSH** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa **FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia **FLUP** Faculdade de Letras da Universidade do Porto **GDSU** Gabinetto dei Disegni e delle Stampe degli Uffizi **IAOO** Istoricheskiy Arkhiv Omskoy Oblasti **ICS/UL** Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa **IHA** Instituto de História da Arte **ISC** Instituto Industrial e Comercial de Lisboa – Instituto Superior do Comércio **ISCTE-IUL** ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa **IST** Instituto Superior Técnico **IUAR** Institut d’Urbanisme et Aménagement Régional, Aix-Marseille Université **JOP** Junta das Obras Públicas, Porto **RGADA** Rossiyskiy Gosudarstvenniy Arhiv Drevnih Aktov, Moscovo **UALG** Universidade do Algarve **UNED** Universidad Nacional de Educación a Distancia •



<b>Editorial</b>	<b>7</b>
Margarida Tavares da Conceição e Renata Araujo	
<b>Entrevista com Leonardo Lippolis</b>	<b>17</b>
Conduzida por Margarida Tavares da Conceição e Renata Araujo	
<b>DOSSIER - CIDADE (IN)DEFESA</b>	
<b>Opere militari e difese popolari. La politica veneziana in Friuli e la protezione delle popolazioni rurali alla fine del XV secolo</b>	<b>27</b>
Carlo Nicotra	
<b>La città e la fortezza: il caso di Arezzo e delle fortificazioni aretine tra Cinque e Seicento</b>	<b>47</b>
Maria Teresa Pepe	
<b>Mascate, cidade ou território: para uma interpretação da sua defesa ao tempo português</b>	<b>69</b>
Ana Lopes, Jorge Correia	
<b>Goa, uma perspectiva territorial de defesa (1510-1660)</b>	<b>91</b>
Nuno Lopes, Vítor Rodrigues	
<b>Paisajes urbanos modernos de la frontera galaico-portuguesa. La fortificación de las villas y ciudades en el siglo XVII</b>	<b>115</b>
Rebeca Blanco-Rotea	
<b>Count P. Shuvalov's 1760 Instruction on designing fortresses on defensive lines in East Siberia: between prescription and flexibility</b>	<b>141</b>
Daria Shemelina	
<b>La imagen versátil de la ciudad fortificada. Cartografía fantaseada hispánica en los siglos XVI-XVIII</b>	<b>159</b>
Juan Miguel Muñoz Corbalán	
<b>Building and dismantling the stronghold of Corfu in the span of three centuries</b>	<b>203</b>
Guido Zucconi	
<b>The soldier, the king, the gardener and the tourist: how the castle, fortifications and walls of Nizza/Nice became a touristic site (1821-1888)</b>	<b>221</b>
Sergio Pace	
<b>VARIA</b>	
<b>Chão sagrado, chão profano. O <i>Sítio das Francesinhas</i> – um caso de estudo de evolução urbana em Lisboa (1667-2017)</b>	<b>247</b>
Hélia Silva, Rita Mégre, Tiago Borges Lourenço	
<b>A relação de duas novas ruas com duas antigas defesas (do Porto)</b>	<b>269</b>
Filipe de Salis Amaral	

## RECENSÕES

Lídia Fernandes, Jacinta Bugalhão e Paulo Almeida Fernandes, coord. <i>Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos em Lisboa.</i> Miguel Monteiro de Barros	286
Alicia Cámara, ed. <i>El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica. Siglos XVI-XVIII.</i> Daniela Nunes Pereira	289
Helder Carita. <i>A casa senhorial em Portugal.</i> Nuno Senos	294
NOTÍCIAS	299

A cidade define-se, por princípio, como alteridade, como diferença. É a obra humana por excelência que se destaca da natureza, que dela se isola. A suposição da defesa é inerente à própria ideia do urbano. A ritualização do nascimento da cidade implica antes de tudo marcar o recinto da sua defesa simbólica, a que se deve seguir a construção efectiva dos seus muros. Na Idade Média, a própria definição da cidade exige a muralha. Mas é na modernidade que a especulação sobre a defesa das cidades atinge o seu ápice. A defesa é teorizada nos tratados e testada nas fortificações. Ao longo da Idade Moderna a guerra vai-se convertendo num exercício de defesa extrema, de resistência aos cercos. Até chegar o momento da absoluta inoperância das cercas de qualquer espécie. A cidade contemporânea afirma-se literalmente *fuori mura*. Contudo, a urbanidade cosmopolita, supostamente aberta, é também em potência fechada.

Este número da *Revista de História da Arte* tem por tema a *Cidade (in)defesa*. Queríamos, com esta fórmula condensada, chamar deliberadamente a atenção para a ambiguidade, desde sempre presente no urbano, entre o genuíno desejo de defesa e a impossibilidade de a alcançar plenamente. Neste sentido, convocámos os autores deste número 13 a pensar a cidade sempre *en garde*.

A maioria dos artigos analisa quer a complementaridade intrínseca, quer a tensão latente, que existe entre a cidade (e o território) e a sua fortificação, em especial durante a Idade Moderna. O artigo de Carlo Nicotra coloca-nos no começo deste processo. Apresenta-nos a instabilidade das fronteiras da república veneziana no século XV diante da ameaça turca que é, neste contexto, literalmente interiorizada,



nas campinas da região friulana e balcânica. O inimigo essencial, que define a Europa da primeira modernidade, põe em evidência a debilidade dos núcleos urbanos da região, obrigando a população a fugir para o campo e deitar mão a formas arcaicas de defesa de raiz alti-medieval. A disseminação pelo território como defesa primária nega a própria concentração do urbano, que se expõe no auge da sua fragilidade. No final do século XV e início do XVI, faz-se então Gradisca, a cidade nova “anti-turca”, que surge aqui como a pedra de toque, como ensaio e antecedente da própria Palmanova, o ícone da cidade fortificada, que se construirá no final do século XVI no Vêneto.

Mas, mesmo com o envolvimento de Leonardo da Vinci, Gradisca não alcançou os resultados esperados e caiu, sintomaticamente, já não na mão dos turcos, mas dos Habsburgos. O que repõe a questão da instabilidade de todas as fronteiras na Península Itálica durante os séculos XVI e XVII, a que o artigo de Maria Teresa Pepe alude, abordando Arezzo, enquanto “fronteira” de Florença e da sua ambição em dominar toda a Toscana.

Pepe dá-nos a ver Arezzo como palco de conflitos e ajustamentos entre os diversos intervenientes da sua transformação. Anuncia a convergência para o binómio príncipe e arquitecto que caracteriza a Idade Moderna, chamando contudo a atenção para os muitos vínculos que se estabelecem com as práticas anteriores. Apresenta o ambiente de discussão e a noção de *edilizia publica*, que move quer as magistraturas locais e o patriciado, quer a administração florentina. Aponta sobretudo o papel do engenheiro-arquitecto que se destaca pela sua perícia técnica, mas também pela participação no ambiente de mudanças socioculturais, tornando-se o interlocutor privilegiado do príncipe. Destaca, entre outros, os Sangallo, nomes famosos e com ligações a Roma, que “disegnando e misurando tanto” empreendem uma verdadeira *renovatio urbis*. A fortificação sintetiza a *forma urbis*, tornando-a visível, apreensível. A imagem da cidade funde-se com a da sua fortificação e a cidade fortificada emerge como forma simbólica do novo tempo.

Forma esta que do outro lado do mundo é quase concomitantemente posta à prova. Da Península Itálica, passa-se para o ambiente literalmente experimental das fortificações portuguesas do Índico. Ana Lopes e Jorge Correia apresentam o caso de Mascate, no Golfo Pérsico. Ali, como em outros possíveis exemplos contemporâneos no contexto da expansão, o que estava sobretudo em causa, e era o principal objecto a defender, era menos a cidade e mais a estrutura portuária. Ou melhor, o que se defendia era não tanto a cidade, mas as cidades integradas numa rede mais vasta que as abrangia. Esta percepção alargada, que envolve o urbano e ao mesmo tempo transcende sua escala, impôs uma leitura afinada das condições paisagísticas que são integradas nos projectos de fortificação, como se evidencia nos exemplos de Mascate. Implicando também uma maior diversidade de resoluções formais adaptadas à artilharia moderna.

Aspecto que pode ser também observável no caso de Goa, estudado no artigo de Nuno Lopes e Vítor Rodrigues. Aqui se trata, sem dúvida, de fortificação do território, que não defende apenas a cidade em si, mas claramente a sua área de

inserção, de complexa geografia física. Com efeito, é esta fortificação progressiva, estabelecida concêntrica e hierarquicamente a partir da cidade, que vai construir o próprio território de Goa, associado ao sentido de capitalidade do Estado da Índia. Os procedimentos utilizados transcendem também os modelos europeus da cidade-fortificação, abrindo-se a influências mais vastas, e eventualmente mais arcaicas. São estruturas fortificadas muito diferentes entre si, na sua maioria pouco devidoras da tratadística europeia, que continuamente (re)desenham limites, convergentes com as próprias conjunturas político-militares, atingindo o carácter de “sistema defensivo”, com características únicas no contexto das ocupações portuguesas na Ásia. Estruturas estas para as quais se atenta na sua fragilidade, propondo a sua defesa pelo conhecimento.

Chamando igualmente a atenção para a importância do (re)conhecimento das estruturas materiais de defesa, Rebeca Blanco-Rotea utiliza um método de análise próprio da arqueologia da paisagem, sugerindo a aplicação de alguns dos seus modelos teóricos ou ferramentas de análise à compreensão da paisagem urbana fortificada, seus subsistemas e unidades territoriais. Regressando ao ambiente europeu no século XVII, à fronteira galaico-portuguesa, examina paisagens complexas de uma fronteira onde a rede urbana medieval foi determinante e condicionadora das opções tomadas na Guerra da Restauração. O resultado é a percepção de um desenho que ultrapassa o limite urbano e que envolve a paisagem como um todo, implicando a identificação da fronteira materializada e construída fisicamente, da qual faziam parte estruturas fortificadas menos visíveis, mas que ainda persistem como que fossilizadas no território.

O artigo de Daria Shemelina estuda outras linhas defensivas, pensadas cerca de cem anos depois, na segunda metade do século XVIII, para as fronteiras da Sibéria Oriental, nos confins da Grande Rússia com os senhores feudais da Mongólia e da Manchúria. Aqui não se trata da materialização da fronteira, mas da sua literal idealização. Um importante general em São Petersburgo escreve instruções destinadas aos engenheiros para criar linhas de defesa prevendo a construção de fortalezas, que reflectem uma forte influência da tratadística francesa e germânica. Nas instruções, que se fazem acompanhar por desenhos, o general tenta prever todas as hipóteses possíveis para as mais diversas situações geográficas, num exercício que, apesar de evocar o pragmatismo e a flexibilidade, revela sobretudo a tentativa utópica de controlar uma realidade desconhecida e muito remota.

O artigo de Juan Miguel Muñoz Corbalán evidencia o mesmo sentido de extrapolação da ideia da defesa contida na fortificação para uma manipulação da imagem, tanto das cidades, como das fortificações e de outras representações de posse do território, que são veiculadas sobretudo por alguma cartografia que se deixa contaminar pela deriva irrealista ou pela deliberada fantasia. Com efeito, a versatilidade da imagem cartográfica sempre a colocou entre o apelo visual directo da verosimilhança, herdado da perspectiva e a codificação progressiva da representação de base geométrica, vinculada a uma cultura matemática e a uma ideia de eficácia e rigor. A exploração deste potencial da própria imagem cartográfica e dos efeitos

de desenho inserem-se no quadro da cultura barroca. Mas a ênfase, por um lado, e o esvaziamento, por outro (a par da sucessiva ineficácia dos próprios sistemas fortificados) conduzem à dissolução do ícone urbano fortificado, que se lê ou como vazio coroado, ou como inútil coroa.

O caso de Corfu, abordado no artigo de Guido Zucconi é neste aspecto, exemplar. A ilha jônica fortificada à moderna pelos melhores especialistas da Sereníssima, ainda por causa dos otomanos, é transformada no século XIX em efêmera capital do protectorado britânico. Oscilando entre o estatuto militar ainda patente na evocação oficial e a manifesta vivência e imaginário civil da capital, a cidade assiste à progressiva reconversão de seus espaços e edifícios, cujo epítome é a transformação do vazio militar da *spianata* que se converte na *esplanade* do lazer civil e centro da representação urbana. O processo completa-se, já no momento de passagem à Grécia, com a demolição das defesas externas remanescentes. No momento em que desaparece a representação da defesa, a cidade dispensa os seus muros visíveis abrindo-se primeiro à expansão urbana e depois, já no século XX, ao turismo.

Em Nice, como aponta o artigo de Sergio Pace, o turista substituiu o soldado ainda mais cedo. Embora o termo não seja totalmente apropriado para os *hivernants* da primeira década do século XIX, são eles, ou antes é o seu olhar e a sua vivência, que fazem desaparecer o antigo porto fortificado do ducado de Sabóia e do reino da Sardenha, transmudando-o no centro da Riviera Francesa. A cidade transforma-se efectivamente no passeio dos ingleses. Convertem-se as fortificações da frente marítima em *promenades* e o castelo em cascatas e jardins, que servem para ver o mar e para ouvir a “artilharia das ondas”. Nice é o *belvedere* panorâmico que permite desfrutar da espectacular vista do Mediterrâneo. A cidade é uma espécie de extra na singular paisagem, onde é preciso cuidar do conforto e da segurança dos visitantes.

A metamorfose do porto fortificado que se transforma em paraíso de férias, esvaziando de certo modo o conteúdo urbano da vivência quotidiana que se dissolve numa fantasia lúdica, é uma imagem expressiva que conduz ao questionamento sobre os processos de mutação da cidade na contemporaneidade. Questionamento este que pedimos a Leonardo Lippolis para partilhar connosco, na acutilante entrevista que abre este número, que queremos desde logo agradecer.

Tal como agradecemos a todos os autores que colaboraram neste número com os seus artigos, para o *Dossier* e para a *Varia* (que traz um artigo de Hélia Silva, Rita Mégre e Tiago Lourenço sobre Lisboa e outro de Filipe de Salis Amaral sobre o Porto) e para as *Recensões* (Miguel Monteiro de Barros, Daniela Nunes Pereira e Nuno Senos). E igualmente agradecemos a todos os revisores, responsáveis pela arbitragem científica dos artigos. A todos se deve esta revista. Muito obrigada.

**Margarida Tavares da Conceição**  
**Renata Araujo**



# Editorial

**T**he city is, by definition, alterity, difference. It is the human accomplishment par excellence, standing out from nature, isolating itself from it. The presumption of defence is inherent to the very idea of the urban. The rite of the city's birth implies first tracing its symbolic defence precincts, followed by the effective building of its walls. In the Middle Ages, the very definition of a city required a wall. But it was in the early modern period that speculation about the city's defences reached its zenith. Defences were theorised in treatises and tested in fortifications. Throughout the early modern period, war became an exercise in extreme defence, in siege resistance, until the time came for the absolute inoperability of any kind of city walls. The contemporary city stands literally *fuori mura*. Yet cosmopolitan urbanity, supposedly open, is also potentially closed.

This issue of the *Revista de História da Arte* has as its theme the *Defence(less) city*. With this condensed formula, we wanted to deliberately draw attention to the ambiguity, always present in the urban, between the genuine desire for defence and the impossibility of fully achieving it. With this in mind, we called upon the authors of issue number 13 to think about the city *en garde*.

Most of the articles examine both the intrinsic complementarity and the latent tension between the city (and the territory) and its fortification, especially during the early modern period. The article by Carlo Nicotra places us at the beginning

of this process. It presents the instability of the borders of the Venetian republic in the fifteenth century, facing the Turkish threat. In this context, defence was literally internalised in the meadows of the Friulian and Balkan regions. The essential enemy, which defined the Europe of the early modern period, laid bare the weakness of urban settlements in the region, forcing the population to flee to the countryside and to resort to archaic forms of defence with early medieval roots. This phenomenon of spreading through the territory as a primary form of defence denied the very concentration of the urban, which was exposed at the height of its fragility. At the end of the fifteenth and beginning of the sixteenth centuries, Gradisca, the new 'anti-Turkish' city, emerged as a touchstone, an essay and antecedent of Palmanova itself, the icon of the fortified city, built by the end of the sixteenth century in the Veneto.

Nonetheless, even with the involvement of Leonardo da Vinci, Gradisca did not achieve the expected results and fell, no longer in the hands of the Turks, but of the Habsburgs. This again revealed the instability of all frontiers in the Italian Peninsula during the sixteenth and seventeenth centuries, to which the article by Maria Teresa Pepe alludes, addressing Arezzo as the 'frontier' of Florence and calling attention to its ambition to dominate Tuscany.

Pepe shows Arezzo to have been the scene of conflicts and adjustments between the various actors/stakeholders in its transformation. The convergence with the prince-and-architect binomial model defined in the early modern age is set forth, while also drawing attention to the many bonds established with previous practices. The atmosphere of discussion and the notion of *edilizia pubblica*, which informed both the local magistrate, the patriciate and the Florentine administration, are presented. In particular, Pepe highlights the role of the engineer-architect, notable for both his technical expertise and his participation in socio-cultural change, becoming the privileged interlocutor of the prince. Among others, she points out the Sangallo, famous names with connections to Rome, who, '*disegnando e misurando tanto*', undertook a real *renovatio urbis*. The fortification synthesised the *forma urbis*, making it visible, apprehensible. The image of the city merged with its fortification, and the fortified city arose as a symbolic shape of the new time.

Almost at the same time, this urban shape was being put to the test on the other side of the world. From the Italian Peninsula, one goes to the literally experimental setting of the Portuguese fortifications in the Indian Ocean. Ana Lopes and Jorge Correia present the case of Muscat in the Persian Gulf. As in other contemporary examples in the same context, the main object for defence was less the city than the harbour structure. In other words, what was being defended was not so much the city, but the wider network of cities that encompassed it. This broader perception, which involves the urban yet also transcends its scale, imposed a finely tuned reading of the landscape conditions integrated into the fortification projects. It

also implied a greater diversity of formal solutions adapted to modern artillery, as evidenced by the Muscat examples.

This feature can also be observed in the case of Goa, studied in the article by Nuno Lopes and Vítor Rodrigues. Here the fortification was undoubtedly territorial, defending not only the city itself, but also its area of insertion, with complex physical geography. In fact, it was this progressive fortification, established concentrically and hierarchically from the city, that would structure the territory of Goa, which was associated with the status and meaning of capital of the State of India. The procedures used also transcended the European models of the city-fortress, opening up to influences from further afield. This meant fortified structures that were very different from each other, most of them a far cry from the dictates of European treatises, instead continuously (re)designing limits according to political and military expediency, and thus evolving into a 'defensive system' that boasted unique characteristics within Portuguese positions in Asia. The article shows the current fragility of these structures, revealing the nature of their defence through accurate knowledge.

The relevance of material structures surveying is also stressed by Rebeca Blanco-Rotea, who concentrates on a method of analysis peculiar to landscape archaeology and suggests the application of some of its theoretical models and analysis tools to the understanding of the fortified urban landscape, its subsystems and territorial units. Looking at seventeenth century Europe, and the Galicia–Portugal border in particular, she examines complex landscapes where the medieval urban network was the determining factor, informing the options taken during the Restoration War. The result is the perception of a design that goes beyond the urban boundary and involves the landscape as a whole, implying the identification of the material or physical border, which included less visible fortified structures that still persist, as though fossilised in the territory.

Daria Shemelina's article studies defensive lines about a hundred years later, in the second half of the eighteenth century, on the borders of eastern Siberia and the limits of Greater Russia with of the feudal lords of Mongolia and Manchuria. Here it is not a question of the materialisation of the frontier, but of its literal idealisation. An important general in St. Petersburg instructed engineers to create defensive lines, envisaging the construction of fortresses, which reflect the strong influence of French and German treatises. In the detailed instructions following the drawings, the general tried to foresee all possible hypotheses for the most diverse geographical situations, in an exercise which, despite evoking pragmatism and flexibility, ultimately reveals a utopian attempt to control a reality unknown and remote.

The article by Juan Miguel Muñoz Corbalán also extrapolates from the idea of defence contained in fortification in order to manipulate an image of cities, fortifications and other representations of territorial possession, which are transmitted



mainly by maps contaminated by unrealistic drift or deliberate fantasy. In fact, the versatility of the cartographic image has always placed it somewhere between the direct visual appeal of verisimilitude, inherited from the perspective and progressive coding of geometric representation, linked to a mathematical culture, and an idea of efficiency and accuracy. Exploring the potential of the cartographic image itself and pinpointing its effects reveals part of the Baroque cultural framework. However, emphasis, on the one hand, and deflation, on the other (along with the growing ineffectiveness of the fortified systems), lead to the dissolution of the fortified urban icon, which is read as a ringed emptiness or as a useless ring.

The case of Corfu, addressed in the article by Guido Zucconi, can serve as an example in this respect. The Ionian island, having been fortified by the finest specialists of the *Serenissima*, again because of the Ottomans, was transformed in the nineteenth century into the ephemeral capital of the British protectorate. Balanced between the military status still evident in the official evocation, civilian experience and imagery of the capital, the city witnesses the progressive reconversion of its spaces and buildings, whose epitome is the transformation of the military emptiness of the *spianata* to become the *esplanade* of the civil leisure and centre of urban representation. Following the island's integration into Greece, the process was completed by the demolition of the remaining external defences. At the moment that the representation of the defence disappeared, the city dispensed with its visible walls, opening first to the urban expansion and then, in the twentieth century, to tourism.

In Nice, as Sergio Pace's article points out, the tourist replaced the soldier even earlier. Although the word is not entirely appropriate for the *hivernants* of the first decade of the nineteenth century, they (or rather their look and their experience) made the old fortified harbour of the Duchy of Savoy and the Kingdom of Sardinia recede into the background, with the area becoming the centre of the French Riviera. The city was effectively transformed into an English promenade. The fortifications of the seafront were converted into walkways, and the castle into waterfalls and gardens, allowing visitors to gaze down on the sea and hear the 'artillery of the waves'. Nice became a panoramic *belvedere* for enjoying the spectacular view over the Mediterranean. The city is a kind of extra in the singular landscape, given over to ensuring the visitor's comfort and security.

The metamorphosis of the fortified harbour that turns into a vacation paradise, somehow draining out the urban content of daily life, here dissolved into a playful fantasy, is an expressive image that leads to an examination of the way in which the contemporary city mutates. We asked Leonardo Lippolis to share his questioning with us through the keen interview that opens this issue, for which we are truly grateful.

Indeed, we would like to thank all of the authors who contributed articles to this issue, for the *Dossier* and for *Varia* (which includes an article by Hélia Silva, Rita

Mêgre and Tiago Lourenço about Lisbon and another by Filipe de Salis Amaral about Oporto), and for the book reviews (Miguel Monteiro de Barros, Daniela Nunes Pereira and Nuno Senos). We are also indebted to all of the referees responsible for the scientific peer review of the articles. This journal was only made possible through their work. Thank you.

**Margarida Tavares da Conceição**  
**Renata Araujo**



LEONARDO LIPPOLIS

**L**eonardo Lippolis (Génova, 1974) é professor e historiador da arte. Tem trabalhado e escrito sobre os cruzamentos entre o espaço urbano, a arte e os movimentos revolucionários, interessando-se em especial pelas vanguardas históricas e pela experiência situacionista. Entre as suas publicações destacam-se: *Urbanismo unitario. Antologia situazionista* (Torino: Testo & Immagine, 2001); *La nuova Babilonia. Il progetto architettonico di una civiltà situazionista* (Milano: Costa & Nolan, 2007); *Viaggio al termine della città* (Milano: Eleuthera, 2009) e *La rivoluzione delle avanguardie* in P.P. Poggio, *L'altronovecento. Comunismo eretico e pensiero critico vol. I, L'età del comunismo sovietico. Europa 1900-1945* (Milano: Jacabook, 2010).

Foi a leitura do livro *Viaggio al termine della città*, editado em português com o título *Viagem aos confins da cidade – a metrópole e as artes no Outono pós-moderno (1972-2001)* (Lisboa: Antígona, 2016) que suscitou a vontade de conduzir esta entrevista. Uma “viagem” que reflete os limites do urbano e a dissolução da cidade contemporânea,

questionada a partir da arte e em especial da literatura e do cinema. A cronologia em questão situa-se entre duas derrocadas (tanto reais quanto simbólicas): a implosão do complexo norte-americano de habitação social conhecido por Pruitt-Igoe (1972) e a destruição terrorista das Twin Towers (2001), ambos acontecimentos televisionados em tempo real. A principal intenção foi interrogar o lugar do urbano hoje, entre violência e segurança. A cidade precisa de defesas ou de ser defendida?

**L**eonardo Lippolis (Genoa, 1974) is a teacher and art historian. He has worked on and written about the intersections between urban space, art and revolutionary movements, and is particularly interested in historical avantgarde movements and the Situationist experience. His publications include *Urbanismo unitario. Antologia situazionista* (Turin: Testo & Immagine, 2001); *La nuova Babilonia. Il progetto architettonico di una civiltà situazionista* (Milan: Costa & Nolan, 2007); *Viaggio al termine della città* (Milan: Eleuthera, 2009) and *La rivoluzi-*

*one delle avanguardie* in P. P. Poggio, *L'altronovecento. Comunismo eretico e pensiero critico vol. I, L'età del comunismo sovietico. Europa 1900-1945* (Milan: Jacabook, 2010).

Reading the book *Viaggio al termine della città*, published in Portuguese under the title *Viagem aos confins da cidade – a metrópole e as artes no Outono pós-moderno (1972-2001)* [Travel to the ends of the city – the metropolis and the arts in the Post-Modern Autumn] (Lisbon: Antígona, 2016), led us to conduct this interview found here. In this case, he undertakes a ‘journey’ that reflects the limits of the urban and the dissolution of the contemporary city, taking the arts, and literature and cinema in particular, as his starting point. The chronology in question lies between two overthrows (real and symbolic): the implosion of the American social housing complex known as Pruitt-Igoe (1972) and the terrorist destruction of the Twin Towers (2001), both televised in real time. Our main intention was to interrogate the place of the urban today, between violence and security. Does the city need defences or to be defended?



## COM LEONARDO LIPPOLIS

---

CONDUZIDA POR MARGARIDA TAVARES DA CONCEIÇÃO E RENATA ARAUJO

---

# Entrevista

RHA – At the beginning of the book, you cite Italo Calvino's *Invisible Cities*, which suggests the viewpoint of someone perceiving a loss that is both inescapable and paradoxical. It seems as though we, the “ultra-urban” beings of today, will be the ones to witness the end of the organism in which we live. In this sense, can the “journey to the end of the city” be read as engaging with the conceptual boundaries, the limits of the urban notion itself?

LL – I think that's right, the city will no longer be the one we are familiar with, I think there's any doubt about that. Calvino wrote *Invisible Cities* in 1972 and I chose a quote from it partly because this coincidence of time is not a matter of chance. In 1972 Calvino, the Situationist International and others, all coming from very different angles, foresaw the death of the traditional city, and it is obvious that the rapid changes of subsequent years can only have aggravated this prospect. Besides, my book, which is around ten years old now, stops at 2001, which I chose as the historical end point of my research because of the symbolic value of the Twin Towers. Almost another twenty years have passed by since 2001 and there's nothing to indicate that there's likely to be a reversal of the trend as regards the key factors in those changes. Those conceptual city boundaries, I believe, have already been crossed by the visionary capacity and intellectual acuity of some of the period's discerning analysts. Let's not forget that Louis Chevalier wrote *The Assassination of Paris* in 1968. These days those prophetic views are becoming clear to everyone, they're almost clichés, because in fact we are all inhabiting an urban environment that is completely new and has yet to be analysed in any innovative way. I think that such an analysis, as is so often the case, won't come from architects and urban planners, but from poets, writers, film makers and theorists of one sort or another. Myself, I don't have the critical apparatus to offer an analytical interpretation of what's happening, partly because you'd need to travel a lot to see it with your own

eyes, but I can still feel how rapid the changes are and how the ground under the analyst's feet keeps shifting.

RHA – Going back in time, the city took shape first of all as a citadel, a sanctuary (walls and boundaries) that in a sense also represented salvation from primitive violence (as evoked by founding myths). But the *polis* is also a place of politics and a space where the community of citizens finds representation and freedom. Don't you think that the duality of physical safety and citizens' freedom has always been part of the city's defining matrix?

LL – Yes, in a historical sense. In the Middle Ages “the air of the city brought freedom” because it liberated the peasants from the chains of servitude and dependence to which they were subjected in the countryside, and because its walls offered protection. Physical security and freedom went hand in hand. Now I'd say that the nature of the discussion has changed. Historically, in the pre-modern era, the city offered liberation from the oppressive ties of tradition and closed communities, but with the advent of capitalism it has increasingly become an instrument of its own processes of alienation, culminating in our present times, when it has lost not only its walls but its very boundaries, its *limes*, and the dual sense of protection and freedom has disappeared. The function of the sacred has been assumed by the new temples to consumerism, the shopping malls (as Ballard pointed out). The heart of the city has lost its purpose as a place to live and has been reduced to a cold administrative centre, or a tourist shop window, and freedom has been replaced by anonymity. Isolation, the dismantling of social ties, the destruction of neighbourhoods, the death of the high street: the city's charter has been redefined by this temporal process that is destroying urban life. The whole organisation of urban space conspires to negate the historical nature of the city as a place of encounters and possibilities. The sequence of random anonymous spaces and the decline of public spaces, seen as dangerous places that must be avoided, have turned our cities into dead cities, places where individuals are condemned to isolation, reclusiveness, and reciprocal surveillance. Physical safety and freedom have become over-abused words, nothing more than electoral propaganda slogans, the inverse of the noble meaning they had in the past.

RHA – In any event, as far as the Ancient Greeks were concerned, such an equilibrium implied a balanced urban dimension. Does that mean that the modern megalopolis, which has grown so big that its boundaries have disappeared, is in principle barbaric?

LL – To follow on from what I said earlier, yes, I believe so. Migration phenomena are going to rise exponentially, as a result of the ongoing environmental catastrophe, which is the prime cause of exodus and war, as can be seen in the case of Syria:

Demolition of Pruitt-Igoe, 1972, U.S.  
Department of Housing and Urban  
Development Office of Policy Development and  
Research.



the disaster that confronts us today was triggered by a climate crisis, an exceptional drought that dried up the countryside, and forced thousands of peasants to move to the outskirts of the big cities, prompting a situation of overcrowding that then gave rise to civil war. Migrants are clearly the new barbarians, as we are reminded by daily xenophobic propaganda, and the walls that once defended cities are now the walls of Fortress Europe. As a result new barbaric forms of urban living are emerging; the Calais jungle was in fact a city, for the time being separate from the body of the great metropolises, but it's easy to imagine that in a not too distant future other jungles will grow up as peripheral extensions to the metropolises, as indeed already happens in the megalopolises of the Third and Fourth Worlds. Migratory exodus, whether within a nation, as in Syria, or coming from outside, is already the matrix of the present day. For the moment the city is still viewed, at least by us in Europe, as a system that needs to be modernized in order to neutralize these barbarisms, but it's inevitable that in a short space of time they will make an increasingly significant mark on the urban form.

**RHA** – From another point of view, fear cannot be separated from the human condition. The city is fearful, and has always been so. These days fear is unrelenting and widespread. How do you see this fear, in a diachronistic sense? To what extent has the absence of actual walls caused forms of defence and exclusion to multiply?

**LL** – I'll answer this difficult question with a tangible example, which will help to better explain this relationship between city, fear and walls. China is, across all

spheres, including city planning, the laboratory of the future. Indeed, in the Chinese megalopolises housing tens of millions of inhabitants they are experimenting with the most extreme forms of urban change.

Shoubaozhuang, Dashengzhuang and Laosanyu are three of the sixteen urban villages wedged between two industrial zones on the extreme periphery of Beijing, which in recent years has seen an influx of hundreds of thousands of immigrants from the countryside, who by day go to work in the metropolis, drawn by the economic boom, and by night return to the village to sleep. The Chinese administration has decided to seal off these villages, forcibly segregating the inhabitants, who are kept in by barriers, constantly supervised by the police who check their identity as they come in and go out, subjected to a nocturnal curfew and monitored by a video surveillance system. There is only one access point that is open twenty-four hours a day and only those who have a pass can go through it; the other gates close at 11 pm and reopen at 6 am. By day the prisoners in this town/jail can only go in and out with a pass that confirms their identity, their ethnic origin, their occupation and a telephone number. So, in the urban context, the workforce in one of the fastest developing places in the world is brutally controlled, using the rhetoric of security.

There is a flip side to the sixteen village/prisons for immigrants from the countryside: the nine satellite cities planned for the Shanghai middle classes, who are in the grip of a security neurosis caused by the continually expanding megalopolis and prefer to desert the city, taking refuge in fortified citadels constructed specifically to meet their demands. This is the project called One City, Nine Towns, devised for a million Chinese belonging to the affluent classes: ten gated communities “on a human scale”, each accommodating a maximum of a hundred thousand inhabitants, built around Shanghai by top architectural studios in Europe and the USA, each one replicating a typical European townscape. There’s a little London with a few red telephone boxes with signs in Chinese, Victorian houses and villas, a statue of Churchill and a copy of Bristol cathedral almost seventy metres high. There’s a little Paris with a replica of the Eiffel Tower, the Champs Elysées and the Arc de Triomphe. Then there’s a German Weimar Village, a little Amsterdam, Venice with navigable canals, and so on. In practice, what these cities have in common is that they are luxury dormitory towns: in the mornings they empty out their rich inhabitants, who head off to work in Shanghai, and then they are deserted all day long, patrolled only by teams of street security guards and by squadrons of underpaid immigrants who keep this human and social desert clean. While the old working-class quarters of Shanghai are razed to the ground in the name of economic growth, and age-old ways of life and social relationships are buried under the rubble, the idea of happiness in the advance of the new is clearly visible in the tidiness, geometry and silence of these still-born cities.

In my view, it is in this dichotomy between fortress and withdrawal, which affects the rich as well as the poor, that we see the tangible evidence and dissemination of an obsession with fear, as well as the demise of urban civilisation.



RHA – You quote Bauman, who held that there is no more effective form of social control than the insecurity that threatens those who are controlled. This points to a new invasive and far-reaching totalitarianism, reinforcing a paranoid dimension to security. How do you see this internalisation of control, which is paradoxically responsible for attitudes of constant exposure and vigilance, and whose price seems to be the loss of privacy?

LL – The citizen who starts to police himself is the most worrying aspect of post-modern decline. The problem is the feeling of fear and paranoia that breeds in this dynamic and feeds off it, and which could one day spill over in a worrying way. Looking at the cinema of dystopia, “The Purge” is a prophetic film (actually a series of films, since the first episode was very successful, unsurprisingly): in the near future (2022), when crime has been completely controlled and the security

Ground Zero, New York City 17 Sept. 2001. U.S. Navy photo by Chief Photographer's Mate Eric J. Tilford.



paradigm, the paranoid dimension of security, has become the matrix of ordinary life, “purge night” is introduced, twelve hours in which all laws are suspended, the police are stood down, and everyone can give free rein to their own criminal impulse and instinct for revenge, with no fear of punishment. There’s no doubt that the film is an excellent depiction of a fantasy that is attractive to millions of people, to a greater or lesser extent, but it’s the dark and desperate urban atmosphere that it evokes, in all its hyperrealism, that is the real vehicle for its message. It’s because the urban space is so familiar that the spectator perceives the dystopia as realistic. According to Letterist International, it is the setting that determines the action, and cities that are already so paranoid and desolate are bound to provoke more or less legalised “purge nights”.

On the other hand, isn’t it obvious that the culture of suspicion underpinning the spreading paranoia about security is inherent in the basic logic of functionalism, in other words in the fact that an inhabitant of the metropolis becomes suspect if he or she does something that doesn’t accord with one of the four anthropological-urbanistic doctrines of the Athens Charter? Something that has no value in the production/consumption/recreation cycle has less and less right to exist in the city; it’s not just a superfluous activity, but a forbidden activity. The request for greater security, a priority for all governments of “affluent” countries, centres precisely on the idea of making urban life even more sterile and anonymous. It is the direct consequence of the isolation forced upon individuals in cities when the organisation of space and daily life disrupts the social bonds and ways of living that were typical of the old urban fabric. It’s obvious that streets whose only purpose is shopping and which become empty as soon as the productive cycle of the day comes to an end will become inhospitable and “dangerous”, because they no longer accommodate stable social relations. A few years ago, Bob Dylan was spotted wandering in a residential quarter of New York. When a police patrol, failing to recognise him, asked him what he was doing, he answered deadpan that he was just looking around and strolling aimlessly. This simple statement was enough to put him into police custody, and he was only released when the cops discovered his identity. This small example gives a good idea of how modern cities are structured, and the increasingly limited ways in which they can be used.

**RHA – Since the 2001 terrorist attack in particular, there’s been a growing militarisation of the urban landscape and way of life. Are we moving towards fortified cities? Do digital monitoring and air surveillance represent the new paradigm of contemporary fortification?**

**LL –** Talking about 2001, I must tell you what happened less than two months before that attack in my home town, Genoa, which hosted the G8 world summit. The summit was held at the Doge’s Palace, close to the medieval centre (very sprawling, completely pedestrian and still ungentrified in many places), which was locked



down for the occasion with metal grilles three metres high, closing it off from the rest of the city for several days, so that it was only accessible to residents. As we all know, there were protests that developed into guerrilla warfare, spread through the whole city and were violently repressed by the police, resulting in the assassination of a protestor. The legacy of this fortification experiment, the normalisation of this exceptional set of circumstances, was that many small alleys in the historic centre (narrow pedestrian streets, only a few feet wide) were closed off with gates. Basically many streets where there was no commercial activity or anything that made them likely to be frequented by significant numbers of people, which would prevent them from appearing unsafe, were closed with gates and only the residents were given keys. The labyrinthine beauty of Genoa's historic centre was thus sacrificed in the name of a rhetoric of security and decline, without any public debate. This is a small but significant example of how public space is now perceived by those of us in the West. It's true that technology will allow the implementation of such archaic systems (walls, gates), responding to the need for control and security, but at the moment what I find more frightening are directives and initiatives like this one that alter and shape communal ways of life. Cities of culture are obsessed with the need to neuter any form of spontaneous social life on the part of the residents because of the image they want to sell to tourists: urban life is becoming inundated with regulations: rules that forbid eating a sandwich in the street, sitting on the steps of a church, playing football, or walking dogs. The working classes have been banished from historic centres for decades (with a few exceptions, like Naples), but now life has become impossible for all residents. In Venice, following on the heels of Barcelona, it's no surprise that we've begun to see residents protesting in various ways against this touristic exploitation of the city.

**RHA** – In your book you cite “Fortress Los Angeles” as an example of this type of vigilantopolis and you make reference to a city split into wealthy and poor quarters, where the former voluntarily shut themselves up in residential compounds protected by security, and the latter are restricted to ghettoised neighbourhoods. In this “carceral archipelago”, do you see some glimmer of hope, some possibility of escape?

**LL** – Glimmers of hope and hybrid zones still exist, nothing is definitive. The “end of history”, postulated by Fukuyama and cherished by weak postmodern thinking, has turned out to be a hoax. History, as Walter Benjamin reminds us, is not a linear and inevitable process, there are always break points and unpredictable leaps. It is true that the slippery slope of Western capitalism seems to be an unstoppable descent towards the abyss, and especially towards catastrophe in terms of the climate and the environment. However, something necessarily remains, and so the ways of life that today are resisting the totalitarianism of capitalism could perhaps flourish again at some future point. The favelas in South American cities, rebelling against World

Cup regeneration plans, show that material poverty is not the yardstick for making decisions about urban zones considered by their residents to be much more habitable than so many of the anonymous districts that are unloved by their inhabitants. The great city centre of Naples, the only city in western Europe that is still lived in by ordinary people and hasn't been turned into a business and tourist centre, continues to provide living evidence of what a city should represent, with its relationships, its chaos and its vitality. It's true that we're talking here about residual phenomena, but since history doesn't proceed in a straight line and the final word hasn't been written, it's impossible to be sure that things won't change direction. What I believe is that the possibilities for change are linked to forms of life shared by ordinary people rather than to the traditional political battles of militants. That is to say, the "rebel cities" described by Harvey, referencing Lefebvre's "right to the city", are not those connected to the various Occupy movements, politicised around specific demands, but those inhabited by a population that is still full of life, that takes many forms, that is chaotic, unregimented and not resigned to the obligatory pathways that capitalism forces upon us in its totalitarian way. Despite its need to obliterate space, in practice capital cannot do so completely, and in the gap created by the contrast between this urge and the real life of the city, unforeseen spaces open up, offering the potential for people to appropriate them and live in them in a different way.

Fifty years down the line, despite the fact that neighbourhoods and their models of social interchange have irretrievably disappeared, the antiutilitarian practices proposed by the Situationists remain achievable and valid: using social space-time creatively, reclaiming abandoned spaces in order to practice modes of self-management, rebuilding forms of community and social relations, these are all types of protest that are certainly still possible and that demonstrably attract people who have not surrendered to impotence. In this sense, I think that the playful behaviour of drifting and psychogeography still has a powerful currency. If there is to be a new protest movement, it will grow out of new behaviours and ways of life, rather than from economic claims or assertions of rights.

**RHA** – In your book, you recognise that the "melancholia of art" tries to propose "heterotopias" (Michel Foucault) and to "invent the practice of everyday life" (Michel de Certeau), yet you accuse both these approaches of lacking the courage to think in a revolutionary way about the world's destiny. Where do you think the possibility of transformation resides?

**LL** – I think that the only hope of salvation lies in an ecological outlook. We have now fully entered the Anthropocene Era, which some people prefer to call, less ambiguously, the Capitalocene Era, and I believe that an awareness of what is at stake, and the environmental campaigns that follow on from this, are the essential prerequisites for once more giving meaning to collective life. Even cities can

be saved if only that awareness can evolve into new ways of living. As I've said, I don't believe in institutional change, handed down from above, but in the development of forms of living that address the fact that the engine of progress is headed towards an ever closer catastrophe, and that radical change is not utopia but the only possibility of salvation. The news itself shows how the question of territory is becoming increasingly central, so much so that these days the main social protest movements are linked to themes which no longer have anything to do with the economically based categories popular with the traditional left, but with concerns about the quality of daily life for people and communities. A concrete example of this debate in Italy is the No TAV movement [a protest against the proposed Turin-Lyon high speed rail project]. For capitalism, there is no distinction between city and countryside. Capitalism no longer has any concept of the city, to the extent that it has obliterated cities and destroyed them, because its only needs are to organise land in terms of its own utilitarian requirements. It is the land itself that must be a function of the economic machine. For capitalism, space itself is hostile, a waste of time, a glitch in the production-consumption cycle. The TAV project is a demonstration of this: the high-speed train is nothing more than an instrument for cancelling out the space between two cities, an instrument that brings yet more changes to the extra-urban space, what remains of valleys and countryside, as a function of a metropolis that itself no longer has any boundaries. Not wanting to see their own land ravaged by the absurd necessity for high speed, the inhabitants of Val Susa have therefore implemented a practical critique of capitalism's demands. Something similar happened in the ZAD protest movement against the construction of an airport outside Nantes, in Brittany. Here too we should not be fooled by the fact that the protest is palpably decentralised in relation to the urban fabric, given that the space conceived by these operations is intrinsically and constitutionally urban. The Situationists suggested that the possibility of overthrowing the dominating, totalitarian yoke of economics could only spring from a project consisting of self-construction and self-management of shared experiences. With the addition of a necessary ecological conscience, this critical juncture seems even more apparent today. Protests that defend a different way of perceiving space and living in it, and thus invent a new imaginary and new ways of life – these seems to me to offer a possible turning point for resisting the race towards disaster.

Translated from Italian by Ana Yokochi (Kennis Translations)

## Resumo

A partir do século XV as áreas vênetas do Friul e do rio Isonzo foram afectadas por numerosas incursões turcas. Este fenómeno deu origem a sérios problemas de instabilidade militar e levou a República a planear a construção de algumas novas estruturas militares de defesa. A mais importante destas foi Gradisca, uma cidade nova projectada com a utilização de avançadas técnicas de fortificação e conceitos arquitectónicos renascentistas. A cidadela não chegou a impedir as incursões turcas e as populações locais foram constrangidas a desenvolver estruturas defensivas autónomas; estes “*castra rurali*” incluíam geralmente uma igreja protegida por um muro e uma ou mais torres. Nas zonas friulana e veneziana estas fortificações foram denominadas *cente* ou *cortine*, enquanto a leste do rio Isonzo tomaram o nome de *tabor*. ●

## Abstract

From the fifteenth century, the Venetian areas of Friuli and the Isonzo were affected by numerous Turkish incursions. This phenomenon caused serious problems of military instability and forced the Republic to plan the construction of some new military defence structures. The most important of these was Gradisca, a new city designed with advanced fortification techniques and Renaissance architectural concepts, but the citadel failed to stop the Turkish incursions and local populations were forced to develop autonomous defensive structures; these ‘*castra rurali*’ generally included a church protected by a wall and one or more towers. In the Friulian and Venetian areas these fortifications were called *cente* or *cortine*, while in the areas situated to the east of the river Isonzo they were called *tabor*. ●

## palavras-chave

ENEZA  
RADISCA  
PALMANOVA  
CENTE  
TABOR

## keywords

VENICE  
GRADISCA  
PALMANOVA  
CENTE  
TABOR

## Arbitragem Científica Peer Review

Giuliana Mazzi  
Università degli Studi di Padova

Pieter Martens  
Vrije Universiteit Brussel

Data de Submissão  
Date of Submission  
Jul. 2017

Data de Aceitação  
Date of Approval  
Nov. 2017

# OPERE MILITARI E DIFESE POPOLARI

## LA POLITICA VENEZIANA IN FRIULI E LA PROTEZIONE DELLE POPOLAZIONI RURALI ALLA FINE DEL XV SECOLO

---

CARLO NICOTRA  
Independent scholar

“Era quasi la metà dell’Autunno, quando appresso l’tramontar del sol, una squadra de Turchi comparse su le rive del fiume Lisonzo; e già cominciavano a passar, quando i sudditi della Signoria i scovirino, e se ghe oppose, e i a rebatudi gagliardamente. Diverse compagnie de soldati alogiava in quelle ville; e subito se messeno insieme, e ghe proibirno el transito; tutta la note stetenno su le rive del fiume, temendo che i no passasse; e se redusseno all’ isola de Cervia, luogo che no è molto lontan da Aquileja, fatto isola da alcuni fiumicelli che se chiama Rovendula, Amphora et Alsa, i quali ghe discoreva d’attorno. Li Turchi passòno ‘l fiume, e vagando per la Cargna, messeno in fuga gran quantità de gente; in modo che i habitadori de quelle contrade, se redusse in le torre murade; e loro sachezò ‘l paese, e intrò nel Friul, e vene fin a Udene; e fo tanto ‘l spavento de quella città, che le donne con i fioli nascenti se redusse in le giesie, e ‘l populo in piazza e in la roca”.

Con queste parole Domenico Malipiero descrive, negli *Annali veneti*, una delle incursioni effettuate dalle milizie turche nelle pianure del Nordest italiano<sup>1</sup>. Il fatto, avvenuto nell’autunno del 1472, fu solo uno degli innumerevoli episodi di un fenomeno che coinvolse sistematicamente i territori del Friuli, di Gorizia e le regioni di Stiria, Carinzia e Carniòla durante tutto il secolo XV, per diminuire di intensità solo nella seconda metà del XVI secolo, conseguentemente all’evoluzione degli assetti geopolitici nella regione balcanica<sup>2</sup>.

Ai primi interventi bellici di una certa importanza, riscontrabili nel 1408 e nel 1415, seguì, nella seconda metà del secolo, una serie quasi ininterrotta di azioni militari che culminarono nelle incursioni del 1477 e del 1499; in entrambi i casi la cavalleria turca, prevalentemente formata da akinci bosniaci provenienti dalle basi di appoggio situate in territorio balcanico, attraversò la valle del Vipacco, guidò l’Isonzo nei

<sup>1</sup> Testo tratto da *Annali veneti* (Malipiero 1843, 77).

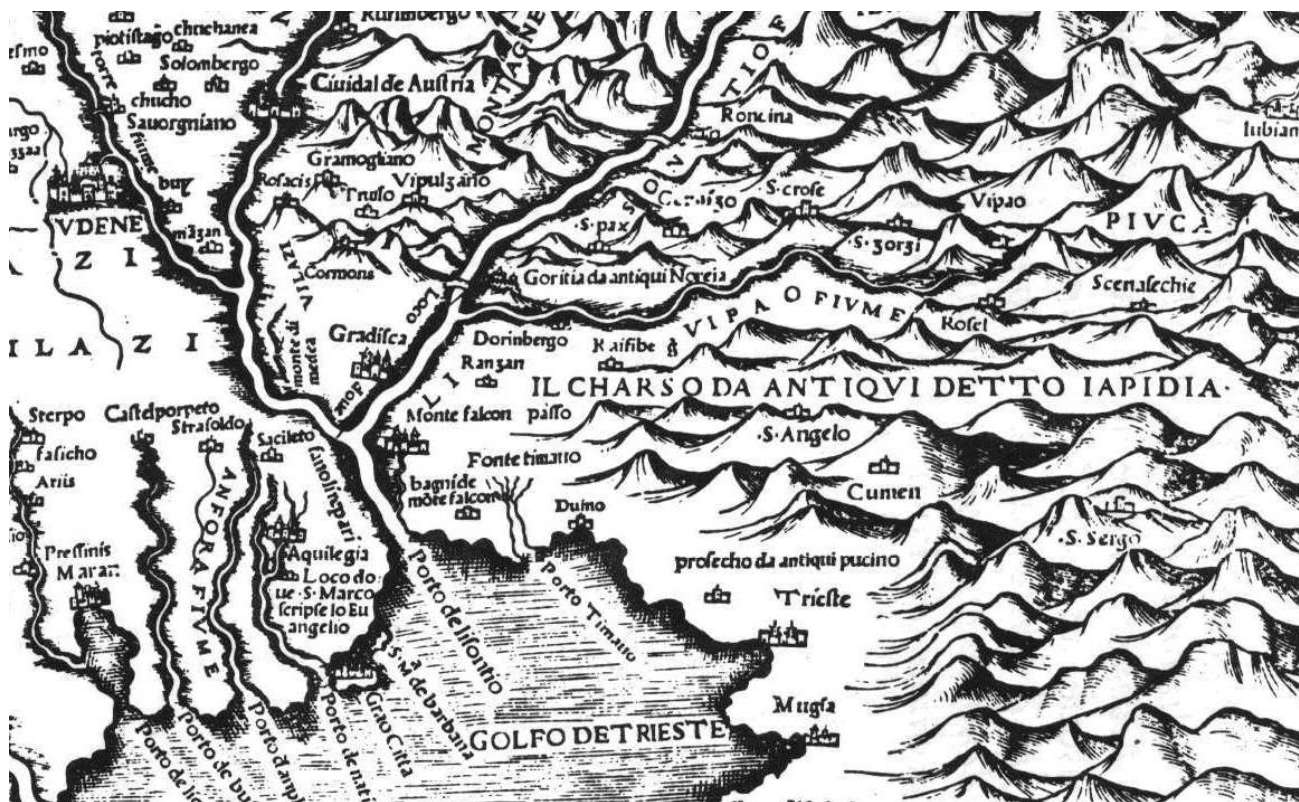
<sup>2</sup> In merito ai motivi che diedero avvio alle azioni militari turche e la complessa articolazione degli avvenimenti, si rimanda alla specifica letteratura riportata in bibliografia: Buttazzoni 1870-71, 393-396; Cusin 1934, 143-156; Pedani Fabris 1994, 203-224. Quali opere a carattere generale vedi: Preto 1975; Cremonesi 1976; Tirelli 1998; Gargiulo 2006. In merito alla storiografia slovena vedi: Simoniti 1988, 505-516.

pressi di Gorizia per dilagare successivamente nelle pianure friulane e venete (Buttazzoni 1870-71, 393-396; Pedani Fabris 1994, 203-224). A questi episodi rilevanti, che pur lasciarono una profonda traccia sul territorio e nella memoria collettiva delle popolazioni interessate, si aggiunsero numerose, continue e logoranti piccole incursioni, poco significative dal punto di vista militare, che miravano a raggiungere velocemente obiettivi non particolarmente difesi. Il fine principale di queste azioni era il saccheggio e la cattura di ostaggi (Durissini 2010, 303-324; 2012, 11-34; Mlakar 2014, 221-242).

## Venezia e la difesa del confine sull'Isonzo

In questo scenario appare fondamentale il ruolo di Venezia, che, caduto il Patriarcato di Aquileia, nel 1420, aveva acquisito i territori friulani, quale entità autonoma; la *Patria del Friuli*, diventando parte integrante dei domini marciani, spostava sulle sponde dell'Isonzo, il *limes* dello "Stato da tera" veneziano (fig. 1). La Serenissima si trovava di conseguenza nella necessità di organizzare, in tempi rapidi, un effi-

Fig. 1 – Particolare della mappa *La vera descrizione del friuli* realizzata da Giovanni Andrea Valvassori a Venezia nel 1553; nell'immagine appare Gradisca e la confluenza dei fiumi Vipacco e Isonzo (Archivi di Gorizia).





<sup>3</sup> Pedani Fabris 1994, 203-224; Pepper 2014, 3-20. In merito alla politica militare veneziana sui confini di terra e il diverso atteggiamento nei confronti della difesa del territorio rispetto all'amministrazione patriarcale vedi: Mallett 2015; Paschini 2010.

<sup>4</sup> La valle della Modrussa, situata a nord della città di Fiume, era giudicata luogo strategico per la difesa dai Turchi che, provenendo da Segna e da altre basi balcaniche, transitavano verso nord: Cusin 1934, 143-155.

<sup>5</sup> Avendo compreso l'effettivo pericolo, Venezia avrebbe voluto rivedere le proprie alleanze, coinvolgendo maggiormente l'Ungheria e gli Asburgo, ma non ottenne le risposte sperate, vedi: Cusin 1937, 421-422; Trebbi 2004, 375-396.

<sup>6</sup> Definita da Marin Sanudo: "una bella et forte cittadella de grandezza circa un miglio con belle et large fosse [...] cinta da una grossa et forte muraglia" (Sanudo 1853, 23-24).

<sup>7</sup> Marin Sanudo, nel suo *Itinerario del 1483* cita: "Et le mure di questa cittadella continue si lavorava; et le mure e turioni è in triangolo; à do porte, et da tre bande è aqua per el l'izonzo eh' è ivi vicino" (Sanudo 2014, 139-140).

cace sistema difensivo dei nuovi territori, e di farlo contestualmente alla complessa gestione dei conflitti del 1463-1479 e del 1499-1503, che la opponevano all'impero Ottomano<sup>3</sup>.

Dopo le incursioni turche del 1471, lungo gli argini dell'Isonzo, in corrispondenza della confluenza del fiume Vipacco, fu realizzata una serie di palizzate in legno con terrapieni e trincee; nel 1474, presso l'abitato di Fogliano, venne fondato il "forte stella" mentre la cittadina di Sagrado veniva presidiata dalla fortificazione, già presente in epoca longobarda, denominata "Castelvecchio" (Malipiero 1843, 114-115; Trebbi 2014, 295-320); tra il 1485 ed il 1496 sulla riva destra del fiume venne costruita la "torre dell'Isonzo" detta anche torre Yniz. I tentativi di bloccare le milizie turche con semplici presidi territoriali risultarono comunque vani e le ripetute sconfitte, non ultima quella sull'Isonzo del 1477, che aprì la strada ad una delle incursioni più devastanti, portò gli apparati militari della Serenissima ad avviare una programmazione più attenta del sistema di fortificazioni. Una delle soluzioni prese in esame fu quella di spostare più ad oriente la linea difensiva; in un'anonima relazione veneta, redatta e studiata da Fabio Cusin, veniva infatti ipotizzata una nuova linea fortificata, collocata in corrispondenza della valle della Modrussa<sup>4</sup>. L'idea, tecnicamente valida dal punto di vista strettamente militare, risultava politicamente impraticabile, ricadendo le aree interessate nell'influenza degli Asburgo e del regno d'Ungheria, che già paventavano le mire espansionistiche veneziane<sup>5</sup>. Nel gennaio del 1479 una commissione composta da Giovanni Emo, luogotenente della *Patria del Friuli*, e dai nobili veneziani Domenico Zorzi, Zaccaria Barbaro e Candiano Bollani, si recò ad Udine e sull'Isonzo al fine di studiare la possibile evoluzione del sistema fortificato di confine. Giovanni Emo si fermò in Friuli sino al 23 giugno del 1480 per portare a termine il ripristino delle mura di Udine e seguire l'avvio del potenziamento della fortezza di Gradisca (Malipiero 1843). La soluzione, perorata dall'Emo, di individuare un'unica località, strategicamente collocata, ove poter concentrare tutte le forze disponibili, prese il sopravvento sull'idea, avanzata da una precedente commissione patriziale dell'ottobre del 1472, di stabilire degli accuartieramenti militari a presidio dei guadi dell'Isonzo, con sede nelle "ville" di Fara, Gradisca, Bauma e Viglesso.

Nel sito di Gradisca, prescelto per la costruzione della nuova fortezza, venne avviata, tra il 1479 ed il 1481, una serie di opere necessarie ai primi insediamenti militari e già nel 1480, con una ducale del 28 marzo, si disponeva che tutte le truppe della zona prendessero alloggio nella cittadella (Sanudo 1853, 23-24). Il cantiere proseguì, nel corso degli ultimi anni del secolo XV, con alterne vicende, per chiudersi, ad assetto insediativo completato nelle sue parti principali, nei primi anni del '500. La fortezza<sup>6</sup> fu concepita, in base ad un preciso modello urbano, ove, allo studio della tecnica fortificatoria, si coniugava un'attenta ricerca delle diverse componenti architettoniche, e alla realizzazione degli alloggiamenti militari si affiancavano gli edifici pensati per l'insediamento della popolazione civile<sup>7</sup>. La cittadella (fig. 2), organizzata su un tracciato geometrico a maglia ortogonale, iscritto in un perimetro quadrangolare, impostava l'abitato su tre assi viari principali lungo i





<sup>8</sup> Il passo veneto, è una misura lineare utilizzata a Venezia in quel periodo; corrisponde a m.1,7385 e viene suddiviso in 5 piedi da m.0,3477 (Concina 1988, 109-110).

<sup>9</sup> Per la descrizione completa dell'insediamento di Gradisca e delle sue fasi di realizzazione vedi: Mosetti 1933, 133-137; Corbellini e Masau Dan 1979, Mor 1980, 81-88; Concina e Molteni 2001, 66-71.

Fig. 2 – Gradisca. La struttura dei lotti urbani e delle direttrici viarie della cittadella murata veneta si consolida quale permanenza nei secoli successivi mantenendo la sua leggibilità sino ai giorni nostri. L'impostazione urbanistica originale appare con chiarezza anche nella mappa catastale ottocentesca (Mappa catastale 1812 Comune di Gradisca, su concessione ASGO).

quali sorgevano sette allineamenti seriali di unità abitative dette “case de campo”: progettate in base ad un modulo di otto passi veneti di lunghezza per quattro di larghezza<sup>8</sup>, prevedevano la collocazione delle stalle al pianterreno e gli alloggi al primo piano. L'apparato difensivo, costituito da una cerchia di mura protetta da otto torri, includeva al suo interno anche una rocca a pianta poligonale inscritta in un ulteriore perimetro fortificato<sup>9</sup> (fig. 3).

Gradisca, città nuova della piana friulana, nata esplicitamente in funzione “anti turca”, fu concepita da Venezia come un *castrum* permanente, una vera e propria colonia limitanea con la quale gli ideatori e realizzatori dell'insediamento, Giovanni Emo e Giorgio Sommariva, *in primis*, miravano ad impostare in modo organico la difesa del confine orientale (Sanudo 1853, 23-24); Emo, autodefinendosi *urbis conditor*, avrebbe voluto imporre al neonato *castrum* il nome di Hemopolis (Concina e Molteni 2001, 68). La cittadella *ad alloggiandum* gradiscana, pur costituendo un modello che Venezia continuerà ad applicare sia nel suo naturale retroterra che nello “Stato da mar”, non riuscì a perseguire, con la dovuta efficacia, le finalità strategiche per le quali era stata realizzata. Il devastante raid turco del 1499, dimostrò infatti che la fortezza, non riusciva a gestire forze militari sufficienti per costituire

Fig. 3 – Gradisca. Mura della fortezza.  
Foto di Daniela Durissini.



<sup>10</sup> Delle numerosissime incursioni effettuate dai turchi nel goriziano ed in Friuli rimane particolare evidenza di quelle effettuate nell'ottobre novembre del 1477, quando un contingente di circa 10.000 uomini attraversò l'Isonzo e, con l'accondiscendenza del conte di Gorizia, si accampò presso la città. Tra il 30 ottobre e i primi giorni di novembre, venne eliminata ogni resistenza dell'esercito veneto uscito dalla fortezza di Gradisca. Nel settembre del 1499, un esercito di 10-15.000 cavalieri neutralizzò le deboli forze venete presenti, passò l'Isonzo ed il Tagliamento imperversando nella pianura pordenonese: Buttazzoni 1870-71, 393-396; Pedani Fabris 1994, 203-224.

<sup>11</sup> Vedi in proposito le descrizioni effettuate dall'ingegnere militare Giulio Savorgnan in una lettera scritta da Zara nel 1570 e pubblicata sotto il titolo di *Discorso circa la difesa del Friuli*, ove sottolineava la difficoltà di studiare un sistema difensivo efficace per quella linea di territorio così detta "porta aperta", soprattutto per ciò che riguardava le invasioni turche (Savorgnan 1869, 7-8).

<sup>12</sup> La struttura bastionata di Palmanova ed il suo collegamento al pattern viario radiale costituisce,

un valido deterrente alle incursioni. Si ripetevano sostanzialmente, a distanza di vent'anni, gli schemi già visti nel corso della scorreria del 1477, ove fu palese l'inutilità del complesso di terrapieni e palificate realizzato lungo gli argini dell'Isonzo<sup>10</sup>. La ricerca, da parte veneziana, di sistemi difensivi efficaci, coinvolse anche Leonardo da Vinci che, nel 1500, durante un soggiorno veneziano, percorse le sponde dell'Isonzo ipotizzando, quale opera di difesa, lo sbarramento idraulico del fiume Vipacco ed il conseguente allagamento delle zone più esposte al passaggio delle milizie turche (Solmi 1908, 327-359; Pedretti 1978, 125). In realtà, una valida difesa dalle incursioni poteva ottenere parziali successi unicamente in senso strettamente difensivo; le cavallerie leggere degli *akinci* non erano infatti dotate di mezzi bellici atti ad affrontare l'assedio di una struttura fortificata ma, in ragione della loro capacità di movimento e dell'imprevedibilità delle loro azioni militari, erano difficilmente affrontabili sul terreno<sup>11</sup>. Nel 1511, nel corso di una delle fasi della guerra della Lega di Cambrai (1508-1516), Gradisca e parte delle aree friulane ex patriarcali, caddero sotto il controllo degli Asburgo. Il fatto, al di là delle dirette conseguenze della sconfitta militare subita e della nuova, frammentaria, articolazione dei suoi confini orientali, spinse la repubblica veneta ad una intensificazione della politica difensiva dei territori posti alle spalle della laguna ed alla programmazione, progettazione e realizzazione di una serie di fortificazioni delle quali il *castra* di Gradisca fu, per certi versi, modello ispiratore.

Il modello a pianta radiale oppure ortogonale e bastionata, impiegato anche in altri ambiti territoriali<sup>12</sup>, verrà adottato sul confine orientale per la realizzazione di una delle più imponenti strutture militari marciiane, la città-fortezza di Palma (fig. 4). La nuova roccaforte, denominata Palmanova, venne costruita, a partire dal 1593, con il dichiarato intento di proteggere il territorio dalle incursioni dei turchi; in realtà



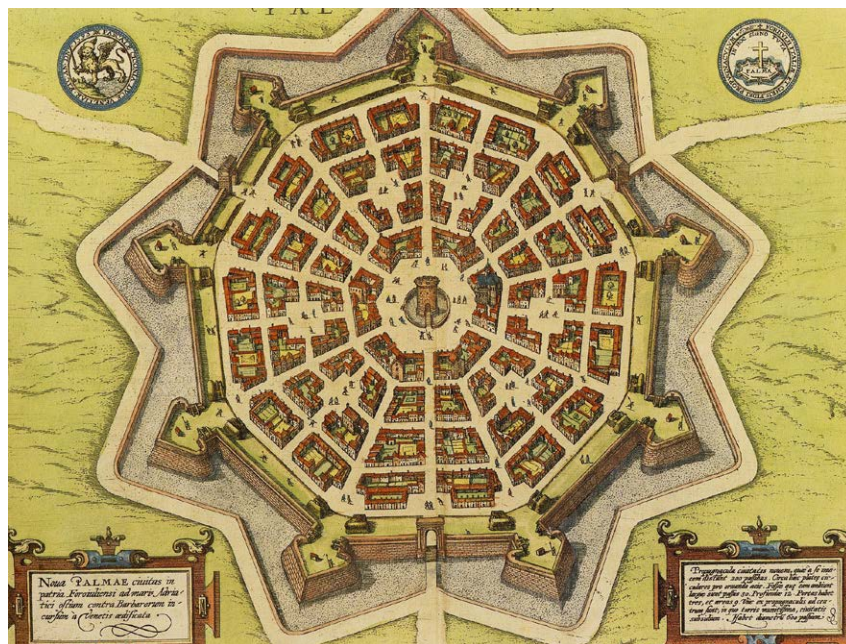


Fig. 4 – Palmanova. La mappa mette in evidenza la struttura radiocentrica del sistema viario ed il collegamento con il sistema bastionato (Georg Braun e Frans Hogenberg, *Civitates orbis terrarum*, 1597).

il fenomeno, che era progressivamente calato di intensità nella seconda metà del secolo, preoccupava relativamente Venezia, che rivolgeva piuttosto l'attenzione all'aumentata pressione militare degli Asburgo in direzione dei territori dell'Adriatico settentrionale<sup>13</sup>.

## Evoluzione dei modelli difensivi rurali

Lo sviluppo del nuovo programma militare, indirizzato agli scenari strategici che si andavano delineando nel nord est italiano, non cancellava certamente gli effetti delle inefficienze difensive evidenziate dalle incursioni della fine del 400. La consapevolezza che le infiltrazioni turche non fossero in alcun modo arginabili dalle strutture militari esistenti aveva infatti alimentato, nelle popolazioni stanziate sui territori interessati, una condizione di perenne insicurezza che, fin dalla metà del XV secolo aveva reso necessario l'avvio, in tempi brevi, del potenziamento di un sistema di difesa autonomo. Il modello funzionale dei *castra rurali*, nato successivamente al V secolo dalle ceneri degli insediamenti fortificati d'altura tardoantichi, si sviluppò, dopo una complessa gestazione tipologica, lungo il corso della Sava, del Vipacco, sull'altipiano del Carso e, con alcune variabili costruttive ed insediative, nel territorio dei colli goriziani e delle pianure isontine, friulane e venete (Zaccaria 1981, 61-95; Miotti 1981, 111-124). La diffusione della fortezza-rifugio, che si può riscontrare in una molteplicità di contesti territoriali italiani ed europei, risulta sempre collegata ad un filo conduttore costituito da una necessità di autotutela attivata dalle popolazioni civili in carenza di protezione da parte del potere dominante; tale

congiuntamente ad altri esempi sostanzialmente coevi, quali La Valletta a Malta e Karlovac in Croazia, un modello di urbanistica militare ampiamente replicato in Italia e nell'Europa centrale (Pollak 2013, 21-36).

<sup>13</sup> Concina e Molteni 2001, 186-207. Per una visione complessiva relativa alla realizzazione della città fortezza vedi: Ghironi e Manno 1993; Manno 2014, 191-219.

<sup>14</sup> La stretta relazione esistente, a partire dal V secolo, tra l'organizzazione religiosa delle campagne e le nuove strutture di controllo politico e militare del territorio quali furono i *castra*, trova conferma nei dati archeologici emersi nei siti fortificati del Friuli (Francescutto 2012, 151-188).

forma di difesa venne spesso espressa, anche in luoghi, momenti storici e dinamiche politico-militari non omogenei, in uno stretto connubio tra popolazione ed autorità ecclesiastiche. Nel caso dei modelli friulani, che assumevano la denominazione di *cente*, e dei corrispondenti *tabor* sloveni, la presenza fisica e baricentrica dell'edificio religioso costituiva infatti uno degli elementi focali della struttura difensiva<sup>14</sup>.

## ***Cente, tabor e villaggi fortificati***

La *centa*, la cui nascita può essere collegata all'evoluzione delle aggregazioni di poderi con chiesa propria che, attorno all'VIII secolo, costituivano una sopravvivenza dell'assetto latifondistico romano, consolidò le sue attitudini propriamente difensive tra l'XI ed il XII secolo, contestualmente alle invasioni barbariche che si avvicendarono in territorio friulano, stabilizzò la sua struttura tipologica nella seconda metà del secolo XIII, in conseguenza dell'inasprimento delle contese territoriali tra i patriarchi di Aquileia ed i conti di Gorizia, per divenire struttura architettonicamente compiuta nel corso delle incursioni turche del XV secolo e scomparire quasi del tutto nel corso del '500 in seguito all'accresciuta potenza delle armi da fuoco (Collodo 1980, 5-36; Leicht 1930, 97-132). L'evoluzione architettonica dei modelli si adattò a quella tipologica; alle *motte castrali*, costituite da semplici cerchie difensive di terrapieni e palizzate, subentrarono le più sicure e difendibili cortine murarie che vennero, a loro volta, progressivamente modificate nel corso del XV secolo. Il modello quattrocentesco era solitamente costituito da una cerchia di edificato compatto a base circolare o ellissoidale che circondava e proteggeva la chiesa contenendo gli alloggi provvisori d'emergenza ed i magazzini (*canipe*) ove venivano messi al sicuro i beni materiali della popolazione agricola; l'unico ingresso della *centa* era solitamente protetto da una torre portaia (Altan 1981, 163-195).

La presenza di queste strutture sul territorio friulano ed isontino nel secolo XV è ampiamente documentata da fonti scritte e in alcuni casi cartografiche, mentre delle permanenze materiali rimangono poche tracce. In territorio goriziano troviamo, gli esempi delle *cente* di Capriva, Mossa, Romans d'Isonzo e delle quattro di Cormons che, normalmente impostate attorno all'edificio ecclesiastico, mantengono la traccia insediativa originaria nello sviluppo urbanistico recente. Questa particolarità si riscontra anche nel paese di Lucinico, ove una semplice osservazione è sufficiente a percepire l'impostazione semicircolare dell'abitato attorno alla parrocchiale di San Giorgio (Valentini 1990, 122; Boscarol et al. 2011, 27-59). In Friuli, lungo la cosiddetta via *ongaresca*, si ha riscontro di una trentina di esempi rilevati; di questi vanno ricordati i casi di Mortegliano, dove i resti della cortina muraria e della torre sopravvissero sino alla fine dell'Ottocento, la *centa* di Lestizza che, ancora integra nel 1913, venne abbattuta nel 1948 e Rivolto, ove nell'edificato odierno si ritrova l'originale impostazione a semicerchio (Altan 1981, 180).

Contestualmente allo sviluppo delle *cente* friulane, in territorio sloveno, numerose strutture perseguirono le stesse finalità di fortezza-rifugio, condividendone alcune fondamentali caratteristiche tipologiche. Alle medesime necessità funzionali si aggiungeva una connotazione originale, altamente simbolica, che il vocabolo sloveno *tabor* (letteralmente accampamento) rappresenta egregiamente; la denominazione infatti porta tuttora in sé un concetto importante, dal carattere iconico, che travalica il semplice riferimento alla definizione fisica delle componenti materiali delle fortificazioni, tendendo ad identificare idealmente una comunità che si raccoglie in un particolare luogo per fare fronte ad una minaccia, ad un pericolo<sup>15</sup>. Il complesso dei *tabor*, prescindendo dalle problematiche collegate alla matrice tipologica di alcuni degli esemplari più significativi dal punto di vista architettonico, si distribuisce sul territorio in modo sistemico, facendo coesistere la scelta dell'ubicazione territoriale più opportuna nei confronti delle aree agricole maggiormente popolate con lo sfruttamento dei siti naturali particolarmente vocati alla difesa, l'eventuale riutilizzo, parziale o totale, di eventuali permanenze fortificatorie preesistenti e la possibilità di controllo in funzione di vedetta. Gli elementi tipologici principali, caratterizzanti la gran parte delle strutture, erano costituiti, come già evidenziato, dalla presenza dell'edificio ecclesiastico all'interno del recinto, focalizzato quale elemento architettonico dominante, e della torre, che normalmente proteggeva l'accesso ed assumeva le molteplici funzioni di difesa, granaio-fienile e sovente di ultimo rifugio. In alcuni casi la torre si identificava con lo stesso campanile della chiesa. In alcune di queste caratteristiche tipologiche, che avvicinano il *tabor* ad alcuni dei modelli di chiese fortificate presenti in altri contesti territoriali, si evidenziano anche verosimili corrispondenze con i più occidentali esempi delle *cente* friulane; troviamo infatti omogenei riscontri funzionali nella strutturazione dei ricoveri provvisori e depositi, oltre alla costante principale costituita dalla presenza dell'edificio ecclesiastico (Settia 2001, 95-99).

Gli influssi culturali che determinarono tali similitudini sono sicuramente da ascrivere ad una molteplicità di fattori spesso concomitanti ma rimane, nel caso del rapporto tra *tabor* e *cente*, la certezza di una trasposizione di conoscenze avvenute attraverso il movimento, tra territori limitrofi, di popolazioni agricole. Da citare a proposito l'opera di colonizzazione effettuata dalle autorità patriarcali, dopo la conclusione delle invasioni ungare, indirizzata al ripopolamento, con contadini di ceppo slavo, delle aree incluse tra Mortegliano e Codroipo, come rimane peraltro da valutare, nel complesso delle caratteristiche architettoniche dei *tabor* sloveni, l'apporto di conoscenze trasmesso dalle popolazioni balcaniche che, spinte dall'avanzata ottomana, trovavano rifugio in territori più sicuri (Altan 1981, 166 n15; Durissini 2016, 5-48). La complessità della distribuzione territoriale dei *tabor* si accompagna, di fatto, ad una notevole varietà di soluzioni insediative; nel contesto territoriale sloveno sono stati individuati 307 casi di fortezze-rifugio, distribuite sulle vie di penetrazione utilizzate dalle incursioni, lungo il corso della Sava, tra le città di Lubiana e Kranj ed il paese di Radovljica, nell'area del Carso interno e lungo la valle percorsa dal fiume Vipacco. Queste strutture, smantellate nella maggior parte dei casi nel corso

<sup>15</sup> Tale denominazione venne commentata dal Valvasor nella sua opera *Die Ehre des Hertzogthums Krain*, ove esamina il significato della parola *tabor* nelle varie accezioni utilizzate in "Sclabonia", Bosnia, Boemia ed il collegamento ideale con la fortezza hussita di Tabor (Valvasor 1689, 213).

<sup>16</sup> Dopo il V secolo, in seguito alla la decadenza del sistema del *Claustra Alpium Juliarum* e lo spostamento da Aquileia, a Forum Julii della sede giurisdizionale della regione, si sviluppò una diversa impostazione tipologica delle difese del nuovo *limes* con il riutilizzo, ove possibile, dei siti già utilizzati in epoca tardo romana. In merito a tale argomento ed alle ricerche archeologiche collegate vedi: Zaccaria 1981, 61-95; Piuze 1999, 155-167; Ciglenečki, 1999, 287-309; 1990, 17-19.

dei secoli XVI e XVII, sono state suddivise, nel contesto di uno specifico studio, in alcune categorie tipologiche: *tabor*, *tabor* incastellati, rifugi fortificati, insediamenti fortificati e chiese fortificate (Fister 1975, 45-93). La suddivisione, pur schematica e semplificata, risulta utile per identificare le diverse specie di manufatti nella grande complessità degli insediamenti storici esistenti sul territorio; nel merito specifico possiamo constatare come, le preesistenze delle fortificazioni tardoantiche, di norma si evollesero, tra XII e XIII secolo, nelle forme dell'incastellamento feudale, i villaggi di maggiori dimensioni si dotassero progressivamente di autonome cinte murarie, mentre i *tabor*, sorti dal XV secolo in poi quale diretta conseguenza delle incursioni, fossero generalmente realizzati e gestiti dalle comunità agricole congiuntamente alle autorità ecclesiastiche. In questo articolato contesto troviamo pure molteplici esempi di chiese, situate all'interno o nelle immediate vicinanze dei piccoli centri abitati agricoli, ove l'edificio (e talvolta il cimitero) era circondato da un semplice muro protettivo, mentre il campanile, fortificato, era destinato ad ultimo rifugio (Fister 1975, 66).

Un'analisi specifica di questi insediamenti, necessariamente non esaustiva, in questa sede, causa l'ampiezza e la complessità del fenomeno, può essere introdotta da una presa in esame di alcune delle strutture che si collocano sul territorio interessato. Uno dei casi più significativi che si possono rilevare in merito alla connessione esistente tra le fortificazioni di rifugio e gli insediamenti nobiliari feudali è quello dell'area ove attualmente sorge la cittadina slovena di Vipava, sita nell'omonima valle. La rupe che sovrasta strategicamente l'area delle sorgenti del fiume Vipacco, fu sede di un insediamento fortificato protostorico e di una stazione militare romana, probabilmente collegata al vicino *Castra ad Fluvium Frigidum* (l'attuale



Fig. 5 – Vipava. Castello superiore.  
Foto di Daniela Durissini.



cittadina di Ajdovščina), i cui resti furono riutilizzati sempre a scopo difensivo, dopo il V-VI secolo<sup>16</sup>. Il castello, di realizzazione patriarcale, citato per la prima volta nel 1275 con la denominazione di *Castrum Wipaci superiori*, presentava massicce mura, di altezza superiore ai 15 metri, con uno spessore alla base di quasi quattro metri, mentre le tracce delle fortificazioni romane permanevano lungo il muro di difesa situato sul lato nord. Un'ulteriore cortina esterna di mura, difese da torri, proteggeva il castello sul versante opposto, mentre una cinta interna, munita di due torri rotonde, fortificava l'ingresso principale (fig. 5). Il castello venne ulteriormente rafforzato nel 1478 con la realizzazione di una ampia cinta murata protetta da torri circolari, specificatamente dedicata a struttura di rifugio per la popolazione del paese nel corso delle incursioni (Mulltsh 1930, 623-626; Foscan e Vecchiet 2001, 37-49). Ai piedi della rupe, nell'area delle sorgenti, si sviluppò un'ulteriore struttura rientrante nelle casistiche delle fortificazioni in funzione "anti turca". L'insediamento, inserito nel contesto della divisione feudale dei terreni agricoli della valle del Vipacco, si collocava in una posizione opportuna per lo sfruttamento, in funzione molitoria, delle forze propulsive delle abbondanti acque che sgorgavano dalla sorgente (fig. 6); esso si sviluppò dal XIII secolo in poi, passando attraverso il controllo di diverse famiglie nobiliari. La struttura, denominata *tabor* degli Edling, non possedendo le caratteristiche specifiche di fortificazione popolare temporanea, propria dei *tabor*, può rientrare più coerentemente nel novero degli insediamenti fortificati. Il borgo, costituito da un compatto e stabile agglomerato abitativo con la presenza di magazzini, stalle, un mulino e la chiesa, ha subito profonde trasformazioni conseguenti al suo progressivo inserimento nel tessuto urbano della cittadina di Vipava, riuscendo però a conservare importanti tracce delle fortificazioni che permisero di

<sup>17</sup> La struttura fu proprietà nel XV secolo delle famiglie dei Baumkircher e Neuhaus, per divenire, dal XVI secolo in poi, proprietà dei Lanthieri ed Edling; il portale principale riporta tuttora lo stemma della famiglia Neuhaus (Foscan e Vecchiet 2001, 49-52).



Fig. 6 – Vipava. I resti dell'insediamento fortificato presso le sorgenti del fiume Vipacco. Foto di Daniela Durissini.



<sup>18</sup> Il modello si ritrova nelle strutture militari, feudali o ecclesiastiche in diversi contesti territoriali: Settia 2001, 32-61.

<sup>19</sup> I *tabors* citati nel testo vengono descritti in base ai rilievi diretti effettuati dall'autore e a quanto citato da Peter Fister (1975) e da Luigi Foscan ed Erwin Vecchiet (2001).

respingere l'assedio intentato dalle milizie turche nel 1478. La torre, munita di ponte levatoio, che proteggeva l'accesso all'abitato è ancora visibile, come lo sono pure i ruderi di alcune delle altre torri che difendevano la cinta muraria<sup>17</sup>.

Nella valle del Vipacco e nei territori adiacenti possiamo trovare altri casi di insediamenti che hanno sviluppato le loro fortificazioni in seguito alle incursioni del XV secolo; uno dei più importanti e meglio conservati è quello di *Villa Crucis*, o Santa Croce di Aidussina, l'attuale borgo di Vipavski Križ che, dopo il XIII secolo sviluppò un edificato compatto difeso da una cortina muraria. Nel 1482, Antonio della Torre, feudatario dei conti di Gorizia, scelse il villaggio quale punto privilegiato di difesa nei confronti delle invasioni turche che percorrevano la valle in direzione di Gorizia, e per far fronte alla presenza sempre più pressante dei veneziani sul confine occidentale dei suoi territori. Al lato nord orientale della cinta murata del paese venne aggiunta una struttura fortificata rettangolare, protetta ai quattro vertici da torri a pianta circolare; gli edifici per gli alloggiamenti militari e i depositi erano addossati ai quattro lati delle murature perimetrali, mentre la parte centrale era occupata da un vasto cortile dotato di un pozzo cisterna. Il collegamento con una porta dedicata, tra l'impianto fortificato e l'abitato, indicava chiaramente la presenza dei due distinti livelli di difesa: il primo costituito dalla cinta urbana ed il secondo dalla fortezza il cui cortile era preposto, oltre che al corrente uso militare, quale ultimo rifugio, in caso di necessità, per la popolazione civile<sup>18</sup>.

Nell'area di confine tra contea di Gorizia e repubblica veneta, prima della confluenza del Vipacco nell'Isonzo, ritroviamo ulteriori casi di villaggi fortificati e strutture incastellate, tra cui i significativi esempi del borgo di Štanjel, e del castello di Reifemberg, ma anche una contestuale presenza di *tabors*<sup>19</sup>. Tra questi ricordiamo l'esempio del *Castrum Montis Sancti Michaelis*, situato sulla sommità di un colle presso il paese di Erzelj; la chiesa, dedicata all'arcangelo guerriero fu edificata nel 1466 nei pressi di una sorgente perenne ed era difesa da una solida cortina fortificata. Il *tabor* rimase attivo, prima d'essere parzialmente smantellato, sino alla metà del secolo XVI. Sul lato opposto della valle, arroccati sulle ripide pendici dell'altipiano di Tarnova troviamo il *tabor nad Črničami* situato presso l'abitato di Ravne e quello di *Vitovlje pri Šempasu*. Le due strutture, sostanzialmente diverse nella loro impostazione architettonica, testimoniano quella situazione di "contiguità strategica" che fu spesso una delle caratteristiche fondamentali dei castra rurali; il collegamento visivo tra le due strutture, attivato in caso di pericolo tramite segnali di fuoco e di fumo, consentiva alla popolazione di accedervi con la dovuta tempestività. Il *tabor* presso Ravne racchiudeva al suo interno un'ampia area aperta e una serie di edifici addossati alla cortina muraria; la cinta, parzialmente merlata ed affiancata da torri, proteggeva i tre lati vulnerabili, mentre il quarto si attestava su uno strapiombo roccioso; l'unico ingresso era difeso dalla torre portaia. Nel *tabor* di Vitovlje la cinta murata, protetta da quattro torri, circondava la chiesa di S. Maria, ma la difesa principale era costituita dalla natura impervia del sito (Fister 1975, 101-141; Foscan e Vecchiet 2001, 156-159; Nicotra 2016, 142-145). Più a monte, tra il valico di Resderta (*Razdrto*) e la conca di Postumia, lungo un percorso che costituì una delle

principali vie di penetrazione delle incursioni turche, troviamo altre, significative, testimonianze di *castra rurali* attivi nel XV e XVI secolo.

Nelle adiacenze del borgo fortificato di Senosecchia (*Senožeče*) si trova l'importante e ben conservato *tabor* di Villabassa (*Dolenja vas pri Senožečah*) la cui caratteristica principale è costituita dalla presenza della massiccia torre a pianta circolare realizzata in blocchi di pietra calcarea (fig. 7). La struttura, internamente divisa in quattro livelli sovrapposti, collegati con scale in legno e sormontata da una massiccia volta, pur presentando caratteri architettonici comuni alle coeve strutture castellane, è caratterizzata da alcuni degli elementi tipici delle torri-rifugio dei *tabor* quali l'ingresso situato al primo livello di solaio e una suddivisione interna adatta sia al rifugio temporaneo della popolazione,



Fig. 7 – *Tabor* di Dolenja vas. La torre-rifugio a pianta circolare posta su uno dei vertici del recinto di prima difesa. Foto di Carlo Nicotra.



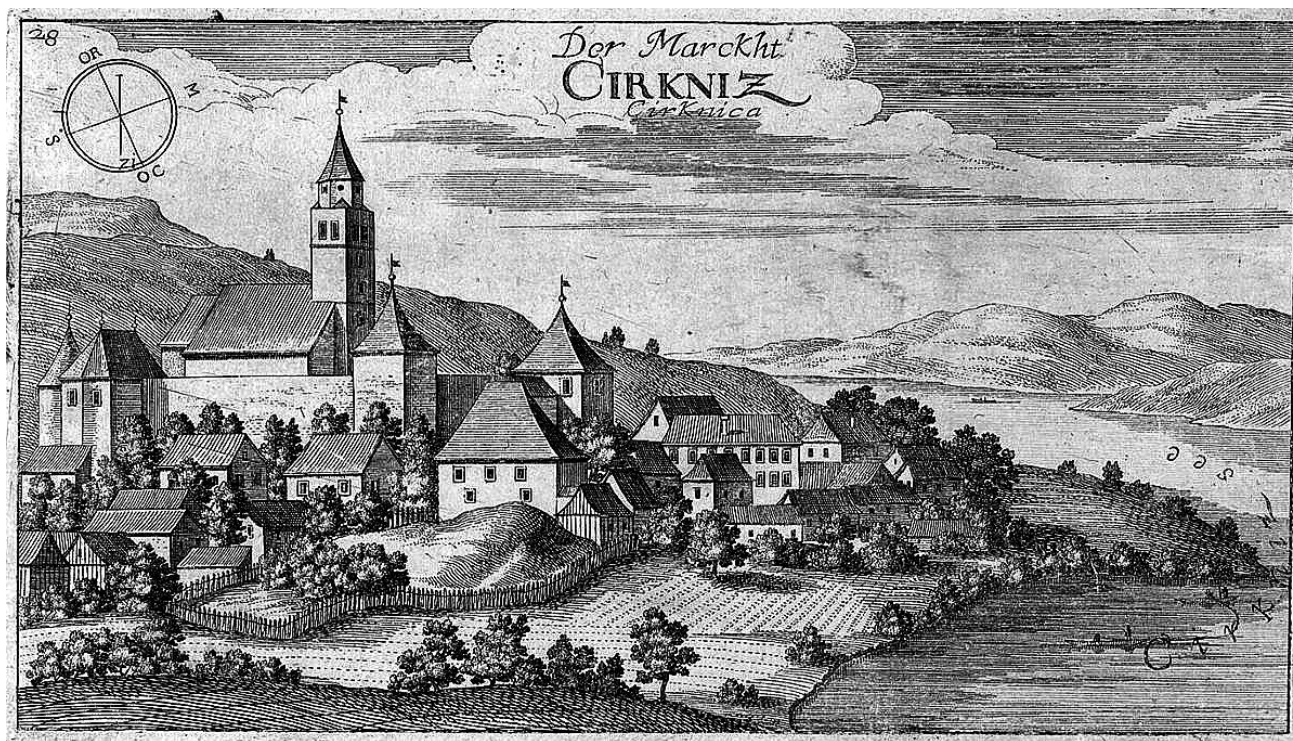


Fig. 8 – Cerknica. Il *tabor* e la cittadina circostante rappresentati in una stampa redatta dal Johann Weikhard Valvasor, 1689.

che all'utilizzo corrente quale granaio-deposito. La torre, dell'altezza di circa 11 metri alla cornice sommitale, presenta un diametro di m.8.20 con murature dello spessore medio alla base di circa 2 metri, ed è situata sul vertice nord orientale del recinto murato che racchiude il cimitero e la chiesa intitolata alla Beata Vergine (Fister 1975, 113-130; Nicotra 2016, 144-146). Un importante ulteriore esempio di rifugio realizzato in simbiosi con l'edificio religioso si trova nella chiesa di San Floriano, sita nel centro del paese di Orehek, presso Postumia. La chiesa, nel corso del XV secolo, venne circondata da un semplice recinto murato a pianta irregolarmente pentagonale che costituiva il primo livello di difesa, mentre il campanile fortificato, rappresentava una seconda possibilità di resistenza. Il *campanile-rifugio* che conserva tuttora molte delle sue caratteristiche originarie, presenta una larghezza alla base di m.7,9 x 7,9 e cinque livelli interni di 24 metri di superficie cadauno che, collegati tra loro da scale in legno, potevano dare provvisorio ricovero alla gran parte degli abitanti del paese. Il modello facilmente replicabile, rappresentato dalla chiesa di Orehek, trova larga diffusione nei territori circostanti; ricordiamo in merito le strutture di Homec e di Krtina presso Domžale (Fister 1975, 66-72, 125-129; Nicotra 2016, 141). L'incendio della chiesa parrocchiale del paese di Cerknica, ad est di Postumia, attuato dalle milizie turche nel 1472, diede avvio alla costruzione di un *castra* che si rivelò uno dei più significativi esempi tra i *tabor* sloveni (fig. 8). Completato tra il 1472 ed il 1482, era costituito da un'importante cerchia murata a pianta poligonale, protetta da due torrioni quadrangolari e da tre torri semicircolari. Al centro del recinto si



trovava la chiesa, mentre lungo il lato interno delle cortine murarie fu realizzata, a piani sovrapposti, una serie di cellule abitative temporanee, collegate ad un insieme di depositi, stalle e fienili (fig. 9).

La complessità del contesto architettonico, suggerì particolare attenzione nella ricerca delle matrici originali utilizzate per la realizzazione dell'opera; gli studi effettuati sulle caratteristiche tipologiche del *tabor* di Cerknica e di altre strutture simili, hanno infatti permesso di dimostrare come, lo sviluppo dei modelli architettonici utilizzati nel XV secolo in territorio sloveno, poteva essere messo a confronto con le tecniche insediative adoperate in alcuni contesti geografici dell'area danubiano-balcanica, e specificatamente, con quelle riferite ai villaggi fortificati realizzati dalle comunità sassoni in Transilvania successivamente al XIII – XIV secolo<sup>20</sup>. Il sistema di difesa realizzato nelle terre rumene, perennemente minacciate dalla contiguità ottomana, prevedeva la fortificazione del centro degli abitati rurali con un articolato sistema di mura, torri, magazzini, fienili e cellule abitative provvisorie, caratterizzato da strutture edilizie sovrapposte, spesso porticate, che si sviluppavano in modo concentrico attorno alla chiesa<sup>21</sup>. Il modello trovò replica, a partire dalla seconda metà del secolo XV, nella tipologia insediativa e negli elementi di dettaglio, di diversi esempi di *tabor* sloveni, Cerknica in *primis* (Fister 1975, 149-152; 1977, 72-84). La valutazione di queste similitudini, normalmente riferita alla fisiologica

Fig. 9 – Cerknica. I resti di una delle torri del XV secolo che costituivano il sistema difensivo del *tabor*; la torre a pianta quadrangolare si trova in stretto rapporto spaziale con la zona absidale della chiesa. Foto di Carlo Nicotra.

<sup>20</sup> Le comunità sassoni, si riscontrano in Transilvania a partire dal XIII secolo in seguito agli insediamenti operati, in varie ondate, dai re d'Ungheria. Essendo la zona esposta a invasioni (mongola del 1241-1242 e turca del 1395), i coloni realizzarono cinte murate attorno ai villaggi. Nelle comunità minori venne fortificato con mura, torri e magazzini il centro del paese attorno alla chiesa. Si riscontrano, nelle aree interessate oltre 150 esempi di queste fortezze (Stroe et al., 2007, 121-185; Ionesco, 1969, 967-1000).

<sup>21</sup> Alcuni siti offrono analogie tipologiche con i *tabor*, quali ad esempio la roccaforte rurale con



recinto a pianta ellissoidale e portico fortificato di Mercurea, la struttura di Härman, con le cellule abitative per il ricovero temporaneo della popolazione ricavate in prossimità della chiesa, il sito di Prejmer, uno dei maggiori e meglio conservati esempi di fortezze contadine dotato di granai, depositi e cellule abitative disposte su tre piani, la struttura di Homorod, che conserva una torre angolare fortificata, adibita anche a granaio e deposito di generi alimentari; vedi: Ionesco 1972, 159; Fister 1975, 149-150; 1972, 67-71; Stroe et al. 2007, 121-185.

<sup>22</sup> Vedi gli studi effettuati da Daniela Durissini in merito alle migrazioni avvenute in ambito balcanico tra XIV e XV secolo conseguentemente alla progressiva occupazione ottomana (2016, 5-48).

circolazione, in ambito europeo, dei maestri muratori, nel caso specifico non può prescindere dalla considerazione di un fattore fondamentale condivisibile tra le due diverse realtà territoriali: le invasioni turche e le loro conseguenze sul territorio. I modelli architettonici e funzionali sviluppati in terra transilvanica dopo le invasioni del 1395, pur fatto salvo il ruolo dei mastri muratori sassoni che edificarono i *castra*, arrivarono certamente, qualche decennio più tardi nella valle della Sava e del Vipacco, quale bagaglio culturale delle popolazioni in fuga dinanzi all'avanzata ottomana nei Balcani<sup>22</sup>.

## Conclusioni

Le complessità legate all'evoluzione dei *castra* rurali, sia in terra friulana che in Slovenia, si intreccia quindi in modo indissolubile con la storia dell'espansione turca e con le condizioni di instabilità socio-politica che si vennero a configurare conseguentemente allo stato di labilità dei confini dello "Stato da tera" della Serenissima. In questo contesto, le diverse popolazioni rurali, private delle più elementari possibilità difensive, reagirono con la ricerca e l'attivazione di modelli di protezione che prescindevano dal ruolo esclusivo delle strutture militari venete e del sistema fortificato derivato dall'incastellamento feudale. Il filo conduttore di questo processo si sdoppia, ponendo da un lato l'accento sulla stretta relazione intercorrente tra nascita, sviluppo e continuità gestionale dei *castra* rurali con le strutture ecclesiastiche, e sui complessi rapporti di suddivisione del potere, nei territori interessati, tra chiesa, comunità rurali e signori feudali, e dall'altro rivisitando le radici culturali che stanno alla base dell'evoluzione dei modelli architettonici. ●

## Bibliografia

- Altan, Mario Giovanni Battista. 1981. "Nascita e sviluppo dei borghi fortificati". In *Castelli del Friuli*, vol. 5, a cura di Tito Miotti, 163-195. Udine: Del Bianco.
- Brodini, Alessandro. 1999. "Il cantiere della fortezza di Orzinuovi nella prima metà del XVI secolo". In *Rive e rivali. Il fiume Oglio e i suoi territori*, a cura di Carla Boroni, Sergio Onger e Maurizio Pegrari, 109-119. Roccafranca (Brescia): La Compagnia della Stampa.
- Buttazzoni, Carlo. 1870-1871. "Incursioni turchesche nel secolo XV". *Archeografo Triestino* 2 (2): 393-396.
- Ciglencečki, Slavko. 1990. "Le fortificazioni d'altura dall'epoca tardo antica in Slovenia". *Archeologia medievale* 17: 17-19.

- Ciglencečki, Slavko. 1999. "Results and problems in the Archeology of the Late Antiquity in Slovenia". *Arheološki vestnik* 50: 287-309.
- Collodo, Silvana. 1980. "Recinti rurali fortificati nell'Italia nord-orientale (sec. XII-XIV)". *Archivio Veneto* 5 (114): 5-36.
- Concina, Ennio. 1988. "Il rinnovamento difensivo nei territori della Repubblica di Venezia nella prima metà del Cinquecento: modelli, dibattiti, scelte". In *Architettura militare nell'Europa del XVI secolo*. Atti del convegno di studi Firenze 25-28 novembre 1986, a cura di Carlo Cresti. Siena: Periccioli.
- Concina, Ennio. 1988. *Pietre parole storia. Glossario della costruzione nelle fonti veneziane (secoli XV XVIII)*. Venezia: Marsilio.
- Concina, Ennio, e Elisabetta Molteni. 2001. *La fabbrica della fortezza. L'architettura militare di Venezia*. Verona: Banca Popolare di Verona.
- Corbellini, Roberta, e Maria Masau Dan. 1979. *Gradisca (1479-1511). Storia di una fortezza*. Gradisca d'Isonzo: Comune di Gradisca.
- Cremonesi, Arduino. 1976. *La sfida turca contro gli Asburgo e Venezia*. Udine: Arti Grafiche Friulane.
- Cusin, Fabio. 1934. "Le vie d' invasione dei turchi in Italia nel secolo XV". *Archeografo Triestino* 3 (19): 143-156.
- Cusin, Fabio. 1937. *Il confine orientale d'Italia nella politica europea del XIV e XV secolo*. 2 vols. Milano: Giuffrè.
- Davies, Paul, e David Hemsoll. 2004. *Michele Sanmicheli*. Milano: Electa.
- Degrassi, Donata. 2002. *Castelli e città nel Friuli Venezia Giulia*. Gorizia: Editrice Goriziana.
- Durissini, Daniela. 2010. "Trieste e i Turchi: storie di rapimenti e di riscatti". *Quaderni Giuliani di Storia* 31 (2): 303-324.
- Durissini, Daniela. 2012. "Prigionieri dei Turchi: mediatori e mediazioni alla fine del XV secolo". *Quaderni Giuliani di Storia* 33: 11-34.
- Durissini, Daniela. 2016. "Movimenti di popolazioni e mobilità sociale tra XIV e XVI secolo. Patriarcato aquileiese e territori veneti". *Quaderni Giuliani di Storia* 37 (1): 5-48.
- Fiore, Francesco Paolo Fiore, cur. 2014. *L'architettura militare di Venezia in terraferma e in Adriatico fra XVI e XVII secolo*. Firenze: Olschki.
- Fister, Peter. 1972. "Taberele' taranesti antiotomane din Slovenia, probleme comune cu bisericile fortificate transilvanene". *Buletinul monumentelor istorice* 41: 67-71.
- Fister, Peter. 1975. *Arhitektura slovenskih protiturških Taborov*. Lubiana: Slovenska Matica.
- Fister, Peter. 1977. "Tabor v Cerknici na Notranjskem". *Notranjski listi* 1: 72-84.
- Foscan, Luigi, e Erwin Vecchiet. 2001. *I castelli dei monti, delle valli del Carso goriziano e dell'Isonzo. I Tabor*. Trieste: Edizioni Luglio.

- Francescutto, Massimiliano. 2012. "Luoghi di culto e castra: il territorio friulano tra tardoantico e alto medioevo". In *Atti della tavola rotonda. Prima dei castelli medievali: materiali e luoghi nell'arco alpino orientale*, a cura di Barbara Maurina e Carlo Andrea Postinger. *Atti Accademia Roveretana Agiati* 262, 9 (2):151-188.
- Gargiulo, Roberto. 2006. *Mamma li turchi. Il leone e la mezzaluna*. Pordenone: Biblioteca dell'immagine.
- Chironi, Silvano, e Antonio Manno. 1993. *Palmanova. Storia progetti e cartografia urbana (1593-1866)*. Padova: Turato.
- Hale, John R. 1990. *L'organizzazione militare di Venezia nel '500*. Milano: Jouvence.
- Ionesco, Grigore. 1969. "Les rapports de l'architecture roumaine médiévale avec l'art des pays balkaniques et du Proche-Orient". In *Actes du premier Congrès International des Etudes Balkaniques et Sud-Est Européennes*, vol. 2, 967-1000. Sofia: Académie Bulgare des Sciences.
- Ionesco, Grigore. 1973. *Historie de l'architecture en Roumanie*. Bucarest: Accademia di Romania.
- Leicht, Pier Silverio. 1930. "Sommario della storia del goriziano". In *Guida del Friuli*, vol. 5, *Gorizia con le vallate dell'Isonzo e del Vipacco*, a cura di Michele Gortani, 97-132. Udine: Del Bianco.
- Malipiero, Domenico. 1843. "Annali veneti dall'anno 1457 al 1500". *Archivio storico italiano* 7 (1): 77.
- Mallett, Michael E. 2015. *L'organizzazione militare di Venezia nel '400*. Milano: Jouvence.
- Manno, Antonio. 2014. "Palma, la nuova Aquileia, specchio di Venezia e del Rinascimento". In *Fiore* 2014, 191-219.
- Mazzi, Giuliana. 2014. "Michele Sanmicheli. La cosiddetta scuola sanmichelliana e le difese della Repubblica". In *Fiore* 2014, 119-142.
- Miotti, Tito. 1981. "Impostazione ed evoluzione delle componenti difensive dopo il Mille e fino al secolo XVI". In *Castelli del Friuli*, vol. 5, a cura di Tito Miotti, 111-124. Udine: Del Bianco.
- Mlakar, Anja. 2014. "Krvoločni osvajalci in hudičevi vojaki: 'Turki' kot 'barbari' v ideoloških diskurzih in slovenski folklori". *Studia Mythologica Slavica* 17: 221-242.
- Mosetti, Adolfo. 1933. "La rocca di Gradisca e l'origine della denominazione di Borgo della Rocca". *Studi Goriziani* 9: 133-137.
- Mulitsh, Emilio. 1930. "La valle del Vipacco". In *Guida del Friuli*, vol. 5, *Gorizia con le vallate dell'Isonzo e del Vipacco*, a cura di Michele Gortani, 599-638. Udine: Del Bianco.
- Nicotra, Carlo. 2016. "Architetture militari, tabor e fortificazioni nel goriziano e nella valle del Vipacco, la minaccia turca nei secoli XV e XVI e le strutture di rifugio per la popolazione". *Archeografo Triestino* 4, 65 [=124]: 111-154.



- Paschini, Pio. 2010. *Storia del Friuli*. Udine: Provincia di Udine.
- Pedani Fabris, Maria Pia. 1994. "I Turchi e il Friuli alla fine del Quattrocento". *Memorie Storiche Forogiuliesi* 74: 203-224.
- Pedretti, Carlo. 1978. *Leonardo architetto*. Milano: Electa.
- Pepper, Simon. 2014. "Defending the Frontiers of Venice: fortification and defensive strategy in the Friuli before Palmanova". In Fiore 2014, 3-20.
- Piuzzi, Fabio. 1999. "Ricerche sui castelli del Friuli". In *Le fortificazioni del Garda e i sistemi di difesa dell'Italia settentrionale tra Tardo Antico e Alto Medioevo*. 2.° Convegno Archeologico del Garda, a cura di Gian Pietro Brogiolo, 155-167. Mantova: Società Archeologica Padana.
- Polano, Sergio, cur. 1988. *L'architettura militare veneta del Cinquecento*. Milano: Electa.
- Pollak, Martha. 2013. "The 'Palmanova effect' and fortified european cities in the seventeenth-century". In Fiore 2014, 21-36.
- Preto, Paolo. 1975. *Venezia e i Turchi*. Firenze: Sansoni.
- Puppi, Lionello. 1986. *Michele Sanmicheli architetto: opera completa*. Roma: Caliban.
- Sanudo, Marin. 1853. *Descrizione della Patria del Friuli*. Venezia: Tipografia di Pietro Naratovich.
- Sanudo, Marino. 2014. *Itinerario per la terraferma veneziana*. Edizione critica e commento a cura di Gian Maria Varanini. Roma: Viella.
- Savorgnan, Giulio. 1869. *Discorso circa la difesa del Friuli*. Edizione a cura di Vincenzo Joppi. Udine: Seitz.
- Settia, Aldo A. 2001. *L'illusione della sicurezza. Fortificazioni di rifugio nell'Italia medievale "ricetti", "bastite", "cortine"*. Vercelli: Saviolo.
- Simoniti, Vasko. 1988. "Slovenska historiografija o turških vpadihin obrambi pred njimi". *Zgodovinski časopis* 42: 505-516.
- Solmi, Edmondo. 1908. "Leonardo da Vinci e la Repubblica di Venezia, novembre 1499 – aprile 1500". *Archivio Storico Lombardo: Giornale della Società Storica Lombarda* 4 (10): 327-359.
- Stroe, Adriana; Iozeffina Postăvaru e Josef Kovacs. 2007. "Transylvanian village sites with fortified churches". In *Romania Patrimoine Mondial*, 121-185. Bucarest: Independent Film.
- Tirelli, Roberto. 1998. *1499. Corsero li Turchi la Patria. Le incursioni dei Turchi in Friuli*. Pordenone: Biblioteca dell'immagine.
- Trebbi, Giuseppe. 2004. "Venezia, Gorizia e i Turchi. Un discorso inedito sulla difesa della Patria del Friuli (1473-1474)". In *Da Ottone III a Massimiliano I. Gorizia e i conti di Gorizia nel Medio Evo*, a cura di Silvano Cavazza, 375-396. Gorizia: Laguna.

- Trebbi, Giuseppe. 2014. "Venezia e la questione gradiscana, dalla dieta di Worms alla guerra degli Uscocchi". *Quaderni Giuliani di Storia* 35 (2): 295-320.
- Valentini, Giulio. 1990. "Le cente di Cormons e Brazzano". In *Cormons, Quaderni del centro Regionale di Catalogazione dei Beni culturali*, 21. Udine: Regione autonoma Friuli-Venezia Giulia.
- Valvasor, Johann Weikhard. 1689. *Die Ehre des Hertzogthums Krain*. Vol. 2. Laibach: Wolfgang Moritz Endter Buchhändlern in Nürnberg.
- Zaccaria, Claudio. 1981. "Le fortificazioni romane e tardo antiche". In *Castelli del Friuli*, vol. 5, a cura di Tito Miotti, 61-95. Udine: Del Bianco.

## Resumo

O artigo centra-se na história da arquitectura e do urbanismo em Arezzo entre os séculos XVI e XVII. O tema é analisado no contexto das iniciativas promovidas por Florença, no âmbito do programa de construção do estado territorial, tendo em conta o confronto com as estratégias arquitectónicas levadas a cabo pelos pontífices e a corte papal em Roma, capital do Estado Pontifício. O contributo, desenvolvendo os estudos sobre a actividade de Giuliano e Antonio da Sangallo nos estaleiros das fortificações aretinas (em especial na fortaleza de Arezzo), constitui um aprofundamento sobre o impacto de tais intervenções no planeamento urbano das cidades envolvidas e nos seus programas de *renovatio urbis*, elaborados a nível central em Florença, em estreito diálogo com as estratégias urbanas lançadas em Roma. A exportação dos projectos dos arquitectos inscritos nas fileiras das magistraturas florentinas, tornou-se explícita nas cidades estudadas através de um processo dialéctico peculiar, no qual a administração central tinha que lidar, por um lado, com os interesses dos magistrados periféricos, atentos às antigas autonomias municipais, e por outro, com os do patriciado local, interessado em autopromover-se por meio da encomenda arquitectónica. ●

## Abstract

The article focuses on the architecture of Arezzo in the sixteenth and seventeenth centuries, examined in the context of initiatives promoted by Florence as part of the *stato territoriale* construction project, and a comparison of the architectural strategies initiated by the Popes and the Papal Court in Rome, the capital of the Papal States. The article aims to extend the investigation of the involvement of Giuliano and Antonio da Sangallo in planning defensive walls in the territory of Arezzo (especially for the city's strongholds), expanding on the impact of these measures on urban form in terms of the *renovatio urbis* programmes that took place in Florence, in close dialogue with urban planning strategies developed in Rome. The urban planning devised by architects from Florence (the capital of Tuscany) were carried out in the subjugated cities in a peculiar dialectical process of negotiation that fomented conflict between the Florentine government, the local magistrates and the nobility of the subjugated cities, each desiring to protect its own interests. While the local magistrates were interested in preserving the memory of their former independence by keeping their government buildings intact, the nobility wanted to demonstrate their own power and wealth through architectural patronage. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**Marino Viganò**

Direttore Fondazione Trivulzio, Milano

**Rafael Moreira**

CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

## palavras-chave

CIDADE

AREZZO

SANGALLO

MEDICI

## keywords

CITY

AREZZO

SANGALLO

MEDICI

## Data de Submissão

Date of Submission

Set. 2017

## Data de Aceitação

Date of Approval

Dez. 2017

# LA CITTÀ E LA FORTEZZA:

## AREZZO E LE FORTIFICAZIONI ARETINE TRA CINQUE E SEICENTO

---

MARIA TERESA PEPE

Cultore della materia, Facoltà di  
Architettura dell'Università degli Studi  
di Firenze

Obiettivo del contributo è un approfondimento delle ricadute degli interventi di Giuliano e Antonio da Sangallo nei cantieri aretini, sull'assetto urbanistico delle città coinvolte, e l'avvio di una prima valutazione dei programmi di *renovatio urbis* che, elaborati a Firenze in sintonia con le strategie edificatorie promosse nello Stato pontificio, nelle città toscane poterono concretizzarsi solo attraverso articolati processi di confronto tra gli interessi delle magistrature locali da un lato (memori delle antiche autonomie comunali), e del patriziato dall'altro. Un patriziato che, impegnato nel *cursus honorum* tra gli alti ranghi dell'*entourage* mediceo e di quello pontificio, riponeva grandi speranze negli investimenti immobiliari per la propria auto-promozione attraverso la committenza architettonica.

In tale contesto la figura dell'architetto e/o ingegnere 'militare' assume un ruolo centrale, non solo per la veicolazione delle più aggiornate soluzioni tecniche (e morfo-sintattiche), ma anche per gli scambi tra contesti socio-culturali, apparentemente estranei e lontani, ma a un'attenta analisi frutto di mutue influenze favorite (anche) dai progettisti dei cantieri della difesa, interlocutori privilegiati del *principe architetto* (Viganò 1999).

Nello stato d'*ancien régime* la gestione da parte dell'amministrazione centrale delle fortificazioni e dei cantieri che attualmente classificheremmo come 'infrastrutture' e 'opere pubbliche', giustifica il coinvolgimento degli architetti fiorentini nelle maggiori fabbriche delle città soggette del dominio di Firenze. La gestione centralizzata dell'attività edilizia 'pubblica' contribuisce inoltre a spiegare il coinvolgimento degli stessi architetti nei cantieri promossi dalle corti, italiane ed europee, o da personaggi di spicco a tali corti legati, a Roma e in tutte le città che, interessate da progetti ambiziosi tesi a intervenire sugli organismi urbani ereditati dall'epoca antica,

medievale e comunale, si apprestavano a essere plasmate dai disegni del principe, interessato al consono *decorum* delle proprie città, non meno che alla sicurezza.<sup>1</sup>

## I

Gli interventi cinque-seicenteschi da cui è risultata la forma urbana di Arezzo e dei centri del territorio afferente fanno riferimento al contesto storico-culturale entro cui furono promosse iniziative giuridiche e amministrative, finalizzate alla strutturazione di un apparato statale e di norme efficienti, in grado di supportare interventi architettonici e urbanistici promossi a scala territoriale (Borsi 1980, 230; Dezzi Bardeschi 1980, 273-294; Franchetti Pardo 1980, 231-253; Spini 1986). Va ricordato e sottolineato che le scelte di Cosimo I e dei suoi discendenti si posero in rapporto di continuità e complementarietà non solo con gli orientamenti manifestati dai ‘predecessori’, alla guida della quattrocentesca repubblica oligarchica, ma anche con le iniziative di Leone X e Clemente VII de’ Medici, gli apporti derivanti dal cui peso politico e culturale, oculatamente esercitato su più fronti, possono essere considerati il punto di partenza del principato mediceo avviato da Cosimo I nel 1537.

Il governo di Cosimo I si contraddistinse immediatamente per gli sforzi di strumentalizzazione delle magistrature statali, tesi all’attuazione di strategie patrimoniali e immobiliari, rispondenti a programmi ambiziosi di committenza architettonica e urbanistica. Nell’articolato processo di formazione dei principati, tali sforzi rientravano nei piani predisposti alla strutturazione amministrativa dello stato assolutistico e all’asservimento di normative comunali e/o repubblicane o alla creazione *ad hoc* di strumenti appropriati, atti a scongiurare il *pregiudizio al pubblico o al privato* in nome dei criteri di *utilità, comodo e bellezza*. Gli stessi criteri che, invocati in occasione degli interventi edilizi sottoposti all’attenzione di ‘Sua Altezza’, andarono a definire l’estetica urbana perseguita dal principe, senza rinunciare alle velleità di legittimazione perseguite col riferimento alla tradizione vitruviana, filtrata da Alberti e dalla più autorevole trattatistica rinascimentale.

In posizione di frontiera tra territori di influenza romana e gallica prima e centro nevralgico di un sistema di collegamento di antica tradizione tra Toscana ed Emilia Romagna, l’importanza di Arezzo risiedeva da sempre nel carattere geografico di raccordo tra nord e sud e, nell’epoca in esame, per i collegamenti di Firenze con l’Emilia orientale, il Montefeltro e la Romagna (Franchetti Pardo 1986, 1-10).

L’apparato difensivo di epoca medievale era situato in corrispondenza dell’area sopraelevata della città, comprendente i due poggi di S. Donato e S. Pietro. Risalente alla fase successiva alla prima acquisizione fiorentina del 1337-43, era stato oggetto di interventi successivi a partire dall’85, cioè subito dopo l’annessione definitiva da parte di Firenze. Il sistema era articolato in due casseri, in qualche modo raccordati tra loro. Il cassero di S. Clemente era ubicato presso un’omonima porta che a sua volta prendeva il nome dalla presenza della “badia di S. Clemente”. L’antico

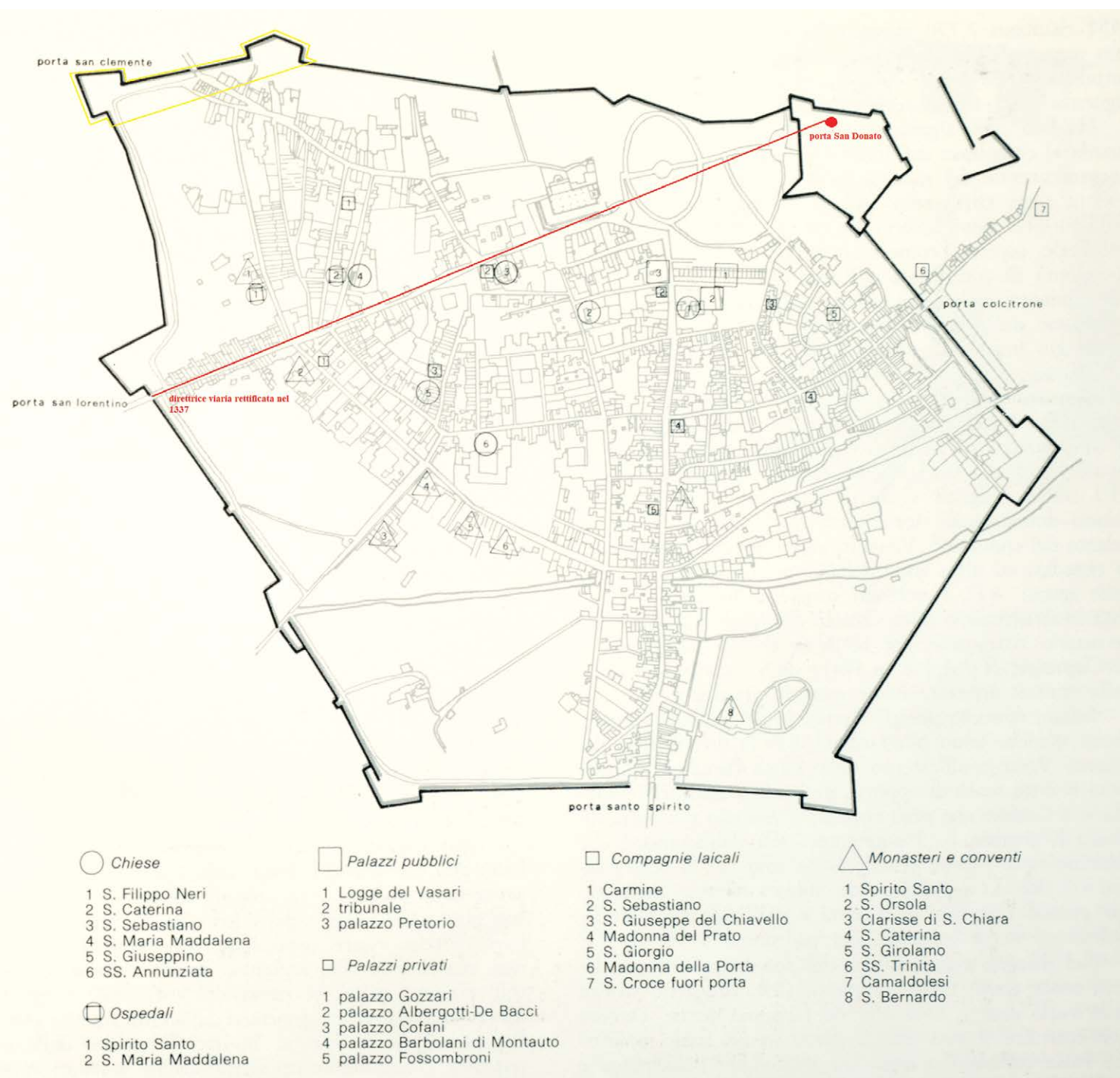
<sup>1</sup> Il presente articolo è in parte frutto di ricerche avviate in occasione della preparazione della tesi di laurea specialistica in storia dell’arte discussa presso l’Università degli Studi di Siena (rel. prof. M. L. Madonna, 2009), e proseguite nel corso del dottorato in storia dell’architettura presso l’Università degli Studi di Roma “La Sapienza” (supervisore prof. M. Fagiolo, 2013).

insediamento religioso, prossimo alle mura duecentesche, sarebbe stato “rovinato” e “spianato”, a partire dal 1542-43 (Andanti 2007, 409-441), in occasione della “ristaurazione delle mura della Città sotto il governo di Cosimo I” consistente nella realizzazione di una cinta urbana bastionata insistente su un perimetro contratto rispetto a quello dell’obsoleto circuito medievale, caratterizzato da “mura forti con Torre e merli secondo l’uso Ghibellino” (Farulli 1717, 198, 217; Rondinelli 1755, 60). Il cassero di S. Alberto o di S. Donato invece era situato in corrispondenza dell’area in seguito occupata dalla fortezza cinquecentesca. Tali difese proteggevano il nucleo urbano di età comunale, comprensivo di edifici di culto, delle proprietà immobiliari dei Tarlati (la famiglia del vescovo-conte), del palazzo del Comune (1232) con la sua “torre Rossa” (1318) e del palazzo del Popolo (1270-78) (Carpanelli 1944, 133-156). Nel 1583 rimanevano ancora strutture superstiti del “Palagio” comunale, consistenti in “una facciata” che, situata “tra la Fortezza, et il Duomo”, corrispondeva verosimilmente a ciò che era rimasto dopo che, nel ‘33, l’edificio sarebbe stato “Gettato in terra, per esser dirimpetto, e assai vicino alla Fortezza” (Rondinelli 1755, 90). Allo stato attuale, rimane traccia delle strutture difensive, verosimilmente tre-quattrocentesche, nel settore nord-orientale della fortezza, compreso tra il baluardo detto “della Diacciaia” e quello “del Soccorso”. Inglobata nella fortezza cinquecentesca, è ancora presente un’antica porta urbana sormontata da tre stemmi, identificabile con la porta di S. Donato in quanto in asse con la direttrice viaria rettificata nel 1337 che, in direzione di Firenze, permetteva l’ingresso in città da Porta S. Lorentino (fig. 1-2). Gli stemmi, identificabili con il Giglio, le Chiavi della chiesa e la Croce del Popolo di Firenze, vanno probabilmente riferiti al clima storico di tensioni, legate alle iniziative di espansione territoriale fiorentina e alle velleità miranti alla costituzione di una provincia ecclesiastica toscana in antagonismo con lo Stato ecclesiastico, anch’esso in formazione. L’acme delle tensioni fu raggiunta nel 1403 con la resistenza di Coluccio Salutati nei confronti della nomina papale di un vescovo straniero per la diocesi di Arezzo. In tale circostanza il valore e il significato, attribuito da Firenze al vescovato della città soggetta, fu rimarcato dal suggestivo epiteto riferito alla “Civitas Aretina” definita, “arx [...], singulareque presidium nostri status” (Chittolini 1980, 275-296; Bizzocchi 1987, 72-74; Peterson 2000, 122-143).

La connotazione araldica dell’antica porta di S. Donato, potrebbe verosimilmente risalire a interventi alle strutture difensive contestuali a tale fase storica, caratterizzata per altro da una notevole pressione fiscale imposta dalla Dominante, verosimilmente giustificata da interventi infrastrutturali (Black 1992, 33-47).

Il reperimento dei fondi per le fabbriche ‘pubbliche’ attraverso il ricorso alla pressione fiscale, ad Arezzo trovava applicazione nel controllo dei proventi derivanti dalle sanzioni imposte dall’ufficiale del danno dato, destinati, almeno nel corso dell’ultimo trentennio del Quattrocento (se pure in maniera non continuativa), a interventi edilizi che interessarono non solo le infrastrutture come le difese e il sistema di approvvigionamento idrico della città, ma anche la “muraglia” della “ghiesa [...] cathedrale” (Black 1996, 217-234). Gli interventi interessanti la cat-





tedrale, all'epoca di Lorenzo il Magnifico, coincisero con l'episcopato di Gentile de' Becchi, i cui rapporti con i Medici sono noti e a cui Vasari (1568) riferisce la costruzione, affidata all'abate Pietro Dei, "di una loggia", "a piano con la chiesa e palazzo", di collegamento tra il palazzo vescovile e la cattedrale (Corsi Miraglia 1985, 10-21; Maetzke 1992, 125-136). Le fonti attestano che le "loggie del vescovado", successivamente tamponate, ancora nel 1590 garantivano l'accesso al duomo anche ai residenti di quelle "pochissime casucce" situate *extra moenia*, sulle pendici settentrionali del "Poggio di S. Pietro"<sup>2</sup>.

Fig. 1 – Arezzo, cinta e fortificazioni cinquecentesche con localizzazione dei principali edifici civili e religiosi, direttrice viaria rettificata nel 1337 evidenziata in rosso e tratto di mura presso S. Clemente in giallo (da Franchetti Pardo, 1986: 83; rielaborazione Maria Teresa Pepe).

<sup>2</sup> Archivio di Stato di Firenze (ASF), Capitani di parte Guelfa, numeri neri, 760, n. 245.

Fig. 2 – Arezzo, fortezza preesistenze, antica Porta S. Donato, particolare.

Foto di Maria Teresa Pepe 2017.



Il ricorso agli introiti fiscali per il finanziamento di interventi architettonici risulta in linea con le misure messe in atto anche nelle città dello Stato pontificio. A Viterbo per esempio, all'indomani della decisione della costruzione della residenza del Governatore (manifestata nel 1444 e avviata nel '60, con Pio II), Vitellozzo Vitelli (allora Tesoriere del Patrimonio), veniva autorizzato a devolvere parte dei proventi derivanti dalla tassa dei malefici ("officio ratione maleficiorum"), alla trasformazione del Palazzo Podestarile in residenza del Governatore (Madonna 1983, 23-89).

## II

Gli interventi edilizi promossi ad Arezzo nel corso del XV secolo, interessando le strutture difensive e le sedi del potere ecclesiastico nella parte alta della città, assecondavano la tendenza, avviata nel secolo precedente, a prediligere le pendici dei due poggi di S. Pietro e S. Donato, virando verso occidente la localizzazione del centro rappresentativo cittadino (il cui nucleo originario coincideva invece con il settore orientale situato al di sotto della fortezza cinquecentesca), in controtendenza con altri casi toscani (Firenze, Pisa, Pistoia, Volterra), dove la città comunale aveva confermato la scelta del nucleo originario per la localizzazione del proprio centro direzionale (Franchetti Pardo 1986, 29-69).

Le fortificazioni e le trasformazioni urbane dei centri del dominio fiorentino risentono profondamente dell'afferenza al sistema territoriale di riferimento, per cui vanno interpretate nei contesti più ampi della Repubblica fiorentina prima e del principato mediceo poi. Proprio l'appartenenza dei singoli organismi urbani a uno stato territoriale infatti ha comportato conseguenze non solo sul piano dell'organizzazione infrastrutturale del territorio e delle scelte morfologiche e linguistiche

adottate nella messa in opera degli apparati difensivi (la responsabilità progettuale dei cui cantieri era affidata a progettisti che facevano riferimento alle magistrature fiorentine), ma anche sul piano della prassi amministrativa dei cantieri, gestiti oculatamente a livello centrale sia in epoca repubblicana che durante il principato mediceo. Tale gestione amministrativa prevedeva che, sin dalla fase di formazione dello stato territoriale fiorentino, le comunità soggette come Arezzo fossero tenute a contribuire non solo al mantenimento delle armate fiorentine in campo e all'armamento della propria cittadella, ma anche all'equipaggiamento di quelle delle altre città del distretto.

A conferma della continuità tra epoca repubblicana e principato mediceo, si può ricordare che nel 1551 il vicario di Pieve Santo Stefano, nella retina Valtiberina, aveva chiesto l'esenzione dalle imposte "per conto del baluardo" della vicina Borgo Sansepolcro, in ragione della necessità, evidentemente più urgente, di restauri "alle mura di detta Pieve" e al "ponte che e achanto a dette mura"<sup>3</sup>. Nel '61 invece, sempre in Valtiberina, era la Comunità di Anghiari a essere sollecitata a decidere se devolvere in favore delle mura di Borgo Sansepolcro o, in alternativa delle proprie, la somma di cui era debitrice nei confronti dell'amministrazione<sup>4</sup>.

La prassi di far concorrere diverse comunità nella conduzione dei cantieri per le fabbriche 'di pubblica utilità', non riguardava solo la sfera prettamente economica ma anche quella delle maestranze, più o meno specializzate. Così per esempio, Baldassarre Lanci nel 1566, impegnato nelle fortificazioni di Siena che aveva in programma di "cominciare il primo di maggio futuro et seguire sino a mezzo giugno", ad aprile scriveva a Firenze per ricevere istruzioni sulle località presso cui avrebbe potuto reclutare le maestranze, suggerendo la possibilità di ingaggiarle in "quelle podesterie et luoghi più vicini a Siena" onde evitare il "disagio delle persone"<sup>5</sup>. Per il cantiere di Radicofani invece, il medesimo "Mastro Baldassarre da Urbino", proponeva l'impiego "di 500 uomini di Montepulciano et di Cortona", in aggiunta a un altro contingente che sarebbe stato reclutato "dallo Stato di Siena"<sup>6</sup>.

Gli ordinamenti statutari trecenteschi di Arezzo, come anche quelli di Cortona, prevedevano già un ufficio competente in materia di lavori pubblici e decoro urbano, questo ufficio era presieduto da un *officialis viarum*. Fu questo genere di uffici a costituire il substrato a cui si sovrapposero le magistrature dei principati di età moderna, come quello mediceo e quello ecclesiastico che, come attestato dalle fonti, si avvalsero della lunga tradizione di periti giurati, agrimensori e membri dell'Arte dei maestri di pietra e legname. Per i cantieri delle opere pubbliche di impegno particolare come le fortificazioni (o anche le cattedrali) venivano costituiti poi uffici appositi. Le norme statutarie aretine, sin dall'epoca medievale testimoniavano inoltre specifiche attenzioni a garanzia di funzionalità e fruibilità dei settori urbani, con l'esplicitazione di divieti alla creazione di ingombri a tutela della percorribilità di strade, piazze e spazi pubblici come anche delle vie di fuga nell'eventualità di emergenze belliche (Del Vita 1929, 285-310; Brunacci 1934, 45-50; Franchetti Pardo 1986, 29-52).

<sup>3</sup> ASF, Capitani di parte Guelfa, Numeri neri, 699, n. 113.

<sup>4</sup> ASF, Capitani di parte Guelfa, Numeri neri, 711, n. 26.

<sup>5</sup> ASF, Capitani di parte Guelfa, Numeri neri, 719, n. 24.

<sup>6</sup> ASF, Capitani di parte Guelfa, Numeri neri, 719, n. 173.



Le magistrature competenti in materia edilizia dei principati italiani dunque, come i Capitani di Parte Guelfa di Firenze (con giurisdizione su tutto il territorio del principato e dotati di prerogativa per la confisca dei beni dei 'ribelli'), si inserirono in tradizioni che risalivano almeno al XIII secolo. Tradizioni che, per fare qualche esempio, avevano previsto l'istituzione dei Viari ad Arezzo e a Siena, dei maestri di strada a Roma, dei Sei incaricati del recupero dei diritti della Giurisdizione e della



Fig. 3 – Foiano della Chiana, mura quattrocentesche, torrione cilindrico su base poligonale. Foto di Maria Teresa Pepe 2017.

Proprietà a Firenze, dei Balivi Viarum a Volterra o dell'Ufficio dei Padri del Comune a Genova (Adams 1994, 205-231).

L'impegno programmatico di presidiare stabilmente il Dominio fiorentino risaliva a Lorenzo il Magnifico e al periodo dei delicati equilibri politici successivo alla pace di Lodi. L'inefficienza e inadeguatezza dei castelli dell'aretino si erano palesate sin dalla seconda metà del XV secolo, all'arrivo delle truppe del duca di Calabria, affiancato in quella circostanza da Federico da Montefeltro. All'epoca le fortificazioni di piccoli borghi come Foiano della Chiana (Arezzo) per esempio, dovevano rispecchiare standard ormai obsoleti se, come riferisce Bartolomeo Facio, Ferdinando di Calabria "turres ligneas erigi iussit tanta altitudine, ut oppidi muros aequarent", in modo che "trapassando le mura della terra, toglieva con esse le difese" (Facius 1560, 273; Mauro 1580, 430). Conseguentemente alle vicissitudini patite dalla comunità, nel 1476 Firenze devolveva i proventi dei beni confiscati a Pozzo della Chiana (presso Foiano), all'aggiornamento delle mura. Nell'84 infatti fu destinata una "spesa di 800 lire l'anno" alla "scarpa della muraglia del castello", realizzata "nel modo e forma [...] ordinato" da Firenze<sup>7</sup> (fig. 3).

<sup>7</sup> Archivio Storico del Comune di Foiano della Chiana, Preunitario 826, c. 44r.

### III

La conformazione urbana di Arezzo invece fu profondamente trasformata dagli interventi cinquecenteschi sulle strutture difensive che andarono a sovrapporsi alle preesistenze antiche e medievali, in parte per obliterarle e in parte per metabolizzarle nelle forme della nuova città rinascimentale e, successivamente, medicea. Nel 1502 la Balìa fiorentina aveva inviato in città "l'ingegnere" Giuliano da Sangallo. La decisione di intervenire sulle fortificazioni, successiva alla insurrezione anti-fiorentina (in senso filo-mediceo), rispondeva all'esigenza di aggiornare le difese urbane; così Giuliano, in seguito al consueto sopralluogo per l'analisi delle preesistenze, aveva "ritratto di quel tanto si può fare per rimettere questo chassero in fortezza" (Gaye 1840, 57).

Conseguentemente ai disordini del 1502, malgrado la severità di Machiavelli, auspicata nel "modo di trattare i popoli della Val di Chiana ribellati", avesse suggerito in proposito l'esempio dei provvedimenti adottati dal Senato romano nei confronti dei ribelli e della drastica punizione inflitta a Velletri e Anzio, la politica di Firenze nei confronti di Arezzo, sebbene avesse previsto la confisca dei beni e il bando dei ribelli (sollevatisi a sostegno dei Medici), non prevede lo smantellamento delle fortificazioni della 'inaffidabile' città (Pieraccini 1939, 17-50; Pieraccini 1940, 146-220; Bayley 1961, 250). Dunque l'idea dell'imposizione punitiva di nuove strutture difensive e, nello specifico, di una fortezza, concepita anche come organismo dissuasivo atto a contrastare eventuali disordini interni, non sembra fosse stata contemplata da Firenze, almeno non in questa fase. Dai sopralluoghi "dell'architectore" Giuliano, che aveva esaminato nel dettaglio i punti deboli e quelli di forza del sistema,



erano emerse complessità e criticità della situazione preesistente concepita nel suo insieme, di città e strutture difensive. Il problema quindi era stato impostato nei seguenti termini: “mantenere” il “luogho, o “risolvere la questione “con una expugnabile fortezza”. La soluzione migliore, anche in fatto di costi, dovette coincidere con quella di adattarsi “a quel che è facto”, scelta che avrebbe comunque garantito un risultato “forte et utile et honorevole” (Gaye 1840, 57-58).



Fig. 4 – Giovan Battista Belluzzi (1506-1554), disegno sullo stato delle fortificazioni di Arezzo intorno al 1549-52, BNCF, *Fondo nazionale*, II.l. 28.o, c. 12r (da Lamberini 2007, 1: tav. 54).

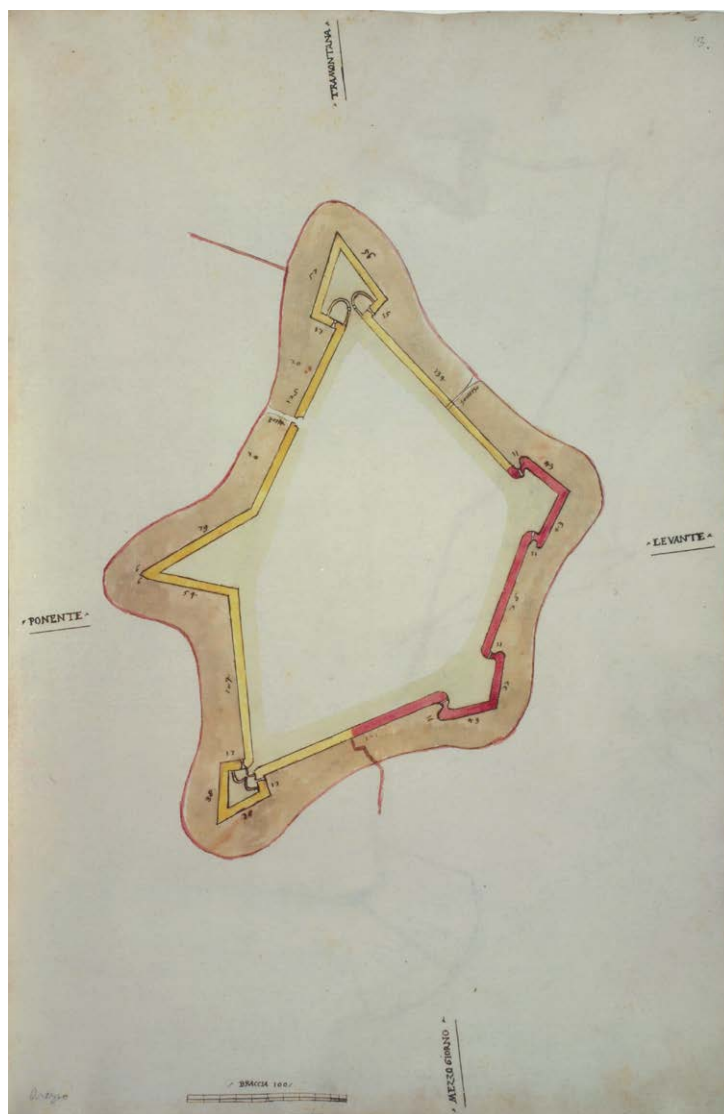


Fig. 5 – Giovan Battista Belluzzi (1506-1554), disegno sullo stato della fortezza di Arezzo intorno al 1549-52, BNCF, *Fondo nazionale*, II.l. 28.o, c. 13r (da Lamberini 2007, 1: tav. 55).

Nel 1505 fu chiesto di rivedere “tucto quello che manca e che bisogna per fortificare quella forteza” ad Antonio il Vecchio il quale, ad Arezzo dal ‘04, secondo la testimonianza di Vasari, “essendo rovinata la forteza vecchia”, avrebbe realizzato il “modello della nuova col consenso di Giuliano”, per cui “l’architectore” (che, sempre secondo Vasari, “serviva” Giuliano “ne’ modegli”) si apprestava a “disegnare sopra la expeditione della forteza”, adempiendo all’incarico dei Dieci di Balìa (Gaye 1840, 74-75; Vasari 1976, 130-152). L’incarico, non necessariamente prevedeva un nuovo progetto (Pacciani 1991, 42). Del resto, in occasione del sopralluogo del ‘02 Giuliano era andato “disegnando e misurando tanto” e questo aveva anche sollevato la preoccupazione che, rientrando a Firenze, avrebbe messo “tante cose innanzi” alla Signoria che si rischiava che non si sarebbe fatto “né l’assai, né il pocho” (Gaye 1840, 58).

Il disegno di Giovan Battista Belluzzi (fig. 4-5) che, datato tra il 1549 e il ‘52, testimonia la completezza della fabbrica a quella data e, attraverso la differenziazione cromatica, la conduzione del cantiere della fortezza pentagonale (fig. 7-10) in due tempi, riferisce i baluardi orientali, “del Ponte di Soccorso” e “della Chiesa” (con orecchioni e gola tondeggianti), alla prima fase di lavori. Durante questa fase Giuliano e Antonio il Vecchio, contestualmente ai prestigiosi incarichi commissionati dai rappresentanti delle gerarchie ecclesiastiche e dal patriziato aretino (SS. Annunziata), si alternavano tra Roma e Firenze, dove assolvevano agli impegni presso gli uffici fiorentini (Severini 1970, 37-38; Satzinger 1991; Madonna 2004, 237-272; Lamberini 2007, 193-195).

Si potrebbe ipotizzare che il progetto di una fortezza pentagonale non fosse stato previsto sin dalla fase iniziale (quando l’unica urgenza era quella di mettere il “chassero in forteza”), ma solo successivamente, in coincidenza della nuova fase di lavori avviata negli anni ‘30, affidata ad Antonio da Sangallo il Giovane, di cui tra l’altro la storiografia ricorda “dua disegni della rocha”, donati a Francesco I dal nipote di Antonio, ma allo stato attuale della ricerca non ancora rintracciati (Gaye 1840, 391-2; Zavatta 2008, 60). Infatti, solo dopo i disordini del 1529-30 e le capitolarioni del ‘31, che stabilirono la ricostruzione della fortezza “a spese non dimanco della Signoria di Firenze”, tra il ‘39 e il ‘40, fu realizzato il settore rivolto verso la città, secondo un progetto di Antonio il Giovane, documentato in città già nel ‘34 (Andanti 1988; Andanti 2007, 409-441; Andanti 1989, 43-86; Lamberini 2007, 193-195).

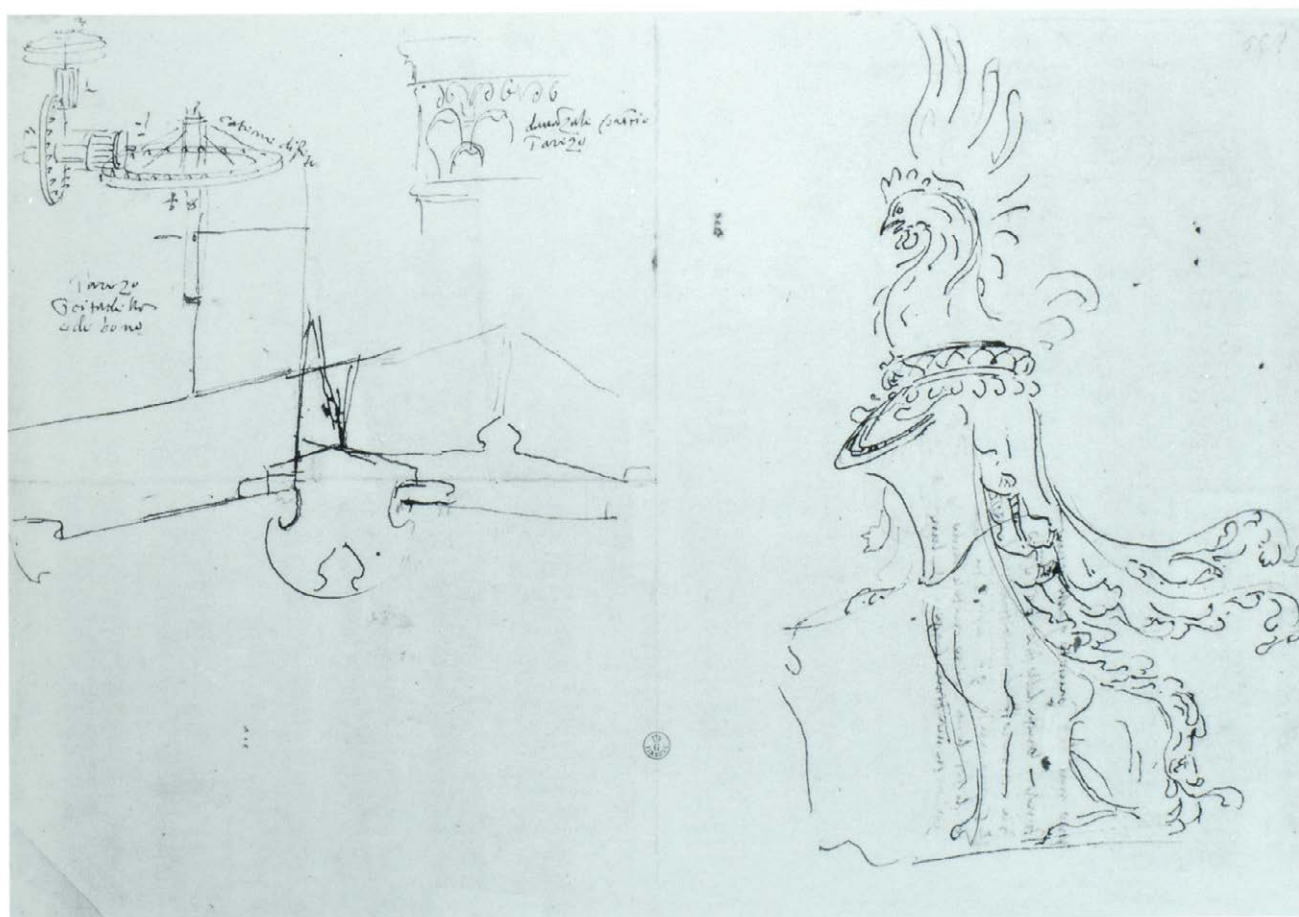
Sulla base del riesame delle fonti è possibile sostenere che il progetto di Antonio il Giovane, coinvolgendo il sistema difensivo nel suo insieme, per la parte della fabbrica rivolta verso la città, lasciava intendere che si trattava ancora di quanto rimaneva delle preesistenze tre-quattrocentesche o comunque risalenti a epoche precedenti alle realizzazioni dei primi del 1500. Infatti, la nota “Informatione di quello è ricordato doversi fare et provvedere [...] per la ristaurazione della cittadella d’Arezzo”, non datata, ma riferibile alla fase di preparazione dei lavori progettati negli anni Trenta del ‘500, offre un’interessante testimonianza della fase preparatoria del cantiere con dettagliate istruzioni sulla prassi da seguire per il reimpiego del materiale di spoglio. Nello specifico si raccomandava il recupero di “calcinacci”, “pietre” e “mattoni” per la realizzazione delle “mura grosse”. I mattoni poi potevano essere recuperati anche dalla “cittadella”, in quanto proprio per quel settore il pro-

Fig. 6 – Antonio da Sangallo il Giovane, GDSU 1467A recto, studio per mulino e tratto di mura presso la porta S. Clemente di Arezzo (da Adams, Nicholas e Pepper 1994, 235, 435).

<sup>8</sup> ASF, Carte strozziane, Serie I, LXI, c. 202

getto aveva previsto di “rovinare ogni cosa totaliter tanto le mura castellane dalla parte di verso la città et tucte le torri et chasamenti et palazone”, per ridurre tutto “in piazza”<sup>8</sup>. Una descrizione che fa immaginare dunque la necessità di intervenire su una fabbrica ‘ibrida’, comprensiva di strutture, come le “torri” e le “mura castellane dalla parte di verso la città”, che evidentemente risalivano ancora all’epoca medievale. Tale descrizione non solo testimonia che, effettivamente la parte della fabbrica orientata verso la città era tutta da realizzare, ma anche che erano ancora in essere strutture antiche che, per l’appunto, bisognava demolire.

Il documento dunque, se da una parte non esclude del tutto che Giuliano avesse concepito sin dall’inizio anche un progetto impostato sul *pattern* pentagonale (i significati simbolici a cui rimanda il contesto rimangono ancora da approfondire; Marconi 1968, 53-94), dall’altra sembrerebbe confortare l’ipotesi che il progetto iniziale probabilmente non avesse previsto sin da subito la fortezza pentagonale ma solo un ‘aggiornamento delle preesistenze’. Un aggiornamento che Giuliano aveva suggerito di realizzare “andando dietro a quel che è facto” e consistente nel potenziamento del settore orientale (evidentemente il più vulnerabile e il più esposto), attraverso la realizzazione del settore bastionato che va dal baluardo del Soccorso





a quello della Chiesa, in prossimità del quale per altro, la cortina cinquecentesca della fortezza, si raccordava a quelle urbane trecentesche (in rosso nella pianta del Belluzzi, altrimenti detto Sanmarino) (fig. 5).

Una soluzione di potenziamento dei punti deboli del settore nord-orientale, in favore dei rapporti con la Valdichiana, fu prevista da Antonio il Vecchio anche a Montepulciano, dove risulta attivo sin dal 1496-97 per la Balìa e i Del Monte (Guidoni e Marino 1972, 153-184; Cozzi 1992, 60). A Sansepolcro poi, le strutture cinquecentesche inglobarono gli obsoleti torrioni preesistenti (Taddei 2008, 231-53).

## IV

In riferimento ai piani di “Sua Altezza” che, per “salute, grandezza et sicurtade”, era “di animo di voler ristaurar il cassero posto nella fortezza d’Arezzo”, nel 1536, l’oratore aretino aveva esposto a Firenze le proprie perplessità e quelle dei suoi concittadini. Le obiezioni si basavano sulla “esperientia di tempi passati”, quando in città avevano potuto constatare che “quelle forteze” si erano rivelate “inutile [...] perché pensando bastare il munire la fortezza si lascia la città a beneficio di natura tal che poi ne segue la perdita dell’una et l’altra”. Anche in considerazione del segnale di sfiducia nei confronti della popolazione locale, che la ricostruzione del cassero avrebbe fatto intendere, l’oratore in conclusione aveva suggerito di “fortificare la città”, anche perché, trovandosi “in buono sito et [...] forte con poca ispesa si guarda”<sup>9</sup>.

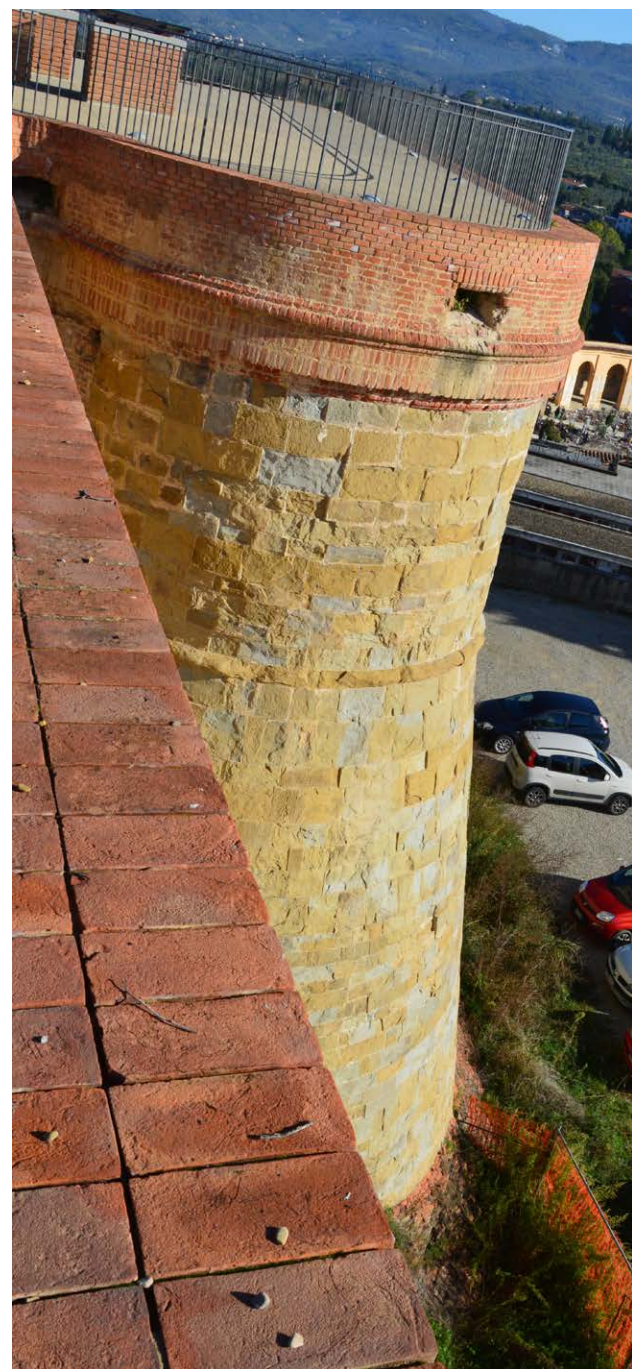
Il nuovo sistema difensivo, comprensivo di fortezza pentagonale, mura e baluardi realizzati da Antonio il Giovane, proseguiti da Nanni Unghero (1538-’46) e portati a termine da Giovanni Camerini (anni Cinquanta), si sovrappose alle preesistenze e avviò quel processo di trasformazione che, a partire da una vasta operazione di guasto, avrebbe sortito l’assetto definitivo solo nella seconda metà del secolo, con le iniziative di riorganizzazione delle sedi commerciali e amministrative e gli interventi di architettura civile e religiosa promossi dal patriziato e dai rappresentanti del potere ecclesiastico (Madonna 2003, 257-270).

Il perimetro delle mura trecentesche, munite di torri ancora rappresentate nella pianta del Sanmarino (fig. 4), era caratterizzato da una più vasta estensione in direzione sud, sud-ovest e nord, anche in ragione della differente organizzazione del sistema urbano che doveva tener conto della localizzazione suburbana dei poli religiosi del Duomo Vecchio (sud-ovest) e della Badia di S. Clemente (nord-ovest). Gli interventi di Antonio da Sangallo il Giovane sono testimoniati anche dal disegno del Gabinetto Disegni e Stampe degli Uffizi (GDSU) 1467A (fig. 6): attribuito dalla storiografia ad Antonio e datato al 1527-35 per la presenza, sul medesimo foglio, di annotazioni relative a Orvieto, dove appunto l’architetto era impegnato in quel periodo (Adams e Pepper 1994, 235, 435).

Il disegno tuttavia può essere oggetto di ulteriori precisazioni. Il perimetro di fortificazioni abbozzato infatti può essere identificato con maggiore precisione come

<sup>9</sup> ASF, Carte strozziane, Serie I, LXI, c. 125.

Fig. 7 – Arezzo, fortezza, bastione della Chiesa.  
Foto di Maria Teresa Pepe 2017.



<sup>10</sup> ASF, Capitani di Parte Guelfa, Numeri Neri, 830, n. 87.

<sup>11</sup> ASF, Capitani di Parte Guelfa, Numeri Neri, 832, n. 86.

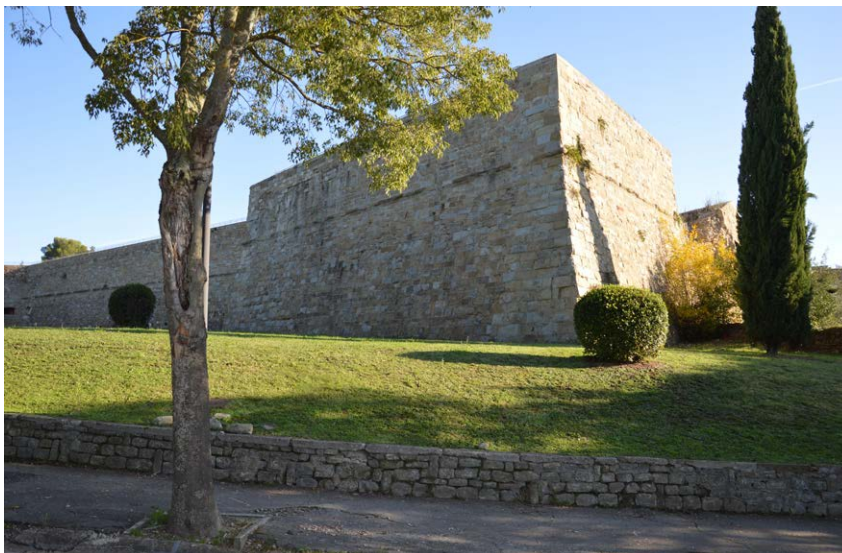


Fig. 8 – Arezzo, fortezza, bastione di Belvedere.  
Foto di Maria Teresa Pepe 2017.

il tratto del circuito urbano ubicato nei pressi della porta S. Clemente di Arezzo (fig. 1). Proprio in quel settore urbano, il “Marchese Montauto Barbolani de Conti di Montauto” testimoniava ancora nel 1658 l’esistenza, “poco lontano dalla porta di S. Clemente”, di “una Torre antica” che un tempo “doveva già esser giunta alla muraglia della Città”, ma che a metà ‘600 risultava inglobata “nella gola d’un baluardo” e in pessime condizioni di conservazione. Considerata la prossimità dell’immobile alle proprietà di Barbolani (a cui potrebbe essere riferito anche lo schizzo araldico del GDSU 1467A), il marchese ne proponeva la cessione in proprio favore. Il tema della riappropriazione delle strutture militari e delle aree adiacenti, esautorate della funzione originaria, costituisce un tema che ebbe larga fortuna nell’aretino dove il processo di saturazione di spazi edificabili assecondava anche le velleità architettoniche del patriziato. La “torre”, in effetti, fu concessa ma con la consueta clausola che venisse restituita “in ogni caso di urgenza”<sup>10</sup>.

Ulteriori fonti riferiscono della presenza, fuori porta S. Clemente, di un “sito” denominato “Fonte Pozzuolo [...] circondato da muraglia grossa più di un braccio d’altezza”. In corrispondenza del posto, ancora nel 1661, rimaneva “poco lontano [...] un pezzo di muraglia antica già a uso di porta” e “una Polla d’acqua perenne [...] d’ottima qualità” che, secondo un’iscrizione all’epoca ancora esistente, era stata “restaurata” nel 1560<sup>11</sup>. La presenza di una sorgente acquifera nei pressi di Porta S. Clemente dunque, contribuisce a riferire il disegno GDSU 1467A a un mulino di Arezzo, simile a quello di Orvieto, e situato in corrispondenza di quello specifico settore urbano e non all’interno della fortezza come ipotizzato finora dalla storiografia. Tali considerazioni dunque, confermano che gli interventi di adeguamento del sistema difensivo promossi a partire dagli anni Trenta del ‘500, seguiti da Antonio il Giovane, coinvolsero sin da subito l’intero sistema difensivo urbano e non solo la fortezza. Evidentemente le istanze di sicurezza avanzate dalla comunità erano state prese in considerazione.





Fig. 9 – Arezzo, fortezza, puntone della Spina, particolare. Foto di Maria Teresa Pepe 2017.

Nel giugno del '34, la costruzione della fortezza pentagonale veniva sollecitata da Francesco Guicciardini il quale, come da tradizione, confidava nella consueta 'elezione' dei "buoni punti" di "quando si fanno simili cose". Per l'inaugurazione della fabbrica infatti erano stati consultati gli "astrologi" e, sebbene fosse da temere maggiormente "l'astrologia di terra che quella di cielo", sarebbe stato meglio scongiurare ogni evenienza poiché "quando s'accordano tutta dua, è tanto peggio" (Guicciardini 1866, 295-97).

Anche nel 1538, alla presenza delle maggiori autorità, si era svolta la cerimonia per la posa della prima pietra per le mura, stabilita dal medico e astrologo aretino Bernardino Riccomanni (Viviani 1923, 155). Come di consueto fu invocata la protezione "di l'omnipotente Iddio, et di la sua Madre, Madonna Santa Maria, et dil glorioso martire Santo Donato, singulare avvocato di la nostra cita d'Arezzo", inoltre, "in

<sup>12</sup> ASF, Capitani di parte Guelfa, Numeri neri, 708, n. 147.

segno di bonaugurio”, furono poste due monete, “uno scudo d’oro di la battuta di Sua Eccellentia et uno mezzo scudo d’oro aretino” (Andanti 2007, 409-441).

Gli interventi avviati nel ‘38 partirono dai “fondamenti del secondo baluardo [...] da Porta Buja in qua verso il duomo”, il baluardo di Poggio del Sole completato nel ‘40, quando fu iniziata la costruzione del terzo, quello “a canto alla Porta di S. Lorentino, a mano destra”, e completato da Giovanni Camerini nel ‘50-‘53. Nel ‘41 “si principiò el quarto a la porta a San Chimento”. Nel ‘43 si scavavano le fondamenta per la cortina tra il monastero di San Bernardo e il baluardo di San Giusto, dietro il quale nel ‘44 fu iniziato probabilmente l’omonimo baluardo, concluso intorno al ‘48 (Andanti 2007, 409-441).

L’area del Duomo Vecchio, nel corso della guerra di Siena, aveva favorito un pericoloso appostamento per l’esercito ostile, fu tale episodio a determinare la grave decisione del sacrificio dell’antica sede vescovile la cui demolizione fu avviata nel ‘61. Il circuito fu completato entro il ‘56-57 con la costruzione del tratto tra la fortezza e Porta Colcitrone e il ‘guasto’ del monastero di S. Croce “per levare le offese del Baluardo de La Parata”<sup>12</sup>.

## V

Nel 1583, le ‘uscite’ a carico di Arezzo, prevedevano ancora i contributi, destinati a partire dal ‘64, alle “fortificazioni alla Città del Sole” (Rondinelli 1755, 90). I territori della Romagna, importante presidio territoriale che garantiva la protezione di collegamenti e traffici commerciali con il nord, rientravano nelle mire della Repubblica fiorentina sin dal XV secolo. In ragione della possibilità di sbocco sull’Adriatico, divennero obiettivo ancor più ambito durante il principato di Cosimo I, impegnato nelle iniziative di potenziamento del sistema difensivo statale che in quei territori prevedero la fondazione di Terra del Sole, unico esempio di nuova fondazione toscana del Cinquecento e caratterizzata da un impianto regolare favorito dal posizionamento in pianura, a differenza dell’irregolare impianto bastionato del Sasso di Simone, che dovette adattarsi all’orografia del terreno.

Per la tradizione delle scelte urbanistiche adottate dalla Repubblica fiorentina, stabilite dalle normative comunali, si ricordano le “terre nuove” fondate nel XIV secolo, intese nell’accezione di *castellum* e *oppidum muratum*, in quanto protette da mura guardate da torri distanziate regolarmente o a protezione delle porte. Tra queste, Scarperia (Firenze) e San Giovanni Valdarno (Arezzo), costituiscono esempi caratterizzati da impianto rettangolare, lotti regolari tagliati da strade di areazione e piazza centrale (utilizzata per funzioni civili, religiose o esercitazioni militari) su cui era previsto l’affaccio delle sedi delle magistrature e della chiesa principale (Zangheri 1981, 201-9). Per ricostruire il contesto culturale relativo alle iniziative urbanistiche in cui si inserisce l’operato di Cosimo vanno ricordati i progetti per Livorno e Portoferraio in Toscana o Oriolo Romano nel Lazio (Bruschi 1966, 65-108).





Fig. 10 – Arezzo, fortezza, bastione della Diacciaia. Foto di Maria Teresa Pepe 2017.

Al tema sulle nuove fondazioni urbane si ricollegano i piani per nuove fondazioni che interessavano la bassa Maremma. L'idea celava le ambizioni delle maggiori potenze europee di metà secolo e costituì un'occasione di interessante confronto tra le posizioni differenti assunte da Claudio Tolomei e Pietro Cataneo, entrambi concordi sul concetto di città come organismo funzionale alla difesa militare dell'oligarchia politica. Tuttavia, alla proposta di Tolomei per una fondazione urbana *ex novo* sull'Argentario (1544), Cataneo aveva replicato suggerendo invece l'aggiornamento della preesistente Orbetello (Elia 1978, 109-118).

Al di là dell'importanza delle soluzioni proposte per gli studi storico-urbanistici, la rilevanza dell'episodio risiede nel contesto che generò il dibattito. La storiografia ha segnalato che l'idea di una nuova fondazione urbana sull'Argentario riprendeva una proposta dei Cavalieri di S. Giovanni di Gerusalemme che, dopo la perdita di Rodi e prima della concessione di Malta (1530), erano alla ricerca di una nuova sede. Per tale ragione, in occasione di una "consulta con gli ambasciatori de' Principi che in Roma si trovavano", fu ventilata la proposta dell'Isola d'Elba, scartata verosi-

milmente per l'onere, reputato insostenibile, che avrebbe comportato l'acquisto della proprietà e la costruzione delle fabbriche, per la difesa e la residenza (Bosio 1602, 21). La storiografia riferisce che anche la Repubblica senese aveva dimostrato riserve, giustificate dalle eventuali conseguenze negative sulla propria economia, derivanti dalla presenza, in una posizione geografica così vantaggiosa, dei Gerosolimitani che, una volta insediatisi e rafforzate le proprie difese, avrebbero potuto venir meno agli accordi di lealtà con la vicina Repubblica (Elia 1978, 113). Queste sommariamente le ragioni che impedirono alla proposta di avere un seguito.

Del potenziale strategico dell'area geografica dell'Argentario in realtà, erano ben consapevoli non solo i senesi e i Gerosolimitani, ma anche Carlo V e i Medici. Infatti, se i progetti di popolamento dell'Argentario furono accantonati all'indomani dell'annessione della Repubblica di Siena al Principato mediceo, va sottolineato che da tale annessione rimase escluso lo Stato dei Presidiosi, incorporato e annesso alla Corona di Spagna che lo amministrò attraverso il Vicere di Napoli (Spini 1979, 4-8). La considerazione che la Corona spagnola aveva sull'area, che avrebbe potuto ospitare "Filípoli, Filípica o Filipiana" in onore del *rey Católico*, è testimoniata dal funzionario imperiale di Siena, D. Hurtado de Mendoza che, in una lettera al cardinale Granvela la definiva una "cadena [...] de oro" di congiunzione tra Spagna e Napoli. Le posizioni di Cosimo I invece, negli anni cruciali per il rafforzamento e la legittimazione della propria posizione di sovrano, interessato a svincolarsi da 'pericolose soggezioni' imperiali, sono illuminate da Francisco Álvarez de Ribera che addirittura insinuava che il grande disegno per l'istituzione dell'Ordine di Santo Stefano, prevedeva il quartier generale dei cavalieri proprio in quell'area (Chavarría Múgica 2004, 203-235), ipotesi che meriterebbe ulteriori ricerche.

Malgrado la rinuncia all'Argentario, va rimarcata l'importanza dei rapporti, notoriamente stretti, tra i Gerosolimitani e il patriziato, in questo caso con riferimento particolare all'*entourage* mediceo. I fili di una trama tanto fitta infatti, dovettero essere determinanti per il coinvolgimento dei maggiori architetti militari al servizio delle magistrature del principato mediceo nella complessa vicenda per la pianificazione dei cantieri di Malta, primo fra tutti quello de La Valletta, in cui si avvicendarono, tra gli altri, Baldassarre Lanci e Francesco Laparelli, reduce delle importanti esperienze nei progetti per le fortificazioni di Borgo e, nel principato mediceo, di Cortona (Arezzo), tra l'altro sua città di origine (Marconi 1967, 353-386; Hughes 1967, 305-333; Marconi 1968, 109-130; Marconi 1970; Mirri 2009).

La presenza degli architetti militari italiani comunque caratterizzò gran parte dell'Europa moderna ma sarebbe più corretto dire che fu una straordinaria rete di scambi culturali a giustificare tale presenza di cui in questa sede è suggestivo sottolineare la componente connessa alle 'competenze ingegneristiche', doti entusiasticamente apprezzate, com'è noto, dal 'principe architetto' e di cui non mancano esempi come il periodo trascorso in Portogallo da Andrea Contucci dal Monte San Savino (Arezzo) o dal bolognese Filippo Terzi (Moreira e Soromenho, 1999, 109-127; Moreira 2001, 33-38). ●

## Bibliografia

- Adams, Nicholas, e Laurie Nussdorfer. 1994. "La città in Italia tra il 1300 e il 1600". In *Rinascimento. Da Brunelleschi a Michelangelo. La rappresentazione dell'architettura, Catalogo della mostra*, ed. Henry Millon e Vittorio Magnago Lampugnani, 205-232. Milano: Bompiani.
- Adams, Nicholas, e Simon Pepper. 1994. "The fortification drawings". In *The architectural drawings of Antonio da Sangallo the Younger and his circle*, ed. Cristoph L. Frommel e Nicholas Adams, 61-74. New York: Architectural History Foundation e Cambridge, Mass: The MIT Press.
- Andanti, Andrea. 1988. "L'evoluzione del sistema difensivo di Arezzo: 1502-1560". In *Architettura militare nell'Europa del XVI secolo, Atti del convegno (Firenze 25-28 ottobre 1986)*, ed. Carlo Cresti, Amelio Fara e Daniela Lamberini, 127-148. Siena: Periccioli.
- Andanti, Andrea. 1989. "Approfondimenti sulle mura e sulla fortezza di Arezzo". *Atti e Memorie dell'Accademia Petrarca di Lettere, Arti e Scienze* 49: 43-86.
- Andanti, Andrea. 2007. "Discorso sulle fortificazioni di Arezzo nel Medioevo e nell'età Moderna". *Atti e Memorie dell'Accademia Petrarca di Lettere, Arti e Scienze* 67/68: 409-441.
- Bayley, Charles C. 1961. *War and society in Renaissance Florence*. Toronto: University Press.
- Bizzocchi, Roberto. 1987. *Chiesa e potere nella Toscana del Quattrocento*. Bologna: Mulino.
- Black, Robert. 1992. "Cosimo de' Medici and Arezzo". In *Cosimo "il Vecchio" de' Medici, 1389 - 1464*, ed. Francis Ames-Lewis, 33-47. Oxford: Clarendon Press.
- Black, Robert. 1996. "Lorenzo and Arezzo". In *Lorenzo the Magnificent, culture and politics, Atti del colloquio (Warburg Institute, University of Warwick 1992)*, ed. Michael Mallett e Nicholas Mann, 217-234. London: The Dorset Press.
- Borsi, Franco. 1980. "La capitale di Cosimo". In *La nascita della Toscana, Atti del convegno di studi per il IV centenario della morte di Cosimo I de' Medici (Firenze, 13-15 dicembre 1974)*, 225-230. Firenze: Olschki.
- Bosio, Giacomo. 1602. *Dell'istoria della sacra religione et ill.ma militia di S. Giorgio Gerosol.no di Iacomo Bosio parte terza*. Roma: Guglielmo Facciotti.
- Brunacci, Gilberto. 1934. "Tre questioni corporative medievali. Dagli statuti dei lapicidi di Cortona (1414) e di Arezzo (1387)". *Annuario dell'Accademia Etrusca di Cortona* 1: 5-66.
- Bruschi, Arnaldo. 1966. "Realtà e utopia nella città del Manierismo. L'esempio di Oriolo Romano". *Quaderni dell'Istituto di Storia dell'architettura* 13 (73/78): 65-10.
- Carpanelli, Franco. 1944. "L'architettura civile del Medioevo in Arezzo". *Atti e Memorie dell'Accademia Petrarca di Arezzo* 32/33: 133-156.



- Chavarría Múgica, Fernando. 2004. "Filípoli, Filípica o Filipiana: Hegemonía y Arbitrismo a través de las 'Advertencias sobre los Presidios de Toscana de Francisco Álvarez de Ribera (1568)". *Hispania: Revista Española de Historia* 68/1 (21): 203-235.
- Chittolini, Giorgio. 1980. "Progetti di riordinamento ecclesiastico della Toscana agli inizi del Quattrocento". In *Forme e tecniche del potere nella città (secoli XIV-XVII)*, ed. Sergio Bertelli, 275-296. Perugia: Università di Perugia.
- Conceição, Margarida Tavares da. 2010. "Learning Architecture: Early Modern Apprenticeships in Portugal". In *1st International Meeting EAHN. European Architectural History Network, 2010 June 17-20*, 63-69. Guimarães: EAHN-CHAM-Universidade do Minho.
- Corsi Miraglia, Carla. 1985. "Cattedrale e Loggia di S. Donato". In *Architettura in Terra d'Arezzo. I restauri dei beni architettonici dal 1975 al 1984*, 10-21. Firenze: Edam.
- Cozzi, Mauro. 1992. *Antonio da Sangallo il Vecchio e l'architettura del Cinquecento in Valdichiana*. Genova: Sagep.
- De Vita, Maurizio. 2012. *Il Restauro Lapideo. Le mura della Fortezza di Arezzo – Un'esperienza di ricerca scientifica applicata*. Firenze: EDIFIR Edizioni Firenze.
- Del Vita, A. 1929. "Gli statuti medievali aretini dell'Arte dei Maestri di Pietra e legname." *Il Vasari* 7 (4): 285-310.
- Dezzi Bardeschi, Marco. 1974. "Il rinnovamento del sistema difensivo e l'architetto militante". In *La nascita della Toscana, Atti del convegno di studi per il IV centenario della morte di Cosimo I de' Medici (Firenze, 13-15 dicembre 1974)*, 273-294. Firenze: Olschki.
- Elia, Gianfranco. 1978. "Politica e territorio nell'utopia urbana del Rinascimento italiano: il caso di una città ideale sull'Argentario". In *Le città di fondazione, Atti del Secondo convegno internazionale di storia urbanistica (Lucca 1977)*, ed. Roberta Martinelli e Lucia Nuti, 109-118. Venezia: Marsilio.
- Facius, Bartholomaeus. 1560. *De rebus gestis ab Alphonso I Neapolitanorum Rege commentariorum libri decem*. Lugduni: apud haeredes Sebastianus Gryphii.
- Farulli, Pietro. (1717) 1968. *Annali, ovvero, notizie istoriche dell'antica nobile e valorosa città di Arezzo in Toscana dal suo principio fino al suo presente anno 1717. Raccolte dall'archivi de' Canonici del Duomo, di Badia...dall'abate Pietro Farulli*. Ristampa anastatica. Foligno.
- Franchetti Pardo, Vittorio. 1980. "Cosimo I e i risultati dei suoi interventi nell'assetto territoriale del suo Stato". In *La nascita della Toscana, Atti del convegno di studi per il IV centenario della morte di Cosimo I de' Medici (Firenze, 13-15 dicembre 1974)*, 231-253. Firenze: Olschki.
- Franchetti Pardo, Vittorio. 1986. *Arezzo*. Roma-Bari: Editori Laterza.
- Gaye, Giovanni. 1840. *Carteggio inedito di artisti dei secoli XIV, XV, XVI*, vol. 2. Firenze: Presso Giuseppe Molini.
- Guicciardini, Francesco. 1866. *Opere inedite di Francesco Guicciardini*, ed. Giuseppe Canestrini e Luigi Guicciardini. Firenze: M. Cellini.

- Guidoni, Enrico, e Angela Marino. 1972. *Territorio e città della Valdichiana*. Roma: Multigrafica Editrice.
- Hughes, J. Quentin. 1967. "The planned city of Valletta". In *Atti del XV Congresso di Storia dell'architettura*, 305-333. Roma: Centro di Studi per la Storia dell'architettura.
- Lamberini, Daniela. 2007. *Il Sanmarino. Giovan Battista Belluzzi, architetto militare e trattatista del Cinquecento*, vol. 1. Firenze: Olschki.
- Madonna, Maria L. 1983. "Momenti della politica edilizia e urbanistica dello Stato Pontificio nel '400. L'exemplum della piazza del Comune a Viterbo". In *Il Quattrocento a Viterbo, Catalogo Mostra*, 23-89. Viterbo: De Luca.
- Madonna, Maria L. 2003. "Arezzo nel Seicento: architettura e città". In *Arte in Terra d'Arezzo. Il Seicento*, ed. Liletta Fornasari e Alessandra Giannotti, 257-270. Firenze: Edifir.
- Madonna, Maria L. 2004. "Architettura del primo Cinquecento. Antonio da Sangallo il Vecchio, l'Annunziata di Arezzo e la committenza di Antoniotto Del Monte". In *Arte in Terra d'Arezzo. Il Cinquecento*, ed. Liletta Fornasari e Alessandra Giannotti, 237-272. Firenze: Edifir.
- Maetzke, Anna M. 1992. "Don Bartolomeo della Gatta Abate di San Clemente di Arezzo, miniatore, architetto, pittore e musico". In *Nel raggio di Piero. La pittura nell'Italia centrale nell'età di Piero della Francesca*, ed. Luciano Berti, 125-136. Venezia: Marsilio.
- Marconi, Paolo. 1967. "I progetti inediti della Valletta dal Laparelli al Floriani". In *Atti del XV Congresso di Storia dell'architettura*, 353-386. Roma: Centro di Studi per la Storia dell'architettura.
- Marconi, Paolo. 1968. "Contributo alla storia delle fortificazioni di Roma nel Cinquecento e nel Seicento". *Quaderni dell'Istituto di Storia dell'architettura* 13 (73-78): 109-130.
- Marconi, Paolo. 1968. "Una chiave per l'interpretazione dell'urbanistica rinascimentale. La cittadella come microcosmo". *Quaderni dell'Istituto di Storia dell'architettura* 15 (85-90): 53-94.
- Marconi, Paolo. 1970. *Visita e progetti di miglior difesa in varie fortezze ed altri luoghi dello Stato Pontificio. Trascrizione di un manoscritto inedito di Francesco Laparelli*. Cortona: Calosci.
- Mauro, Giacomo M. 1580. *Fatti d'Alfonso d'Aragona, primo re di Napoli di questo nome; descritti da Bartholomeo Facio genouese; et nuouamente tradotti nella volgar lingua da m. Giacomo Mauro. Doue s'ha piena notitia delle cagioni delle guerre tra Spagna e Francia, per il regno di Napoli; e come Francesco Sforza venisse al possesso di Milano, cose tocche dal Giouio, e dal Guicciardini, e passate con breuità da loro*. Venezia: appresso Giouanni et Gio.
- Mirri, Edoardo. 2009. *Francesco Laparelli architetto cortonese a Malta*. Cortona: Tiphys Edizioni.
- Moreira, Rafael, e Miguel Soromenho. 1999. "Engenheiros militares italianos em Portugal (séculos XV-XVI)". In *Architetti e ingegneri militari italiani all'estero dal XV al XVIII secolo*, vol. 2, ed. Marino Viganò, 109-127. Livorno: Sillabe.

- Moreira, Rafael. 2001. "Andrea Sansovino au Portugal (1492-1501)". *Revue de l'art* 133: 33-38.
- Pacciani, Riccardo. 1991. "Nuove ricerche su Antonio da Sangallo il Vecchio ad Arezzo e a Monte San Savino (1504-1532)". *Annali di architettura* 3: 40-53.
- Paturzo, Franco. 2007. *La Fortezza di Arezzo e il colle di S. Donato dalle origini ad oggi*. Arezzo: Letizia Editore.
- Peterson, David S. 2000. "State-building, Church reform, and the politics of Legitimacy in Florence, 1375-1460". In *Florentine Tuscany. Structures and Practice of Power*, ed. William J. Connell e Andrea Zorzi, 122-143. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pieraccini, Eulalia. 1939. "La ribellione di Arezzo del 1502." *Atti e Memorie dell'Accademia Petrarca di Lettere arti e scienze* 26-28: 17-50.
- Pieraccini, Eulalia. 1940. "La ribellione di Arezzo del 1502." *Atti e Memorie dell'Accademia Petrarca di Lettere arti e scienze* 38-39: 146-220.
- Rondinelli, Giovanni. (1755) 1973. *Relazione sopra lo stato antico e moderno della città di Arezzo al Serenissimo Granduca Francesco I l'anno 1583*. Ristampa anastatica. Arezzo.
- Rupi, Pier Lodovico. 1998. *La fortezza medicea di Arezzo*. [Arezzo]: Banca Popolare dell'Etruria e del Lazio.
- Satzinger, Georg. 1991. *Antonio da Sangallo der Ältere und die Madonna di San Biagio bei Montepulciano*. Tübingen: Wasmuth.
- Severini, Giancarlo. 1970. *Architetture militari di Giuliano da Sangallo*. Pisa: Lischi e Figli.
- Spini, Giorgio, ed. 1986. *Architettura e politica da Cosimo I a Ferdinando I*. Firenze: Olschki.
- Spini, Giorgio. 1979. "Introduzione storica. Problemi di storia dello stato dei Presidi". In *Cartografia storica dei Presidios in Maremma (secolo XVI-XVIII)*, ed. Leonardo Rombai e Gabriele Ciampi, 4-8. Siena: Grafiche Meini.
- Taddei, Domenico. 2008. "Giuliano e Antonio il Vecchio da Sangallo". In *L'architettura militare nell'età di Leonardo. "Guerre milanesi" e diffusione del bastione in Italia e in Europa*, ed. Marino Viganò, 231-253. Bellinzona: Casagrande.
- Vasari, Giorgio. 1976. *Le vite de' più eccellenti pittori, scultori e architettori nelle redazioni del 1550 e 1568*, vol. 4, ed. Rosanna Bettarini e Paola Barocchi. Firenze: Sansoni.
- Viganò, Marino, ed. 1999. *Architetti e ingegneri militari italiani all'estero dal XV al XVIII secolo. Dall'Atlantico al Baltico*. Vol. 2. Livorno: Sillabe.
- Zangheri, Luigi. 1981. "Strutture militari nella Romagna toscana e il modello per Terra del Sole". *Studi Romagnoli* 32: 201-209.
- Zavatta, Giulio. 2008. *Antonio da Sangallo il Giovane in Romagna*. Imola: Angelini.

## Resumo

De todas as fortalezas que marcaram a presença portuguesa no Médio Oriente, Mascate (1507-1650) destaca-se como um dos conjuntos de maior escala e relevância, desenvolvido graças à sua posição estratégica no panorama do Estado da Índia e devido às suas excelentes condições portuárias. Circunscrita pela praia e abrigada por uma cortina de picos montanhosos, a implantação da cidade de Mascate não requereu grande esforço defensivo até à chegada dos portugueses. Durante os anos 80 do século XVI, construíram-se duas poderosas fortificações – São João e Almirante, cujo desenho aparecia alternativa e plasticamente adaptado à topografia acidentada do local. Já em Seiscentos, a coroa portuguesa sentiu necessidade de dotar a cidade de um traçado amuralhado, acompanhado de fosso e pontuado por baluartes, que ainda hoje se pode ler, mesmo que parcialmente adulterado pelo crescimento urbano do final do século XX. Cruzando leituras cartográficas e relatos coevos com levantamentos actuais, interpretação iconográfica e análise morfológica, este artigo visa compreender a complementaridade e diálogo que as diversas estruturas militares foram articulando neste ponto da costa omanita em prol de uma visão macro-territorial de defesa de porto e cidade. ●

## Abstract

Among all of the fortresses that are the legacy of Portuguese presence in the Middle East, Muscat (1507-1650) is one of the biggest and most significant, due to its excellent harbouring conditions and strategic location within the Portuguese State of India. Edged by the beach and sheltered by a curtain of high peaks, only when the Portuguese arrived did the city require heavy defensive measures. During the 1580s, two powerful fortified strongholds – São João and Almirante – were erected, their layout apparently adapted to the challenging topography of the site. Later, in the seventeenth century, the crown felt the need to surround the city with walls punctuated by bastions and a moat. These structures are still discernible today, albeit partially changed by the late-twentieth century urban growth. Crossing cartographical readings with coeval reports and current surveys, combined with iconographic interpretation and morphological analysis, this paper seeks to understand the dialogue and complementarity established between all of the military structures along this stretch of the Omani coast, with a view to attaining a macro-territorial perspective of the defences of the harbour and the city. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**João Matos**

Universidade de Évora

**Pedro Luengo Gutiérrez**

Universidad de Sevilla

## palavras-chave

PENÍNSULA ARÁBICA

MASCATE

ARQUITECTURA MILITAR

TERRITÓRIO

CIDADE

## keywords

ARABIAN PENINSULA

MUSCAT

MILITARY ARCHITECTURE

TERRITORY

CITY

**Data de Submissão**

**Date of Submission**

Set. 2017

**Data de Aceitação**

**Date of Approval**

Jan. 2018

# MASCATE, CIDADE OU TERRITÓRIO: PARA UMA INTERPRETAÇÃO DA SUA DEFESA AO TEMPO PORTUGUÊS

---

ANA LOPES

JORGE CORREIA

Escola de Arquitectura da Universidade  
do Minho

Lab2PT – Laboratório de Paisagens,  
Património e Território

analopes@arquitetura.uminho.pt

jorge.correia@arquitetura.uminho.pt

## Mote

A presença portuguesa em Mascate é, irreversivelmente, marcada pela conquista por D. Afonso de Albuquerque e fundação de uma feitoria em 1507 (Dias 1998, 391). Durante quase um século e meio, os portugueses foram desenvolvendo um complexo sistema defensivo que se foi adequando ao xadrez político, militar e comercial das suas ambições no Índico. Os subseqüentes assédios, protagonizados por outras potências regionais e europeias, vieram colocar Mascate no centro de uma discussão onde a arquitectura militar jogaria um papel central na protecção de um porto e das suas rotas, papel este que se sobreporia mesmo ao esforço urbanizador de implantação de cidade. O domínio português estendeu-se até 1650 (Costa et al. 2014, 194)<sup>1</sup>, abarcando, portanto, todo o período filipino da monarquia portuguesa. Da história política, económica e social já vários autores se têm dedicado, não só no que estritamente aos portugueses no Golfo Pérsico diz respeito (Farinha 1991), como tocando as relações sincrónicas e diacrónicas com persas e otomanos (Loureiro 2007; Couto 2011). Destaque nestes campos para as investigações realizadas por Al-Busaïdi, uma reunião comentada de fontes árabes que realçam as questões políticas internas do território de Omã. Os trabalhos de Jean Aubin sobre o reino de Ormuz (1996/2006) e, mais recentemente, de Willem Floor sobre a importância

<sup>1</sup> Confrontar com Floor 2015, 27.



das cidades portuárias da região (2006/2015), prospectaram tempos que incluem também o período anterior à ocupação portuguesa.

Porém, para a historiografia da arquitectura portuguesa sobre a região do Golfo Pérsico e Península Arábica concorre uma produção mais tímida. São relevantes as publicações globalizantes de Pedro Dias (1998), os trabalhos referenciados a questões autorais ou de arquitectura militar de Rafael Moreira (1989) ou ainda a dissertação de João Campos sobre património fortificado português no Irão (2008). Ainda de registo se podem considerar a síntese de José Manuel Garcia sobre as fortificações do Estado da Índia (2009) e os recentes inventários editados pela Fundação Calouste Gulbenkian (2010). No entanto, o estudo das arquitecturas de Mascate, de que as fortalezas Al-Mirani [Almirante] e Al-Jalali [S. João] são os maiores testemunhos, aparece pouco aprofundado. Trata-se de um dos legados fortificados de maior escala no contexto da expansão portuguesa que urge ler como

Fig.1 – Vista aérea de Mascate nos anos 50 do século XX. I.P.C. Collection (Peyton 1983, 2).



conjunto ou complexo edificado para uma interpretação integrada de território, urbe e fortaleza (fig. 1).

Para melhor compreender a Mascate portuguesa no panorama das fortalezas do Estado da Índia, é também necessário observar o seu território e a sua localização estratégica na costa oriental da Península Arábica. Por conseguinte, este artigo pretende efectuar uma síntese do modo como não só fortificação e topografia condicionaram o espaço urbano, mas também como as empreitadas edificadoras acompanharam a densidade cultural do período em causa. A análise cruzará fontes e estudos, estes mencionados atrás, com documentação visual: iconografia, fotografia antiga e actual, desenhos de levantamento topográfico e arquitectónico das estruturas remanescentes. Procurar-se-á evoluir de um contexto geo-topográfico e de uma caracterização do povoamento e redes comerciais imediatamente antes da chegada dos portugueses para uma interpretação dos sistemas defensivos construídos entre 1507 e 1650, sem esquecer o necessário enquadramento político, militar e mercantil da conquista, ocupação e epílogo da presença portuguesa neste ponto da costa omanita. A capacidade defensiva implantada pelos portugueses deve ser entendida como parte integrante de uma rede militar, constituindo uma herança patrimonial de expressão capital para a compreensão da relação entre cidade e defesa entre Quinhentos e Seiscentos, apontando Mascate como paradigma da articulação entre implantação edificada militar e território.

## **Da presença portuguesa no Médio Oriente: resenha histórica**

Iniciada a 8 de Julho de 1497 (Rodrigues 1994, 81), a viagem de Vasco da Gama abriu um novo capítulo na história da expansão marítima portuguesa, catapultando um período de domínio comercial da coroa portuguesa no Índico, que se fez através da conquista e da implantação de posições fortificadas ou feitorias que controlavam os principais canais de comunicação e circulação mercantil. Os propósitos comerciais eram acompanhados por desígnios de luta contra o Islão, buscando um prestígio advindo da derrota dos muçulmanos nos seus negócios e no domínio dos seus territórios (Costa et al. 2014, 105). Com o objectivo de aproximar o mundo das especiarias e de outros produtos luxuosos à Europa, Adém e Ormuz tornaram-se pontos estratégicos essenciais para o controlo das rotas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, respectivamente (Loureiro 2007, 66). O primeiro nunca foi subjugado, apesar de diversas tentativas. Porém, Ormuz, depois de Afonso de Albuquerque a ter conquistado em 1507 e novamente em 1515, concorria para o projecto imperial de D. Manuel. Para aquela ilha convergiam as mais antigas rotas comerciais do Oriente e a submissão do seu rei ao monarca português resultava na colecta de grande parte dos seus lucros, através da cobrança de tributos e impostos pagos

por todas as cidades na esfera daquele reino (Couto e Loureiro 2008, ix). A presença portuguesa iniciou-se através do estabelecimento de um protectorado. Numa sociedade onde conviviam persas e árabes, a capacidade militar participava de um delicado jogo diplomático em que na construção de uma fortificação se jogava um trunfo (Barata e Teixeira 2004, 1: 203, 369). Também em Mascate, um dos principais portos do reino de Ormuz (Allawati 1990, 20), rapidamente se instalou uma rede de estruturas defensivas e administrativas para protecção dos interesses portugueses. Esta política edificadora deu origem a um legado patrimonial na região que se dispersa, actualmente, não só pelo Irão e Omã, como também Emirados Árabes Unidos e Barém<sup>2</sup>.

Para Albuquerque, governador do Estado da Índia entre 1509 e 1514, atacar o Islão no seu centro e reforçar a presença portuguesa nos mares do Oriente conquistando cidades era um imperativo a ser alcançado pela força, construindo fortalezas e estabelecendo as bases comerciais para um domínio económico, mas também militar e social (Costa et al. 2014, 105). Na campanha militar de 1507, Albuquerque garantiu a presença portuguesa ao longo da costa oriental da Península Arábica, em Calaiate, Curiate, Mascate, Soar e Corfacão (Rodrigues 1994, 86). Conquistou Goa em 1510 e Malaca no ano seguinte. O seu dinamismo deu um contributo fundamental para que a coroa portuguesa passasse a dominar alguns dos negócios asiáticos (Costa et al. 2014, 111). Em 1515, quando subjuguou novamente Ormuz, após alguns desaires com as autoridades locais, conseguiu adicionar dois pontos mais próximos do Estreito ao domínio português: Libédia e Caçapo<sup>3</sup> (fig. 2). Deste modo, constituía-se uma rede de controlo e informação, autênticos postos de “audição” para vigia das intenções dos locais e das manobras de cobiça sobre a região, nomeadamente de otomanos e, mais tarde, de outras potências europeias (Couto 2011, 141).

Juntamente com Melinde e Moçambique, Mascate começou a ser utilizado como mais um porto de apoio à Carreira da Índia, lugar favorável para amparo em tempo de monções (Costa et al. 2014, 106)<sup>4</sup>, com condições para reparação de embarcações (Couto 2011, 135; Floor 2015, 3), e abastecimento de água potável e víveres. Reconhecido como um porto incomparável na opinião de pilotos, complementava a cidade de Calaiate, que até meados do século XVI era considerada a segunda cidade mais importante do reino de Ormuz, papel que foi perdendo em detrimento de Mascate (Floor 2015, 3).

Após ter saqueado a cidade, Afonso de Albuquerque estabeleceu um acordo de paz com o xeque de Ormuz, permitindo a fixação de um pequeno grupo de portugueses e de um feitor em Mascate (Couto 2011, 132). Genericamente, os portugueses mantinham boas relações com os locais, mas foram muitos os episódios de rebelião, revoltados contra as taxas cobradas por Ormuz e, por extensão, contra a coroa lusa<sup>5</sup>. Era frequente o Estado da Índia oferecer presentes ao xeque para que este mantivesse a sua protecção ao feitor (que representava Mascate, Calaiate e Curiate), e a todos os que já por ali se tinham estabelecido.

Se com D. Manuel se havia iniciado o estabelecimento de uma “rede internacional de negócios no Oriente” (Costa et al. 2015, 113), a aclamação de Filipe II de Espa-

<sup>2</sup> Para o Irão, refira-se a obra construída para servir de apoio a Ormuz em Queixome, Comorão e Laraque. No Barém, podem mencionar-se três fortificações, actualmente designadas por Qa’lat Abu Bahrain, Forte Arad e Qa’lat Abu Mahir (Dias 1998, 390-396).

<sup>3</sup> Algumas dessas fortificações eram bastante pequenas. Outras assumiam uma escala maior e incluíam dependências como cadeias, igrejas, hospitais, fontes, cais e alfândegas (Dias 1998, 14).

<sup>4</sup> Estes dados reforçam-se na documentação recentemente disponibilizada aos investigadores (Jansen et al. 2015, vol. 1-10).

<sup>5</sup> Para mais informação sobre alguns desses episódios, consultar Couto 2011, 137-138.

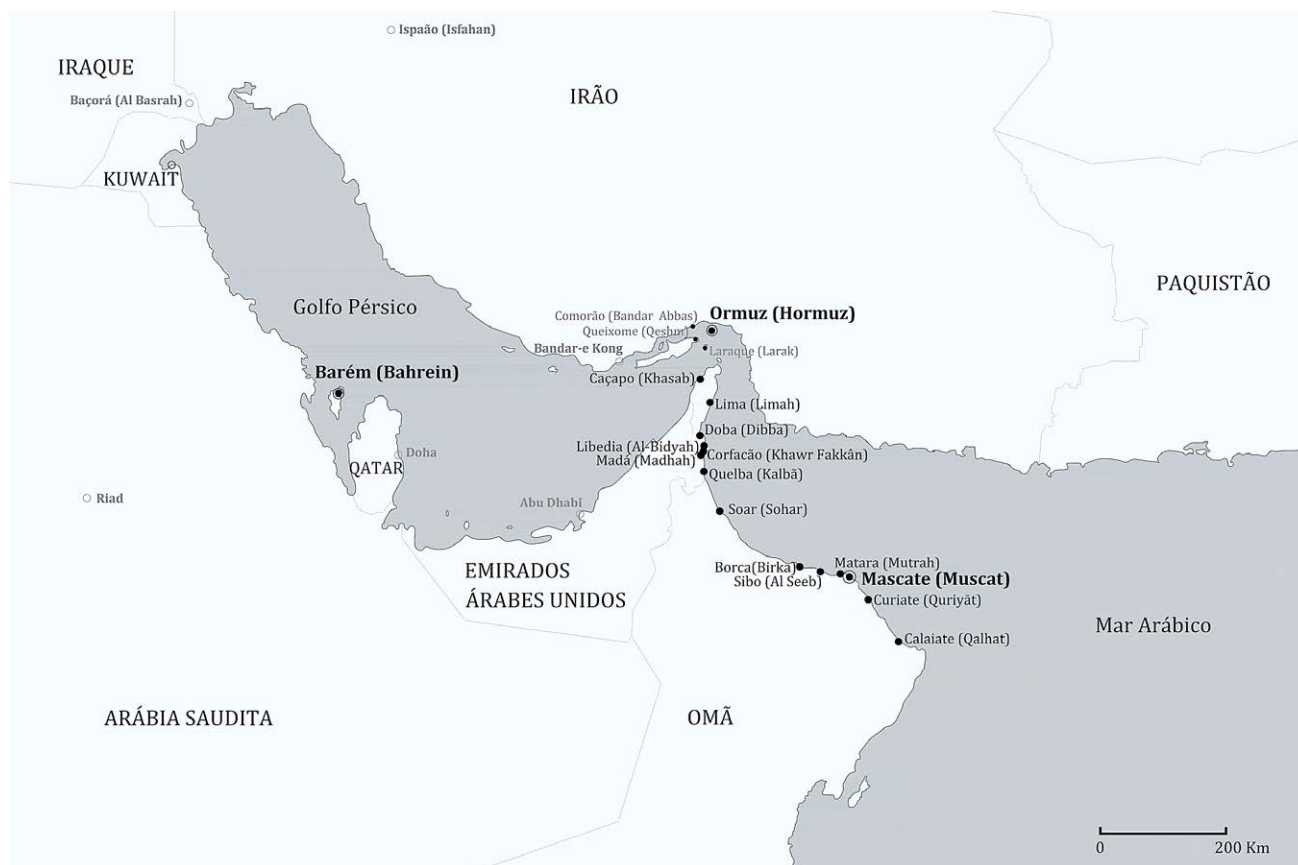


Fig. 2 – Mapa da presença portuguesa no Médio Oriente.

nha como rei de Portugal, em Abril de 1581, deu lugar a uma nova fase da história da expansão marítima portuguesa. Apesar do novo monarca ter respeitado a representatividade portuguesa nos cargos públicos e nos postos estabelecidos no Índico, procurando seguir a política do seu avô, foram vários os conflitos que se geraram: entre os interesses dos agentes privados e os dos oficiais do rei; entre o império ibérico e os inimigos europeus da Monarquia Católica (Costa et al. 2014, 113, 170-172)<sup>6</sup>. No final do século XVI, inicia-se uma nova conjuntura com o Xá Abbas I (1587-1629) governando a Pérsia (Couto e Loureiro 2008, ix) e trazendo uma nova hegemonia política, além da aptidão para o estabelecimento de coligações com outras potências, nomeadamente a Inglaterra. Seria, aliás, uma dessas alianças que ajudaria a expulsar os portugueses de Ormuz em 1622 (Costa et al. 2014, 177). Após a perda de Barém em 1602, esta nova derrota gerava um novo mapa político em mares agora frequentados também por holandeses e ingleses. Por conseguinte, Mascate tornava-se a maior praça portuguesa em toda a região, afirmando-se como a principal base militar e comercial (Loureiro 2007, 77). Contudo, a consolidação do Sultanato de Omã através de uma unificação interna conseguida por uma dinastia emergente, os Ya'ariba (1625-1744), levou à expulsão dos portugueses de todas as praças da costa omanita, incluindo Mascate em 1650 (Al-Belushi 2013, 552).

<sup>6</sup> Holandeses e ingleses, com quem Portugal sempre tinha mantido boas relações, passaram a ter uma atitude hostil para com a dinastia filipina à frente da coroa lusa depois de 1581.

## Da Mascate antes dos portugueses: geografia e história

Voltada ao mar Árábico, a actual capital de Omã desempenhou um papel de grande relevo estratégico na história da região. Charneira entre as rotas caravaneiras peninsulares do interior desértico e as marítimas entre Índico e Golfo Pérsico, tem nestas últimas uma história que há muito tempo assinala Mascate como ponto de referência.

O comércio realizado por omanis fazia-os atravessar os mares já desde o terceiro milénio AEC e, por altura do período islâmico, já participavam de uma vasta rede de trocas comerciais que se estendia da China à África Oriental, estabelecendo importantes relações entre a Índia e o Iémen, fornecendo água fresca e mantimentos, nomeadamente *qulb al-mas*, um peixe que tinha em abundância nas suas águas (Floor 2015, x). Desde o primeiro século da Era Comum que Mascate aparece mencionada em diferentes fontes como importante porto de comércio que interligava o Oriente e o Ocidente. Ptolomeu, o geógrafo grego, referiu-se à localização como *Cryptus Portus*, que tem vindo a ser traduzido como “porto escondido” (Al-Belushi 2013, 552; Couto 2011, 129). A configuração da linha de costa segue a forma de uma ferradura, confirmável em toda a iconografia posterior, já dos séculos XVI e XVII, bem como em fontes documentais que assim a descrevem, considerando-o um ancoradouro atractivo<sup>7</sup>.

Topograficamente, o porto de Mascate caracteriza-se por uma entrada estreita que dá acesso a uma baía moldada por promontórios, que uma ilha de relevo agreste ajuda a desenhar, e por elevações rochosas com declives acentuados do lado de terra. Essa configuração esconde o porto e mascara a entrada aos navegantes<sup>8</sup>, com aspecto favorável em termos defensivos e ajuda para a protecção contra os ventos. Este abrigo natural apresentava ainda uma particularidade muito vantajosa: a profundidade das águas permitia a ancoragem de embarcações de grande porte (Al-Busaidi 2000, 131; Couto, 2011, 129). Entre a linha de costa da enseada arenosa e os picos rochosos do *hinterland* abria-se uma área central plana que deu lugar ao desenvolvimento da urbe.

Sobre a cidade antes da chegada dos portugueses, sabe-se que foi governada por várias tribos locais, de forma alternada, e também por persas atraídos por Mascate. No século III a cidade era governada pelos Sassânidas que, no século VII se converteriam ao Islão (Al-Belushi 2013, 553). Cerca do ano 700, o porto de Mascate acomodava 300 barcos num episódio de guerra pelo poder local, e era o sítio onde os barcos que por ali passavam recolhiam gado e também água fresca que provinha dos vários poços existentes (Badger 1871, 5). Nas fontes árabes dos séculos IX a XIII, Mascate é descrita como uma vila piscatória e uma estação/porto de escala para abastecimento de água potável por navios que circulavam pelo Oceano Índico<sup>9</sup>. A cidade ganhou maior relevância como porto comercial sob domínio do Reino de Ormuz, a partir do século X, mas ao longo das quatro centúrias seguintes, Mascate parece ter perdido importância, deixando de ser mencionada tão frequentemente

<sup>7</sup> Ver referência em Couto 2011, 129, mencionando as descrições de Brás de Albuquerque.

<sup>8</sup> O porto só se torna visível quando as embarcações o penetram, contornando as montanhas. Também Albuquerque o refere: “As naus que navegam por estas partes, têm necessidade de entrar, para evitar as zonas de águas rasas. [...]” (Albuquerque 1973, 112).

<sup>9</sup> O abastecimento de água fresca (potável) que provia Mascate era mercadoria fundamental para a economia local (Couto 2011, 130).



<sup>10</sup> A chegada dos portugueses acabaria por reforçar esta conjuntura, principalmente quando fizeram desta cidade a sua base regional a partir de 1622, depois de perda de Ormuz, como se verá à frente.

<sup>11</sup> A mesquita principal terá sido destruída aquando do ataque de Albuquerque (Couto 2011, 130).

na historiografia árabe. No século XIV, volta a chamar a atenção de embaixadores e mercadores, acabando por se tornar numa das mais importantes da região, onde se podiam negociar vários produtos: tâmaras, cavalos, tecidos, óleos, cereais (Al-Belushi 2013, 553-554).

No arranque de Quinhentos, a cidade de Mascate teria cerca de 7000 habitantes e era posto para obtenção de documentos e pagamento de taxas de circulação nas águas do mar Árábico, desempenhando um importante papel na logística do sistema mercantil de Ormuz (Floor 2015, 1)<sup>10</sup>. Apesar de descrita como grande e opulenta, Mascate detinha na natureza estéril e agreste, no porto recortado, bem como em algumas atalaias, os instrumentos suficientes para a sua defesa do interior peninsular.

A ameaça poderia, efectivamente, provir quer do mar, quer do interior. Eram constantes as disputas pelo poder entre as diferentes tribos e, apesar das sólidas relações com as populações mais rurais, responsáveis pelo aprovisionamento de gado e produtos agrícolas à cidade, haveria uma distribuição de estruturas defensivas. Paredes construídas em entulho de madeira serviam de barreira para controlar as passagens entre as montanhas aguçadas, por sua vez coroadas por uma rede de torres de vigia (Floor 2015, 1; Couto 2011, 132). As fontes árabes mencionam, ainda, a existência de uma torre fortificada, no lado nascente da baía (Vine 1995, 283-284; Costa 1983, 262).

Pela frente marítima, e por se ter tornado um dos portos mais importantes daquela costa, temia-se o ataque inimigo. Ergueu-se, então, um muro de madeira e terra entulhada, rodeando a praia, que os portugueses encontraram à sua chegada e que, segundo as descrições de Fernão de Castanheda, era apenas perfurada por duas estreitas passagens (Couto 2011, 132).

Entre os potenciais inimigos, encontrava-se a cobiça da coroa portuguesa. Assim, em 1507, a tomada de Afonso de Albuquerque encontrou uma urbe dinâmica, com uma população que agregava várias culturas. As ruas eram estreitas e formavam vários quarteirões, ocupados de forma densa. As casas altas, cuja construção era então elogiada, deixavam pouco espaço vazio entre si, conferindo uma sensação labiríntica ao olhar forasteiro, logo defendendo a intrusão alheia, mas que essencialmente protegia do forte calor da zona. Detinha uma configuração típica dos assentamentos muçulmanos no Oceano Índico e, para além da área residencial e de várias mesquitas<sup>11</sup>, possuía jardins de palmeiras e zonas de cultivo, curtas faixas de terra ligeiramente mais interiores (Couto 2011, 130).

Apesar da ofensiva de Albuquerque não se ter deparado com uma cidade defendida por fortificações merecedoras desse nome, aquilo que mais terá dificultado a tomada da cidade prendia-se com a estreiteza das vias que dificultavam a passagem de homens e suas lanças, na perseguição dos residentes em fuga (Floor 2015, 1; Couto 2011, 130). A visão que os portugueses tiveram em Setembro de 1507 era a de uma “[...] cidade grande, muito bem povoada, cercada da banda do sertão de serras mui altas e da banda do mar bate a água nela. [...] tem muitos poços de água doce donde bebiam os moradores; tinham pomares, hortas, palmeiras, com poços

para regar [...]. O porto é pequeno, de feição de uma ferradura, abrigado de todos os ventos. É escápula antiga de carregamento de cavalos e de tâmaras; é um lugar muito gracioso e de casas muito boas; vem-lhe do sertão muito trigo, milho, cevada e tâmaras para carregarem quantas naus quiserem.” (Albuquerque 1973, 1: 112)<sup>12</sup>.

## Da Mascate portuguesa (1507-1650): fortificação e urbe

Aquando da instalação, os portugueses avaliaram as excepcionais condições abrigadas do porto e a ‘muralha’ montanhosa que cercava a urbe, associada a algumas barreiras construídas nas passagens entre as serras e as atalaias atrás mencionadas, como suficientes para a protecção do local (Al-Belushi 2013, 552). No entanto, a resistência omanita e ameaças externas, obrigaram os portugueses a considerar a necessidade de construção de um sistema defensivo, resultando num processo faseado que se ia adequando ao ambiente político-militar da região.

Do tempo português em Mascate, já depois de obras recentes de remodelação e adaptação dos fortes a novas funções<sup>13</sup>, aquilo que pode hoje ser observado entre as estruturas sobreviventes inclui as duas fortalezas – São João e Almirante (actualmente apelidadas de Al-Jalali e Al-Mirani, respectivamente<sup>14</sup>), além de duas estruturas avançadas – Al Sirah al-Sharqiyah, uma torre portuguesa, e Al Sirah al-Gharbiyah, o antigo Baluarte de Santo António (fig. 3). Rodeando a cidade, os

<sup>12</sup> Brás de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque, nascido por volta de 1500, publica os *Commentarios de Afonso Dalboquerque capitão geral e governador da Índia* (Lisboa, 1557), com o objectivo de registar os feitos do seu pai no Oriente (segundo Loureiro, Rui Manuel. 2015. *Algumas notas sobre Brás de Albuquerque e os Commentarios de Afonso Dalboquerque* (Lisboa, 1557). Palestra no colóquio sobre “Afonso de Albuquerque – 500 Anos: Memória e Materialidade”, Biblioteca Nacional de Portugal, Dezembro de 2015.

<sup>13</sup> Até ao arranque do século XXI, os fortes foram restaurados mais do que uma vez (Al-Belushi 2013, 553-337) até se adaptarem ao seu uso corrente, acrescentando-lhes novos volumes.

<sup>14</sup> Al-Jalali integra, atualmente, o recinto do Palácio Al-Alam (o palácio cerimonial do Sultão Qaboos bin Said, o soberano presente), sendo o local de recepção de visitas oficiais. Al-Mirani é, hoje em dia, quartel das forças armadas do Sultão – a Royal Guard. Pelas suas funções, o acesso público é bastante limitado.



Fig. 3 – Fortes de São João (Al-Jalali), ao fundo, e do Almirante (Al-Mirani), em primeiro plano. Fotografia de Jorge Correia.

<sup>15</sup> Para Matara, as ligações territoriais e mercantis com o interior eram mais fáceis, uma vez que o perfil da montanha não era tão encerrado (Costa 1983, 264).

Fig. 4 – Vestígios de origem portuguesa em Mascate. Planta dos fortes de Matara, Almirante e São João (da esquerda para a direita): 1. Forte do Almirante (Al-Mirani); 2. Forte de São João (Al-Jalali); 3. Baluarte de Santo António (Al Sirah al-Gharbiyah); 4. Torre Al Sirah al-Sharqiyah; 5. Muralha; 6. Forte da Horta do Cabaço (Rawiyah); 7. Forte Marata (Mutrah). Desenho de Ana Lopes.

portugueses construíram uma muralha pontuada por baluartes, cujo traçado ainda se lê na morfologia urbana do bairro designado por “Mascate velha”. É também de referir a torre quadrangular que protegia a zona da Horta do Cabaço e várias torres circulares que se distribuem pelos picos das serras envolventes e que se juntaram às inúmeras já preexistentes (Carvalho 2010, 156-159) (fig. 4).

O forte existente em Matara (hoje Mutrah, a cerca de meia légua de distância do centro de Mascate) é considerado como parte do mesmo sistema defensivo, pois tinha como principal função proteger a passagem até ao principal entreposto comercial (Floor 2015, 15; Dias 1998, 394). As limitações topográficas que favoreciam o isolamento de Mascate e o necessário controlo face ao *hinterland*, faziam com que a cidade se apoiasse em Matara para obter algumas provisões (Floor 2015, 3-5). Embora subordinada a Mascate, Matara tinha igualmente uma boa área de porto, abrigada dos ventos e, assim, pôde contribuir para o abastecimento e socorro da cidade vizinha<sup>15</sup> (fig. 5).

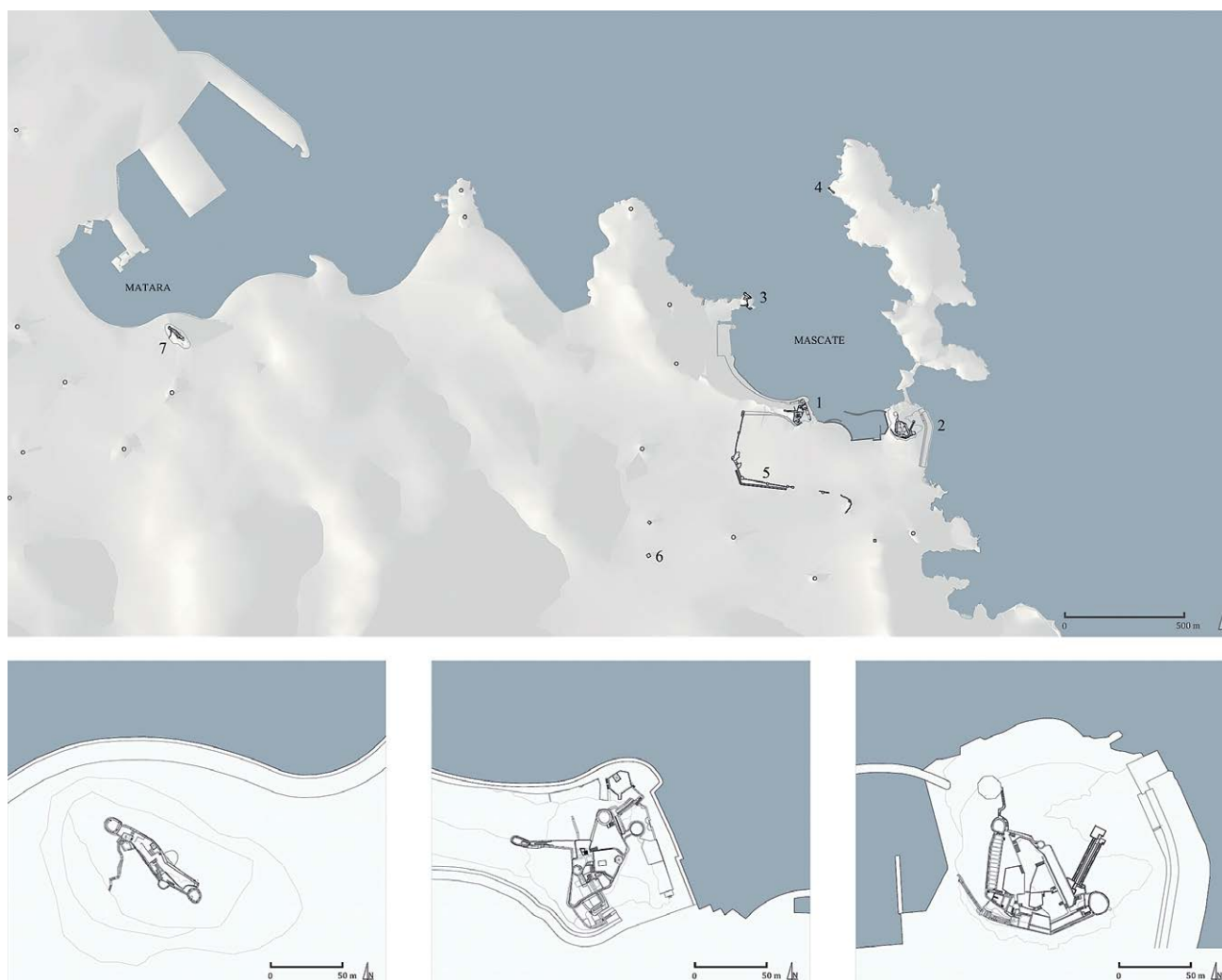




Fig. 5 – Forte de Matara (Mutrah).  
Fotografia de Jorge Correia.

A construção destas estruturas ao tempo português sintonizou-se com a pressão inimiga na zona. Após um período inicial em que as defesas preexistentes se ajuizaram como suficientes, em 1546 ocorreu o primeiro ataque otomano<sup>16</sup> a Mascate. O impacto foi travado pela magra guarnição da cidade, cerca de vinte e seis portugueses, com a ajuda de alguns locais e de um único muro defensivo na zona da praia, que não seria muito mais do que o muro encontrado pelos portugueses aquando da conquista<sup>17</sup>. O episódio demonstrou a urgência em actualizar as defesas. Por ordem do vice-rei Afonso de Noronha, o capitão João de Lisboa iniciou os trabalhos em 1551. O muro junto à praia terá sido reforçado com a construção de duas estruturas abaluartadas, onde puderam instalar artilharia (Floor 2015, 2). No entanto, sobre uma hipotética primeira fortificação construída, muito pouco se sabe, havendo diferentes versões acerca da sua possível localização, logo destruída nesse mesmo ano por novo ataque dos turcos.

O impacto das incursões otomanas prosseguiu com novas investidas em 1554 e em 1581<sup>18</sup>. É depois disto que os portugueses decidem melhorar significativamente as suas estruturas defensivas, edificando os Fortes do Almirante e de São João. Ambos foram mandados construir por ordem do vice-rei D. Duarte de Meneses (1584-1588), mas apenas terão sido terminados pelo seu sucessor (Carvalho 2010, 157-158) (fig. 6).

O Forte do Almirante, que foi buscar o nome ao facto de incluir a casa do almirante (ou capitão), possui uma inscrição gravada em duas pedras facetadas do lado exterior de uma porta abobadada, atribuindo expressa e claramente o trabalho a Belchior Calaça, no ano de 1588. Muito provavelmente, este terá seguido os planos do engenheiro Giovanni Battista Cairati<sup>19</sup> que, desde 1584, estava encarregue de consolidar as fortificações de Ormuz, Barém, Mascate e Malaca (Couto 2011, 146-147). D. García Figueroa<sup>20</sup>, que passou por Mascate em 1617, além da descrição detalhada do estado da fortaleza, comenta que a construção se fez nos vazios entre os cumes elevados e afiados da montanha costeira (Loureiro et al. 2011, 169). A escolha da localização não podia ser mais vantajosa para o controlo da envolvente

<sup>16</sup> Desde o século XIII que os otomanos seguiam um percurso de conquistas que chegou até ao mares Vermelho e Mediterrâneo e que, no século XVI, cobiçava a zona do Índico (Costa et al. 2014, 120).

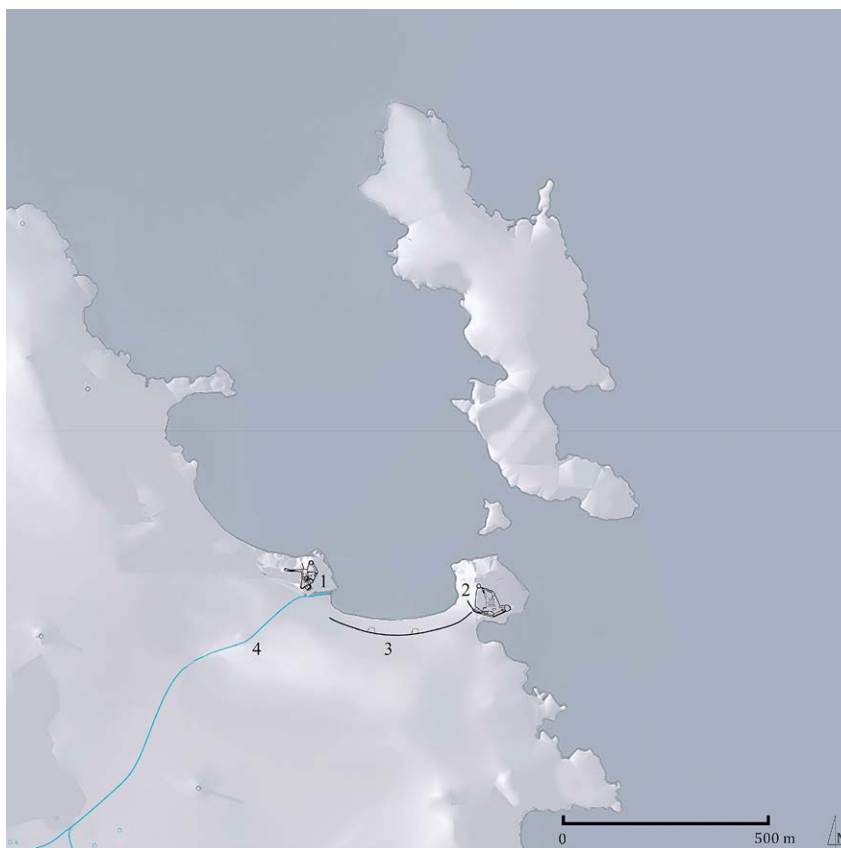
<sup>17</sup> Seria uma parede erguida na praia, descrita como uma “tranqueira forte ao longo da praia”, feita de entulho e reforçada por filas de pedras colocadas em espinha (Couto 2011, 142).

<sup>18</sup> Este último terá sido um ataque mais violento, com muitas baixas do lado português e deixando parte da cidade queimada, incluindo uma igreja. Os otomanos não quiseram ocupar Mascate, buscando apenas a diminuição da resistência portuguesa para um eventual assalto a Ormuz (Couto 2011, 142).

<sup>19</sup> Cairati foi para a Índia a mando de Filipe I de Portugal para consolidar as principais fortificações do Estado da Índia (Loureiro 2007, 68).

<sup>20</sup> D. García Figueroa (1550-1624) era um fidalgo espanhol que iniciou, em 1614, uma missão de visita à corte do Xá Abbas I da Pérsia (1587-1629), enquanto embaixador da coroa ibérica. Escreveu um diário sobre a viagem que se prolongou por mais de uma década (Loureiro 2011, ix).

Fig. 6 – Planta das estruturas portuguesas existentes no século XVI: 1. Forte do Almirante (Al-Mirani); 2. Forte de São João (Al-Jalali); 3. Muralha ribeirinha; 4. Percurso de água doce. Desenho de Ana Lopes.



portuária. Todavia, o relevo é de tal forma íngreme que foram necessárias várias estruturas para vencer as pendentes e conseguir colocar diferentes plataformas, a diferentes cotas, adaptadas ao perfil da serra. Imposta coercivamente sobre a paisagem, a nova fortaleza coroava a linha de feito, interligando uma sucessão de “postos de guarda” e revelins, equipados com bocas de fogo, que se articulavam em diferentes níveis através de escadarias (Couto 2011, 147-149; Loureiro et al. 2011, 159-176). Tratava-se de um conjunto irregular que foi, em grande parte, ditado pela topografia bastante acidentada. Tal como referiu Figueroa, a implantação da fortaleza em elevação muito íngreme por si só dotava-a de impregnabilidade, para além das muitas reentrâncias e protuberâncias, tanto exteriores como interiores, que serviam de obstáculos. Para além destes factores, a artilharia instalada permitia o flanqueamento entre as diversas estâncias (Loureiro et al. 2011, 170).

O Forte do Almirante incluía uma zona abrigada para a entrada a sudeste, subindo-se daí para as diferentes cotas onde se situavam os referidos revelins, entendidos aqui como plataformas de tiro, rasgados por canhoneiras; a norte e no topo de um patamar estava um torreão circular; um outro localizava-se a poente, agregando-se às plataformas centrais; com forma ultra-semicircular e no extremo de um percurso amuralhado sobre o cume da serra que seguia no sentido nascente-poente, encontrava-se a estrutura abaluartada mais elogiada por Figueroa,



pois além de grande ponto de vantagem, estava bem equipado com canhoneiras em distribuição radial para defesa de porto e cidade (Loureiro et al. 2011, 170). A estrutura defensiva incluía ainda um pátio com uma cisterna e onde se situava uma capela. Todavia existente, o pequeno templo conta com uma geometria circular de pequena escala, dotada de cúpula e de portal em calcário, composto por elementos de gesto manuelino.

Comparativamente, o Forte de São João, construído do outro lado da baía, era considerado, pelos testemunhos coevos, como uma estrutura menos sofisticada (Couto 2011, 147-149). Ainda hoje representa uma massa arquitetônica robusta que se impõe sobre o território circundante (fig. 7). Assume-se como uma estrutura mais regular, com os seus panos de muralha a seguir o contorno da colina onde se implanta, formando uma plataforma central, onde estariam as casas da guarnição, um arsenal e outras dependências, nomeadamente um reservatório de água. Há baluartes em praticamente todas as inflexões do contorno fortificado. Com as suas formas curvilíneas transmitiam uma sensação de grande muro perimetral que rodearia uma espécie de grande bateria instalada no topo do penedo, conforme era descrito à época. Estas estruturas foram parcialmente escavadas na rocha e organizavam-se em diversos níveis, dispostos nas extremidades angulares do conjunto e preparados para receber artilharia. O seu desenho permitiria disparos radiais de tiro, flanqueando os muros adjacentes e alcançando um pleno domínio do sector oriental da baía portuária. O acesso ao Forte de São João era feito do lado da baía, através de uma escadaria íngreme pontuada por volumes defensivos artilhados, que funcionariam como portas que se sucediam umas às outras. Tanto pelas descrições coetâneas como pelas representações iconográficas, este forte parece ter sido sempre considerado secundário. Os desenhos que o registam fazem-no de forma muito simples (mostrando muito mais detalhe no conjunto do Almirante), havendo ainda os que nem sequer o incluem<sup>21</sup>.

Ao longo dos 143 anos de presença portuguesa em Mascate, a capacidade militar instalada haveria ainda de assistir a evoluções na medida em que as funções daquele porto se assumiam, cada vez mais, como fundamentais. Ainda nos finais do século XVI se considerava necessário reforçar as defesas de Mascate, como demonstram as sucessivas novas construções seiscentistas que ajudaram a consolidar o porto como potência regional (fig. 8). Na década de 1590, ordenou-se a construção da torre que se encontra no extremo nordeste do porto, hoje chamada de Al-Sharqyah, mencionada num relatório enviado ao rei. Já em 1610, são amplia-

<sup>21</sup> Sobre as representações iconográficas de Mascate, consultar Garcia 2009, 72-76.

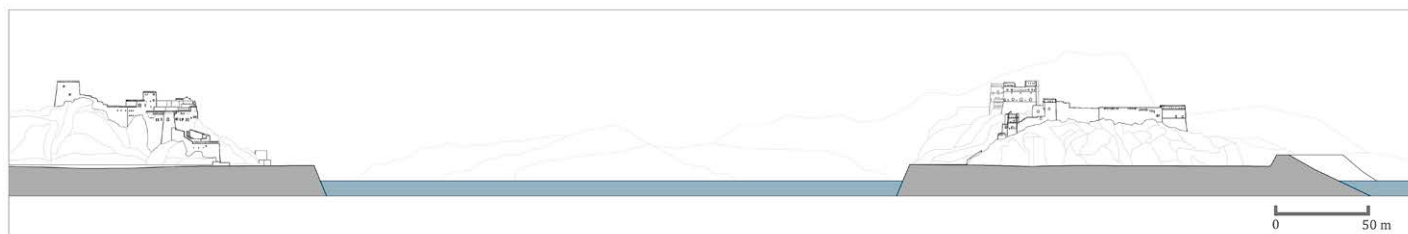
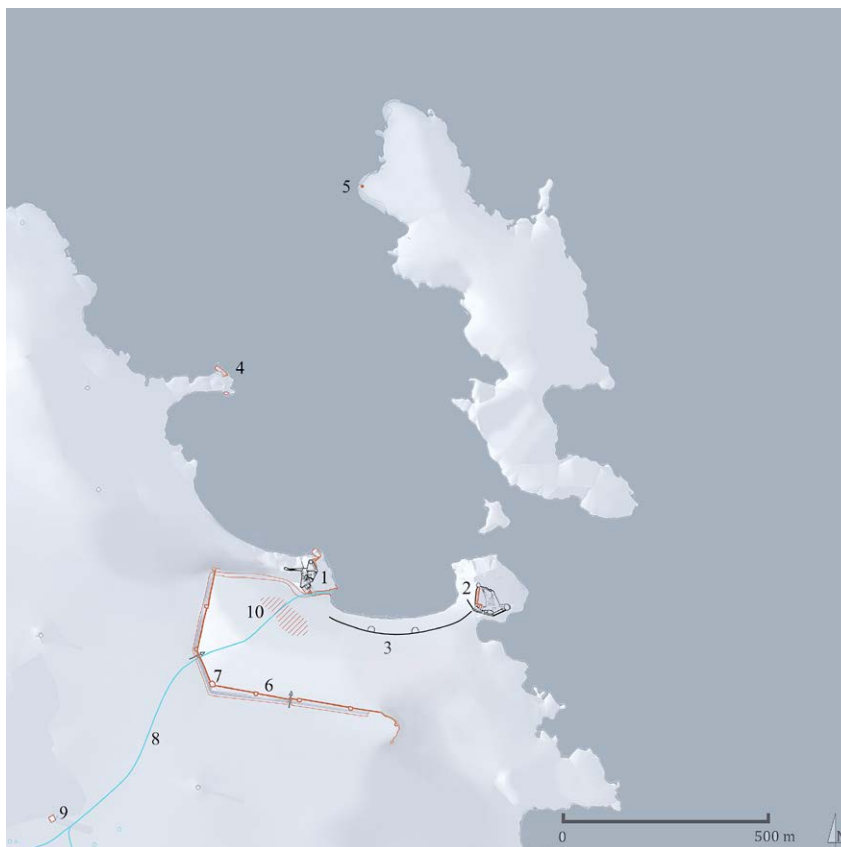


Fig. 7 – Perfil da baía de Mascate pelos fortes do Almirante (Al-Mirani) e de São João (Al-Jalali) para norte. Desenho de Ana Lopes.

Fig. 8 – Planta das estruturas portuguesas existentes no século XVII: 1. Forte do Almirante (Al-Mirani); 2. Forte de São João (Al-Jalali); 3. Muralha ribeirinha; 4. Baluarte de Santo António (Al Sirah al-Gharbiyah); 5. Torre Al Sirah al-Sharqiyah; 6. Muralha; 7. Torre Cabrita; 8. Percurso de água doce; 9. Forte da Horta do Cabaço (Rawiyah); 10. Zona da Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça. Desenho de Ana Lopes.



<sup>22</sup> Foi o Conde de Linhares (v.r. 1629-1635) quem ordenou a sua construção.

das estruturas no Forte do Almirante para junto da água (Carvalho 2010, 156-159), reforçando a defesa do porto com uma plataforma poligonal em dois níveis (equipada com artilharia com capacidade de tiro rasante ao plano da água), a que se acedia descendo da fortaleza através de duas longas escadarias que contornavam o rochedo, em direcção à extremidade norte.

Quando em 1622 Ormuz se perdeu para os persas aliados aos ingleses, Mascate assume uma posição dianteira enquanto principal fortaleza portuguesa na região (Dias 1998, 390; Costa et al. 2014, 172-177). Rui Freire de Andrade, um importante capitão português, reagiu à nova conjuntura e conseguiu alargar a rede de posições dominadas pelos portugueses ao longo da costa adjacente para norte, a saber Sibó, Borca, Quelba, Madá, Doba, Limah (Al-Busaidi 2000: 63-98) (fig. 2).

Onze anos depois, numa campanha de melhoramentos nas fortificações de Mascate, ergue-se o Baluarte de Santo António, construído sob instruções do engenheiro Manuel Homem de Pina<sup>22</sup> (Carvalho 2010, 156-159; Dias 1998, 391). Tratava-se de uma estrutura que permitia o tiro radiante através de duas plataformas, principalmente a voltada a norte. Em 1634 houve reparações nos dois fortes de Mascate (que estavam terminadas em 1640). Será dessa altura a inclusão do elemento mais impressionante do Forte de São João: a face voltada à baía onde se abrem oito conjuntos de aberturas com seus respiradouros, anunciando uma poderosa capacidade de tiro.

Rui Freire de Andrade deu, também, ordens para que se fortificasse a vila pesqueira mais próxima, Matara. A determinação da construção do forte de apoio a Mascate data dos anos 20 do século XVII (Floor 2015, 15; Dias 1998, 394). Mais uma vez, o forte implantou-se numa elevação rochosa e bastante escarpada, formado por dois torreões cilíndricos ligados por dois panos de muralha que se apoiam na serra e integravam dispositivos que permitiam tiro através de seteiras. Já as estruturas das extremidades incluíam aberturas para artilharia. Trata-se do actual Forte de Mutrah. Para além de fortes em pontos estratégicos do relevo litorâneo, o tecido urbano à cota baixa, compreendido entre a praia e as elevações montanhosas circundantes, mereceu também empreitada fortificadora. Em 1623, ergue-se a muralha que rodeia a cidade, com cinco baluartes semicirculares do lado exterior e um pentagonal, na inflexão do traçado, separando a cidade do sertão (fig. 9)<sup>23</sup> (Dias 1998, 391). As suas extremidades fundiam-se nas escarpas das montanhas, criando um perímetro totalmente encerrado na sua frente de terra. Em complemento, procedeu-se à construção de torres nos pontos altos da zona envolvente, que ajudavam a vigiar possíveis aproximações provenientes do interior do território. Algumas já existiriam antes da chegada dos portugueses, mas, como confirma o testemunho de Pietro della Valle, em 1625 os portugueses estariam a melhorar algumas dessas atalaias e a construir novas (Floor 2015, 2). As torres de vigia estendiam-se até à vizinha Matara, onde

<sup>23</sup> O desenho do século XVII (Bocarro e Resende c.1635, fol. 46v-47r) mostra seis baluartes ao longo de uma muralha curva. Na realidade, são dois troços rectos de muralha dispostos em 'L', localizando-se a designada Torre Cabrita no ângulo – único baluarte pentagonal. As outras torres são redondas do lado exterior e poligonais pelo interior.

<sup>24</sup> Localmente, designa-se como Forte de Al-Rawiyah. Também Albuquerque mencionaria essa área de palmeiras, junto a poços de água fresca e a três jardins (Floor 2015, 2).

Fig. 9 – Pedro Barreto de Resende, “Mascate”. In Antônio Bocarro, *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, c. 1635, n.º 5. Biblioteca Pública de Évora.



<sup>25</sup> Desde o século XV, a actividade bélica integrava progressivamente a artilharia de fogo. A arquitectura era uma das disciplinas mais envolvidas na experimentação, dando origem àquilo que se designa como “período de transição”. Não havendo espaço, neste artigo, para dissertar sobre as alterações que a arquitectura foi assistindo, não podemos deixar de referir que, à época da construção das fortalezas de Mascate, os portugueses já tinham erguido fortificações *ao moderno*, com baluartes em cunha e estruturas que correspondiam às mais recentes propostas da tratadística europeia (Barata e Teixeira 2004, 1: 359-370).

também aí existiria um muro que separava a vila piscatória do resto do território, com as suas portas de acesso controlado (Costa 1983, 264).

Com o intuito de proteger o contínuo abastecimento de alimentos e água potável a Mascate, Rui Freire de Andrade manda fazer uma torre de protecção à Horta do Cabaço, em 1627<sup>24</sup> (Carvalho 2010, 159) – um quadrilátero com entrada ao nível do primeiro piso, do qual só resta o nível inferior no presente. Em 1634, procedia-se também à escavação de um fosso, à construção de uma nova casa de alfândega e de uma doca no final do curso de água que vinha desde a zona das hortas (Floor 2015, 15). No início do século XVII, Mascate contaria com cerca de 300 casas de construção precária, feitas de junco e folhas de palmeira, muito juntas e sem espaço entre si. Os portugueses habitavam em casas de pedra e cal, com terraços que teriam muito melhor aspecto para quem visitava a cidade, apenas no pequeno bairro próximo à igreja (Loureiro et al. 2011, 159-176). Efectivamente, quando Figueroa visitou a cidade ainda em 1617, assistiu à missa na igreja paroquial e instalou-se no recém-erguido Convento de Santo Agostinho, que ficava a menos de 50 passos do maciço rochoso onde se implantava o Forte do Almirante (Loureiro et al. 2011, 169; Carvalho 2010, 156-159).

Das estruturas religiosas e civis da cidade baixa não restam vestígios arqueológicos e são, nos dias de hoje, de muito difícil localização. Um documento escrito por Rui Freire de Andrade, em 1622, onde o mesmo se identifica como capitão-mor da armada de alto bordo, menciona a entrega da direcção do hospital ao vigário da Ordem de Santo Agostinho (Jansen et al. 2015, 5: 272) confirmando a existência desse equipamento, tal como o “Regulamento para a fortaleza, feitoria, alfandega e hospital de Mascate”, escrito em 1636, onde se registam os salários e funções do cirurgião e do boticário desse mesmo hospital. O documento indicia uma localização próxima entre convento e as casas que servem de hospital, além da existência de umas casas da feitoria, casas das armas e casa onde morava o mestre-de-obras (Jansen et al. 2015, 7: 199-282).

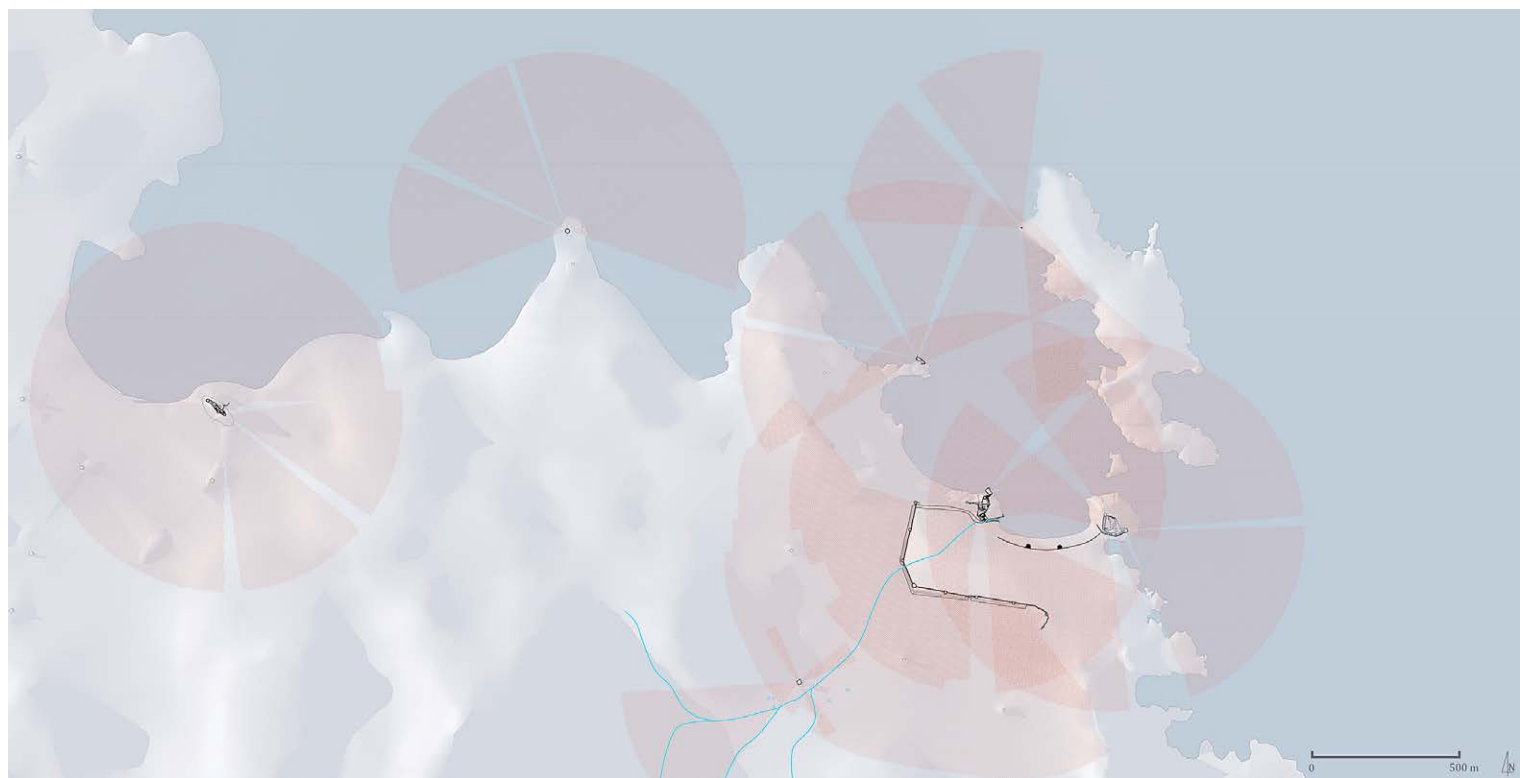
Das descrições anteriores se retira que quer no investimento português à altura, quer no património actualmente visível, a atenção recai, essencialmente, sobre a arquitectura militar. De facto, para o conjunto das estruturas defensivas e suas diferentes fases de obras, o tema da manipulação de armas de fogo foi determinante<sup>25</sup>. O momento era então de total assunção da artilharia que vinha registando processos evolutivos na arte da guerra e acelerando modos de construir. Em termos tipológicos, Mascate não revela as formas perfeitas *ao moderno*, descritas e representadas na tratadística que circulava pela Europa, onde se propunham reformas profundas nos sistemas fortificados na óptica da utilização das novas armas para baluartes angulares. No entanto, o seu desenho destacou baluartes circulares dos muros defensivos e impôs múltiplas aberturas para o uso de artilharia em cada uma das suas estruturas. Por tudo isto, torna-se interessante fazer uma avaliação do seu grau de inexpugnabilidade à luz da capacidade pirobalística do seu tempo. Com o levantamento efectuado de todas as aberturas para bocas de tiro, analisando os

seus ângulos de disparo e cruzando tal com a variedade de armas usadas à época, podemos calcular o alcance de fogo destas estruturas.

Várias possibilidades, mediante os diferentes tipos de armas da época, podem ser consideradas para hipotéticos contextos beligerantes. A situação mais otimizada, ou seja, um cenário em que todos os vãos existentes para calibres diferentes estariam ocupados por artilharia grossa e por dispositivos de porte individual, com os respectivos homens necessários para as manejar, provavelmente nunca aconteceu em pleno por mingua de armas ou recursos humanos. Este quadro articulava a capacidade defensiva de todas estas estruturas na sua máxima expressão, com um alcance de tiro determinado pelas armas de maior capacidade a circular no Índico no início do século XVII<sup>26</sup> (fig. 10). O impacto era grande e, do cruzamento de tiro entre os dois fortes, toda a baía e uma grande zona envolvente ficaria subjugada. Ainda que com formas alternativas, e até mesmo atávicas, para a época, Mascate revelou-se capaz de integrar a artilharia e de estruturar a sua defesa de modo muito eficiente. As inflexões são pontuadas por baluartes ou torreões salientes, flanqueando-se mutuamente, além de varrerem pelo tiro as áreas envolventes, aproveitando-se dos recessos e saliências do terreno para criar obstáculos naturais a qualquer tentativa de aproximação inimiga.

<sup>26</sup> Consideramos armas com um alcance máximo de 600 metros para tiros de canhão e de 200 para as armas de porte individual que poderiam ser de fogo ou ainda neurobalísticas. Para referências relativas ao alcance das armas de fogo, consultar: Barata e Teixeira 2004, 1: 180-183, 354-359; 2: 198-214.

Fig. 10 – Planta esquemática: estudo do alcance de tiro para armas de maior capacidade no século XVII.





## Do legado patrimonial de Mascate: uma visão macro territorial

Do capítulo anterior se infere que o sistema defensivo de Mascate ao tempo português estava montado em rede. A defesa da zona portuária era assegurada pelos fortes do Almirante e de São João, estendendo-se pela costa adjacente através de torres estrategicamente colocadas e, sobretudo, do Forte de Matara. Esta rede, que cruzava mira e tiro, foi pensada em estreita articulação com a topografia com vista a uma eficaz organização da proteção do lugar. O relevo qualificava-o como um sítio forte e defendido naturalmente, o que segundo a opinião de Figueroa, colmatava qualquer falha que as fortificações pudessem ter na sua concepção (Loureiro et al. 2011, 159-176).

À cota baixa, na estreita planície banhada pela enseada portuária, a cidade dos comerciantes, religiosos e moradores refugiava-se à sombra dos fortes e das montanhas. A arquitectura militar não era vista como refúgio para a população, mas antes como bateria defensiva de um ancoradouro, protagonista de uma estratégia que secundarizava o espaço urbano. Ainda que fortaleza e urbe se articulassem, regista-se uma certa tensão entre ambas na medida em que o ónus implantacional repousava nos fortes e o grande investimento edificador se desviava da cidade baixa.

Poder-se-ia falar de hesitação entre os modelos tradicionais de *cidade-fortaleza*, detendo nos seus fortes os pólos defensivos considerados suficientes para a pugnabilidade do sítio, de *cidade-amuralhada*, mais concretamente a urbe implantada na área plana junto à praia, e, mesmo, de *cidade aberta*, numa perspectiva em que a urbe se respaldava na defesa natural envolvente, seguindo as classificações de Le Goff (Seta e Le Goff 1991, 18). Em bom rigor, Mascate parece romper com o paradigma da cidade entendida como símbolo amuralhado, herança do fenómeno urbano medieval reiterado pela tratadística quinhentista, para propor uma alternativa que repousava na interdependência de sistemas complementares e dialogantes. Neste ponto da costa omanita, a prioridade não estava na salvação da urbe mas sim na manutenção do porto enquanto peça fundamental da sobrevivência dos interesses da coroa na região.

Esta condição encontrava-se intrinsecamente ligada a uma visão macro-territorial de defesa. Efectivamente, as fortificações de Mascate só podem ser compreendidas se analisadas como parte integrante de uma rede de cidades que se completavam. Se neste ponto costeiro estava estacionada uma armada de cerca de doze navios, com seus capitães, que ajudavam a prover outras fortificações na rota do Estreito de Ormuz (Garcia 2009, 72), Mascate dependia igualmente de cidades vizinhas como Matara, Curiate, Sibbo ou Borca, entre outras (Dias 1998, 392), para o seu abastecimento. Conforme já foi explicado, tal era dificultado pelas características topográficas que impediam o desenvolvimento de estradas/caminhos de ligação entre o *hinterland* e a zona costeira. Cada uma dessas cidades possuía a sua guar-

nição, obediente a um capitão português e apoiada por lascarins<sup>27</sup>, protegendo os portugueses que aí estivessem alocados e vigiando os seus interesses. Ao mesmo tempo, controlavam a costa e poderiam ajudar a impedir qualquer aproximação a Mascate, prevenindo ataques e enviando ajuda, sempre que necessário<sup>28</sup>. A circulação marítima tinha de ser permanentemente controlada, vigiada e mantida activa. Com o propósito de controlar o tráfego comercial no Golfo, foi estabelecido um grande número de praças portuguesas que cooperavam, também elas, em rede. Os principais entrepostos, e os consequentes focos de fortificação que lhes estavam associados, foram Mascate, Ormuz e Barém num primeiro momento. Depois da perda das duas últimas, Mascate abandonou o seu papel de mero ponto intermédio de aprovisionamento e torna-se base de operações, contribuindo para a manutenção da presença portuguesa na região. Surge, então, uma nova centralização e distribuição geográfica dos portugueses, concentrando-se na costa omanita. Já aí existiam alguns fortes, mas foi principalmente depois da década de 1620 que o investimento na construção de cariz militar se pulverizou ao longo da costa nordeste da Península Arábica. Grande parte deste esforço edificador ficou a dever-se à acção de Rui Freire de Andrade, originando uma nova rede de actuação. Inicialmente, o objectivo do capitão era a recuperação de Ormuz, mas logo compreendeu que aquele conjunto de praças assegurava a continuidade dos negócios, nomeadamente com Baçorá e com Bandar-e Kong (Floor 2015, 16). A lógica implantacional do modelo de Mascate ampliava-se em escala e recriava uma nova dialética na estratégia militar, passando a ser o porto central da região com todas as outras fortificações vizinhas a concorrer para tal desígnio. Em todas elas a importância recaía na fortaleza e porto que controlava, mais que qualquer povoação que lhe estivesse sob jurisdição.

Estas visões territoriais complementares – a local em Mascate e a regional aplicada a toda a costa – não constituem senão o reflexo da política da coroa portuguesa para o Índico em prol do comércio transoceânico. “O Império Português funcionou como uma rede interligada de cidades portuárias que assumiram diversas características institucionais e diplomáticas, determinadas por interesses económicos, políticos e culturais específicos” (Bethencourt e Curto 2010, 3). O Estado da Índia, com sede em Goa, distribuía-se por uma ampla área territorial. Como tal, necessitou distribuir poderes administrativos: Moçambique na costa oriental africana, Malaca na Ásia Oriental e Ormuz na zona do Golfo Pérsico (Costa et al. 2014, 118-163).

Apesar de Mascate ter conseguido tornar-se um porto competitivo no século XVII, nunca alcançou o poder que Ormuz havia exercido. Persas, holandeses e ingleses disputavam os mesmos mercados e a cidade foi perdendo o seu esplendor até que, com a expulsão dos portugueses (simultaneamente de todos os outros portos fortificados da costa), os omanitas passaram a dominar grande parte das rotas comerciais (Al-Belushi 2013, 553). Ainda assim, Mascate actuou como uma micro-representação da postura urbano-militar geral aplicada pelos portugueses no Oceano Índico.

O legado construído do sistema fortificado de Mascate evoca um dos complexos de maior escala alguma vez levantados pelos portugueses no mundo durante o

<sup>27</sup> Lascarins são soldados recrutados localmente, continuamente mencionados na documentação como parte essencial das guarnições pagas pelo Estado da Índia para sua defesa (consultar Jansen et al. 2015, vol. 1-10).

<sup>28</sup> A guarnição de Matara, por exemplo, era tida como parte integrante do grupo de homens que eram pagos para defender Mascate, como pode ser visto no documento que constitui o “Regulamento para a fortaleza, feitoria, alfandega e hospital de Mascate” (Jansen et al. 2015, 7: 199-282).

<sup>29</sup> Segundo Enrico D’Errico (1983, 298-300), Mascate apresenta-se como um conjunto fortificado com um estilo muito próprio articulando, por um lado, circunstâncias que denotam a circulação de modelos internacionais de clara influência da escola italiana (cf. nota 19) e, por outro, características de adaptabilidade às condições topográficas locais. Reforçando o papel de Jalali e Mirani como as primeiras fortificações de grande escala que se ergueram em Omã, seguindo as novas premissas tecnológicas da pirobalística, realça, porém, o facto do número de portugueses ser reduzido ao tempo da sua construção e do recurso a obreiros locais constituir uma prática inevitável. Não podendo neste artigo aprofundar uma análise específica das qualidades morfo-tipológicas dos fortes, reconhece-se a sua grande capacidade de adaptação às necessidades e possibilidades da conjuntura que enfrentavam, com sintomas regionais que advêm do seu processo edificativo, bem como das iniciativas durante a ocupação omanita após a presença portuguesa, que se reconhecem em toda a costa da Península Arábica e da África oriental.

período de União Dinástica sob os Filipes<sup>29</sup>. Comparável aos estaleiros que dotariam Angra, Havana ou Cartagena de autênticas máquinas de guerra na defesa de portos estratégicos no Atlântico, também aqui o património de origem portuguesa deve ser entendido enquanto paisagem militar na qual a cidade desempenhou um papel acessório no tabuleiro político-espacial da presença portuguesa na Ásia. ●

## Bibliografia

- Albuquerque, Brás de. 1973. *Os comentários de Afonso de Albuquerque*, pref. e ed. Joaquim Veríssimo Serrão, vol. 1, 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Al-Belushi, M.A.K. 2013. “The heritage prospective and urban expansion in capital cities: old defence sites in Muscat, Oman”. In *Structural Studies, Repairs and Maintenance of Heritage Architecture XIII*, ed. C.A. Brebbia, 551-562. United Kingdom: Wessex Institute of Technology.
- Al-Busaidi, Ibrahim Yahya Zahran. 2000. “Os Portugueses na Costa de Oman na Primeira Metade do Século XVII”. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Allawati, Malallah bin Ali bin Habib. (1984) 1990. *Outline of the History of Oman*. Sultanate of Oman: Mazoon Printing Press.
- Badger, George Percy, trad. 1871. *History of the Imams and Seyyids of Oman by Salil-ibn-Razik, from A.D. 661-1856. Translated from the Original and Edited with Notes, Appendices and an Introduction, continuing the History down to 1870*. London: Hakluyt Society.
- Barata, Manuel Themudo, e Nuno Severiano Teixeira, dir. 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1 e 2. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Bethencourt, Francisco, e Diogo Ramada Curto, coord. 2010. *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70.
- Bocarro, Antônio, e Pedro Barreto Resende. [c.1635]. *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV / 2-1.
- Campos, João dos Santos de Sousa. 2008. “Arquitectura militar portuguesa no Golfo Pérsico: Ormuz, Keshm e Larak”. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Carvalho, Eduardo Kol de. 1984. “O sistema defensivo de Mascate: Paradigma dos Monumentos Militares Portugueses na costa de Omã”. In *Livro do Segundo Congresso sobre Monumentos Militares portugueses* (Comunicações, palestras, conclusões e recomendações). Lisboa: Património XXI.

- Carvalho, Eduardo Kol de. 2010. “Mascate”. In *África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico. Patrimônio de Origem Portuguesa no Mundo*, coord. Filipe Themudo Barata e José Manuel Fernandes, 156-159. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, João Paulo Oliveira, coord., José Damião Rodrigues, e Pedro Aires Oliveira. 2014. *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, P.M. 1983. “Notes on Settlement Patterns in Traditional Oman”. *The Journal of Oman Studies* 6 (2): 247-268. Muscat, Sultanate of Oman: Ministry of National Heritage and Culture.
- Couto, Dejanirah, e Rui Manuel Loureiro, ed. 2008. *Revisiting Hormuz. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period. Maritime Asia* 19. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag – Calouste Gulbenkian Foundation.
- Couto, Dejanirah. 2011. “New insights into the History of Oman in the Sixteenth Century: A Contribution to the Study of the Evolution of Muscat Fortifications”. In *Anotações e Estudos sobre Don Garcia de Silva y Figueroa e os “Comentários” da Embaixada à Pérsia (1614-1624)*, coord. Rui Manuel Loureiro, Zoltán Biedermann e Eva Nieto Mcavoy, 129-153. Lisboa: CHAM.
- D’Errico, Enrico. 1983. “Introduction to Omani Military Architecture of the Sixteenth, Seventeenth and Eighteenth Centuries”. *The Journal of Oman Studies* 6 (2): 291-306. Muscat, Sultanate of Oman: Ministry of National Heritage and Culture.
- Dias, Pedro. 1998. *O espaço do Índico. História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Farinha, António Dias. 1991. *Os Portugueses no Golfo Pérsico 1507-1538, Contribuição Documental e Crítica para a sua História*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- Floor, Willem. 2015. *Muscat: City, Society & Trade. The Persian Gulf*. Washington DC: Mage Publishers.
- Garcia, José Manuel. 2009. *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia – Séculos XVI e XVII*. Lisboa: QuidNovi.
- Jansen, Michael e Abdulrahman Al-Silimi, ed.; colab. Pedro Pinto, Karsten Ley e Helmut Siepmann. 2015. *Portugal in the Sea of Oman. Religion And Politics. Research On Documents – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Transcriptions*. 10 vol.s. Muscat, Sultanate of Oman: Research Center Indian Ocean (RIO), GUTech and Ministry of Endowment and Religious Affairs. Germany: Georg Olms Verlag AG.
- Loureiro, Rui Manuel. 2007. “Para os olhos do Rei: iconografia de fortalezas portuguesas na região do Golfo Pérsico por volta de 1600”. *Revista Oriente* 18: 66-80.
- Loureiro, Rui Manuel, Ana Cristina Costa Gomes, e Vasco Resende, ed. 2011. *Don García de Silva y Figueroa. Comentarios de la Embaxada al Rey Xa Abbas de Persia (1614-1624)*. Parte I, vol. 1. Lisboa: CHAM.
- Moreira, Rafael, dir. 1989. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa.

Paulino, Francisco Faria, coord. e Rafael Moreira, comissário. 1994. *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa, Catálogo da Exposição*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Peyton, W.D. (1983) 2009. *Old Oman*. London: Stacey International.

Rodrigues, António Simões, coord. 1994. *História de Portugal em datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Seta, Cesare de, e Jacques Le Goff, dir. 1991. *La ciudad y las murallas*. Madrid: Catedra.

Vine, Peter. 1995. *Oman in History*. London: Ministry of Information, Sultanate of Oman & Immel Publishing.



## Resumo

Identificada a importância de Goa no contexto político-militar do subcontinente indiano, assim como a necessidade de dotar o recém-criado Estado da Índia de uma praça com um *hinterland* significativo, Afonso de Albuquerque decidiu-se, em 1510, pela sua conquista. Vinte anos depois, Goa é elevada a capital, consolidando-se e cimentando-se uma estratégia de ocupação territorial. Entre o pragmatismo e a tratadística, desenvolveu-se um sistema defensivo em crescimento concêntrico e gradual, transformando-se Goa na principal peça de afirmação da Coroa Portuguesa como principal potência naval do Índico no século XVI. É proposta uma leitura do antigo sistema defensivo, hoje a memória da construção de um território, de uma comunidade com a sua identidade, correspondendo a um conjunto integrado de bens com valor patrimonial. A sua legibilidade é, por isso, determinante para a identificação da especificidade de Goa no contexto da Ásia do Sul, com o desenho a assumir-se como ferramenta fundamental de investigação. ●

## Abstract

Once Afonso de Albuquerque had identified the importance of Goa within the political-military context of the Indian subcontinent, as well as the need to equip the newly created State of India with a fortified city with a significant hinterland, he decided to conquer it in 1510. Twenty years later, Goa was promoted to the status of capital, allowing a strategy of territorial occupation to be consolidated and reinforced. Between pragmatism and theory, a growing, concentric and gradual defensive system was developed, rendering Goa the main statement of Portuguese Crown as the main naval power in the Indian Ocean in the sixteenth century. We propose a look at the old defensive system, which today is the legacy of a constructed territory, and the identity of a community, comprising an integrated ensemble of assets with heritage value. The objective is, therefore, to determine the specific nature of Goa within the context of South Asia, with drawing as the key investigation tool. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**Alice Santiago Faria**

CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

**Antonio Bravo-Nieto**

Universidad Nacional de Educación a Distancia, Melilla

## palavras-chave

GOA

TERRITÓRIO

SISTEMA DEFENSIVO

PATRIMÓNIO

## keywords

GOA

TERRITORY

DEFENSIVE SYSTEM

HERITAGE

## Data de Submissão

### Date of Submission

Jul. 2017

## Data de Aceitação

### Date of Approval

Dez. 2018

# GOA, UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL DE DEFESA (1510-1660)

NUNO LOPES

Universidade de Coimbra

VÍTOR GASPAR RODRIGUES

Centro de História, Faculdade de Letras,  
Universidade de Lisboa

<sup>1</sup> A conquista de Goa foi um longo e complexo processo militar, decorrido entre 1510 e 1512, com repetidos avanços e recuos, até à consolidação da ocupação portuguesa. Trinta e três meses de guerra entre as forças portuguesas e o sultanato de Bijapur, liderado por Yūsuf Adil Khān (1489-1510) e por seu filho Ismāil Adil Shāh (1510-1534), fizeram pender o território goês a favor dos Portugueses. As várias fases relativas aos diferentes tipos de operações militares motivadas pela posse de Goa, poderão ser consultadas na obra de Rodrigues e Costa 2008.

Afonso de Albuquerque, conhecedor da realidade comercial e político-militar do subcontinente indiano e da importância de Goa nesse contexto, movido pela necessidade de dotar o recém-criado Estado da Índia com um pólo administrativo, económico e militar com um *hinterland* significativo, decidiu-se, em 1510, pela sua conquista. Este processo, marcado por avanços e recuos perante as forças do Adil Khan,<sup>1</sup> distinguiu-se dos demais por ter sido feito, inicialmente, à revelia da coroa e contra a vontade de muitos oficiais portugueses estabelecidos no Malabar. As suas estruturas defensivas preexistentes seriam reforçadas e, a partir de 1530, com a elevação de Goa a capital, aprofundou-se uma estratégia de ocupação territorial. Desenvolveu-se um complexo sistema defensivo dependente das suas estruturas fortificadas, do seu armamento e do seu sistema de comunicações, visando, em última análise, o reforço da supremacia militar naval portuguesa no Índico. Passou a estar em causa não um elemento costeiro e circunscrito a si mesmo, conforme era habitual entre as diversas posições portuguesas até então, mas o controlo de um território organizado segundo um crescimento concêntrico e gradual: da Ilha de Tiswadi para a periferia. Goa transformar-se-ia na peça fundamental da rede politicamente estruturada que caracterizava o Estado da Índia e que esteve na base da sua afirmação como principal potência naval do Índico ao longo do século XVI. O exame ao conjunto de realidades históricas ali concorrentes afigurou-se decisivo para a compreensão das dinâmicas do território actual, entre elas: a experiência na arte da fortificação adquirida anteriormente, nomeadamente em África; a identificação de conceitos, estratégias e métodos aplicados na arte da guerra e na

organização político-militar; a evolução da artilharia e a resposta produzida pela arquitectura militar; as relações lógicas entre as estruturas fortificadas deste sistema defensivo e o que daí subsistiu; a influência deste conjunto na conformação do território contemporâneo.

Sucessivos autores têm destacado o carácter pragmático da engenharia militar portuguesa ao longo da sua diáspora. Independentemente dos conhecimentos teóricos e práticos da “arte da guerra” no Renascimento, com especial relevo para Itália, raramente se promoveu a realização de estruturas defensivas que excedessem as reais necessidades: nunca se procurou a perfeição técnica/estética, mas antes a eficácia. Nisto, o experimentalismo andou sempre de mão dada com a fusão entre modelos diversos, por vezes anacrónicos e de inspiração local. Assim, falar de pragmatismo no sistema defensivo de Goa é reconhecer a experiência e a capacidade de produzir soluções perante a avaliação das urgências de guerra, adaptando a força à reacção com base nos níveis de belicismo e resistência adversária. Actualmente, identificar a criatividade, integração e inovação no processo desta transferência tecnológica avançada entre a Europa e a Ásia, é reconhecer a existência de um “património de valor excepcional” (Cameron 2009), não daquilo que era transferido enquanto modelo original, mas do conhecimento com ele adquirido, tratando-se não da “arquitectura militar italiana” feita pelos Portugueses na Ásia, mas da “arquitectura militar portuguesa do Renascimento” feita na Ásia. Sustentar esta ideia, implica a identificação de bases através das quais se desenvolveu esse conhecimento, com a tratadística da fortificação a assumir um papel central (Conceição 2008), assim como das principais linhas do processo de transição na fortificação (Dias 1998; Matos 2012; Moreira 1989; Taylor 1921; entre outros).

Este conjunto de dados permite-nos reflectir acerca da forma como o sistema defensivo de Goa se desenvolveu, no tempo e no espaço, e quais as formas/tipos que cada estrutura foi adquirindo, privilegiando-se uma proposta de leitura do antigo sistema defensivo (hoje a sua memória) e da construção de um território, de uma comunidade com a sua identidade (Harrison 2015; Waterton e Smith 2010). Como tal, a sua legibilidade é determinante para a identificação da especificidade de Goa no contexto da Índia e da Ásia do sul, em relação à qual o desenho se assume como uma ferramenta indissociável de investigação. Paralelamente, este conjunto integrado de bens com valor patrimonial tem contribuído para o desenvolvimento de dinâmicas (com destaque para o turismo) que, embora relevantes para o fortalecimento identitário deste legado e populações onde se integram, são frequentemente redutoras na produção de representações identitárias (Ablett e Dyer 2009), assuntos em relação aos quais voltaremos no tópico final.

As representações visuais de Goa colocam ainda hoje diversos problemas por solucionar, entre os quais: a autoria, a época ou o nível de veracidade de determinados exemplares. Foi, contudo, com base na sobreposição entre esses exemplares<sup>2</sup>, a fotografia actual de satélite e as informações gráficas recolhidas no terreno, e ainda articulando estes resultados com as bases teóricas conhecidas, que pudemos apurar conclusões e, com elas, dar um contributo para o (re)conhecimento e

<sup>2</sup> A maioria dos exemplares de cartografia e iconografia disponível dentro da cronologia em análise encontra-se sistematizada (consultar Garcia 2010).

a (re)interpretação das realidades coloniais deste território e seus processos evolutivos, com natural foco no seu sistema defensivo.

Nesse sentido, importa clarificar que a produção de desenhos pretende funcionar não apenas como parte integrante do discurso do investigador, onde a sobreposição de informações gráficas – que são sempre abstracções da realidade – poderá beneficiar o (re)conhecimento das realidades históricas – concretas, materiais, visíveis –, mas como meio para obter um resultado que integre a evolução que tem ocorrido no conhecimento sobre os vestígios da presença portuguesa na Índia e sobre o modo como tais vestígios contribuíram para a forma que estes territórios conservam até hoje. Mais do que o absoluto rigor na representação das suas formas/características, importa compreender as posições de ocupação territorial, os tipos, a força implementada em cada posição, o que poderá ter definido a implantação territorial e respectiva importância/significado de cada estrutura, bem como o resultado da organização da rede defensiva. Tal só é possível com recurso à interpretação do desenho, que é o resultado abstracto mais directo da realidade concreta, cada vez menos visível.

Neste quadro, foram apurados os dispositivos preexistentes à presença portuguesa, respectivos reforços ou reformas, criação de novas estruturas e avanço territorial através de posições confinadas por estas estruturas, atingindo o carácter de “sistema defensivo”, com características únicas no contexto das ocupações portuguesas na Ásia: estabelecido concêntrica e hierarquicamente a partir de uma única cidade para um território, (re)desenhando limites, convergente com as próprias conjunturas político-militares.

## **Instalação, consolidação e extensão territorial**

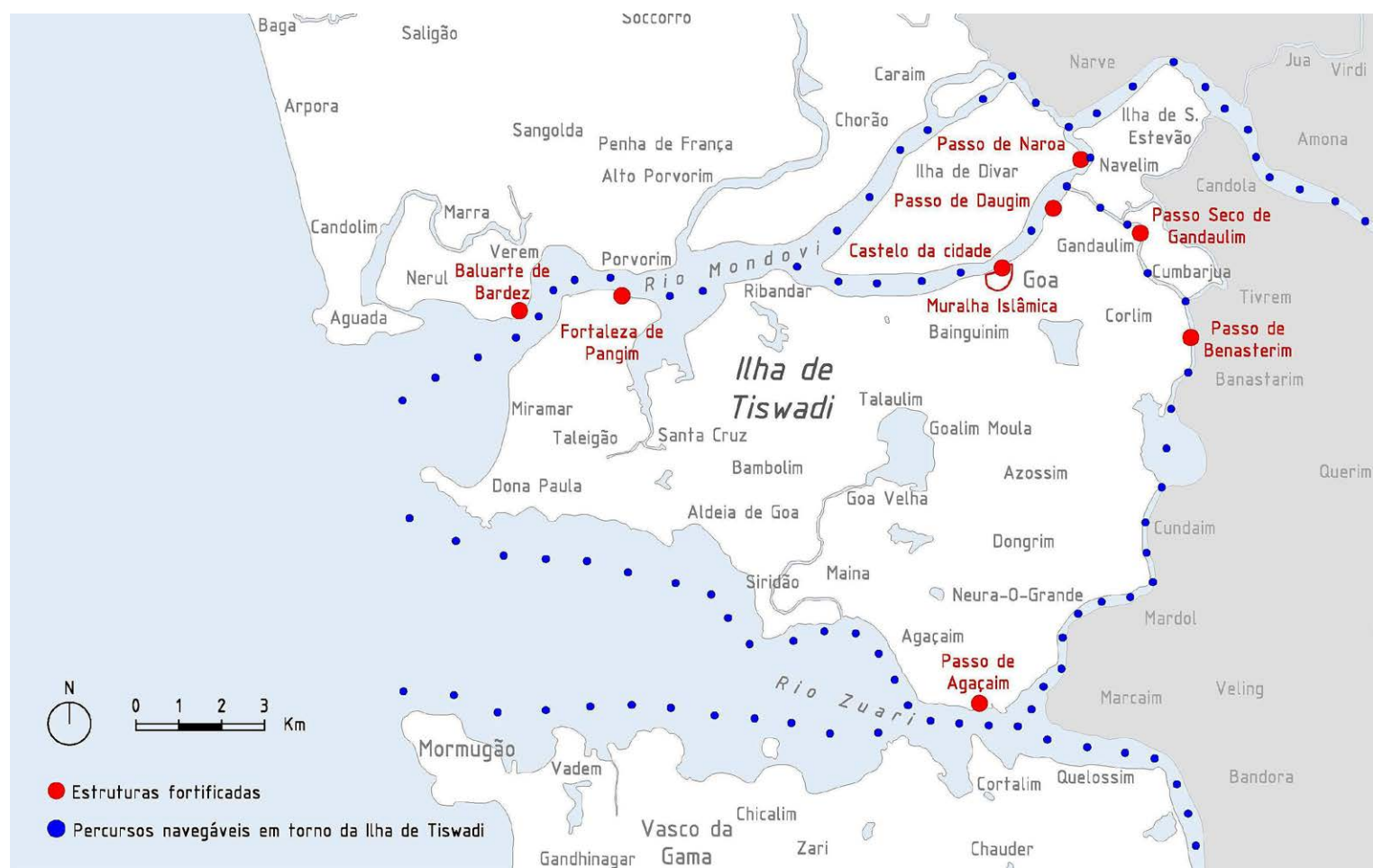
Na sua estratégia imperial, Albuquerque construiu o Estado da Índia como se de um estado em rede se tratasse (Thomaz 1994, 215-217), procurando assentá-lo no que designava como as principais cabeças do Índico: Goa, Malaca, Ormuz, Adém e Diu. Como cabeça principal, entendia que seria necessário possuir uma praça submetida à soberania do rei português por direito de conquista; que fosse auto-suficiente economicamente; que estivesse envolvida nas principais rotas comerciais do Índico e estrategicamente localizada (através da penetração nas redes comerciais asiáticas e no epicentro da zona de conflito entre o Império hindu de Vijayanagar e os sultanatos do Decão); e em que a população fosse maioritariamente hindu, possibilitando, através de uma política de casamentos com mulheres locais, promover um processo de aculturação e de cristianização, a base da futura sociedade indo-portuguesa. Em suma, Albuquerque transformou o Estado da Índia numa grande potência militar naval asiática, graças às conquistas de Goa (1510), Malaca (1511), Ormuz (1515) e

ao controlo do golfo de Cambaia (Rossa 2010, 27), apenas lhe ficando a faltar Diu (conquistado pelos Portugueses em 1535) e Adém. A conquista de Goa ocorreu, assim, no seio de um processo complexo, marcado pela tomada de várias posições estratégicas num curto espaço de tempo, facto que contribuiu, nalguns casos, para um menor conhecimento da realidade política, militar e geográfica dessas regiões, que estiveram na base de algumas decisões precipitadas. Exemplo disso foi a escolha do local de instalação<sup>3</sup>.

São vários os documentos – cartografia e iconografia, registos de personagens coevas, Livros de Ordens Régias, do Senado e das Monções, registos de alvarás e provisões, correspondências régias, etc. – que confirmam a preexistência do castelo e muralha da cidade, do Passo de Naroá, dos Passos de Daugim, Gandaulim e Benasterim (primeiras posições daquela que viria a ser a composição da muralha periférica erguida pelos Portugueses a partir de 1560<sup>4</sup>), do Passo de Agaçaim, bem como do Baluarte de Bardez e da Fortaleza de Pangim. A figura 1 apresenta-nos esta visão integrada de parte do território, cujas posições dos dispositivos preexistentes evidenciam, entre outras, a preocupação em defender a Ilha de Tiswadi

<sup>3</sup> A escolha de [Velha] Goa, em detrimento de alternativas como Goa Velha, Pangim ou Mormugão, acabou por se revelar um equívoco, resultante também das vantagens de poderem utilizar as estruturas defensivas preexistentes. Tratava-se, no entanto, de um local mais no interior e de mais difícil acesso por barco. Além disso, o rio Zuari apresenta um estuário mais aberto e profundo que o Mandovi, assim como uma barra mais protegida dos ventos, para além de que foi sofrendo ao longo do tempo um menor assoreamento. Sobre o assunto veja-se Rossa 2010b, 174.

<sup>4</sup> Sobre a muralha periférica de Goa, consultar Rossa e Mendiratta 2012 e Lopes 2017.





<sup>5</sup> Juntamente com o Arco dos Vice-Reis, o Arco de Nossa Senhora da Conceição é um dos raros vestígios operados pelos portugueses na antiga muralha islâmica, posição determinante para a compreensão do desenho da linha defensiva da cidade preexistente (Rodrigues e Mendiratta 2010a).

<sup>6</sup> Novas intervenções acontecem apenas na década de 1550 e após chegada dos “inimigos europeus”, com a tomada de consciência do perigo vindo do mar. Sobre as estruturas fortificadas em Goa durante o reinado de D. Manuel, consultar Teixeira 2008, 65-76.

<sup>7</sup> O momento em que Nuno da Cunha (1487-1539, gov. 1529-1538) troca os seus aposentos de Cochim pelos de Goa, fazendo-se acompanhar de algumas das principais instituições centrais do Estado, revelou-se decisivo na estratégia portuguesa para o Oriente. Depois de Afonso de Albuquerque, Nuno da Cunha surge como uma personagem de grande importância para a história do território goês, ficando a sua governação marcada por ser um período de intensa reorganização estratégica geral da expansão, agora também numa lógica de ocupação territorial. Para ver mais sobre o assunto, consultar Santos 2001.

<sup>8</sup> Embora se atribua a 1543 o ano da sua concretização, é difícil definir com rigor a evolução territorial, mas apenas a configuração final. Importa, por outro lado, sublinhar que este processo de expansão territorial foi longo e complexo, prolongando-se até ao século XVIII com as chamadas Novas Conquistas.

Fig. 1 – Principais estruturas fortificadas da Ilha de Tiswadi preexistentes à presença portuguesa e percursos navegáveis em 1510. Desenho de Nuno Lopes.

do interior do território, preferencialmente junto aos rios e afluentes (Mendiratta e Santos 2012). O facto de Goa ser uma ilha – contornada por rios, canais e zonas pantanosas sobretudo durante as monções (hoje quase tudo está muito assoreado, com excepção do estuário do Zuari e parte do Mandovi) – a navegabilidade em seu redor era uma realidade determinante nas estratégias militares usadas para defesa desta zona. Se as forças portuguesas dominavam no meio aquático, os exércitos de Bijapur apresentavam um número muito superior de homens, difíceis de superar nos combates terrestres. Benasterim correspondia, assim, ao momento de transição entre a água e a terra firme, entre a ilha e o interior, entre o núcleo e a periferia. Instalados em Goa, os portugueses estacionaram as armadas nas barras dos rios e iniciaram a reorganização e reocupação dos diversos dispositivos, assim como a construção do Passo dos Vice-Reis sobre o antigo castelo da cidade. Procederam ainda à recuperação da antiga muralha islâmica e do baluarte de Bardez (base da futura fortaleza dos Reis Magos), tendo a fortaleza de Pangim sido destruída pelos portugueses durante o processo de conquista, em 1510.

A muralha islâmica correspondia a um perímetro defensivo com quatro portas: a Porta do Cais (hoje sinalizada pelo Arco dos Vice-Reis); a Porta da Ribeira (junto à Capela de Santa Catarina); a Porta de Nossa Senhora da Serra ou dos Baçais (abrindo para sul); e a Porta do Mandovim (hoje conhecida como Arco de Nossa Senhora da Conceição)<sup>5</sup>.

Afastando-nos deste centro e aproximando-nos dos passos de acesso à ilha, é com dificuldade que hoje se reconhecem as ruínas das defesas de Gandaulim e Benasterim, sobrando dúvidas relativamente à implantação das restantes. Contudo, é ainda evidente a antiga relação cooperativa entre os dispositivos que, embora sujeitos a constantes reforços, nunca receberam características da fortificação moderna europeia, uma vez que garantiam a resposta necessária perante os ataques inimigos. Defronte da cidade de Goa, na Ilha de Divar, foi edificada uma torre no Passo de Naroã (preexistente) e viriam a ser feitas obras de reconstrução no Baluarte de Bardez, embora não de imediato<sup>6</sup>.

Com a nomeação de Nuno da Cunha<sup>7</sup> como governador (1529) iniciou-se a mudança do paradigma imperial: se até aqui o processo expansionista assentava numa lógica de hegemonia marítima, passou a incluir estratégias de ocupação territorial. Na Ásia, vieram a ser disso exemplo as ocupações da Província do Norte (Mendiratta 2012) e de Goa, com a anexação das regiões de Bardez, Mormugão e Salcete, correspondendo ao território goês que ficou conhecido como o das *Velhas Conquistas*, formalizado em 1543<sup>8</sup>.

Após as primeiras obras de recuperação/reforço das principais posições defensivas da Ilha de Tiswadi, os Portugueses viriam a ocupar Rachol. Erguida junto à margem esquerda do Zuari, defendia a Província de Salcete, sendo usada como ponto de controlo das embarcações que circulavam entre a barra e o interior do território (figs. 2-4).

A estrutura preexistente foi doada aos portugueses (1518-1521), sendo alvo de uma modesta reconstrução em 1535 e de uma profunda reforma em 1604 (Telles 1939,

38-39) que, tirando proveito das áreas favoráveis à rizicultura, a dotou de um perímetro defensivo de grande dimensão, que era também um complexo religioso – com destaque para o colégio jesuíta, com um hospital, um seminário, a casa de catecúmenos, a escola de doutrina (Gomes 2010, 316) e algum casario. A aproximação do Zuari e a abertura do fosso<sup>9</sup>, hoje parcialmente aterrado, transformaram o seu perímetro numa ilha, permitindo interpretar as suas formas e dimensões gerais. Contudo, abandonada em 1842 (Saldanha 1925, 2: 274), são já escassos os elementos de cariz militar daquela que é a maior fortaleza localizada no interior do território das Velhas Conquistas e a única que recebeu baluartes modernos, hoje desaparecidos. Localizada na aldeia de Verem, num morro da margem norte do estuário do Mandovi e sobre uma pequena preexistência deixada por Adil Khân, a antiga estrutura, conhecida por Baluarte de Bardez, foi totalmente reconstruída após a anexação da região de Bardez (1551-1554), recebendo nessa altura o nome de Forte Real (Telles 1937, 4). Para além da estrutura superior, importante travão às investidas dos potentados muçulmanos a partir do norte, este dispositivo recebeu contínuas melhorias ao longo das cinco décadas seguintes, com destaque para a extensão até à foz do Mandovi (1588-1589), período em que foi nomeada Fortaleza dos Reis Magos (figs. 5-7). Esta reforma corresponde a um momento decisivo para a defesa de Goa: pensada para a troca de fogos com os sistemas defensivos situados na Ilha de Tiswadi, esta estrutura revelou-se fundamental no controlo dos movimentos marítimos do principal acesso à capital goesa.

A montante da barra do Mandovi, passando a cidade de Goa e aproximando-nos da Ilha de Santo Estêvão, observa-se um forte com o mesmo nome, provavelmente erguido na década de 1550. Ao contrário da maioria das estruturas do interior do território, o Forte de Santo Estêvão exibe um excelente estado de conservação: abandonado após o processo de anexação das Novas Conquistas, foi recentemente alvo de obras de recuperação, facilitando a leitura do seu traço original. Este pequeno posto de terra destaca-se pela sua importância estratégica no policiamento a montante da capital, desempenhando uma função semelhante à de Rachol, no rio Zuari, não obstante as distintas dimensões e programas contemplados.

<sup>9</sup> D. Pedro Miguel de Almeida, 1.º marquês de Alorna (1688-1756), procedeu, em 1745, a um novo conjunto de obras na fortaleza, com destaque para o açude e para o fosso aquático (Saldanha 1925, 2: 272). O século XVIII corresponde ao auge desta estrutura. Em 1832, as suas 100 peças de artilharia foram reduzidas a 65 (Telles 1937, 21), sendo abandonada uma década depois.



Fig. 2 – Fortaleza de Rachol: o fosso e o colégio jesuíta. Fotografia de Nuno Lopes.



Fig. 3 – Localização da Fortaleza de Rachol. Desenho de Nuno Lopes.



Fig. 4 – Implantação da Fortaleza de Rachol. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).

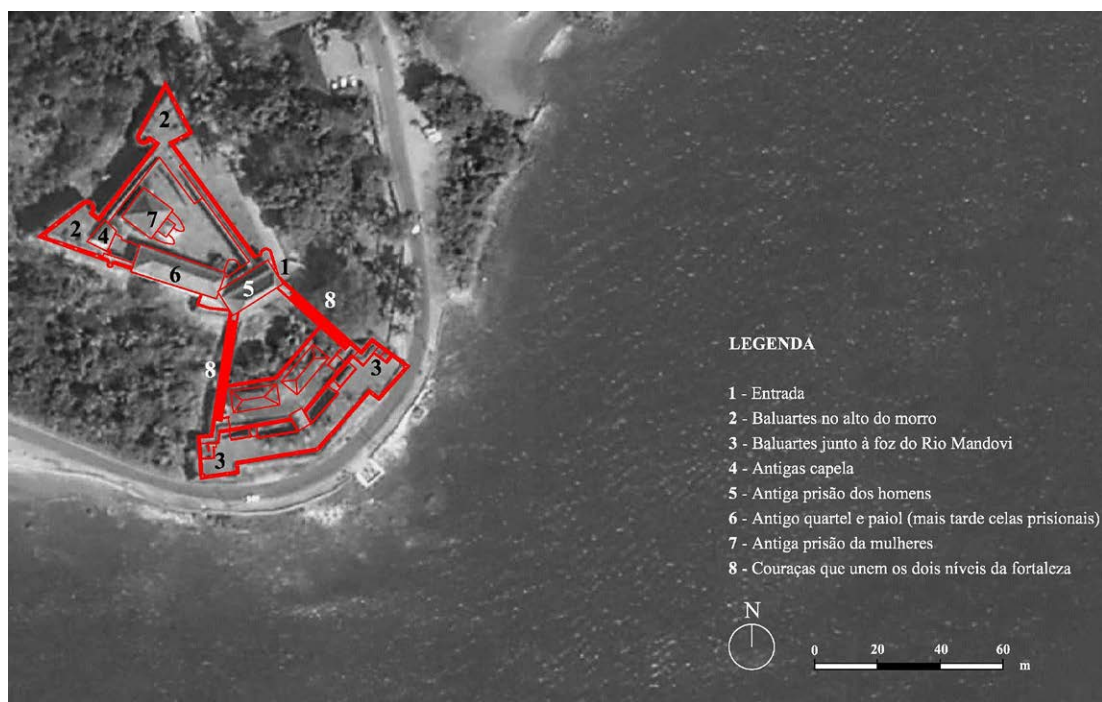
No decurso das décadas de 1550 e 1560 os portugueses procederam a um aumento significativo das suas praças na Ásia – Mascate (1552), Colombo (1554), Asserim (1556), Damão (1559), Manar (1560) e Amboíno (1564) –, para além de se haverem estabelecido em Macau (1557), peça importante para as finanças do Estado da Índia em virtude do estabelecimento da Carreira do Japão. Esse crescimento, por outro lado, gerou dificuldades no aprovisionamento dos presídios das fortalezas, dada a escassez crescente de soldados e um aumento das despesas, potenciado ainda pelos conflitos militares mantidos com os turcos no Mar Arábico e com os potentados da Insulíndia nos Mares do Sul (Rodrigues 1998).

Se na vertente religiosa o ano de 1560 corresponde ao estabelecimento da Inquisição em Goa, na vertente militar assinala o início da construção da muralha periférica. Dado o crescimento explosivo da cidade de Goa, a antiga muralha islâmica foi rapidamente ultrapassada, dando origem à maior extensão amuralhada firmada pelos portugueses no mundo, não obstante a fragilidade associada ao seu longo processo de execução. Com 18,5 quilómetros, este perímetro defensivo uniu algumas das



Fig. 5 – Fortaleza dos Reis Magos: plataforma inferior. Fotografia de Nuno Lopes.





estruturas existentes, restando hoje algumas fracções: um pequeno troço perfeitamente identificável, correspondente à zona ocidental e mais recente do conjunto; e uma maioria desmantelada, dentro da qual sobrevivem as ruínas dos passos do Mangueiral, de Benasterim e de Gandaulim. Se ao nível da inovação arquitectónica este perímetro não apresenta elementos que mereçam especial destaque, no seu todo representa uma importante novidade: a perspectiva territorial da defesa. Até à década de 1560, o grosso dos conflitos militares navais limitou-se à costa ocidental indiana, envolvendo sobretudo as esquadras costeiras portuguesas ou aliadas, que viriam a enfrentar um aumento de navios corsários, provocando

Fig. 6 – Localização da Fortaleza dos Reis Magos. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 7 – Implantação da Fortaleza dos Reis Magos. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).



Fig. 8 – Forte de Santo Estêvão: o forte, com o Rio Mandovi. Fotografia de Nuno Lopes.



Fig. 9 – Localização do Forte de Santo Estêvão. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 10 – Implantação do Forte de Santo Estêvão. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).

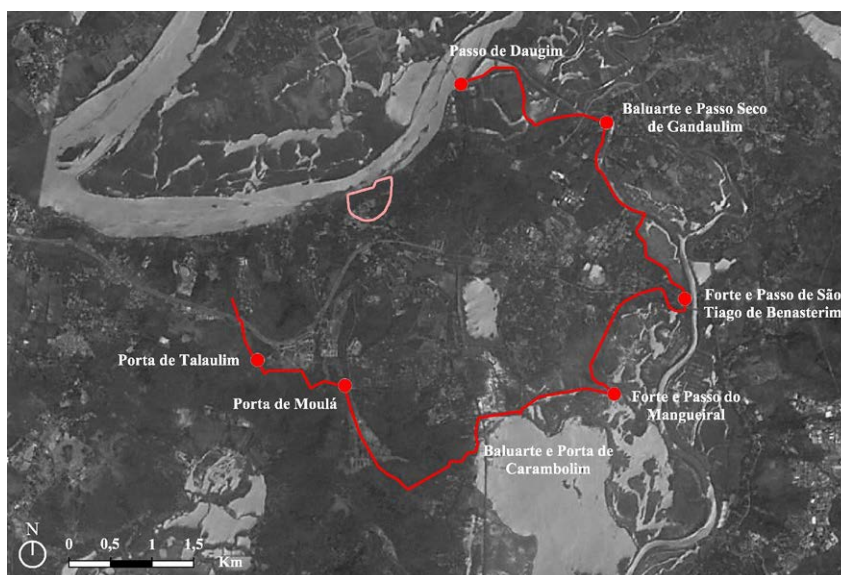


um desgaste ao Estado da Índia (Monteiro 1989-1997, 3: 247). À crônica falta de homens somar-se-ia a escassez de armamento para o provimento das armadas e fortalezas ainda em crescimento, facto especialmente relevante num momento em que os principais potentados asiáticos reforçavam precisamente o seu armamento, reduzindo gradualmente a diferença em relação ao potencial militar português. Nesta conjuntura, a crise militar de 1570 que assolou o Estado da Índia foi, em grande medida, reflexo de um brusco desequilíbrio geoestratégico entre os potentados hindus e muçulmanos do Decão, após o desmoronamento do império hindu de Vijayanagar. Marca ainda o início do predomínio político-militar muçulmano,



Fig. 11 – Muralha periférica: zona junto à Porta de Talaulim. Fotografia de Nuno Lopes.





empenhado em eliminar a rede comercial, política e militar portuguesa no Índico (Thomaz 1995, 484).

Comprometidos em reconquistar a hegemonia marítima, os Portugueses viriam a reformular a sua ocupação em moldes mais territoriais, acentuando-se a fragilidade das posições no Extremo Oriente, que facilitou a penetração dos “inimigos europeus” nos Mares do Sul. Se por um lado a actividade comercial do Estado da Índia continuava intensa, por outro os portugueses viam os “inimigos europeus” chegar a Goa, em 1596. À ameaça vinda de terra, juntava-se uma mais temível, vinda do mar.

## 1596, a mudança do paradigma defensivo de Goa

A viragem do século XVI para o XVII é marcada por um crescimento de ataques britânicos e, sobretudo, holandeses às naus da Carreira da Índia, mas também aos seus portos, tanto no reino como na Índia. Os seus navios, mais resistentes, com maior velocidade, capacidade de bolina, e dotados com tripulações e bombardeiros de superior qualidade, faziam a diferença. Dispunham, por outro lado, de artilharia com muito maior alcance e precisão de tiro, a que se superiorizavam apenas os reparos estáticos, instalados pelos portugueses em terra. Como resposta a esta difícil situação, foram iniciadas obras de reforço nas posições terrestres que defendiam as embocaduras dos rios, como aquelas que, em 1594, deram início à construção do Forte de Nossa Senhora do Cabo.

Fig. 12 – Primeira fase da muralha periférica, iniciada em 1560. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 13 – Versão final da muralha periférica, por volta de 1630. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014), apoiado no desenho “Velha Goa Suburbana” (Mattoso e Rossa 2010, 233), com algumas alterações após percurso no terreno realizado em Novembro de 2014.

<sup>10</sup> Pela sua dimensão e tipologia, o Forte da Aguada corresponde ao principal exemplo da fortificação abaluartada em Goa, representando uma importante evolução face ao poder de fogo inimigo que aqui chegava. Por isso mesmo, é uma realização tardia, quando comparada com outros modelos desenvolvidos pelos portugueses no mundo (Ceuta, Mazagão, Ilha de Moçambique, Mombaça, Ormuz, Diu, etc.), correspondendo ao momento em que se revelou vital para a manutenção de Goa, perante o assédio dos “inimigos europeus”.

No extremo ocidental de Nossa Senhora do Cabo – extensão de terra que divide as barras do Mandovi e do Zuari – o conjunto militar, com excepção de uma frente ribeirinha no limite do cabo e de um breve circuito muralhado inicialmente pensado para se unir à muralha periférica, não foi fortificado em grande parte do seu perímetro. Considerando a situação de charneira, faltou um investimento superior, dada a oportunidade de defesa proporcionada pela troca de fogos com Aguada e Mormugão, construções erguidas nos anos que se seguiram. Com efeito, o Forte de Nossa Senhora do Cabo, modesta estrutura militar quando comparada às homólogas vizinhas, conheceu no “palácio de férias” dos governadores de Goa o *ex libris* deste cabo (Scholberg 1995, 15), área hoje ocupada por edifícios governamentais e interdita ao público em geral. Para além de Nossa Senhora do Cabo, o Forte de Gaspar Dias (1598), destruído durante a revolta militar de 1835, foi um dos primeiros dispositivos erguidos com vista ao reforço defensivo das barras de Goa.

A Praça da Aguada (1604-1627), situada numa península na margem norte da foz do Rio Mandovi, zona de nascentes naturais e com boas condições para a acostagem e abastecimento de navios, corresponde a um dos conjuntos fortificados de maior importância em Goa (Rodrigues e Mendiratta 2010c; Kanekar 2015).

Definida por um perímetro muralhado, reforçado pontualmente por baluartes, integra uma fortaleza de dimensão e rigor arquitectónicos ímpares no contexto goês<sup>10</sup>. Da fortaleza, destacam-se: o fosso seco, os baluartes modernos de grande dimensão, a presença do antigo farol e o aproveitamento das nascentes de água, aliados a um elevado rigor construtivo. Pela valorização atribuída, verifica-se hoje um fluxo de pessoas muito superior ao registado nas restantes fortificações deste território, apenas suplantado por Velha Goa. Na margem oposta à de Aguada, atravessando

Fig. 14 – Nossa Senhora do Cabo, o troço de terra mais distante. Fotografia de Nuno Lopes.





as barras de Goa, surge a Praça de Mormugão, iniciada em 1624 (Rodrigues e Mendiratta 2010b, 291), na sequência de uma série de bloqueios holandeses. Neste período, a generalidade das estruturas fortificadas de Goa encontrava-se numa situação preocupante – num estado de avançada degradação ou com pouca gente a ocupá-las –, representando este conjunto de obras um esforço desmesurado mas necessário para a manutenção de Goa. Embora sejam frequentemente comparadas, porque são ambas penínsulas-planalto fortificadas e situadas nas barras de Goa, importa referir que, em relação às suas principais estruturas militares, a Fortaleza da Aguada é neste contexto o melhor e maior exemplo de arquitectura

Fig. 15 – Localização de Nossa Senhora do Cabo e muralha. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 16 – Implantação de Nossa Senhora do Cabo e muralha. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).



Fig. 17 – Fortaleza da Aguada, com Nossa Senhora do Cabo, ao fundo. Fotografia de Nuno Lopes.





Fig. 18 – Localização da Praça e Fortaleza da Aguada. Desenho de Nuno Lopes.



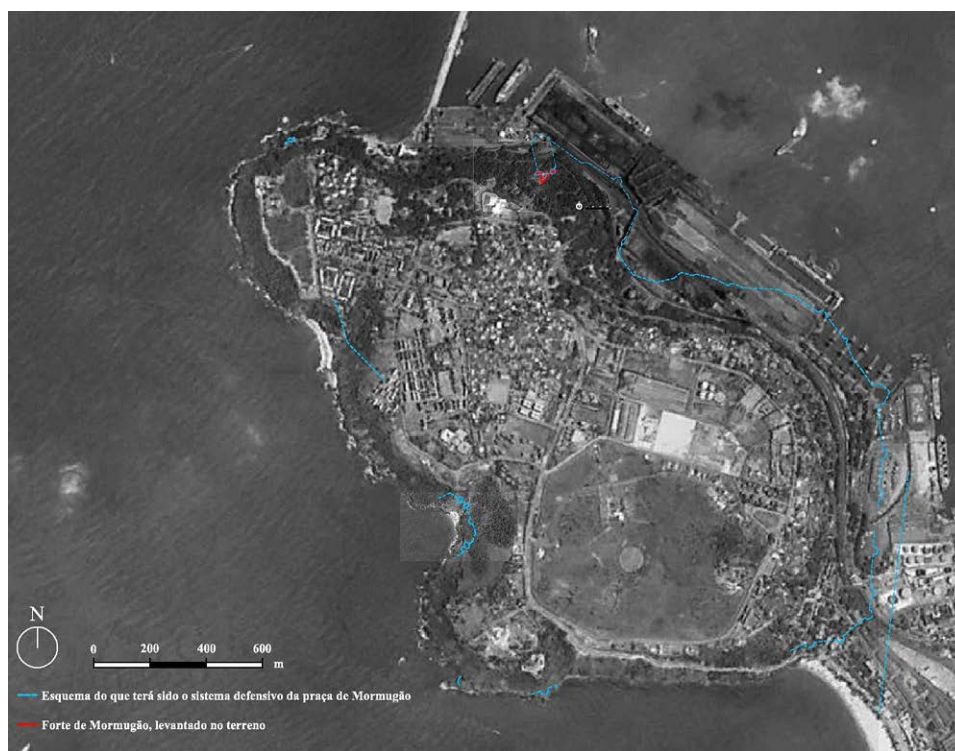
Fig. 19 – Implantação da Praça da Aguada. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).

abaluartada portuguesa, enquanto o interesse do pequeno forte de Mormugão resulta sobretudo da sua localização estratégica.

Originalmente composto por duas estruturas – uma superior, com três baluartes modernos de pequena dimensão, e uma inferior (hoje desaparecida) instalada junto à foz e a que se acedia através de duas couraças – o Forte de Mormugão desempenhou um papel decisivo na defesa da barra do Zuari. Marcada pelo aparecimento do caminho de ferro e pelo desenvolvimento do porto, esta praça é hoje um lugar complexo. Viu a sua população aumentar significativamente, levando à construção de novos edifícios em detrimento de estruturas obsoletas, nomeadamente as de cariz militar, persistindo raros vestígios como o Forte de Mormugão, em condição de pré-ruína.



Fig. 20 – Praça de Mormugão. Fotografia de Nuno Lopes.



Percorrendo a costa na direcção norte, encontramos a barra do Rio Chaporá onde, no alto de um outeiro, se implantou o Forte de Chaporá. No limite norte de Bardez, a principal estrutura assumiu uma dupla função de defesa: marítima (da costa, da barra e da população aí residente) e terrestre (especialmente por se tratar de uma posição de fronteira). Terá existido uma preexistência à presença portuguesa com o nome de Shahpura (Larsen 1998, 78), por eles conquistada na sequência da anexação do território de Bardez, procedendo-se a uma primeira reconstrução no início

Fig. 21 – Localização da Praça e Forte de Mormugão. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 22 – Implantação da Praça e Forte de Mormugão. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014), com apoio nos exemplares cartográficos: *Planta da Praça de Mormugão*, de Francisco Augusto Monteiro Cabral, 1814 (BNP D-71-R.); e *Planta da Península e Praça de Mormugão*, de Joaquim Pedro Celestino Soares, 1851.



Fig. 23 – Forte de Chaporá. Fotografia de Nuno Lopes.





Fig. 24 – Localização do Forte de Chaporã. Desenho de Nuno Lopes.



Fig. 25 – Implantação do conjunto fortificado de Chaporã. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).

do século XVII, como resposta ao assédio holandês. A estrutura actual corresponde a uma reforma já de 1717 (Telles 1937, 19).

De grande dimensão, o Forte de Chaporã incorpora baluartes cilíndricos e angulares, resultando numa composição pouco comum para o início do século XVIII, fazendo lembrar os primeiros ensaios da fortificação de transição, dois séculos antes. Desde o período das Novas Conquistas que não recebe obras de manutenção, exibindo hoje um conjunto seriamente danificado, sobretudo a frente norte. Já no século XIX, foi construída a pequena fortificação junto ao rio, a nordeste da fortaleza principal, com o objectivo de controlar o tráfego fluvial (Kanekar 2015, 73). Hoje, próximo de várias infra-estruturas destinadas ao turismo, é elevado o fluxo diário de visitantes.

## O confinamento do Estado da Índia (1630-1660)

Até à década de 1630, apesar de se registar apenas a perda de algumas fortalezas, como Calecut, Pacém, Ternate ou Ormuz (esta de grande significado político, económico e militar), mantendo-se a grande maioria delas na posse do Estado da Índia (Costa 2014, 77), a verdade é que – em resultado do constante assédio dos inimigos europeus e asiáticos e da aposta cada vez mais firme da coroa na coloni-

zação brasileira (Costa 2014, 188) – o império oriental português se encontrava em grandes dificuldades. Essa questão era particularmente evidente no mar, onde as suas armadas, sem o potencial militar naval de outrora, se mostravam incapazes não só de afrontar as potências europeias, mas também de apoiar a vasta rede de fortalezas dispersas pelo Índico e Pacífico.

Em virtude dessa acentuada perda de potencial naval e como resposta à instabilidade crescente que vinha a sentir-se junto das fronteiras terrestres de Goa – sobretudo em resultado das movimentações militares dos mogores e do progressivo crescimento dos maratas, liderados por Shivaji Bhosle – as preocupações das autoridades estabelecidas em Goa viraram-se novamente para o interior do território, tendo sido iniciada a construção da muralha Colvale-Tivim que, a nordeste, procurava consolidar os limites das Velhas Conquistas.

Na opinião de autores como Alice Santiago Faria (2009) ou Walter Rossa (2010b) a Ponte-Açude do Conde de Linhares é a estrutura edificada que “simultânea e paradoxalmente mais muda – porque utilitária e, na prática, invisível – e territorial e tecnologicamente relevante de todas quantas os portugueses construíram na Ásia” (Rossa, 2010b, 266). Nesse sentido, se há governadores/vice-reis que tiveram grande influência na composição do território de Goa tal como o conhecemos hoje, Miguel de Noronha, 4.º conde de Linhares, é um deles, tendo alavancado não só esta obra, como outras de grande importância militar, como a finalização de Aguada, o desenvolvimento de Mormugão ou o início da muralha Colvale-Tivim.

A montante da barra do Rio Chaporá surge Colvale onde, em 1635, foi erguido o Forte de São Sebastião. A sul, sensivelmente a meio caminho de Tivim, foi edificado o Forte do Meio, iniciado em 1630-1631 (Mendiratta 2015, 13), concluído nesse mesmo ano de 1635. Dada a topografia privilegiada – uma zona plana, com reentrâncias fluviais entre os rios Chaporá e Mapuçã, que viria a originar a abertura de um fosso –

Fig. 26 – Muralha Colvale-Tivim: Forte do Meio e troço da muralha. Fotografia de Nuno Lopes.

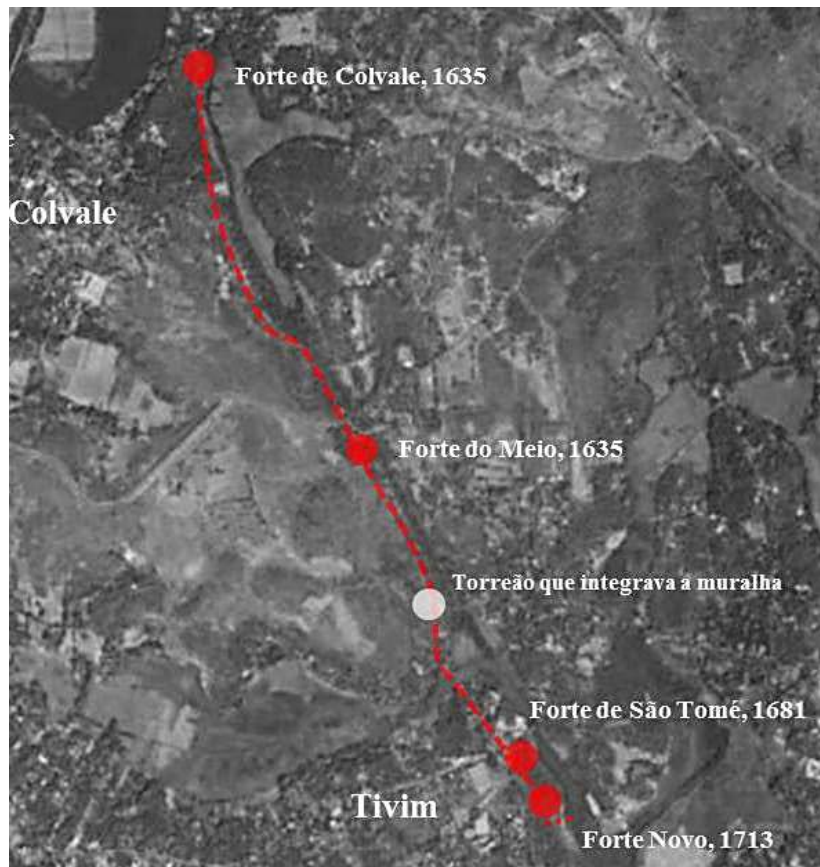






Fig. 27 – Localização da Muralha Colvale-Tivim. Desenho de Nuno Lopes.

Fig. 28 – Localização dos principais elementos da Muralha Colvale-Tivim. Desenho de Nuno Lopes sobre fotografia actual de satélite (Google Earth 2014).



foi levantada uma muralha que uniu estas a novas fortificações, procedimento algo semelhante ao da muralha periférica, corrigindo-se os erros aí cometidos: a abertura do fosso e a inclusão de diversos dispositivos ao longo desses três quilômetros garantiam uma defesa superior. Meio século após as primeiras obras, o Forte de São Sebastião de Colvale terá sido reformado e erguido o Forte de São Tomé de Tivim (1681). A terceira fortificação de Tivim, o Forte Novo, é já de 1713 (Telles 1937, 14-15). Actualmente, o nível de assolação do conjunto é de tal forma significativo que, sem recursos especializados para o efeito, se afigura tarefa árdua precisar a implantação de alguns dos seus elementos: de Colvale nada foi encontrado; dos três principais fortes de Tivim, restam o do Meio e o Novo, em adiantado estado de ruína, enquanto o de São Tomé foi demolido durante a construção da ponte aí existente; do pano murado conservam-se fracções, sempre acompanhadas pelo fosso que desafia a percepção entre a obra humana e a natureza.

O período pós-Restauração corresponde a um dos momentos cruciais da presença portuguesa no Oriente. À longa guerra que vinha sendo travada no reino com os vizinhos espanhóis, responsável em boa parte pela enorme carestia de homens e armamento verificada no Estado da Índia, somava-se agora, terminado o período de trêguas de oito anos negociadas por D. João IV (Veen 2000, 202), o reacendimento da Guerra Luso-Neerlandesa, agravada pela longa crise que assolou a governação

em Goa, de que são exemplo dois golpes de Estado. Neste difícil contexto, os Portugueses conseguiram manter a capital do estado e os territórios envolventes, bem como Diu e as praças da Província do Norte, para além das suas fortalezas na costa oriental africana. Acabaram, contudo, por assistir, impotentes, ao desmantelamento, durante as décadas de 1650 e 1660, da sua rede de fortalezas no Índico. Perdida Malaca, em 1641, teve lugar, ao longo da década de 1650, a conquista, pelos sultões omanitas da dinastia Yarrubid, das principais fortalezas localizadas ao longo da costa do golfo de Omã e da chamada “costa dos piratas”, no Estreito de Ormuz. Em Ceilão, tal como na Costa do Canará e no Malabar, os holandeses foram, ao longo desses vinte anos, responsáveis pela capitulação da maioria dos estabelecimentos militares portugueses. Na ilha cingalesa as últimas fortalezas portuguesas a soçobrar foram Jafna e Manar, ambas em 1658, enquanto na Costa do Malabar, Cochim foi o último reduto do Estado da Índia a capitular (1663).

Aos responsáveis do Estado da Índia, confinados às suas fortalezas da costa oriental africana, aos estabelecimentos em Timor e Macau, e às praças e territórios que constituíam a Província do Norte e Goa, restava agora proceder à reorganização desses espaços e assegurar a sua estabilidade militar graças a uma acção política e diplomática junto da corte de Deli. Simultaneamente, procuraram reforçar alguns dos principais pontos de passagem para as terras firmes nas províncias de Bardez e Salcete, com o objectivo de consolidar esses domínios territoriais, procederam ao reforço de algumas grandes estruturas abaluartadas, sendo disso exemplo a Ilha de Moçambique no Índico, a Província do Norte e Goa.

A década de 1660 corresponde, portanto, à finalização do processo de confinamento do Estado da Índia, evidenciando-se, no que ao território de Goa importa, uma aposta no reforço dos seus sistemas defensivos terrestres que possibilitou, já na centúria seguinte e depois de abandonada a Província do Norte, a anexação das Novas Conquistas.

## **O sistema defensivo como infra-estrutura agregadora do território**

Propor a leitura deste objecto – outrora sistema defensivo, hoje a sua memória e um ainda coerente conjunto de bens com valor patrimonial – como infra-estrutura agregadora do território e elemento básico da própria identidade goesa, implica o seu reconhecimento e preservação – a sua legibilidade, portanto –, cruciais para a identificação da singularidade de Goa.

Goa (Velha Goa), capital desta região durante três séculos, corresponde ao coração da Ilha de Tiswadi, base na qual os portugueses se instalaram e a partir da qual ampliaram fronteiras. Foram definidos níveis vitais de defesa, posições consideradas



Fig. 29 – Evolução do sistema defensivo de Goa, 1510-1713. Desenho de Nuno Lopes.

prioritárias no controlo territorial, sensivelmente do núcleo para a periferia, obedecendo a critérios graduais e em conformidade com as próprias realidades históricas. O primeiro nível engloba a Ilha de Tiswadi e o seu entorno navegável (com destaque para os rios Mandovi e Zuari e para o canal de Cambarjua), último e fundamental reduto a conservar, no qual se integrava o principal conjunto de estruturas preexistentes à presença portuguesa (posteriormente reformuladas, mantendo pequena dimensão e feição arcaica, conforme mandavam as necessidades reais). Num segundo nível, observa-se a extensão fluvial desses rios, o policiamento dos percursos em



direcção ao interior, principais vias de comunicação, comercialização e defesa (com destaque para as estruturas de Rachol, no Zuari, e de Santo Estêvão, no Mandovi), ao mesmo tempo que se consolidava um processo de reorganização territorial, efeito da anexação de Bardez e Salcete, assim como do crescimento descontrolado da capital e da sua população (resultando no início da construção da muralha periférica). O terceiro nível corresponde ao momento da chegada dos “inimigos europeus”, materializando-se as principais fortificações abaluartadas, de grande dimensão, organizadas ao longo da costa, privilegiando a segurança nos principais acessos à Ilha de Tiswadi. O quarto nível surge como resposta à intensificação das ameaças vindas de terra firme.

Hoje, o antigo sistema defensivo expõe um conjunto de elementos dispersos segundo uma aparente dualidade que podemos caracterizar da seguinte forma: no interior – pequena dimensão, ruína, desconhecimento; no litoral – grande dimensão, vitalidade, promoção. Visitando as povoações do interior, é notória uma indiferença geral perante estes bens, com as populações a privilegiarem o seu desmantelamento e reaproveitamento em novas construções. Este comportamento parece revelar, não uma renúncia a uma herança, mas algum desconhecimento destes e sobre estes bens: são objectos com os quais não se identificam, sobrando o processo de reutilização que, em muitos casos, terá contribuído para uma melhor qualidade de vida. É, sobretudo, perante as estruturas de Rachol, da muralha periférica ou de Tivim, que nos ocorre questionar: terão estes objectos cumprido a sua função, aguardando a sua natural desintegração, ou deverá ser desenvolvida uma acção colectiva no sentido de tornar estes bens legíveis e, com isso, recuperá-los como memória de fortalecimento da identidade goesa (Harrison 2015, 32; Waterton e Smith 2010)? Após visita às povoações costeiras, as conclusões são diferentes. Ao claro aumento na dimensão das fortificações, alia-se uma valorização geral destas estruturas, confirmada pelas intervenções de preservação nelas concretizadas. Estas encontram no turismo um importante suporte, que funciona não só como impulsionador político, económico e cultural, mas também projecta a imagem de Goa no mundo, sendo considerável o número de pessoas que aí se desloca e que não dispensa a visita a algumas das suas principais fortificações. Afigura-se, portanto, decisivo identificar as ambiguidades deste tipo de contributos, determinantes no fortalecimento identitário deste legado, não obstante os riscos intrínsecos do que são as representações de uma comunidade, frequentemente redutoras e selectivas (Ablett e Dyer 2009, 214-215).

É curioso verificar que, em resultado da valorização conferida às posições no litoral, a linha de costa ganhou nova expressão, talvez maior do que no passado, quando este constituía o principal meio de circulação. Já num percurso litoral-interior, a noção de fronteira vai-se dissipando, em sintonia com as estruturas que outrora a desenhavam. ●

## Bibliografia

- Ablett, Phillip Gordon, e Pamela Kay Dyer. 2009. "Heritage and hermeneutics: towards a broader interpretation of interpretation". *Current Issues in Tourism* 12 (3): 209-233.
- Cameron, Christina. 2009. "The evolution of the concept of Outstanding Universal Value". In *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto*, ed. Nicholas Stanley-Price e Joseph King, 127-136. Rome: ICCROM.
- Conceição, Margarida Tavares da. (2008) 2015. *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*. Lisboa-Paris: Nota de Rodapé Edições.
- Correia, Gaspar. (1495-1561) 1858-1863. *Lendas da Índia*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Costa, João Paulo Oliveira e, coord. 2014. *História da Expansão do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Dias, Pedro. 1998. *História da Arte Portuguesa no Mundo, 1415-1822*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Faria, Alice Santiago. 2009. "Understanding Panjim as a Transformed Landscape". In *Histories from the Sea: Multimedia for Understanding and Teaching Europe-South Asia Maritime Heritage*, 92-104. New Delhi: Jawaharlal Nehru University.
- Garcia, José Manuel. 2009. *Cidades e fortalezas do Estado da Índia – Séculos XVI e XVII*. Matosinhos: Quidnovi.
- Gomes, Paulo Varela. 2010. "Rachol". In Mattoso e Rossa 2010, 315-317.
- Harrison, Rodney. 2015. "Beyond 'Natural' and 'Cultural' Heritage: Toward an Ontological Politics of Heritage in the Age of Anthropocene". *Heritage & Society* 8 (1): 24-42.
- Kanekar, Amita. 2015. *Portuguese Sea Forts: Goa with Chaul, Korlai and Vasai*. Mumbai: Jaico Publishing House.
- Larsen, Karin. 1998. *Faces of Goa: a journey through the history and cultural evolution of Goa and other communities influenced by the Portuguese*. New Delhi: Gyan Publishing House.
- Lopes, Nuno. 2017. *O sistema defensivo de Goa (1510-1660): influência na composição do território contemporâneo*. Tese de Doutoramento, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.
- Matos, João Barros. 2012. *Do Mar Contra Terra: Mazagão, Ceuta e Diu, primeiras fortalezas abaluartadas da expansão portuguesa – Estudo arquitectónico*. Tese de Doutoramento, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilla.
- Mattoso, José, dir. e Walter Rossa, coord. 2010. *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. Ásia e Oceania*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendiratta, Sidh Losa. 2012. *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

- Mendiratta, Sidh Losa, e Joaquim Rodrigues dos Santos. 2012. "Sistemas defensivos das Ilhas de Tiswadi e Diu: Ocupação e fortificação de dois territórios insulares da Índia portuguesa (Séc. XVI – XVIII)". *Arquitextos* 143 (01). Consultado Maio 6, 2015. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.143/4323>.
- Mendiratta, Sidh Losa. 2015. "Os 'Muros' de Tivim: um documento iconográfico inédito de uma fortificação de Goa". *Revista Oriente* 23: 4-23.
- Monteiro, Saturnino. 1989-1997. *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, 1139-1975*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Moreira, Rafael, dir. 1989. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar. 1998. *A evolução da arte da guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*. Dissertação provas científicas de acesso à categoria de investigador auxiliar. Lisboa: IICT.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e João Paulo Oliveira e Costa. 2008. *Conquista de Goa 1510-1512 – Campanhas de Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Tribuna da História.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010. "Velha Goa: fortificação da Ilha de Tiswadi"; "Velha Goa: fortificação da cidade". In Mattoso e Rossa 2010, 241-243.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010a. "Velha Goa: fortificação da cidade". In Mattoso e Rossa 2010, 243 e 244.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010b. "Mormugão: Arquitetura Militar". In Mattoso e Rossa 2010, 291 e 292.
- Rodrigues, Vítor Luís Gaspar, e Sidh Losa Mendiratta. 2010c. "Aguada (Índia): Arquitetura Militar". In Mattoso e Rossa 2010, 212 e 213.
- Rossa, Walter. 2010. "Enquadramento geral: os quês deste volume". In Mattoso e Rossa 2010, 20-61.
- Rossa, Walter. 2010b. "Goa". In Mattoso e Rossa 2010, 172-181.
- Rossa, Walter, e Sidh Losa Mendiratta. 2012. "A Cerca Adormecida: Recuperação Histórico – Cartográfica da Muralha Portuguesa de Goa". In *Passado e Presente*, 1: 413-423. Lisboa: CEPCEP e CHAM.
- Saldanha, M. J. Gabriel de. 1925. *História de Goa (política e arqueológica)*. New Delhi: Asian Educational Services. 2002.
- Santos, Catarina Madeira. 2001. "Entre Velha Goa e Pangim: a Capital do Estado da Índia e as reformulações da Política Ultramarina". *Separatas Verdes* 243. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Ministério da Ciência e da Tecnologia – IICT.
- Scholberg, Henry. 1995. *Fortress in India: a photographic history of the Portuguese forts of India*. New Brighton: North Star Publications Minnesota.
- Soares, Celestino. 1851. *Bosquejo das possessões Portuguezas no Oriente, ou: Resumo de algumas derrotas da Índia e da China*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Taylor, Frederick Lewis. 1921. *The Art of War in Italy, 1494-1529*. Cambridge: University Press.

- Teixeira, André. 2008. *Fortalezas do Estado Português da Índia, Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*. Lisboa: Tribuna da História.
- Telles, Ricardo Michael. 1937. "Fortalezas de Goa e as suas Legendas". *O Oriente Português* 30: 18-19. Bastorá: Tipografia Rangel.
- Telles, Ricardo Michael. 1938-1939. *O Oriente Português* 30: 22-23. Bastorá: Tipografia Rangel.
- Thomaz, Luís Filipe. 1994. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe. 1995. "A crise de 1565-1575 na história do Estado da Índia". *Mare Liberum – Revista de História dos Mares* 9: 481-520.
- Veen, Ernst van. 2000. *Decay or defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*. Leiden: Research School of Asian, African and Amerindian Studies, Universiteit Leiden.
- Waterton, Emma, e Laurajane Smith. 2010. "The recognition and misrecognition of community heritage". *International Journal of Heritage Studies* 16 (1-2): 4-15.

## Resumo

A fronteira hispano-portuguesa desenhou-se ao longo dos séculos XII e XIII, ficando praticamente configurada desde 1297 com o Tratado de Alcanizes. Na parte galaico-portuguesa a estrutura fronteira articulava-se em torno de vários núcleos urbanos situados em cada lado da *raia*, onde existisse um passo fluvial que coincidissem com uma via histórica de atravessamento. Estes núcleos contavam com um tipo de defesa cujos modelos teóricos correspondiam à arte militar medieval, insuficiente para proteger estas povoações quando estalou a Guerra da Restauração em 1640. Nesse momento iniciou-se uma importante reforma das cidades e sua envolvente, cujo objectivo era assegurar a protecção e construir uma defesa exterior que impedisse o exército adversário de penetrar na cidade. Apresenta-se uma metodologia arqueológica desenvolvida para a identificação, catalogação e estudo deste tipo de defesas, assim como para a compreensão das paisagens urbanas fortificadas. ●

## Abstract

The Treaty of Alcañices (1297) practically seals the configuration of the Spanish-Portuguese border designed along the twelfth and thirteenth centuries. In the Galician-Portuguese sector, the border structure was articulated around certain urban centres, located on each side of the *raia* – border – and normally close to a historical route that took advantage of a fluvial step. The defences created for these urban centres followed the theoretical models of medieval warfare, and they proved to be insufficient to protect the population when the Portuguese Restoration War broke out in 1640. From this moment on, an important reform of the cities and their surroundings took place. In order to protect these settlements and prevent the opposing army from penetrating the cities, external defences were built. This paper presents the archaeological methodology developed for the identification, documentation and study of this type of defences, as well as for overall understanding of the urban fortified landscapes. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**André Teixeira**

CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores

**María Cruz Villalón**

Universidad de Extremadura

## palavras-chave

GUERRA DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA  
PAISAGENS URBANAS FORTIFICADAS  
METODOLOGIA ARQUEOLÓGICA  
MODELO CONCEPTUAL DO PATRIMÓNIO

## keywords

WAR OF PORTUGUESE RESTAURATION  
FORTIFIED URBAN LANDSCAPES  
ARCHAEOLOGICAL METHODOLOGY  
CONCEPTUAL MODELING OF HERITAGE

**Data de Submissão**  
**Date of Submission**

Out. 2017

**Data de Aceitação**  
**Date of Approval**

Jan. 2018



# PAISAJES URBANOS MODERNOS DE LA FRONTERA GALAICO- -PORTUGUESA.

## LA FORTIFICACIÓN DE LAS VILLAS Y CIUDADES EN EL SIGLO XVII

REBECA BLANCO-ROTEA

Grupo de Investigación Síncrisis,  
Universidade de Santiago de Compostela

### Introducción<sup>1</sup>

<sup>1</sup> El manuscrito se llevó a cabo gracias a un contrato postdoctoral de la Xunta de Galicia, convocado por la Orde do 18 de febreiro de 2016 (DOG número 44, do 4 de marzo), mediante el cual la autora desarrolla el proyecto: “Paisajes culturales de frontera: arquitectura, territorio, arqueología y modelos metodológicos (PAIX)”, que tiene una duración de tres años. Este contrato está vinculado a la Universidad de Santiago, con dos primeros años de estancia en la Universidade do Minho (Portugal). A su vez, es resultado de la conferencia “Paixases urbanas modernas na raia luso-galaica: a fortificación das vilas no século XVII” presentada en las *IV Jornadas Internacionales sobre Evolución de los Espacios Urbanos y sus Territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Braga (Portugal), el 1 de junio de 2017.

<sup>2</sup> Hasta la fecha, nuestro trabajo se ha centrado fundamentalmente en la zona conocida como

Los estudios que realizamos en la *raia* galaico-portuguesa se centraron en la comprensión y transformación de los paisajes defensivos una vez estallada la Guerra da Restauração (1640-1668)<sup>2</sup>. El paisaje actual es resultado de un proceso histórico de larga duración en el que influyeron los episodios bélicos, pero también la anterior articulación de la frontera que condicionó la nueva estructura defensiva. En ella tuvieron un papel relevante los núcleos urbanos.

El enfoque de esta investigación viene orientado desde la Arqueología del Paisaje (Bernardi 1992; Ashmore e Knapp 1999; Criado 1999; Anschuetz et al. 2001) y la Arqueología de la Arquitectura (Mannoni 1990; Parenti 2001; Mañana et al. 2002; Utrero 2011; Azkarate 2013), empleando una perspectiva simbiótica entre ambas denominada Arqueología del Espacio Construido (AEC) (Blanco-Rotea 2017). Esta perspectiva parte de la idea de que la arquitectura y el paisaje son dos realidades relacionadas, donde la acción constructiva juega un papel relevante, así como la apropiación y la articulación del espacio. Trabajar con ellas de forma simultánea y comprenderlas como parte de una misma realidad, donde la acción social construye paisaje<sup>3</sup>, nos permitirá acceder al patrón social que está detrás de este proceso (Binford 1982, 5; Orejas et al. 2002, 305; Criado-Boado 2012, 20).

Esta aproximación ha permitido clasificar los paisajes y definir distintos tipos de modelos teóricos de defensa desarrollados en la frontera luso-galaica y, en concreto, en los espacios urbanos que constituyen el eje de este complejo sistema defensivo.

## Conceptos de partida

El paisaje supone una interrelación entre dos fenómenos, uno puramente natural que corresponde a la propia estructura del medio y otro eminentemente antrópico que contribuye a la transformación y objetivación de ese medio (Criado 1999, 5). El concepto de paisaje manejado aquí recoge las recomendaciones del Convenio Europeo de Paisaje, firmado en Florencia el 20 de octubre del año 2000, e que lo entiende como “cualquier parte del territorio tal como la percibe la población, cuyo carácter sea el resultado de la acción y la interacción de factores naturales y/o humanos”. El debate sobre la evolución de este concepto desde la arqueología ha sido ampliamente tratado por otros autores (Wittlesey 1997; Knapp e Ashmore 1999, 8-13; Criado 1999, 5-6; Anschuetz et al. 2001, 160-168; Heilen 2005, 14-39). En nuestro caso, hemos propuesto una triple conceptualización, entendiendo el paisaje como la materialización de un concepto, resultado de un proceso y recurso del pasado en el presente (Blanco-Rotea 2017, 6 y 11-21). Esta conceptualización está basada en la matriz empleada por Criado que representa la ontología del Patrimonio Arqueológico (Criado-Boado 2012, 193-194); pero también en el paradigma de paisaje de Anschuetz et al. (2001, 160-161). A partir de este marco teórico, se determinaron aquellos conceptos que serían la base de nuestra investigación sobre el paisaje fortificado de la frontera en época moderna<sup>4</sup>.

El paisaje fortificado se define como un paisaje cultural en el que se inserta algún tipo de arquitectura cuya organización responde a una estrategia defensiva concreta, por lo que se organiza o articula en uno o varios sistemas defensivos. El *Plan Nacional de Arquitectura Defensiva Española*<sup>5</sup> considera que paisaje fortificado y arquitectura defensiva deben entenderse de forma conjunta como agrupaciones completas de sistemas generales defensivos, y analizarse de forma conjunta con metodología similar.

La arquitectura se implanta en un espacio al que articula, conformando un paisaje en el que se materializan las formas de pensamiento de la sociedad que ejecuta esa arquitectura, en nuestro caso, los principios de la fortificación abaluartada y la lógica barroca. Pero a su vez, debe adaptarse a ese espacio a partir de los principios de la fortificación abaluartada que la ordenan, serán tenidos en cuenta en la relación que se establece entre la fortificación y el espacio físico, y entre la fortificación y otras arquitecturas que pueden formar parte del mismo sistema defensivo (Matos 2016, 35-36). En el caso de los espacios urbanos este aspecto es especialmente importante, pues el diseño de una defensa que tenga en cuenta estos principios

*Raia Húmida*, donde el río Miño hace frontera entre la provincia de Pontevedra en Galicia y el Alto Minho en la Región Norte de Portugal. Por ello, nos referiremos fundamentalmente a ejemplos de esta zona. La parte este de la frontera luso-galaica o *Raia Seca* está siendo objeto actualmente de un proyecto de investigación postdoctoral.

<sup>3</sup> El paisaje entendido como construcción (Cosgrove 1985), como proceso cultural (Cosgrove 1984, 32).

<sup>4</sup> Estos conceptos fueron definidos en nuestra tesis doctoral (Blanco-Rotea 2015), algunos de los cuales han sido tratados en Blanco-Rotea 2017.

<sup>5</sup> Disponible en <http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/eu/enlaces/plan-nacional-arquitectura-defensiva.html>. Consultado 14 Outubro 2017.

<sup>6</sup> Ver las referencias anteriores.

<sup>7</sup> Ver, en esa misma publicación, lo que comenta la autora para *Contrasta* (Andrade 1994, 229).

deberá adecuarse también a la ciudad preexistente, siendo su objetivo la defensa de la población que la habita. Un paisaje urbano fortificado (PUF) es aquel en el que los aspectos que acabamos de comentar se materializan en contextos urbanos.

## Paisajes urbanos fortificados de la *raia* galaico-portuguesa. Contextualización

Antes de analizar la propuesta de clasificación de los paisajes urbanos fortificados, traeremos a colación algunos aspectos generales de tipo histórico e interpretativo que deben tenerse en cuenta para comprender dicha clasificación. Nos referimos a los hitos principales de la *Guerra da Restauração* en la zona que nos ocupa y a los resultados de nuestra investigación en cuanto a la articulación del paisaje defensivo en la *raia* luso-galaica. Por otra parte, deben tenerse en mente también los principios de la fortificación abaluartada, pues la transformación de estos espacios urbanos durante el período de guerra, y con posterioridad a ésta, se inscribe en un contexto de cambio de las estructuras militares que supone el paso de la fortificación medieval a la moderna, proceso sobre el que existen abundantes tratados militares (Medrano 1700; Lucuze 1772; Galindo 2002; Cámara 2005; Magnano di San Lio 2016) y se ha escrito cuantiosa literatura (Soraluce 1985; Porras 1995; Soromenho 1997; Parker 2002; Díaz Capmany 2004, 2012; Verdera 2005; Cobos 2011; Cobos y Castro 2005; Blanco-Rotea 2015, 279-288). Los principios de este tipo de fortificación no son objeto de discusión de este trabajo pues han sido tratados ampliamente por otros autores<sup>6</sup>, nuestro interés radica en cómo esta transformación afectó a los espacios urbanos en la *raia* luso-galaica, en cómo podemos analizar este fenómeno desde la arqueología y en cómo se conceptualiza esta transformación en diferentes modelos de paisaje urbano.

### Aproximación al contexto histórico

La frontera histórica hispano-portuguesa se diseñó a lo largo de los siglos XII y XIII, quedando prácticamente configurada desde 1297 con el Tratado de Alcañices. Desde época temprana la realeza buscó puntos de apoyo para su estrategia de empoderamiento político-administrativo (Andrade 1998), incentivando la construcción de núcleos de población a lo largo de las márgenes del río Miño, el cual constituía una importante vía fluvial de penetración hacia el interior de ambos reinos desde el océano (en sentido oeste-este), del mismo modo que, en paralelo a éste por ambos márgenes, circulaba una vía terrestre que unía las principales poblaciones ahora consolidadas. A su vez, existen otras vías que atraviesan el territorio en sen-

tido norte-sur salvando el río Miño a través de los pasos de barcas (Almeida 1968; Almeida 1984; Andrade 1994, 271-274). Es precisamente en las zonas en las que se localizan estos pasos ya históricos (Ferreira 1988; Andrade 1994, 274<sup>7</sup>) donde fueron surgiendo los núcleos de población más importantes de la frontera a lo largo de la Edad Media, que fueron fortificados en los siglos XII y XIII<sup>8</sup>. De ahí la presencia de poblaciones enfrentadas a uno y otro lado de la frontera que se irán consolidando a lo largo del tiempo, amurallándose o construyendo en ellas un castillo propiedad del monarca, y dominando la red viaria que ordenaba la región (Andrade 1994, 329). Se inicia así la fortificación de la *raia*. A este momento pertenecen núcleos como Caminha, Valença o Melgaço en Portugal (Andrade 1994), o Tui y Salvaterra en Galicia (Pallares 1987; Pallares y Portela 2015, 140). Este paisaje defensivo se concentraba en los núcleos de población situados en zonas de paso sobre el río Miño, condicionando la estructura defensiva que se llevó a cabo en época moderna, cuando la fortificación anterior era insuficiente ante los avances de la artillería y la nueva articulación de los ejércitos de la época (Parker 2002).

La *Guerra da Restauração* se desarrolla entre el 1 de diciembre de 1640, cuando el Duque de Bragança es proclamado en Lisboa rey de Portugal como João IV, y el año 1668, cuando se firma el Tratado de Lisboa que supone la independencia de Portugal, reino anexionado al Imperio Hispánico desde 1580 por Felipe II. El Primero de Diciembre devuelve la nación lusitana a su estado primitivo y se restaura a su condición de reino *per se* (Silva 1862, 3; Bouza 1991, 1993; Almeida 2013).

Entre 1640 y 1668 las campañas de guerra fueron discontinuas espacial y temporalmente y dependían de las disponibilidades logísticas de personal y material. Fue una guerra con escasos medios y especialistas, con una gran importancia táctica de la artillería, las armas de infantería y los ingenieros, en la que jugó un especial papel la construcción de una serie de fortificaciones abaluartadas sobre todo de campaña (Costa 2005; *Catalogación* 2008, 8; Almeida 2013). La actividad bélica fue acompañada de una importante actividad constructiva gracias a la modernización de las defensas de ambos frentes, la toma de posiciones en el país contrario y la importante transformación de la arquitectura y el paisaje precedentes. Si bien es cierto, en los grandes núcleos urbanos que ya contaban con unas defensas previas, la actividad es casi constante desde el inicio de la guerra<sup>9</sup>, pero en aquellos lugares donde las fortificaciones se realizan *ex novo*, la actividad constructiva coincide con episodios concretos de la contienda que afectan a zonas determinadas. Por ejemplo, los gallegos ocupan el entorno de Salvaterra con fortificaciones de campaña una vez conquistada ésta por los portugueses e iniciada por ellos su modernización<sup>10</sup>.

Cuando en 1668 se firma el Tratado de Paz de Lisboa, Portugal alcanza su independencia y se establecen las fronteras que se han mantenido prácticamente intactas hasta la actualidad. Cada país devuelve al otro las plazas conquistadas en el territorio vecino. Pero la modernización defensiva de las ciudades continúa, y las fortificaciones permanentes se finalizan a lo largo de los siglos XVII y XVIII.

<sup>8</sup> “A passagem do rio Minho a linha de fronteira após a autonomização do Condado Portucalense em 1096, ressaltou a sua importância estratégica e deve ter implicado a necessidade de estabelecer pontos fortificados que balizassem com alguma regularidade o seu curso, especialmente naqueles pontos em que se mostrasse mais vulnerável a qualquer avanço com origem em território galego. Assim devia acontecer, por certo, nos locais onde as estradas romanas terminavam e era preciso usar barcas de passagem – em Mazedo [actual Monção] e em Contrasta [actual Valença] – ou onde este rio sem pontes se estreitava, facilitando a travessia como acontecia em Cerveira e na já citada Mazedo onde, em certas alturas do ano, a passagem a vau se tomava possível. Por isso é bem possível que, a semelhança do que acontecia em Cerveira, onde existia um castelo, também nos outros locais indicados, mesmo antes das acções régias tendentes ao desenvolvimento de núcleos urbanos e que deram origem respectivamente as vilas fortificadas de Monção e de Valença, deveriam implantar-se construções defensivas fixas, cuja dimensão e características, todavia, não é possível clarificar sem adequada investigação arqueológica.” (Andrade 1994, 189-190).

<sup>9</sup> Tui, Salvaterra y Caminha inician este proceso en 1642-1643, mientras que Monção lo hace en 1656, Vila Nova de Cerveira y Valença en torno a 1660 y Melgaço a lo largo del XVII.

<sup>10</sup> Hemos tratado este proceso para el caso que nos ocupa en Blanco-Rotea 2011b: 144-148 y, más exhaustivamente en Blanco-Rotea 2015.

<sup>11</sup> Sobre los conceptos de *sistema* y *subsistema* hemos argumentado en Blanco-Rotea 2011b, 148-149.

<sup>12</sup> Nos referimos a las *estructuras de relación*, que describiremos a continuación.

<sup>13</sup> Una estructura componente sería, por ejemplo, un baluarte, una media luna o una cortina.

<sup>14</sup> Ejemplos de estructuras de unión serían un camino o una trinchera.

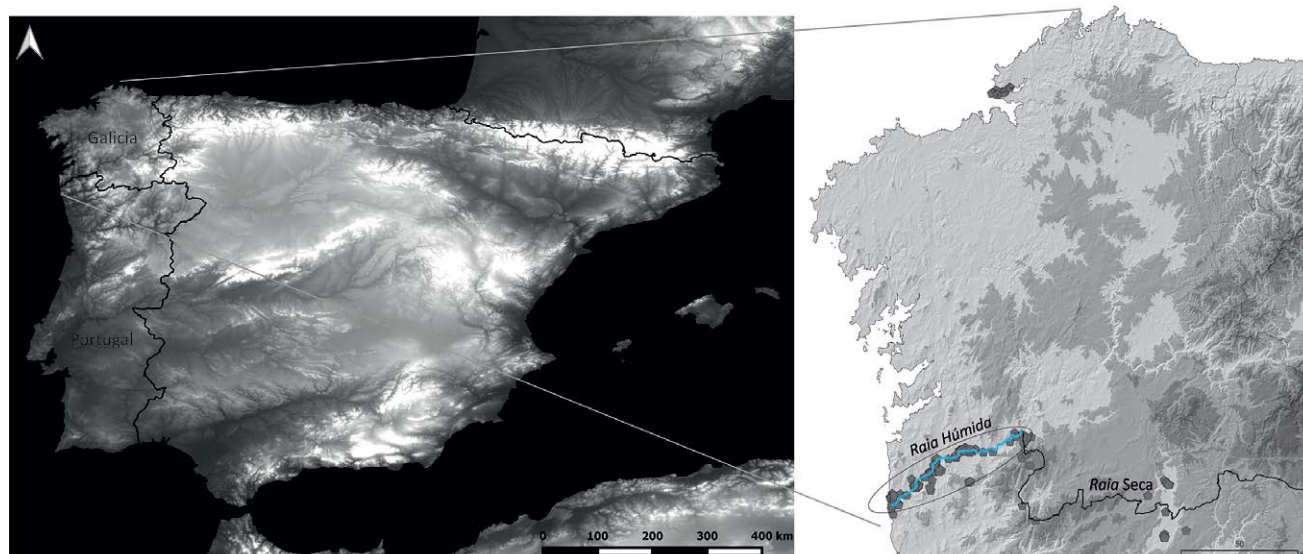
<sup>15</sup> Un ejemplo de estructura de relación son los faros o luminarias situadas en zonas altas de las sierras.

## El sistema defensivo de la raia luso-galaica

El *sistema defensivo* (fig.1) analizado se basa en la articulación y control de distintas unidades territoriales (fig. 2), a través de lo que hemos denominado *subsistemas* o conjuntos defensivos<sup>11</sup> (Blanco-Rotea 2011b, 148-149). Nuestro planteamiento parte de la hipótesis de que dentro de estas unidades territoriales la defensa funciona como un organismo autónomo pero conectado a través de determinados mecanismos<sup>12</sup> con los subsistemas contiguos, de manera que los subsistemas acaban formando parte de una estructura mayor, el *sistema defensivo del río Miño*, que formaría parte, a su vez, de un sistema defensivo más complejo que engloba toda la frontera hispano-portuguesa. Pero la zona que nos ocupa presenta sus propias características, motivadas por la configuración geográfica del valle y la articulación histórica de las poblaciones de la frontera, situadas donde se localizan los pasos de barca.

Nuestro modelo se compone de diferentes entidades o fragmentos de la realidad que, en este caso, tienen relación con la defensa del territorio. En primer lugar, estarían las *fortificaciones*, que se dividen en diferentes tipos, como veremos en el apartado *Clasificación de los Paisajes Urbanos Fortificados (PUF)*; en segundo lugar, las *estructuras*, que son entidades materiales que guardan una relación con las fortificaciones y/o los subsistemas, bien porque forman parte de una fortificación (*estructura componente*<sup>13</sup>), bien porque unen dos o más fortificaciones de forma directa (*estructura de unión*<sup>14</sup>), o bien porque relacionan dos o más fortificaciones de forma indirecta y permiten la comunicación entre ellas (*estructura de relación*<sup>15</sup>); en tercer lugar, los *puntos de interés*, que hemos definido como un localizador en el espacio donde se documenta la existencia de algún tipo de elemento que podría estar relacionado con el sistema defensivo y que queremos singularizar, indepen-

Fig. 1 – A la izquierda, mapa de la península ibérica (STRM 90 – CGIAR-CSI, elaborado por José Costa), en el que se han destacado Portugal y Galicia. A la derecha, mapa de Galicia con la diferenciación de la frontera galaico-portuguesa; se ha marcado la zona miñota en azul.



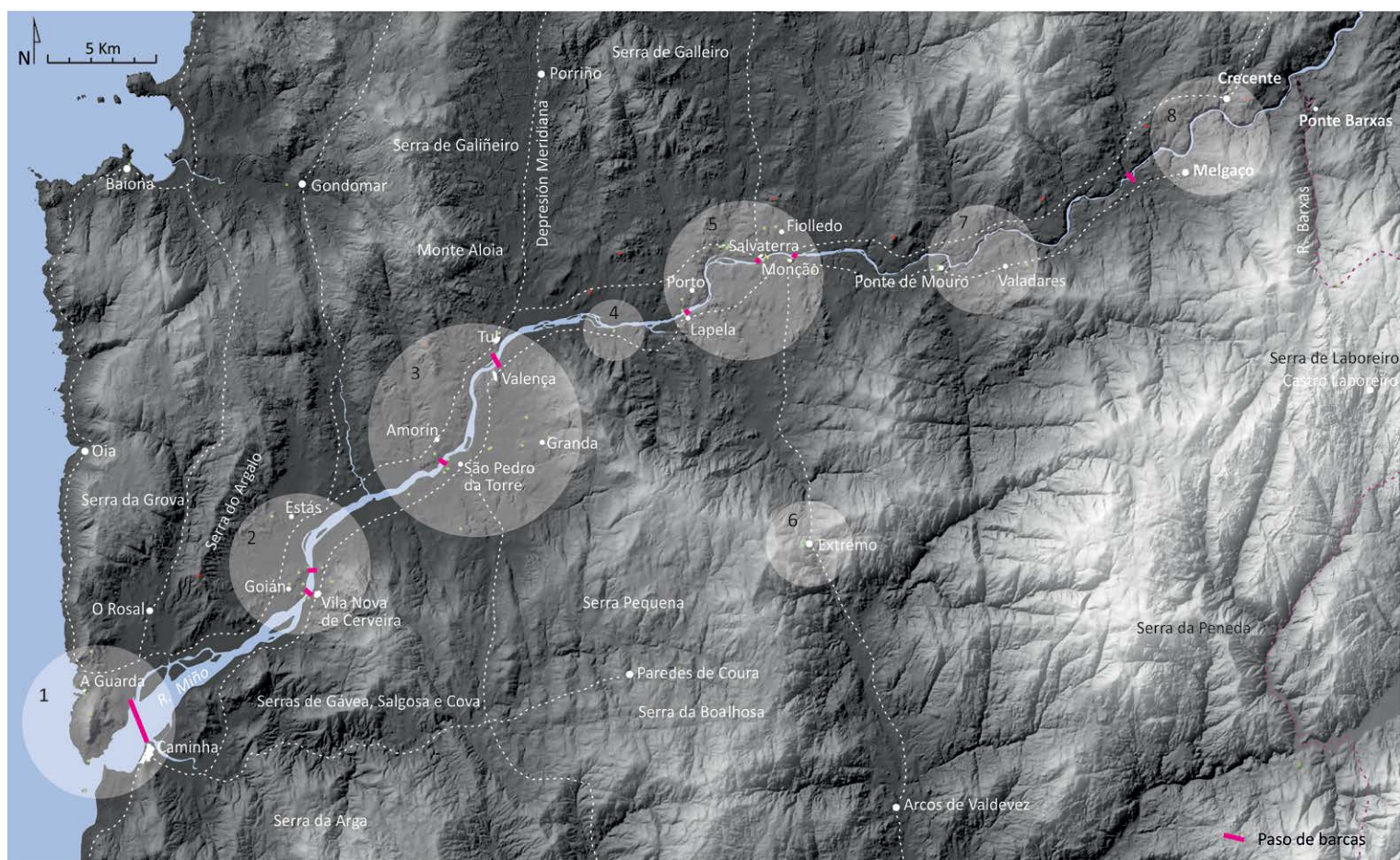


dientemente de su naturaleza (un conjunto de materiales, una referencia oral o una representación en un documento histórico). Finalmente, estarían las entidades que suponen la agrupación de este otro tipo de entidades (fortificaciones / estructuras / puntos de interés) en conjuntos mayores: *subsistemas* y *sistemas*<sup>16</sup> (Blanco-Rotea 2017: 45, fig. 31).

En concreto, el paisaje fortificado miñoto se conforma como la suma de ocho conjuntos defensivos que aglutinan una serie de fortificaciones, vías de tránsito, pasos de barcas y estructuras de control del territorio, y del espacio físico cruzado por el río Miño (fig. 2). Este río es un elemento transversal al paisaje analizado, con el que se relacionan todos los conjuntos de forma directa, excepto el de Extremo, situado entre las Serras da Boulhosa y da Peneda. La mayor parte de los conjuntos se articulan en base a dos poblaciones enfrentadas, situadas en ambas márgenes del río (fig. 2). De los subsistemas que recogemos en esta figura, cuentan con una población urbana fortificada los siguientes: en el Subsistema 1 las poblaciones de A Guarda y Caminha; en el Subsistema 2 las de Goián y Vila Nova de Cerveira; en el Subsistema 3, Tui y Valença; en el Subsistema 5, Lapela, Salvaterra do Miño y

<sup>16</sup> Para ampliar el modelo conceptual del paisaje fortificado del Miño en el que se explican y defin-

Fig. 2 – MDE de la frontera miñota o *raia húmida*. En esta imagen se puede observar la estructura del territorio, recorrido por el río Miño de NE a SW formando una planicie aluvial en ambas márgenes cerrada por las cadenas montañosas por el norte y el sur. En línea de puntos de color blanco se han marcado las principales vías de tránsito terrestres. En magenta los pasos de barcas. Dentro de los círculos se sitúan los subsistemas identificados: 1. Subsistema A Guarda-A Ínsua-Caminha; 2. Subsistema Goián-Vila Nova de Cerveira-Estás; 3. Subsistema Amorín-Tui-São Pedro da Torre-Valença; 4. Subsistema de Verdoejo; 5. Subsistema Salvaterra do Miño-Monção; 6. Subsistema de Extremo; 7. Subsistema de Ponte de Mouro-Valadares; 8. Subsistema Melgaço-Crecente.



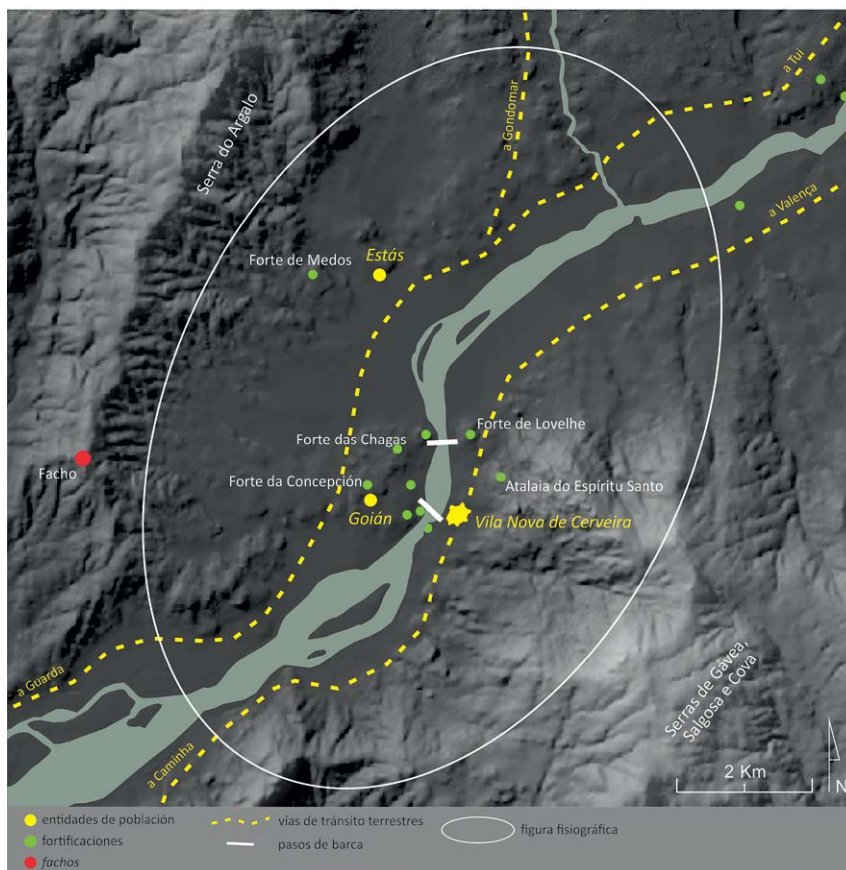
en todas las entidades arqueológicas que lo conforman, véase Blanco-Rotea 2015, 146-157. Sobre otras definiciones y conceptualizaciones de sistemas defensivos, véase Cobos 2005, 2011.

<sup>17</sup> Aunque apenas existen evidencias arqueológicas en esta zona de la configuración formal de los fachos (únicamente conocemos la referencia que nos proporcionó el arqueólogo Álvaro Arizaga Castro de la existencia de una pirámide de piedra construida a seco en el lugar de Coto do Facho en As Neves), existen abundantes representaciones de ellos en los mapas de la época, que los sitúan en lugares altos y los muestran como una luminaria, como podemos observar en el *Mapa de la Provincia de Tuy, y una Porcion de la de entre Miño y Duero en Portugal* del ingeniero Alejandro des Anglés, de 1762 (Blanco-Rotea 2017, 19, fig. 21).

Monção; y en el Subsistema 8 Melgaço. Además, se localizan en nudos viarios, en relación con la vía fluvial que supone el Miño, las vías terrestres que discurren paralelas a éste y los pasos de barca (fig. 2).

Como decíamos, cada subsistema se relaciona con la unidad territorial en la que se emplaza. En la figura 3 podemos observar la cuenca fisiográfica en la que se localizan las poblaciones de Goián, Vila Nova de Cerveira y Estás, cerrada al norte por la Serra do Argalo y al este-sur-oeste por las Serras de Gávea y Salgosa, de manera que el conjunto de fortificaciones de estas poblaciones y sus entornos se han situado de tal forma que controlan todo este espacio. Así, las fortificaciones situadas en Vila Nova de Cerveira y Goián construidas por el ejército portugués tras la conquista de Goián en 1663, controlan los pasos de barca situados sobre el río Miño (fig. 3) y las vías que comunican A Guarda y Tui en el lado gallego y Caminha y Valença en el portugués, mientras que la fortificación construida por el ejército gallego en Estás corta el paso de los portugueses hacia Tui y controla la vía de tránsito terrestre gallega, como ya hemos explicado en otras ocasiones (Blanco-Rotea 2011, 149-154; 2017, 16-18). Por otra parte, los conjuntos mantienen una relación visual y espacial con el conjunto precedente y siguiente, a través de los fachos o de pequeños

Fig. 3 – MDE de la zona en la que se emplaza el Subsistema Goián-Vila Nova de Cerveira-Estás. El facho situado en la Serra do Argalo, permite comunicar visualmente este sistema y el de A Guarda-A Ínsua-Caminha situado al WSW. Las poblaciones de Goián y Vila Nova de Cerveira se sitúan en una zona de paso, tanto terrestre como fluvial.



puestos de vigilancia situados en altura<sup>17</sup>, de manera que el control del territorio se extiende a la totalidad del paisaje (Blanco-Rotea 2017, 18).

En definitiva, los aspectos que interesan a este estudio que caracterizan el paisaje defensivo miñoto son<sup>18</sup>:

- En la frontera luso-galaica conviven dos modelos de fortificación, uno medieval y otro de época moderna, que también se observan en los núcleos urbanos.
- Los conjuntos se organizan en torno a una población principal localizada a cada lado de la frontera, que suele tener una estructura urbana encerrada, envuelta y protegida por un sistema defensivo<sup>19</sup>.

## La transformación de las villas fronterizas. Modelos teóricos del paisaje urbano fortificado en la Raia

Dentro del proyecto en el que se realizó la investigación de este paisaje tuvieron que desarrollarse procesos de análisis específicos que atendieran a la diversidad del patrimonio estudiado. Nuestro foco se centraba en los paisajes fortificados, pero en ellos jugaban un papel relevante los paisajes urbanos, pues la mayor parte de los conjuntos definidos se articulaban en torno a uno o varios núcleos de población. La mayoría de estos núcleos estaban conformados por una fortificación permanente<sup>20</sup>, mientras que las obras realizadas *ex novo*, con la intención de completar la defensa de estas poblaciones, normalmente se correspondían con fortificaciones de campaña<sup>21</sup> que sufrieron un mayor deterioro una vez terminada la guerra. Aunque ambos tipos de fortificaciones están realizadas con distintos materiales y tienen diferentes ritmos constructivos, respondían a los mismos principios de fortificación abaluartada y se componían de las mismas partes. Pero esa diferencia de material obligó a desarrollar procesos metodológicos específicos en cada caso. Nos ocuparemos aquí del que atañe al estudio de los paisajes urbanos. Una vez analizado cada uno de estos paisajes, hemos podido identificar y clasificar distintos modelos teóricos para esta zona de la *raia*.

### Metodología: ¿cómo se han estudiado las villas fortificadas?

Para el estudio de los espacios urbanos se ha hecho una propuesta metodológica que combina herramientas propias de la Arqueología del Paisaje y la Arqueología de la Arquitectura (Blanco-Rotea 2017), la cual ya habíamos aplicado en otras zonas (Blanco-Rotea 2011a). Los pasos seguidos han sido los siguientes:

<sup>18</sup> Para ampliar otros aspectos de este paisaje fortificado también significativos ver “Una escala macroespacial: el paisaje fortificado del tramo bajo del río Miño” en Blanco-Rotea 2015, 241-248.

<sup>19</sup> Véase el ejemplo del Subsistema Goián-Vila Nova de Cerveira-Estás comentado más arriba.

<sup>20</sup> Aquella realizada con materiales pétreos o cerámicos, con una voluntad de duración en el tiempo (aunque a veces se completaban con obras exteriores en tierra).

<sup>21</sup> Ejecutadas con materiales perecederos y de construcción rápida.



<sup>22</sup> Se revisaron aquellas fuentes históricas que trataban sobre la *Guerra de la Restauração* y los procesos de fortificación que tuvieron lugar durante la misma, acudiendo a archivos estatales, regionales y militares tanto públicos como privados que pudieran contener información de este tipo, tanto textual como, especialmente, gráfica. No podemos recoger en este texto todas las fuentes utilizadas, pero sí las más importantes: Araujo 1644; Ávila y La Cueva 1852; Brandão 1758; Armas (ca. 1507) 1997; Gândara 1677; Menezes (1679/1698) 1945; Silva 1860. Gracias a esto, se detectaron referencias a lugares fortificados anteriormente desconocidos, sobre todo fortificaciones de campaña que bien completaban la defensa de determinadas poblaciones principales o bien controlaban zonas de paso. Aplicando posteriormente diferentes metodologías de teledetección y arqueológicas identificamos estructuras como el Fortim do Montinho en Monção (Blanco-Rotea 2015, 575-578).

<sup>23</sup> Antunes 1996; Garrido 1989, 2001; Rodríguez-Villasante 1984; Soralue 1985; entre otros.

<sup>24</sup> Este tipo de análisis permitió identificar los elementos que se conservan *in situ* de la fortificación medieval iniciada en el siglo XII tras la separación de Portugal, cuando el rey Fernando II le concede fuero y funda la ciudad alrededor de la catedral de Santa María, que se rodearía por un recinto amurallado con torres (Sánchez 1991, 300).

<sup>25</sup> Las primeras obras de la fortificación moderna se llevaron a cabo en 1642 (Ávila y La Cueva 1852, 441).

- Estudio de fuentes documentales<sup>22</sup> y bibliográficas<sup>23</sup>.
- Análisis de documentos gráficos y superposición de los mismos sobre fotografías aéreas y satelitales actuales.
- Identificación de elementos fortificados:
  - Prospección aérea mediante fotointerpretación y análisis de datos LiDAR (Light Detection and Ranging) (Jones 2010).
  - Prospección arqueológica de los cascos históricos y sus entornos (Blanco-Rotea 2011a, 187-190).
- Caracterización de elementos fortificados:
  - Análisis de cuerpos de fábrica (Quirós y Gobbato 2004, 193): diferenciación de grandes volúmenes con homogeneidad funcional y estratigráfica.
  - Lectura de las fábricas (Caballero 1995): diferenciación de fases constructivas.
- Georreferenciación de los datos sobre Google Earth y volcado sobre un GIS (Geographical Information Systems) (Lock & Stancic 1995).
- Construcción de los MDE (Modelos Digitales de Elevaciones) (Wheatley, Gillings 1999).
- Análisis de visibilidad (Wheatley 1995) y de movilidad (Llobera et al. 2011).
- Caracterización del paisaje urbano.
- Clasificación de los paisajes urbanos fortificados.
- Construcción de modelos teóricos.

Podemos observar en la figura 4 el proceso seguido en la ciudad de Tui (Galicia): se analizaron los distintos proyectos y planos conservados para poder identificar en ellos aquellos elementos de la fortificación que pudieran corresponder a épocas medieval<sup>24</sup> y moderna<sup>25</sup> y cómo los proyectos modernos se adaptaban a esa fortificación medieval preexistente (paso 1). Se superpusieron los planos sobre las fotografías aéreas históricas y satelitales (paso 2) y se realizó un análisis LiDAR y la fotointerpretación de las fotografías históricas (paso 3) de manera que se pudieran identificar aquellos elementos documentados en los planos y su transformación actual. Se revisaron *in situ* cada uno de estos elementos registrándolos y analizándolos según diferentes metodologías (lectura de paramentos, análisis formal, análisis espacial...) (paso 4) para así obtener su caracterización. Se georreferenciaron los restos conservados primero en Google Earth y luego en un GIS (paso 5). Una vez caracterizados, así como otras entidades fortificadas que formaban parte del subsistema al que se vinculó Tui, se realizó el análisis de visibilidad y visibilización a 800 m y 2 km de cada entidad identificada, para observar las relaciones que guardan entre sí y con el territorio. También se llevó a cabo un análisis de la movilidad entre fortificaciones y de su relación con las vías de tránsito terrestres y fluviales (paso 6). Con todo ello, se caracterizó el paisaje urbano de los dos sistemas detectados (medieval y moderno) georreferenciando en la cartografía de detalle los elementos conservados seguros y dudosos, de forma que pudiéramos completar la traza original a partir del análisis del urbanismo de la ciudad y su comparación con los planos históricos (fig. 5). Del mismo

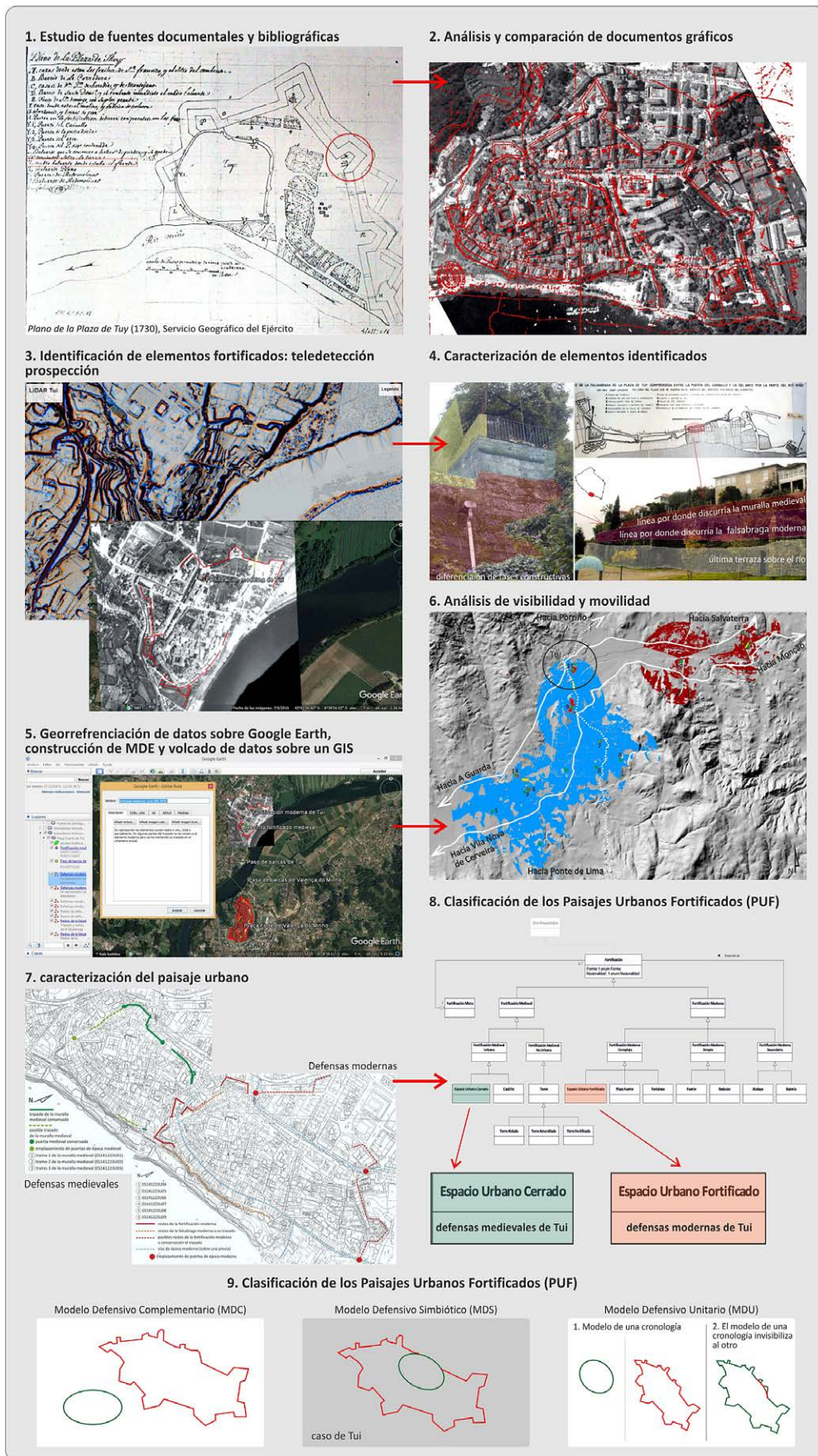


Fig. 4 – Proceso de análisis del paisaje urbano fortificado de la ciudad de Tui.

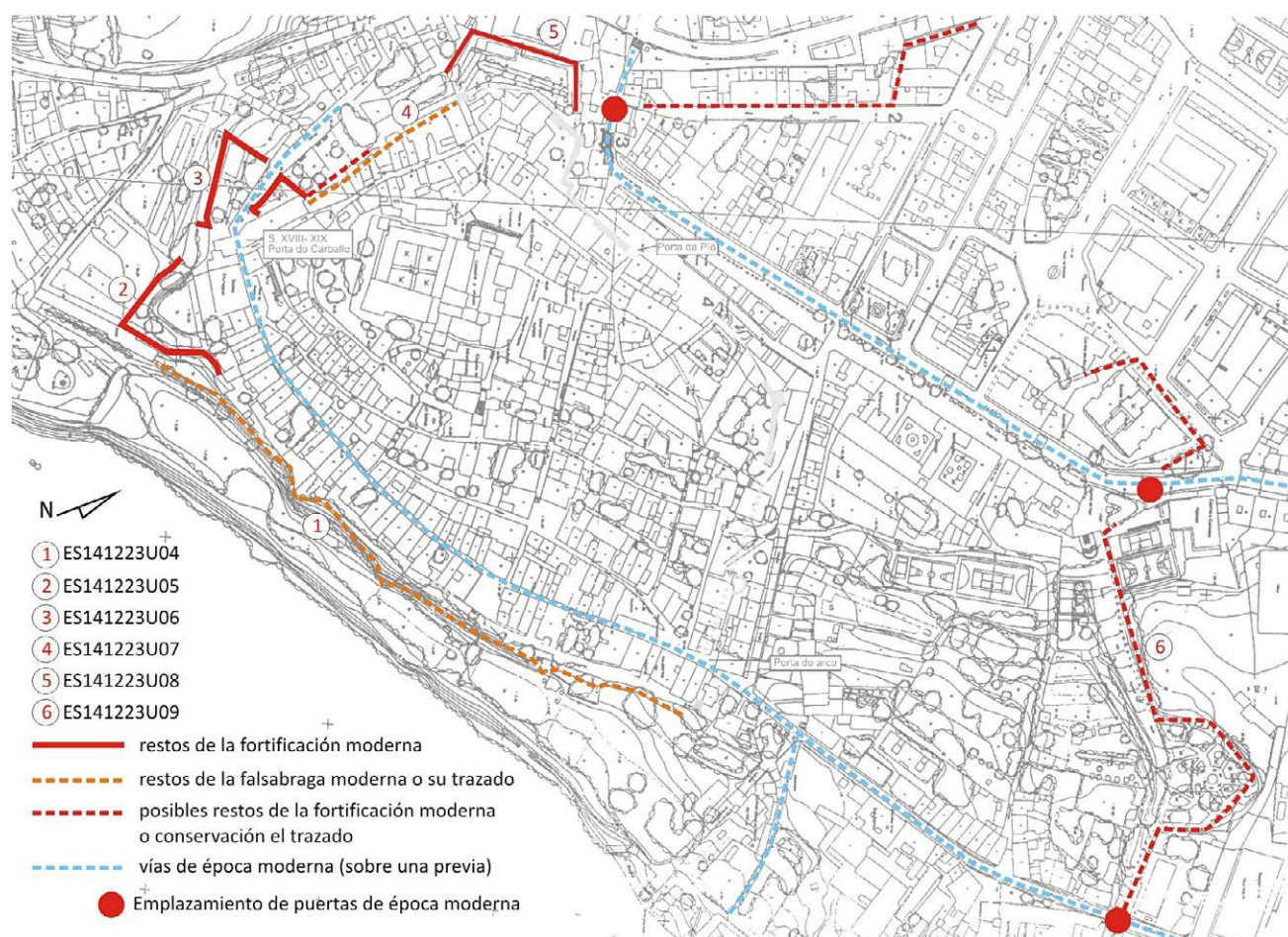


<sup>26</sup> En nuestra tesis doctoral no llegamos a trabajar en la clasificación de los paisajes urbanos, sino en el modelo general del paisaje de toda la *raia*. La investigación que aquí presentamos se ha desarrollado gracias al proyecto postdoctoral que disfruta la autora.

modo, se identificó el tipo al que pertenecía cada uno de estos sistemas dentro del modelo conceptual de las fortificaciones diseñado en esta investigación (paso 7). Finalmente, y tras haber realizado esta operación en cada uno de los espacios urbanos analizados, pudimos definir tres tipos de Paisajes Urbanos Fortificados (PUF) en el espacio estudiado, y clasificar Tui dentro del tipo Modelo Defensivo Simbiótico, según las características definidas.

Este mismo modelo de trabajo se aplicó (Blanco-Rotea 2015) a los núcleos urbanos de cada conjunto defensivo<sup>26</sup>: A Guarda y Caminha, Goián y Vila Nova de Cerveira, Valença y Tui, Lapela, Salvaterra y Monção o Melgaço, llegando a determinar para cada uno de ellos los aspectos que acabamos de comentar. Del mismo modo, este proceso se ha empezado a aplicar en otras ciudades de la *raia* seca, como Chaves y Verín.

Fig. 5 – Elementos de la fortificación moderna identificados en Tui.





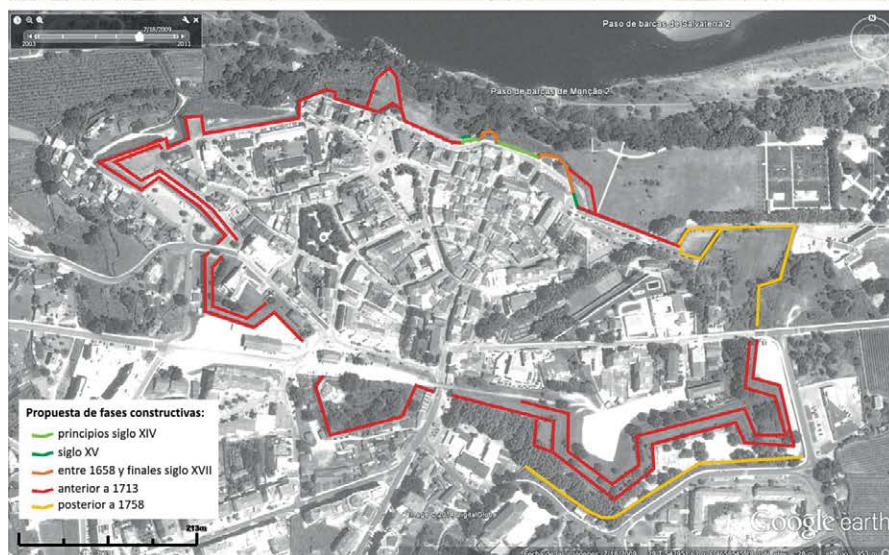
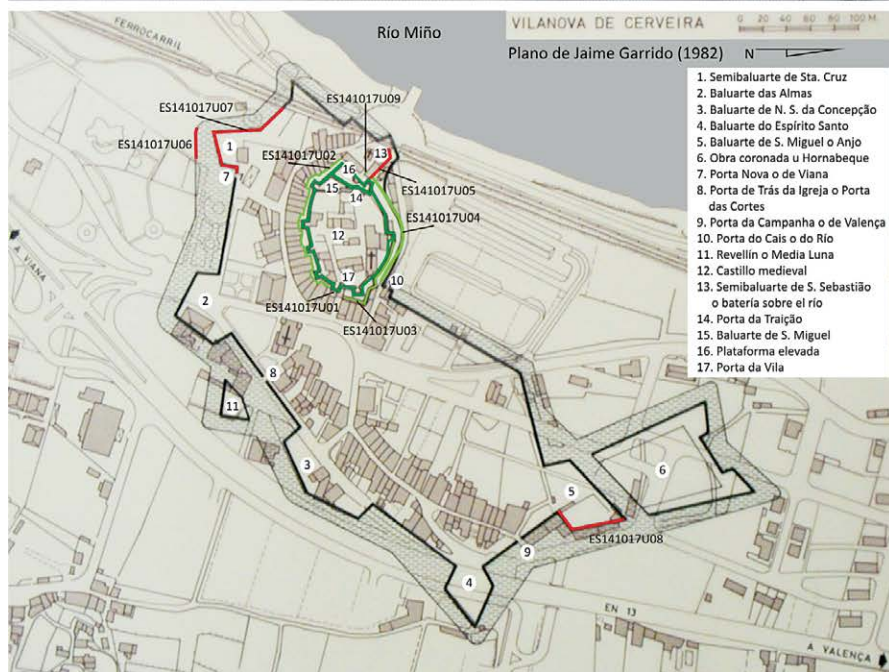
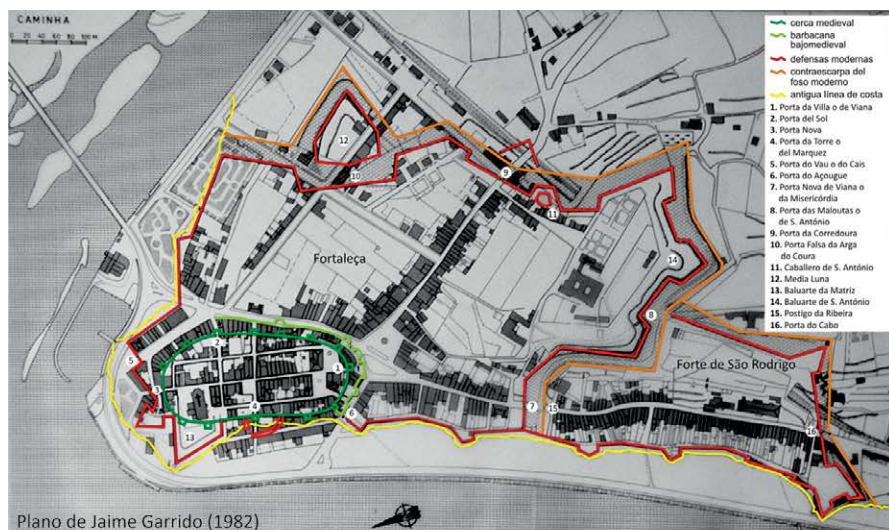


Fig. 6 – Caracterización de las defensas de algunos de los paisajes estudiados, de arriba abajo: Caminha, Vila Nova de Cerveira y Monção. Para la elaboración de los dos mapas de síntesis superiores de han empleado dos planos realizados por el arquitecto Jaime Garrido en 1982; para el inferior una imagen satélite de Google Earth.

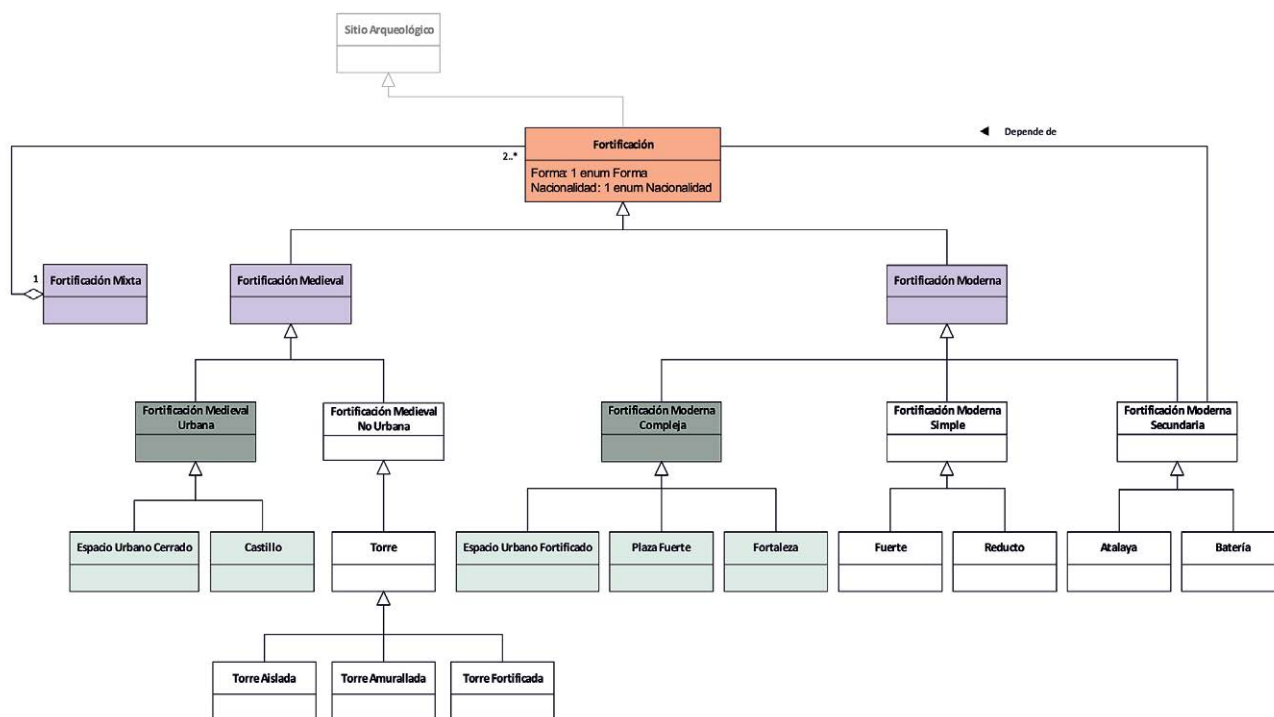
<sup>27</sup> Cultural Heritage Abstract Reference Model. Consultado 14 outubro 2017. <http://www.charminfo.org/>.

## Clasificación de los Paisajes Urbanos Fortificados (PUF)

A medida que la investigación fue progresando, se fueron identificando y definiendo otro tipo de entidades que formaban parte del sistema defensivo, por lo que abordamos el concepto de fortificación y aquellos elementos que dependían de ella. Para clasificar las entidades arqueológicas partimos de un modelo conceptual (González-Pérez y Parceros-Oubiña 2011) denominado CHARM (Cultural Heritage Abstract Reference Model; Gonzalez-Perez 2018, 193-305), un modelo de referencia abstracto del patrimonio cultural que se diseñó “para ser utilizado por un rango amplio y diverso de organizaciones y personas, con el objetivo de alcanzar un entendimiento común”<sup>27</sup>. Un modelo conceptual es una abstracción que describe mediante diagramas y notaciones un fragmento de la realidad (González-Pérez 2012). Esta abstracción permite conceptualizar, ordenar y simplificar ese fragmento. Representa la información que debemos tener, en nuestro caso, sobre las entidades arqueológicas que componen el paisaje fortificado analizado, es decir, debe representar esas entidades (sus clases o tipos, los conceptos) y las relaciones que mantienen entre ellas (fig. 7).

Nos interesaba partir de CHARM porque tiene una visión lo suficientemente abstracta como para ser compartida por otros colegas y disciplinas, y cuenta con los mecanismos necesarios para poder generar un modelo particular del paisaje fortificado usando una extensión de CHARM (González-Pérez et al. 2012).

Fig. 7 – Diagrama correspondiente a la entidad arqueológica *Fortificación*. Para representar el modelo abstracto de paisaje fortificado y todas las entidades que forman parte del mismo, se han empleado *diagramas de clase* y el lenguaje abstracto ConML (González-Pérez 2012).



Partiendo de la entidad o clase denominada *Sitio Arqueológico* en CHARM, se definió la subclase *Fortificación*, “una construcción destinada a la defensa de un espacio”. Ésta es la entidad principal de nuestro modelo de la que dependen las demás, bien porque forman parte de ella o porque relacionan dos o más fortificaciones (por ejemplo, las estructuras que veíamos anteriormente) o bien porque se articulan en base a ella (por ejemplo, los subsistemas).

Como podemos observar en la figura 7, la entidad *Fortificación* (en rojo) se clasificaba en otras entidades siguiendo un criterio cronológico (*Fortificación Medieval*, *Moderna* o *Mixta*<sup>28</sup>; en malva) y otro tipológico (en verde), subclasificándose las fortificaciones medievales en *Urbanas* y *No Urbanas*, y, a su vez, las primeras, que son las que interesan a este estudio, en *Espacio Urbano Cerrado* y *Castillo*. Y, dentro de las modernas, en fortificaciones *Complejas*, *Simples* y *Secundarias*, subclasificándose las primeras en *Espacios Urbanos Fortificados*, *Plazas Fuertes* y *Fortalezas*, las tres susceptibles de albergar conjuntos urbanizados.

El trabajo derivado de aquellas primeras conceptualizaciones nos llevó, una vez que profundizamos en el estudio de los espacios urbanos y logramos identificar sus características morfo-constructivas y su evolución en el tiempo, a identificar diferentes tipos de articulación de estos paisajes (PUFs), que conceptualizamos como *Modelos Teóricos*.

Una vez definidas las tipologías de los espacios urbanos fortificados de la frontera miñota, se realizó un proceso de análisis para comprender su funcionamiento durante el período de guerra, identificando tres tipos de modelos teóricos. Se trataba además de entender cómo se había establecido la relación entre dos modelos defensivos distintos, el medieval y el moderno. Estos modelos teóricos pretenden abstraer ese modo de relación.

Un primer modelo es el *Modelo Defensivo Complementario* (MDC), que se corresponde con espacios urbanos en los que conviven dos modelos distintos de defensa y de fortificación (medieval y moderna), sin que exista una superposición entre ellos. Esta convivencia genera un modelo teórico donde cada uno de ellos funciona de manera autónoma, pero complementa las carencias del otro.

Es el caso de la fortificación de la villa de A Guarda (Galicia). Ésta se sitúa en el extremo suroccidental de Galicia, en la desembocadura del río Miño, un lugar abierto al océano Atlántico, desde el que se accedía al curso del Miño y una zona de penetración hacia otras poblaciones importantes gallegas por la costa y el Val do Rosal. Existía aquí una muralla, identificada como medieval (Ávila y La Cueva 1852, 142; Santiso 1990, 284, 286), que rodeaba un pequeño recinto habitacional, insuficiente para albergar a la población que había crecido extramuros y para proteger las entradas y salidas de tropas a la ciudad. Por ello, tras la conquista de Goíán por los portugueses en 1663, los gallegos deciden fortificar A Guarda, construyendo el Castelo de Santa Cruz, en una elevación localizada al norte de la villa, protegiendo la vía de tránsito natural hacia Baiona. Este fuerte se atribuye a los hermanos Grunnenberg (Garrido 1989, 116; Cobos y Castro 2005, 86) y se construye entre 1662 y 1664 (fig. 8). De este modo, A Guarda mantuvo la defensa medieval, aunque

<sup>28</sup> Cuando elaboramos el modelo conceptual sobre la clase *Fortificación* en nuestra tesis doctoral, incluimos la subclase *Fortificación Mixta* para referirnos a aquellas fortificaciones fundamentalmente urbanas en las que se producía una mixtificación entre dos modelos defensivos distintos, donde la fortificación moderna se superponía, invisibilizaba o complementaba a la medieval, por tanto, no podíamos hablar únicamente de una fortificación medieval o moderna. Sin embargo, la aproximación macro y semimicroespacial desde las que abordamos aquella investigación no nos permitía llegar a profundizar en estos aspectos, que requerían un estudio pormenorizado de cada fortificación urbana y, sobre todo, una clasificación detallada de estos espacios complejos dentro de nuestro modelo. Este trabajo es el resultado, precisamente, de esta segunda parte del proceso, analizando las fortificaciones urbanas con un mayor nivel de detalle (micro), lo que nos ha permitido establecer, como veremos, diferentes modelos defensivos que analizan la relación entre ambos tipos de defensas.





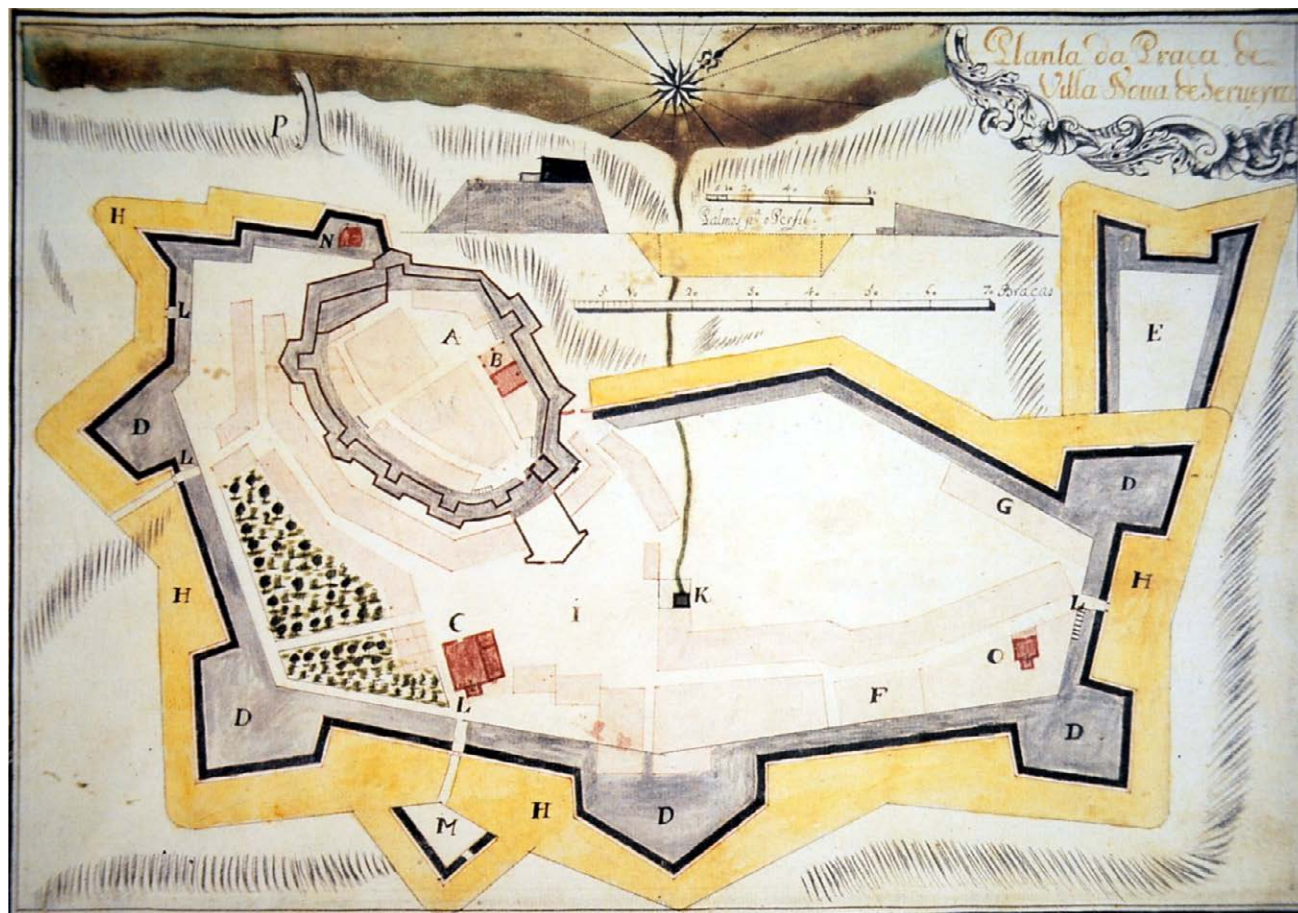
Fig. 8 – Modelo Defensivo Complementario de la villa de A Guarda. Sobre un montaje de varias fotografías panorámicas de A Guarda (1930-1950, imágenes propiedad de Antonio Martínez Vicente, vecino de la misma) se han dibujado el Castelo de Santa Cruz (en la parte central) y la reconstrucción de las murallas medievales de la villa (en la parte inferior izquierda). Ambos defienden diferentes partes del núcleo urbano y sus accesos, complementándose, pero sin que exista una superposición entre ellos.

obsoleta e invisibilizada por el crecimiento urbano, mientras al norte se implanta un fuerte que respondía a los principios de la fortificación moderna.

Un segundo modelo es el *Modelo Defensivo Simbiótico* (MDS), aplicable a aquellos espacios urbanos en los que existe una superposición de dos modelos defensivos cronológicamente distintos, pero donde cada uno de ellos sigue teniendo una entidad propia y es fácilmente diferenciable del otro. Esta relación genera un modelo teórico donde ambos funcionan al mismo tiempo beneficiándose el uno del otro, como “organismos” simbióticos.

Es el caso de la fortificación urbana de Vila Nova de Cerveira (Portugal) (fig. 9). La población de Cerveira contaba con un castillo al menos desde el siglo XIII, incluido en la dote nupcial de Doña Mécia, esposa de D. Sancho II. En 1321 el rey D. Dinis le otorga carta foral, la cerca de muros de cantería y pasa a denominarse Vila Nova de Cerveira (Andrade 1994, 190, 325 y ss.; 1998, 170 y 172). En 1660 se inician las obras de una nueva fortificación por orden de D. Diogo de Lima, gobernador de armas de Entre Douro e Minho (Antunes 1996, 219), y se finaliza en 1667 según proyecto de Francisco de Acevedo (*Catalogación* 2008, 122). La población fue creciendo extramuros durante los siglos XIV a XVII, pero se mantuvo el castillo medieval; éste se rodeará de una amplia fortificación que engloba el caserío y se completa, en el





nordeste con un hornabeque. En la actualidad es el castillo medieval el que tiene mayor presencia en la villa, mientras que la fortificación moderna prácticamente se ha destruido como consecuencia de las transformaciones urbanísticas decimonónicas (Catalogación 2008, 123-124).

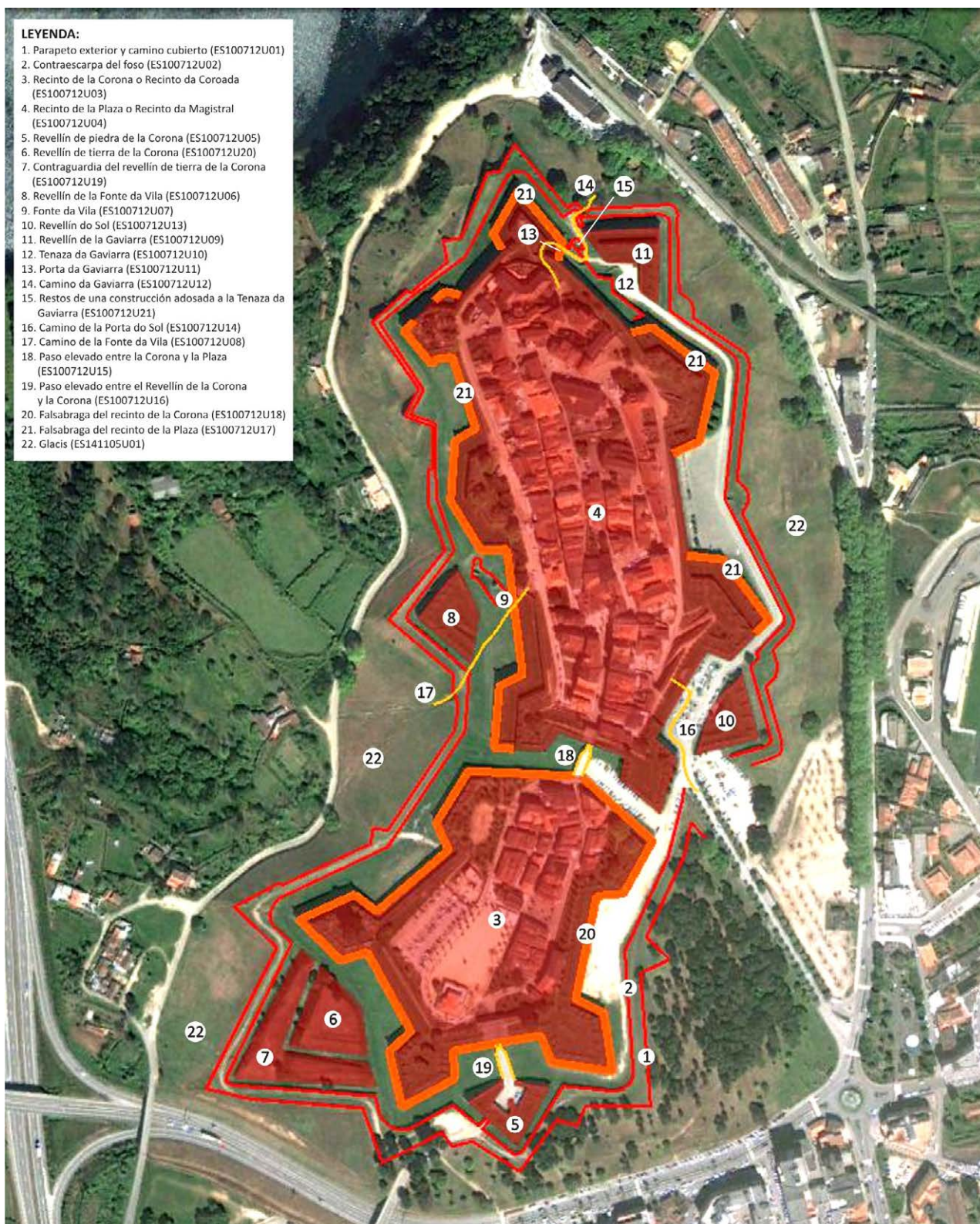
Finalmente, el *Modelo Defensivo Unitario* (MDU) corresponde a espacios urbanos donde sólo existe un modelo defensivo (MDU-1) o uno de los dos modelos invisibiliza al otro (MDU-2). Normalmente la fortificación moderna incorpora en su trazado la medieval, enmascarándola con elementos propios de la nueva poliorcética. La fortificación medieval deja de tener entidad propia y no es fácilmente diferenciable de la moderna sin un análisis experto. Generan un modelo teórico, donde uno de los modelos impone sus principios defensivos sobre el otro. A este modelo corresponderían también los trazados de nueva planta.

Valença (Portugal) es uno de los ejemplos más significativos de MDU (fig. 10). A inicios del siglo XIII Sancho I impulsa la fundación de la población fortificada que se denominará Contrasta y le concede coto. La villa recibe carta foral de D. Afonso II en 1217, momento en que ya estaría cercada. D. Afonso III confirma la carta foral en 1262, le cambia el nombre por el de Valença y manda renovar y ampliar la primera cerca (Castro 2013, 35-55).

Fig. 9 – Planta da Praça Forte de Vila Nova de Cerveira realizada por Gonçalo Luís da Silva Brandão en 1758 (BPMP). En ella se puede observar cómo la fortificación medieval se envuelve por un recinto de época moderna generando un MDS: ambos modelos son identificables, corresponden a períodos distintos pero funcionan al mismo tiempo, valiéndose el uno de las potencialidades del otro.

Fig.10 – MDU de la Praça Forte de Valença: aunque en el recinto de la magistral se conservan partes de la fortificación medieval, las estructuras modernas prácticamente las han invisibilizado, manteniendo apenas su trazado en algunas zonas, pero priorizando los principios del arte de la fortificación de época moderna sobre los de época medieval.





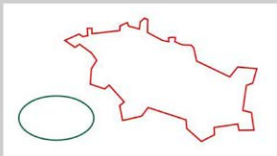
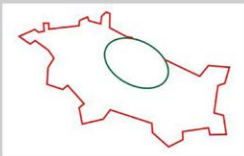
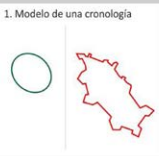

SUBSISTEMA	PUF	MODELO		
		MDC	MDS	MDU
Subsistema 1	Caminha		X	
	A Guarda	X		
Subsistema 2	Vila Nova de Cerveira		X	
	Goíán			X
Subsistema 3	Valença			X
	Tui		X	
Subsistema 5	Lapela			X
	Monção		X	
	Salvaterra			X
Subsistema 8	Melgaço		X	
ABSTRACCIÓN DE LOS MODELOS				
MDC		MDS	MDU	
			<div>1. Modelo de una cronología</div>  <div>2. El modelo de una cronología invisibiliza al otro</div> 	

Fig. 11 – Clasificación de los Paisajes Urbanos Fortificados (PUFs) analizados en la *raia húmida*.

Avanzada la *Guerra da Restauração* Miguel de Lescot realiza el primer proyecto de modernización en 1660. En 1662 dan comienzo las obras del recinto de la Coroadá en la colina del Bom Jesus (número 3 en la figura 10). En 1683 Miguel de Lescot envía al Conselho de Guerra una nueva planta cuyo diseño es aceptado y ejecutado por Manuel Pinto de Vilalobos desde 1691 (Castro 2013). Las obras se prolongaron a lo largo del siglo XVII y el XVIII. Aunque la fortificación de Valença parte de la estructura urbana previa localizada en la colina, las nuevas formas del recinto de la magistral se irán adosando y superponiendo a las antiguas, que en algunas zonas se demuelen, de manera que su identificación requiere de un análisis detallado, además de intervenciones de mayor envergadura, como las efectuadas en los últimos años que han permitido delimitar con claridad la cerca medieval (Fontes *et al.* 2013, fig. 4-7).

## Conclusiones

El estudio desarrollado ha posibilitado, por una parte, validar modelos de trabajo que permiten aproximarse al análisis del paisaje urbano fortificado desde la arqueología intentando comprender todas sus dimensiones espaciales y atender a su evolución a lo largo del tiempo. Podemos observar que los paisajes fortificados urbanos son entidades muy complejas que es necesario analizar con las herramientas adecuadas para comprenderlas en todas sus dimensiones.

Por otra parte, ha permitido establecer diferentes modelos teóricos sobre cómo se articuló la defensa en espacios urbanos en época moderna, a partir del estudio sistemático de diferentes conjuntos. En este sentido, podemos afirmar que la propia estructura urbana precedente determinó la construcción de las defensas de época moderna y, en definitiva, contribuyó a la elección de un modelo teórico u otro. En este trabajo hemos intentado definir cuál ha sido ese modelo para cada uno de los casos de estudio analizado (fig. 11), de los cuales hemos seleccionado tres que consideramos son representativos de cada modelo, pero debemos concretar, en un futuro, los motivos que estuvieron detrás de esa elección por parte de los ingenieros de la época. Barajamos *a priori* como hipótesis dos motivos que deberemos comprobar: las características formales del modelo defensivo anterior, cuando existía, así como su estado de conservación, y el emplazamiento de las fortalezas en relación a la movilidad y la defensa en profundidad.

Con la intención de avanzar en estas hipótesis, actualmente estamos investigando si este tipo de modelos también se aplicaron en la *raia* seca galaico-portuguesa, como en el caso de las poblaciones de Verín (Galicia) y Chaves (Portugal). Del mismo modo, estamos analizando la respuesta que cada uno de estos modelos tuvo durante el proceso de guerra, cómo funcionaron y cuál fue más efectivo. Si bien es cierto, este funcionamiento no puede entenderse sin tener en cuenta las otras estructuras defensivas que rodeaban los conjuntos urbanos (fuertes, fortines, atalayas, baterías, plataformas, trincheras, etc.).

El estudio en profundidad de los paisajes urbanos fortificados ha contribuido a seguir caracterizando y definiendo los dos modelos de fortificación que modificaron el paisaje transfronterizo en un diálogo diacrónico, espacial y con diferentes significados que quedó fosilizado en el territorio. Por ello es tan necesario llevar a cabo una labor de investigación, conceptualización y valoración de estos paisajes que nos permitan contribuir a su conservación de cara al futuro.

## Agradecimientos

Queremos agradecer sinceramente a los/as evaluadores/as sus comentarios y aportaciones al texto, ya que creemos que gracias a ellos hemos conseguido realizar un trabajo más completo y se han abierto nuevos retos de cara al futuro. Agradecemos también el reto planteado con nuestra participación en las *IV Jornadas Internacionales sobre Evolución de los Espacios Urbanos y sus Territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Braga (Portugal), en junio de 2017, organizadas por la Unidade de Arqueologia de la Universidade do Minho, el Lab2PT (Laboratório de Paisagens, Património e Território) también de la U. Minho y el Instituto de Estudios Medievales de la Universidad de León, pues abrió otras vías a nuestra investigación que, finalmente, han dado lugar al presente trabajo. ●



## Bibliografía

- Almeida, Carlos A. F. de. 1968. *Vias Medievais. I. Entre-Douro-e-Minho*. Tese de Licenciatura, Universidade do Porto.
- Almeida, Ernesto Iglesias. 2013. "La Guerra de Independencia de Portugal en la frontera galaico portuguesa". *Diversarum rerum: revista de los Archivos Catedralicio y Diocesano de Ourense* 8: 393-402.
- Almeida, Ernesto Iglesias. 1984. *Los antiguos portos de Tuy y las barcas de pasaje a Portugal*. Tuy: E. Iglesia.
- Andrade, Amélia A. 1994. *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo de Entre Lima e Minho medieval*. Tese de Doutoramento em História da Idade Média, Universidade Nova de Lisboa.
- Andrade, Amélia A. 1998. "A estratégia dionisina na fronteira noroeste". *Revista da Faculdade de Letras. História* 15 (1): 163-176.
- Anschuetz, Kurt F., Richard H. Wilshusen, y Cherie L. Scheick. 2001. "An Archaeology of Landscapes: Perspectives and Directions". *Journal of Archaeological Research* 9 (2): 152-197.
- Antunes, João Manuel. 1996. *Obras militares do Alto Minho: A Costa Atlântica e a Raia ao serviço das Guerras da Restauração*. Tese de Mestrado em Arqueologia, Universidade de Porto.
- Araújo, João Salgado de. 1644. *Successos militares das armas portuguesas em suas fronteiras depois da Real aclamação contra Castella*. Lisboa: Paulo Craesbeeck.
- Armas, Duarte de. (ca 1507) 1997. *Livro das Fortalezas*. Ed. facsímil. Lisboa: ANTT – Inapa.
- Ashmore, Wendy, y A. Bernard Knapp, eds. 1999. *Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives*. Malden, MA: Blackwell Publishers.
- Ávila y La Cueva, Francisco A. (1852) 1995. *Historia Civil y Eclesiástica de la Ciudad de Tuy y su Obispado*. vols. 1-2. Ed. facsímil. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Azkarate Garai-Olaun, Agustín. 2013. "La construcción y lo construido. Arqueología de la Arquitectura". In *La materialidad de la historia. La arqueología en los inicios del siglo XXI*, dir. Juan Antonio Quirós, 271-298. Madrid: Akal.
- Bernardi, M., dir. 1992. *Archeologia del Paesaggio*. Firenze: Edizioni All'Insegna del Giglio.
- Binford, Lewis Roberts. 1982. "The archaeology of place". *Journal of Anthropological Archaeology* 1: 5-31.
- Blanco-Rotea, Rebeca. 2011a. "Herramientas metodológicas aplicadas al estudio de un paisaje urbano fortificado: el caso de la villa de Verín (Monterrei, Ourense)". In *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas*

- tendencias metodológicas*, dir. María Domingo Fominaya y coord. Antonio J. Sánchez Luengo, 179-197. Madrid: Ministerio de Cultura.
- Blanco-Rotea, Rebeca. 2011b. "Las fortificaciones de Goiã-Vila Nova de Cerveira-Medos en el territorio fortificado transfronterizo galaico-português". *Revista Castillos de España* 58 (164-165-166): 139-145.
- Blanco-Rotea, Rebeca. 2015. "Arquitectura y paisaje. Fortificaciones de frontera en el sur de Galicia y norte de Portugal". Tesis Doctoral, Universidad del País Vasco.
- Blanco-Rotea, Rebeca. 2017. "Arquitectura y paisaje. Aproximaciones desde la arqueología". *Arqueología de la Arquitectura* 14: e051.  
<http://dx.doi.org/10.3989/arq.arqt.2017.007>.
- Bouza, Fernando Jesús. 1993. "1640 perante o Estatuto de Tomar. Memória e Juízo do Portugal dos Filipes". *Penélope. Fazer e desfazer história* 9/10: 17-27.
- Bouza, Fernando Jesús. 1991. "Primero de diciembre de 1640: ¿una revolución desprevénida?". *Manuscrits. Revista d'Història Moderna* 9: 205-225.
- Brandão, Gonçalo Luís da Silva. (1758) 1994. *Topographia da fronteyra, praças, e seus contornos, raya seca, costa, fortes da Província de Entre Douro e Minho*. Ed. facsímil. Porto: Biblioteca Pública Municipal de Porto.
- Caballero Zoreda, Luis. 1995. "Método para el análisis estratigráfico de construcciones históricas o 'lectura de paramentos'". *Informes de la Construcción* 46 (435): 37-46.
- Cámara, Alicia. coord. 2005. *Los ingenieros militares de la monarquía hispánica en los siglos XVII y XVIII*. Madrid: Ministerio de Defensa, Asociación Española de Amigos de los Castillos, Centro de Estudios Europa Hispánica.
- Castro, Alberto Pereira de. 2013. *A Praça-Forte de Valença do Minho*. Valença: Câmara Municipal de Valença.
- Catalogación, Digitalización y Valoración de las Fortalezas Defensivas de la Frontera de Galicia Norte de Portugal – CADIVAFOR*. 2008. Ferrol: CIEFAL, CIS Galicia, E.S. Gallaecia.
- Cobos Guerra, Fernando. 2011. "El sistema de fortificaciones abaluartadas de la raya hispano portuguesa como patrimonio de la humanidad. Caracterización y valoración del sistema. Estado de la cuestión". *Castillos de España* 58 (164-165-166): 155-166.
- Cobos Guerra, Fernando, y José J Castro Fernández. de. 2005. "Los ingenieros, las experiencias y los escenarios de la arquitectura militar española en el siglo XVII". In Cámara 2005, 71-94.
- Cosgrove, Denis E. 1985. "Prospect, perspective and the evolution of the landscape idea". *Transactions of the Institute of British Geographers* 10: 45-62.
- Cosgrove, Denis E. 1984. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Croom Helm: London.
- Costa, Fernando Does. 2005. "Interpreting the Portuguese War of Restoration (1641-1668) in a European Context". *e-Journal of Portuguese History* 3 (1): 1-14.

- Criado Boado, Felipe. 1999. *Del Terreno al Espacio: Planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje*. CAPA (Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje), 6. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidade de Santiago de Compostela.
- Criado Boado, Felipe. 2012. *Arqueológicas. La razón perdida*. Barcelona: Edicions Bellaterra S.L.
- Díaz Capmany, Carlos. 2012. "Funcionamiento y estructura de una fortificación abaluartada". In *Fortificaciones. Intervenciones en el patrimonio defensivo. Actas del XXXIV Curset. Jornadas Internacionales sobre la intervención en el Patrimonio Arquitectónico*, coord. Dídac Gordillo, 205-210. Barcelona: Secretaría General Técnica. Centro de Publicaciones. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
- Díaz Capmany, Carlos. 2004. *La fortificación abaluartada: una arquitectura militar y política*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Ferreira Priegue, Elisa. 1988. "Los caminos medievales de Galicia". *Boletín Auriense, Anexo* 9. Ourense: Museo Arqueológico Provincial.
- Fontes, Luís, Belisa Pereira, y Francisco Andrade. 2013. "Arqueologia urbana em Valença. Metodologias e resultados". *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*, coord. José Morais Arnaud, Andrea Martins e César Neves, 89-96. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses.
- Galindo Díaz, J. A. 1996. "El conocimiento constructivo de los ingenieros militares del siglo XVIII. Un estudio sobre la formalización del saber técnico a través de los tratados de arquitectura militar". Tesis Doctoral, Universidad Politécnica de Catalunya.
- Gándara, Felipe de la. 1677. *Nobiliario, armas, y triunfos de Galicia, hechos heroicos de sus hijos, y elogios de su nobleza, y de la mayor de España y Europa*. Madrid: Julian de Paredes.
- Garrido Rodríguez, Jaime. 1989. "Desconocimiento y abandono del patrimonio arquitectónico militar del Bajo Miño". In *Actas do 1.º Congreso Internacional Gallaecia (A Guarda, Noviembre de 1988)*, 99-123. Vigo: Artes Gráficas Galicia, S.A.
- Garrido Rodríguez, Jaime. 2001. *Fortalezas de la antigua provincia de Tuy*. Pontevedra: Deputación Provincial de Pontevedra, Servicio de Publicaciones.
- Gonzalez-Perez, Cesar. 2018. *Information Modelling for Archaeology and Anthropology. Software Engineering Principles for Cultural Heritage*. [Berlin]: Springer.
- Gonzalez-Perez, Cesar. 2012. "A Conceptual Modelling Language for the Humanities and Social Sciences". Comunicación en el *Sixth International Conference on Research Challenges in Information Science (RCIS 2012)* Valencia, España. 16-18 Mayo 2012.
- Gonzalez-Perez, Cesar, y Cesar Parcerro-Oubiña. 2011. "A Conceptual Model for Cultural Heritage Definition and Motivation". Comunicación en el *39th Annual Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology (CAA 2011)*. Pekín, China. 12-16 Abril 2011.

- Gonzalez-Perez, Cesar, Patricia Martín-Rodilla, Cesar Parcero-Oubiña, Pastor Fábrega-Álvarez, y Alejandro Güimil-Fariña. 2012. "Extending an Abstract Reference Model for Transdisciplinary Work in Cultural Heritage". Comunicación en el *6th Metadata and Semantics Research Conference (MTSR 2012)*. Cádiz, España.
- Heilen, Michael P. 2005. *An Archeological Theory of Landscapes*. Arizona: The University of Arizona.
- Jones, David M., ed. 2010. *The Light Fantastic. Using airborne lidar in archaeological survey*. Swindon: English Heritage, Customer Services Department.
- Knapp, A. Bernard, y Wendy Ashmore. 1999. "Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational". In Wendy y Knapp 1999, 1-30.
- Llobera, M., P. Fábrega-Álvarez, y C. Parcero-Oubiña. 2011. "Order in Movement: a GIS approach to accessibility". *Journal of Archaeological Sciences* 38: 843-851.
- Lock, Gary R., y Zoran Stancic, eds. 1995. *Archaeology And Geographic Information Systems: A European Perspective*. London: Taylor & Francis.
- Lucuze, Pedro de. 1772. *Principios de Fortificación, que contienen las definiciones de los terminos principales de las obras de Plaza, y de Campaña, con una idea de la conducta regularmente observada en el Ataque, y Defensa de las Fortalezas*. Barcelona: Thomas Piferrer.
- Magnano di San Lio, Eugenio. 2016. "The 'Spanish school' bastion defence". In *Defensive Architecture of the Mediterranean. XV to XVIII centuries. Proceedings of the International Conference on Modern Age Fortifications of the Mediterranean Coast*, ed. Verdiani Giorgio, vol. 3, 119-126. Firenze: Didapress.
- Mannoni, Tiziano. 1990. "Archeologia dell'Architettura". *Notiziario di Archeologia Medievale* 54: 28-29.
- Mañana Borrazás, Patricia, Rebeca Blanco Rotea, y Xurxo Ayán Vila. 2002. *Arqueotectura 1: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura. TAPA (Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio)* 25. Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe, Universidade de Santiago de Compostela.
- Matos, João Barros. 2016. "As fortalezas abaluartadas de Mazagão, Ceuta e Diu. Implantação e relação com o território". In *Actas do XXIV Colóquio de História Militar "Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta – Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial"*, ed. Francisco Contente Domingues, 27-39. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Medrano, Sebastián Fernández de. (1700) 2001. *El Architecto perfecto en el Arte Militar*. Ed. facsímil. Valladolid: Editorial Maxtor.
- Menezes, Luís de [Conde da Ericeira]. (1679/1698) 1945. *História de Portugal Restaurado*. 4 vols. Porto: Livraria Civilização.
- Moreira, Luís Miguel. 2011. *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Villasboas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.



- Orejas Saco del Valle, Almudena, María Ruiz del Árbol Moro, y Oscar López Jiménez. 2002. "Los registros del paisaje en la investigación arqueológica". *Archivo Español de Arqueología* 75: 287-311.
- Pallares, M. Carmen, y Ermelindo Portela. 2015. "Para una lectura histórica del paisaje. La impronta medieval". In *El territorio en la historia de Galicia. Organización y control. Siglos I-XXI*, ed. Gerardo Pereira Menaut e Ermelindo Portela Silva, 97-151. Santiago de Compostela: USC, Editora Académica.
- Pallares, M. Carmen. 1987. "Sistema feudal y proceso de urbanización: algunas reflexiones a propósito del caso gallego en los siglos XII y XIII". In *Jubilatio-Homenaje de la Facultad de Geografía e Historia a los Profesores D. Manuel Lucas Álvarez y D. Ángel Rodríguez González*, vol. 1, 95-105. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Parenti, Roberto. 2001. "Archeologia dell'architettura". In *Dizionario di Archeologia*, ed. Riccardo Francovich y Danielle Manacorda, 39-43. Roma-Bari: Laterza.
- Parker, Geoffrey. (1988) 2002. *La revolución militar. Innovación militar y apogeo de occidente 1500-1800*. Madrid: Alianza Editorial.
- Porras Gil, Concepción. 1995. *La organización defensiva española en los siglos XVI-XVII desde el Río Eo hasta el Valle de Arán*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid.
- Rodríguez-Villasante Prieto, Juan Antonio. 1984. *Historia y tipología arquitectónica de las defensas de Galicia. Funcionalidad, forma y ejecución del diseño clasicista*. A Coruña: Edición do Castro.
- Sánchez Carrera, María Carmen. 1991. *El Bajo Miño en el siglo XV. El espacio y los hombres*. Tesis Doctoral en Geografía e Historia, Universidad de Santiago de Compostela.
- Santiso, Aquilino González. 1990. "El dominio del Obispo y Cabildo de Tui en A Guarda". In *Actas do 1.º Congreso Internacional Gallaecia (A Guarda, Noviembre de 1988)*, 253-296. Vigo: Artes Gráficas Galicia.
- Silva, Luís Augusto Rebello da. 1860. *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Soraluce Blond, José Ramón. 1985. *Castillos y fortificaciones de Galicia: la arquitectura en los siglos XVI-XVIII*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- Soromenho, Miguel. 1997. "O desenho das fortificações. Dois manuscritos inéditos do engenheiro vianense Manuel Pinto Vilalobos". *Cadernos Vianenses* 22: 119-132.
- Quirós, Juan Antonio, y Sonia Gobbato. 2004. "Prospección y arqueología de la arquitectura". *Arqueología Espacial* 24 (5): 185-215.
- Utrero Agudo, María de los Angeles. 2011. "Archaeology. Archeologia. Arqueología. Hacia el Análisis de la Arquitectura". In *Arqueología aplicada al estudio e interpretación de edificios históricos. Últimas tendencias metodológicas*, ed. María Domingo Fominaya y Antonio J. Sánchez Luengo, 11-23. Madrid: Ministerio de Cultura.

- Verdera Franco, Leoncio. 2005. "La evolución de la artillería en los siglos XVII y XVIII". In *Cámara* 2005, 113-129.
- Wheatley, David. 1995. "Cumulative Viewshed Analysis: a GIS-based method for investigating intervisibility, and its archaeological application". In *Archaeology and GIS: A European Perspective*, ed. Gary Lock y Zoran Stancic, 171-185. London: Routledge.
- Wheatley, David, y Mark Gillings. 1999. "Vision, Perception and GIS: some notes on the development approaches to the study of archaeological visibility". In *Beyond the map. Archaeology and Spatial Technologies*, ed. Gary Lock, 1-27. Amsterdam: IOS Press.
- Whittlesey, Stephanie M. 1997. "Archaeological landscapes: A methodological and theoretical discussion". In *Vanishing River: Landscapes and Lives of the Lower Verde Valley. The Lower Verde Valley Archaeological Project: Overview, Synthesis, and Conclusions*, ed. Stephanie M. Whittlesey, Richard Ciolek-Torrello y Jeffrey H. Altschul, 17-28. Tucson: SRI Press.

## Resumo

Este trabalho apresenta os resultados do estudo da *Instrução* sobre a criação das linhas defensivas de Nerchinskaya e Selenginskaya na Sibéria Oriental, um conjunto único de documentos (texto e desenhos com projectos-tipo de fortalezas) conservados no Rossiyskiy Gosudarstvenniy Arhiv Drevnih Aktov (RGADA, Moscovo). A *Instrução* era dirigida aos engenheiros destacados para identificar as áreas adequadas para as fortalezas e elaborar os respectivos projectos. O documento foi criado em 1760 pelo general Feldzeugmeister Conde Petr Shuvalov. A distância de Shuvalov, afastado dos locais de construção em milhares de quilómetros, fez com que ele fornecesse aos engenheiros directrizes rígidas para a criação das linhas de fortificação. Mas a incerteza total sobre o que poderia ser enfrentado pelos engenheiros na Sibéria Oriental, bem como os desafios colocados ao desenvolvimento urbano dos territórios próximos das futuras fortalezas, exigiam que Shuvalov fosse também flexível. Assim, esses objectivos e factores obrigaram o autor da *Instrução* ao equilíbrio entre prescrição e flexibilidade. ●

## Abstract

The work presents the results of studying the *Instruction* on the creation of the Nerchinskaya and the Selenginskaya defensive lines in East Siberia, a unique set of documents (the text and the model projects of fortresses) stored in the Russian State Archive of Ancient Acts (RGADA, Moscow). It was addressed to the engineers seconded to identify the areas suited for the construction of forts and to develop its projects. The document was created in 1760 by the General Feldzeugmeister Count Petr Shuvalov. The remoteness of Shuvalov, who was thousands of kilometers away from the construction sites, meant that he had to provide the engineers with strict guidelines for the creation of linear fortifications. But the total uncertainty of what exactly the engineers could be faced with in East Siberia and the challenges to the urban development of the territories neighbouring the future fortresses required Shuvalov to be flexible. Thus, these aims and factors obliged the author of the *Instruction* to balance balance between prescription and flexibility. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**Isabelle Warmoes**

Musée des Plans-reliefs, Paris

**Marco Giorgio Bevilacqua**

Dipartimento di Ingegneria dell'Energia, dei Sistemi, del Territorio e delle Costruzioni, Università di Pisa

## palavras-chave

SIBÉRIA ORIENTAL  
LINHAS DEFENSIVAS  
FORTALEZAS  
PROJECTOS-TIPO

## keywords

EAST SIBERIA  
DEFENSIVE LINES  
FORTRESSES  
MODEL PROJECTS

**Data de Submissão**  
**Date of Submission**

Set. 2017

**Data de Aceitação**  
**Date of Approval**

Dez. 2017

# COUNT P. SHUVALOV'S 1760 INSTRUCTION ON DESIGNING FORTRESSES ON DEFENSIVE LINES IN EAST SIBERIA: BETWEEN PRESCRIPTION AND FLEXIBILITY

---

DARIA SHEMELENA

Scientific Research Institute of Theory and  
History of Architecture and Urban Planning  
(NIITIAG), Moscow  
dasha-shem@yandex.ru

## Introduction

In the 18<sup>th</sup> century, on the borders of Russia in Siberia, an ambitious project was being carried out to create defensive lines, which were an integral part of the Russian linear defensive system. In Western Siberia, the Irtyshskaya, Gorkaya and Kolyvano-Kuznetskaya lines were built (their construction had begun in the first half of the 18<sup>th</sup> century [Shemelina 2010]); the lines for East Siberia were also designed (in the second half of the 18<sup>th</sup> century). These fortification complexes stretched for hundreds of kilometres from the Urals to the East to include dozens of forts of various strengths, ranging from fortresses to redoubts. From the 19<sup>th</sup> century to the present, in Russian studies on the history of the Siberian Cossack Army and on the history of Siberia, these strongholds are designated as “linear” (“lineynye”) fortifications (see, for example, Ogurtsov 1990, 21-22; Slovtsov [1844] 2012, 407; IA00. coll. 366, series 1, file 91; Putevoditel’... 1891, 1-20, cited in IA00. coll. 2200, series 1, file 35, part 3). In the construction of the defensive lines, on the one hand,



the traditional Russian experience of building extended fortification complexes – “storozhevye” lines, 15<sup>th</sup>–17<sup>th</sup> centuries (Buseva-Davydova and Godlevskiy 1994) was used; on the other, the forts on the defensive lines were built with a focus on resistance to firearms, in accordance with the rules of European fortification of the 17<sup>th</sup>–18<sup>th</sup> centuries (Buseva-Davydova and Krasheninnikova 1995; Krasheninnikova 1976; Shemelina 2010). Thus, the Siberian linear fortresses were unique objects, the creation of which accumulated the Russian traditions of border protection and also the ideas of the European theory of fortification.

In our previous studies it has been shown that the design development of Siberian linear fortresses was carried out using the fortification ideas of the European theorists – for example, the French military engineer Sébastien Le Prestre de Vauban and the German theorist Georg Rimpler (Shemelina 2010; 2014; Shemelina and Büchi 2016). We believe that the channel through which this knowledge was transferred to Russian military architecture were the European treatises on fortification. Already in the times of Peter the Great, on the initiative of Tsar himself, the works of famous European authors on fortification were translated into Russian (Bykova and Gurevich 1955; Dutov and Lyutov 2007): the writing about G. Rimpler's military architecture (*Rimplerova manira... 1708*)<sup>1</sup>, L. Ch. Sturm (*Sturm 1709*), M. van Coehoorn (*Coehoorn van 1709*), F. Blondel (*Blondel 1711*) and de Cambray's treatise about “Vauban's fortification” (*Cambray de 1724*). The treatises of G. A. Böckler and J. J. Werdmüller were also translated but remained as manuscripts in the private library of Peter the Great and were never printed (Lebedeva 2003, 142–145, 134–135; Hoteyev 2008, 152). Furthermore, the books by the Austrian military engineer E. F. von Borgsdorff (*Borgsdorf von 1708*; *Borgsdorf von 1709*) written in Russian and German were published at that time.

There were concrete factors that led to the strengthening of Russia's defence capabilities in Siberia through the construction of the defensive lines. Until the end of the 18<sup>th</sup> century, Siberia was a region of heightened geopolitical tension (Okladnikov 1968, 25–55, 181–198; Nikol'skiy et al. 1902, 100–116). The reasons for this stemmed from the disputes between the Russian Empire and the neighbouring states of the nomadic and semi-nomadic peoples across the territories in the south of Siberia. These states, well-organized, equipped with artillery and firearms, and in possession of their own foundry and cannon manufacturing, represented a dangerous power striving to eliminate Russian mines, towns and settlements in Siberia (Zlatkin 1964, 319–464). In the first half of the 18<sup>th</sup> century, the threat emanated from the Dzungar Khanate – an independent state of western Mongolian feudal lords. In the second half of the same century, the menace was associated with the strengthening of the Qing Empire. In the 1750s the Manchus (who had dominated China since as early as 1644) defeated the Dzungar Khanate. The relations between Russians and Manchus were characterized by gradual deterioration that peaked in the 1760s (Akishin et al. 2005, 107, 320–321; Artem'yev 1996, 51–54; Besprozvannykh 1983, 103–106).

In this situation, the East Siberian territories of Russia located in close proximity to the Qing Empire were the most vulnerable. Therefore, the Russian authorities

<sup>1</sup> During our previous research (Shemelina and Büchi 2016, 181–183) it was revealed that *Rimplerova manira o stroenii krepostey* (Moscow: Moskovskiy Pechatniy dvor. 1708) is the translation of Philipp Christoph Lampe's treatise *Die in Battaille victorisirende Vestung* (Vienna: Susanna Christina Cosmerovinus. 1691).

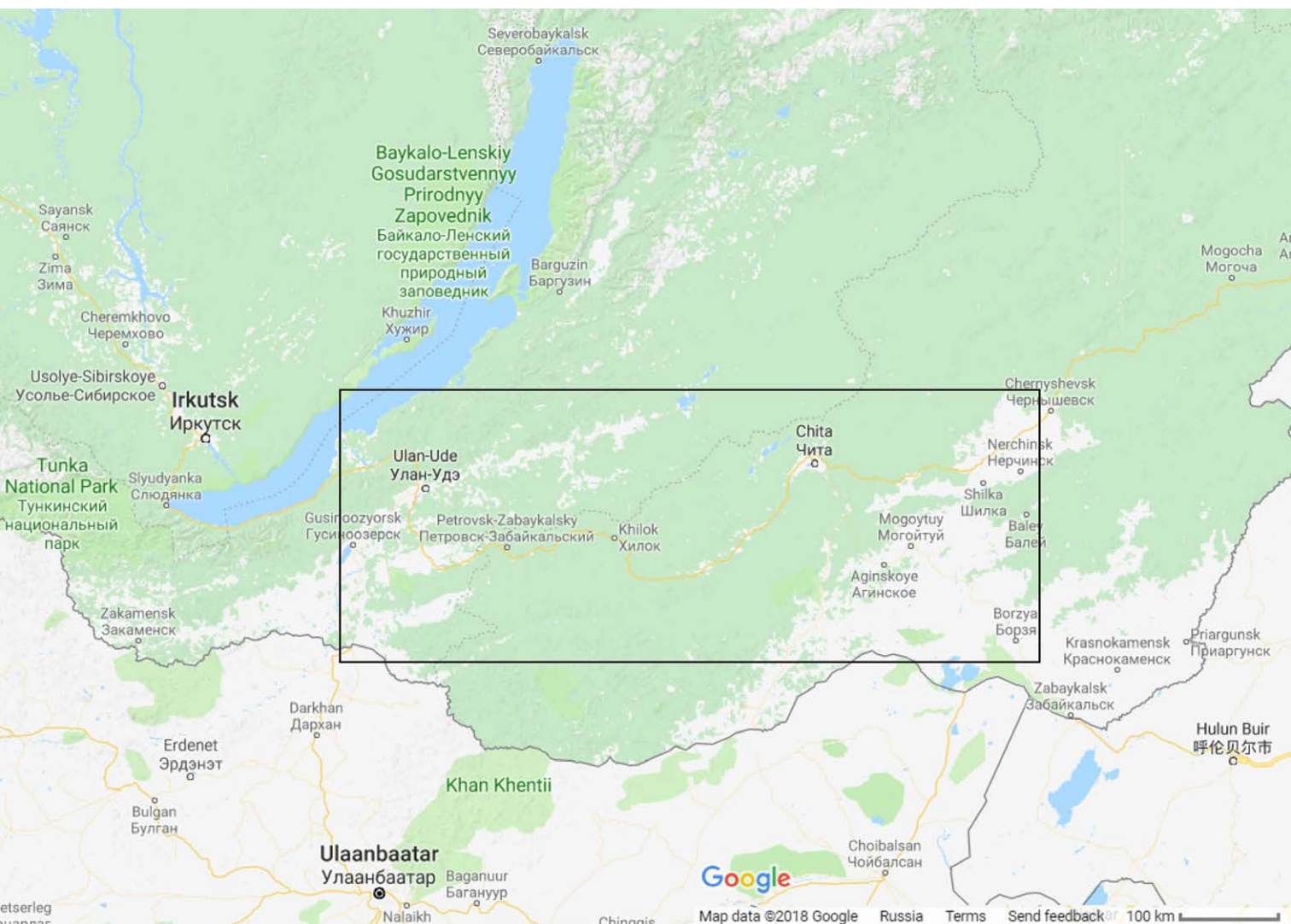
>

Fig. 1 – The part of Transbaikalia region in East Siberia where the Nerchinskaya and the Selenginskaya defensive lines intended to be placed (marked with rectangle). Google Maps. Accessed February 3 2018, <https://www.google.ru/maps/@51.5437737,112.0310416,6.74z?hl=en>.

<sup>2</sup> *Instruction*, in the Russian Empire in the 18th century, was a type of official and business administrative documentation intended to regulate the responsibility of an official to perform their duties. A decree or report was generally attached to the *Instruction* (Gauch 2013, 228).

<sup>3</sup> Shuvalov, Petr Ivanovich (1711, Vyborg – 1762, St. Petersburg) Russian statesman and military actor. Count (since 1746). Adjutant-General (1746). Senator (1744). Vice President of the Military Chamber (1758-1760). Chief of the Armory Office (1757-1761). From 1756 to 1762 Shuvalov served as General Feldzeugmeister, heading the Chancellery

endeavored to increase the safety of these areas. Some of such efforts are reflected in the *Instruction*<sup>2</sup> on the creation of the *Nerchinskaya* and the *Selenginskaya* defensive lines. Judging by the names of these lines, they had been intended for the areas of the Nercha and Selenga rivers in Transbaikalia, which is a region of East Siberia (fig. 1). It should be noted that the Nerchinskaya and the Selenginskaya lines are still the most unstudied part of the Russian linear defensive system (Shemelina 2013, 104-105). The *Instruction* was issued in 1760 by the remarkable statesman and military actor of the 18<sup>th</sup> century in Russia, General Feldzeugmeister Count Petr Ivanovich Shuvalov<sup>3</sup>. The document was addressed to the engineers, seconded to East Siberia to identify the areas best suited for the construction of fortresses as well as to create the projects of these forts. That is why the *Instruction* consists of not only the text (RGADA, coll. 248, series 113, file 1527)<sup>4</sup>, but also, which is particularly significant,



of the model projects of fortresses based on the European theory of fortification (RGADA, coll. 248, series 160, files 1892, 1893, 1894, 1895).

It is important to point out that Shuvalov, as can be deduced from context and from the analysis of Shuvalov's *curricula vitae* (Andriaynen 2011, 13-68), drew up the *Instruction* while he was staying in St. Petersburg, then the capital of the Russian Empire, located about 7000km away from the Nerchinskaya and the Selenginskaya defensive lines. The study of the *Instruction* offers insights into the prescriptive nature of this document. Within the fifteen paragraphs, Shuvalov provided clear guidance on how exactly the seconded engineers on a mission must operate. The remoteness of Shuvalov from the construction sites meant that he had to provide the engineers with directives on dealing with the wide variety of difficulties that they may have encountered in the course of their work in East Siberia. At the same time, the total uncertainty of what the engineers could face in this outlying area required Shuvalov to not only be categorical but also flexible.

The materials investigated in this article provide valuable insights into the culture of architectural engineering of Russia in the 18<sup>th</sup> century, the technology of the design of the fortification objects, the broad range of responsibilities assigned to military engineers and the principles of rationalism which they refer to in their creative work<sup>5</sup>.

## From the project of a defensive line to the project of a fortress

On starting a mission, the engineer team first had to go to the city of Tobolsk, in Western Siberia, the administrative centre of the Siberian province, to put themselves at the disposal of the Governor F. I. Soymonov. Only then were the seconded engineers supposed to go to East Siberia, directly to the area where the Nerchinskaya and the Selenginskaya lines were to be created.

Upon arrival, the engineers had to choose the sites for the construction of fortresses and plot them on a "road map" ("marshrutnaya karta"), which was a map of the area through which the lines were planned to go. After that, Shuvalov ordered the division and allocation of the engineers according to the sites chosen for construction and the drawing up of the "true plans" ("vernnyye plany") representing the surroundings, within a three-verstas<sup>6</sup> radius for the large fortresses and a two-verstas radius for the small forts – in modern terms, the engineers had to draw the situation plans. The ground surface profiles (cross and longitudinal) had to be attached to the "true plans".

Following this intelligence work, Shuvalov commanded the execution of "indispensable projects" ("nepremennyye prozhekty"), which were the projects of the permanent fortresses. This fragment is of a particular interest because here Shu-

of the Main Artillery and Fortification and holding one of the highest military posts possible during the Russian Empire. Field Marshal (1761-1762). Since the mid-1740s Shuvalov was one of the main political leaders in Russia. He created dozens of projects of national importance, including those related to the development of Siberia. Shuvalov greatly contributed to improving the organization, combat training and arming of the Russian artillery. In 1754 he proposed a project for the establishment of the first Russian military academy and submitted a memorandum report entitled "About military science" in which he summarized the advanced ideas. Under the overall direction of Shuvalov several forms of artillery shells were developed, including the field "secret howitzer" (1753) and the licorne (1757-1759). Shuvalov was one of the organizers of the Russian army in the Seven Years' War (1756-1763). In 1757 he initiated the creation of the Commission for the Description of Russian Fortresses. In 1758, on the initiative of Shuvalov, the integrated Artillery and Engineering School (since 1762 the Artillery and Engineering Noble Cadet Corps) was founded to train officers for the engineering and artillery divisions. Shuvalov was the Knight of the Orders of Saint Andrew the Apostle the First-Called (1753), Saint Alexander-Nevsky (1742), Saint Anna (1742), the White Eagle (Andriaynen 2011, 24-37; Bol'shaya rossiyskaya entsiklopediya 2005-2017; Biograficheskiy slovar'. Vysshie chiny Rossiyskoy Imperii... 2017, 527; Voyennaya entsiklopediya 1912, 233-234).

<sup>4</sup> The original title of the textual part of the *Instruction* in Russian is: "Instruktsiya ... general feldtsekhmeystra ... grafa Shuvalova glavnomu inzheneru komandirovannomu dlya opisaniya mest i prozhekhtirovaniya ukrepleniya po Nerchinskoy i Selenginskoy liniyam" (RGADA, coll. 248, series 113, file 1527).

<sup>5</sup> The detailed analysis of the historical context, political motivation and objective of developing Shuvalov's *Instruction* as well as the analysis of the projects of fortresses from this *Instruction* are provided in my previous work (Shemelina 2013).

<sup>6</sup> *Versta* is an ancient Russian linear measure equal to 1.06km.

<sup>7</sup> *Vorstadt* is from the German for "suburb, outskirts".

valov formulated a general approach to the design. Furthermore, this approach refers both to defensive qualities of fortresses and the planning qualities of their layouts. The first requirement was that the projects of forts must be developed only "according to the rules of fortification" ("po regulu fortifikatsii") – in the professional terminology of the Russian military engineers of the 18<sup>th</sup> century this phrase meant following the rules of European military architecture. A further requirement of Shuvalov was that the principles of regularity of the planning had to also be strictly applied to development of layouts for both the main territories of the fortresses and the "vorstadts"<sup>7</sup>.

Shuvalov sought to go over all the details of the process to create defensive lines. Before starting the construction of permanent fortresses according to the "indispensable projects", he ordered the construction of temporary forts based on the "temporary projects" ("vremennyye prozhekty"). This was supposed to ensure, within a short period of time, the security of the builders as well as the garrison. What is more, with the intention of saving resources as much as possible and to schedule a further progress of construction, Shuvalov prescribed the use of the temporary forts when building the permanent fortresses, ordering that this be taken into account during the development of the projects and displayed in graphics. In this way, the erection of the fortresses' defences was supposed to consist of two stages.

In the final part of the *Instruction* Shuvalov ordered the provision of financial statements with the calculations of the finances, builders, materials and stores needed for the construction of temporary and permanent forts. Statements concerning provision with artillery, engineers and garrison also had to be presented. Furthermore, Shuvalov considered the environmental dimension of the emplacement of the fortresses. It was strongly recommended to avoid sites with "unhealthy air" and "stagnant waters" when selecting the construction sites. It was also not allowed to build forts close to mountains, deep gullies and areas prone to flooding.

Moreover, the General Feldzeugmeister gave directions concerning the engineers' planning time. He recommended that after they sent the produced project documentation to St. Petersburg they should not to waste time on waiting for an answer from the capital, and that they should make a detailed map of the lines mapping all the projected fortresses, features of the area and "ancient fortifications" if identified. Shuvalov also tried to consider the scenario of the engineering team failing the mission. He ordered that, if this were to happen, the chief engineering officer must replace the team members with graduates from the Artillery and Engineering Corps and officers from the Siberian province "skilled in the engineering science". Another scenario anticipated by Shuvalov related to the time after the completion of the construction. He was concerned with the maintenance of the future fortresses and proposed that a staff of engineers be established, manned with the grown children of the military personnel inhabiting the fortresses. In the final paragraph of the *Instruction*, Shuvalov allowed the seconded engineers to take their own initiative in some cases but only in accordance with their assigned positions and knowledge.



In spite of giving engineers the possibility to act independently if necessary, the *Instruction* still was, in general, of a regulatory nature. Shuvalov tried to spell out the answers not only for the design of fortresses but also for environmental, personnel and operational issues. As can be seen, Shuvalov sought to give the *Instruction* the role of a comprehensive written guidance for achieving the goal of the mission which, let us recall, was to identify the areas best suited for the construction of fortresses and to develop the projects of these forts. The analysis of Shuvalov's text shows that in this endeavour he used as his basis logic which developed "from the general to the particular". As shown above, the design had to move sequentially from the project of a defensive line to the projects of fortresses – from the "road map" (i.e. the tracing map of lines) to the "true plans" (i.e. the situation plans for every fortress) and only after that to the creation of "temporary" and "indispensable" projects. Such an approach allowed the author of the *Instruction* to concretize step by step his ideas about the implementation of the mission's goal.

However, at a certain point, the prescription and the rigid logic of the progressive refinements has forced Shuvalov to answer the question of what exactly the projects of the fortresses should be. On the one hand, following this logic required the maximum concretization of Shuvalov's ideas about what fortresses he would like to see on the lines. On the other hand, the features of the Nercha and Selenga river valleys, where the lines of the fortresses were supposed to be designed, were totally unknown to Shuvalov – he was in St. Petersburg, thousands of kilometres away from East Siberia. Thus Shuvalov, without any knowledge of the landscape, had to provide the engineering team with directions on how to design the fortresses. He grappled with the contradiction of this situation by using topographical data, which he asked the seconded engineers to be careful to collect. Shuvalov's solution was to maximally summarize all variants of landscape features which he thought the engineers in East Siberia could be faced with, and to propose four kinds of fortresses and their corresponding model projects accordingly. Taking into account the topography, the engineers could choose the most suitable variant of the model projects and adapt it to the particular conditions. Thus, according to Shuvalov, the solution to the identified problem was to deviate to some extent from rigid logic and prescription, in favor of flexibility.

## Four kinds of fortresses

Let us consider four kinds of fortresses and their corresponding model projects proposed by Shuvalov. It should be noted beforehand that the detection of these graphic materials was a special phase of our study. In the collection of the Russian State Archive of Ancient Acts, the text of the *Instruction* (RGADA, coll. 248, series 113, file 1527) is stored separately from the model projects (RGADA, coll. 248,

<sup>8</sup> The original title of this plan in Russian is: "Primernoy plan kreposti kakova polozhena mozhet byt' dlya prikrytiya ot nepriyatel'skikh nabegov, vnutrennikh seleniyev" (RGADA, coll. 248, series 160, file 1892).

series 160, files 1892, 1893, 1894, 1895) without any reference to link these documents together. However, thanks to Shuvalov's indication in the text that the model projects were attached to the *Instruction*, we initiated and successfully completed a search for these images in the collection of the RGADA. The identified model projects (which, like the *Instruction*, date back to 1760 and are signed by Count Shuvalov) were compared with descriptions of the four kinds of fortresses, presented in the text of the *Instruction*. As a result, we obtained the following correspondence:

- the first kind of fortifications correlates to the "small" fortresses,
- the second kind relates to fortresses "near important pathways",
- the third kind correlates to two fortresses – "near a sea gulf" and "near a river",
- the fourth kind is not represented graphically.

As pointed out above, the *first kind* correlates to the "small" fortresses. In the recommendations for selecting sites for fortresses of this kind, it is stated that their only purpose is the protection of the inhabitants living in the surrounding settlements. That is why Shuvalov instructed that they be placed in immediate proximity to these settlements in order to ensure that, in case of danger, the fortress and settlement could help each other with provisions and ammunition. Furthermore, the location of such fortresses was intended to provide control over roads. According to Shuvalov, the forts of the first kind should be "small, namely, quadrilaterals and pentagons". It is interesting that this phrase expressed one of the approaches to the formation of the plans of the forts. This approach was reflected by the fact that a square of the main territory of a fortress is in direct proportion to the number of polygon lines. The plan, corresponding to these requirements (fig. 2)<sup>8</sup>, shows

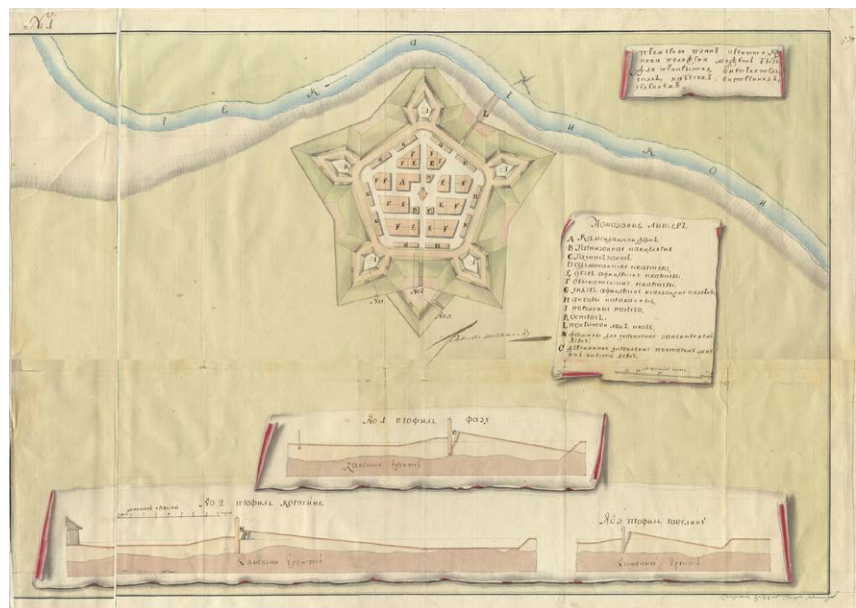


Fig. 2 – The project of the «small» fortress (first kind). Division value for the scale on the plan is 40 sazhen, on the profile is 1 sazhen. 1760. RGADA, coll. 248, series 160, file 1892.

the fortress on the river bank with five bastions and ravelin, but the settlement, which was intended to be under the protection of this fortress, is not presented on this plan<sup>9</sup>.

The *second kind* consists of fortresses “near important pathways”. These forts had to be larger in land area than the fortresses of the first kind and had to have comparatively better fortification. In Shuvalov’s view, fortresses of the second kind were especially necessary in places, where, by the time of their construction, merchants and tradesmen already resided. In the recommendations for selecting sites it was noted that fortresses of this kind were necessary to try to ensure the security not only of the merchants but also of the native inhabitants. Consequently, Shuvalov provided the construction not only of fortresses but also of “vorstadts” for these people. There were two possible obstacles to the building of the fortification works around the “vorstadt”. The first was related to the large size of these suburbs and the significant labour required for their fortification. The second was linked to the different peoples living within the limits of the “vorstadts” and the potential conflicts between them. The plan corresponding to the fortresses of the second kind is given in fig. 3<sup>10</sup>. This image shows the main territory of the fortress where the administrative, residential and economic buildings of the military and church are situated. The “vorstadt”, composed entirely of merchant possessions with a church in the centre, is also shown on this plan.

The fortresses of the *third kind* were intended for location “near operable water communications where commercial and other needs in the time of peace and of war can be sent”. These forts were required to have harbours and wharfs to ensure safety of navigation. In the recommendations for selecting sites it was noted that fortresses of this kind should be located so as to make it impossible for any ships to pass undetected. In addition, the engineers were allowed to complete these fortresses with temporary fortifications to control riverbeds and islands.

The interesting thing is that the text fragment of the *Instruction* about selecting the sites for the construction of forts of the third kind dealt only with rivers. At the same time, there are two projects of this kind attached to the document – the project of the fortress “near a sea gulf” (fig. 4)<sup>11</sup> and the project of the fortress “near a river” (fig. 5)<sup>12</sup>. Thus, the matching of the graphical part with the textual part concludes that within the context of the *Instruction* the phrase “operable water communications” means not only a river but also the sea. All this confirms that the text and the graphics of the *Instruction* need to be considered as a whole, otherwise the understanding of its meaning remains incomplete.

Shuvalov noted that, compared to the other fortresses, the forts of the third kind are the largest in terms of population, however, in their design it is necessary to comply with the recommendations for fortresses of the second kind. Indeed, there are some similarities between the projects of forts of the third and second kinds: the structure of the layouts of the main territories (in comparison with the fortress “near a river”), the location of the civil buildings in the “vorstadt” (in comparison with the fortress “near a sea gulf”), the applying

<sup>9</sup> The model projects (fig. 2-5) are scaled using *sazhen* which is an ancient Russian linear measure equal to 2.13m.

<sup>10</sup> The original title of this plan in Russian is: “Primernoy plan kreposti kakova polozhena byt’ mozhnet pri znatnykh pasakh” (RGADA, coll. 248, series 160, file 1893).

<sup>11</sup> The original title of this plan in Russian is: “Primernoy plan kreposti kakova mozhnet polozhena byt’ pri morskoy zalive gde komertsiya vodoyu otpravlyayema budet” (RGADA, coll. 248, series 160, file 1894).

<sup>12</sup> The original title of this plan in Russian is: “Primernoy plan kreposti kakova mozhnet polozhena byt’ pri reke, gde komertsiya vodoyu otpravlyayema budet” (RGADA, coll. 248, series 160, file 1895).

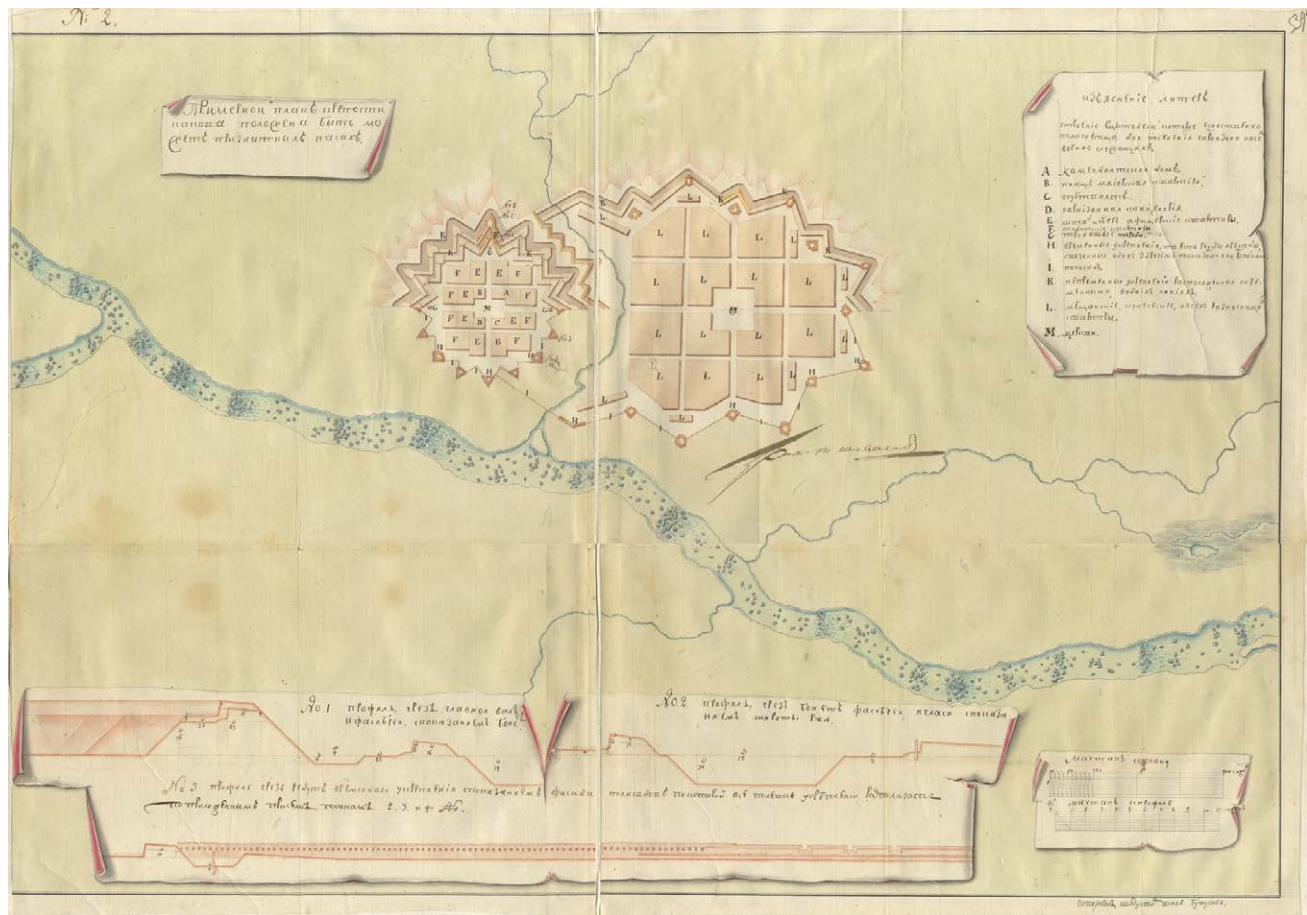


Fig. 3 – The project of the fortress «near important pathways» (second kind). Division value for the scale on the plan is 100 sazhen, on the profile is 1 sazhen. 1760. RGADA, coll. 248, series 160, file 1893.

of temporary fortifications (in the form of redoubts and redans, connected by cheval-de-frises and palisades).

In contrast to forts of the first three kinds, which relate to permanent fortifications, forts of the *fourth kind* are field fortifications – redoubts and redans. According to the text of the *Instruction*, they were supposed to use a temporary connection between large fortresses in the event of a threat by the enemy to capture a large territory. Thus, this is what distinguishes the Nerchinskaya and the Selenginskaya lines from defensive lines in the European part of Russia (for example, from the Tsaritsynskaya or the Ukrainskaya), where the connection between fortresses were permanent (Buseva-Davydova and Godlevskiy 1994, 68; Mikhaylova and Osyatinskiy 1994, 99). It should be noted that plans were not developed for forts of the fourth kind. It is likely that the construction of the typical redoubts and redans were intended in this case.



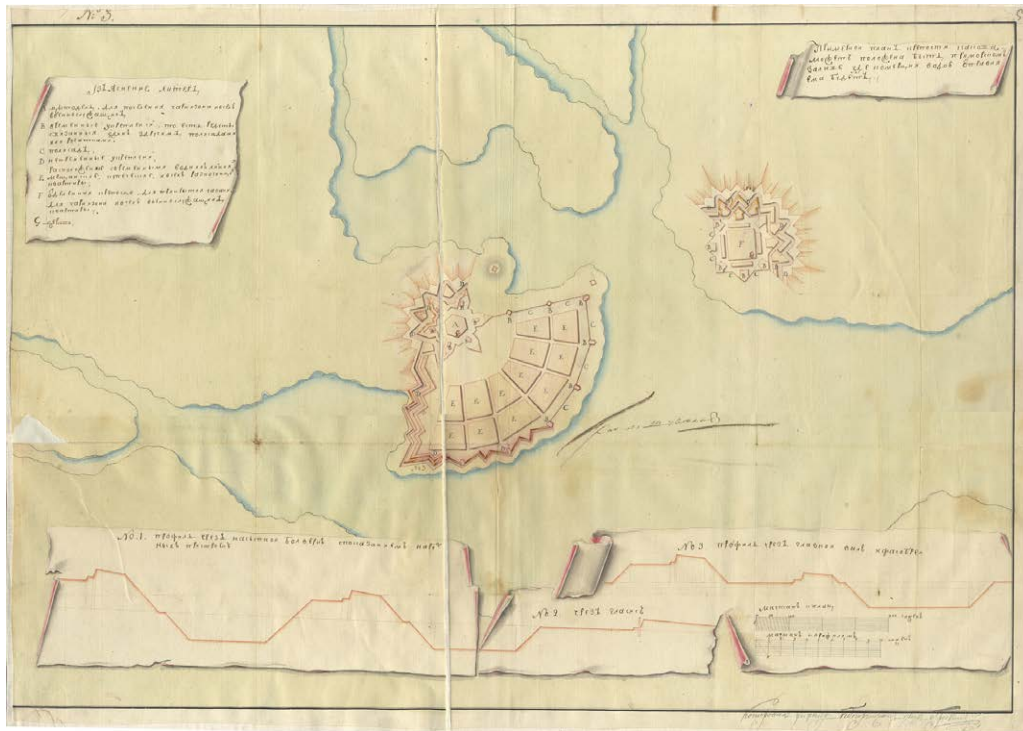


Fig. 4 – The project of the fortress «near a sea gulf» (third kind). Division value for the scale on the plan is 100 sazhen, on the profile is 1 sazhen. 1760. RGADA, coll. 248, series 160, file 1894.

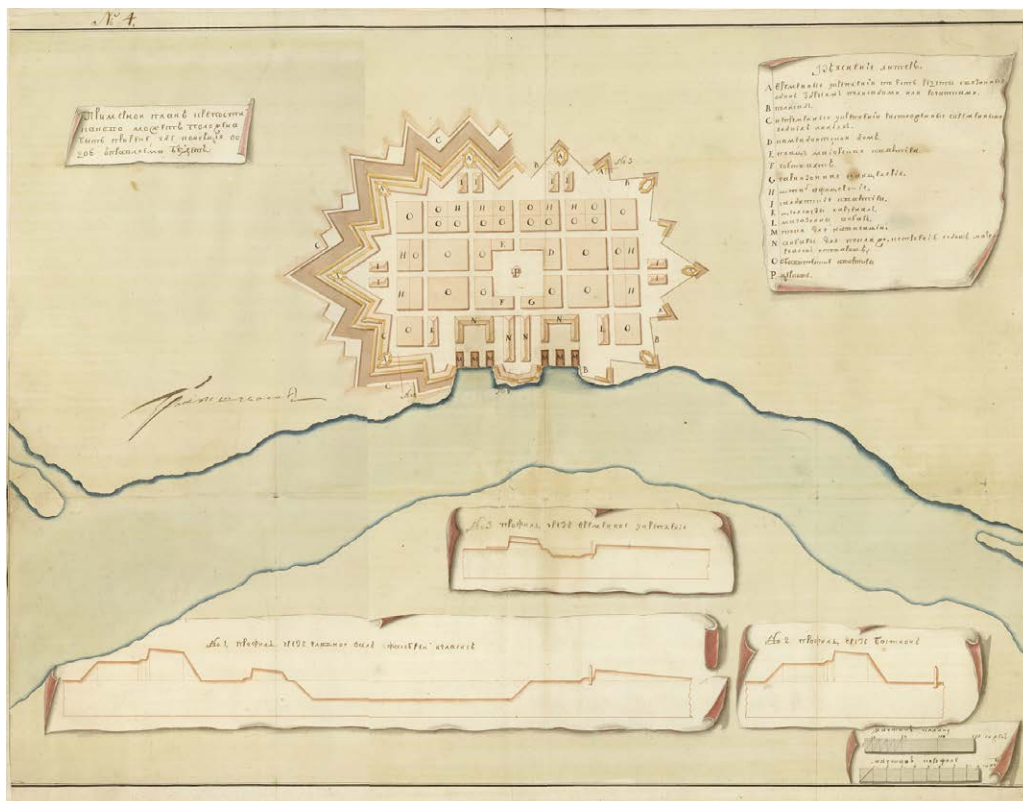


Fig. 5 – The project of the fortress «near a river» (third kind). Division value for the scale on the plan is 50 sazhen, on the profile is 1 sazhen. 1760. RGADA, coll. 248, series 160, file 1895.

<sup>13</sup> In view of the fact that the layout in the project of the fortress “near a sea gulf” has a unique structure, we will examine this project below and separately from the others.

## Fortification and planning features of fortresses

### “Small” fortress, fortress “near important pathways” and fortress “near a river”<sup>13</sup>

#### Fortification features

As prescribed by the *Instruction*, in the discussed projects (except for the “small” fortress – fig. 2) two stages of construction were reflected (fig. 3, 5). As a result, in the graphics and compositions, each of the plans (except for “small” fortress) was divided into two equal parts along the symmetry axis. One of the parts represents the fortress with temporary defensive works, and the other shows the fortress after the completion of the construction of permanent fortifications. It is evident from the projects that the temporary redoubts and redans were to form the basis for the permanent earthen ditches and banks intended for resistance to firearms. The defence systems of the fortresses are based on the application of a tenaille trace (the fortresses “near important pathways” and “near a river”) and bastion trace (the “small” fortress enhanced by a ravelin). Apart from the above application of tenaille traces, the fortresses “near a river” and “near important pathways” share other similarities in their defence systems. They both have bonnets and fausse-braies. Thus, Shuvalov’s requirement for the design of fortresses of the third kind to comply with recommendations for fortresses of the second kind has been met. However, there are some differences. In the fortress “near important pathways” the main bank as well as the fausse-braie have bonnets, whereas in the fortresses “near a river” only the main bank is completed with bonnets.

#### Planning features

The “small” fortress, the fortresses “near important pathways” and “near a river” have strictly regular plans. The layouts of these fortresses are based on symmetrical composition, the centre of which is emphasized by a rectangular-plan square with a church. These squares are shaped by quarters with a similar building set, mainly comprising of residential and at least two administrative edifices (garrison office and guardhouse).

In all three projects, a grid of mutual perpendicular streets is applied. The directions of the streets are determined by polygon lines. The main streets crossing the squares connect the opposing fortification elements and economic or residential buildings with each other.

The quarters consist of residential, administrative and religious edifices. The economic buildings are most diverse in the fortress “near a river”. In this fort, the function of implementing water communication is significantly expressed. The analysis of the location of residential buildings shows that the further from the centre, the lower the military ranks of the servicemen<sup>14</sup> for whom this development was designed.

The fortification elements, and thus the layouts of all fortresses, correspond with the specificities of the landscape – the defence of fortresses is organized with consideration for the nature of the banks of water bodies.

<sup>14</sup> Military ranks comply with the “Table of Ranks”, which is a piece of legislation adopted in the Russian Empire for procedures regulating State service (Zin’ko 2016).

## Fortress “near a sea gulf”

Let’s examine now the project of the fortress “near a sea gulf” (fig. 4). In fact, this is a complex of two independent forts. The first is the “citadel for the living of garrison and all servicemen”, the second a “separate small fortress for protection of the gulf”. Furthermore, this complex includes two redoubts, which additionally strengthened the gulf from the side of the “separate small fortress”. Among all the fortresses examined, the fortress “near a sea gulf” has the closest connection to the landscape, which was maximally used to create the most efficient defence possible.

The plan of the “citadel” (of the main fortress of the complex) is strictly regular and represents a perfect hexagon. The defence system is based on a bastion trace, and, as in the fortresses discussed above, is formed by the use of temporary defensive works. This fortress is strengthened by three ravelins. For the inner territory, only the general plan of building development in the shape of hexagon is shown. Its side is equal to 40 *sazhens*. The church is situated near one of the corners of the hexagon, distinguishing the composition of this fort from the centric compositions of other fortresses.

It should be noted that in the examined series of projects, the “citadel” “near a sea gulf”, as well as the fortress “near important pathways” includes the “vorstadt”. The “vorstadt”, being a part of the centripetal composition, is subordinate to the centre of the “citadel”. The quarters in the “vorstadt”, separated with radial streets and with one circular street, include “the apartments of merchants and of people of miscellaneous ranks”. The quarters, taken together, form a sector (almost quadrant). This is dictated by the contours of the coast of the peninsula. Unlike the fortress “near important pathways”, there is no square in the “vorstadt” of the “citadel” “near a sea gulf”.

The plan of the “separate small fortress” is formed by the combination of two squares, turned relative to each other at 45 degrees. The defence system includes eight “bollwerks” and outworks. As in the inner territory of the “citadel”, in the “separate small fortress” only the general plan of building development in the shape of square is presented. Its side is equal to 80 *sazhens*. Rectangular elongated quarters are adjoined to each side of the square. The church is shown in the corner of the square.

Thus, the analysis of fortification and planning features of fortresses revealed that the requirement expressed by Shuvalov in the text of the *Instruction* concerning

the development of projects only “according to the rules of fortification” (“po regulu fortifikatsii”), i.e. in compliance with the rules of European military architecture, was fully reflected in the model projects. The defence systems of fortresses are based on the application of tenaille and bastion traces. At the same time, the layouts in the model projects were in accordance with another one of Shuvalov's important requirements – concerning the regularity of the planning. This was expressed in the geometrism and ordering of both inner territories and suburbs (“vorstadts”). Moreover, the layouts of most of the fortresses are based on a centric symmetrical composition.

## Conclusion

The research findings presented above show that, on the one hand, the 1760 *Instruction* on designing fortresses on defensive lines in East Siberia was distinctly prescriptive. Shuvalov's remoteness from the construction sites made it necessary for him to provide the seconded engineers with guidelines on dealing with the wide variety of difficulties that they could have encountered in the course of their work in East Siberia. In the *Instruction*, Shuvalov sought to prepare answers in advance to environmental, staffing and operational questions as well as to questions about the design of the fortresses. Shuvalov's directives regulated the design process in full – from the project of a line as a system, to the project of a fortress as its element. In doing so, Shuvalov followed rigid logic “from the general to the particular”. His prescription was also expressed in the scheduling of the stages of construction and maintaining continuity in the creation of the “temporary” and “indispensable” projects for the temporary and permanent fortresses. In the transition to the design of the fortresses, the engineers had to use as their basis the model projects attached to the *Instruction* which corresponded to the four kinds of fortresses. These model projects were developed taking into account the possible landscape diversity and were supposed to be the key to addressing the challenge of the construction of the fortresses in East Siberia, thousands of kilometres away from the capital of the Russian Empire. At that, in the design of fortresses the seconded engineers were required to strictly abide by the rules of European fortification and the principles of regularity of planning. The latter was entirely consistent with the principles of rationalism, inherent in 18<sup>th</sup> century Russian urban planning.

On the other hand, in the *Instruction* there is some deviation from rigid logic in favour of flexibility. It was this focus that allowed Shuvalov, without any knowledge of the landscape, to solve the problem of providing seconded engineers with prescriptions on how to design fortresses and propose four kinds of fortresses and their corresponding model projects. The aspiration to ensure a peaceful life for the local civilians under the protection of the arriving Russian military, as well as the desire to prevent conflicts between native peoples, required Shuvalov to allow for



variability in the project solutions developed by the seconded engineers, based on the model projects. He ordered the engineers not to apply the model projects literally, but in light of the presence (or absence) of spaces already converted by local civilians. Depending on the nature of relations within national and class communities of local civilians he recommended either to include these territories into the system of “fortresses – vorstadt” or to avoid such solutions. Hence, the centred compositions with regular street grids of the bastion and tenaille fortresses, presented in the model projects attached to the *Instruction*, could be complemented and modified with new spaces.

Thus, challenges to the construction of fortifications on the Nerchinskaya and the Selenginskaya defensive lines in East Siberia and in subsequent urban development of neighboring territories required Shuvalov to balance prescription with flexibility. In conclusion, it should be noted that so far, it has not been established whether Count P. Shuvalov's 1760 *Instruction* on the creation the Nerchinskaya and the Selenginskaya defensive lines has been implemented. No fixation plans (of fortresses as well as of lines as a whole) specifically reflecting the *Instruction* implementation have been revealed. Moreover, it is widely believed that defensive lines and “European type” fortresses had never been built in East Siberia. It is often considered that in the Siberian region no lines have ever existed other than those constructed in Western Siberia: Irtyshskaya, Gorkaya and Kolyvano-Kuznetskaya (Okladnikov 1968, 181-197; Buseva-Davydova and Krashenninnikova 1995, 277-286). By contrast, in some papers it is stated that in East Siberia, in the 18th century, a few fortresses had been built using the ideas of European fortification (Konstantinova 2000, 156-159; Proskuryakova 1976, 57-58, 63-71; Slovtsov [1844] 2012, 473-474; Tsaryov et al. 2011, 200-210). However, the link between their construction and the Shuvalov's *Instruction* was not established. This, in our view, confirms that the creation of linear fortifications in East Siberia is still an open and controversial issue in the history of the Siberian military urbanism of the 18<sup>th</sup> century. This matter requires further study. ●

## Bibliography

### Archival Sources

Istoricheskiy arkhiv Omskoy oblasti, IAOO [Historical archive of the Omsk region]

Rossiyskiy Gosudarstvenniy Arhiv Drevnih Aktov, RGADA [Russian State Archive of Ancient Acts]

IAOO, coll. 2200, series 1, file 35, part 3.

IAOO, coll. 366, series 1, file 91.

RGADA, coll. 248, series 113, file 1527.

RGADA, coll. 248, series 160, file 1892.

RGADA, coll. 248, series 160, file 1893.

RGADA, coll. 248, series 160, file 1894.

RGADA, coll. 248, series 160, file 1895.

### Publications

- Akishin, Mikhail, Anatoliy Remnev and Vladimir Moiseev, eds. 2005. *Vlast' v Sibiri, 16 – nachalo 20 v.* [Power in Siberia, 16<sup>th</sup> – the beginning of the 20<sup>th</sup> century]. Novosibirsk: Sova.
- Andriaynen, Stanislav. 2011. *Imperiya proyektov: gosudarstvennaya deyatel'nost' P.I. Shuvalova* [The Empire of projects: state activity of P.I. Shuvalov]. St.Petersburg: SPbGUEF.
- Artem'yev, Aleksandr. 1996. "Sekretnaya Nerchinskaya ekspeditsiya 1753-1765 gg. i arkheologicheskoye izucheniye Nerchinska" [The secret Nerchinsk expedition of 1753-1765 and the archaeological study of Nerchinsk]. *Vestnik DVO RAN* 2: 51-56.
- Besprozvannykh, Yevgeniy. 1983. *Priamur'ye v sisteme russko-kitayskikh otnosheniy. 17 – seredina 19 v.* [Amur River region in the system of the Russian-Chinese relations. 17<sup>th</sup> – the middle of the 19<sup>th</sup> century]. Moscow: Nauka, Glavnaya redaktsiya vostochnoy literatury.
- Biograficheskiy slovar'. Vysshiye chiny Rossiyskoy Imperii (22.10.1721-2.03.1917)* [Biographical dictionary. Senior ranks of the Russian Empire (22.10.1721-2.03.1917)]. Potyomkin E.L. (ed.). T. 3 [R-Ya]. s.v. "Shuvalov Petr Ivanovich". Moscow. 2017. Accessed 23 December 2017, <https://dlib.rsl.ru/viewer/01008802019#?page=528>.
- Blondel, François. 1711. *Novaya manera, ukrepleniye gorodov* [Translation of *Nouvelle manière de fortifier les places*]. Moscow: Moskovskiy Pechatniy dvor.
- Bol'shaya rossiyskaya entsiklopediya* [Great Russian Encyclopedia]. 2005-2017. s.v. "Shuvalov". Accessed 23 December 2017, <https://bigenc.ru/text/4923155>.
- Borgsdorf von, Ernst Friedrich. 1708. *Pobezhdayushchaya krepost' k schastlivomu pozdravleniyu slavnoy pobedy nad Azovym, i k schastlivomu vyezdu v Moskvu* [Winning fortress to the hearty congratulations on the glorious victory over Azov and to the glorious entrance to Moscow]. Moscow.
- Borgsdorf von, Ernst Friedrich. 1709. *Poverennyye voinskiye pravila kako nepriyatel'skiye kreposti siloyu brati* [True military rules on how to seize the enemies' fortresses by force. Translation from German]. Moscow.
- Buseva-Davydova, Irina, and Nikolay Godlevskiy. 1994. "Goroda-kreposti po zasechnym chertam yuga Moskovskogo gosudarstva" [The fortress-cities on the zasechnye defence lines in the south of the Moscow state]. In *Gradostroitel'stvo Moskovskogo gosudarstva 16-17 vekov*, edited by F. Gulyanizkiy, 59-86. Moscow: Stroyizdat.
- Buseva-Davydova, Irina, and Nadezhda Krashenninnikova. 1995. "Goroda-kreposti" [Fortress-cities]. In *Peterburg i drugiye novyye rossiyskiye goroda*, edited by F. Gulyanizkiy, 275-301. Moscow: Stroyizdat.
- Bykova, Tatiana, and Myron Gurevich. 1955. *Opisanie izdaniy grazhdanskoy pechati. 1708 – yanvar' 1725 g.* [Description of civil type editions. 1708 – Jan. 1725]. Moscow-Leningrad: AN SSSR.
- Cambray de, Chevalier. 1724. *Istinnyy sposob ukrepleniya gorodov, izdannyy ot slavnogo inzhenera Vobana* [Translation of *Véritable manière de bien fortifier de Mr. de Vauban*]. St. Peterburg.

- Coehoorn van, Menno. 1709. *Novoe krepostnoe stroenie na mokrom ili nizkom gorizonte* [Translation of *Nieuwe vestingbouw, op een natte of lage horisont*]. Moscow: Moskovskiy Pechatniy dvor.
- Dutov, Sergey, and Sergey Lyutov. 2007. "Voyennoye knigozdaniye v Rossii v XVIII v. Opyt statisticheskogo analiza" [Military book publishing in Russia during the 18<sup>th</sup> century. Experience in statistical analysis]. *Bibliosfera* 3: 13–20.
- Gauch, Oksana. 2013. "Zhanrovoye svoyeobraziye organizatsionno-rasporyaditel'nykh dokumentov delovoy pis'mennosti 18 veka (na materiale TFGATO)" [Genre diversity of organizational-administrative documents of 18<sup>th</sup> century's formal writing (based on materials of Tobolsk branch of Tyumen Region State Archive)]. *Nauchnyy dialog* 5 (17: Filologiya): 221–233.
- Hoteyev, Pavel. 2008. *Nemetskaya kniga i russkiy chitatel' v pervoy polovine XVIII veka* [German book and Russian reader in the first half of the 18<sup>th</sup> century]. St. Petersburg: BAN.
- Konstantinova, Nathalia. 2000. "Zabaykal'ye v 17–18 vekakh" [Transbaikalia in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries]. In *Entsiklopediya Zabaykal'ya. Chitinskaya oblast. V 2 tomakh. T. 1. Obshchiy ocherk*, edited by R. Geniatulin, 147–159. Novosibirsk: Nauka.
- Lebedeva, Irina. 2003. *Biblioteka Petra I. Opisanie rukopisnykh knig* [Library of Peter I. Description of manuscript books]. St. Petersburg: BAN.
- Krashenninnikova, Nadezhda. 1976. "Stroitel'stvo russkikh krepostey 18 v. po 'obraztsovym' proyektam" [The construction of Russian fortresses in the 18<sup>th</sup> century according to the "model" projects]. *Arkhitekturnoye nasledstvo* 25: 72–78.
- Mikhaylova, Maria, and Aleksandr Osyatinskiy. 1994. "Goroda Srednego i Nizhnego Povolzh'ya" [Cities of the Middle and Lower Volga Region]. In *Gradostroitel'stvo Moskovskogo gosudarstva 16–17 vekov*, edited by F. Gulyanizkiy, 87–102. Moscow: Stroyizdat.
- Nikol'skiy, Aleksandr et al., eds. 1902. *Glavnoye upravleniye kazach'ikh voysk: istoricheskiy ocherk* [Headquarters of the Cossack troops: a historical sketch]. In *Stoletie Voennogo ministerstva: 1802–1902*, edited by D. Skalon, t. 11. ch. 1. St. Petersburg: Sinodal'naya tipografiya.
- Ogurtsov, Andrey. 1990. "Voyenno-inzhenernaya politika Rossii na yuge Zapadnoy Sibiri v XVIII v." [Russian military-engineering policy of Russia in the south of Western Siberia in the 18<sup>th</sup> century]. Abstract (Candidate of History diss. [PhD diss. equivalent]. Institute of History and Archeology of the Ural Branch of the USSR Academy of Sciences. Sverdlovsk).
- Okladnikov, Aleksey, ed. 1968. *Sibir' v sostave feodal'noy Rossii* [Siberia as part of feudal Russia]. In *Istoriya Sibiri*, T. 2. Leningrad: Nauka.
- Proskuryakova, Tatiana. 1976. "Planirovochnyye kompozitsii gorodov-krepostey Sibiri (vtoroy poloviny XVII–60-ye gody XVIII v.)" [Planning compositions of fortresses-cities of Siberia (second half of the 17<sup>th</sup> century – the 1760s)]. *Arkhitekturnoye nasledstvo* 25: 57–71.
- Putevoditel' po Presno-Gor'koy linii Sibirskogo kazach'yego voyska* [Guide to the Presno-Gor'kaya line of the Siberian Cossack Army]. Omsk: Tipografiya Okruzhnogo Shtaba, 1891.

- Rimplerova manira o stroenii krepostey* [Rimpler's approach to fortress construction]. Moscow: Moskovskiy Pechatniy dvor, 1708.
- Shemelina, Daria. 2010. "Formirovaniye planirovochnoy struktury ukrepleniya sibirskikh oboronitel'nykh liniy XVIII v." [Planning structure formation of forts of Siberian defensive lines in the 18th century]. Abstract (Candidate of Architecture diss. [PhD diss. equivalent]. Scientific Research Institute of Theory and History of Architecture and Urban Planning [NIITIAG]. Moscow). [http://www.niitiag.ru/pub/pub\\_cat/shemelina\\_d\\_s\\_formirovanie\\_planirovochnoy\\_struktury\\_ukrepleniya\\_sibirskikh\\_oboronitelnykh liniy\\_xviii\\_v\\_](http://www.niitiag.ru/pub/pub_cat/shemelina_d_s_formirovanie_planirovochnoy_struktury_ukrepleniya_sibirskikh_oboronitelnykh liniy_xviii_v_)
- Shemelina, Daria. 2013. "Instruksiya 1760 g. grafa P. I. Shuvalova: kompleks arkhivnykh dokumentov o krepostyakh "yevropeyskogo tipa" v Vostochnoy Sibiri" [The Instructions of Count P. I. Shuvalov of 1760: a collection of archive documents regarding "European type" fortresses in East Siberia]. *Arkhiturnoye nasledstvo* 58: 104–122.
- Shemelina, Daria. 2014. "Vauban's ideas put into practice in Siberian eighteenth century urban planning". In *Les cahiers du Réseau des sites majeurs de Vauban inscrites sur la Liste du patrimoine mondial de l'UNESCO* (n°3 L'influence de Vauban dans le monde), edited by J.-L. Fousseret, M. Virol, Ph. Bragard, N. Faucherre, M. Steenbergen, 133–148. Namur, Besançon: Amis de la citadelle de Namur, RSMV.
- Shemelina, Daria, and Tobias Büchi. 2016. "'German fortification theory: diffusion into the architectural practice of building fortresses on the defense lines in Siberia in the 18th century': report of the project funded by SNSF". *Scholion. Bulletin der Stiftung Bibliothek Werner Oechslin* 10: 176–187.
- Slovtsov, Petr. 1844. *Istoricheskoye obozreniye Sibiri. Kniga 2: S 1742 po 1823 god* [Historical review of Siberia. Book 2: From 1742 to 1823]. St.Petersburg: tipografiya K. Kraya. Reprinted with preface and notes by Victor Zernov. Moscow: Veche, 2012 [citation refers to the Veche edition].
- Sturm, Leonhard Christoph. 1709. *Arhitektura voinskaya. Gipoteticheskaya, i yeklekticheskaya* [Translation of *Architectura militaris. Hypotetico & eclecticica*], Moscow.
- Tsaryov, Vladimir et al., ed. 2011. *Gradostroitel'stvo Sibiri* [Town-planning of Siberia]. RAASN, NIITIAG RAASN. St. Petersburg: Kolo.
- Voyennaya entsiklopediya* [Military encyclopedia]. Novitskiy V. (ed.). T. 7 [Voinskaya chast' – Gimnastika voyennaya]. s.v. "General-fel'dtseykhmeyster" [General Feldzeugmeister]. St.Petersburg: tovarishchestvo I.D. Sytina. 1912. Accessed 29 July 2017, <http://elibrary.shpl.ru/ru/nodes/1666-novitskiy-v-f-voennaya-entsiklopediya-t-1-18-spb-pg-1911-1915>.
- Zin'ko, Maria. 2016. "Tabel' o rangakh 1722" ["Table of Ranks 1722"]. In *Bol'shaya rossiyskaya entsiklopediya*. Moscow: BRE. 2005–2017. Accessed 29 January 2018, [https://bigenc.ru/domestic\\_history/text/4178006](https://bigenc.ru/domestic_history/text/4178006).
- Zlatkin, Ilya. 1964. *Istoriya Dzhungarskogo hanstva (1635–1758)* [History of Dzungar Khanate (1635–1758)]. Moscow: Nauka.



## Resumo

Os mecanismos de representação da cidade e do seu território imediato em termos estratégicos e poliorcéticos manifestaram um progressivo desenvolvimento na época moderna. Os procedimentos gráficos, tanto técnicos como artísticos, foram concretizando os seus objectivos com o fim de oferecer o maior nível de informação correcta que permitisse obter uma eficaz funcionalidade militar. O rigor do material representado não foi, em determinadas ocasiões, paralelo aos objectivos pretendidos, dando lugar a cartografias imaginadas e sem utilidade para a finalidade que as motivou. Os mapas, planos e desenhos executados por engenheiros militares e por outros responsáveis por imprimir esta cartografia mostram os diferentes critérios e as diversas necessidades na hora de ordenar e fazer tais representações urbanas e territoriais. As inércias no desenho cartográfico entre os séculos XVI e XVII plasmaram as diversas sensibilidades e atitudes científicas e técnicas nas mãos dos desenhadores, que produziram um material indispensável para a consolidação dos estados modernos europeus e das colónias de além-mar. ●

## Abstract

Procedures for urban and territorial representation in strategic and poliorcetic terms showed a progressive evolution in the modern era. Graphic procedures, both technical and artistic, refined their objectives in order to offer the highest level of truthful information to achieve effective military functionality. The rigour in fidelity to material reality was not, at times, in harmony with the intended objectives, giving rise to imaginary and useless mapping for the purpose that motivated its execution. Numerous maps, plans and drawings made by military engineers and other professionals responsible for printed cartographic matter reveal such deviations, the inertia that prevailed between the sixteenth and eighteenth centuries and the various sensitivities and scientific and technical attitudes carried out by draftsmen who produced indispensable material for the advancement of monarchies in an age of consolidation of modern European states and their overseas colonies. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**João Carlos Garcia**

Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia,  
Universidade de Lisboa

## palavras-chave

CARTOGRAFIA

ENGENHARIA MILITAR

ICONOGRAFIA URBANA

FORTIFICAÇÃO

## keywords

CARTOGRAPHY

MILITARY ENGINEERING

URBAN ICONOGRAPHY

FORTIFICATION

**Data de Submissão**  
**Date of Submission**

Set. 2017

**Data de Aceitação**  
**Date of Approval**

Fev. 2018

# LA IMAGEN VERSÁTIL DE LA CIUDAD FORTIFICADA. CARTOGRAFÍA FANTASEADA HISPÁNICA EN LOS SIGLOS XVI-XVIII

---

JUAN MIGUEL MUÑOZ CORBALÁN  
Universitat de Barcelona  
juanmiguelmunoz.corbalan@ub.edu

## Introducción<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este artículo se ha elaborado en el marco del proyecto I+D “El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica. Siglos XVI-XVII. Ciudad e ingeniería en el Mediterráneo”, ref. HAR2016-78098-P (AEI/FEDER, UE), financiado por la Agencia Estatal de Investigación (Ministerio de Economía, Industria y Competitividad del Gobierno de España) y el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER), y forma parte de una línea de investigación personal insertada en dicho proyecto bajo el título “Iconografía, cartografía, bibliografía científico-estratégica y mecanismos institucionales en la España de la época moderna. Producción y difusión para la seguridad del reino durante los siglos XVI, XVII y XVIII”, que inicié con motivo de mi estancia como *Visiting Scholar* en el Office for History of Science and Technology de la University of California, Berkeley durante el curso 1992-1993.

Los mecanismos de representación de la ciudad y su territorio inmediato en términos estratégicos y poliorcéticos manifestaron una progresiva evolución en la época moderna. Los procedimientos gráficos, tanto técnicos como artísticos, fueron afinando sus objetivos con el fin de ofrecer el mayor nivel de información veraz para alcanzar una eficaz funcionalidad militar. El rigor en la fidelidad a la realidad material de lo representado no fue, en determinadas ocasiones, paralelo a los objetivos pretendidos, dando lugar a cartografías imaginarias e inservibles para la finalidad que motivó su ejecución.

El análisis de una serie de mapas y planos realizados por dibujantes, geómetras, profesionales de la ingeniería militar y otros responsables de la edición impresa de una parte de dicha cartografía permite comprobar los diferentes criterios y las diversas necesidades a la hora de ordenar y llevar a cabo tales representaciones urbanas y territoriales, haciendo especial énfasis en los elementos propiamente ligados a las características estratégicas de la orografía y las vías de comunicación, así como a los sistemas fortificados urbanos y a su aplicación en las prácticas poliorcéticas en tiempos de enfrentamientos bélicos.

Las inercias en el diseño cartográfico arrastradas entre los siglos XVI y XVIII facilitan la valoración de las diversas sensibilidades y actitudes científico-técnicas en manos de los dibujantes que produjeron un material indispensable para el desarrollo de

las monarquías en la época de consolidación de los estados modernos europeos y las colonias ultramarinas.

<sup>2</sup> Es numerosa la bibliografía al respecto de la guerra en Europa durante la época moderna. Algunos de los títulos que se ajustan más a los intereses del presente artículo son: Dufy 2016; Elliott 2014; Lynn 2006; Sanabre 1956; Stradling 1994; White 2003; Williams 2009.

## El conocimiento del territorio y su representación gráfica

Las circunstancias bélicas en las que se movió Europa durante toda la época moderna constituyeron el marco en el que los diferentes Estados habían de mantener sus mecanismos políticos de subsistencia y expansión, la mayoría de las veces camuflados bajo argumentos de tipo religioso. Los *Teatros de la Guerra* fueron sucediéndose en el tiempo y el espacio, y sus actores establecieron alternativamente alianzas de conveniencia para conseguir los objetivos anhelados, los cuales consistían, básicamente, en controlar la mayor parte del territorio europeo y, por extensión, sus colonias ultramarinas. Las particularidades de cada conflicto internacional se vieron reflejadas en constantes cambios en la configuración de los límites fronterizos y en la anexión o escisión de determinadas regiones y entidades nacionales<sup>2</sup>. La necesidad de cartografiar los enclaves urbanos y portuarios estratégicos, el conjunto del territorio y sus fronteras, los caminos y carreteras, los hitos bélicos en campaña o en acciones poliorcéticas y toda la trama de fortificaciones destinadas a preservar la integridad de los Estados, contribuyó a desarrollar las prácticas de representación gráfica vinculadas a su control militar y político durante la época moderna (Behringer 1996; Bonet 1991; Reguera 1993; Rodríguez de la Flor 2002; Warmoes 2008; Muñoz Corbalán, 2016).

A pesar de la trascendencia que este material cartográfico suponía para la solvencia militar de las potencias europeas, la ausencia de unos métodos normalizados de transcripción de la realidad al papel o a la maqueta dejaba prácticamente al libre albedrío la forma en que los geómetras, delineadores, ingenieros o dibujantes plasaban dichos escenarios o obras constructivas. Hasta la fijación de unas indicaciones de carácter reglado a través de la tratadística y de las instituciones académicas establecidas para la formación de profesionales de la ingeniería militar, lo cual no se produjo de modo generalizado hasta el siglo XVIII (Blanchard 1979; Capel 1998; Muñoz Corbalán 2004; D'Orgeix et al. 2012), la producción cartográfica europea y colonial se movió dentro de unos mecanismos de representación mayoritariamente intuitivos y personales, dependiendo en términos generales de las habilidades para la interpretación espacial y la traza de cada uno de los individuos que se enfrentaba a dichas labores gráficas.

De la misma manera que el Renacimiento comportó la consolidación de unos criterios objetivos a la hora de recrear el espacio tridimensional sobre la superficie pictórica mediante la hegemonía de la geometría, la plasmación mimética del mundo exterior, la naturalización de la idea abstracta y una profunda convicción antropo-

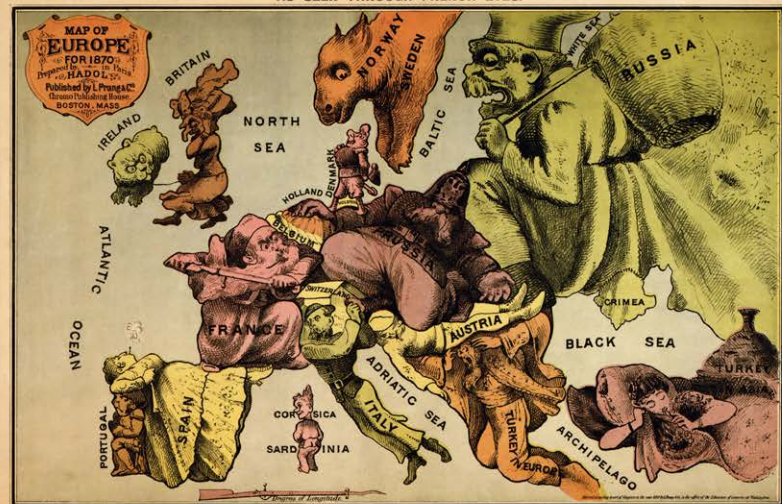
céntrica y antropométrica, la cartografía asimismo pretendió alcanzar un razonable grado de objetividad en la transcripción de la realidad territorial y del artificio que alteraba esa naturaleza, en sus diversas manifestaciones. Los procesos mentales que manejó la creación artística también invadieron el ámbito de la cartografía, dando lugar a resultados marcadamente espectaculares. Las tendencias formalistas que durante el siglo XVI primaron el protagonismo de la subjetividad y el desbordamiento fantástico de la imaginación en términos incluso superrealistas favorecieron la aparición de una cartografía a medio camino entre el simbolismo acientífico y la fascinación por la ironía provocadora. Experiencias plásticas como las de Giuseppe Arcimboldo, las prácticas anamórficas de diferentes artistas y tratadistas de óptica durante los siglos XVI y XVII (Vignola, Vincenzo Danti...) y el desarrollo febril del trampantojo en los siglos del Barroco, tuvieron conceptualmente puntos de contacto con las soluciones que algunos cartógrafos y delineadores utilizaron en sus producciones de representación territorial (Picon 1988). La utilización de la figura humana para estructurar geográficamente el territorio, desde técnicas estrictamente descriptivas hasta recursos de mayor complejidad narrativa, sirvió como modelo para ofrecer sorprendentes imágenes cartográficas basadas en el símbolo y la metáfora a partir del siglo XVI (fig. 1-2) (Meurer 2008; Barron 2008).

Al margen de visiones alegóricas donde la ideología y el proselitismo manejaban hábilmente los recursos propagandísticos, la cartografía científica había de moverse en un lenguaje todavía sin elaborar normativamente, puesto que tras recurrir a determinadas aproximaciones gráficas basadas en la hegemonía de la geometría y la trigonometría (cuyos orígenes vitruvianos habían sido canalizados racionalmente a mediados del siglo XV por, entre otros, el humanista Leon Battista Alberti en su

Fig. 1-2 – De izquierda a derecha: 1. Heinrich Bunting, *Evropa Prima Pars Terræ in Forma Virginis*. Hannover, 1571; y 2. Paul Hadol, *Latest War Map of Europe, as seen through French Eyes*. Boston: L. Prang & Co., 1870.



## LATEST WAR MAP OF EUROPE, AS SEEN THROUGH FRENCH EYES.



Britannia, isolated, full of Rage almost forgets Ireland. Spain, Smoking, leans on poor Portugal. France fighting the Invader, Prussia, which stretches one hand towards Holland the other towards Austria. Italy says to Bismarck, "Take off your foot." Corsica and Sardinia, a little Joker, laughs over everything. Denmark lost his legs in Holstein, hoping to retake them again. European Turkey yawns and awakens. Asiatic Turkey sucks her Hookah. Sweden bounds a la Panther; and Russia resembles a rag-picker, waiting his chance to fill his basket.

*Imago Romæ*) la voluntad de recuperar la representación mimética de la realidad dentro de unos parámetros decididamente naturalistas perturbó el ansiado camino hacia la instauración de una serie de convencionalismos que debían favorecer la universalización de los procesos de representación gráfica del territorio, en sus diferentes niveles, geográfico, orográfico, topográfico, etc. Así pues, la abstracción indispensable para lograr una regla objetiva en los procesos cartográficos no pudo frenar el desarrollo de los mecanismos subjetivos y, por extensión, artísticos, que los delineadores utilizaron en la confección de sus mapas.

Sería un error reducir a una vía única y homogénea el modo en que geómetras, ingenieros y otros profesionales que manejaron el dibujo y las correspondientes técnicas plásticas llevaron a cabo sus trabajos cartográficos. Sin embargo, sí que puede observarse una tendencia inspirada en los métodos de representación empleados por determinados artistas del siglo XVI especializados en la transcripción plástica de su experiencia visual que atendieron básicamente a reflejar sobre el papel aquello que se mostraba ante sus ojos, recurriendo a las propias leyes naturales de la óptica. Mientras que artistas como Joris Hoefnagel (Braun 1572-1618; Van der Krogt 2008) y Anton Van den Wyngaerde (Haverkamp-Begemann 1969; Kagan 2008) se movieron en la línea de la vista urbana y territorial producto del viaje topográfico ilustrado, aquéllos que observaron tanto el territorio como la ciudad en términos de organismos integrados en un sistema defensivo de rango superior indagaron en formas mixtas de representación, expresando una voluntad intermedia “entre la definición cartográfica y la percepción paisajística” (Arias 2003, 150), entre las que pueden incluirse, por ejemplo, las pinturas murales que ejecutaron Giovanni Battista y Francesco Perolli en el Palacio del Marqués de Santa Cruz en El Viso del Marqués durante el período 1575-1613 (Rodríguez Moya 2009).

Las brillantes aportaciones de Tiburzio Spannocchi en su viaje “técnico” por los reinos de España muestran la habilidad del ingeniero sienés dentro de un espíritu cartográfico definido por la función estratégica del modelo y su representación (Cámara 2016a, 2016b). Los criterios que regían este tipo de material gráfico combinaban la legibilidad de la vista natural y la especificación de las características propias de la fortificación y sus valores poliorcéticos (fig. 3-4), constituyendo un procedimiento descriptivo sin solución de continuidad a partir del siglo XVI en adelante, aunque ofreciendo diversas apariencias en función de la finalidad concreta de la empresa o la pieza, de la influencia de los gustos estéticos del momento y de las propias habilidades del delineador. El ingeniero Lorenzo Possi, “que se alló dentro de Velagarda en el Sitio” refería en este documento gráfico-textual (fig. 5) la situación del castillo de Bellaguarda (Bellegarde), sobre Le Perthus, en la frontera pirenaica hispano-francesa, con motivo del asedio que realizaron las tropas francesas al mando del Duque de Schomberg entre el 14 y el 27 de julio de 1675. Possi manifestaba ciertas torpezas a la hora de ofrecer de forma plásticamente unitaria y coherente la combinación de una vista caballera de la orografía con la ubicación de todas las partes del paisaje y los diversos elementos individualizados, como las trincheras de aproximación al fuerte y el detalle de las edificaciones presentes: la ermita de Panissas,



Fig. 3-4 – De abajo arriba: 3. Tiburzio Spannocchi, *Castillo de Venasque sacado por la parte de hazia Francia*. En carta de Spannocchi a Alonso de Vargas, del Consejo de Guerra y Capitán General del Consejo. Benasque, 6 de septiembre de 1592. Archivo General de Simancas. Guerra y Marina, legajo 356, 189, 02; y 4. Tiburzio Spannocchi, *Planta del castillo de Benasque y sus alrededores* (fragmento). Ibid. AGS, Guerra y Marina, legajo 356, 189, 01.



el propio castillo y la gran tenaza a sus pies. Aunque en sus *Piante d'Extremadura, e di Catalogna* (el denominado *Atlas Medici*, dedicado al Gran Duque de Toscana Ferdinando III en 1687) (Sánchez Rubio 2014) Possi se esforzaba por administrar un mayor cuidado en la factura de sus vistas y planos, el resultado resultaba ser cualitativamente inferior a la visión objetiva y al dominio de la perspectiva óptica de los trabajos contemporáneos llevados a cabo por el también ingeniero italiano Ambrosio Borsano, a pesar de las licencias que éste se permitió en ocasiones para ofrecer diferentes ángulos de visión caballera en una fragmentación selectiva de





Fig. 5 – Lorenzo Possi, *Castillo de Bellaguarda y sus alrededores y Relación de lo que yso el enemigo día por día entre el 14 y el 27 julio 1675*. [1675]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 06, 119.

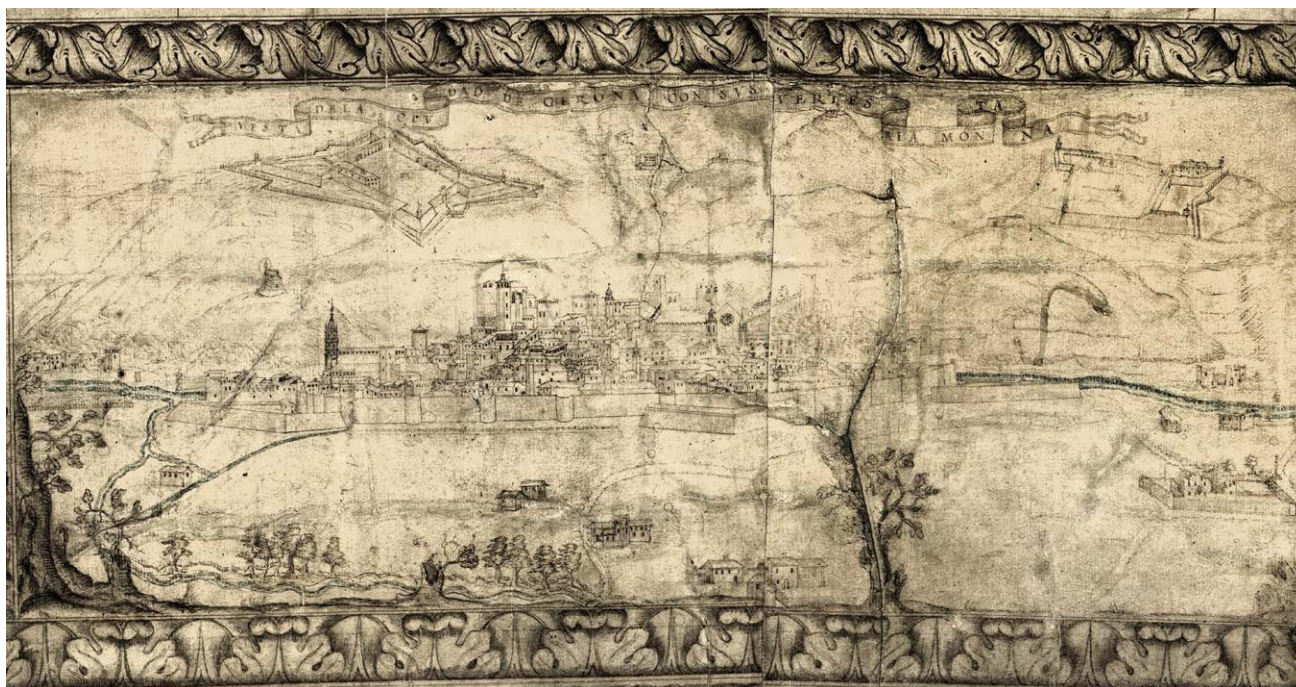


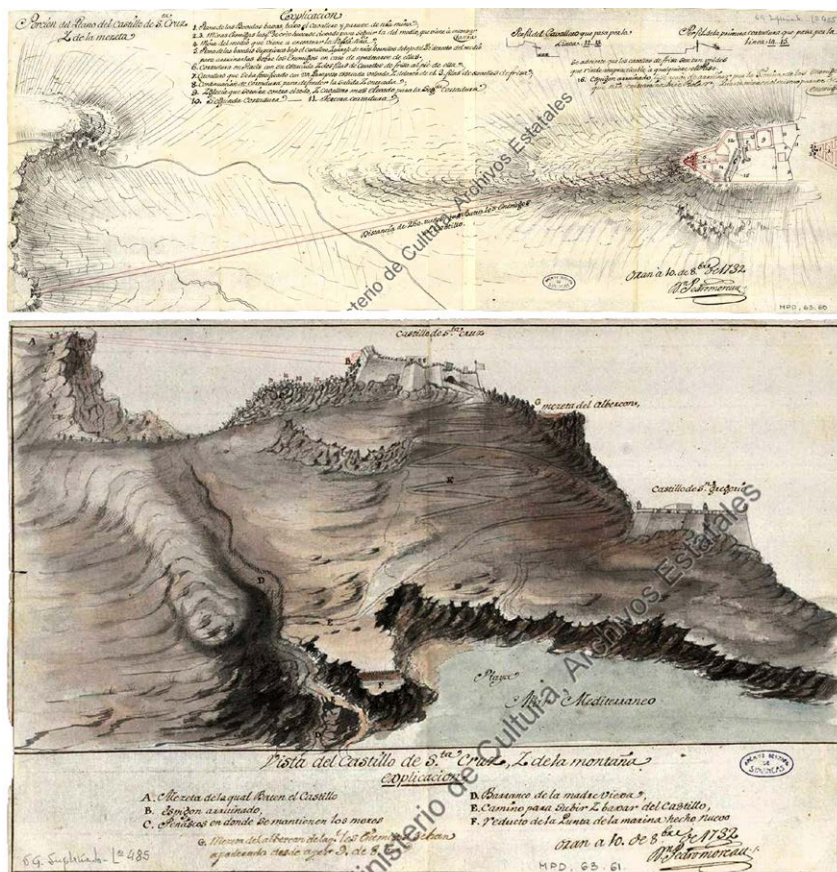
Fig. 6 – Ambrosio Borsano, “Vista de la Ciudad de Gerona con sus fuertes a la montaña”, fragmento de *El Principado de Cattaluña y condados de Rossellon y Cerdaña hecho en el espacio de XII años por el Mre. de Campo D. Ambrosio Borsano, Quartel Mre. Genl. y Ingeniero Mayor del Real Exército de Cattaluña, en que estan descritos todas las veguerias, collectas, ciudades, villas y lugares que pertenecen a cada vegueria y collecta consagrado ala Mag. Cattolica de Don Carlos II Rey de las Españas Nro. Señor. Barcelona, 7 abril 1687*. BNE, Mr/43/000 Cataluña, Mapas generales, 1687.

cada una de las partes integrantes de la composición en el conjunto de las vistas urbanas, concretamente la dedicada a Gerona en su monumental mapa de *El Principado de Cattaluña* de 1687 (fig. 6) (Martí 2013).

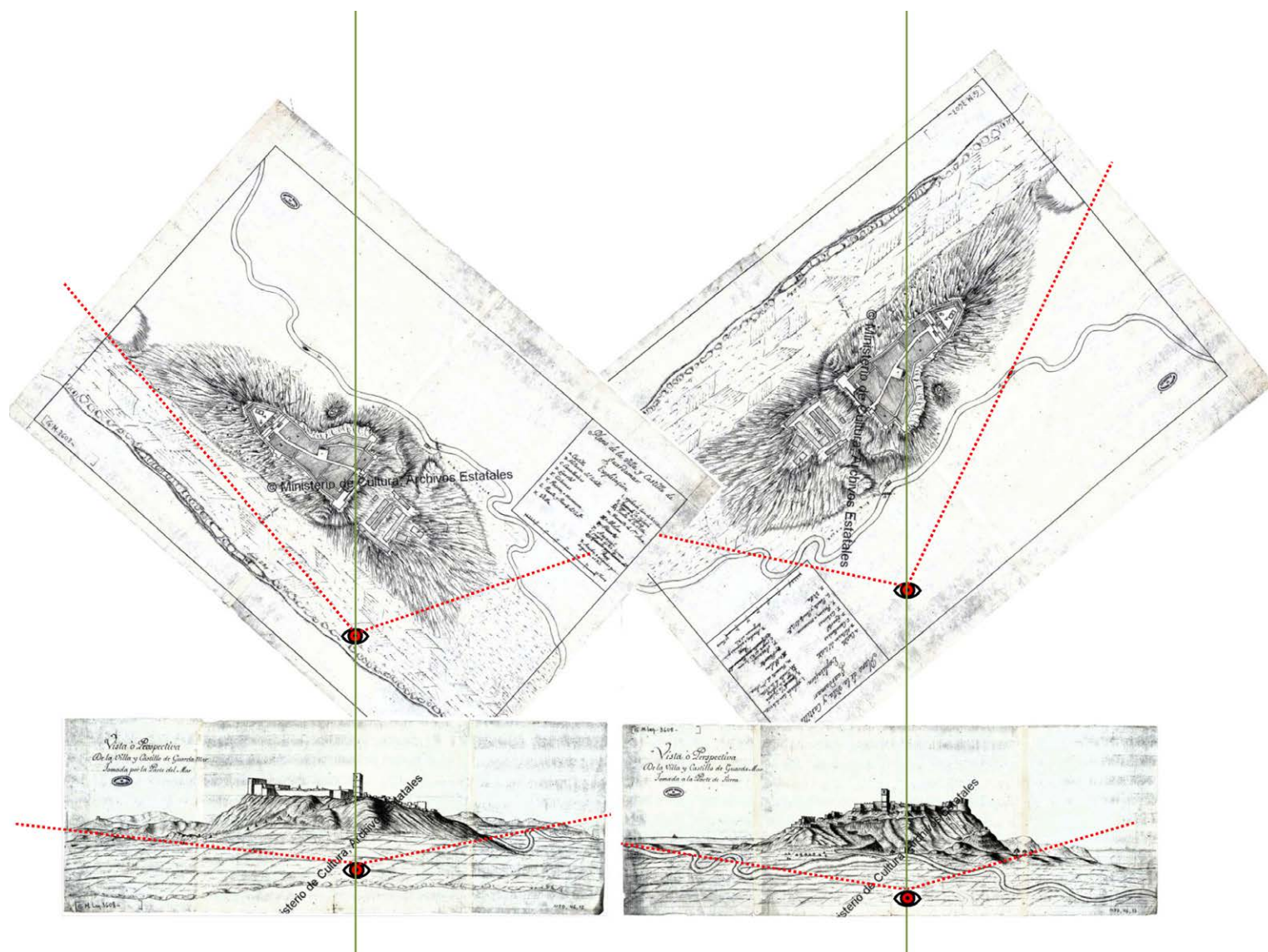
Las soluciones gráficas utilizadas por estos ingenieros italianos al servicio de los últimos Austrias en el trono de España no fueron desconocidas por sus colegas



Fig. 7-8 – De abajo arriba: 7. Pedro Moreau, *Porción del Plano del Castillo de S[an]ta Cruz Y de la Mezeta*. Orán, 8 octubre 1732. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 63, 060; y 8. Pedro Moreau, *Vista del Castillo de S[an]ta Cruz, y de la montaña*. Orán, 8 octubre 1732. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 63, 061.



borbónicos que ingresaron en el Cuerpo de Ingenieros de Felipe V durante y tras la Guerra de Sucesión, principalmente de origen y formación franceses y flamencos. De hecho, los procesos mentales subyacentes a la confección de piezas cartográficas por parte de estos últimos mostraban mecanismos similares a los de aquéllos y ante ciertas necesidades de ilustrar el territorio de forma naturalista, llegaron a conclusiones plásticas nada ajenas a sus inmediatos predecesores. Sobre todo, frente a la tesitura de representar acciones poliorcéticas donde la orografía constituía un elemento escenográfico de gran riqueza visual, el testimonio sobre el papel prefería recurrir a métodos “paisajísticos”, los cuales permitían un alto grado de empatía con la realidad de la acción bélica y la manifestación de los talentos artísticos de algunos de esos ingenieros que esperaban su oportunidad para moverse hábilmente por las vías de la expresión estética, recursos que quedaban limitados en las formas de representación mayormente técnicas, sujetas a una abstracción del lenguaje gráfico que no favorecía estas licencias creativas. Así, el ingeniero Pedro Moreau intentaba buenamente ofrecer una vista “instantánea” del ataque de la artillería berberisca sobre el fuerte de Santa Cruz en la plaza de Orán el 10 de octubre de 1732, con un resultado muy próximo al obtenido por Possi respecto de Bellaguarda, a la vez que, en visión zenital, explicaba gráfica y textualmente el detalle del ataque enemigo y los recursos dispuestos en el propio fuerte para su



resistencia (fig. 7-8). Moreau incurrió en errores al detallar en sendas secciones altimétricas la estructura de las cortaduras invirtiendo la dirección de lectura de dichos perfiles respecto de sus referencias planimétricas, desliz inconcebible en un ingeniero con larga experiencia a sus espaldas y activo, entre otros destinos de importancia, como delineador en las obras del Fuerte de la Concepción salmantino en la raya de Portugal (Manzano 1981) y Pamplona (Echarri 2000), pero que en sus obras gráficas manifestaba una cierta carencia de finura tanto en el trazo como en la aplicación de los lavados de tinta.

Las imágenes panorámicas pretendían ceñirse al máximo a la reproducción de la realidad tal como había sido percibida por el observador delineante, por lo tanto la posibilidad de introducir elementos fantaseados era prácticamente inexistente, puesto que de lo contrario la función para la cual fueron concebidas las piezas no habría sido lograda. La tradición de las vistas urbanas, con gran desarrollo en la Francia del siglo XVII de la mano de experimentados conocedores del territorio y

Fig. 9-11 – Esquema de recreación de la ubicación y de los ángulos de visión del delineador sobre los siguientes planos, de abajo arriba y de izquierda a derecha: 9 (duplicado y rotado). Anónimo, *Plano de la Villa y Castillo de Guardamar*. [Guardamar de Segura], [1721]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 46, 011; 10. Anónimo, *Vista ò Perspectiva De la Villa y Castillo de Guarda-Mar Tomada por la Parte del Mar*. [Guardamar de Segura], [1721]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 46, 012; y 11. Anónimo, *Vista ò Perspectiva De la Villa y Castillo de Guarda Mar Tomada a la Parte de Tierra*. [Guardamar de Segura], [1721]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 46, 013.

<sup>3</sup> Entre sus abundantes obras, ver por ejemplo Pérelle 1667.

<sup>4</sup> Beaulieu 1694.

<sup>5</sup> Fer 1695-1696, 1723.

<sup>6</sup> También los estudios al respecto son cuantiosos. Pueden ser citados: Buccaro 2015; Cámara 1989; Colletta 2011; De Seta 1981, 1996; D'Orgeix 1999; Guàrdia et al. 1996; Laboulais 2008; Marías 1996; Muñoz Corbalán 1999, 2001; Pelletier 2003; War-moes et al. 2003; D'Orgeix et al. 2017...

de los procedimientos de representación, tanto a través del dibujo como del grabado (Adam Pérelle<sup>3</sup>, Sébastien Pontault de Beaulieu<sup>4</sup>, Nicolas de Fer<sup>5</sup>...), seguía vigente aunque el destino público de este tipo de obras entraba en conflicto con la esencia de los mapas y planos elaborados con finalidad intrínsecamente militar y estratégica<sup>6</sup>. Aun así, el poder de la imagen artística propia de dicha práctica *vedutista* seguía utilizándose en contextos preferentemente técnicos. Las reparaciones requeridas en el castillo de Guardamar de Segura para su acondicionamiento frente a las amenazadoras y frecuentes incursiones de los piratas berberiscos, decididamente activas en numerosos puntos de la costa mediterránea, tuvieron una fase decisiva entre los años 1737 y 1758 (Gil 2009-2010, 28; Aguilar 2012, cxiii). El material gráfico existente que sirvió para completar el expediente de obras es una bella muestra de la combinación de dichos criterios técnico-artísticos como marco de referencia, a pesar de revelar una cierta confusión del delineador a la hora de identificar en su ubicación real los diferentes elementos representados (fig. 9-11).

El ingeniero militar sevillano Juan José Ordovás fue un brillante colofón para el siglo XVIII en términos de calidad cartográfica y de aptitud artística, facetas que simultaneó con gran soltura y resolución. Tras su formación en la Academia de Matemáticas de Barcelona desarrolló una excelente labor más allá de las funciones estrictamente militares, siendo decisivo su papel en la formación del Museo Militar, que dirigió hasta la invasión napoleónica de 1808. Nueve años antes había concluido un *Atlas político y militar del Reyno de Murcia* (Ordovás 2005), de relevante calidad técnica y estética (fig. 12). La factura de los planos que incluye el atlas, así como la de los frontispicios e índices de cada uno de ellos, muestra no sólo una destacada habilidad personal en los procedimientos para elaborar el material gráfico, sino también una capacidad plástica de gran excelencia, perfectamente equiparable a la de los pintores contemporáneos cuyas obras sin duda conoció y de las cuales supo asimilar las enseñanzas que le permitieron elevar el nivel cualitativo de las piezas que llevó a cabo por encima de las realizadas por la mayoría de sus colegas del Cuerpo de Ingenieros.

Incluso un brillante subordinado como Juan María de Retz no conseguía la desenvoltura plástica en el manejo de los pigmentos, su disolución y su aplicación mediante el pincel sobre el papel (fig. 13). La de Ordovás es una concepción más bien pictórica que técnica, puesto que las líneas que delimitan las estructuras arquitectónicas (sólo discretamente presentes en representaciones planimétricas y en secciones y perfiles) ceden el protagonismo al modelado plástico basado en un inteligente protagonismo del color y la luz. En sus visiones cenitales y elevaciones panorámicas las formas orográficas emulando planos o cotas de nivel tan utilizadas por la mayoría de los ingenieros delineadores desaparecen por completo, mostrando un terreno continuo donde el relieve depende de la plasticidad del claroscuro y del sutil contraste de diferentes valores tonales y cromáticos. Incluso en aquellas planimetrías donde el rigor objetivo de la línea resultaba indispensable para delimitar con exactitud el espacio construido, los contornos reducen su grosor e intensidad, pareciendo incluso desvanecidos e integrados en el concepto plástico que le llevaba



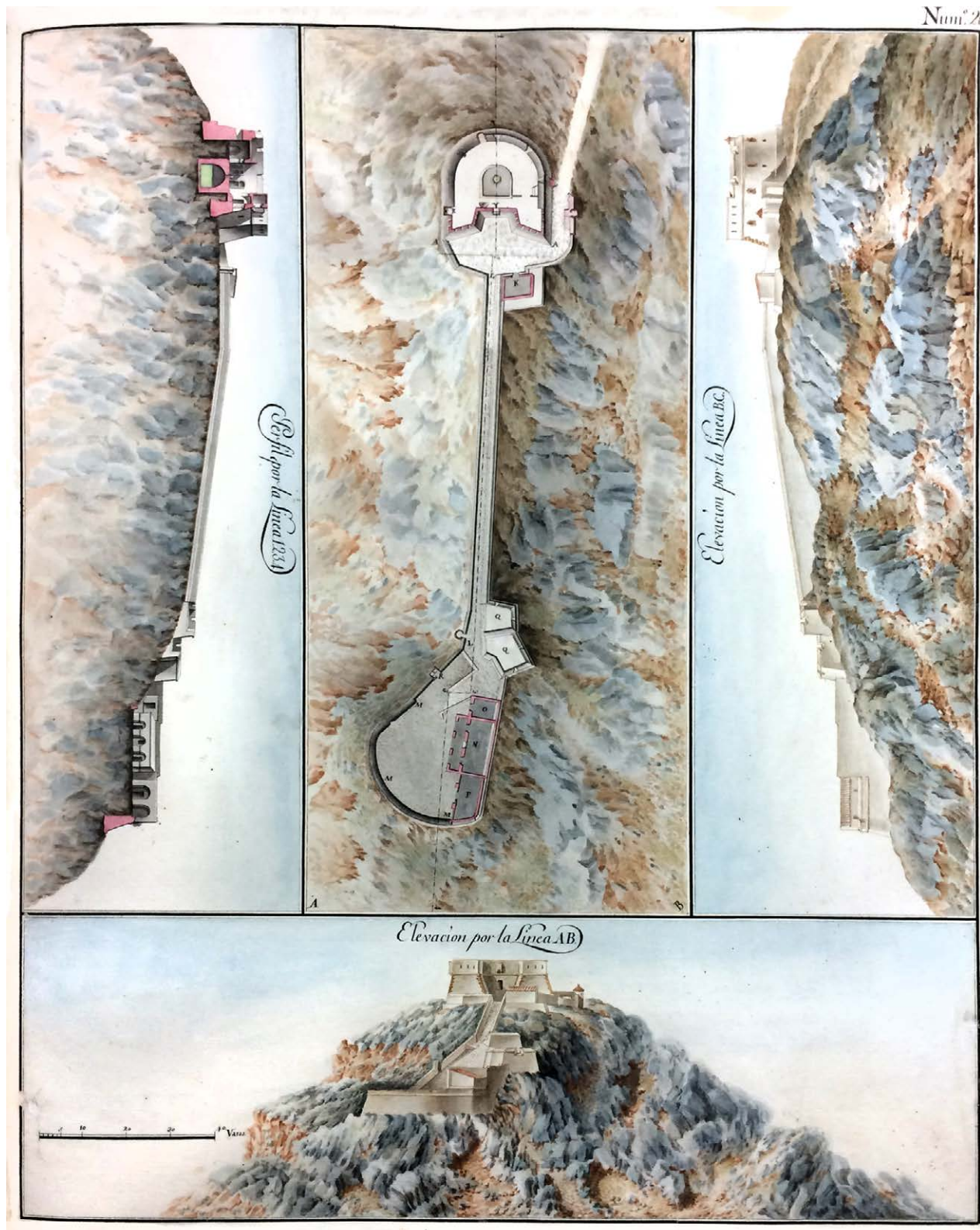


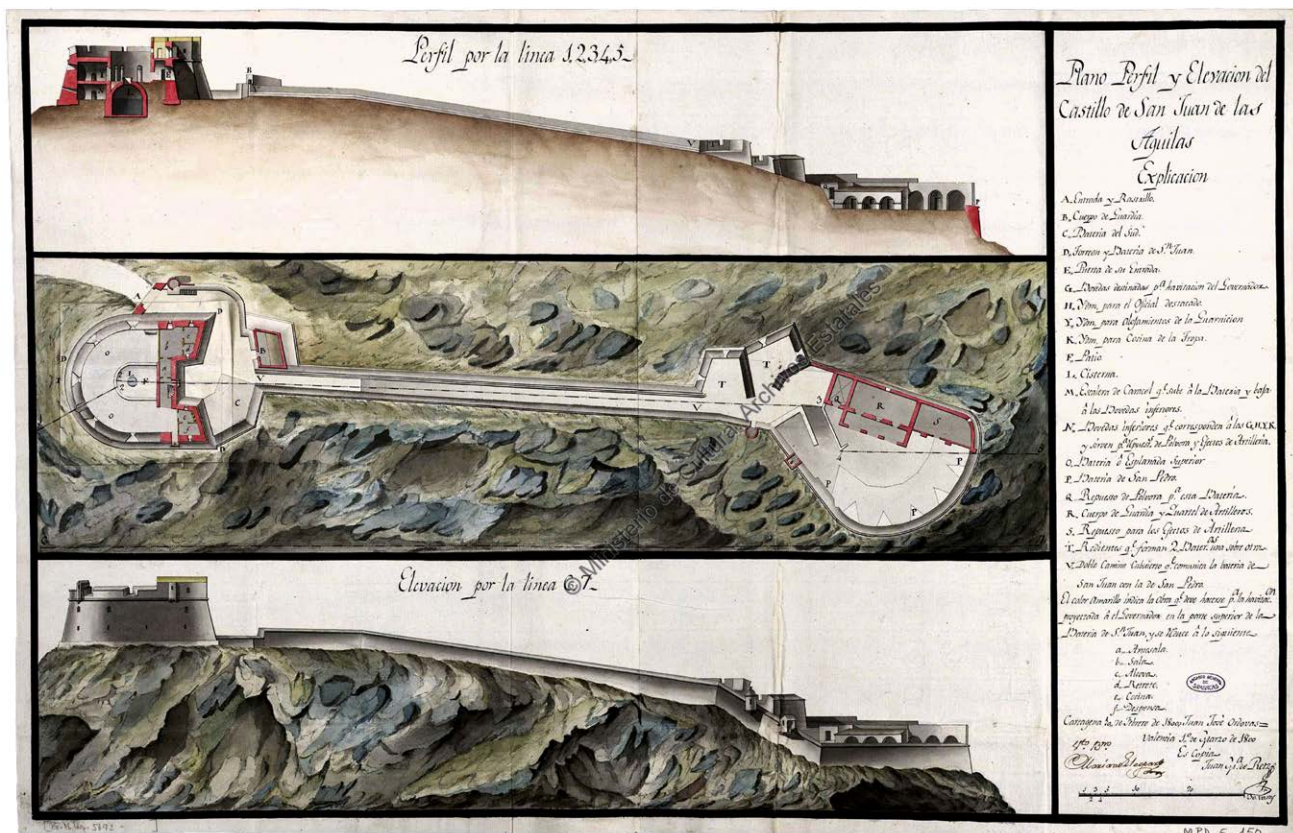


Fig. 12 – Juan José Ordovás, n.º 26. Planta, perfil y elevaciones del Castillo de San Juan de las Águilas. In *Atlas político y militar del Reyno de Murcia formado por el Capitan de Infantería é Ingeniero Ordinario de los R[ea]les Exercitos Don Juan José Ordovas. Año de 1799*. [Cartagena?], 1799. AGM-M, Cartoteca Histórica, Atlas 161, plano 26.

Fig. 13 – Juan María de Retz, *Plano, Perfil y Elevacion del Castillo de San Juan de las Águilas*. Copia a partir de Juan José Ordovás y visto bueno por Mariano Lleopart. Valencia, 1 marzo 1800. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 06, 150.

a modelar el relieve del terreno en una falsa “planta” y homogeneizando el valor de todos los elementos gráficos y pictóricos (fig. 14). Gracias al fortalecimiento del carácter artístico en la representación planimétrica el sevillano iba más lejos aún a la hora de administrar la información visual: el moldeado orográfico invade y “traspasa” las islas de casas ubicadas en promontorios del terreno, de manera que la lectura del relieve vertical se facilita automáticamente al oscurecer selectivamente los pigmentos sobre las plantas esquemáticas de los edificios, lo cual permite de modo prácticamente inconsciente por parte del espectador la simultánea comprensión icnográfica literal y la virtual ortográfica (fig. 55).

La facilidad en conseguir un diálogo equilibrado entre las zonas coloreadas y la reserva de superficie sin pigmentar se materializaba también con gran maestría en las aguadas monocromas de tinta negra que precedían a cada uno de los planos del *Atlas*. Asimismo, Juan José Ordovás manifestaba una cultura estética y visual de gran amplitud, ya que se movía con similar facilidad tanto entre los repertorios ornamentales característicos del decorativismo y del trampantojo barrocos, tan habituales en el panorama artístico francés de la segunda mitad del siglo XVIII, como entre las experiencias postrománticas británicas que derivaron hacia la pintura topográfica. La habilidad del citado ingeniero radica en la utilización de los lavados, con unos matices muy ricos en variedad, que le aproximan a los paisajistas





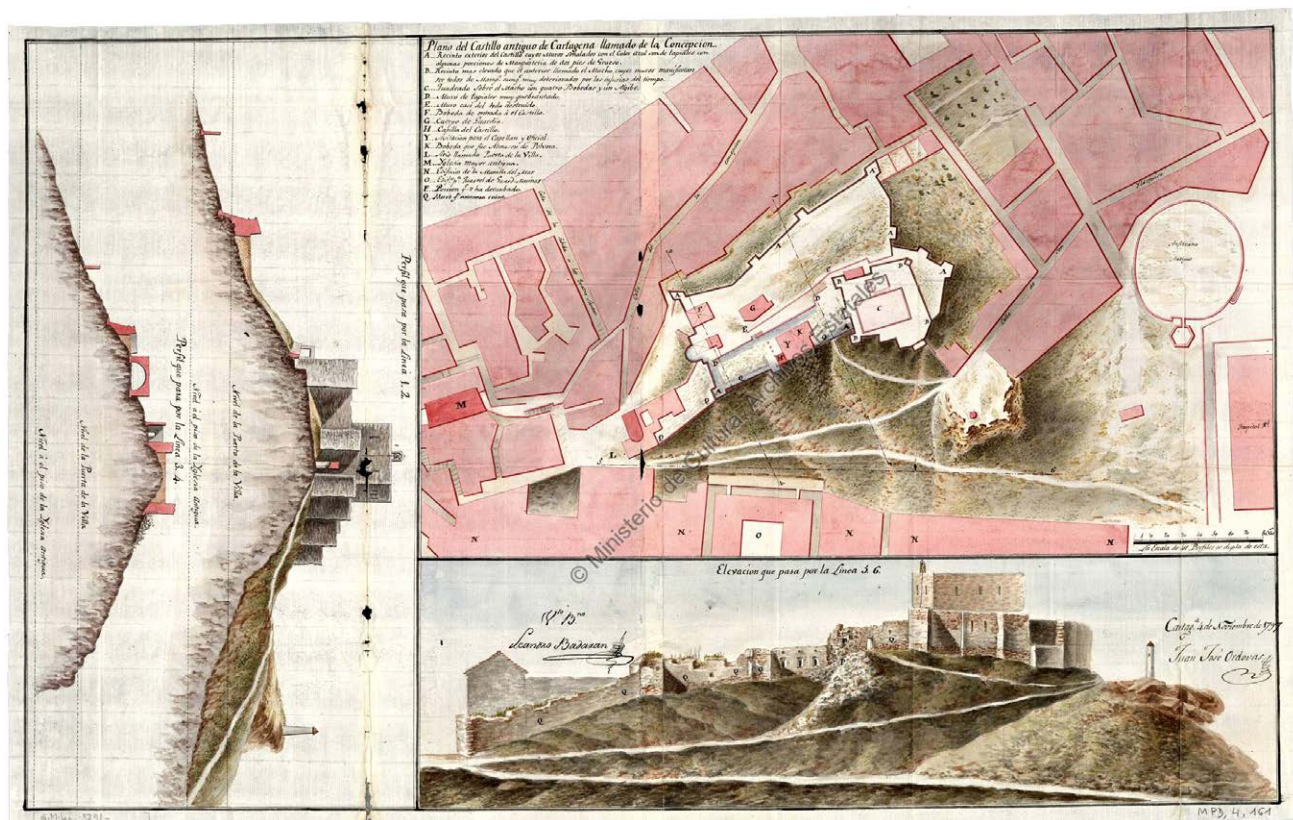


Fig. 14. – Juan José Ordovás, *Plano del Castillo antiguo de Cartagena llamado de la Concepcion*. Visto bueno por Leandro Badarán. Cartagena, 4 noviembre 1797. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 04, 161.



Fig. 15-17 – De izquierda a derecha: 15. Juan José Ordovás, “*Explicación del Plano N.º 21*”. *Atlas político y militar del Reyno de Murcia formado por el Capitan de Infantería é Ingeniero Ordinario de los R[ea]les Ejercitos Don Juan José Ordovas*. Año de 1799. [Cartagena?], 1799. AGM-M, Cartoteca Histórica, Atlas 161; 16. Alexander Cozens, *Rocky Bay Scene*, ca. 1759-1765. Tate Gallery, London, Mackworth Praed Book, T08044; y 17. Alexander Cozens, *Castle in a Landscape*, ca. 1770. Yale Center for British Art, New Haven - CT. TMS-8759.





Fig. 18-25 – De izquierda a derecha y de arriba abajo: 18. Anónimo, Disposición y movimiento de las tropas borbónicas en torno a Cervera. [Cervera], [ca. septiembre 1711]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 20, 035; 19. Anónimo, Territorio entorno a Castellciutat y la Seu d'Urgell. s.l., [ca. 1720]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 15, 175; 20. [Luis de Langot?], Planta de la Salina de Cardona. [Barcelona], [ca. 5 septiembre 1717]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 02, 009; 21. Antonio de Monatigu de la Perille, *Plano de la frente de tierra de la Plaza de Gaeta, con los ataques formados por las tropas de S.M.C. mandadas por S.M.N.* s.l., 31 julio 1734. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 67, 091; 22. [Cristóbal Cubero?], *Plano del fuerte de la Aljaferia de Zaragoza, con la Plaza de Armas, que actualmente se construye delante de la principal puerta.* Año 1737. [Zaragoza], [ca. 1737]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 58, 001; 23. Anónimo, *Bosquejo de la Cituacion en donde se propone Colocar el Almacen Cencillo de Polbora en la plaza de Gerona.* [Gerona o Barcelona], [ca. 18 enero 1756]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 18, 079; 24. Juan Bautista French, *Plano de la Villa de Calpe que demuestra el nuevo Rezinto de Fortificacion que de Orden de S[u] M[agestad] se le ha hecho para resguardo de sus Moradores contra la yncursion de Moros en el Año prox[im]o pasado 1747...* Alzira, 24 febrero 1748. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 29, 051; y 25. Juan Escofet, *Plano En que se manifiesta la Situacion del Puerto, Costa, y Monte de la Aguilas, y ve su fuerte nombrado S[a]n Juan Baptista, con la Bateria de S[a]n Pedro, que se hallan en su eminencia, capaces de diez y seis cañones, à cuyo abrigo está proyectado un Pueblo por el Ex[celentí]mo S[eñ]or Conde de Aranda, con motivo de la grande Utilidad que resultará al R[ea]l Servicio, promoviendo el Comercio de Trigo, Cevada, Barrilla, Esparto, y otros Generos, de que Abunda el termino de la Ciud[ad] de Lorca, y Lugares Vecinos.* Lorca, 1 septiembre 1773. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 23, 041.



ingleses del momento. No es casual, pues, que desde el punto de vista técnico los procedimientos manejados por Ordovás se aproximen conceptualmente a las soluciones que el artista ruso afincado en Inglaterra Alexander Cozens se empeñó en codificar bajo la denominación de *blotting* (fig. 15-17). Esta técnica, esencialmente plástica, fomentaba el uso de la fantasía y la imaginación a partir de las propias manchas de tinta o pintura que el artista disponía sobre el soporte y que le servían para organizar estructuras paisajísticas de gran espontaneidad. En 1785 Cozens publicaba en Londres *A new method of assisting the invention in drawing original compositions of landscape*, una obra de importante repercusión en los ambientes artísticos británicos y que expandió su influencia por Europa, consolidando la estética de lo pintoresco (Cozens 1981). Es sorprendente cómo el ingeniero sevillano quedó cautivado por esta tendencia renovadora en el panorama artístico de finales del siglo XVIII y su producción gráfica se vio claramente influenciada por la plasticidad de la mancha.

La realidad es que el caso de Juan José Ordovás constituyó un fenómeno excepcional que sólo estaba al alcance de unos pocos individuos con explícito talento artístico y gran virtuosismo en el dominio de los sistemas de representación que trascendían la propia práctica cartográfica. El modo en que la gran mayoría de los ingenieros eran capaces de plasmar sobre el papel el territorio y las obras constructivas se basaba más en procedimientos convencionales intuitivos o, tal y como fue desarrollándose progresivamente con el paso del tiempo, en reglas gráficas y plásticas que fueron siendo instauradas en los centros de formación académica para el ingreso en los cuerpos de ingenieros y de artilleros (Picon 1992, Cámara 2005, Calvo 2016, D'Orgeix 2016)<sup>7</sup>. La comparación entre mapas y planos de características similares permite constatar las variedades en las soluciones, dependiendo más bien de la solvencia de la delineación y, sobre todo, del nivel de dominio de los lavados en tinta para intentar emular el relieve y el volumen, la profundidad, la perspectiva, la individualización de las características orográficas, etc. Estas soluciones resultan particularmente evidentes en la forma de representar planimétricamente la altura del terreno mediante una construcción intuitiva de curvas de nivel. La intención es clara, aunque con éxito diverso: facilitar la lectura, la interpretación y la comprensión de la información plasmada en el material cartográfico (fig. 18-25).

<sup>7</sup> En el 7.º Convegno de la Associazione Italiana di Storia dell'ingegneria / 3rd International Conference (Napoli, 23-24 de abril de 2018) presento una aportación sobre "Primi esami non accademici per unirsi al Corpo degli Ingegneri spagnolo nel XVIII secolo".

## **“No está regular pero vá por diseño”**

La visión panorámica que pretende plasmar la realidad según el ojo la percibe, con las correspondientes correcciones ópticas necesarias para transcribir la tridimensionalidad a una superficie plana, es un procedimiento adecuado para obtener una imagen relativamente fiel del escenario presente ante el observador, tanto si está tomada directamente *in situ* como si es elaborada sobre el pupitre a partir de esbozos previos e incluso del recuerdo visual o de una construcción intuitiva (*de fantasía*,

<sup>8</sup> Sobre aspectos particulares de los procedimientos cartográficos y sus características intrínsecas disciplinares existen muchos trabajos, entre los que pueden ser destacados: Bousquet-Bressolier 1995a, 1995b, 1999; Buisseret 2004; Burgueño 2008; Capel 1988; Galcerán 2005; Nuti 1994...

como la denominaron en su momento algunos artistas y teóricos del manierismo en el siglo XVI). La búsqueda de la objetividad reglamentada que pretendieron normalizar los artífices humanistas del Renacimiento resultó ser una nueva vía de construcción abstracta bajo los postulados tanto de la razón geométrica como de la verdad natural que el clasicismo hizo suyos para conseguir establecer un lenguaje universal (Greenhalgh 1990; Onians 2005).

El mundo del arte pudo permitirse establecer diversas desviaciones para dejar aflorar sensibilidades alternativas a los dictados de la razón matemática y las leyes de la naturaleza (Shearman 1984). Los sistemas de representación en el ámbito de la cartografía, la arquitectura y la ingeniería necesitaban una simplificación y un modo técnicamente ecuménico para su ejecución, lectura e interpretación, de manera que lo representado sobre el plano no acababa siendo realmente una “visión” literal de la realidad transcrita (Muñoz Corbalán 2015a). Es por ello que muchos se resistieron a esquematizar lo que había de ser mostrado, en muchas ocasiones porque de ese modo el impacto visual facilitaba la atención y el interés por la imagen y su modelo ante los ojos de aquellos que habían de tomar decisiones trascendentales sobre los movimientos de los ejércitos, las tácticas poliorcéticas, la planificación de reparaciones en obras existentes, las construcciones proyectadas de nueva planta, las intervenciones urbanas, portuarias, territoriales, etc.<sup>8</sup>

Aparte de las vistas panorámicas, esencialmente específicas por su carácter paisajístico y estético (fig. 26), la función de la imagen urbana con sus defensas implicaba, sin embargo, la utilización de unos mecanismos intencionadamente fieles a la realidad material, necesariamente más próximos a una visión científica que artística. Sin embargo, no todos los que habían de llevar a cabo dichos trabajos gráficos reunían las suficientes habilidades para alcanzar resultados solventes. La carencia de buenos delineadores angustiaba a las autoridades que deseaban obtener una información visualmente veraz y desde la comandancia de ingenieros, tras su creación como Cuerpo en 1711 bajo el mando del Ingeniero General Jorge Próspero Verboom, fueron numerosas las quejas ante la falta de delineadores capaces de desarrollar una labor eficaz y provechosa.

Una de las razones fundamentales que motivaron la puesta en marcha de la Academia de Matemáticas de Barcelona en 1720 (y sus complementarias de Orán y Ceuta) fue la formación profesional de los militares que disponían de ciertas facultades para ingresar en el Cuerpo de Ingenieros de forma ordinaria (Muñoz Corbalán 2004). Y dentro de estos estudios académicos tenía un papel trascendental el aprendizaje de los procedimientos de representación, basados en la geometría, el dibujo y las técnicas plásticas para la confección de los mapas y planos (Muñoz Corbalán 2012, 2016; Muñoz Cosme 2015, 2016). A lo largo del siglo XVIII fueron graduándose diversos ingenieros que consiguieron demostrar un nivel más que aceptable en su actividad como delineadores y mediante cuyos méritos profesionales lograron ascender en el escalafón del Cuerpo ocupando puestos de relieve en jefaturas locales, direcciones provinciales y otros cargos importantes en la estructura de la Secretaría de la Guerra, como es el caso de los ingenieros Juan de Laferrière,

Analizando el plano del nuevo sitio de Esteiro, junto al astillero en construcción de Ferrol, remitido el 12 de Agosto de 1750 por José Bermúdez en correspondencia “sobre assumptos de officio” a Álvaro Bermúdez, Contador de la ciudad portuaria, puede observarse la debilidad del concepto gráfico que esgrime una traza simple y esquemática, la cual sólo sirve para tener una vaga idea de lo que aparece representado bajo el argumento o, más bien, cómoda justificación, de que “no está regular pero vá por diseño”. Comparado con el plano realizado treinta y tres años más tarde, también tendente a la simplificación e hibridación gráficas, el primero resolvía la representación espacial en unos términos poco aprovechables para conocer la estructuración planimétrica del nuevo barrio ferrolano. El segundo, aun sin resolver correctamente la proyección de todos los elementos (básicamente la convivencia de la *ichnographia* con la *orthographia*), intentaba ofrecer con mayor exactitud la distribución de los espacios construidos y las zonas abiertas (fig. 27-28).

174 | REVISTA DE HISTÓRIA DA ARTE N.º 13 – 2018

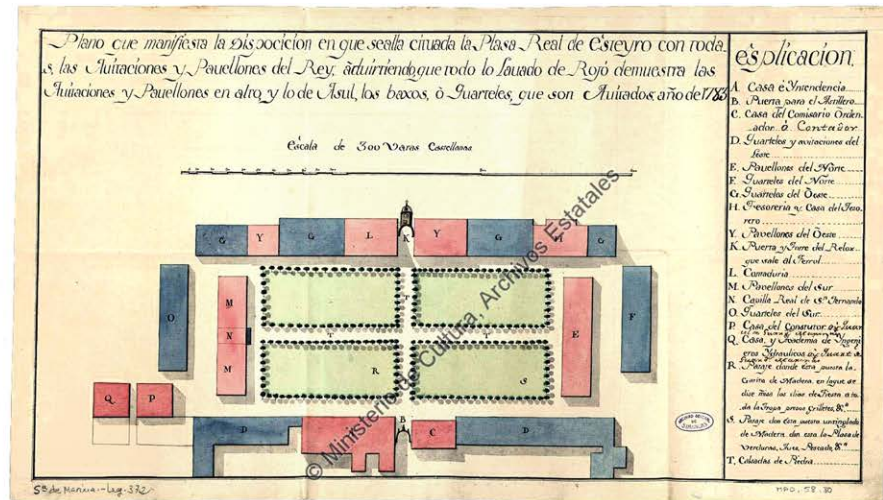
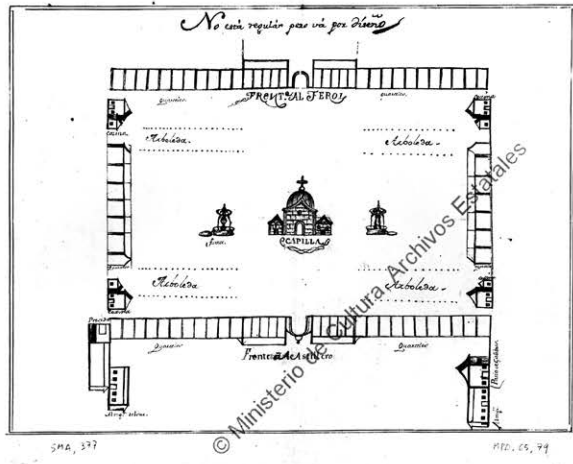
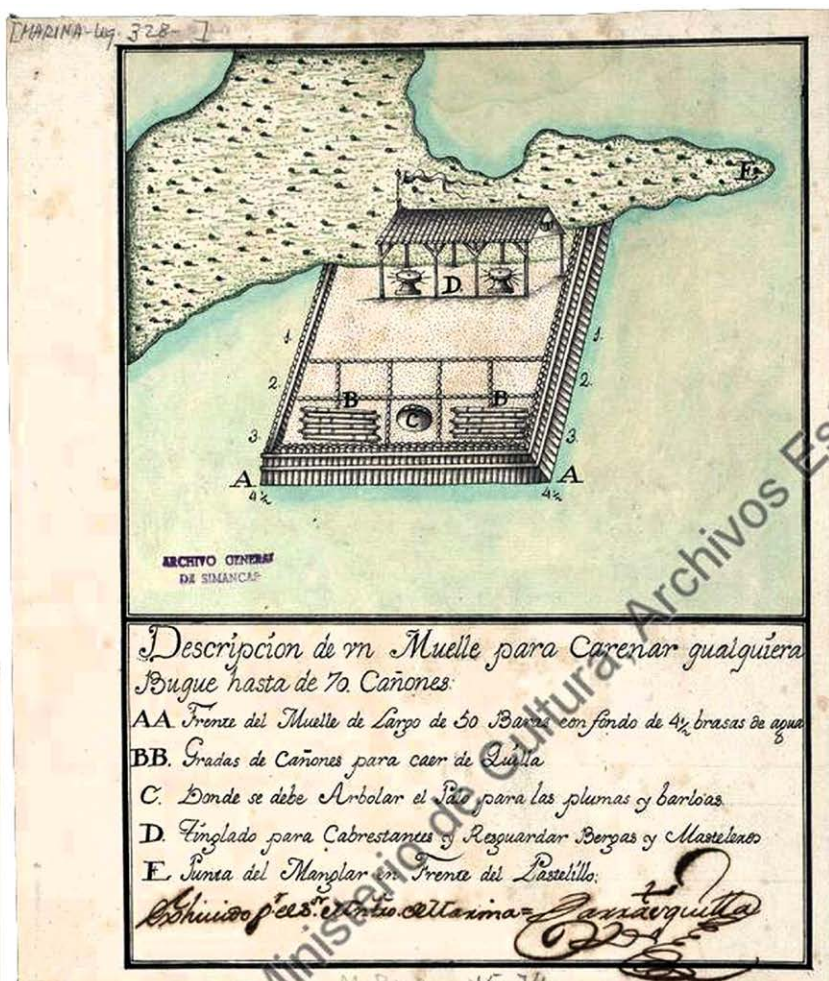
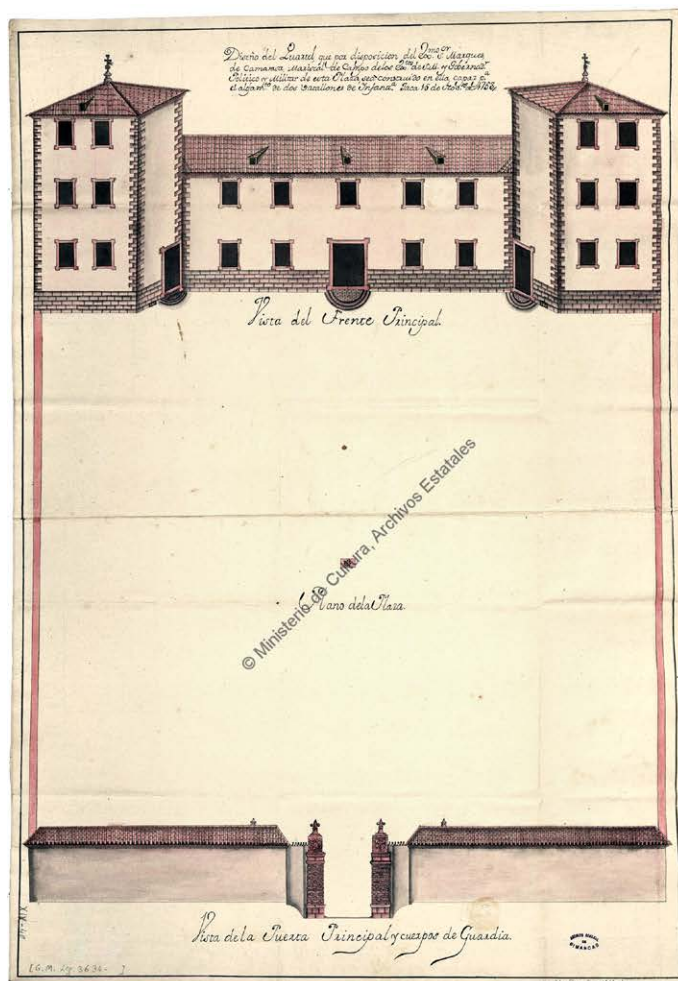


Fig. 27-28 – De izquierda a derecha: 27. Anónimo. Traza del nuevo sitio de Esteiro, junto al arsenal de Ferrol. [Astillero de Esteiro], [ca. 1750]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 65, 079; y 28. Anónimo. Plano que manifiesta la Disposicion en que sealla cituada la Plasa Real de Esteiro con todas las Avitaciones y Pavellones del Rey... [Ferrol?], 1783. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 58, 080.

La primera reflexión que podría venir a la mente es que los planos dibujados por personal ajeno al colectivo de ingenieros serían los únicos que no llegarían a alcanzar unos mínimos tolerables en términos de calidad gráfica, pero lo cierto es que también algunos ingenieros calificados como delineadores no dispusieron de las habilidades suficientes para realizar piezas dignamente elogiables, constatando las insuficiencias corporativas de personal cualificado al respecto. Esto fue muy evidente en algunas provincias “periféricas” del Reino, incluso a pesar del valor estratégico fronterizo de los lugares, y, sobre todo, en los virreynatos ultramarinos de América y del Pacífico (Blanes 2001; Calderón 1996; Guarda 1990; Gutiérrez et al. 1993; Luengo 2013; Segovia et al. 2016) (fig. 29-30). Tanto en el proyecto de un cuartel para Jaca como en el de Antonio Arévalo y Porras para un muelle de estacas en Cartagena de Indias se evidencia, no obstante los esfuerzos por presentar unas imágenes atractivas y aptas para transmitir información específica, la ausencia de referencias métricas y un rudimentario y paupérrimo dominio de los sistemas de representación, en particular de la comprensión y transcripción del espacio y los volúmenes en “perspectiva”, que se hallan muy lejos de las sólidas ejecuciones de pulcros y cuidadosos ingenieros contemporáneos como, entre otros, Miguel Marín (Muñoz Corbalán 1994), Ignacio Sala (Gutiérrez et al. 1991), Juan y Pedro Martín Zermeno (Alfaro 2011), Sebastián Feringán (Melendreras 2009; Piñera 1985), Francisco Llobet, Juan Caballero, o el excepcional Juan José Ordovás. En todos estos ingenieros, no en vano en la élite del Cuerpo gracias a sus numerosos méritos profesionales, pueden rastrearse a lo largo de su carrera las abundantes pruebas de su excelencia y habilidad en las tareas cartográficas, radicalmente alejadas de los citados modestos ejemplos. A través de esta producción gráfica, de mediocre factura, resultaba evidente que acometer obras constructivas podría acarrear comprometidas desorientaciones a la hora de materializar los proyectos sobre el terreno y graves complicaciones en términos económicos. Éstas fueron dos de las razones que llevaron a la formación, por iniciativa del nuevo ministro de la Guerra,





el Duque de Montemar, de la Real Junta de Fortificaciones con sede en Madrid y dependiente directamente de la secretaría a su cargo.

## Ciudad transformada y fortificación

La ciudad de la época moderna constituía un sistema integrado de carácter defensivo en el que la estructura urbana, compuesta por la propia trama interna y el perímetro amurallado y abaluartado, aparecía como una unidad orgánica donde cada una de las partes dependía de sí misma y de otras inmediatas para garantizar la seguridad ante cualquier amenaza exterior o interior. Pero la ciudad era a la vez un elemento subordinado a otro sistema de rango mayor, el territorio, el cual interconectaba diferentes núcleos urbanos mediante una red de comunicaciones, convirtiendo el conjunto en una entidad compleja que debía ser contemplada en su

Fig. 29-30 – De izquierda a derecha: 29. Anónimo, *Diseño del Cuartel, que por disposición del Ex[celentísimo] Sr. Marques de Camarasa, Mariscal de Campo de los Ex[ércitos] de S.M. y Gobernador Político y Militar de esta Plaza, se ha construido en ella, capaz para el alojamiento de dos Batallones de Infant[er]ía*. Jaca, 15 noviembre 1753. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 14, 040; y 30. Antonio Arévalo y Porras, *Descripción de un muelle para carenar qualquiera Buque hasta de 70 Cañones*. Cartagena de Indias, 28 marzo 1758. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 15, 074.

<sup>9</sup> Entre todos los estudios que tratan sobre la ciudad y su integración en un sistema territorial, pueden ser citados: Capel 1994; De Seta 2004; Colletta 1981; Fara 1989; Hernando Sánchez 2016; Nuti 1996; Oliveras 1998; Pollak 1998; Reguera 1993...

<sup>10</sup> Entre los teóricos del siglo XVIII que elaboraron tratados sobre fortificación en los que la ciudad era considerada como un organismo poliorcético y que tuvieron especial eco en el mundo hispánico: Belidor 1729; Lucuze 1772; Muller 1755; Sánchez Taramas 1769 (traducción española de la obra de Muller)...

<sup>11</sup> Sobre el tema de la seguridad fronteriza y las intervenciones para su defensa en zonas limítrofes, he aquí unos pocos títulos representativos: Cámara 1998; Capdevila 2013; Castro et al. 2011-2013; Díaz 2013; Duclós 2005; Echarri 2015; Espino 1999, 2009; Rodríguez de la Flor 2003; Villalón 1999...

globalidad para salvaguardar el orden político, militar, económico, social, etc.<sup>9</sup>. Los tratadistas de diversos países así lo entendieron y trataron de configurar desde la pequeña a la gran escala el sistema defensivo de los Estados desde la teoría de la fortificación (Cámara 1994; García Melero 1990, 2000; Rabanal 2002)<sup>10</sup>.

La intervención sobre los núcleos urbanos de valor estratégico, dada su condición de enclaves fronterizos trascendentales, constituyó un banco de pruebas para la imaginación de algunos ingenieros que de alguna manera jugaron a recrear ese espíritu de diseño idealizado para supuestamente, a instancias de las autoridades provinciales o del Reino, mejorar la función defensiva de la plaza y del territorio aledaño (Bravo 1991). La propuesta de Martín Fovet para la Puebla de Guzmán, en Huelva, pretendía acondicionar una población de carácter abierto a los criterios de recinto provisto de un perímetro fortificado y reforzado por una ciudadela, frecuente en aquellas plazas fuertes donde la necesidad de un control exterior e interior exigía la incorporación de un fuerte abaluartado de dimensiones razonables y con entidad de ciudadela autosuficiente (Amberes, Turín, Pamplona, Lille, Barcelona...). El ambicioso, a la vez que desproporcionado proyecto, contemplaba la destrucción de una pequeña parte de la trama urbana para establecer el sistema perimetral abaluartado y su desmesurada ciudadela hacia la parte septentrional que habría de aprovechar las ventajas de la orografía para imponer sus tres baluartes hacia el camino de Paymogo y la comunicación carretera con Portugal (García García 2011; Duclós 2002). Esta iniciativa era producto de la intención estratégica de reforzar la seguridad de la frontera con el reino vecino, que entró a formar parte de la alianza antiborbónica en 1703. Dicha empresa de gran envergadura contemplaba establecer puntos militarmente fuertes desde las tierras onubenses hasta las Rías Bajas gallegas, pasando por enclaves estratégicos en Extremadura, el antiguo reino de León y Galicia como, entre otros, Olivenza, Badajoz, Alcántara, Ciudad Rodrigo, Aldea del Obispo y Fuerte de la Concepción, Feroselle, Zamora, Monterrei, Tui, Bayona y Vigo<sup>11</sup>. La potencial amenaza desde Portugal obligaba a alterar la estructura urbana de esas poblaciones con nuevas fortificaciones de compleja materialización. No eran empresas fantásticas pero sí que suponían un gasto importante teniendo en cuenta todas las actuaciones que se pretendían llevar a cabo a lo largo y ancho del reino (fig. 31-33).

En ocasiones, la representación de la ciudad había de someterse a otros condicionantes que implicaban una visión fragmentada, incompleta e incluso deformada de la realidad material urbana. La atención sobre determinados elementos del sistema defensivo conducía a obviar en muchas ocasiones la estructura planimétrica completa de la villa o plaza fuerte. De este modo el delineador solamente mostraba las partes relativas al perímetro fortificado y sus obras correspondientes. El interior de la ciudad simplemente aparecía de forma esquemática o, en la gran mayoría de las ocasiones, ligeramente insinuado, quedando en blanco el núcleo urbano. Con motivo de los preparativos para una gran ofensiva armada sobre la ciudad de Argel, planificada discontinuamente sin éxito a mediados del siglo XVIII (la expedición no se llevó a cabo hasta 1775), el ingeniero Juan Bautista French indicaba en la



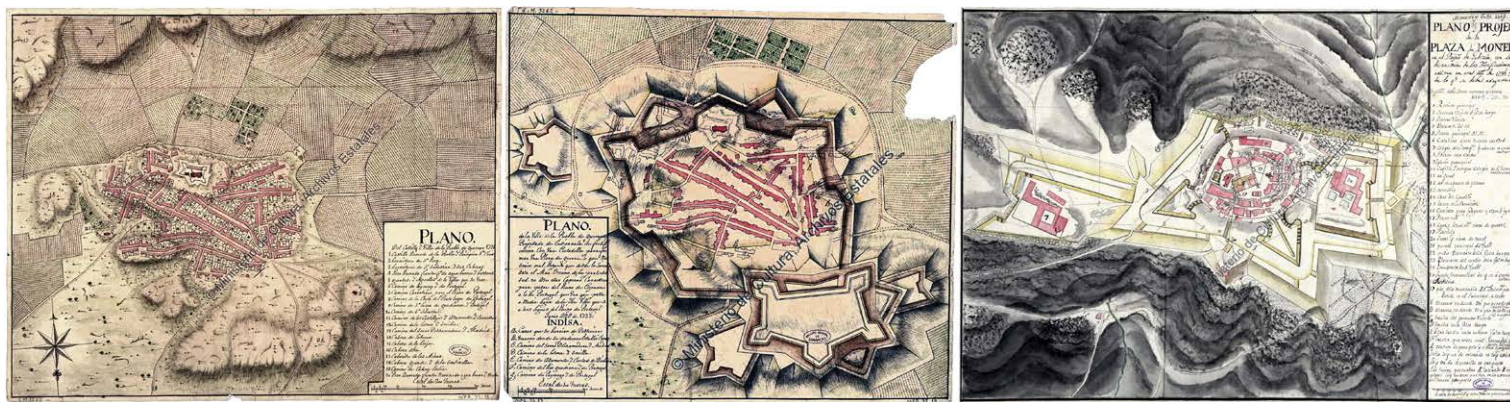


Fig. 31-33 – De izquierda a derecha: 31. [Martín Fovet], *Plano Del Castillo y Villa de la Puebla de Guzman* 1725. s.l., 1725. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 33, 018; 32. [Martín Fovet], *Plano de la Villa de la Puebla de Guzman Projectado de Ensierarla de fortificazion. Con una Ciudadella para formar una Plaza de Guerra, lo que no seria mal. Respecto que desde la Siera asta el Mar Oceano de la parte del Sud no aye otro Camino Carrettero para pasar del Reino de Espana a lo de Portugal que uno que passa a Media Legua de la d[ic]ha Villa que es a tres Leguas del Reino de Portugal.* s.l., junio 1725. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 33, 017; y 33. Francisco Montañut, *Plano y Proyecto de la Plaza de Monterey en el Reyno de Galizia, con la distincion de las Fortificaciones que existen en este año de 1726 y de lo que se debe exequitar.* s.l., [1726]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 20, 086.

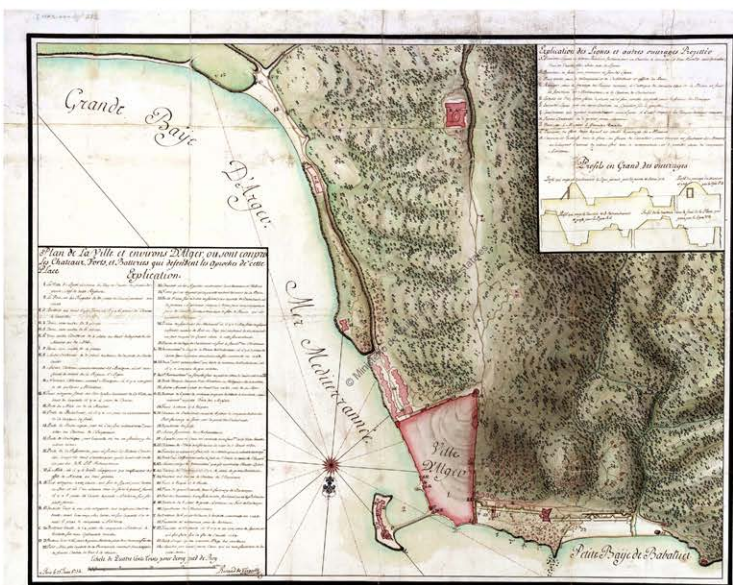
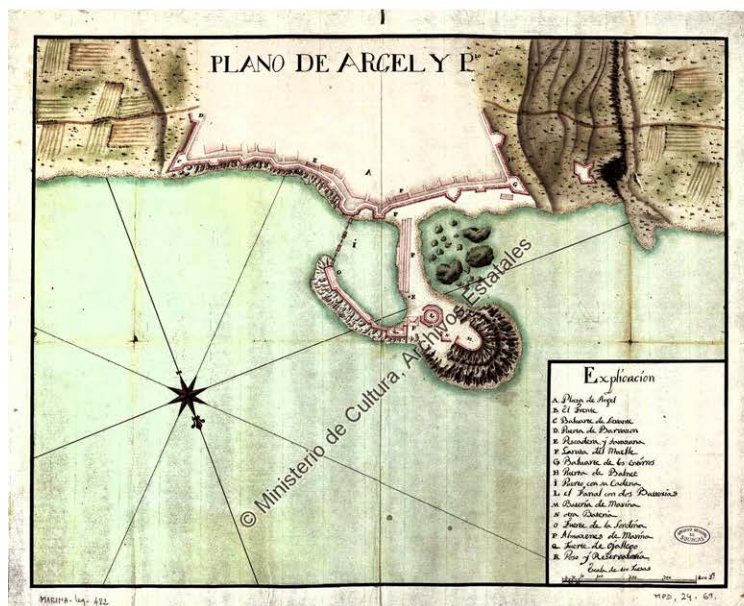


Fig. 34-36 – De izquierda a derecha y de arriba abajo: 34. Juan Bautista French, *Assi pareze, la Costa de Argel, vista desde la Mar N[orte] S[ur]* con la distincion, que, mirada de 6 ó 7 Leguas, se conocerá por lo que representan estas Montañas donde corresponden los cabos Cassine y Montifú, y que al respecto de que se fuere acercando quien esto viere, descubrirá los Puntos principales que aquí se Notan. Cartagena, 26 noviembre 1749. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 24, 068; 35. Anónimo, *Plano de Argel y P[er]t[urbacion]*. s.l., [ca. 1749]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 24, 069; y 36. Francisco Ricaud de Turgalle, *Plan de La Ville et environs D'Alger ou sont compris Les Chateaux, Forts, et Batteries et environs, qui defendent les approches de cette Place.* París, 23 junio 1754. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 22, 014.



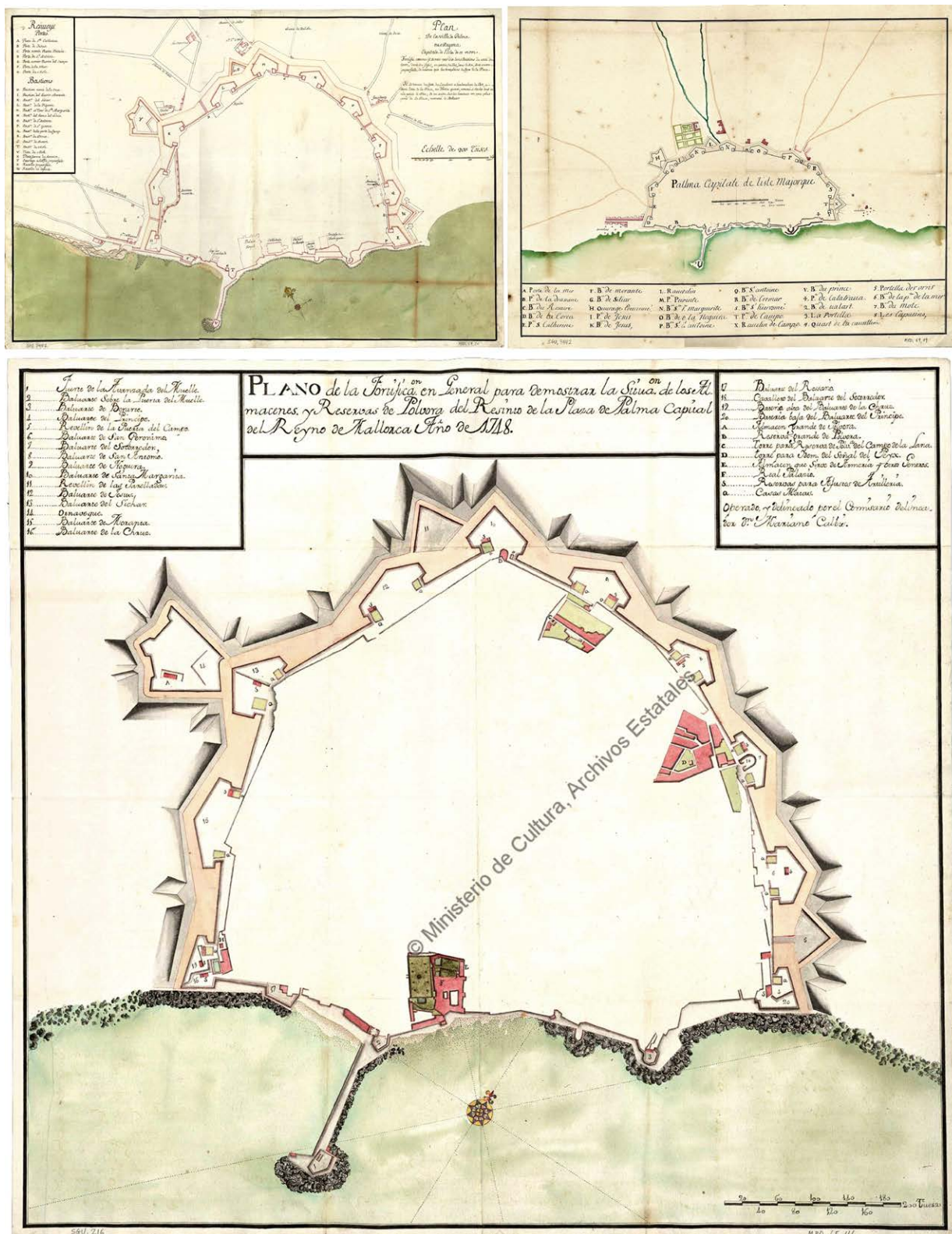


Fig. 37-39 – De izquierda a derecha y de arriba abajo: 37. Anónimo, *Plan de la Ville de Palma ou Majorque Capitale de L'Isle de ce nom Fortifié comme se voit par dis bons Bastions du costé de terre, dont les fossez en partie, taillez dans le Roc, sont encore imparfaits, de mesme que les terreplains du Corps de la Place.* [Barcelona?], [ca. 1714]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 69, 020; 38. Anónimo, *Pallma Capitale de lisle Majorque.* [Barcelona?], [ca. 1714]. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 69, 019; y 39. Mariano Calbis, *Plano de la Fortifica[c]ion en General para demostrar la Situa[c]ion de los Almacenes y Reservas de Polvora del Resinto de la Plaza de Palma Capital del Reyno de Mallorca...* [Palma de Mallorca?], 1748. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 65, 046.



documentación confeccionada a tal efecto, concretamente en uno de los planos realizados para el estudio estratégico de la bahía argelina, que “suponase ocupa la Ciudad el Espacio D.G. y como figurada en otra parte, se escusa aquí”. Esta apostilla indicaba a las claras el valor instrumental del material cartográfico y la dependencia del trazo respecto de las explicaciones textuales correspondientes, tanto las incorporadas en las cartelas o los recuadros a tal efecto como en los sustanciosos informes y cartas que solían acompañar los mapas y planos (Epalza 1988). En este caso particular, French volvía a remitir a dichos papeles, puesto que “por lo que mira à distancias entre Cabos, y Castillos, se hà dicho donde corresponde” (fig. 34-36). Esta complementariedad mutua entre el texto y la imagen provocaba, cuando la última dependía en gran medida de las explicaciones del primero, que a la hora de copiar los planos para ser enviados a otra autoridad o para gestionar el desarrollo de las obras en otro despacho pudieran existir alteraciones o cambios en la delineación e incluso en la denominación de los elementos representados sobre el papel, lo cual dependía también de la diversa pericia de cada uno de los dibujantes. La imagen transformada o fantaseada en la copia constituía un factor perturbador en el seguimiento racional y acreditado del valor riguroso y científico de la información que supuestamente había de transmitir el documento cartográfico. Tales derivaciones eran particularmente evidentes en la confección de los planos en limpio a partir de esbozos realizados sobre el terreno, aunque resulta sorprendente comprobar las diferencias existentes entre diseños que habían sido elaborados igualmente sobre la mesa de dibujo, pero que demostraban la utilización de datos contaminados o de cartografía supuesta o incorrecta, llagando, en ocasiones, a mostrar inexplicables disimilitudes en términos de escala, proporción, ubicación, orientación y disposición planimétrica y altimétrica (fig. 37-39) (Tous 2002).

## Delirio cartográfico y fantasía de la imagen urbana

Un atractivo ejemplo de fantasía aplicada al diseño de morfologías y tipologías de fortificación lo constituye el mapa imaginario concebido “d’idée” por Claude Masse en el que el famoso ingeniero y cartógrafo francés mostraba, a partir de un profundo conocimiento de los sistemas defensivos vigentes, un repertorio de elementos variopintos que venían a ofrecer una serie de modelos reconocidos en la teoría y la práctica de la poliorcética vinculada a los usos de la fortificación abaluartada permanente (fig. 40) (Espace 1987; Faille et al. 2001). Esta especie de catálogo cartográfico no pretendía proponer un sistema ideal defensivo en un territorio real, sino que jugaba de modo arbitrario y más bien formalista con los tópicos acumulados en torno al conocimiento de la tratadística sobre fortificación desarrollada principalmente a lo largo del siglo XVII y su evolución durante el primer cuarto del

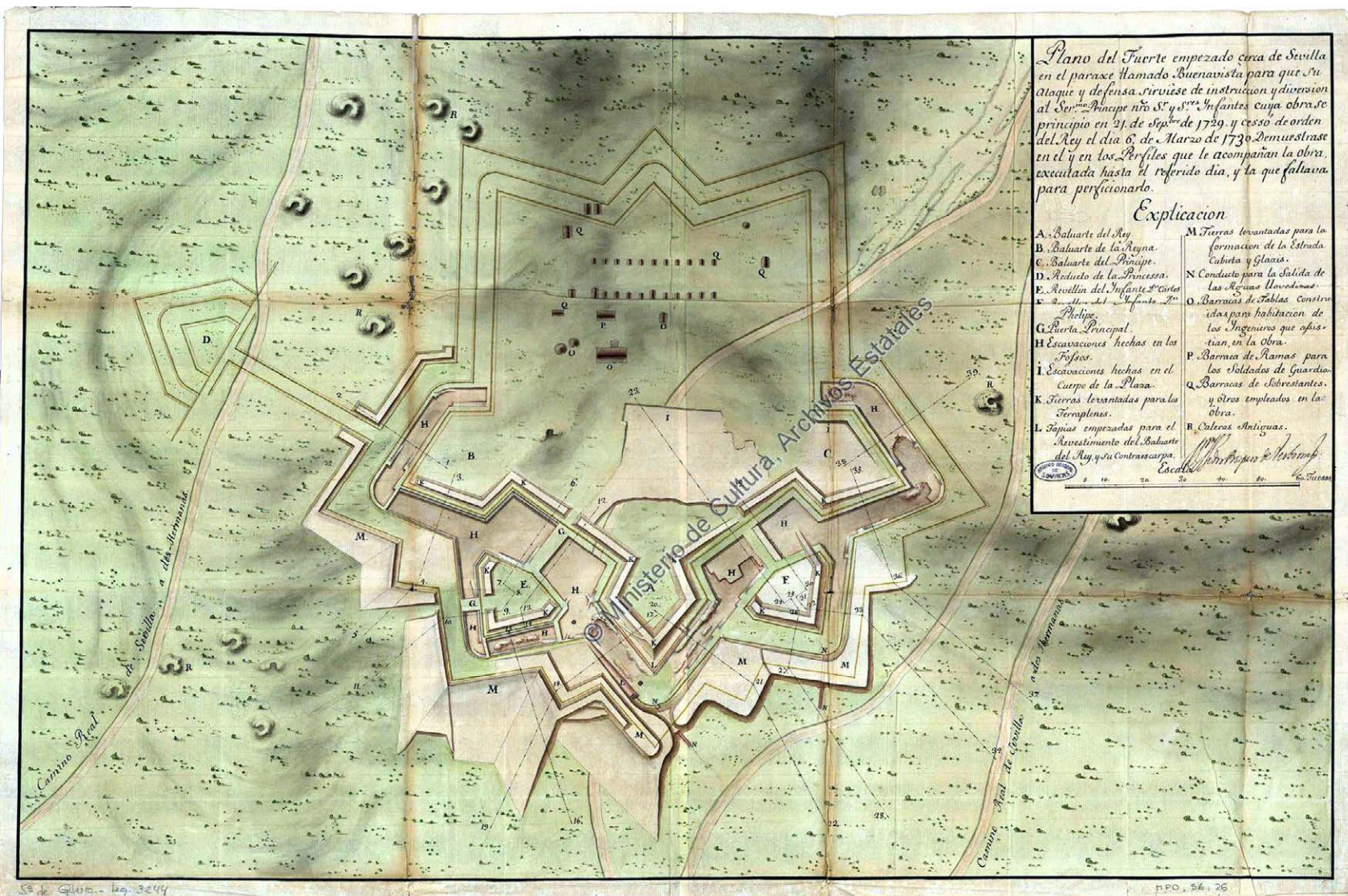


Fig. 40 – Claude Masse. *Plan d'une place d'idée ou on suppose un terrain très diversifié dont on pourroit occuper les différents postes par des ouvrages et forts qui seroient convenables...* s.l., 1703. Service Historique de l'Armée de Terre. Bibliothèque du Génie, fol. 131, dessin 2, feuille 57.

XVIII. La búsqueda de la idealización en los proyectos de fortificación aplicados al sistema defensivo urbano real condujo a proponer en ocasiones verdaderas máquinas inverosímiles de dudosa funcionalidad poliorcética y fatuas utopías formales y tipológicas (Rodríguez de la Flor 1990). La pretensión de que la ciudad había de aumentar su capacidad defensiva permitió a algunos ingenieros o responsables de dichas empresas dar rienda suelta a planteamientos fantásticos y a razonamientos abigarrados sobre la idoneidad de sus propuestas. En el fondo, tales sofisticaciones en los tipos y las morfologías de fortificación constituían verdaderas hibridaciones o derivaciones manieristas de los tópicos establecidos en la ortodoxia del arte poliorcético y de los sistemas abaluartados.

Una propuesta interesante, que mezclaba el sentido lúdico con la vertiente pedagógica de la teoría y la práctica de la fortificación lo constituyó el proyecto encargado al ingeniero Isidro Próspero Verboom para construir un fuerte en las cercanías de Sevilla destinado “para que su ataque y defensa sirviese de instrucción y diversión al Ser[enisi]mo Principe n[uest]ro S[eño]r y S[eño]res Ynfantes”. El hijo mayor del Ingeniero General había dirigido la obra desde su comienzo en 1729 hasta que el propio monarca dio la orden de suspenderla cinco meses y medio más tarde. La intención de la empresa consistía en erigir una estructura siguiendo los usos de la fortificación abaluartada convencional (fig. 41). La aplicación de la didáctica polior-





cética a los juegos infantiles, y en general al juego (Rodríguez de la Flor 1986), permitió manejar de un modo descontextualizado la fantasía en un diseño de bella geometría, aunque desde un análisis planimétrico pudieran observarse ciertas disfuncionalidades que se alejaban nítidamente de los planteamientos utilizados en la proyección contemporánea de complejos fortificados de nueva planta<sup>12</sup>. Otras muestras de diseño “creativo” personalizado en términos de fortificación abaluartada permanente destinada a mejorar la estructura defensiva urbana preexistente fueron sugeridas en diversas ocasiones a la hora de intervenir en los perímetros amurallados de algunas ciudades que mostraban ciertas carencias preocupantes para su seguridad. El interés mostrado desde la Secretaría de la Guerra para que Barcelona se convirtiera en una sólida plaza fuerte, tras haber consolidado su carácter represor hacia el interior de la ciudad con motivo de las obras emprendidas a raíz de la victoria borbónica en la Guerra de Sucesión, entre las cuales destacaban la erección de la ciudadela, el acondicionamiento del fuerte de Montjuic, la transformación de varios edificios en cuarteles para la guarnición y la restauración y reformas emprendidas en varios baluartes defectuosos o dañados por los bombardeos del asedio a la ciudad en 1713-1714, condujo a afrontar el refuerzo de los tramos de muralla entre, por un lado, los baluartes de Tallers y de la Puerta del Ángel, y por otro, el propio de Tallers con el de San Antonio (Muñoz Corbalán

Fig. 41 – Isidro Próspero de Verboom, *Plano del Fuerte empezado cerca de Sevilla en el paraxe llamado Buenavista para que su ataque y defensa sirviere de instruccion y diversion al Ser[enisi]mo Principe n[uest]ro S[en]o[r] y S[en]o[r]as Ynfantes cuya obra se principio en 21 de Sep[tiem]bre de 1729 y cesso de orden del Rey el dia 6 de Marzo de 1730... [Sevilla?], [1730]*. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 56, 026.

<sup>12</sup> Una reflexión más amplia sobre este proyecto aparecerá dentro de una ponencia bajo el título “Fortificación y pedagogía. Ingeniería militar teórica y cartografía entre el rigor académico-institucional y la poliorcética lúdica”, que presentaré en un congreso sobre fortificación a celebrar en Sevilla (25-26 septiembre 2018).



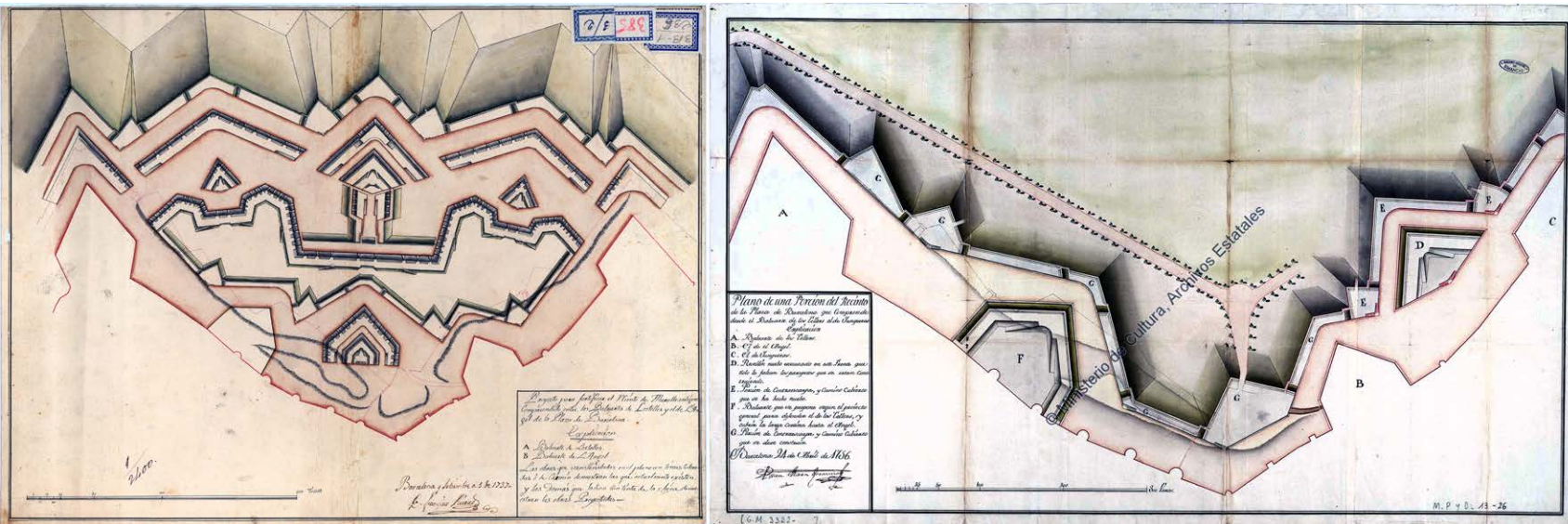


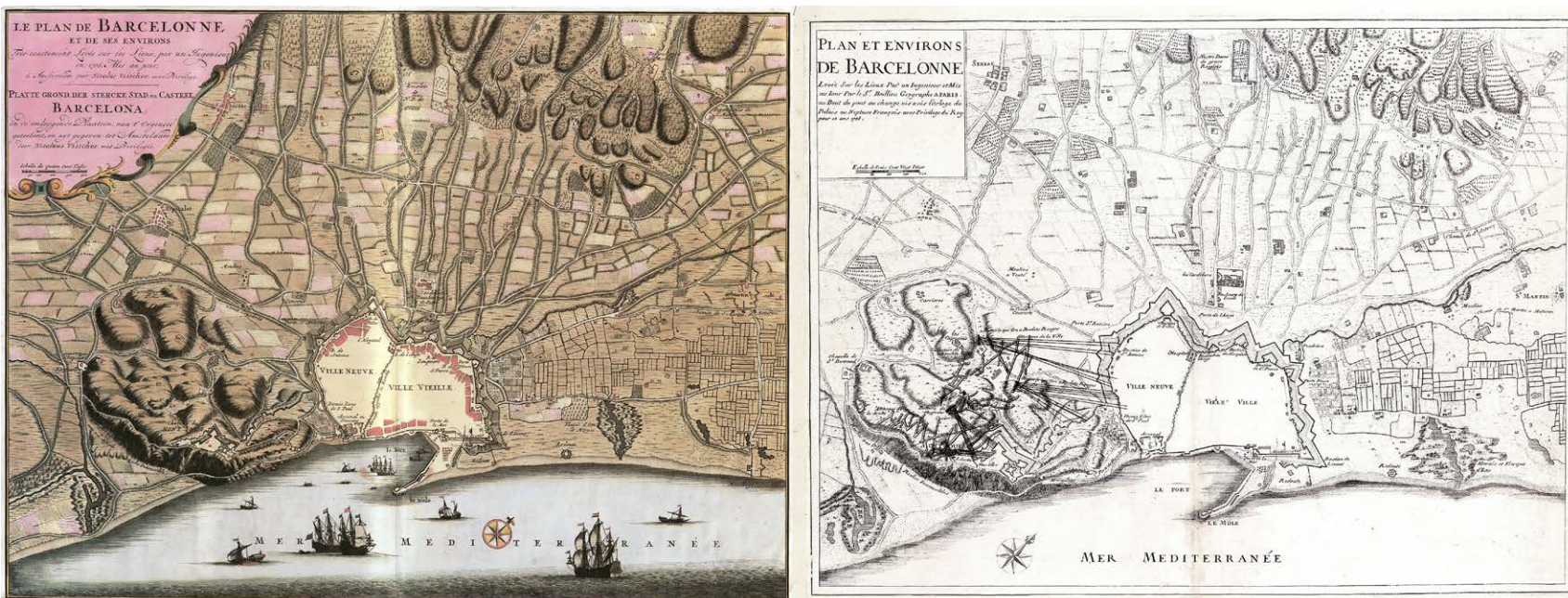
Fig. 42-43 – De izquierda a derecha: 42. Francisco Ricaud, *Proyecto para fortificar el Recinto de Muralla antigua Compreendido entre los Baluartes de Lostelles y el de L'Angel de la Plaza de Barcelona*. Barcelona, 5 septiembre 1737. AGM-M, Cartoteca Histórica, B-13-05; y 43. Juan Martín Zermeno, *Plano de una Porcion del Recinto de la Plaza de Barcelona que comprende desde el Baluarte de los Tellers al de Junqueras*. Barcelona, 24 abril 1756. AGS, Mapas, Planos y Dibujos, 13, 026.

2017)<sup>13</sup>. La idea radicaba en construir nuevos bastiones para subsanar el vacío existente a lo largo de dichas cortinas, cuya potencia defensiva se basaba exclusivamente en unas obsoletas torres medievales. El diseño tanto de los dos baluartes de poniente como el del que definitivamente fue construido cerca del antiguo *Estudi General* universitario, a partir del proyecto de Juan Martín Zermeno, seguían unas formas ortodoxas que sin embargo no ofrecían los diseños de varios ingenieros que participaron en el concurso de ideas a instancias de la flamante Real Junta de Fortificaciones establecida en la Corte, algunos de ellos calificables como verdaderos delirios fantásticos de enrevesadas morfologías y difícilmente sostenibles desde unos criterios mínimamente razonables para la eficacia poliorcética<sup>14</sup> (fig. 42-43). Quizás los más sorprendentes ejemplos de alejamiento de la realidad referidos a la ciudad y a su imagen en términos vinculados a sus valores poliorcéticos lo constituyeron aquellas representaciones urbanas, tanto planimétricas como panorámicas, donde la plaza era mostrada de una manera que no se correspondía con la realidad, ofreciendo un aspecto y unas características producto de la imaginación o de una cierta confusión o desidia en el manejo de las fuentes y los modelos, tanto textuales como cartográficos e iconográficos, en las que el valor estético, simbólico, anecdótico o aproximativo de la imagen se superponía a lo que debería ser una muestra de información visual fiel al escenario real. Este tipo de alienaciones se produjo principalmente mediante la difusión indiscriminada de material gráfico que determinados impresores consideraron apto para ser utilizado arbitrariamente con el fin de describir o mostrar el retrato urbano. Incluso, en no pocas ocasiones, los ingenieros militares y los delineadores que tenían la misión de realizar sus trabajos cartográficos dentro de la mayor fidelidad posible a la realidad no tuvieron alternativa y echaron mano de mapas, planos y grabados en los que existían errores o invenciones que provocaban resultados inútiles para la función requerida. Un caso particular de gran atractivo casuístico fue la ciudad de Barcelona durante los

<sup>13</sup> Respecto de estas cuestiones también presenté una comunicación en el XXIV Congreso del International Seminar on Urban Form (Valencia, 27-29 septiembre 2017) sobre “Geometric and poliorcetic inertia in the fortified system vs urban morphological inflections in 18th-century Barcelona”.

<sup>14</sup> Sobre esta empresa específica me hallo preparando un texto bajo el título “Fortificación y sueño de la razón. Fantasía cartográfica en la Barcelona del siglo XVIII”.





siglos XVI a XVIII<sup>15</sup>. Contemplando solamente aquella producción gráfica concerniente a aspectos estratégicos o militares, la propia historia en la que se vio envuelta la capital catalana favoreció la profusión cartográfica y la difusión de numerosos grabados donde puede apreciarse la diversidad de criterios para enfrentarse a la representación de la ciudad en un contexto bélico o en períodos en los que, sin hallarse inmersa en conflictos de tales características, su imagen quedaba sometida a los condicionamientos que la habían llevado a adoptar una determinada estructura poliorcética.

Las representaciones en planta de la Ciudad Condal atañen estrictamente a la voluntad de ofrecer información sobre el estado de las fortificaciones correspondientes al perímetro amurallado y los progresivos elementos añadidos en diferentes momentos de la historia moderna para reforzar la seguridad de la plaza y también, evidentemente, el seguimiento de las acciones poliorcéticas emprendidas para su asedio y conquista. Una vez presente bajo el dominio público, el material elaborado por los ingenieros militares era considerado el verdaderamente fiable y merecedor de respeto para garantizar el conocimiento real de la estructura, la disposición y las magnitudes del ente urbano. Por ello, en algunas piezas cartográficas estampadas por imprentas de prestigio se hacía especial hincapié en que el plano y sus detalles topográficos estaban “très-exactement levés sur les lieux, par un Ingenieur”. Éstas son las piezas que merecieron la confianza de los impresores para su reproducción fidedigna y que permitieron su reutilización o revisión en otras ediciones por parte de otros talleres (fig. 44-45). Sin embargo, también vieron la luz otras cartografías inverosímiles que mostraban una planimetría barcelonesa escandalosamente desatinada, que a su vez contribuyeron a difundir una imagen falsa de la ciudad y sus

Fig. 44-45 – De izquierda a derecha: 44. Anónimo, *Le Plan de Barcelonne et de ses Environs Très-exactement Levés sur les Lieux, par un Ingenieur, en 1706. Mis au jour.* Amsterdam: Nicolas Visscher, [ca. 1706-1707]; y 45. Gaspard Bailleul, *Plan et Environs de Barcelonne Levée Sur les Lieux Par un Ingenieur et Mis au jour Par le Sr. Baillieu Geographe...* Paris: au Bout du pont au change vis a vis l'orloge du Palais au Neptune François avec Privilege du Roy pour 10 ans, 1708.

<sup>15</sup> En relación a la cartografía y la iconografía urbana de la Ciudad Condal, también existen numerosos estudios: Galera et al. 1982; García Espuche et al. 1995; García Espuche 1995a, 1995b; Grau et al. 2014; Guàrdia 1996; Hernando Rica 2012; Montaner et al. 2011; Muñoz Corbalán 2011; Soley et al. 1998, 2017.



características constitutivas, cebándose en los tópicos propios de la propaganda belicista (fig. 46-47). Éstas todavía manejaron unos materiales gráficos relativamente aproximados a la realidad material, pero hubo algún impresor que no tuvo reparos en inventarse literalmente una Barcelona irreal, publicando absurdos e inútiles garabatos de nulo sentido informativo (fig. 48).

La representación panorámica de la ciudad comportaba, por otro lado, la incorporación de valores más próximos a una concepción artística, basándose en imágenes producto de la observación óptica y en la inclusión de sensibilidades próximas a las visiones paisajistas. Desde los criterios propios de los artífices del siglo XVI hasta las piezas realizadas bajo la influencia de las nuevas tendencias románticas a finales del siglo XVIII y principios del XIX, la iconografía urbana adoptó diversas variables entre la voluntad de ser fieles a la realidad percibida y la más extraordinaria fantasía. Atendiendo exclusivamente a los atributos directamente relacionados con las características poliorcéticas de la ciudad y sus elementos fortificados, también puede constatar una disparidad de actitudes a la hora de reflejar el paisaje urbano y sus morfologías. Siguiendo con el caso barcelonés, muy rico en material gráfico, las vistas de la ciudad en términos panorámicos no dejaron de caer en los mismos tópicos que las representaciones quiméricas zenitales. Las visiones que se alejaban de una referencia fidedigna a la realidad tuvieron su papel en el imaginario difundido por Europa y que mostraban una capital en ocasiones utópica o fabulosa, mitificada en función de los intereses políticos e ideológicos que subyacían al proceso cartográfico.

En contraste con los perfiles urbanos y las vistas de Van den Wyngaerde o de Borzano, verdaderos retratos de la autenticidad material ante los ojos del artífice, la profusión de grabados sin rigor en la representación mimética de la ciudad propor-

Fig. 46-47 – De izquierda a derecha: 46. Pieter Schenk, *Barcelona, aande Middellandsche Zee, wel eer in der Carthaginenserren, Gothen, Sarazeenen en eindelyk der Franschen krygsmagt, onderwerpt sich koning Carel de III, den 14 Octob. 1705.* Amsterdam: casa del autor, 1707; y 47. H. Westphalen, *Eine accurate Vorstellung Von Barcelona, die Haupt-Stadt des Fürstenthums Catalonien, im Prospect und Grundris, wie selbige von denen Spaniern u[nd] Franzosen 13 Monat hart belagert, u[nd] d[en] 11 Sep[tember] 1714 erobert.* Hamburg: casa del autor, [ca. 1720].





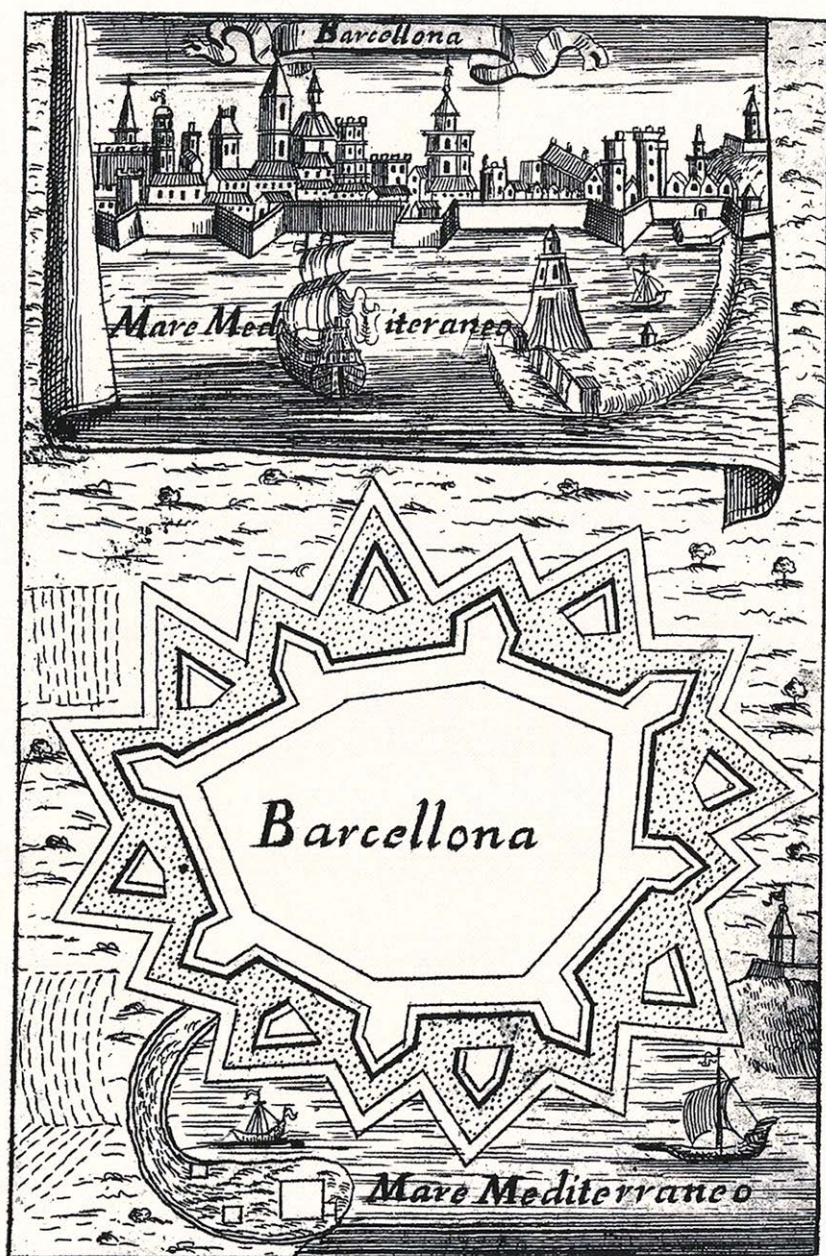


Fig. 48 – Giacomo Bertan, “Barcellona”. In *Ragvaglio Historico Di quanto è seguito doppo la Pace di Nimega Nelle Guerre intraprese dal Rè Christianissimo Luigi XIV Con Li Principi collegiati Infino alla conclusione della Pace Generale ... di Rysuich l’Anno 1697 ...* Venecia: casa del autor, 1699.

cionó al mercado de la imagen grabada piezas de gran impacto visual y “catarsis” ideológica, pero de dudosa solvencia y confianza iconográfica. En esta carencia de credibilidad tenía mucho que ver la mediatización que el delineador y/o el grabador introducía en sus obras al no haber contemplado *in situ* el modelo a representar. Desde las imágenes que ofrecían vistas aproximadas de la ciudad, a menudo plagadas de morfologías arquitectónicas ficticias o absolutamente descontextualizadas respecto de los usos constructivos autóctonos, hasta aquellas que directamente



<sup>16</sup> En este artículo existe una confusión, que se refleja en su propio título, relativo a la autoría de la serie de grabados sobre el sitio de Barcelona de 1713-1714. A pesar de mi error de interpretación en cuanto al nombre del artista, que no fue el pintor cortesano rosellonés Hyacinthe Rigaud (Jacint Rigau i Ros), sino el dibujante y grabador Jacques Rigaud, el resto de los contenidos del estudio, relativos a la relación entre la teoría poliorcética puesta en práctica en el citado asedio y su relación con la iconografía utilizada en dicha serie son totalmente válidos.

utilizaban panorámicas de otros lugares ajenos el corpus icónico urbano fue adquiriendo una heterogeneidad que definitivamente lo alejaba de las representaciones estrictamente concernientes a cuestiones relacionadas con las fortificaciones de las plazas fuertes y sus valores intrínsecamente estratégicos y poliorcéticos.

Esta especie de frivolidad o tendencia a fantasear la fisonomía de las ciudades condujo a ejemplos verdaderamente sorprendentes. Así, Barcelona, una plaza históricamente famosa por los asedios sufridos en diversas ocasiones por unos y por otros, podía llegar a disponer de arquitecturas propias de latitudes más septentrionales (francesas, flamencas, germánicas...) e, incluso, intercambiar arbitrariamente su identidad por la ría de Vigo según la imagen difundida a raíz de la batalla naval de Rande, transcurrida en la ensenada de San Simón el 23 de octubre de 1702 en plena Guerra de Sucesión (fig. 49-50). O en otros casos, algo habitual entre diversos grabadores, servir como modelo para que su imagen pudiera utilizarse en obras gráficas vinculadas a una ciudad diferente, identificándola sin escrúpulos con esta otra capital sin relación ni parecido alguno. Es el caso de la serie grabada por Jacques Rigaud sobre el sitio de Barcelona de 1713-1714 (Hernández-Cardona et al. 2014; Muñoz Corbalán 1991a<sup>16</sup>), que sirvió para inspirarse en la ilustración de otros acontecimientos bélicos protagonizados por otras ciudades europeas. De este modo, la Ciudad Condal se transformaba indiscriminadamente en plazas como la de Maastricht, en cuya estampa invertida la original torre de señales del castillo de Montjuïc se transformaba cómicamente en un molino de viento flamenco (fig. 51-52).

Fig. 49-50 – De izquierda a derecha: 49. Anónimo, *Barcelone Ville Capitale de la Principaute de Catalogne*. [Amsterdam], [ca. 1706]; y 50. F. J. Kaarsgieter (Inv.) y La Feuille, Daniel de (Excud.), *La Levée du Siege de Barcelonne. De Campagne der Bondgenooten van den laare 1706*. [Amsterdam], [ca. 1706].







Fig. 51-52 – De arriba abajo: 51. Jacques Rigaud (In. Sculp.), “Attaque et Logement du Chemin Couvert”. In *Representations des actions les plus Considerables du Siege d’une Place...* On a pris plusieurs sujets d’un des Sieges de Barcelonne, et representant les Veues de cette place, feuille 3. París: chez le Sr. [Gaspard] Du Change, Graveur du Roy, rue St. Jacques, et chez l’auteur dans la même Rue, 1732; y 52. Anónimo, “Siege de Maastricht [título invertido] Siege de Maastricht par les Troupes de France commandée par M[onsieu]r le Marechal de Lowendal”. s.l., s.d.

La cartografía urbana ofrecía, en contadas ocasiones, un contraste entre formas poco cuidadas, esbozadas o distorsionadas, simultáneamente a una esmerada voluntad por representar meticulosamente el detalle de algunos edificios emblemáticos de la ciudad, lo cual permitía garantizar la verosimilitud de la información proporcionada. Esta ambivalencia es patente en el ejemplo de un plano de finales del siglo XVIII que muestra la Ciudad Condal a vista de pájaro y donde se produce una discordancia entre, por un lado, la simpleza esquemática de la trama urbana, el perímetro amurallado y algunos elementos urbanos característicos como la ciudadela, y por otro, el retrato casi literal, aunque resueltamente abocetado con calidad pictórica, de construcciones como el castillo de Montjuïc, la catedral, las iglesias de Santa María del Pino y Santa María del Mar, los conventos de San Francisco y Santa Catalina, las puertas urbanas de tierra y de mar, la linterna del puerto, el barrio de la Barceloneta con su iglesia de San Miguel del Puerto, el propio fondeadero con su muelle y otros edificios civiles como la nueva aduana o la casa Lonja, sede de la recientemente creada Junta de Comercio. Esta imagen evidencia claramente la evolución acelerada que protagonizó Barcelona en tanto que centro comercial e industrial en la España ilustrada de los reinados de Carlos III y Carlos IV y la influencia que dichos cambios operados en la sociedad y la dinámica del Estado ejercieron sobre la sensibilidad del imaginario colectivo y, en particular, de

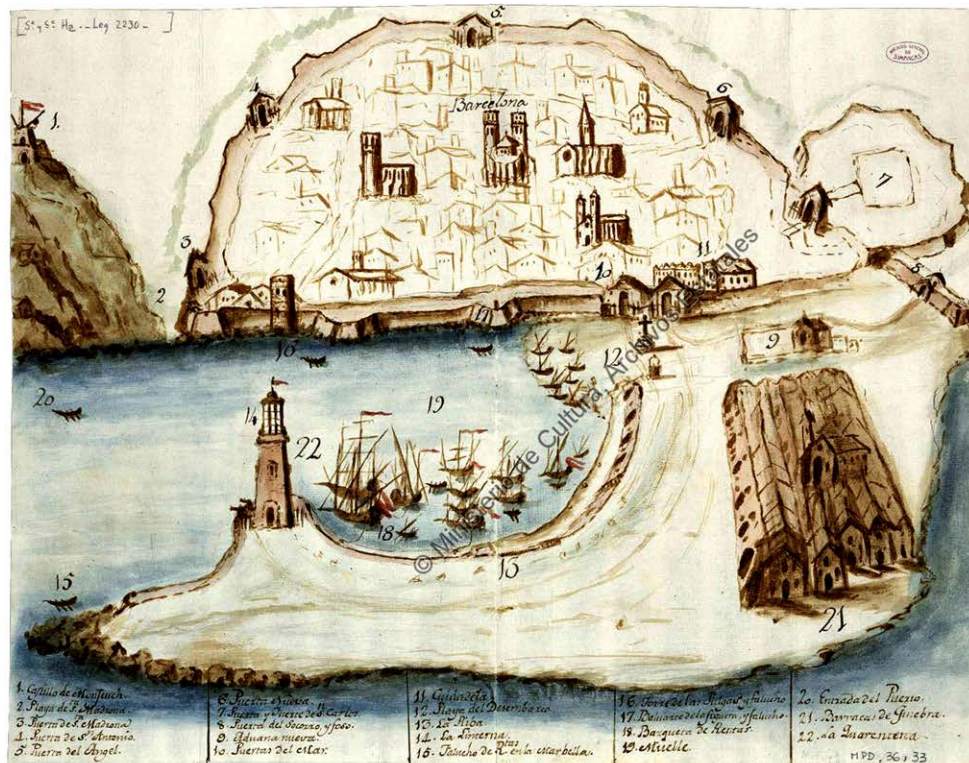


<sup>17</sup> Sobre estas cuestiones presenté una ponencia en el Congreso Internacional “Arte, Ciudad y Culturas Nobiliarias en España (Siglos XV-XIX), celebrado en el Archivo Histórico Nacional, Madrid (15 – 18 febrero 2018), con el título “El ingeniero militar se urbaniza y urbaniza la Barcelona del siglo XVIII”.

aquellos que se ocuparon de dibujar, pintar y grabar el aspecto de las ciudades en proceso de transformación<sup>17</sup>.

En este nuevo tipo de imágenes urbanas, los atributos militares se desvanecían o adquirían un segundo plano simbólico ante las formas que pretendían encarnar los motores sociales y económicos del cambio a través de su individualización destacada mediante la presencia de las citadas empresas constructivas, en claro contraste con otras imágenes de la ciudad que centraban la fuerza visual en las esenciales estructuras defensivas y las acciones bélicas propias de un tiempo todavía anclado en las luchas por el poder mediante la guerra, desde los tiempos de los Austrias hasta el primer Borbón. La progresiva disociación del icono urbano respecto de su naturaleza predominantemente estratégica y poliorcética fue corriendo paralela al desarrollo socioeconómico, político-cultural y científico-técnico de aquellas ciudades que tuvieron la oportunidad de modernizar sus propias morfologías con intervenciones urbanísticas y arquitectónicas renovadoras bajo los auspicios del pensamiento ilustrado (Crespo 2015, 2016; Navascués et al. 2014; Sambricio 1991). En este sentido, pareció existir una necesidad de constatar los nuevos tiempos vividos desde mediados del siglo XVIII mediante la proliferación de iconografías urbanas alegóricas donde los elementos de la ciudad representados, con cierta fidelidad pero arbitrariamente distribuidos en función del sentido emblemático de la composición, procuraban reflejar su condición de símbolos de dicho progreso, tal como aparecía en una ilustración de *Lección de Artillería para el uso de la clase*

Fig. 53-54 – De izquierda a derecha: 53. Anónimo. Vista caballera de Barcelona. [Barcelona], [1788]. ACS, Mapas, Planos y Dibujos, 36, 033; y 54. Francisco Boix (*Sculp.*) y Juan Pablo Canals (*inv. et del.*), “*Barcino Bonis Artibus*”. Barcelona, 1758. In Cerdà, Tomás. 1764. *Lección de artillería para el uso de la clase*. Barcelona: Francisco Suriá, impresor de la Real Academia de Buenas Letras de dicha ciudad.

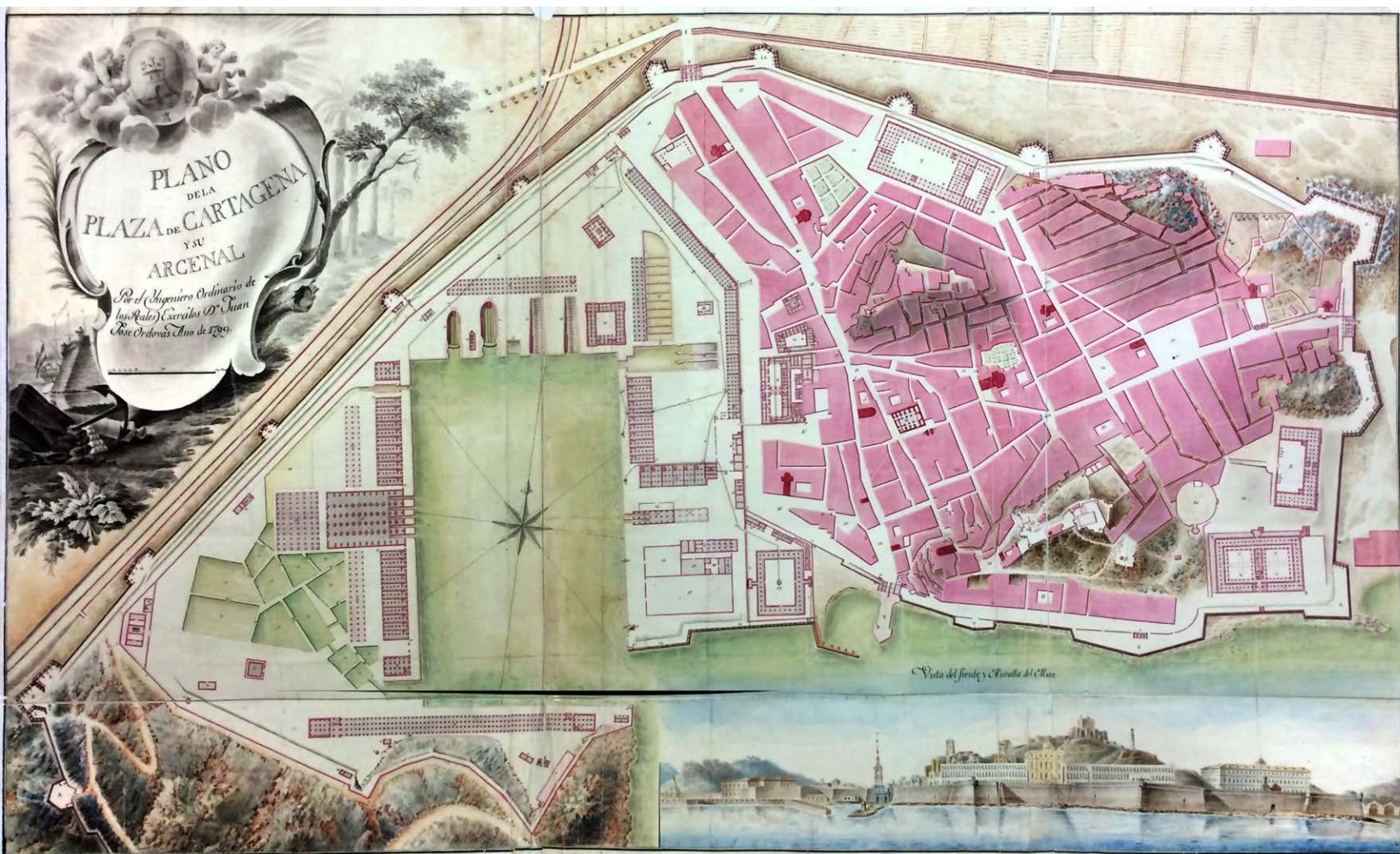




del jesuita Tomás Cerdà en 1764, tres años antes de la expulsión de la Compañía de Jesús por orden de Carlos III, donde la nueva población de la Barceloneta, la linterna del puerto con sus muelles y las máquinas de dragado se constituían como marco escénico de una alegórica Minerva protectora del comercio, las artes, las matemáticas y la industria barcelonesa (fig. 53-54).

En términos cartográficos, a excepción de aquellos ingenieros que gozaron de unas habilidades artísticas extraordinarias, la producción vinculada al ámbito de la fortificación y los intereses militares se condujo institucionalmente hacia la vía de los sistemas de representación universales dentro de los parámetros y el lenguaje objetiva y racionalmente técnico. La fantasía subjetiva encontró en el floreciente espíritu del Romanticismo nuevos caminos para acometer la representación de la forma urbana en términos decididamente individualizados, no pudiendo menospreciar, sin embargo, el testimonio material de la propia realidad histórica (fig. 55). ●

Fig. 55. – Juan José Ordovás, “Plano de la Plaza de Cartagena y su Arrenal Por el Ingeniero Ordinario de los Reales Ejercitos D[on] Juan Jose Ordovas. Año de 1799”. In *Atlas político y militar del Reyno de Murcia formado por el Capitan de Infantería é Ingeniero Ordinario de los R[eale]s Ejercitos Don Juan José Ordovas. Año de 1799*. [Cartagena?], 1799. AGM-M, Cartoteca Histórica, Atlas 161, plano 27.



## Bibliografia

- Aguilar Civera, Inmaculada. 2012. *La fachada litoral: naturaleza y artificio. Mapas, planos, cartas y vistas de la Comunidad Valenciana, 1550-1868*. Valencia: Conselleria d'Infraestructures, Territori i Medi Ambient.
- Alfaro Gil, Juan Manuel. 2011. "La Barcelona de Zermeno". In *Cartografías visuales y arquitectónicas de la modernidad. Siglos XV-XVIII*, ed. Sílvia Canalda, Carme Narváez y Joan Sureda, 327-342. Barcelona: Universitat de Barcelona – Publicacions i Edicions.
- Arias Sierra, Pablo. 2003. *Periferias y nueva ciudad. El problema del paisaje en los procesos de dispersión urbana*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Barron, Roderick M. 2008. "Bringing the map to life: European satirical maps 1845-1945". *Belgeo. Revue belge de géographie* 3-4: 445-464.
- Beaulieu, Sébastien de Pontault de. 1694. *Les glorieuses conquestes de Louis le Grand, roy de France et de Navarre...* Paris: ed. autor.
- Behringer, Wolfgang. 1996. "La storia dei grandi libri della città all'inizio dell'Europa moderna". In Seta 1996, 148-157.
- Belidor, Bernard Forest de. 1729. *La science des ingenieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'architecture civile. Dedié au Roy...* Paris: Claude Jombert.
- Blanchard, Anne. 1979. *Les Ingénieurs du Roy de Louis XIV à Louis XVI. Étude du Corps des fortifications*. Montpellier: Université Paul Valéry.
- Blanes Martín, Tamara. 2001. *Fortificaciones del Caribe*. La Habana: Letras Cubanas.
- Bonet Correa, Antonio. 1991. *Cartografía militar de plazas fuertes y ciudades españolas. Siglos XVII-XIX. Planos del archivo militar francés*. Madrid: Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales.
- Bousquet-Bressolier, Catherine, dir. 1995a. *L'œil du cartographe et la représentation géographique du Moyen Âge à nos jours. Actes du colloque européen sur La cartographie topographique. Paris, 29-30 octobre 1992*. Paris: Ministère d'éducation nationale, de l'enseignement supérieur, de la recherche et de l'insertion professionnelle y Comité des travaux historiques et scientifiques (Mémoires de la section de géographie physique et humaine, 18).
- Bousquet-Bressolier, Catherine. 1995b. "De la 'peinture géométrale' à la carte topographique. Évolution de l'héritage classique au cours du XVIII<sup>e</sup> siècle". In Bousquet-Bressolier 1995a, 93-106.
- Bousquet-Bressolier, Catherine, dir. 1999. *Le paysage des cartes: genèse d'une codification. Actes de la 3<sup>e</sup> journée d'étude du Musée des Plans-Reliefs*. Paris: Musée des Plans-Reliefs.
- Braun, Georg, y Franz Hogenberg. 1572-1618. *Civitates orbis terrarum*. Coloniae Agrippinae [Köln]: apud Petrum a Brachel.
- Bravo Nieto, Antonio. 1991. *Ingenieros militares en Melilla. Teoría y práctica de fortificación durante la Edad Moderna. Siglos XVI a XVII*. Melilla: UNED.
- Buccaro, Alfredo. 2015. "L'immagine storica del paesaggio della città mediterranea e il ruolo dell'iconografia urbana". *Città e storia* 10 (1): 71-87.



- Buisseret, David. 2004. *La revolución cartográfica en Europa, 1400-1800. La representación de los nuevos mundos en la Europa del Renacimiento*. Barcelona, Buenos Aires y México: Paidós.
- Burgueño, Jesús. 2008. *El mapa com a llenguatge geogràfic. Recull de textos històrics (ss. XVII-XX). Diago, Borsano, Aparici, Canellas, Massanés, Bertran, Cerdà, Papell, Ferrer, Vila*. Barcelona: Societat Catalana de Geografia.
- Calatrava, Juan. 1999. *Arquitectura y cultura en el Siglo de las Luces*. Granada: Universidad de Granada.
- Calderón Quijano, José Antonio. 1996. *Las fortificaciones españolas en América y Filipinas*. Madrid: Mapfre.
- Calvo López, José. 2016. "De la traza de monte a la geometría descriptiva. La doble proyección ortogonal en la ingeniería militar, de la Edad Media a la Ilustración". In Cámara Muñoz 2016, 45-67.
- Cámara Muñoz, Alicia. 1989. "Murallas para la guerra y para la paz. Imágenes de la ciudad en la España del siglo XVI". *Espacio, Tiempo y Forma* 7 (6): 149-174.
- Cámara Muñoz, Alicia. 1994. "La fortificación de la ciudad en los tratados del siglo XVI". In *Tiempo y Espacio en el Arte. Homenaje al Profesor Antonio Bonet Correa*, 685-696. Madrid: Editorial Complutense.
- Cámara Muñoz, Alicia. 1998. *Fortificación y ciudad en los reinos de Felipe II*. Madrid: Nerea.
- Cámara Muñoz, Alicia, coord. 2005a. *Los ingenieros militares de la monarquía hispánica en los siglos XVII y XVIII*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Cámara Muñoz, Alicia. 2005b. "La Arquitectura Militar del Padre Tosca y la formación teórica de los ingenieros entre Austrias y Borbones". In Cámara Muñoz 2005, 133-158.
- Cámara Muñoz, Alicia, coord. 2016. *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica. Siglos XVI-XVIII*. Madrid: Fundación Juanelo Turriano.
- Cámara Muñoz, Alicia. 2016a. "Tengo gran macchina di cose per intagliare... Los dibujos del comendador Tiburzio Spannocchi, Ingeniero Mayor de los Reinos de España". In Cámara Muñoz 2016, 351-376.
- Cámara Muñoz, Alicia. 2016b. "El ingeniero cortesano. Tiburzio Spanocchi, de Siena a Madrid". In *'Libros, caminos y días'. El viaje del ingeniero*, coord. Alicia Cámara Muñoz y Bernardo Revuelta Pol, 11-41. Madrid: Fundación Juanelo Turriano y Segovia: UNED.
- Cámara Muñoz, Alicia, y Bernardo Revuelta Pol, coord. 2015. *Ingeniería de la Ilustración*. Madrid: Fundación Juanelo Turriano.
- Capdevila Subirana, Joan. 2013a. "Del arte a la geometría. Cartografía militar de los siglos XVII y XVIII en Cataluña". In Segovia y Nóvoa 2013, 453-469.
- Capdevila Subirana, Joan. 2013b. "Fronteras y fortalezas antes y después del Tratado de los Pirineos (1659)". In Segovia y Nóvoa 2013, 27-41.
- Capel Sáez, Horacio. 1988. "Geografía y cartografía". In *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*, ed. Manuel Selles, José Luis Peset y Antonio Lafuente, 99-126. Madrid: Alianza.

- Capel Sáez, Horacio. 1994. "La invención del territorio. Ingenieros y arquitectos de la Ilustración en España y América". Suplementos. Materiales de Trabajo intelectual. *Anthropos* 43 (abril): 98-115.
- Capel Sáez, Horacio, Joan-Eugeni Sánchez, y Omar Moncada. 1998. *De Palas a Minerva. La formación científica y la estructura institucional de los ingenieros militares en el siglo XVIII*. Barcelona: El Serbal y Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Castells, Ramon, Bernat Catllar, y Josep Riera. 1992. *Girona Ciutat. Catàleg de plànols de la ciutat de Girona des del segle XVII al XX*. Girona: Col·legi Oficial d'Arquitectes de Catalunya – Demarcació de Girona y Ajuntament de Girona.
- Castells, Ramon, Bernat Catllar, y Josep Riera. 1994. *Ciutats de Girona. Catàlegs de plànols de les Ciutats de Girona des del segle XVII al XX*. Girona: Col·legi Oficial d'Arquitectes de Catalunya – Demarcació de Girona y Ajuntament de Girona.
- Castro Fernández, José Javier, y África Cuadrado Basas. 2011-2013. "Las fortificaciones abaluartadas de Monterrey durante los ss. XVII-XVIII". *Castillos de España* 164-166: 167-180.
- Cartografia de Catalunya. Segles XVII-XVIII. Catàleg de la cartografia exposada per l'Institut Cartogràfic de Catalunya a la Sala d'Exposicions del Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, amb motiu del Symposium IMCOS, Barcelona, 3,4 i 5 d'octubre de 1986*. 1986. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya.
- Catllar, Bernat, y Pere Armengol. 1987. *Atlas de Lleida. Segles XVII-XX*. Lleida: Col·legi Oficial d'Arquitectes de Catalunya – Demarcació de Lleida.
- Cobos Guerra, Fernando. 2012. *Las escuelas de fortificación hispánicas en los siglos XVI, XVII y XVIII*. Segovia: Patronato del Alcázar de Segovia.
- Cobos Guerra, Fernando, y José Javier de Castro Fernández. 2005. "Los ingenieros, las experiencias y los escenarios la arquitectura militar española en el siglo XVII". In *Cámara* 2005a, 71-94.
- Colletta, Teresa. 1981. *Piazzeforti di Napoli e Sicilia. Le «carte Montemar» e il sistema difensivo meridionale al principio del Settecento*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- Colletta, Teresa. 2011. "Le 'innovazioni' dell'iconografia urbana del Cinquecento europeo nella scelta dei punti di vista". *Storia dell'urbanistica* 3.<sup>a</sup> serie: 111-138, 233-234.
- Cortada i Colomer, Lluís. 1998. *Estructures territorials, urbanisme i arquitectura poliorcètics a la Catalunya preindustrial*. 2 vols. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- Cozens, Alexander. 1981. *A new method of assisting the invention in drawing original compositions of landscape (1785)*, ed. Paola Lavezzari. Treviso: Canova.
- Crespo Delgado, Daniel. 2015. "Ingeniería civil e Ilustración en España. Ideas e imágenes". In *Cámara y Revuelta* 2015, 35-47.
- Crespo Delgado, Daniel, y Alfonso Luján Díaz. 2016. *Mirar el paisaje moderno. Paisaje, ingeniería e industria en los viajes por España (siglos XVI-XIX)*. Madrid: Polifemo.
- De Seta, Cesare. 1981. "Topografia e vedutismo tra Sei e Settecento". In *Architettura, ambiente e società a Napoli nel '700*, ed. Cesare De Seta, 110-151. Torino: Einaudi: 110-151.

- De Seta, Cesare, coord. 1996. *Città d'Europa. Iconografia e vedutismo dal XV al XIX secolo*. Napoli: Electa Napoli.
- De Seta, Cesare. 1996. "L'iconografia urbana in Europa dal XV al XVIII secolo". In De Seta 1996, 11-48.
- De Seta, Cesare. 2004. *Tra oriente e occidente. Città e iconografia dal XV al XIX secolo*. Milano: Electa.
- De Seta, Cesare, y Jacques Le Goff, ed. 1991. *La ciudad y las murallas*. Madrid: Cátedra.
- De Seta, Cesare, y Brigitte Marin, coord. 2008. *Le città dei cartografi. Studi e ricerche di storia urbana*. Napoli: Electa.
- Díaz Capmany, Carlos. 2003. *La fortificación abaluartada. Una arquitectura militar y política*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Díaz Capmany, Carlos. 2013. "Estrategia de defensa en Cataluña. De Vauban a Zermeno. Cien años de fortificaciones. Fortificaciones y control territorial en Cataluña frente a presiones de Francia". In Segovia y Nóvoa 2013, 63-80.
- D'Orgeix, Émilie. 1999. "Aperçu d'un genre iconographique peu connu: les atles militaires de la première moitié du XVII<sup>e</sup> siècle". In Bousquet-Bressolier 1999, 36-56.
- D'Orgeix, Émilie. 2016. "L'ingénieur, les académies royales et le dessin des cartes et plans en France (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)". In Cámara 2016, 315-329.
- D'Orgeix, Émilie, y Isabelle Warmoes, dir. 2012. *Les savoirs de l'ingénieur militaire et l'édition de manuels, cours et cahiers d'exercices (1751-1914). Actes de la 5e journée d'étude du musée des Plansreliefs*. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication, Direction des Patrimoines y Musée des plans-reliefs.
- D'Orgeix, Émilie, y Isabelle Warmoes. 2017. *Atlas militaires manuscrits (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles). Villes et territoires des ingénieurs du roi*. Paris: BnF Éditions / Ministère des Armées.
- Duclós Bautista, Guillermo. 2002. *La fortificación de un territorio. Arquitectura militar en la raya de Huelva, siglos XVII y XVIII*. Huelva: Diputación de Huelva.
- Duclós Bautista, Guillermo. 2005. "Las reformas en las fortificaciones de la banda gallega y de la raya de Portugal en los siglos XVII y XVIII". In *La banda gallega. Conquista y fortificación de un espacio de frontera (siglos XIII-XVIII)*, Juan Aurelio Pérez Macías y Juan Luis Carriazo Rubio (Collectanea, 94). Huelva: Universidad de Huelva.
- Duffy, Christopher. 2016. *Siege warfare. The fortress in the early modern world 1494-1660*. London: Routledge.
- Echarri Iribarren, Víctor. 2000. *Las murallas y la ciudadela de Pamplona*. Pamplona: Gobierno de Navarra.
- Echarri Iribarren, Víctor. 2015. "El proyecto de Juan Martín Zermeno para las fortificaciones de Pamplona en 1756: una revisión del Proyecto General de Verboom". *Tiempos Modernos. Revista Electrónica de Historia Moderna* 30. Alicante: Universidad de Alicante.
- Elliott, John H. 2014. *La rebelión de los catalanes. Un estudio sobre la decadencia de España (1598-1640)*. Tres Cantos: Siglo XXI de España.
- Epalza, Miguel de, y Juan Bautista Vilar. 1988. *Planos y mapas hispánicos de Argelia. Siglos XVI-XVIII*. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura.

- Espace français. Vision et aménagement, XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècle. Exposition organisée par la Direction des Archives de France. Ministère de la Culture et de la Communication [...] Archives nationales. Hôtel de Rohan. Septembre 1987 – janvier 1988.* 1988. Paris y Alençon: Archives nationales, Quillet e Imprimerie Alençonnaise.
- Espino López, Antonio. 1999. *Catalunya durante el reinado de Carlos II. Política y guerra en la frontera catalana, 1679-1697*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Espino López, Antonio. 2009. “La configuració d’una nova frontera militar a Catalunya, 1659-1667”. In *Actes del Congrés del Tractat dels Pirineus a l’Europa del segle XXI: un model en construcció?*, ed. Òscar Jané Checa, 199-212. Barcelona: Museu d’Història de Catalunya.
- Faille, René, y Nelly Lacrocq. 2001. *Les ingénieurs géographes Claude, François et Claude-Félix Masse*. Vincennes: Service Historique de l’Armée de Terre.
- Falcón Márquez, Teodoro. 2004. “Iconografía: territorio y ciudad en el Cádiz del siglo XVI”. *Trocadero. Revista de historia moderna y contemporánea* 16: 311-322.
- Fara, Amelio. 1989. *Il Sistema e la Città. Architettura fortificata dell’Europa moderna dai trattati alle realizzazioni 1464-1794*. Genova: Sagep.
- Fer, Nicolas de. 1695-1696. *Les forces de l’Europe, ou description des principales villes avec leurs fortifications. Dessignées par les meilleurs Ingenieurs, particulièrement celles qui sont sous la domination de la France, dont les plans ont esté levez par Monsieur de Vauban [...]. Le tout recueilli par les soins du Sr. de Fer Geographe du Roy. Pour l’usage de Monseigneur le Duc de Bourgogne*. Paris: el autor.
- Fer, Nicolas de. 1723. *Table des forces de l’Europe, avec un introduction à la fortification, composé de 194 plans de villes les plus considérables du monde, augmenté de onze plans depuis l’année 1720 jusqu’à 1723...* Paris: J.-F. Bernard.
- Galcerán Vila, Margarita. 2005. “El dibujo y su utilización en la transmisión de información”. In Muñoz Corbalán 2004, 153-165.
- Galera, Montserrat. 2000. “Guerra i cartografia a Catalunya. Segles XVII-XX”. In *La cartografia catalana. Cicle de conferències sobre Història de la Cartografia*, coord. Vicente M. Rosselló Verger, 119-195. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya.
- Galera, Montserrat, Francesc Roca, y Salvador Tarragó. 1982. *Atlas de Barcelona. Segles XVI-XX*. Barcelona: Col·legi Oficial d’Arquitectes de Catalunya.
- García Espuche, Albert. 1995a. “La imatge global (1535-1758)”. In García y Navas 1995, 1: 65-113.
- García Espuche, Albert. 1995b. “El final d’una etapa (1758-1803)”. In García y Navas 1995, 1: 115-130.
- García Espuche, Albert, y Teresa Navas, dir. 1995. *Retrat de Barcelona*. 2 vol. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.
- García García, Francisco, y Antonio Manuel González Díaz. 2011. *La Guerra de Sucesión en la provincia de Huelva*. Huelva: Diputación de Huelva.
- García Melero, José Enrique. 1990. “Los tratados de arquitectura militar publicados en España durante el reinado de Carlos III”. *Espacio, Tiempo y Forma* 7 (3): 181-224.



- García Melero, José Enrique. 2000. *Tratados de arquitectura, urbanismo e ingeniería*. Madrid: Fundación Histórica Tavera.
- Gil Albarracín, Antonio. 2009-2010. "Fortificaciones para la defensa de la costa del reino de Valencia". *Castillos de España* 61: 156-159.
- Grau, Ramon, y M. Carme Montaner. 2014. *Estudis sobre la cartografia de Barcelona. Del segle XVIII al XXI: els mapes d'una ciutat en expansió*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona e Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya.
- Greenhalgh, Michael. 1990. *What is Classicism?* London y New York: Academy.
- Guarda, Gabriel. 1990. *Flandes indiano. Las fortificaciones del Reino de Chile, 1541-1826*. Santiago: Universidad de Chile.
- Guàrdia, Manuel. 1996. "Vedute e rappresentazioni dello spazio urbano: il caso di Barcellona". In De Seta 1996, 118-129.
- Guàrdia, Manuel, Francisco Javier Monclús, y José Luis Oyón. 1996. "Los atlas de ciudades entre la descripción y la comparación. El Atlas Histórico de Ciudades Europeas". *Ayer* 23: 109-134.
- Gutiérrez, Ramón, y Cristina Esteras Martín. 1991. *Territorio y fortificación. Vauban, Fernández de Medrano, Ignacio Sala y Félix Prósperi. Influencia en España y América*. Madrid: Tuero.
- Gutiérrez, Ramón, y Cristina Esteras Martín. 1993. *Arquitectura y fortificación de la Ilustración a la independencia americana*. Madrid: Tuero.
- Haverkamp-Begemann, Egbert. 1969. "The Spanish Views of Anton Van den Wyngaerde". *Master Drawings* 7: 375-399.
- Hernández-Cardona, Xavier y Francesc Riart i Jou. 2014. *Barcelona 1714. Jacques Rigaud: crònica de tinta i pòlvora*. Barcelona: Libbooks.
- Hernando Rica, Agustín. 2012. "Culturas y sensibilidades en la apreciación del paisaje: la primera imagen estampada de Barcelona". *Cuadernos Geográficos* 51:157-173.
- Hernando Sánchez, Carlos José. 2016. "Guardar secretos y trazar fronteras: el gobierno de la imagen de la Monarquía de España". In Cámara 2016, 143-179.
- Kagan, Richard L. 2008. *Ciudades del Siglo de Oro. Las vistas españolas de Anton Van den Wyngaerde*. Madrid: El Viso.
- Laboulais, Isabelle, dir. 2008. *Les usages des cartes (XVII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècle). Pour un approche pragmatique des productions cartographiques*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg.
- Les géomètres-arpenteurs du XVI<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle dans nos provinces. Exposition organisée à l'occasion du Centenaire de l'Union des Géomètres-Experts de Bruxelles et du Cinquantenaire de la Conférence des Jeunes Géomètres du 21 mai au 31 juillet 1976*. 1976. Bruxelles: Bibliothèque Royale Albert I<sup>er</sup>.
- León Tello, Francisco José, y María Virginia Sanz Sanz. 1994. *Estética y teoría de la arquitectura en los tratados españoles del siglo XVIII*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Lizaur y de Utrilla, Antonio de, coord. *La Ilustración en Cataluña. La obra de los ingenieros militares*. Madrid: Ministerio de Defensa.

- Lucuze, Pedro. 1772. *Principios de fortificación que contienen las definiciones de los terminos principales de las obras de Plaza y de Campaña ... dispuestos para la instrucción de la juventud militar*. Barcelona: Thomas Piferrer.
- Luengo Gutiérrez, Pedro. 2013. *Manila, plaza fuerte, 1762-1788. Ingenieros militares entre Asia, América y Europa*. Madrid: Ministerio de Defensa y CSIC.
- Lynn, John A. 2006. *Giant of the grand siècle. The French Army, 1610-1715*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Manzano Monis, Manuel. 1981. "El Mariscal de Campo D. Pedro Moreau y el Fuerte de la Concepción". *Academia. Boletín de la Real Academia de Bellas Artes de San Fernando* 52: 201-249.
- Marías, Fernando. 1996. "Tipologie delle immagini delle città spagnole". In De Seta 1996, 101- 107.
- Martí Escayol, Maria Antònia, y Antonio Espino López. 2013. *Catalunya, abans de la Guerra de Successió. Ambrosi Borsano i la creació d'una nova frontera militar, 1659-1700*. Catarroja: Afers.
- Melendreras Gimeno, María del Carmen. 2009. *La fortificación de la Base Naval de Cartagena en el siglo XVIII. Proyectos, mapas y planos*. Murcia: Universidad de Murcia.
- Meurer, Peter. 2008. "Europa Regina. 16th century maps of Europe in the form of a queen". *Belgeo. Revue belge de géographie* 3-4: 355-370.
- Montaner, M. Carme, y Francesc Nadal, coord. 2011. *Aproximacions a la història de la cartografia de Barcelona*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona e Institut Cartogràfic de Catalunya.
- Montaner i Martorell, Josep-Maria. 1990. *La modernització de l'utillatge mental de l'arquitectura a Catalunya (1714-1859)*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- Mora Castellà, Josep. 1997. *La construcció a Catalunya en el segle XVIII. La Universitat de Cervera com a paradigma de l'arquitectura dels enginyers militars*. Guissona: el autor.
- Muller, John. 1755. *A Treatise containing the Practical Part of Fortification in Four Parts...* London: A. Millar.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 1991a. "El Sitio de Barcelona de 1713-1714. Diarios y tratadística para los grabados de Jacint Rigau y Ros". *Lecturas de Historia del Arte* 2: 446-450. Vitoria-Gasteiz: Ephialte.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 1991b. "I plastici e la difesa del territorio spagnolo en el tempo di Carlo III. Fallimento e mancata assimilazione del modello francese". In *Castelli e Città Fortificate. Storia-Recupero-Valorizzazione*, coord. A. De Marco, A. y G. Tubaro, 652-658. Fagagna y Udine: Stampa Graphis y Università degli Studi di Udine.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 1992. "La Real Junta de Fortificaciones de Barcelona". *Espacio, Tiempo y Forma* 7 (5): 351-373.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 1993. "La 'Colección de Relieves de las Fortificaciones del Reino'. Essai d'organisation du Cabinet de Plans-Reliefs en Espagne pendant le règne de Charles III". In *Actes du Colloque International sur les Plans-Reliefs au*

- passé et au present les 23, 24, 25 avril 1990 en l'Hôtel National des Invalides*, dir. André Corvisier, 181-194. Paris: SEDES.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 1994. "La linterna de Barcelona. El proyecto 'clasicista' de Miguel Marín en 1740". In *Actas del X Congreso del CEHA Los Clasicismos en el Arte Español (Comunicaciones)*, 537-547. Madrid: UNED.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. (1997) 1999. "Iconografía urbana de Cataluña (siglos XVI-XVIII). Una aproximación tipológica y teórica". *D'Art* 23: 135-161.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2001. "Iconografia urbana della Catalogna fra guerra e pace (1640-1812)". In *L'Europa moderna. Cartografia urbana e vedutismo*, coord. Cesare De Seta y Daniela Stroppolo, 178-195. Napoli: Electa Napoli.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel, coord. 2004. *La Academia de Matemáticas de Barcelona. El legado de los ingenieros militares*. Madrid y Barcelona: Ministerio de Defensa y Novatesa.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2011. "Cartografía militar y representación espacial de Barcelona en el siglo XVIII". In Montaner y Nadal 2011, 30-45.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2012. "*Universitas bellica*. Les Académies de Mathématiques de la couronne espagnole au XVIII<sup>e</sup> siècle ou *Non nisi grandia canto*". In D'Orgeix y Warmoes 2012, 113-126.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2015a. "El dibujante ingeniero hacia la universalidad de la dualidad arte/técnica en la cartografía militar del siglo XVIII". *Quintana. Revista do Departamento de Historia da Arte* 14: 59-79. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2015b. *Jorge Próspero Verboom. Ingeniero flamenco de la monarquía hispánica*. Madrid: Fundación Juanelo Turriano.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2015c. "La profesión del ingeniero en la Ilustración". In Cámara y Revuelta 2015, 11-34.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2015d. "El puerto de Barcelona en la primera mitad del siglo XVIII. Urgencias estructurales e infraestructurales a toda costa durante el reinado de Felipe V". In *Defensive Architecture of the Mediterranean. XV to XVIII Centuries*, ed. Pablo Rodríguez Navarro, 271-278. Valencia: Universitat Politècnica de València.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2016. "Urgencias cartográficas militares en la España de la primera mitad del siglo XVIII. Ordenanza de ingenieros y Academia de Matemáticas". In Cámara 2016, 91-118.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel. 2017. "El baluarte de Tallers de Barcelona y el debate técnico sobre la adecuación estratégica urbana en el siglo XVIII". In *Defensive Architecture of the Mediterranean. XV to XVIII Centuries 5: Proceedings of the International Conference on Modern Age Fortifications of the Mediterranean Coast, FORTMED*. ed. Víctor Echarrri Iribarren, 63-70. Alacant: Publicacions Universitat d'Alacant.
- Muñoz Corbalán, Juan Miguel, y Carme Narváez Cases. 2011. "Diseños de lo imaginado y estructuras de lo construido. La interacción escenoplástica de las fábricas arquitectónicas y la (des)integración del decoro en los espacios urbanos". In

- Cartografías visuales y arquitectónicas de la modernidad. Siglos XV-XVIII*. ed. Silvia Canalda, Carme Narváez Cases y Joan Sureda, 261-283. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Muñoz Cosme, Alfonso. 2015. "El proyecto y su representación en la arquitectura y en la ingeniería militar entre los siglos XVI y XVIII". In *Cámara y Revuelta* 2015, 71-92.
- Muñoz Cosme, Alfonso. 2016. "Instrumentos, métodos de elaboración y sistemas de representación del proyecto de fortificación entre los siglos XVI y XVIII". In *Cámara* 2016, 17-43.
- Navascués Palacio, Pedro, y Bernardo Revuelta Pol, dir. 2014. *Una mirada ilustrada. Los puertos españoles de Mariano Sánchez*. Madrid: Fundación Juanolo Turriano.
- Nuti, Lucia. 1994. "The Perspective Plan in the Sixteenth Century. The Invention of a Representational Language". *The Art Bulletin* 76: 105-128.
- Nuti, Lucia. 1996. *Ritratti di città. Visione e memoria tra Medioevo e Settecento*. Venezia: Marsilio.
- Oliveras Samitier, Jordi. 1998. *Nuevas poblaciones en la España de la Ilustración*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.
- Onians, John. 2005. "El 'ojo de la época' de Michael Baxandall de la historia social del arte a la neurohistoria del arte". *Quintana. Revista do Departamento de Historia da Arte* 4: 99-116. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Ordovás, Juan José. 2005. *Atlas político y militar del Reyno de Murcia*, ed. José Antonio Martínez López y David Munuera Navarro. Murcia: Mimarq.
- Pelletier, Monique. 2003. "Les cartes françaises de la Méditerranée ds XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles". *Le Monde des Cartes. Revue du Comité français de cartographie* 177-178 (septiembre-diciembre): 77-95.
- Pérelle, Adam. 1667. *Les Plans et Profils des principales Villes et Lieux considérables du Comté de Flandre. Avec les Cartes générales et les particulières de chaque Gouvernement*. Paris: Le Chevalier de Beaulieu.
- Picon, Antoine. 1988. *Architectes et ingénieurs au siècle des Lumières*. Marseille: Parenthèses.
- Picon, Antoine. 1992. *L'invention de l'ingénieur moderne. L'École des ponts et chaussées, 1747-1851*. Paris: Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées.
- Piñera RIVAS, Álvaro de la. 1985. "El ingeniero militar Sebastián Feringán, constructor del Real Arsenal de Cartagena". *Revista de Historia Naval* 3 (8): 111-139.
- Pollak, Martha. 1998. "Military Architecture and Cartography in the Design of the Early Modern City". In *Envisioning the City. Six Studies in Urban Cartography*, ed. David Buisseret, 109-124. Chicago: The University of Chicago Press.
- Rabanal Yus, Aurora. 2002. "El concepto de ciudad en los tratados de arquitectura militar y fortificación del siglo XVIII en España". *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas* 24 (81): 33-52.
- Reguera Rodríguez, Antonio T. 1993. *Territorio ordenado, territorio dominado. Espacio, políticas y conflictos en la España de la Ilustración*. León: Universidad de León.



- Rodríguez de la Flor, Fernando. 1986. "Vauban lúdico. Un grabado de Pablo Minguet e Irol. Juegos de la fortificación, Madrid, 1752". *Boletín del Museo e Instituto Camón Aznar* 24: 115-131.
- Rodríguez de la Flor, Fernando. 1990. "Utopías de la arquitectura militar en la España de Carlos II". *Anales de Arquitectura* 2: 67-77.
- Rodríguez de la Flor, Fernando. 2002. *Barroco. Representación e ideología en el museo hispánico (1580-1680)*. Madrid: Cátedra.
- Rodríguez de la Flor, Fernando. 2003. *La Frontera de Castilla. El Fuerte de la Concepción y la arquitectura militar del Barroco y la Ilustración*. Salamanca: Diputación de Salamanca.
- Rodríguez de la Flor, Fernando, ed. 1991. *Tratado de Fortificación o Arquitectura Militar dado por el Capitán de Infantería Don Mateo Calabro Ingeniero en Segunda de los Reales Ejércitos de Su Majestad y Director General de esta Real Academia de Matemáticas de Barcelona. Abril 1.º de 1733*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- Rodríguez Moya, Inmaculada. 2009. "La ciudad en los frescos del Palacio de El Viso del Marqués". In *El sueño de Eneas. Imágenes utópicas de la ciudad*, ed. Víctor Mínguez Cornelles, Inmaculada Rodríguez Moya y Vicent Zuriaga, 89-120. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I.
- Rodríguez-Villasante Prieto, Juan Antonio. 2010. "De la teoría académica a la práctica en el diseño y construcción de la base naval de Ferrol". In *Dos estudios sobre el modelo matemático como imagen del orden racionalist*, 51-82. Ferrol: Concello de Ferrol y ICOMOS.
- Rodríguez-Villasante Prieto, Juan Antonio. 2011. *La obsesión por el orden académico. El Arsenal de Ferrol*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Rosselló Verger, Vicenç M. 2008. *Cartografia històrica dels Països Catalans*. Valencia: Universitat de València.
- Sambricio, Carlos. 1991. *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*. 2 vol. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo.
- Sanabre Sanromá, José. 1956. *La acción de Francia en Cataluña en la pugna por la hegemonía de Europa (1640-1659)*. Barcelona: Sala Badal.
- Sánchez Rubio, Carlos M., Rocío Sánchez Rubio, y Isabel Testón Nuñez. 2014. *El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687. "Pianta d'Extremadura, e di Catalogna"*. Badajoz: 4Gatos.
- Sánchez Taramas, Miguel. 1769. *Tratado de fortificación, ó Arte de construir los edificios militares, y civiles escrito en ingles por Juan Muller; traducido en castellano...* Barcelona: Thomas Piferrer.
- Segovia Barrientos, Francisco, y Manuel Nóvoa Rodríguez, coord. 2013. *El arte abaluartado en Cataluña. Estrategia de defensa en el siglo XVIII*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Segovia Barrientos, Francisco, y Manuel Nóvoa Rodríguez, coord. 2016. *Proyección en América de los ingenieros militares. Siglo XVIII*. Madrid: Ministerio de Defensa.
- Serra, Josep, Sergi Martínez Rigol, y Carles Carreras Verdaguer. 2011. *Atles de Barcelona*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona.

- Shearman, John. 1990. *Manierismo*. Bilbao: Xarait.
- Silva Suárez, Manuel. 2004-2008. *Técnica e ingeniería en España*. 5 vol. Madrid y Zaragoza: Real Academia de Ingeniería e Institución "Fernando el Católico".
- Soley, Ramon, y Josep Gasset i Argemí. 1998. *Atles de Barcelona*. 2 vol. Barcelona: Mediterrània.
- Soley, Ramon, Teresa Navas, y Francesc Caballé. 2017. *Atlas de Barcelona. Història de Barcelona a través de mapes i plànols de la ciutat fins l'any 1900*. Consultado en 09 septiembre 2017. <http://www.atlesdebarcelona.cat>
- Stradling, R. A. 1994. *Spain's struggle for Europe 1598-1668*. London: Hambledon Press.
- Torres Miño, Araceli, y Eugenio Merino Gayoso. 2010. "Elementos geométricos en el patrimonio de Ferrol". In *Dos estudios sobre el modelo matemático como imagen del orden racionalista*, 7-49. Ferrol: Concello de Ferrol y ICOMOS.
- Tous Melià, Juan. 2002. *Palma a través de la cartografía (1596-1902)*. Palma: Ajuntament de Palma.
- Van der Krogt, Peter. 2008. "Mapping the towns of Europe: The European towns in Braun & Hogenberg's Town Atlas, 1572-1617". *Belgeo. Revue belge de géographie* 3-4: 371-398.
- Vigo Trasancos, Alfredo, y Irene Mera Álvarez. 2008. *Ferrol y las defensas del puerto de guerra del rey la Edad Moderna: 1500-1800*. Ferrol: Autoridad Portuaria de Ferrol-San Cibrao.
- Vigo Trasancos, Alfredo, Jesús Ángel Sánchez García, y Miguel Taín Guzmán. 2011. *Galicia y el siglo XVIII. Planos y dibujos de arquitectura y urbanismo (1701-1800)*. La Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- Villalón, María Cruz. 1999. *Badajoz, ciudad amurallada*. Mérida: Gabinete de Iniciativas Transfronterizas.
- Warmoes, Isabelle. 2008. "La rationalisation de la production cartographique à grande échelle au temps de Vauban". *Bulletin du Comité Français de Cartographie* 195: 55-66.
- Warmoes, Isabelle. 2016. "La rationalisation et la codification des pratiques cartographiques des ingénieurs militaires français sous Louis XIV". In *Cámara* 2016, 297-313.
- Warmoes, Isabelle, Émilie D'Orgeix, y Charles Van den Heuvel, dir. 2003. *Atlas militaires manuscrits européens (XVI<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles). Forme, contenu, contexte de réalisation et vocations. Actes des 4<sup>es</sup> journées d'étude du Musée des plans-reliefs. Paris, Hôtel de Croisilles. 18-19 avril 2002*. Paris: Musée des plans-reliefs.
- White, Lorraine. 2003. "Guerra i revolució militar a la Ibèria del segle XVII". *Manuscripts. Revista d'història moderna* 21: 63-93.
- Williams, Lynn. 2009. "España y Francia cara a cara en la frontera: alardes de poder y la Paz de los Pirineos". In *Actes del Congrés del Tractat dels Pirineus a l'Europa del segle XXI: un model en construcció?*, ed. Òscar Jané Checa, 161-176. Barcelona: Museu d'Història de Catalunya.

## Resumo

Do século XVI ao século XIX, desde a era da ameaça otomana até ao tempo da *Pax Britannica* no Mar Mediterrâneo, esta é a história da cidade-fortaleza jônica de Corfu. Tudo começou com o processo de construção da mais poderosa “fortezza alla moderna”, o que significava criar um sistema de defesa capaz de lidar, ao mesmo tempo, com um ataque turco e com as novas armas de fogo. Um projecto tão ambicioso que envolveu os melhores especialistas neste campo, engendrando também a ideia de criar em Corfu uma escola dedicada à engenharia militar. Após o colapso da *Serenissima* (1797) e ainda mais depois do fim das guerras napoleónicas (1815), a máquina de guerra jônica começou, no entanto, a ser considerada sob uma diferente perspectiva: como um conjunto inútil e pesado de obras defensivas que tinha de ser em parte demolido, em parte transformado em usos civis e ainda em parte mantido de pé, principalmente para justificar a presença de uma notável guarnição militar. ●

## Abstract

The history of the Ionian stronghold of Corfu spans from the sixteenth to the nineteenth century, from the age of the Ottoman menace up until the *Pax Britannica* in the Mediterranean Sea. It all began with the making of the most powerful “fortezza alla moderna”, which meant building a defense system able to cope with both a Turkish attack and modern firearms. Such an ambitious project involved the best experts in the field, with the intention to also create a school dedicated to military engineering in the city. However, after the collapse of the *Serenissima* (1797), and even more so after the conclusion of the Napoleonic wars (1815), the Ionian war machine had begun to be considered in a different light: as a useless and cumbersome suite of defensive works which had to be partially demolished, partially converted for civil uses and partially kept standing, mainly to justify the presence of a remarkable military garrison. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**Helder Carita**

Instituto de História da Arte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

**Valeria Manfrè**

Departamento de Historia del Arte

Universidad de Valladolid

## palavras-chave

CORFU

FORTIFICAÇÃO

URBANISMO

HISTÓRIA URBANA

DESMILITARIZAÇÃO

## keywords

CORFU

FORTIFICATIONS

URBAN PLANNING

URBAN HISTORY

DEMILITARIZATION

**Data de Submissão**

**Date of Submission**

Set. 2017

**Data de Aceitação**

**Date of Approval**

Fev. 2018

# BUILDING AND DISMANTLING THE STRONGHOLD OF CORFU IN THE SPAN OF THREE CENTURIES

---

GUIDO ZUCCONI  
Università Iuav di Venezia

## Building the other Palmanova

<sup>1</sup> The citation was taken from Bernardino Donà (Concina 1994, 29).

The history of Corfu – as a *modern* stronghold – started in the second half of the sixteenth century after a series of violent attacks by both the army and the navy of the Ottoman Empire. In this case, “modern” is to be intended not as much in chronological terms, as in those of a radical renewal based on the most up-to-date theories and techniques of military defence. In other words, it means to create a system of defense able to match the fire of the artillery. By quoting a description of the seventeenth century, Ennio Concina has summed up the role of Corfu in its maritime context and in its location facing the Balkan coast: “[...] key to the Adriatic, gateway of the sea, protection of Italy, support of the Ionian islands, curb upon Epirus and Albania, vigilant eye on Greece”<sup>1</sup>.

The city must represent, at the same time, the gate of to the Adriatic Sea – the so-called “Gulf of Venice” – and a strategic stronghold, next to the coast possessed by the traditional enemy of the *Serenissima*. In terms of its maritime traffic, its harbour is second to that of Venice and the first of the “domini da mar”, the overseas domain. Moreover, it hosts a strategic knot between the Adriatic and Ionian sea, being also a delicate point of transition between ships of different sizes. Not by chance, from the middle of the eighteenth century, Corfu and not Venice hosted the only school for training “capitani da mar” ever established by the *Serenissima*.



Enhancing the double role of the impregnable fortress and busy port, the Venetians had to deal with the not-easy challenge of reconciling the defence system with the intense maritime activity.

The siege of 1537, more than others, can be taken as the very beginning of the story due to the devastating effects it had on both the population and dwellings. Almost the totality of the *Borgo* was destroyed and a large portion of the inhabitants were injured, killed or taken in captivity. In this area lived the majority of urban dwellers together with those compelled to abandon the houses located within the fortified town. While the former city was progressively transformed into a fortress, the dense space of the main borough had to hold – in an uneasy coexistence – residence, market spaces and commercial facilities. As a final result for the social topography of Corfu, the sixteenth century had created a radical split between two separate entities: on one hand, the military district projected towards the sea, and on the other, the civil one was located on the land side. When a further siege took place in 1571, however, this main borough was still without a wall and any other means of defence. This happened in the same year of the battle fought in the nearby spot of Lepanto and, despite the victory, the Turkish threat remained as unaltered as before.

In this context, repairing and reinforcing the existing walls did not seem enough to match another war with the Ottomans. What looked necessary at that time was a radical reshape of the entire system of defense, according to the new vision springing from Renaissance treatises<sup>2</sup>. A general plan was therefore commissioned to Ferrante Vitelli, a military architect who had earned his skill as a technician under the army of the Duke of Savoy<sup>3</sup>. The project of remaking would have involved

<sup>2</sup> Concerning the making and the re-making of the Corfu stronghold between sixteenth and seventeenth centuries, see Di Rocco 1978 and Lanfranchi 2016.

<sup>3</sup> For an overview of his work see Bonardi 2005; for his Corfu plan see Bonardi 2007, 33-49.

Fig. 1 – *La città di Corphu*. Engraving with the general view of the new and the old city, not transformed into fortress (Georg Braun e Frans Hogenberg, *Civitates orbis terrarum*, Cologne, 1575).



<sup>4</sup> For the implementation of the Vitelli plan see Concina 1986, 80–192.

the entire settlement, including the ancient city definitively transformed into an enclosed citadel, and the adjacent Borgo and the external *borghi* (boroughs)<sup>4</sup>. They got started with the complete demolition of all the houses included in the ancient nucleus. Once the hill – where the early settlement stood – was flattened, an artificial canal was opened on its land side, so as to cut the *Fortezza* off from the rest of the city.

According to modern defence strategy, the military technicians were getting rid of everything standing in front of the *Fortezza*, so as to create an empty space called *spianata* o *guasto*. The massive use of artillery required, indeed, that all the buildings formerly located in the external zone be dismantled. Not by chance, the two Italian words *spianata* and *guasto* have sinister meanings, both indicating the flattening of any kind of constructions. Its purpose consisted of preventing any possible attack from the presumed weaker side of the system, that is the land. In case of a siege, the Ottomans would have been nearing the wall without any sort of physical protection. For the Venetian guns shooting from the bastions, it would be easy to sweep the entire space where the enemy troops were compelled to move. On the opposite side of the Citadel – or *Fortezza Vecchia* – stood the new powerful line of defence which ran from west to east connecting the two coastal banks. It consisted of two parallel curtains encompassing the entire city on the northern side. It was enriched by a big fortress – the *Fortezza nuova* – located at one of its extremities, next to the flattened Mount Abraham. Finally, the defensive system looked locked-in and especially impregnable in case of a Turkish landing. Published in 1696, the map drawn-out by Vincenzo Coronelli shows the fortified Ionian city as it stood just before the Ottoman attack of 1716. Moreover, the layout perfectly

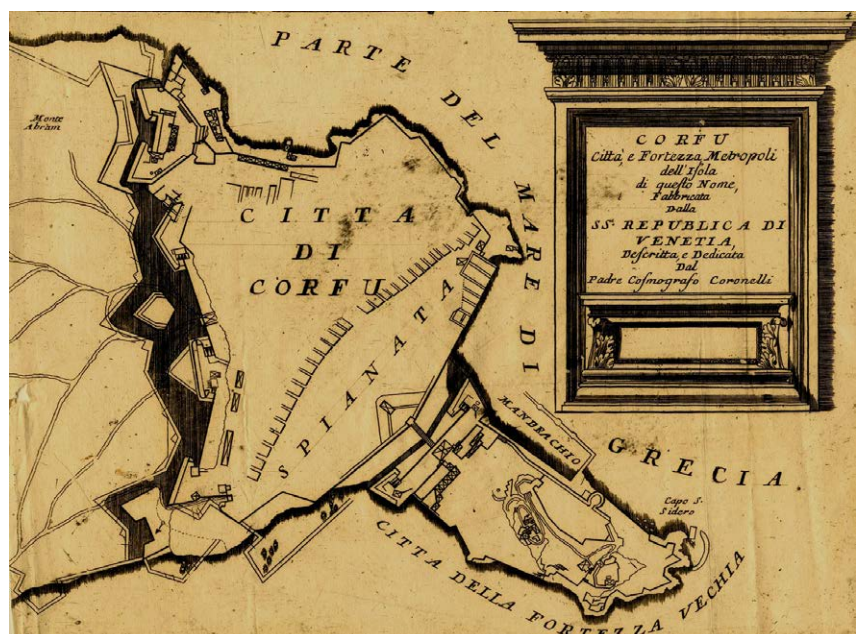


Fig. 2 – Vincenzo Maria Coronelli, *Corfù, città e fortezza, metropoli dell'isola di questo nome*, 1692. Map with works of defence in the city of Corfu, as depicted in *Atlante Veneto, nel quale si contiene la descrizione geografica, storica, sacra, profana e politica degl'Imperii, Regni, Province, e Stati dell'Universo*, 2. Venezia.



depicts the final result of the works begun in the sixteenth century, according to the Vitelli plan. As a result, the urban form of Corfu had been radically transformed, being schematically divided into three well-defined portions: on one side the “Castellum” (or “Fortezza Vecchia”), on the other the “Civitas” (located in the space of the old *Borgo*) and in the middle the “Vacuum” (namely the *Spianata* or *Guasto*). After the creation of the huge bastion and the demolition of the surrounding settlements, the real city had shifted further beyond the external line of the *guasto*. Finally, the new urban bulk now stands some five hundred meters far from the place where the early urban nucleus stood. Next to the “new town” lies the renewed and enlarged port of Spilea (or Spilia), located in a protected spot and controlled by the new fortress. At its foot, a group of renewed and enlarged barracks was located in proximity of the harbour. Just in front of it, the island of Vido was strengthened in order to prevent a direct attack (if it were to occur) bypassing the fortified line of defense in Corfu. Later, in the eighteenth century, a colonnade street would be opened in order to create a direct connection between the harbour of Spilea and the urban core. Meanwhile, for those entering Corfu through the port area, an urban gate was realized according to Vitelli’s design. Its architecture was powerfully expressed and enriched by a long series of symbols (some obelisks and spheres, together with the unmissable Lion of Saint Mark) which had to show the *Serenissima* “peaceful strength”.

<sup>5</sup> First drawn-out in 1593, the plan for Palmanova makes the fortress city similar to a nine-pointed star. Such a singular shape is nothing but the result of the latest military innovations introduced in this century, designing here a new defensive complex. Of the three fortified circles, the first and second ones were executed at different times by the Venetians, whereas the third was carried out by the French at the beginning of the nineteenth century; see, on this matter, Fiore 2014, 221-239.

## A period of transition

Looking at the defensive project as a whole, we cannot but make a direct comparison with the stronghold of Palmanova, realized by the Venetians in the same period<sup>5</sup>. Analogue is also the purpose on which the defensive works were built-up in the Ionian city: that is to oppose an impassable bastion to the Turkish expansionism. The first – located in the “Domini di terra” – has been designed in the form of ideal city on flat and empty land, eventually representing a perfect projection of modern theories about gunfire systems of defense. On the contrary, the design for the new structure of Corfu shows how the models of “arte militare” may be applied to a complex site and to a rough ground: an uncompromised application of an abstract scheme on the one hand, a careful process of adaption on the other. The two fortress cities are to be finally considered as good examples of the heights reached, at the turn of the sixteenth century, by military science in its architectural projections. Either pure or modified according to the circumstances, their models can also be applied on an urban scale, trying to make purpose and the need for defense coexist even in strongholds such as Corfu.

In 1716, once again, Corfu was put under siege by the Turkish forces from both the sea and land sides. The hero of the siege was the German general Johann Matthias von der Schulenburg. Also learning from these difficult circumstances, the

<sup>6</sup> Concerning the post-1716 plan of establishing a military school, see the file “Scuola Militare di Corfù” in Biblioteca del Museo Correr, Venice (BMC), Mss. Cicogna, 3104.

*Serenissima* officers were presumed to draw technical skill from what was carried out in these difficult circumstances. Based on this simple concept, what had been carried out for the defence of Corfu should have formed the basis of new, systematic knowledge. Moreover, the great effort made by experts was presumed to substantially contribute to the transformation of an empirical “arte militare” into a new science. Not by chance, in the years after the dramatic events of the early eighteenth century, Schulenburg set his mind on creating *in situ* a military school to be conceived as a means to overcome, in the long run, problems of defence<sup>6</sup>. As a first step, under the circumstances, he suggested to enroll as teaching staff the ten officers involved in the works of fortifying Corfu, namely the most besieged town of all the Venetian domains. A didactical nucleus would first be established in the following years, divided between Corfu and other places, such as Zante and Santa Maura.

In fact, the 1716 attack was the last one ever launched by the Ottomans on the Ionian stronghold. From a historical point of view, the siege would have been con-



Fig. 3 – Map with new system of defence, as suggested in Schulenburg’s plan, 1720 ca. ANK, Kolla Collection.



sidered the maritime equivalent of the most famous one, which occurred in Vienna thirty four years before. Eventually, both Vienna and Corfu represent the extreme attempts by the Turks to violate the gates of Europe. But, at that time, the potentially besieged population – both civil and military – was not conscious of being the last eye-witnesses of the last siege. Theoretically, the process of reinforcing and renewing had not yet come to an end.

Even after 1716, stress was still put on the problem of defence. Despite successful conclusions, Schulenburg suggested a series of improvements and enlargements of the system of bastions in order to better cope with another possible attack by the enemy<sup>7</sup>. His plan was based on doubling the defensive front line and constructing two new fortresses on the land side, together with the creation of an underground network of tunnels which could connect all the three fortified spots. Another external borough – that of San Rocco – was cleared out and the nearby hill flattened, in order to supply the Venetian artillery with a clear view onto a totally empty space. Further afield, in the small Corfiot bay of Gouvia, the navy created a new *arsenale* with docks for recovering battle-ships, and a second complex was located at Argostoli in the Island of Cephalonia. Being both unprotected, the two navy bases could be used in peace time only.

Apparently, the defence project and their addenda fully represent the execution of what was traced and realized in the seventeenth century plans, for enforcing the defensive capacity of the system<sup>8</sup>. In fact, what became evident – in the first half and even more so in the second half of the century – was a progressive disinterest in fortifications. The local representatives sent the *Serenissima* a series of alarmed dispatches, referring not only to the missed implementation of the enforcing plan, but also to the inadequate maintenance of the existing structures<sup>9</sup>. The *procuratori* especially complained about the lack of governmental concern and financial support for strengthening – at least – the strategic role of maritime hub that Corfu had to play in the overseas domains. Even if the Ottoman threat was fading away, they did not want any sort of Turkish boat to have the chance to approach the Ionian harbour. Otherwise, the enemy would be able to monitor how weak and badly kept the fortifications were looking at that time. The former stronghold of the Gulf of Venice – they said – was no longer locked out. Due to its present conditions, it could be violated at any time and by any kind of naval force<sup>10</sup>. At that time, however, the Ottomans did not dare to organize any attack. The age of sieges had forever expired.

It was not only the official reports that were revealing an increasing process of de-militarization. Take for instance the two outstanding topographic maps drawn out by Bragadin/Honstein and by Ganassa, both published in about 1750. We could get contradictory impressions from each of them<sup>11</sup>. At first sight, Corfu still looked like a powerful war-machine endowed with dissuasive strength. Looking deeper, however, we can perceive a creeping process of transformation: starting from the *guasto* and its progressive adaptation to civil uses, being transformed from an empty space into a green area fitting for *promenades*. Already in the mid-eigh-

<sup>7</sup> See the *Relazione del Maresciallo di Scolemburgo* [sic] in rapporto alle fortificazioni di Corfù, 19 November 1737, in BMC, Mss. Gradenigo-Dolfin, 200/XI.

<sup>8</sup> For a description of the defensive system before and after 1716, as indicated in maps and drawings stored in the Venice Library, see Molteni and Moretti 2010, 81-98.

<sup>9</sup> See the many *Dispacci* sent by the “Provveditori da mar”, located in Corfu, between 1717 and 1797. These dispatches are included in the general file of Archivio di Stato di Venezia (ASV) “Provveditori da terra e da mar e da altre, 1500-1797”. See in particular “Dispaccio del Provveditore da mar Loredan, 1742-43” in ASV, Senato 988 (b.662).

<sup>10</sup> See the Report of 1751 quoted in Bacchion 1956, 195.

<sup>11</sup> All these maps are stored in BMC, Gabinetto di Cartografia: see Giovanni Battista Bragadin, *Dissegno topografico della città di Corfù con le fortificazioni nuovamente erette. Dedicato [...]* ad Andrea Tron, Mss. P.D. c842/5; *Pianta della città e forteza di Corfù [...]*, 1753, Archivio De Lazara Pisani Zusto, cass 1/12; Ganassa, *Pianta della città e fortezze di Corfù e suoi sotteranei*, by Giovanni de Honstein, Mss. P.D. c842/4. Maps and related keys are reported in Romanelli and Tonini 2010, 109-122.

teenth century, long before the transformation of the *spianata* into the *Esplanade*, some eye-witness perceived it as a large and atypical “square”: the only one in a very dense city that did not have “adequate spaces”, as observed by some travelers

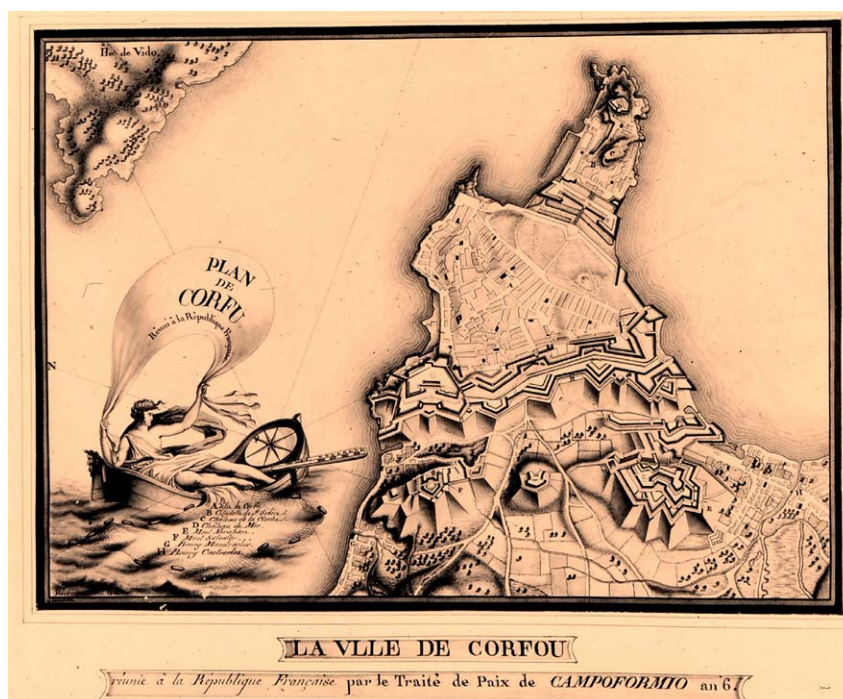


Fig. 4 – *La ville de Corfou*. Perspective view drawn-out by the French Royal Engineers, 1797. ANK, French Republican Collection.



Fig. 5 – *Vue perspective de la ville de Corfou*. Perspective view drawn-out by the French Royal Engineers, 1797. ANK, French Republican Collection.

of the time. On the map, we can clearly see lines corresponding to the paths which would soon be turned into promenades. This network of lines testifies to civil – and not just military – connections between the inhabited center and the Old Fortress. At the junctions of the trails, there are focuses and points where the British would set up a series of celebratory statues and small temples in the early twentieth century.

Some eighteenth-century architectural episodes would have foretold another role for the *Spianata*, by giving it a new centrality<sup>12</sup>. These are the two hospital projects: the first drawn out in 1738 as a military facility, the second destined for the civilian population<sup>13</sup>. Conceived almost simultaneously, but designed later, they were located near San Nicolò gate, at one end of the future Esplanade. The spot was not far from the place where, during the first British period, the San Michele and San Giorgio Palace would be erected. The military hospital had to come out of the restructuring and expansion of existing structures<sup>14</sup>, while the civilian one corresponded to an *ex-novo* project to accommodate both the sick and the poor. These two functions are usually housed in distinct *ad hoc* designed containers. Even in this case, to be precise, there was a defensive motive associated with one of Schulenburg's suggestions. In his post-siege plan, he had hoped that, in the event of another devastating attack, the civilian population would be admitted to special places where they would not interfere with the assistance of the injured soldiers<sup>15</sup>.

There are no doubts about the ambitions of the plan drawn out by the German marshal, who wished to turn the Adriatic gate into an impregnable system of defence. Nevertheless, the eighteenth century would represent the “continental divide” between a period dominated by military concern and a subsequent phase when the stress would be slowly but progressively shifted onto the building of civil infrastructure, such as schools, governmental offices, commercial outfits, hospitals and even university buildings. One hundred years are in fact too many to be considered as a real watershed between two stages. Especially if considered from a Corfiot standpoint, the question to be posed is therefore: when could we set the real *caesura* between two radically different ways of perceiving the role of fortifications?

## Between Venice and Britain

What gives us the perception of an increasing change – from military to civil destinations – is the comparison with previous maps such as the one elaborated by Vincenzo Coronelli more than fifty years earlier. His plates only show a suite of forts and lines of fortifications, whereas the city is nothing but a blank area. Such an attitude cannot be justified by the status of Coronelli, as officer of the Venetian army; even Bragadin and Ganassa were military servants. In both the maps drawn out in the middle of the seventeenth century, the detailed keys better reveal an

<sup>12</sup> Description of the most significant projects and interventions in eighteenth-century Corfu in Zucconi, forthcoming.

<sup>13</sup> The “Provveditore da mar”, of Giorgio Grimani, talks about the civil hospital in a dedicated dispatch on November 1738, suggesting a location next to the military one, ASV, Senato 983, b.653. For the project drawn out by Paolo Artico, see the two plates *Pianta piano terreno e due piani inferiori del costruendo ospedale per infermi e poveri d'ambo i riti e i sessi*, 1 December 1795, ASV/P.T.M., F.1056.

<sup>14</sup> Plates and records concerning the military hospital are stored in BMC, Gabinetto di Cartografia, 7/Ms PDc 859/16, Cl.XLIVb; see, in particular, plate no. 0892 *Pian Terreno dell'Ospedale militare di Corfù*.

<sup>15</sup> See *Relazione del Maresciallo di Scolemburgo [sic] in rapporto alle fortificazioni di Corfù*, 19 November 1737, BMC, Mss. Gradenigo-Dolfin, 200/XI.

<sup>16</sup> According to the Paris Treaty – later incorporated into the Vienna Treaty –, the new Ionian State was put “[...] under the immediate and exclusive protection of the King of Great Britain” (art. II), which is called “[...] to regulate their internal organization” (art. III). In order to implement the Treaty and to create a suitable Governmental structure, the King will appoint a High Commissioner (art. IV). Cf. MacGachen 1859, 12–13.

<sup>17</sup> Reported in Goodisson 1822, 31.

<sup>18</sup> The data refers to the period 1824–1831 only (Jervis 1863, 78).

<sup>19</sup> The most generous estimate comes from Goodisson (1822, 29); the other is made by de Saint-Vincent (1823, vi).

incoming strategy of adapting the former military outfits to civil uses. This occurred especially in the area next to the Porta San Nicolò – the future seat of the British High Commissioner – where a nucleus of the first civil functions was being created at that time. Moreover, new projects for new civil buildings were carried out during the eighteenth century, absorbing a large amount of attention and financial resources. First came the rationalization of the area of Spilea, together with the creation of commercial outfits.

The process of demilitarization was, however, not of a linear kind. Rather, it was characterized by a series of stop and go revealing a contradictory attitude. Take, for example, what occurred after the earthquake of 1783. In the face of the reconstruction work, the *procuratori* were required to give priority to fortifications. Refurbishing the defensive walls and rebuilding the forts had to come first, and only after that came the repairing – and the remaking from scratch – of housing. A few decades later, the new British rulers would do the opposite, providing precedence to civil functions at the expense of the defensive works.

The great political turnover occurred in 1814. Signed in May, the Treaty of Paris sanctioned the passage of Corfu to Great Britain, together with the other six Ionian islands<sup>16</sup>. Put under British control, the new protectorate took the name of *Heptanesus*, and was ruled by a High Commissioner appointed by the Minister for Overseas affairs. Together with Gibraltar, Cyprus and Malta, the *Heptanesus* became part of a new system of maritime strongholds. This spotty crown of naval bases were called to warrant the *Pax Britannica* – together with military control – over the space of the Mediterranean. In this new context, Corfu lost its traditional role of cardinal point between the “Gulf of Venice” and the open sea, acquiring that of “fortified junction” in the the British fleet’s job to control the entire Mediterranean.

However, the city had to maintain the status of “garrison city” despite the progressive loss of its strategic relevance. As an epitome of its new condition, a British medical officer affirmed in 1822: “We could consider Corfu as being impregnable, if there were ever the need to it take by force”<sup>17</sup>. But nobody at that time presumed to express such a necessity; especially the Ottomans, engaged in the defense of the borders of what remained of their Empire in the Balkans. To justify the relevant amount of expenses, the new rulers had to present themselves as “defensor Corcyrae”, even if there was a clear disproportion between the effective role of the supposed stronghold and what was deemed necessary to keep it in good conditions. This was especially the case concerning the British Parliament which was required to pass a bill of 154,000 pounds for a seven-year program of repairing the fortifications<sup>18</sup>.

Between the military garrison and the civil population, a further disproportion becomes increasingly evident. On the one hand, the city and its surroundings had between 13,500 and 17,000 inhabitants, on the other, British command estimated that from ten to twenty thousand were needed to keep the stronghold<sup>19</sup>. Eventually, what emerges from this kind of analysis is a one-to-one relationship: a pathological condition if compared to the loss of strategic function. A large portion of



the urban vicissitudes of contemporary Corfu could therefore be framed into this disproportion between the theoretical role of a fortress town and the increasingly weak conditions of the defensive equipment. Among these contradictions, the new rulers insinuated the project for a small capital city.

The strategy of the British representatives seemed to be based on a minimal concern for defensive works. Once the role of garrison city and the maintenance of its defensive outfits were ensured, they had to direct the bulk of resources towards the erection of a new prestigious – albeit tiny – capital city. While large portions of the defensive works had to be – partially or totally – demolished, another set

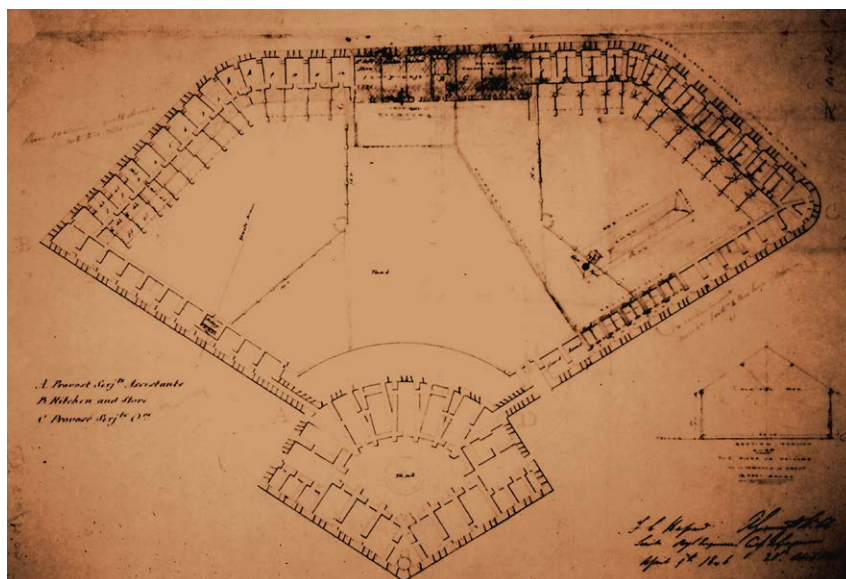


Fig. 6 – Plan with the suggested military prison in the former bastion of Vido, drawn-out by the British Royal Engineers, 1846. ANK, Kolla Collection.

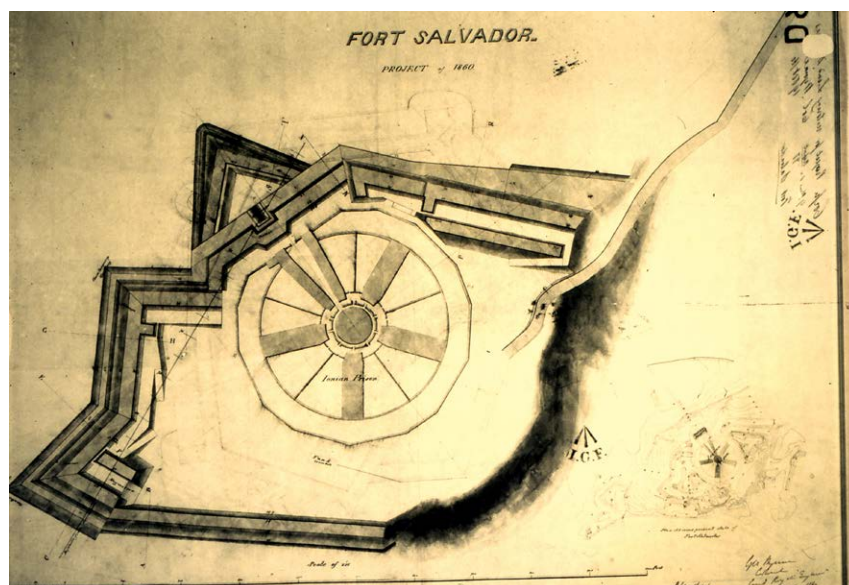


Fig. 7 – Plan with the suggested civil prison in the Fort San Salvador, drawn-out by the British Royal Engineer C. Crawford, 1860. ANK, Kolla Collection.

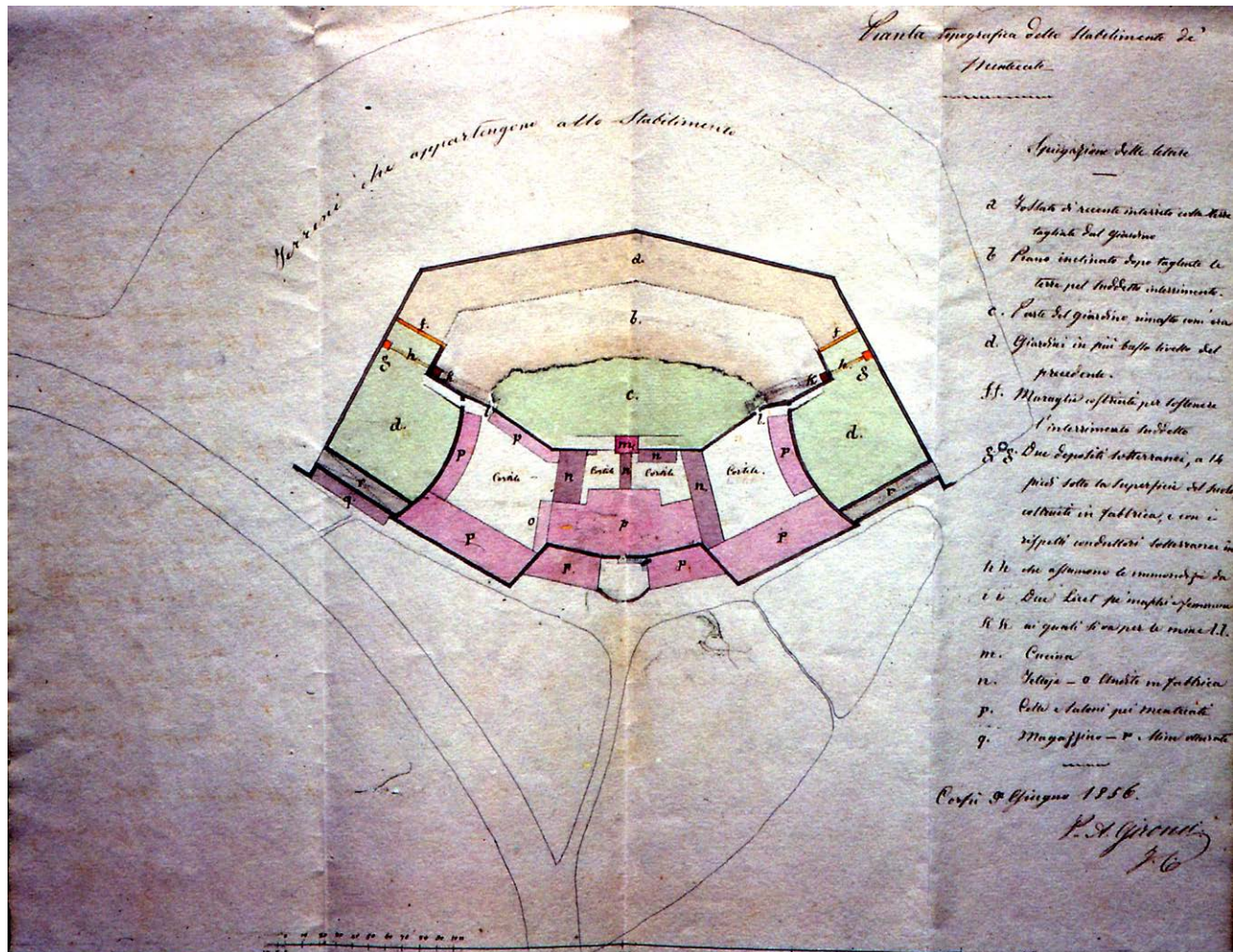


Fig. 8 – Plan with the suggested lunatic asylum in a former bastion, drawn-out by the British Royal Engineer A. Giroud, 1856. ANK, Kolla Collection.

of buildings would be turned into public facilities, such as hospitals, schools and governmental offices. Eventually, only a smaller portion could be re-used for military purposes.

The first High Commissioner was Thomas Maitland<sup>20</sup>, whose name is mainly associated with the building of the Palace of Saint Michael and Saint George, which was originally conceived to house the supreme representative of the British government. Then came Frederick Adam; in the national budget, he increased investments in public works, to the disadvantage of those related to the military sector. If we exclude the buildings around the Esplanade – including the Governor's Palace –, it can be said the program for "Corfu capital" only began to take shape after 1824 and to be implemented in the following decade. Throughout the eight years he was in office, Adam emphasized two main areas of investment<sup>21</sup>: the establishment of a school system, including a new university, and the construction of the aqueduct, which was intended to intercept the waters of the Potamos river at its source and serve the whole city, after being transported a distance of seven miles. For this

<sup>20</sup> On his life and work, see Frewen 1897, II, chap. 12-17, for his Ionian period.

<sup>21</sup> The most detailed description of what was done by Adam during his time in office is in Napier 1833.



project, accomplished in 1831, he would later be celebrated and commemorated with the bronze statue surrounded by water in the middle of the Esplanade. Adam also promoted the creation of the first university – the so-called Ionian Academy – which was temporarily housed in the Baracks Grimani, built in 1725, only one hundred years previously, along the southern edge of the Spianata.

<sup>22</sup> Such an inscription is usually reported on all the plates of this period, now stored in the National Archives, Corfu (ANK), Collection D. Kolla.

## Towards the dismantling of the stronghold

Barracks transformed into a university building: this is but one of the episodes of functional re-use which have characterised the story of Corfu as capital of the Heptanese. Within the budget for defensive work, the major part was absorbed by the expenditure on restoration and demolition of walls and portions of fortresses. In this period, the weight of military bodies continued to be relevant; more or less evidently, it was in any case of a pervasive nature. Significant buildings – such as the aforementioned seat of the Ionian University – were usually designed by the Royal Engineers, while minor projects of ordinary adjustments would be delegated to local professionals or architects of the civil administration. In addition to the major architectural episodes, the army was controlling all the works of construction, transformation and renewal within the city limits. For approval, any project had to be stamped with the formula “the building in question can be erected without any prejudice to the fortifications”<sup>22</sup>. Initially, the problem was related to projects located close to the defensive works. Then, starting in 1825, the principle would be extended to all cases of public and private construction.

This corresponded to a period of building expansion and, paradoxically, the increase in military control went hand in hand with the progressive dismantling of the works of fortifications and their conversion to civil ends (prisons, schools, hospitals, asylums). Restoration was restricted to the fortified perimeter in order to confirm the status and physiognomy of a presumed stronghold. On the other hand, it went further in abandoning, demolishing or reconverting the adjoining elements of the defensive system such as ramparts, bastions, and other advanced portions of the wall system.

This process of reconversion was followed by a set of operations in areas once occupied by defensive works: the abolition of military servitude, the transfer of land to the municipality, the leveling of elevated areas. It also involved the disposal of all extra-urban strongholds created in accordance with the Schulenburg plan, such as S. Rocco, S. Salvador, Abraham and their substitution with buildings dedicated to civil functions. Located in front of the port, the island of Vido represents an exception in this panorama, as its fortress was strengthened in order to prevent a direct attack on the harbour. Indeed, British military command took special care

<sup>23</sup> On the Napoleonic period, see Lunzi 1860. For a French perspective on Corfu in the nineteenth century, see Lenormant 1865.

<sup>24</sup> On the construction of the new Heptanese capital, see Zucconi 1994.

with any problems associated with maritime defence. Only later would they reserve for Vido, not a destiny of radical demolition, but a plan of substantial reduction and adjustment in order to house the unsanitary asylum.

There was no general plan but several specific programs for reshaping and adapting fortifications. In fact, they provided the only opportunities for a large-scale reflection on urban form, including the relationships between residence and service facilities. In other words, the plans for reducing the defence system would play a vicarious role in Corfu over a general building plan that the High Commissioners had not drawn out for the capital of the Ionian state.

The downgrading of the Ionian stronghold was first associated with the withdrawal of the Ottoman Empire, and secondly with the decline of the Republic of Venice. A turning point corresponded with the final collapse of the *Serenissima* (1797) which introduced a totally different framework from both a political and strategic point of view. The full perception of the crisis came, however, after the Napoleonic wars which had, for the last time, provided Corfu with a strategic role. After 1814, what had been hitherto considered a powerful stronghold against the enemy was in part regarded as a useless and cumbersome structure. At the same time, in the new Adriatic geography emerging from the Congress of Vienna, a secondary maritime role was now assigned to the Corfiot hub, traditionally considered as the gate of the former “Venetian Gulf”.

The best example of the process of demilitarization was the full transformation of the former *Spianata* into the “Esplanade”. During the Napoleonic period, this space was officially devoted to the function of Champ de Mars. Fort-Neuf was the new name which would forever replace the old Venetian term, *Fortezza Nuova*<sup>23</sup>. Later, in its transition to British rule, the previous “raison d’être militaire” of this empty space was progressively replaced by a concept based on representativeness and leisure: a pleasant and architecturally significant space which was highly expressive of the new status of the capital city<sup>24</sup>.

A sort of new city was growing up around this zone dedicated to greenery and public leisure. The space was dominated by alternative values to those prevailing in the old city. There was a healthy and geometric order, in contrast to the cramped and labyrinthine aspect of the Greek town. Already in 1822, such was the image of this space offered to potential visitors:

“The only part of the town of Corfù worthy of description or notice is the Esplanade [...] a delightful green, which extends between the town and the ditch that separates the fortress from it. A good gravel walk with a double row of trees at each side, unites the fortress to the town.” (Goodisson 1822, 32).

This highly representational space would be occupied not only by the seats of the new Ionian state – such as the Palace of the High Commissioner, the university, the San Giorgio temple, and memorials, such as the those dedicated to Maitland and Adam –. Trade and commerce would also be represented and materialized on one





of its main sides. Beginning with the French domination and completed under the British rule, a series of relatively big buildings were erected at the limits of the old *Spianata*, providing a backdrop of a hitherto unexpected amount of architectural *décor*. The new blocks look like something in between Paris and Venice, housing a suite of cafés and elegant shops under the high vaults of the porch. The atmosphere was supposed to be the same as Paris, but the name – “Liston” – and the style of the façade recall the character of the former “Dominante”, that is Venice.



Fig. 9 – A today bird’s-eye view of the Esplanade in Corfu. Courtesy of the Tourism Office of Corfu.

Fig. 10 – Zenithal view of the city of Corfu. Courtesy of Google Earth.

## The creation of a capital city

There is a high degree of continuity in the architectural character of the fronts built up in the late eighteenth century and in the following phase, during the Venetian and the Heptanese period. The building boom – that accompanied the capital of a new state – in fact echoed the image of an eighteenth-century city, due to a prevalence of models, which if not Neo-Palladian, were at least linked to the previous phase. This applies to smaller buildings but also to the most significant architectural episodes, starting with the façade of the Kapodistrias palace, completed in 1840. Its creator – the Corfiot architect Joannis Chronis – was a pupil of the Italian sculptor Antonio Canova, and had followed a course similar to other Venetian colleagues. Back in his homeland in 1831, Chronis would be active in subsequent decades, but his stylistic background refers to a Venetian *koiné* that would be visible on the façades of the buildings for a long time.

<sup>25</sup> On the life and work of Whitmore, see Colvin 1978, 886.

<sup>26</sup> Criticism would have sprung from the pages written by colonel Charles J. Napier, ex Resident in Cephalonia (Napier 1833, 178).

The architectural masterpiece of this period is no doubt the Palace of Saint Michael and Saint George, which frames almost the entirety of one side of the Esplanade (Dimacopoulos 1979, 356-359; 1994, 105-111). It was designed in 1818 by a British Royal Engineer named George Whitmore<sup>25</sup>. In this big construction, everything came from Malta, including the tufaceous stones, the building masters, the brick-layers and even its creator. The splendid seat was finished in 1823 at a total cost of £45,000 (Napier 1833, ix). It was inaugurated several months before the death of Sir Thomas Maitland, which occurred in 1824. After laying the first stone, the High Commissioner decided to annex a new wing, suitable for the seat of the Ionian Parliament. The reason to diverge from the earlier plan was probably due to further enhance the prestige and role of the big building in the local context. With its long rows of Doric and Ionian columns, its monumental pronaos leading to the big hall, the Ionian Palace sums up elements of the Neo-Greek style, eventually resembling an English country residence such as those designed by John Nash. Not only in its style, but also in its dimensions and proportions, the Ionian house of the High Commissioner and of Parliament seems to anticipate what the German and Danish architects would design, in the span of a decade, in Athens, the new capital city of the Greek Kingdom. In the aftermath, he would be bitterly criticized for the disproportionate grandeur of the palace<sup>26</sup>.

In the local context, the construction of the Palace of Saint Michael and Saint George also marked a substantial shift of emphasis from the urban limits of the city onto its most prestigious core, the completely renovated *Esplanade*. Flows of financial commitment would of course follow the changing attitude associated with the new rulers. After the works brought about in the 1830's, the new capital city showed no other defensive elements but the *Fortezza Vecchia* and a small portion of the old perimeter. What appears to have been dismantled was the whole internal section of the Venetian wall between the bay of Garitsa and Fort-Neuf. This rupture paved the way for future urban expansions, also providing guidelines for building developments. In this part of the city, affected by future plans of enlargement, the remains of strongholds and bastions were partially converted into collective equipment. In this new context, the prison and hospital stood in anticipation of a modern city to be defined in the near future.

The general problem of designing urban expansion would only be tackled in a systematic way after the annexation to the Kingdom of Greece. On March 1864, according to the Treaty of London, the Union Jack banner was lowered, to be replaced by the flag of Saint Andrew's Cross. Before leaving the city, the Royal Engineers planted mines to demolish the remaining external defenses. From then on, no physical obstacle could prevent urban growth, and the new rulers drew up a series of schemes centered around the flattened hill of San Rocco (now Saint-Roch). With this name, they created a new square representing the focus of urban expansion. The square marks the convergence of a network of geometrically arranged roads inspired by a kind of Neo-Hellenic style on an urban scale.

With the annexation to the Greece, the short story of the Ionian capital comes to an end. Finally, in modern times, Corfu would present a radical new townscape due to the progressive *decalage* of its strategic significance and military, political and trading role. What emerges now is a new urban concept associated with the incoming demand for tourism. What would grow, during the twentieth century, was the interest for the old town of Corfu which would be inscribed in 2007 in the UNESCO World Heritage List. The inscription was justified on the grounds that “[...] the urban and port ensemble of Corfu, dominated by its fortresses of Venetian origin, constitutes an architectural example of outstanding universal value in both its authenticity and its integrity.”<sup>27</sup>

In its current state, the urban and defensive ensemble is, however, the outcome of a process of transformation which has slowly taken place over the long term, with a sudden acceleration in the period between 1797 and 1864: from the collapse of Venice to the annexation to the Kingdom of Greece. In between this was a determinant stage corresponding to British domination, whose end is marked by the departure of the last High Commissioner. The renewed and embellished “Esplanade” can therefore be considered the perfect epitome of a fortress town transformed into a place that is fully representative of its new functions: first of a capital, then of a leisure city. From a *city en garde*, as it was conceived in *Serenissima* times, Corfu would become an *open city*. In the transition from the modern to contemporary epoch, the remains of the fortification stand only as the last and lonely witnesses of an apparently remote past. ●

<sup>27</sup> Reported in *Old Town of Corfu* 2012, 6. The inscription (file no. 978/2007) followed the submission and adoption of the Management Plan for the monuments. Within this framework, an import role is played by the preservation of defensive works to be considered as a fundamental portion of the whole.

## Bibliography

- Bacchion, Eugenio. 1956. *Il dominio veneto su Corfù: 1386-1797*. [Quarto d’Altino]: Ed. Altino.
- Bonardi, Claudia. 2005. “Gli anni settanta: il soprintendente Vitelli, un bombardiere e un ingegnere di acque”. In *Fortezze “alla moderna” e ingegneri militari del ducato sabauda*, ed. Micaela Viglino Davico, 287-293. Torino: Celid.
- Bonardi, Claudia. 2007. “Ferrante Vitelli, cavaliere pontificio e ‘colonnello’ dei Savoia nei giorni di Corfù (1576-1578)”. In *Gli ingegneri militari attivi nelle terre dei Savoia e nel Piemonte orientale*, ed. Micaela Viglino Davico and Andrea Bruno Jr., 33-49. Firenze: Edifir.
- Colvin, Howard. 1978. *A Biographical Dictionary of British Architects, 1600-1840*. London: Murray.
- Concina, Ennio, 1986. “Città e fortezze nelle ‘tre isole nostre’ del Levante”. In *Venezia e la difesa del Levante: da Lepanto a Candia, 1570-1670*, ed. Ennio Concina et al., 180-192. Venezia: Arsenale Editrice.
- Concina, Ennio, and Alikí Nikiforou, eds. 1994. *Corfu, History, Urban Space and Architecture: 14th – 19th cent., Catalogue of the Exhibition (Corfu, July-Sept. 1994)*. Corfu: Cultural Society Korkyra.

- Concina, Ennio. 1994. "St. Mark, the Stonghold, the Town". In Concina and Nikiforou, 29-37.
- Dimacopoulos, Jordan. 1979. "Whitmore of Corfu". *The Architectural Review* 166 (994): 356-359.
- Dimacopoulos, Jordan. 1994. "The Palace of Saint Michael and Saint George". In Concina and Nikiforou, 105-111.
- Di Rocco, Maurizio. 1978. *Corfù, le fortificazioni e la città dal 1386 al 1669*. Diss., Università degli Studi di Firenze.
- Fiore, Francesco Paolo. 2014. "Palmanova e la fortificazione in terra". In *L'architettura militare di Venezia in terraferma e in Adriatico fra XVI e XVII secolo*, ed. Francesco Paolo Fiore, 221-239. Firenze: Olschki.
- Frewen, Walter, ed. 1897. "Sir Thomas Maitland. The Mastery of the Mediterranean". In *Builders of Greater Britain*, 2 vol. London: T. Fisher Unwin.
- Goodisson, William. 1822. *Historical and Topographical Essay upon the Islands of Corfù, Leucada, Cephalonia, Ithaca and Zante....* London: Underwood.
- Jervis, H.J. 1863. *The Ionian Islands during the present Century*. London: Chapman.
- Lanfranchi, Fausto. 2016. "Conflitti e 'dispareri' tra ingegneri militari per la progettazione della fortezza nuova di Corfù nella seconda metà del Cinquecento". *Archivio Veneto* 11: 67-109.
- Lenormant, François. 1865. *La Grèce et les Iles Ioniennes. Etudes de politique et d'histoire contemporaine*. Paris: M. Levy.
- Lunzi, Ermanno. 1860. *Storia delle Isole ionie sotto il reggimento dei Repubblicani francesi*. Venezia: Tip. del Commercio.
- MacGachen, Frederic Stewart. 1859. *The Ionian Islands: a Sketch of their past History with reference to their Position under our Protectorate*. London: James Cornish.
- Molteni, Elisabetta, and Moretti, Silvia. 2010. "Mappe e disegni riguardanti Corfù nella Biblioteca del Museo Correr". In Romanelli and Tonini, 81-98.
- Napier, Charles James. 1833. *The Colonies. Treating of their Value generally. Of the Ionian Islands in particular [...] Structures on the Administration of Sir Fredrick Adam*. London: [s.n.].
- Old Town of Corfu, UNESCO World Heritage Site. Proposal for the Update of the Management Plan*. 2012. Corfu: Culture Polis.
- Romanelli, Giandomenico, and Camillo Tonini, ed. 2010. *Corfù "Perla del Levante". Documenti, mappe e disegni del Museo Correr*. Milan: Biblion.
- Saint-Vincent, Bory. 1823. *Nouvel Atlas pour servir à l'histoire des Iles Ioniennes*. [In] *Histoire et description des Iles Ioniennes...*, ed. Baron V. A. von Schneider. Paris: Dendy-Dupré.
- Zucconi, Guido. 1994. "Corcyra Britannica. Architecture and Urban Strategies in the Capital of the Ionian State". In Concina and Nikiforou, 95-103.
- Zucconi, Guido. 2001. *La città dell' Ottocento*. Venezia: Laterza.
- Zucconi, Guido. Forthcoming. "Dopo Schulenburg: aspetti dell'edilizia civile e problemi di riassetto urbano". In *The Ottoman Siege of Corfu in 1716. Proceedings of the International Conference, Corfu, October 2016*. Corfu.



## Resumo

O mais importante porto do ducado de Sabóia (1388-1720) e do reino da Sardenha (1720-1860) no Mediterrâneo, *Nizza Marittima* – a *Nice* francesa, depois de 1860 – era um assentamento defendido de maneira sofisticada: a partir de uma colina proeminente o castelo dominava a baía, enquanto uma linha de imponentes muralhas cercava a cidade triangular fortificada. Em 1706, o castelo foi destruído em definitivo: gradualmente, todo o sistema de fortificações começou a ser considerado uma relíquia antiquada do passado. Enquanto isso, um número crescente de turistas estrangeiros começou a desfrutar da suavidade do clima na costa, durante o Inverno. Um século depois, o castelo não passava de um amontoado inútil de ruínas, enquanto as muralhas não eram mais do que um obstáculo ao crescimento da nova Nizza. Assim, desde a década de 1820, a área do morro foi transformada num jardim luxuoso, permitindo desfrutar o maravilhoso *panorama* de 360°. Inesperadamente, em 1860, o turista já tinha substituído vitoriosamente o soldado. ●

## Abstract

The most important harbour on the Mediterranean of the Duchy of Savoy (1388-1720) and Kingdom of Sardinia (1720-1860), *Nizza Marittima* – the French *Nice*, after 1860 – was a sophisticatedly defended settlement: from a prominent hill the fortified castle dominated the bay, while a line of mighty walls surrounded the fortified triangular town. In 1706, the castle was positively destroyed: gradually, the whole system of fortifications came to be regarded as an old-fashioned relic of the past. In the meanwhile, an increasing number of foreign tourists started to enjoy the mildness of the weather on the coast, during the winter season. One century later, the castle was nothing but a useless heap of ruins, while the walls were just an obstacle to the growth of the new *Nizza*. Thus, from the 1820s onwards, the area on the hill was transformed into a luxurious garden, allowing for the enjoyment of the marvellous 360° *panorama*. Quite unexpectedly, by 1860 the tourist had already victoriously replaced the soldier. ●

## Arbitragem Científica Peer Review

**Angelo Bertoni**

Institut d'Urbanisme et Aménagement Régional  
Aix-Marseille Université

**Marta Macedo**

Instituto de Ciências Sociais  
Universidade de Lisboa

## palavras-chave

NIZZA/NICE

FORTIFICAÇÕES

JARDIM

TURISMO

## keywords

NIZZA/NICE

FORTIFICATIONS

GARDENS

TOURISM

**Data de Submissão**

**Date of Submission**

Out. 2017

**Data de Aceitação**

**Date of Approval**

Jan. 2018

# THE SOLDIER, THE KING, THE GARDENER AND THE TOURIST:

## HOW THE CASTLE, FORTIFICATIONS AND WALLS OF NIZZA/NICE BECAME A TOURISTIC SITE (1821-1888)

---

SERGIO PACE  
Politecnico di Torino

Today's Nice is not yesterday's Nice. She has long since abandoned the steep rock, which was her cradle, to the burial of her dead. Both cities and individuals change, morally and physically. She has left the male and warlike virtues of her ancestors, with the remains of their houses, on the height from which she descends. Instead of a barren rock, today's Nice needs a gentle plane, where she can tread the grass with her delicate feet; she needs pleasures instead of combats, love songs instead of war-shouts<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> "Nice d'aujourd'hui n'est plus Nice d'autrefois. Elle a abandonné depuis longtemps à la sépulture de ses morts le rocher escarpé qui fut son berceau. Les cités comme les individus changent au moral et au physique. Elle a laissé sur la hauteur dont elle est descendue avec les débris de ses maisons les vertus mâles et guerrières de ses ancêtres. Il faut à la Nice d'aujourd'hui, au lieu d'un roc stérile, une plaine riante dont elle puisse fouler le gazon de ses pieds délicats; des plaisirs au lieu de combats; des chants d'amour au lieu de cris de guerre." [Tourtoulon] 1852, 30 (author's translation).

Before evolving into the sumptuous capital of the French Riviera, Nice was officially known as *Nizza Marittima*. With little interruption, for a very long time, the city was an integral part of the Duchy of Savoy (1388-1720), then of the Kingdom of Sardinia (1720-1860), and the most important harbour on the Mediterranean coast at least until 1815 (Ortolani 2012). Due to its strategic location, for centuries Nizza had been a sophisticatedly defended settlement: on a prominent hill, looking over the sea, the fortified castle dominated the bay; down the hill to the seashore, the fortified triangular town was surrounded by mighty walls looking west, along the river *Paglione* or *Paillon*.

In 1706, the castle was taken by the French army, and destroyed: it would never be rebuilt. Moreover, in the second half of the eighteenth century, the city also



started to expand eastward, thanks to the new *Porto di Lìmpia*. As a result, after the Napoleonic years, the whole system of fortifications was regarded as an old-fashioned relic of the past: the newly-restored Nizza seemed to be destined to become something completely different.

An increasing number of foreign visitors – in French known as *hivernants*, as they usually spent their winter in town – arrived on the coast (Aillagon 2017, 138-170). Mainly from the United Kingdom, they enjoyed the mildness of the weather, spending weeks and months in this sunny corner of Europe. Inevitably, the old town

Fig. 1 – Plan parcellaire de la ville de Nice chef-lieu du département des Alpes-Maritimes, 1812. Nice, Archives Municipales, G.27.





Fig. 2 – Clément Roassal, *Vue des Ponchettes*, 1820 ca. Private collection.

<sup>2</sup> “Toute recherche pour donner une idée de l’ancienne Ville sur le château serait superflue. Les fortifications qui l’ont remplacée, et les bouleversements que les mines y ont opérés ont changé la face des lieux et fait oublier les anciennes dénominations.”.

started to look inadequate (Boyer 2005, 163-180). The narrow streets and few squares turned out to be not exactly what English tourists would expect as the setting for their vacations (Hale 2009, 59-67). Such a wealthy and demanding international *élite* started to look elsewhere for more enchanting locations in which to live and spend its abundant leisure time (Bottaro 2014).

Until the second decade of the nineteenth century, the place where the glorious castle had been was little more than a promontory between the town and the port. After all those years and troubles, almost nothing had been preserved of the original fortified town of *Nikaia*, first founded on the top of this cliff presumably in the fourth century B.C. (*Guide des étrangers* 1827, 8)<sup>2</sup>. On the top of the hill,



the remains were regarded as nothing but a useless heap of ruins while, down the hill, the remains of the walls along the river and shore were just an obstacle to the growth of the new Nizza<sup>3</sup>. The “once invincible” fortress was regarded as nothing more than a melancholic relic (Sulzer 1780, 176), while the new port (to the east) and the old town (to the west) were divided by “the cliff”, whose only charm was to be appreciated when the sea waves crashed on it furiously (Millin 1816, 87)<sup>4</sup>.

## Un pubblico passeggio, or how the old Castle of Nizza was thoroughly redesigned

Nevertheless, in the early nineteenth century, a new age arrived. Charles Felix – *alias* Carlo Felice Giuseppe Maria, duke of Savoy – was crowned king of Sardinia on 25 April 1821. Until his death in 1831, many things began to change in his small but strategic kingdom: among them, the political, economic, and cultural destiny of the remote county of Nizza, more and more evidently bound to be transformed into a privileged location for foreign, wealthy *hivernants* (Pace 2017). In particular, two major processes were planned and financed by the Municipality and the Crown in the 1820-1830s.

On the one hand, on 30 July 1823 the king decreed that the old bastions along the river *Paglione* were gradually to be transformed into a riverfront, connecting the old town to the new borough of the *Croce di Marmo*, whose expansion was being determined by the newly-born *Cammino degli Inglesi*, namely the future world-famous *Promenade des Anglais*. On the other, and even more interestingly, the king donated the area upon the cliff to the municipality, which almost immediately started to transform it into a luxurious garden.

Evidently, the pivotal event which triggered the whole process had been the loss of centrality that the ports of Nizza and Villafranca [Villefranche] had suffered, due to the inclusion of Genoa within the borders of the newly restored kingdom. Becoming part of Liguria, that is the “immense amphitheatre” spanning from Tuscany to France (Bertolotti 1834, 2: 67), Nizza could do nothing but look for a brand-new role in local economies and politics. The chronological coincidence of the construction of the *Cammino degli Inglesi* along the seashore, the transformation of the castle into a park and, finally, the complete demolition of the city wall along the river was not fortuitous at all. The aims were concurrently economic and political: local *élites* regarded tourism – whatever this might have meant at the beginning of the nineteenth century – as crucial to the development of the city after 1814-1815. In fact, the term *tourism* may not be adequate to properly describe such a multifaceted context (Boyer 2005, 6). Foreign *hivernants*, spending their winter on the Riviera, were not exactly tourists, first because they generally inhabited these places for a long while, though without becoming locals<sup>5</sup>. They would rent apart-

<sup>3</sup> On the long and complicated vicissitudes of the site, and namely of its archaeological remains, see Ghiraldi (2006) and especially Bouiron (2007-2008), who recorded an impressive amount of visual and written documents, as well as rough but essential data; the editor's studies have also been condensed in Bouiron (2013). A well-illustrated summary on the whole case study has been recently published by Bodinier (2015).

<sup>4</sup> Millin's description of the route connecting the terrace of the *Poncette* and the *Porto di Limpia* – now the windy *Quai de Rauba Capeu*, meaning the *hat-stealing quay* in Nissart – is noticeably romantic: “En descendant vers le levant de cette belle et majestueuse terrasse, on arrive à un chemin qui a été fait autour du rocher, dont on suit les sinuosités comme sur un balcon; lorsque la mer est élevée, les vagues viennent s'y briser avec effort: la violence du choc fait jaillir l'eau à une hauteur considérable; et, en retombant en cascades sur ces aspérités, elle produit un effet difficile à rendre”.

<sup>5</sup> The most recent and detailed history of tourism in the *Contea di Nizza*, or Département des Alpes-Maritimes since 1860, is Bottaro et al. 2013, in particular, for its early years, see the chapter “La recherche du confort climatique”, pages 9-97.



Fig. 3 – Clément Roassal, *Vue de la colline du Château*, 1828-1832. Nice, Bibliothèque du Chevalier de Cessole.

ments or, less frequently, sumptuous villas in the countryside for the whole season and spend their abundant leisure time enjoying the extraordinary charm of the natural surroundings or the minor pleasures of a rather modest social life. Other foreigners would pass through Nizza more quickly, spending only a few weeks or days in town, on their way from north-western Europe, and especially the British Isles, to Italy. Although Marseille and Genoa were much safer and better equipped harbours, Nizza could be a comfortable stop-over in their *grand tour* towards Florence, Rome, Pompei and other Italian *mirabilia*.

In such circumstances, the *Cammino* should not be regarded as a public intervention on the outskirts of the town, since it came out of the reconfiguration of a number of private properties between the seashore and the *Strada di Francia*. Nevertheless, local authorities encouraged it explicitly, regarding it as an essential tool for growth: “the aim of this work was to make poor people work and provide the foreign and sick inhabitants of the *faubourg* with a healthful and pleasant walk” (*Guide des étrangers* 1827, 115)<sup>6</sup>. Actually, the strategy turned out to be quite successful: the transformation of the *bord de mer* into the *Cammino* finally launched Nizza as a world-famous *station balnéaire* (Barelli 2015)<sup>7</sup>.

As a private investment, the completion of the *Cammino degli Inglesi* turned out to be rather fast, which was definitely not the case for the other interventions. Nevertheless, and quite paradoxically, the new park on the hill – whose renovation took over sixty years – gained fame and attracted visitors well before its completion. The process began under the impulse of Alessandro Crotti di Costigliole (1774-1830),

<sup>6</sup> “Le but de cet ouvrage fut de faire travailler les pauvres, et de procurer aux étrangers, et surtout aux malades habitans au faubourg, une promenade saine et agréable” (author’s translation).

<sup>7</sup> On the development of winter and/or summer sea-bathing, in Nizza and other locations, see Urbain 1994 and Toulhier 2016.

who was appointed *intendente generale* of the *divisione di Nizza* in 1819<sup>8</sup>, while the first phase of the new life of the castle began on 6 December 1821, when the municipality made a plea to the king to donate the area: the aim was to create “a public walk, which would be just as pleasant as its position is unique, and unique for the beautiful views that, from all its parts, any eye can discover”<sup>9</sup>. The state of the place seemed to demand some kind of urgent intervention, as it looked – in some of the many engravings, mostly destined for foreign visitors<sup>10</sup> – completely separated from the city and somewhat wild, if compared to the dense urban fabric below and the new uses of the terrace of the *Poncette*, more and more dedicated to leisurely walks and the romantic contemplation of the seascape.

After a few months, the king responded to the plea and signed his *lettere patenti* in Genoa on 3 May 1822. Surprisingly, the goal was explicit: in the king’s words, his resolution was only determined by the presence of the wealthy *hivernants* in Nice, who provided money (*il lucro*) to the city and, therefore, needed a beautiful and salubrious environment in which to live<sup>11</sup>. The Ministry of War and Navy only succeeded in saving the bastion and a few other military devices, still in place but at this point effectively useless.

In spite of the rapid royal decision, it was not clear yet how the municipality could rearrange the area, to say nothing about some of the complicated issues arising from the private properties still located there: consequently, the debate went on for years. Such difficulties must not be underestimated, considering that the reform of the hill would probably have been impossible if it was not to be included in the general reform of the city, down the hill and beyond the river *Paglione*, where the old military bastions rapidly started to change into a charming *promenade*<sup>12</sup>. The late 1820s have been identified as crucial and the new *piano regolatore della città di Nizza Marittima* – designed by the municipal architect, Gio. Antonio Escoffier, helped by the geometer Louis Trabaud, in 1824–1825, approved by the municipality on 4–5 June 1829 and by King Charles Albert three years later – would set the rules for the next decades, even after the annexation to France in 1860 (Graff 2000, 52–57)<sup>13</sup>. In particular, the *lettere patenti*, signed on 26 May 1832, both created the municipal *Consiglio d’Ornato*, the institutional engine for the urban change in the following years, and included a *regolamento*, whose clause n. 22 explicitly mentioned the castle and the city walls, confirming the intentions decreed by King Charles Felix ten years before<sup>14</sup>. Anticipating the final royal approval of the plan, in 1831 the municipality gave the usufruct of the property of the castle to the *Regia Camera di Agricoltura e di Commercio*, which was thus entrusted with the new plantation<sup>15</sup>.

Gradually, the few inhabitants of the hill were relocated elsewhere in the old town, while all military uses became forbidden. Thanks to its relatively isolated position, the area had been a haven for many illegal activities: in the late 1830s the police still made frequent attempts to throw criminals and prostitutes out, in order to regain complete possession of what evidently seemed a waste land; in the meantime, the *Regia Camera* decided to fence the whole hill, leaving just two gated entrances from the port and the old town, to be opened at sunrise and closed at sunset. The

Fig. 4 – *Pianta generale del Promontorio su cui giaceva il distrutto Castello della Città di Nizza*, 1832. Nice, Archives Municipales, 1.Fi.2–24.

<sup>8</sup> *Regie patenti*, 12 August 1819: cf. *Raccolta di Regj Editti* [1820], 142. The *divisione di Nizza* was an administrative division of the Kingdom of Sardinia, established in 1818 and replaced in 1859 by the *provincia di Nizza*: see Bracq et al. 2010, 173–185.

<sup>9</sup> “Riuscirebbe molto vantaggiosa la concessione del Castello mentre formandosi in esso delle vie ed aditi con piantagioni d’alberi se ne formerebbe un pubblico passeggio, che sarebbe altrettanto ameno quanto la di lui posizione trovasi singolare ed unica per i bellissimi punti di vista che da tutte le sue parti scopre l’occhio”: see Archives Municipales de Nice (AMN), s. O, n. 3/17, *Pièces relatives à la concession des terrains du château à la ville (1821–1839)*.

<sup>10</sup> For instance, see Hippolyte Caïs de Pierlas (drawer) and Comte de Lasteyrie (engraver), *Vue de la Terrasse et du Château de Nice*, 1821.

<sup>11</sup> “Nella mira di abbellire i contorni di quella città con pubblici passeggi e piantagioni per rendere viepiù salubre e gradevole il soggiorno, che varie ricche famiglie forestiere si fanno durante la stagione d’inverno”: see the manuscript copy of the decree in AMN, s. O, n. 3/17, *Pièces relatives à la concession des terrains du château à la ville (1821–1839)*.

<sup>12</sup> A manuscript copy of a deeply detailed *Ragionamento in sostegno del Piano di abbellimento e di via pubblica sui nuovi Baluardi della Città di Nizza Marittima*, signed on 31 March 1826, is in AMN, s. O, n. 4/1, cart. 2.

<sup>13</sup> *Piano Regolatore della Città di Nizza Marittima redatto sulle basi del voto emesso dal Congresso permanente d’acque e strade*, in AMN, s. O, n. 4/1 (1820–1864. *Plan régulateur. Documents généraux, pièces officielles*). As regards the history of the urban landscape of Nizza until 1860, see also Castela 2012, 57–149.







many reports, signed by Agostino Millo as “caretaker and waterer of the plants and herbs rooted on the old Castle”, made reference to an enchanting garden that was difficult to protect, due to its position<sup>16</sup>.

Between the lines of the abundant documentation concerning the security of the castle and exchanged between the *Regia Camera*, the police and the municipality, it became evident that the brand-new garden must not only be pleasant but also safe for any visitor. Foreign tourists were implicitly but inevitably regarded as the first and most important referees: by means of such a deep environmental and social cleansing, they were to be saved from any kind of moral and/or criminal inconvenience. In the meanwhile, the trees and plants grew more and more abundant. A number of the most illustrious administrators of the *Regia Camera* shared all the responsibilities: in particular, the famous scientist Giuseppe Antonio [or Joseph-Antoine] Risso (1777-1845) was appointed as the main botanist for the park’s new plantation in the early 1830s, when he took charge of the afforestation of the site with innumerable exotic species. After his death, other members of the *Regia Camera*, such as Baron Luigi Millonis, carried on his work until 1858, when the institution had to give the now restored area back to the municipality<sup>17</sup>.

Over the years, the transformation of the military ruins into a garden became a long and expensive task, though its ultimate objective was never called into question. In particular, the *Pianta generale del promontorio*, signed by the municipal architect Giuseppe [or Joseph] Vernier on 20 November 1845, quite meticulously described what the new *piano regolatore* had planned for the top of the glorious hill and, moreover, what had already been realized in the meanwhile<sup>18</sup>. Most of the avenues had been created and trees had been planted, in particular in the northern part of the site, towards the cemeteries and the *Porto de Limpia*; few military relics still remained on site – a *magazzino d’artiglieria*, a *batteria*, some fragments of the walls with their *rastelli* [gates], the *torre Sant’Elmo*, renamed *Bellanda* – but all the rest had disappeared, reshaped into a luxuriant green *plateau*. However, the ascent to the top was still to be completed: according to the drawing, a new flight of easily accessible steps would allow the visitor to reach the *torre* directly from the seaside, where the *strada delle Poncette* ended; once at the top, he or she would find a large boulevard, planted with a double row of trees, leading either north, towards the cemeteries, or east, towards the terrace overlooking the *Porto de Limpia*; from there, via a polygonal spiral path, the boulevard would go up to the highest point of the hill, where an elliptical open space would be dominated by a commemorative obelisk, in memory of either the Savoy family or the city of Nizza.

The feeble monumentalization of the place came as no surprise. Evidently, nobody seemed to care about who or what the municipality had to celebrate, while every single detail, carefully determined, was intended to create a pleasant walk in the newly planted tree-lined avenues, looking for the most beautiful *belvedere*, as if a full-scale enchanting *panorama* had been newly generated.

In all those years, though aiming for the radical transformation of a military zone into a green area, apparently nobody dealt with one crucial issue: its water

<sup>14</sup> “Rimarranno tuttavia ferme in ogni loro parte le condizioni imposte nella Sovrana concessione fatta da S. M. il Re Carlo Felice alla Città di Nizza, del promontorio su cui giaceva l’antico castello, come pure quelle concernenti alla batteria da ricostruirsi in vicinanza del luogo ove il torrente Paglione sbocca nel mare, ed all’attiguo muro di cinta verso mezzogiorno”: see *Regie Lettere Patenti, in data del 26 di maggio 1832, per le quali S. M. approva il piano regolatore delle opere d’abbellimento, e d’ingrandimento della città di Nizza marittima, insieme coll’annesso regolamento, che dovrà essere di norma all’esecuzione del piano*, Torino: Stamperia Reale [1832], in AMN, s. O, n. 4/1, cart. 1.

<sup>15</sup> Archives Départementales des Alpes-Maritimes, Nice (ADN), s. 033J, *Archives de la Chambre de Commerce et d’Industrie de Nice Côte d’Azur*; n. 0023, *Château de Nice. Aménagement des terrains du château en parc public, travaux de plantations, surveillance du parc: instructions, rapports, états des travaux, schémas concernant les fontaines, actes de locations, correspondance (1828-57)*; more useful documents are in the same archives, s. 01FS (*Intendance générale de Nice*), n. 0590 (*Colline du château de Nice*).

<sup>16</sup> Millo was the “custode e irrigatore delle piante ed erbe radicate nel vecchio castello”, according to one of his many *Rapports du garde du Vieux-Château à la chambre d’agriculture et de commerce de Nice*, in AMN, s. F, n. 3/03.

<sup>17</sup> In 1855 the municipality placed a commemorative plaque of such works in one of the avenues in the park, where it still stands.

<sup>18</sup> *Pianta generale del Promontorio su cui giaceva il distrutto Castello della Città di Nizza Marittima indicante lo stato in cui trovasi al giorno d’oggi le proprietà particolari limitrofe, le ultime concessioni di terreno fattevi per parte del Regio Demanio e la superficie di cui la Città di Nizza chiede la Concessione a conferma delle Regie patenti del 26 maggio 1832*, in AMN, s. 1F12, n. 24.

Fig. 5 – Pietro Righini, *Festa della pesca a Nizza con Carlo Felice e Maria Cristina di Savoia*, 1839-1842. Polo Museale del Piemonte, Castello ducale di Agliè.



<sup>19</sup> ADN, s. 033J (*Archives de la Chambre de Commerce et d'Industrie de Nice Côte d'Azur*), n. 0023 (*Château de Nice*).

<sup>20</sup> The author dedicated the *sixième promenade* of his book to the castle (Negrin 1867, 43-56). In the following years, the sixteenth century well – the so-called *devil's well* – would be occupied by the elevator leading from the *Ponchettes* to the upper level.

<sup>21</sup> On the works for the source of Sainte-Thècle see Lacroix and Bracq 2007, 77-79.

<sup>22</sup> *Projet de diversion de la cascade du château, plan des diversions, conduites des eaux aux égouts de la vieille ville, plan général du château, vieille ville*, in AMN, s. O, ss. 1.O (*Réseaux de distribution et d'assainissement, 1862-1976*), cart. 8 (1881-1895. *Canal de la Vésubie, rigoles secondaires et tertiaires. bouches, filtres*), n. 5-7.

supply. A sixteenth century pit had been filled in 1706, then cleared during the revolutionary years and, finally, vaulted in 1830: it could still give access to a water source, indispensable to all flowers and plants. For this purpose, in 1837-1838 the *Regia Camera* decided to build a circular water tank, with a capacity of up to 240 m<sup>3</sup>; another smaller semi-circular tank was realized in August 1840<sup>19</sup>. Thus, plants and trees could be bedded out, also thanks to some generous benefactor. At the end of the 1860s, the administration still considered scheduling more works, to be executed by either the municipality or some private contractor (Negrin 1867, 45)<sup>20</sup>.

In fact, during the summer seasons, Nice often suffered from extreme drought, while the network for its water supply was not proportionate to the needs of an aspiring year-round vacation city (Lacroix 2003). The solution to all these problems was found in the secondary outcome of the construction of the *Canal de la Vésubie*, a colossal infrastructure already conceived in the 1840s and finally realized in 1869-1885 (Lacroix 2003, 188-199). Derived at Saint-Jean-la-Rivière, the waters of this river were to be brought down to Nice, after a journey of over 30 km. After its opening in 1884, it was to provide 275,000 m<sup>3</sup> per day to the whole town.

By means of such new equipment, the irrigation of the park rapidly became efficient, allowing for a rich and diversified horticultural activity<sup>21</sup>. Thanks to the new source, in 1885 some neglected ruins of the old *donjon* could be transformed into a small decorative cascade; in 1887 the project was expanded and the municipal engineer Berne imagined a monumental cascade, made of three different levels and articulated in different grottos, destined to become both an overflow to the basins of the first modern water supply in Nice and, moreover, the superb backdrop of the whole *baie des Anges*<sup>22</sup>. In 1888, the large amount of money, left by the benefactor Jean-Charles Lesage (1789-1883) as a gift to the city, allowed for

the construction of the homonymous *escalier*, finally giving direct access from the *Ponchettes* to the *tour Bellanda*.

Thus, the system was completed. All narratives – paintings and photographs, diaries and novels, posters and postcards, movies and selfies – finally found their landscape icon<sup>23</sup>.

## L'artillerie des ondes, or how the old Castle of Nizza was thoroughly revisited

It took time to turn into reality what the *piano regolatore* had conceived for the hill. When Montolivo and Dyonnet published their *Plan de la ville de Nice* in 1856, a good deal of work was evidently still to be done<sup>24</sup>. Nevertheless, according to other visual and literary sources, the new life of the site had already begun, many years before, as if it had been long-awaited.

The narratives around one of the most eminent constructions of the former castle, the *torre Bellanda*, epitomised the early birth of the myth. In August 1823, the member of the *Regia Camera di Commercio* and consul of Naples in Nizza, Onorato Clerici (or Clerissi according to the French spelling), acquired the ruins of the *torre Sant'Elmo*, once the colossal fortified bastion on the castle hill where the State Treasury and even the Holy Shroud had been enshrined in the sixteenth century. Quite soon, he started to transform the military structure into something completely different: not a house, not a public building, but just a *belvedere*,

<sup>23</sup> The ADN have an impressive iconographic collection of the park and the cascade, to be explored and thoroughly analysed: in this perspective, many methodological suggestions on “iconography and landscape”, first made by Daniels and Cosgrove 1988, could still be extremely useful.

<sup>24</sup> *Plan de la ville de Nice, dressé par Ch. Montolivo; gravé par Ch. Dyonnet*, lithography, Nice: B. Visconti, 1856.

Fig. 6 – Claude Perrin, *Vue panoramique de la colline du Château*, 1840 ca. Nice, Archives Départementales des Alpes-Maritimes, 05Fi.330.

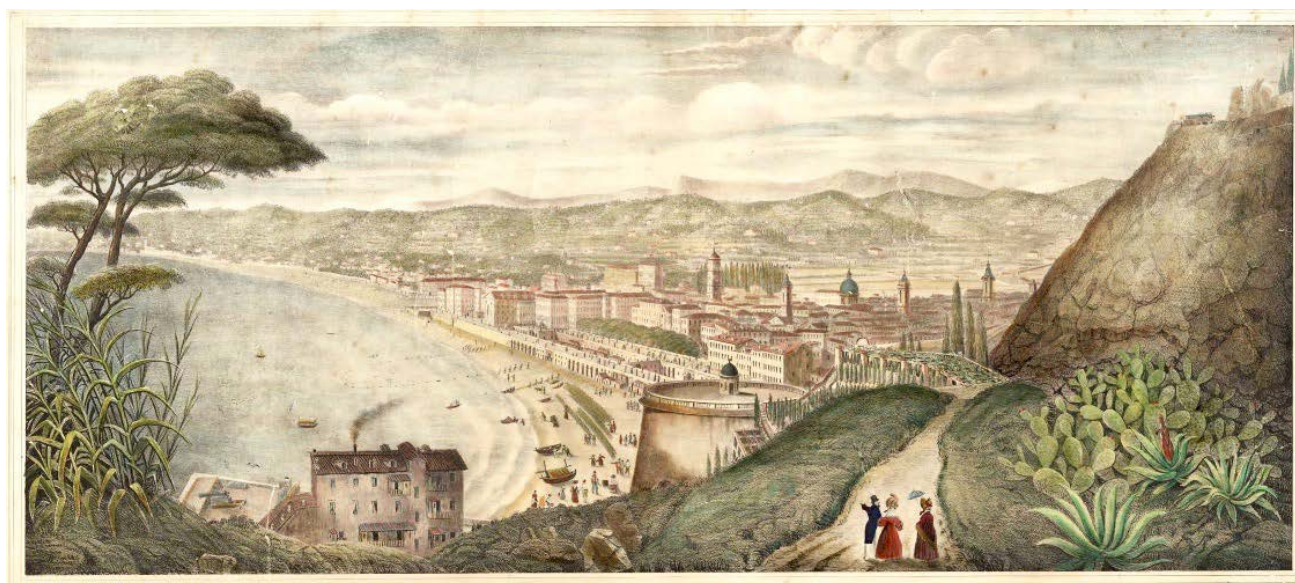




Fig. 7 – *Nice en 1848*. Archives Départementales des Alpes-Maritimes, 05Fi.47.

<sup>25</sup> Paolo-Emilio [or Paul-Emile] Barberi (drawer) and François Le Vilain (engraver), *Vue de la tour de Clerissi, à Nice*, in *Album ou Souvenir de la Ville de Nice (Maritime) et de ses environs*, Dessiné et Lithographié par le Ch.<sup>r</sup> Barberi (P. E.) Professeur d'Architecture et de Peinture des Ecoles de la Ville de Nice, et ancien Professeur de dessin du Lycée et du Collège, Nice: Société typographique, [1834], ill. 9.

<sup>26</sup> A later record of the event was Pietro Righini's *Festa della pesca a Nizza con Carlo Felice e Maria Cristina di Savoia* [The fishing party in Nice with Charles Felix and Mary Christine of Savoy], where the tower can be appreciated as dominating the hill in the background (fig. 5).

<sup>27</sup> On guidebooks for travellers a heated debate has been carried on, at least since the 1980s, when a clear distinction between travel and tourism was finally made. As Paul Fussell put it, "tourism simulates travel, sometimes quite closely [...]. But it is different in crucial ways. It is not self-directed but externally directed. You go not where you want to go but where the industry has decreed you shall go. Tourism soothes you by comfort and familiarity and shields you from the shocks of novelty and oddity. It confirms your prior view of the world instead of shaking it up. Tourism requires that you see conventional things, and that you see them in a conventional way" (Fussell 1987, 651). Generally, such a distinction is considered to work for later years, but some specific places in Europe – such as the seaside resorts, Brighton and the English coast first, but also the coast around Nizza – might have developed this dichotomy even before the invention of mass tourism: see Urry (1990) 2012, 16–37.

<sup>28</sup> "Ce lieu qui a été si long-tems un objet de terreur et le centre de tous les fléaux de la guerre deviendra un site enchanteur, où de bosquets à l'anglaise, des bois touffus, des allées délicieuses remplaceront les batteries, les casernes et les mines" (author's translation).



made both to enjoy the stunning view of the bay and spot the hill from the bay<sup>25</sup>. Clerici had his first opportunity to show off the grandness of his work during the official visit of King Charles Felix, in late 1826. In his honour, the city organized a sumptuous party on 30 November, held in an ephemeral ballroom built on a terrace next to Palazzo Radicati. There, in front of more than 600 guests, a purposely composed *opera* – *Ercole al passaggio delle Alpi* – was staged: at the end of the third act, the passage of the Alps was represented quite dramatically, thanks to the lighting of the whole terrace and the newly restored *torre Clerici*, decorated as a part of the stage set, in the background (*Giornale del Regno delle Due Sicilie* 1826, 1158–1159)<sup>26</sup>.

A half-artificial and half-natural theatre, a number of bewitched spectators, the cliff as the protagonist of a unique sound-and-light show ... everything suggested that something was worth watching. In fact, many authors reported this and other events, quite carefully: as it happened in other European countries, between the late eighteenth and early nineteenth century, the multifarious travel literature is a precious companion in order to discover what early tourists ought to have visited and, moreover, how they were supposed to visit it. The many guides for foreign travellers, also increasingly popular on the *Riviera* in Italian, French or English by the end of the 1820s<sup>27</sup>, explicitly testified that the old castle – having been "an object of terror" for a long time – was rapidly becoming "an enchanting site, where groves à l'anglaise, thick woods, delicate alleys [would] replace the batteries, casemates and mines" (*Guide des étrangers* 1827, 85)<sup>28</sup>. The place, once a defensive structure and military observation deck, was being thoroughly reshaped and reconsidered as a touristic area, where both residents and *hivernants* could enjoy the breathtaking view of the whole bay. Together with other signs, this was perhaps the first real sparkle for the new life of Nizza. The old peripheral military outpost started to become the new holiday town, in particular when its inaccessible fortifications,





made for watching without being spotted, were transformed into the platform for a magnificent 360° experience.

Coupled with paintings and engravings, the many tourists' writings – diaries, letters, novels... – are an inexhaustible mine for exploring the newly reborn town, too (Jones 2004, 105-128)<sup>29</sup>. In 1831 an illustrious visitor, Hector Berlioz, was hosted at Clerici's residence, where he rented "a lovely room [...] on a small fortified mountain". Immediately, he was captivated by the beauty of the scenery: as he wrote to his family on 21 April, "I have a delightful room with windows overlooking the sea.

Fig. 8 – Charles Montolivo, Charles Dyonnet. *Plan de la ville de Nice*, Nice: B. Visconti, 1856.

<sup>29</sup> More generally, an essential introduction to travel literature of all genres is provided by Speake 2003, *passim*.





Fig. 9 – Plan de la ville de Nice et de ses faubourgs avec le tracé des alignements approuvés, 1860. Nice, Archives Municipales, 1.Fi.1/18.

<sup>30</sup> “J’ai un appartement délicieux dont les fenêtres donnent sur la mer. Je suis tout accoutumé au continuel râlement des vagues; le matin, quand j’ouvre ma fenêtre, c’est superbe de voir les crêtes accourir comme la crinière ondoyante d’une troupe de chevaux blancs. Je m’endors au bruit de l’artillerie des ondes, battant en brèche le rocher sur lequel est bâtie ma maison” (author’s translation).

I have got used to the continuous moan of the waves. When I open my window in the morning, it is wonderful to watch the crests approaching like the undulating mane of a squadron of white horses. I go to sleep to the sound of the artillery of the waves, which crash against the rock on which my house is built” (Berlioz 1972, 219)<sup>30</sup>. The *artillerie des ondes*... no metaphor could be more appropriate for such a place. All authors apparently repeated the same rhetorical scheme. At first, there was an unbeatable bastion, recently transformed into a wonderful terrace with a view: from this perspective, the former *torre sant’Elmo*, then *Clerici* or *Clerissi* and what was finally renamed *Bellanda* in 1844, played a crucial role in brilliantly inventing such a late-romantic landscape<sup>31</sup>. Albeit far from being completed<sup>32</sup>, by the end of the 1830s the park on the top of the hill was already considered a must-see location, soon regarded as the visual pivot of the whole coast and





Fig. 10 – *Vue prise de la hauteur de l'ancien château*, 1864. Nice, Archives Départementales des Alpes-Maritimes, 02NUM.03549/03.



Fig. 11 – François Bensa, *Vue de la colline du Château*, 1880. Nice, Musée d'Art et d'Histoire du Palais Massena.

acknowledged as a singularity much before its official renaming as *Côte d'Azur* by Stéphen Liégeard (1887, 30). According to many authors' words, the park on the hill – still under construction – became the first source of health and wellness for any visitor, who could finally breathe salubrious air while also enjoying a soothing *vista*. Gradually, and thanks to the many re-writings of a repetitive literary palimpsest, the landscape of Nizza was becoming "a cultural practice", or

<sup>31</sup> Among others, see Durante (1847, 64-65), whose words could be paired with the *plan de la propriété Clérissi et des terrains adjacents*, August 7, 1847, in AMN, s. O, n. 3/19.

<sup>32</sup> Both a lithography, drawn by Ferdinand Perrot and published in *Promenade de Nice à Gênes* (Chapuy and Cuviller 1838), and a watercolour by Joseph Frigerio, possibly dating from the late 1840s and now in a private collection (cf. Benvenuto 2009, 34), vividly show the promontory as a half-wild spot, overlooking the Mediterranean.



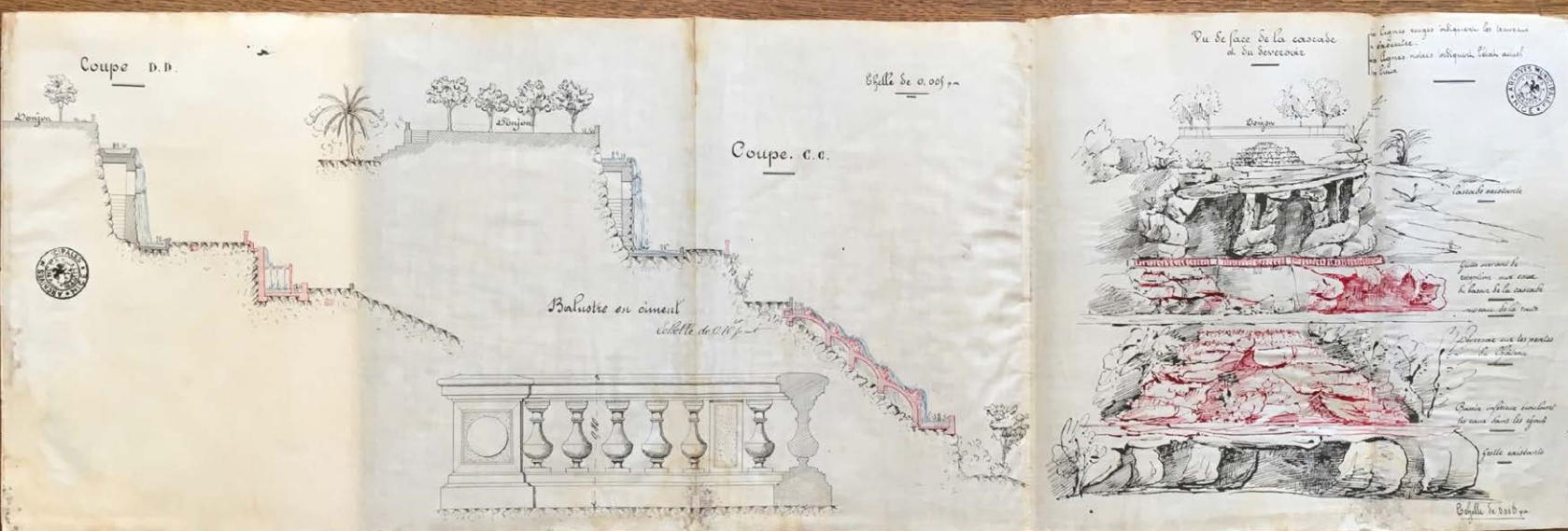


Fig. 12 – César Mascarely, *La Baie des Anges vers la colline du Château*, 1880 ca. Nice, Musée Masséna. Private collection.

Fig. 13 – *Plan général indiquant les deversoirs de la Cascade et les conduites amenant l'eau en tête des Egouts de la vieille-Ville*, manuscript notes on François Aune. *Plan de la ville de Nice avec le tracé des alignements projetés*, detail. Nice: B. Visconti, 1882. Nice, Archives Municipales, 1.O.6/7.







“a social hieroglyph”, realized “by naturalizing its conventions and conventionalizing its nature” (Mitchell 1994, 1 and 5).

As the British epidemiologist William Farr magnificently described it, “the old town is built in the form of an amphitheatre, on the western declivity of a rock, on the summit of which are yet to be seen the ruins of an ancient castle; from this point you have a fine view of the whole bay of Nice to the south, and at sunrise and sunset the island of Corsica may be often clearly distinguished, though it be some 70 or 80 miles distant; to the west you have a panoramic view of the town, and its beautiful environs, embellished, as they are, by numerous country houses, and their well-cultivated gardens extending to the summit of the nearest range of hills; further on, in the same direction, you see the mouth of the river Var, and the town of Antibes, and finally its light-house, which terminates the half circle of the bay; the horizon is bounded in that direction by the Estrelles range of mountains, distant about 30 miles; to the east you have the port or harbour, the light-house of Villa Franca, and the hills which separate this little town from Nice; to the north the view extends over the two first ranges of mountains, and the horizon is terminated by the elevated points of the Maritime Alps and Col de Tende, covered with snow. The road by which the summit of this rock is attained, is of easy ascent, spacious, and well protected; it is the frequent morning walk of the aged invalid, and is a very convenient one to test the quantity of newly gained vigour which the climate has imparted to him. It is common for the valetudinarian generally, but especially for those who have spent a great part of their lives in a warm climate, to accomplish this task with ease within a month after his arrival.” (Farr 1841, 106-107). For the following decades, this would be the narrative standard for anyone reaching the top of the hill between the port and the old town: the new identity of Nizza, then Nice, was also being built simultaneously through the redesign of the castle and the new travel literature on it<sup>33</sup>.

Fig. 14 – Déversoir de la cascade du Château, 1887. Nice, Archives Municipales, 1.O.8/6.

<sup>33</sup> Among others, Solms (1854, 265-271) also wrote a sensuous description of the site, regarded as a major highlight in the history and geography of Nice; also, see Boyer 2002, 214-215. As regards the possible connection between local or national identities and touristic development, see Koshar 1998.

<sup>34</sup> “Colle già intraprese opere il suolo del Castello prende ogni giorno un sempre più leggiadro aspetto, e costituisce uno dei più grandiosi punti di vista sul Mediterraneo, talmente che quella località fa l’ammirazione di tutti gli illustri forestieri ed anche da Sovrani e Principi i quali, invernando in Nizza, o trovandosi soltanto di passaggio, vanno tutti a visitare con sempre maggior diletto quel promontorio il quale coperto ancora in parte di alcune vestigia delle antiche fortificazioni, ricorda gloriosissimi fatti d’arma, e presenta al dì d’oggi una prospettiva pittoresca ed unica sotto ogni rapporto.”: cf. *Examen par le Conseil Restreint de la demande formulée par soeur Mathilde, religieuse carmélite, pour la concession d’un terrain tout en haut du château afin d’y créer un monastère*, 1846, in AMN, s. O, n. 3/20 (author’s translation).

<sup>35</sup> “La promenade du château est devenue charmante et tous les jours elle s’embellit encore” (author’s translation).

<sup>36</sup> “Aujourd’hui l’espace occupé jadis par l’ancien Château est couvert en grande partie par des allées ombrées, par des pelouses vertes, par des palmiers, des myrtes, des chênes-verts, des cactus, des aloès, des pins parasols, des lauriers-roses [sic].” (author’s translation).

The site had gradually been changing for more than forty years, growing more and more pleasant as “one of the grandest points of view on the Mediterranean”, described and beloved by all kinds of visitors, enchanted by both the military relics and “the picturesque perspective”<sup>34</sup>. According to Auguste Burnel, who wrote in 1857, “the walk of the castle has become charming and every day it grows more beautiful” (Burnel 1857, 34)<sup>35</sup>; trees, flowers and rather exotic plants were blossoming like never before, as the area “[was] covered to a great extent by shady alleys, green lawns, palm trees, myrtles, green oaks, cacti, aloes, umbrella pines, roses” (Burnel 1857, 52)<sup>36</sup>, while only a few relics evoked its military past. Not only the history, but even the nature of the place had been forcedly adjusted to its new purposes: the highest point of the cliff, as an obstacle to the newly conceived *belvedere*, had been abruptly undermined and razed to the ground; heretofore, not all conflicting activities had been sufficiently reconceived and redesigned – for instance, quite incredibly, an *atelier d’equarrissage* [a slaughterhouse] was still on active duty in the area – but the road map had been successfully traced (Burnel 1857, 53-54).

Quite unexpectedly, when Nizza Marittima became the French city of Nice in 1860, the tourist had already replaced the soldier, victoriously. The countess of Drohojowska, the first foreign visitor recording the *annexion* of the County of Nice to the French Empire, could enjoy few more details in the new garden, albeit emphasising the amazing view of the city and the sea (Drohojowska 1860, 24-25). Three months later, a sumptuous visit of the Emperor Napoleon III and his wife Eugenia de Montijo, during the “memorable days of September 12<sup>th</sup>-13<sup>th</sup>”, finally celebrated the power shift in Nice (Saint-Germain 1860, [3]). The schedule was pretty intense but, not surprisingly, the “ancient castle” was the first destination of the imperial cou-



Fig. 15 – Alexis Mossa. *Le bassin au Château*, 1898. Nice, Musée d’Art et d’Histoire du Palais Massena.

ple, soon after their arrival. The ceremony was designed as a genuine takeover: the local authorities led their guests “to the upper terrace, on the platform covering the tower; from there the Emperor, considering both the city masterplan and the city itself, [was] able to indicate the improvements to be introduced” (Saint-Germain 1860, 45)<sup>37</sup>. The press dwelled on the visit as much as possible, stressing the pivotal position of the castle hill, indispensable to redesigning the new Imperial capital of the Riviera: actually, very little was said about the site itself, as it was probably far from being completely rearranged. As the journalist Auguste Vitu put it, “a macadamized terrace, planted with trees and furnished with benches, was arranged at the top of the ruins; it serve[d] as a promenade for those foreigners, courageous enough to brave the heat of the sun and the escarpment of the dusty slopes by which they [were] accessed, and which [were] lined with large cacti” (Saint-Germain 1860, 79-80)<sup>38</sup>. For many years the celebrated terrace remained “nothing as magical as the spectacle displayed from there, under our feet” (Banville 1861, 19)<sup>39</sup>.

## As a conclusion, or the *pays des enchantements*

In 1892 the second part of the fourth volume of the *Guides artistique Simons aux eaux, à la mer, au soleil* was dedicated to the *pays des enchantements* [country of enchantments] between Antibes and Sanremo: obviously, Nice *la belle* occupied a prominent position (Simons 1892, 61-109). Such a definition sounds quite intriguing: if something happens to be enchanting, there must be someone destined to be

<sup>37</sup> “Au Château, l’on mène de front la charpente de la terrasse supérieure et le parquet qui recouvre la plateforme de la tour d’où l’Empereur, considérant à la fois le plan régulateur de la cité de Nice et la ville elle-même, sera à même d’indiquer les améliorations à y introduire” (author’s translation). For the whole visit to the castle see Saint-Germain 1860, 78-88.

<sup>38</sup> “Une terrasse macadamisée, plantée d’arbres et garnie de bancs, a été ménagée au sommet des ruines; elle sert de promenade aux étrangers assez courageux pour braver l’ardeur du soleil et l’escarpement des pentes poudreuses par lesquelles on y accède, et qui sont bordées de grands cactus” (author’s translation).

<sup>39</sup> “Rien de magique comme le spectacle qui se déroulait de là sous nos pieds” (author’s translation).

Fig. 16 – *Cascade du chateau*, 1900 ca. Nice, Archives Départementales des Alpes-Maritimes, 02Fi.01262.





Fig. 17 – Charles Legresle, *Nice. Plan d'orientation. Plateforme du château*, Nice: s.n., 1903.



enchanted. There is no landscape without a subject, there is no landscape without Nature and, moreover, there is no landscape “without contact, link, meeting between the subject and the Nature” (Jakob 2008, 34). Thus, over the course of the nineteenth century, the gradual invention of the *Côte d’Azur* implied the invention of its brand-new inhabitant, the *hivernant* or *vacancier*, who reinvented the landscape day by day. In fact, the tourist’s routine was unequivocally designed as the sequence of a “performed art”, aimed at “the discovery of new territory, the search for a ‘homeland of the soul’, the desire to fortify the mind with an anodyne of beautiful memories, the study of the ‘book’ of the world, and the exploration of terrestrial paradise” (Adler 1989, 1375-1376). Thus, once in Nizza, anyone’s first stop had to be at the *Ponchettes*, between the seaside and the old town; thence, he/she could start a challenging but rewarding ascent to the top of the hill, where *Nikaia* had been founded and the *belvedere* of the new Nice was now astonishingly resplendent. The relics of the Greek and Roman colony, first covered by the medieval town and then reshaped by the citadel of the Savoy, had been transformed into a sort of an extra, on the spectacular stage of the terrace where anyone could enjoy “a panoramic view of indescribable beauty” (Simons 1892, 71)<sup>40</sup>. Quite obviously, the most popular observation deck was no longer the terrace on the *tour Bellanda*, but the terrace in front of the new waterfall.

<sup>40</sup> “C’est vous qui découvrirez de ce point élevé une vue panoramique d’une indescriptible beauté” (author’s translation).



Thus, another *panorama* of the nineteenth century was born (Sternberger 1938), a breathtakingly real one, to be perceived with all five senses, though still led by the power of sight: “it is the gaze that orders and regulates the relationships between the various sensuous experiences while away, identifying what is visually out-of-ordinary, what are relevant differences and what is ‘other’” (Urry and Larsen 2011, 14)<sup>41</sup>. After all, in 1843 the chemist Luigi Roubaudi’s words had already been scientifically unequivocal: “From this elevation, one can still enjoy a magnificent spectacle by contemplating the immense surface of the sea and observing, on the waves, the effects of the sun at different times of the day. When the sea is calm, struck by the sun’s rays, like a vast mirror, it reflects the brightest and most beautiful light” (Roubaudi 1843, 51-52). The relaxed and relaxing contemplation of the sea from the mainland was becoming a cultural *topos* for the modern tourist, finally shifting from *hivernant* to *vacancier* and, therefore, just caring for his or her personal wellness, independently from any disease or season<sup>42</sup>. For them, “the sea, having no limits apart from the distant horizon, is beautiful to look at”, while surrounded by perfumes and colours, bathed by the Mediterranean light, bewildered by such a “burst of life” (Bazancourt 1853, 7-10)<sup>43</sup>. The communion between Man and Nature could start from the top of that old, glorious cliff, redesigned as a timeless and unmissable *locus amoenus* (Maderuelo 2005, 173-176). Providing a 360° view, the new *belvedere* finally gave everybody the magic opportunity of perceiving the irrepressible lure of the sea (Corbin 1988). ●

<sup>41</sup> More generally, the new revised edition of Urry’s main work (2002) offers essential guidelines to further investigation on tourism as “fun, pleasure and entertainment”, always determined by visual experiences (in particular see pages 1-30).

<sup>42</sup> In the 1850s, the appreciation of Nice’s weather, either in winter or in summer, started to appear in different guides and accounts, such as Burnel (1857, 127-135, namely 127): “Nice winters are popular all over the world; but very few people know the summer of this delightful region [Les hivers de Nice sont populaires dans le monde entier; mais bien peu de gens connaissent l’été de cette contrée délicieuse]”.

<sup>43</sup> “La mer, n’ayant ainsi de limite que l’horizon lointain, est belle à regarder [...] mais toujours à travers ce parfum, à travers cette verdure, à travers tout cet éclat de la vie présente” (author’s translation). It is worth pointing out that Bazancourt concluded his history of Nice where he had started it, going back to the vestiges of the castle, regarded as an almost eternal witness of greatness and continuity (Bazancourt 1853, 337).

## Bibliography

- Adler, Judith. 1989. “Travel as Performed Art”. *American Journal of Sociology* 94 (6): 1366-1391.
- Aillagon, Jean-Jacques, ed. 2017. *Nice à l’école de l’histoire*. Catalogue of the exhibition (Nice: Musée Massena: 23 June – 15 October 2017). Paris – Nice: Somogy – Ville de Nice.
- Banville, Théodore de. 1861. *La mer de Nice. Lettres à un ami*. Paris: Poulet-Malassis et De Broise.
- Barelli, Hervé. 2015. “De la promenade des Ponchettes à la Promenade des Anglais, le premier triomphe de la société des loisirs”. In *Promenade(s) des Anglais*, ed. Lisa Azorin and Julie Reynes, 70-82. Paris-Nice: Lienart-Ville de Nice.
- Bazancourt, [César Lecat] baron de. 1853. *Nice et ses souvenirs*. Nice: Société Typographique – Charles Giraud.
- Benvenuto, Alex. 2009. *Peintres paysagistes de la Côte d’Azur au XIX<sup>e</sup> siècle*. Nice: Serre.
- Berlioz, Hector, 1972. *Correspondance générale*, vol. 1 (1803 – May 1832, 1-231), ed. Pierre Citron. Paris: Flammarion.

- Bertolotti, Davide. 1834. *Viaggio nella Liguria marittima*, 2 vols. Torino: Eredi Botta.
- Bodinier, Stephen. 2015. "Le parc du Château ou la restauration d'une friche urbaine". In *Promenade(s) des Anglais*, ed. Jean-Jacques Aillagon, 139-145. Paris – Nice: Lienart – Ville de Nice.
- Bottaro, Alain, Hélène Cavalié, Guillaume Arrivé, and Fabrice Ospédale. 2013. *Trois siècles de tourisme dans les Alpes-Maritimes*, catalogue of the exhibition (Nice, Archives Départementales des Alpes-Maritimes: December 2013 – May 2014). Cinisello Balsamo: Sivana Editoriale.
- Bottaro, Alain. 2014. "La villégiature anglaise et l'invention de la Côte d'Azur". *In situ* 24. <http://insitu.revues.org/11060>. DOI: 10.4000/insitu.11060.
- Bouiron, Marc, ed. 2007-2008. *La colline du Château à Nice. Projet collectif de recherche*, 2 vols. Nice: Ville de Nice.
- Bouiron, Marc. 2013. *Nice. La colline du château. Histoire millénaire d'une place forte*. Nice: Mémoires Millénaires Éditions.
- Boyer, Marc. (2002) 2009. *L'hiver dans le Midi (XVII<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècles)*. Paris: L'Harmattan.
- Boyer, Marc. 2005. *Histoire générale du tourisme du XVI<sup>e</sup> au XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: L'Harmattan.
- Bracq, Jérôme, Hélène Cavalié, Jean-Bernard Lacroix, and Simonetta Tombaccini Villefranque. 2010. *Le comté de Nice et la maison royale de Savoie*. Cinisello Balsamo – Nice: Silvana Editoriale – Conseil Général des Alpes-Maritimes.
- Burnel, A[uguste]. 1857. *Nice*. Nice: Société Typographique.
- Castela, Paul. (2012) 2016. *Histoire du paysage niçois. De la campagne à la ville*. Nice: Institut d'Études Niçois.
- Chapuy, Nicolas, and Armand Cuvillier. 1838. *Promenade de Nice à Gênes*. Paris: Bulla.
- Corbin, Alain. 1988. *Le territoire du vide. L'Occident et le désir du ravage (1750-1840)*. Paris: Aubier [English translation: 1985. *The Lure of the Sea: The discovery of the seaside in the Western world 1750-1840*. London: Penguin].
- Daniels, Stephen, and Denis Cosgrove. 1988. "Introduction: iconography and landscape". In *The Iconography of Landscape: Essays on the symbolic representation, design and use of past environment*, ed. Stephen Daniels and Denis Cosgrove, 1-10. Cambridge: Cambridge University Press.
- Drohojowska, [Antoinette-Joséphine-Françoise-Anne Symon de Latreiche] comtesse de. 1860. *Une saison à Nice, Chambéry et Savoie*. Paris: Charles Douniol.
- Durante, Louis [or Luigi]. 1847. *Chorographie du comté de Nice*. Torino: Favale.
- Farr, William. 1847. *A Medical Guide to Nice; containing every information to the invalid and resident stranger. With separate remarks on all those diseases to which its climate is calculated to prove injurious or beneficial, especially consumption and scrofula. Also observations on the climate of bagneres de bigorre, as the most eligible summer residence for consumptive patients*. London: John Churchill.

- Fussell, Paul, ed. 1987. *The Norton Book of Travel*. New York: W. W. Norton and Company.
- Ghiraldi, Denis. 2006. “Les cathédrales médiévales du château de Nice”. *Recherches Régionales. Alpes-Maritimes et contrées limitrophes* 47 (183): 2-50.
- Giornale del Regno delle Due Sicilie*. 1826, December 16, n. 290.
- Guide des étrangers à Nice contenant quelques notions sur l’histoire et la statistique du pays avec l’indication des Promenades et des Objets les plus remarquables de la Ville et de ses environs*. [1827]. Nice: Imprimerie de la Société Typographique.
- Graff, Philippe. 2000. *L’exception urbaine. Nice de la Renaissance au Consiglio d’Ornato*. Nice: Éditions Parenthèses.
- Hale, Julian. 2009. *The French Riviera: A Cultural History*. Oxford: Signal Books.
- Jakob, Michael. 2008. *Le paysage*. Gollion: Infolio [Italian translation: 2009. *Il paesaggio*. Bologna: Il Mulino].
- Jones, Ted. 2004. *The French Riviera: a Literary Guide for Travellers*. London – New York: Tauris.
- Koshar, Rudy. 1998. “‘What Ought to Be Seen’: Tourists’ Guidebooks and National Identities in Modern Germany and Europe”. *Journal of Contemporary History* 33 (3): 323-340.
- Lacroix, Jean-Bernard. 2003. “La question de l’eau à Nice”. *Nice Historique (L’eau à Nice. Des fontaines au Canal de la Vésubie)* 106 (4): 177-207.
- Lacroix, Jean-Bernard, and Jérôme Bracq, 2007. *L’eau douce et la mer du Mercantour à la Méditerranée*. Nice: Archives Départementales des Alpes-Maritimes.
- Liégeard, Stéphen. 1887. *La Côte d’Azur*. Paris: Maison Quantin.
- Maderuelo, Javier. 2005. *El paisaje. Génesis de un concepto*. Madrid: Abada.
- Millin [de Grandmaison], A[ubin]-L[ouis]. 1816. *Voyage en Savoie, en Piémont, à Nice, et à Gênes*, vol. 2. Paris: C. Wasserman.
- Mitchell, W. J. T[homas]. 1994. “Introduction” and “Imperial Landscape”. In *Landscape and Power*, ed. W. J. T. Mitchell, 1-4 and 5-34. Chicago: The University of Chicago Press.
- Negrin, Émile. [1867]. *Les promenades de Nice*. [Nice]: Cauvin.
- Ortolani, Marc. 2012. “Nice avant son annexion à la France (1848-1859)”. In *La Savoie, la France, l’Europe*, ed. Sylvain Milbach, 47-70. Bruxelles: Peter Lang.
- Pace, Sergio. 2017. “Il mare d’inverno, e poi anche d’estate. Nizza Marittima, città di villeggiatura nell’età della Restaurazione sabauda (1815-60)”. In *Immaginare il Mediterraneo. Architettura arti fotografia*, ed. Andrea Maglio, Fabio Mangone and Antonio Pizza, 267-280. Napoli: ArtStudioPaparo.
- Raccolta di Regj Editti, Manifesti, ed altre provvidenze de’ magistrati ed uffizj*. [1820], vol. 12. Torino: Davico e Picco.

- Roubaudi, Louis [Luigi]. 1843. *Nice et ses environs*. Paris – Torino: Allouard – Gianini e Fiore.
- Saint-Germain, Marie. 1860. *Relation du voyage de LL. MM. L'Empereur & l'Impératrice Nice (12 et 13 septembre 1860)*. Nice: Imprimerie Canis Frères.
- Simons, Gustave. 1892. *Au pays des enchantements. Antibes à S. Remo*, vol. 2. Paris: Dentu.
- Solms, Marie de [Marie-Lætitia Bonaparte-Wyse]. 1854. *Nice ancienne et moderne*. Nice: Imprimerie Société Typographique.
- Speake, Jennifer, ed. 2003. *Literature of Travel and Exploration: an Encyclopedia*. 3 vols. New York – London: Fitzroy Dearborn.
- Sternberger, Dolf. 1938. *Panorama oder Ansichten vom 19. Jahrhundert*. Hamburg: Goverts [English translation: 1977. *Panorama of the 19th Century*. (London): Blackwell].
- Sulzer, Johann Georg. 1780. *Tagebuch einer von Berlin nach dem mittäglichen Ländern von Europa in den Jahren 1775 und 1776 gethanen Reise und Rückreise*. Leipzig: Weidmanns Erben und Reichit [Italian translation: 1819. Carlo Amoretti, *Viaggio da Milano a Nizza [...] ed altro da Berlino a Nizza e ritorno da Nizza a Berlino di Giangiorgio Sulzer fatto negli anni 1775 e 1776*. Milano: Giovanni Silvestri].
- Toulier, Bernard. 2016. “Le phénomène balnéaire. Invention et âge d’or des stations de bord de mer (1760-1929)”. In *Tous à la plage! Villes balnéaires du XVIII<sup>e</sup> siècle à nos jours*. Catalogue of the exhibition (Paris: Cité de l’architecture & du patrimoine: 19 October 2016 – 13 February 2017), ed. Bernard Toulier, 47-70. Paris: Lienart.
- [Tourtoulon, Antoine de]. 1852. *Lettres sur Nice et ses environs*. Montpellier: Imprimerie Cristin.
- Urbain, Jean-Didier. 1994. *Sur la plage. Mœurs et costumes balnéaires (XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles)*. Paris: Payot & Rivages.
- Urry, John. (1990) 2002. *The Tourist Gaze*. London: SAGE.
- Urry, John, and Jonas Larsen. 2011. *The Tourist Gaze 3.0*. London: SAGE.





# Varia

## Resumo

A história de Lisboa faz-se de *sítios* e da forma como estes se transfiguram (ou não) ao longo do tempo. Depois de mais de dois séculos de ocupação conventual, a partir do final do século XIX, o *Sítio das Francesinhas* tornou-se num dos mais apetecidos espaços da cidade no período pós-extinção religiosa. A forma como se multiplicaram e goraram os grandes projectos para aí planeados mostra que nem sempre a ambição dos agentes políticos compreendeu as limitações da cidade e por isso criou vazios urbanos que só a custo acabaram por ser preenchidos. O presente artigo pretende traçar a história deste local, a forma como ao longo dos tempos foi encarado e desejado, os projectos que para ele se traçaram (e abandonaram) e a sua efectiva ocupação. ●

## Abstract

The history of Lisbon is made up of sites and the way in which they are transformed (or not) over time. After more than two centuries of conventual occupation, in particular from the end of the 19th century, at a time of post-religious extinction, the *Sítio das Francesinhas* became one of the most desirable spots in the city. The way in which big projects were planned, multiplied and ultimately rejected shows that the ambition of political agents did not always heed the limitations of the city and ended up creating urban voids that could only be filled with a lot of extra effort. This article seeks to trace the history of this place, the way in which it was looked at and desired, the various projects planned for it (and which were abandoned), and its eventual occupation. ●

## palavras-chave

FRANCESINHAS  
LISBOA  
EVOLUÇÃO URBANA  
ARQUITECTURA

## keywords

FRANCESINHAS  
LISBON  
URBAN EVOLUTION  
ARCHITECTURE

## Arbitragem Científica Peer Review

**Catarina Almeida Marado**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve

**Nuno Senos**

Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Universidade Nova de Lisboa

**Data de Submissão**  
**Date of Submission**

Set. 2017

**Data de Aceitação**  
**Date of Approval**

Jan. 2018

# CHÃO SAGRADO, CHÃO PROFANO.

## O SÍTIO DAS FRANCESINHAS – UM ESTUDO DE EVOLUÇÃO URBANA EM LISBOA (1667-2017)

---

HÉLIA SILVA

RITA MÉGRE

Câmara Municipal de Lisboa

Direcção Municipal de Cultura,

Departamento de Património Cultural

TIAGO BORGES LOURENÇO

Instituto de História da Arte, Faculdade de

Ciências Sociais e Humanas, Universidade

Nova de Lisboa

### Introdução

O que acontece a um chão sagrado quando é profanado? Que cidade dele brota? Mesmo após o seu (quase) total desaparecimento enquanto casas religiosas na sequência do Decreto de 30 de Maio de 1834, os conventos mantiveram-se como os principais pólos de dinamização urbana devido ao aproveitamento das suas cercas e demais propriedades rústicas, então os maiores e mais valiosos terrenos urbanizáveis em áreas nobres de Lisboa. Desde o terramoto de 1755 nenhum outro processo altera de forma tão abrupta e definitiva a forma urbana, social e vivencial da cidade, pelo que não é possível conhecer a história contemporânea de Lisboa sem primeiro o observar atentamente.

Derrubados os muros e profanadas as cercas, a cidade rasga os antigos espaços conventuais, num desenvolvimento orgânico que descontextualiza e reconstrói a sua implantação na malha urbana. A tomada de posse destas propriedades pela Fazenda Nacional permitiu o delineamento e a concretização de planos urbanísticos de diferentes escalas, com especial relevância no contexto da acção da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa que ao longo dos últimos cinquenta anos da



Monarquia entendeu as cercas conventuais como peças fundamentais do esboço de uma *Lisboa moderna*. Assim, nelas foram regularizados antigos traçados<sup>1</sup> e rasgados novos arruamentos<sup>2</sup>, por vezes à custa do próprio edificado<sup>3</sup>.

Não obstante o desaparecimento de algumas destas construções ao longo dos últimos dois séculos, a massiva refuncionalização dos edifícios conventuais foi fundamental para desenhar a contemporânea noção que temos da cidade de Lisboa. Para muitos lisboetas, um convento há muito que deixou de ser uma casa religiosa – é um hospital, uma escola ou um tribunal – e é justamente desta estratificação de reutilizações e percepções que a história de uma cidade é feita.

Como exemplo dinâmico e aglutinador destas metamorfoses, pretende-se traçar a história de um lugar. Aquele onde originalmente se implantou o Convento do Santo Crucifixo, das *Francesinhas*, um dos sete existentes na área da Esperança/Madragoa, começado a construir em 1667 e demolido nos primeiros anos da República. E com isso retratar os ensejos, suposições, planos teóricos e concretos que foram sendo delineados em busca de uma nova ocupação, e a forma como a sua implantação privilegiada foi sucessivamente travada pelas complexas características do terreno.

## ***Chão Sagrado. O Convento do Santo Crucifixo de Lisboa (das Francesinhas) (1667-1890)***

Por ocasião dos preparativos do casamento de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia com D. Afonso VI foi sendo amadurecida a ideia da fundação de um convento de religiosas Capuchinhas em Lisboa, devendo-se a iniciativa maioritariamente a Isabel de Vendôme, mãe da futura rainha de Portugal<sup>4</sup>. Em Junho de 1666 o casamento é celebrado em La Rochelle por procuração. A 15 de Outubro seguinte o rei inicia junto do Cabido da Sé as diligências necessárias para a efectiva fundação da nova casa religiosa: “tem a Rainha devoção de principiar com ellas [as quatro Religiosas da Ordem de S. Francisco de um Convento de Paris] nesta Corte hum convento da mesma Regra, para o que tenho concedido licença, pelo que me toca. Tem-se escolhido hum sitio, que parece conveniente, defronte do Mosteiro de S. Bento da Saude, e por estarem as ditas Religiosas desacomodadas no Convento das Flamengas, se determina fazerse com toda a brevidade, que convem, para passagem logo ao novo sitio” (transcrito por Barbosa 1748, 67-68). Segundo o cronista do convento, “demarcouse o sitio conforme a Real intensão de Sua Magestade, e como nelle havia fazendas, foy preciso, que se contratasse a venda. A primeira Quinta, que se comprou, foy a de D. Maria Magdalena Freire, que a vendeo [...] em 20 de Fevereiro de 1667, e como era foreira às Religiosas da Esperança [...], se lhe remio, e extinguiu o foro [...] por escritura celebrada em cinco de Junho de

<sup>1</sup> Como a Carreira dos Cavalos (actual Rua Gomes Freire) em terrenos da cerca da Casa da Congregação da Missão de Rilhafoles ou a actual Rua da Voz do Operário, que regulariza um pequeno caminho traçado entre as cercas dos conventos de São Vicente de Fora e de Santa Mónica.

<sup>2</sup> A abertura de novos arruamentos procurava responder a antigas problemáticas (caso da Avenida Infante Santo que, parcialmente rasgada na cerca do Convento do Sagrado Coração de Jesus, providenciava uma ligação à Avenida 24 de Julho) ou a novas necessidades, nomeadamente para duplicar algumas das antigas vias de saída da cidade já muito congestionadas. Neste contexto, a Avenida Almirante Reis surge como alternativa às ruas dos Anjos e de Arroios e rasga parte das cercas do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro e do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz em Arroios.

<sup>3</sup> Casos dos antigos conventos da Santíssima Trindade, de Nossa Senhora da Piedade da Esperança e de Santa Rita de Cássia, parcial ou integralmente demolidos para a abertura da Rua Nova da Trindade e das avenidas D. Carlos I e António Augusto de Aguiar.

<sup>4</sup> Esta iniciativa de fundação de uma casa religiosa estrangeira em Lisboa não foi caso único; encontram-se exemplos semelhantes pelo menos desde o século XIV. Sobre a fundação de casas religiosas estrangeiras em Lisboa e os motivos subjacentes, consultar Lourenço e Silva 2015, 41-45.

Fig. 1 – Convento de Santo Crucifixo, cercas e área envolvente. 1 – Convento de Santo Crucifixo; 2 – Cerca de baixo; 3 – Cerca de cima; 4 – Casa e quintal do Padre; 5 – Mosteiro de São Bento da Saúde; 6 – Convento de Santa Brígida. Delimitação em 1890 sobre cartografia atual (Ana Mafalda Reis, 2017).



<sup>5</sup> Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), *Planta da cidade de Lisboa, na margem do rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro* ([http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1044544/cart1044544.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1044544/cart1044544.htm)). Esta planta foi divulgada por Walter Rossa em 2012 no *IV Congresso de História da Arte Portuguesa: Homenagem a José-Augusto França* e pela primeira vez publicada no contexto de um artigo de José Manuel Garcia (2014). Foi objecto de estudo de Sandra Pinto, num artigo publicado na *Imago Mundi* (Pinto, 2017).

1667. Era necessaria mais outra Quinta de Luiza Dias, viuva de Francisco Pires de Carvalho, a qual se comprou [...] 26 de Fevereiro de 1667 [extinguindo-se para tal o foro que pagava ao vizinho Convento de Santa Brígida] [...]. Mostrou o tempo, que não bastavão estas duas fazendas para a fabrica delineada, e se comprou huma Quinta, que tinha naquelle sitio o Conde de Villa Verde D. Pedro Antonio de Noronha [...] a qual Quinta comprou a Rainha Padroeira [...] em 18 de Março de 1683.” (Barbosa 1748, 69-70).

O Convento do Santo Crucifixo implantou-se assim na confluência da Rua de São Bento com a Calçada da Estrela, numa área que, não sendo próxima do centro da cidade, não lhe era totalmente periférica. Em inícios da segunda metade de Seiscentos afirmava-se já como uma das zonas de Lisboa com maior implantação de casas religiosas, três das quais na sua vizinhança directa (Esperança, 1527; São Bento da Saúde, c.1598; Santa Brígida ou *das Inglesinhas*, c.1599/1600). A “Planta da Cidade de Lisboa na margem do Rio Tejo: desde o Bairro Alto até Santo Amaro”<sup>5</sup> (de finais de Quinhentos), possivelmente a primeira representando a área onde o convento se viria a implantar cerca de três quartos de século depois, permite perceber a existência de uma zona parcamente consolidada. O novo cenóbio ocuparia uma pequena porção na parte nordeste de um grande quarteirão formado pelo Caminho Novo, Calçada da Estrela, Cal-

çada das Inglezas/Rua da Bella Vista (correspondendo sensivelmente à actual Rua do Quelhas) e Travessa dos Navegantes (actual Rua da Bela Vista à Lapa). A 2 de Março de 1667, o rei pede autorização ao cabido para a passagem das religiosas para o seu novo edifício. Obtido o consentimento cinco dias depois, a saída do Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança (onde entretanto se haviam acolhido) ocorre a 18 de Abril de 1667, fazendo-se para o efeito uma procissão solene. Por esta altura encontrava-se concluída apenas uma parte dos dormitórios<sup>6</sup>, tendo a empreitada da construção do convento e respectiva igreja prosseguido sob ordens e risco do arquitecto Mateus do Couto (Barbosa 1748, 76). Em 1674 dá-se a passagem do Santíssimo Sacramento para a nova igreja, cuja capela-mor continuava por terminar em 1712 (Carvalho 1712, 3: 515).

Contrariamente ao vizinho Convento de Santa Brígida, o do Santo Crucifixo pouco sofre com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, conforme é possível aferir pelas reduzidas despesas com conservação e/ou reparação do edifício constantes do livro de contas da sacristia desta casa religiosa (Tição 2007, 2: 33-36).

À semelhança das restantes casas religiosas femininas, pelo decreto de 5 de Maio de 1833 ficou impedido de receber noviças (*Collecção de Decretos e Regulamentos...* 1840, 5), tendo sido oficialmente suprimido a 9 de Março de 1890 por morte da sua última religiosa professa, Henriqueta Maria da Conceição<sup>7</sup>. No inventário de extinção, a descrição da propriedade conventual refere o edifício<sup>8</sup>, duas cercas (a *de baixo* e a *de cima*) e duas casas (a *da veleira* e a *do padre*).

<sup>6</sup> “Introduzidas as ditas fundadoras nesta sua clausura que antão era bem estreita, por não estar ainda feito mais que hum lanço dos Dormitorios se foi continuando a obra com mayor calor e cuydado. E tanto que se acabarão as principais officinas, Logo as mesmas fundadoras principiaão a tomar noviças.” (BA, Notícia da fundação do Convento do Santo Crucifixo, transcrito em Tição 2007, 2: 31).

<sup>7</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério das Finanças, Convento do Santo Crucifixo das Francesinhas de Lisboa, Cx. 1987, f. 313-316.

<sup>8</sup> “O qual consta de dois pavimentos; contendo o pavimento inferior cozinha, refeitório e mais casas para arrecadação, e no claustro uma cisterna que recebe as aguas da chuva; e o superior os dormitórios; deste hã serventia para o couro e tem uma varanda em roda do claustro sôbre arcos de cantaria e fechada d’abobada” (ANTT, ... Cx. 1987, f. 8).



Fig. 2 – Convento de Santo Crucifixo, vista da Calçada da Estrela. Joshua Benoliel, c. 1910. AML, JBN000276.

<sup>9</sup> ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Luz a Arroios em Lisboa, Cx. 1952, f. 118-120.

<sup>10</sup> Realizados entre 1858 e 1859, estes inventários integram o fundo documental relativo ao inventário e avaliação de bens de cada convento suprimido existente no ANTT.

<sup>11</sup> No entanto, tal não impediu que no regime liberal se verificasse uma reduzida protecção financeira prestada à grande maioria dos conventos femininos, o que propiciou o surgimento de situações dramáticas, sucedendo-se os relatos de privações e de abandono.

<sup>12</sup> Desenvolveu a sua actividade profissional nos quadros do Ministério das Obras Públicas, tendo ascendido a arquitecto de 1.ª classe em 1884. Como vogal, integrou várias comissões encarregadas de planear intervenções em edifícios públicos, de entre os quais o Mosteiro dos Jerónimos e o Palácio da Ajuda. A sua obra mais marcante foi o Real Gabinete de Leitura Portuguesa, no Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> Cronologia estabelecida de acordo com a confrontação da planta de implantação (fig.3) com a diversa cartografia da época (Matos Sequeira aponta o ano de 1873, embora não o concretize; Sequeira 1924, 28). O projecto é constituído por onze desenhos: planta de implantação, quatro alçados, quatro plantas de interiores e dois cortes. Na planta de implantação verifica-se que o edifício proposto é ligeiramente maior que o vizinho edifício das Cortes [ANTT, Casa Real, Plantas, Diversas Plantas (Pasta 23), n.º 566].

## Condenado, suprimido e arruinado. Uma (efémera) segunda vida antes do fim (1876-1911)

Para conhecer a real situação das casas religiosas femininas, a 21 de Julho de 1857 o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça emite uma portaria<sup>9</sup> pela qual se estabelece a obrigatoriedade da elaboração de inventários pormenorizados dos respectivos bens e instruções para o seu cumprimento<sup>10</sup>. É em função desses dados que será produzida a legislação que regula a venda desses bens, nomeadamente a Lei de 4 de Abril de 1861 que permite a alienação de património dos conventos femininos, estabelecendo que o valor arrecadado fosse aplicado na compra de títulos de dívida pública e que estes fossem “averbados a favor dos estabelecimentos a que pertencerem os bens” (*Collecção Official de Legislação Portuguesa* 1862, 155)<sup>11</sup>. Paralelamente, em 1864 chegou mesmo a existir uma tentativa (gorada) de suprimir dois conventos femininos em Lisboa (Santa Mónica e Nossa Senhora da Soledade, vulgo *Trinas do Mocambo*). Estes procedimentos demonstram que, ao contrário do habitualmente afirmado, não só não era regra estrita que os conventos femininos fossem suprimidos apenas por morte da última religiosa professa como, a partir de 1861, a venda de propriedades e foros de conventos femininos em funcionamento foi prática comum.

É neste contexto que se pode enquadrar o projecto de um grande edifício destinado a Palácio da Justiça planeado para o terreno do Convento do Santo Crucifixo que, a concretizar-se, obrigaria à sua supressão antecipada e demolição.

A intenção de se construir de raiz um edifício que integrasse os vários tribunais e serviços judiciais dispersos pela cidade remonta a 27 de Abril de 1876, data em que D. Luís sanciona o decreto das cortes que autoriza o governo a construir “um edifício em que funcionem o supremo tribunal de justiça, a relação e os tribunais civis e criminaes de primeira instancia da capital, com excepção do tribunal do commercio” (*Collecção Official de Legislação Portuguesa* 1877, 129-130), devendo ser a obra parcialmente financiada com a venda dos edifícios do antigo Convento da Boa Hora e da cadeia do Limoeiro.

Apesar de não se encontrar datado nem incluir memória descritiva, o projecto da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa assinado por Rafael da Silva Castro (?-1892)<sup>12</sup>, terá sido elaborado entre 1876 e 1879<sup>13</sup>. Contemplava a construção de um grande edifício de três pisos com 133m de frente e 84m de largura, com frente para o Caminho Novo, sendo evidente na composição do alçado principal a grande semelhança estilística com a fachada do Palácio da Ajuda. A marcar o eixo de simetria, o arquitecto desenhou um corpo porticado ligeiramente saliente, em cantaria aparelhada, encimado por varanda e coroado por frontão triangular; enquadravam-no dois corpos longitudinais com oito vãos cada, sendo o alçado rematado por pequenos torreões nos extremos. Internamente apresentava uma planta muito funcional, com todos os espaços perfeitamente definidos e divididos





Fig. 3 – Planta de implantação, Palácio da Justiça. Rafael da Silva Castro, 1876-1879 (?). ANTT, Casa Real, Plantas, Plantas Diversas, Ca-PT-TT-CR-PLANTAS-23\_m0001.

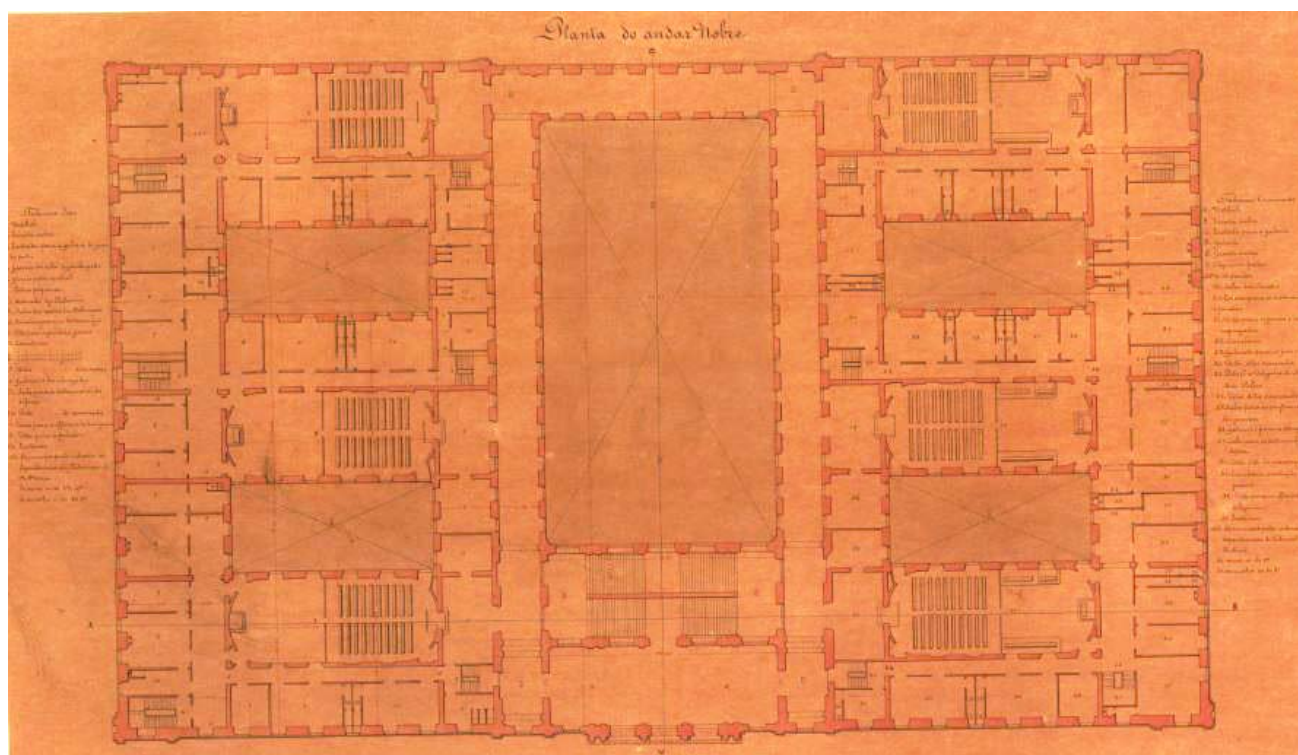


Fig. 4 – Planta do andar nobre, Palácio da Justiça. Rafael da Silva Castro, 1876-1879 (?). ANTT, Casa Real, Plantas, Plantas Diversas, Ca-PT-TT-CR-Plantas-Pasta23-N566\_c0002.

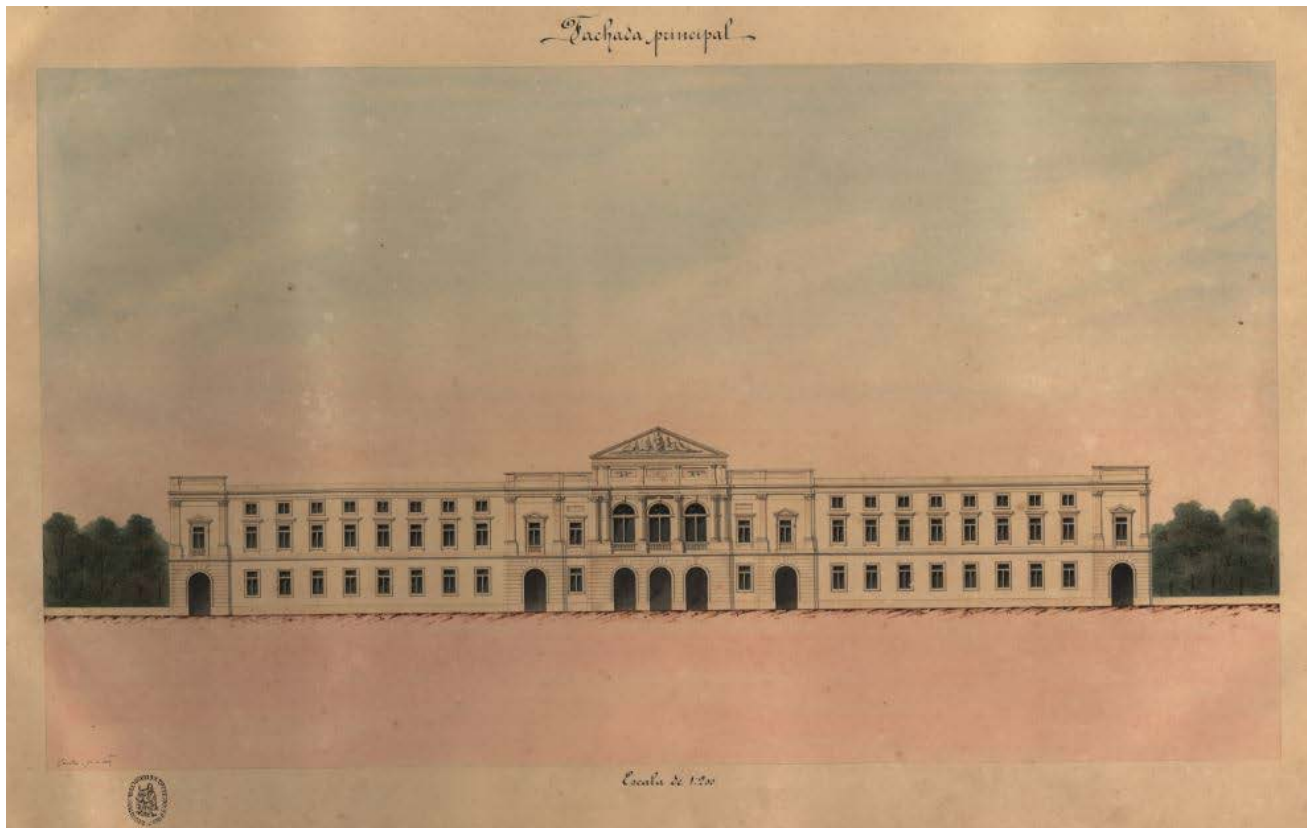


Fig. 5 – Fachada principal, Palácio da Justiça. Rafael da Silva Castro, 1876-1879 (?). ANTT, Casa Real, Plantas, Plantas Diversas, Ca-PT-TT-CR-Plantas-Pasta23-N566\_c0003.

<sup>14</sup> No entanto, a ideia da construção de um palácio de justiça em Lisboa não foi totalmente abandonada, pois em Outubro de 1888 seria lançado o (também não concretizado) “Programa para o concurso do projecto para um edificio destinado aos tribunaes judiciais”, a construir no terreno em tempos destinado ao mercado da Avenida da Liberdade (Diário do Governo, 23 Outubro 1888, 1-2).

<sup>15</sup> ANTT, Ministério das Finanças, Livro 137, Cartas n.º 40929 e 40930.

<sup>16</sup> Nomeadamente a Francisco Machado, por escritura de 18 Dezembro 1883 (ANTT, 1.º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B, Livros de Notas. Livro 1016, Cx. 138), a Joaquim Machado Cayres, por escritura de 12 Abril 1886 (ANTT, 12.º Cartório

por duas alas autónomas destinadas aos tribunais civis e criminais, cada uma com dois saguões a separar as salas de audiência. Para o corpo central o arquitecto concebeu um vestíbulo com escada de honra e um grande pátio.

Não foi possível apurar a forma como todo o processo se desenrolou (a escolha do local, do serviço e do arquitecto) nem os motivos que impediram a sua concretização.<sup>14</sup> Com o definitivo abandono do projecto do tribunal para as Francesinhas, as primeiras alterações efectivas na área do convento dão-se somente após a morte da última religiosa em Março de 1890. Numa das habituais intervenções em terrenos de conventos suprimidos para regularização de vias preexistentes, ainda no século XIX a Câmara Municipal de Lisboa (CML) procede ao alargamento e subida da cota do Caminho Novo em cerca de dois metros.

Antes, a 22 de Dezembro de 1890, a Fazenda Pública coloca em arrematação duas propriedades rústicas do convento, a *cerca de cima* e o *quintal do padre*, ambas arrematadas por Manuel Francisco d’Almeida Brandão (1837-1902), a segunda em co-propriedade com Custódio Nunes Borges de Carvalho, pároco da freguesia da Lapa<sup>15</sup>. À época, Brandão era já dono de grande parte da antiga Quinta do Quelhas, resultado da compra de diversos terrenos particulares entre 1883 e 1886<sup>16</sup>. Esta propriedade confrontava a norte com a Rua Borges Carneiro, a nascente com a Calçada da Estrela, a poente com quintais da Rua do Quelhas e a sul com os terrenos das Francesinhas por ele adquiridos. Em 1887 havia já delineado no interior

do seu terreno um pequeno quarteirão (com acesso à Rua Borges Carneiro), onde nesse mesmo ano inicia a construção de um *chalet*, o primeiro edifício de um bairro que desde cedo ficou conhecido por *Bairro Brandão*. Com a compra dos lotes do convento, Brandão pôde ampliar o seu projecto incluindo uma terceira rua perpendicular à Calçada da Estrela, Rua Miguel Lupi, cujo traçado e futuras edificações se implantaram justamente na antiga *cerca de cima* das Francesinhas. A diferença de cota entre esta propriedade e o remanescente do convento, ainda em posse da Fazenda Pública, permitiu delimitar de maneira clara este novo bairro.

O novo plano do Bairro Brandão foi aprovado pela Câmara em sessão de 22 de Outubro de 1891 (Câmara Municipal de Lisboa, 1900, 453), numa altura em que já se encontravam construídos alguns edifícios. Como habitualmente sucedia em casos semelhantes<sup>17</sup>, a partir do início de 1900 Brandão procura transferir a posse, gestão e manutenção das ruas do seu bairro para a autarquia. No entanto, os serviços camarários consideram que as mesmas não se encontravam em condições de ser recebidas, sendo para tal necessário refazer passeios, reparar pavimentos e operar novas ligações de esgotos. Paralelamente, na tentativa de resolver alguns dos impasses viários, Brandão propôs o prolongamento de alguns dos arruamentos em terrenos vizinhos, solução nunca implementada devido à pendente do terreno e provavelmente por não ter chegado a acordo com os demais proprietários. Finalmente, a escritura de entrega dos arruamentos do bairro é assinada pela viúva de Almeida Brandão a 14 de Março de 1903, cerca de um ano após a morte deste.<sup>18</sup> Após a supressão do Convento das Francesinhas em Março de 1890, o seu uso futuro ficou imediatamente decidido. Logo a 25 de Abril parte do edifício é pro-

Notarial de Lisboa – Ofício A, Livros de Notas. Livro 294, Cx. 51).

<sup>17</sup> Esta prática, comum na *Lisboa de Entre Séculos*, justifica a contemporânea proliferação de urbanizações e loteamentos de iniciativa particular com o aval da autarquia; a título de exemplo, o processo do Bairro Andrade foi discutido em sessão camarária de 22 de Julho de 1891 (Câmara Municipal de Lisboa 1891, 206-208).

<sup>18</sup> Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Livro de Escrituras n.º 45, f. 37v.-40.

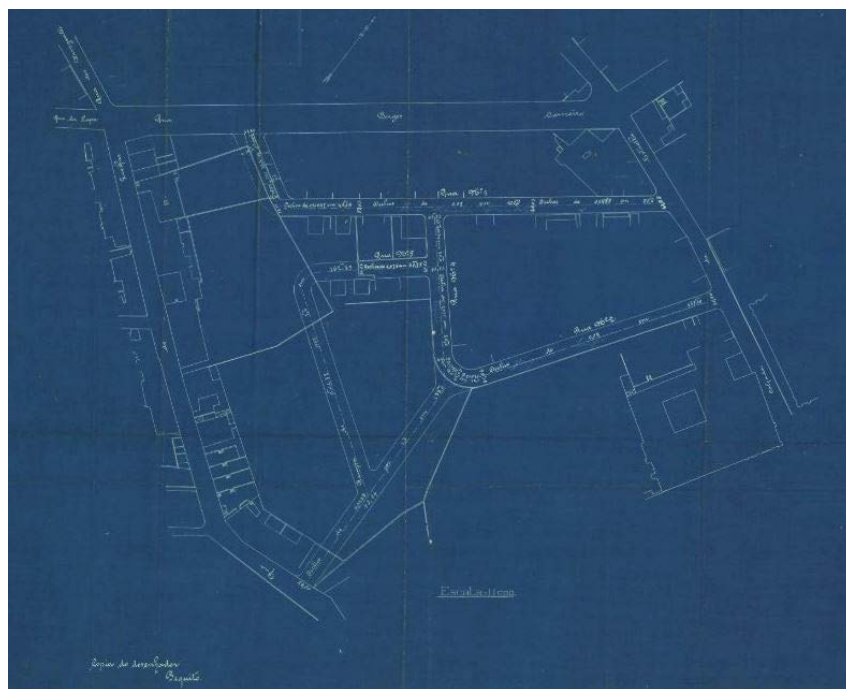


Fig. 6 – Planta geral, Projeto de melhoramentos no Bairro Brandão. c.1900. AML, PT/AMLSB/CMLSBH/PURB/002/01072.



<sup>19</sup> ANTT, ...Cx. 1987, f. 481-483.

<sup>20</sup> ANTT, ...Cx. 1987, f. 303-304.

<sup>21</sup> ANTT, ...Cx. 1987, f. 46.

<sup>22</sup> ANTT, ...Cx. 1987, f. 44.

<sup>23</sup> Sem efeito ficaria a intenção de construir em parte do terreno uma escola para ensino de cegos, para a qual a Associação Promotora do Ensino dos Cegos solicita ao rei a concessão da área necessária

Fig. 7 – Demolição do Convento do Santo Crucifixo (8 Novembro 1911). Agence Rol, Agence photographique. Bibliothèque Nationale de France, Rol, 17028.

visoriamente cedido ao Asilo para Educação de Costureiras e Criadas de Servir<sup>19</sup> e a 27 de junho é-lhe cedido também “um pedaço de terra de horta denominada a cerquinha, o pateo que dá entrada pela Calçada da Estrella, e a casa da veleira no mesmo pateo”<sup>20</sup>. A 12 de Dezembro seguinte é assinado com o asilo um termo de entrega temporário da igreja, respectivos paramentos, alfaia e demais objectos de culto, decisão que desde logo manifesta não haver intenção em que fosse aberta ao culto. Em última análise, facto que corrobora o desinteresse na preservação da igreja já verificado com o projecto do tribunal.

Pouco depois, no início de 1893, a superintendência dos serviços de desinfecção, “reconhecendo a urgencia de se augmentar os meios de defesa d’esta cidade [de Lisboa], na previsão d’uma epidemia proseguiu os seus estudos para a escolha de lugar apropriado ao estabelecimento do posto de desinfecção”<sup>21</sup>, inicialmente previsto para a cerca do Convento de Santa Joana. No entanto, em Junho seguinte, reconhecer-se-ia “que a cerca de baixo do supprimido convento das Francezinhas correspond[ia] melhor [...] às condições exigidas para o estabelecimento”<sup>22</sup>, pelo que a Direcção Geral dos Próprios Nacionais autoriza a cedência do terreno neces-





sário para a instalação do posto<sup>23</sup>, junto do qual haveria igualmente de ser instalada uma esquadra de polícia.

As precárias condições do edifício enquanto convento mantiveram-se após a sua supressão e consequente novo uso. Este cenário agravou-se com o terramoto de 23 de Abril de 1909 que afetou “de tal forma a Igreja das Francesinhas, que esta foi encerrada ao culto por ameaçar ruína, em consequência dos danos sofridos [...] [tendo] um telhado cheg[ado] mesmo a cair” (Tição 2007, 1: 28). Pouco depois da implantação da República, o Estado Português expulsa o asilo e decide pela demolição do edifício. Matos Sequeira refere que os trabalhos terão começado em Maio de 1911 “e apesar da muita vontade que havia de ver o chão raso, custou a derruir-lhe as grossas paredes” (Sequeira 1924, 28), das quais ainda sobriam vestígios quando, em maio de 1915, a posse do edifício transitou para o Instituto Superior Técnico (IST)<sup>24</sup>.

## ***Chão Profano. O projecto de Ventura Terra para o Instituto Superior Técnico (1911-1919)***

Demolido o convento, o Estado passa a dispor de uma área de terreno vaga com cerca de 17.000 m<sup>2</sup> numa zona em expansão servida por boas acessibilidades e valorizada pela sua proximidade ao edifício das Cortes. É nesta altura que, na sequência da reorganização do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o Instituto Superior do Comércio (ISC) e o IST<sup>25</sup> começam a procurar espaços próprios para substituir as precárias instalações que ocupavam na Boavista<sup>26</sup>.

Provavelmente motivado pela decisão de transferir o ISC para o antigo Convento de Santa Brígida, o vizinho terreno das Francesinhas surge como uma boa opção para o IST construir aquele que seria o primeiro edifício de raiz vocacionado para o ensino superior em Lisboa. A localização era bastante favorável, embora houvesse alguns constrangimentos que se viriam a mostrar inultrapassáveis<sup>27</sup>.

Logo a 14 de Julho de 1911, o art.º 84.º do decreto que define as bases regulamentares do IST estipula que pertence ao Instituto “o antigo convento chamado das Francesinhas, em Lisboa, bem como os terrenos adjacentes onde actualmente está instalado o Posto de Desinfecção; esta área é destinada a construção dos edifícios para as novas instalações do Instituto Superior Technico.”<sup>28</sup>. Apesar desta determinação, o Ministério do Fomento só libertaria parte do terreno em Maio de 1915<sup>29</sup>.

Com o terreno na posse do IST e tendo o Governo obtido autorização para contrair um empréstimo de 400 contos para a construção do edifício<sup>30</sup>, o presidente do Instituto, Alfredo Bensaúde (1856-1941), sugere o nome do arquitecto Ventura Terra (1866-1919)<sup>31</sup> para fazer o projecto. O convite formal é-lhe endereçado a

a 12 de Junho de 1893 (ANTT, ... Cx. 1987, f. 38-39).

<sup>24</sup> Cf. Tição 2007, 2: 188-192 e nota de rodapé 29.

<sup>25</sup> Decreto com força de lei de 23 Maio 1911. Diário de Governo n.º 121, Série I, 25 Maio 1911, 2118.

<sup>26</sup> A necessidade de instalações condignas para professores e alunos era indiscutível. “As condições mínimas de ensino teórico não estavam garantidas e a prática do ensino técnico afigurava-se seriamente comprometida, uma vez que o espaço para laboratórios era escasso e o material rareava” (Almeida 2009, 100).

<sup>27</sup> A importância de se construir um edifício de raiz para o IST é também salientada pelo ministro do Fomento em entrevista publicada no jornal *A Capital* de 1 de Junho de 1912. Brito Camacho considera porém haver vantagens em que fosse noutro local que não nas Francesinhas, uma vez que havia ainda que demolir a igreja e deslocar o posto de desinfecção.

<sup>28</sup> Diário do Governo n.º 163, Série I, 15 Julho 1911, 2981.

<sup>29</sup> Núcleo de Arquivo do IST. Carta de 21 de Novembro de 1919 ao Ministro do Comércio e Comunicações. Copiador de Cartas n.º 6 (in Almeida 2009, 495).

<sup>30</sup> Art.º 31.º da Lei Orçamental n.º 220, de 30 Junho 1914.

<sup>31</sup> Miguel Ventura Terra, de quem Bensaúde era amigo, desenhara para este a sua casa da Rua de São Caetano (1896) e a casa de férias em São Martinho do Porto (1903). Terá sido por sua indicação que o arquitecto foi convidado pelo Comité Israelita de Lisboa para fazer o projecto da nova sinagoga da Rua Alexandre Herculano (1902), e projectaria depois o edifício do Banco Lisboa & Açores na Rua do Ouro (1905).

<sup>32</sup> O ministro afirma que “quando o Instituto tiver as instalações que se lhe destinam, e de que hoje apresentamos alguns desenhos, ele será um estabelecimento modelar, que desvanecidamente poderemos mostrar ao estrangeiro de paizes onde o ensino tecnico merece atenções e disvelos.” (*A Lucta*, 10 Maio 1916, 1).

<sup>33</sup> Do projecto final apenas se conhece um conjunto de oito zincogravuras: quatro alçados, duas plantas e dois cortes. Estas peças pertencem ao acervo do Museu DECivil do IST, onde se encontram expostas. A fig. 8 foi executada no âmbito da investigação para a exposição *Ventura Terra, arquitecto. Do Útil e do Bello*, organizada pelo Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa (patente de 13 de Julho a 21 de Outubro de 2017 no torreão poente da Praça do Comércio).

<sup>34</sup> Carta ao Ministro do Comércio e Comunicações, 21 Novembro de 1919 (in Almeida 2009, 494).

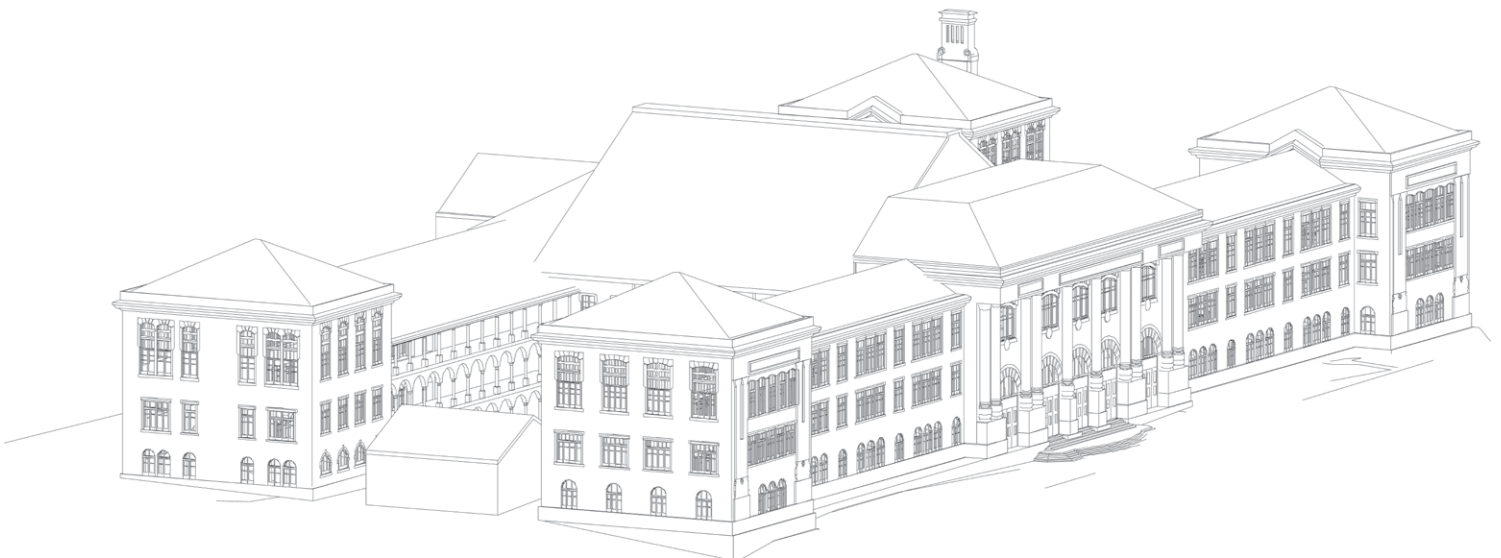
<sup>35</sup> Decreto n.º 2591, de 24 Maio 1916. Diário do Governo n.º 170/1916, Série I, de 24 Maio 1916, 819.

Fig. 8 – Modelação do exterior do Instituto Superior Técnico, a partir das zincogravuras do projecto de Ventura Terra. Trabalho executado pelo IST, Departamento de Engenharia Civil, Arquitectura e Georrecursos, para a exposição *Ventura Terra, arquitecto. Do Útil e do Bello*.

9 de Novembro de 1915 (Almeida 2009, 102), e o primeiro anteprojecto exposto a 12 Janeiro de 1916 nas instalações da Boavista para apreciação. Os alçados são publicados no jornal *A Lucta* de 10 de Maio desse ano<sup>32</sup>, a ilustrar um artigo do Ministro do Fomento sobre o “Ensino Técnico”.

O projecto completo seria desenvolvido nos dois anos seguintes<sup>33</sup>, ficando desde logo claro que a área do terreno era suficiente para as necessidades do Instituto mas que a superfície livre era demasiado exígua para comportar campos de jogos para alunos ou para uma futura ampliação das instalações<sup>34</sup>. Assim, no enfiamento do antigo Mosteiro de São Bento da Saúde (cuja adaptação a Palácio das Cortes havia sido a sua primeira grande obra em Lisboa em 1895-1896), Ventura Terra projecta um edifício único de três pisos que ocupa a quase totalidade do lote. Toda a composição é marcada por um jogo de volumes escalonados que, em articulação com os diferentes ritmos de fenestração, acentuam o dinamismo dos alçados. Na fachada principal, dividida em cinco panos, destacava-se o corpo da entrada principal, ligeiramente saliente, mais alto e a marcar o eixo de simetria, que dava acesso a um vestíbulo de honra. De planta em forma de H, o edifício organizava-se em quatro alas com dois grandes pátios que serviam de ventilação e zona de estadia e para os quais se abriam galerias porticadas através das quais era feita a circulação. A distribuição interna da planta não apresentava a mesma simetria da composição dos alçados, estruturando-se de acordo com as necessidades dos cursos ministrados (a título de exemplo, as duas alas da frente destinavam-se às Engenharias Civil e de Minas).

A 24 de Maio de 1916<sup>35</sup> é criado um crédito especial de 100 contos com o qual se pagaram as despesas contraídas nos anos seguintes: honorários do arquitecto (10.500\$00)<sup>36</sup> e gastos com demolições e empilhamento dos materiais demolidos que se encontravam dispersos pela área do convento (1.454\$00). Esta limpeza era fundamental para a realização do estudo da configuração do terreno, condição indispensável para a elaboração do projecto<sup>37</sup>.



A 7 de Maio de 1918 a comissão de apoio às obras informa o director do IST que o projecto está muito adiantado encontrando-se concluídas “grande parte das peças desenhadas desse projecto e organizado o processo de empreitada dos alicerces, bem [como] todas as peças desenhadas e escritas, o que representa mais de um terço do projecto definitivo”<sup>36</sup>.

Menos de dois meses depois dá-se uma enorme reviravolta em todo o processo. A 3 de Julho, e perante a aparente impossibilidade de deslocar o posto de desinfecção, é equacionada a procura de outro local onde mais facilmente fosse possível implementar o projecto de Ventura Terra<sup>37</sup>. Esta operação obrigaria a negociar com o ISC a cedência do terreno das Francesinhas, visto o interesse por este manifestado na sua compra para ampliação das suas instalações e construção do Museu Comercial de Lisboa<sup>40</sup>, do qual se conhece um suposto desenho<sup>41</sup>.

Na década de 1920 não se assistiria a desenvolvimentos significativos no processo, mantendo-se o IST na Boavista até 1936. Não obstante a intenção do ISC em construir um edifício de raiz para o seu Museu Comercial (o que “pelo seu elevado custo, não pôde, até agora ser executado”<sup>42</sup>), esta seria definitivamente abandonada uma vez que o terreno que lhe era destinado é cedido à Direcção Geral de Saúde para ser incorporado no parque sanitário (em construção desde Dezembro de 1927 no espaço do posto de desinfecção)<sup>43</sup>. O remanescente do terreno das Francesinhas permaneceria “desocupado, e uma mancha irritante, leprosa, na vizinhança [...] [d]o Parlamento.”<sup>44</sup>.

## A Exposição *Lisboa Antiga* (1935)

“Perante os resultados obtidos em 1934, a Câmara Municipal não hesitou em promover [em 1935] [...] a realização de um novo ciclo de Festas da Cidade [muito devido aos] benefícios que se evidenciaram, sobretudo, na intensificação das actividades comerciais e industriais, na valorização da Capital aos olhos de numerosíssimos visitantes nacionais e estrangeiros, nas lições culturais e nos espectáculos de pitoresco proporcionados a tôdas as camadas da população” (Câmara Municipal de Lisboa 1936, 244), de entre os quais se destacaram o torneio de cavalaria no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, o desfile das Marchas Populares, a Feira do Terreiro do Paço e a reconstituição da *Lisboa Antiga*.

Ocupando o espaço onde se havia implantado o edifício do convento e parte da *cerca de baixo*, e partindo da investigação e organização de Matos Sequeira, a *Lisboa Antiga* recriou de forma efêmera e idealizada um *trecho da Lisboa seiscentista*. A simbologia do local terá agradado ao seu criador, que em 1945 alude à enorme quantidade de detritos cerâmicos do convento surgidos no decorrer das escavações: “Prometemos cinquenta centavos por cada peça inteira que aparecesse, para que as enxadas e picaretas se acautelassem na pesquisa, mas, pouco depois, tivemos de arripiar caminho na generosidade, porque os textos de bilha parece que nas-

<sup>36</sup> Foram pagos 8.000\$00 pelo anteprojecto e 2.500\$00 pelas restantes peças desenhadas. Núcleo de Arquivo do IST, Carta da comissão de apoio às obras, 7 Maio 1918. Copiador de Cartas n.º 7, fl. 14.

<sup>37</sup> Carta ao Ministro do Comércio e Comunicações, 21 Novembro 1919 (in Almeida 2009, 493).

<sup>38</sup> Núcleo de Arquivo do IST, Copiador de Cartas n.º 7, f. 14.

<sup>39</sup> O terreno deveria ter 35000 m², ficando esta questão salvaguardada no art.º 2.º da Lei n.º 912, de 27 Novembro 1919. Núcleo de Arquivo do IST, 2.º livro de Actas do Conselho Escolar, Actas da Sessão de 3 Julho 1918 e de 20 Novembro 1918.

<sup>40</sup> Carta de Alfredo Bensaúde ao Secretário de Estado do Comércio, 3 Outubro 1918 (in Almeida 2009, 492).

<sup>41</sup> O alçado de um projecto para um Museu Comercial está publicado em Valério 2011, 55. Embora aí seja referido que a construção se destinaria ao terreno de gaveto da Rua do Quelhas com a Rua das Francesinhas, as características do edifício não se coadunam com a implantação num terreno tão acidentado. Assim, deduz-se que este projecto tenha sido efectivamente elaborado para o terreno do antigo convento.

<sup>42</sup> Decreto n.º 16697, de 6 Abril 1929. Diário de Governo n.º 79/1929, de 9 Abril, 816.

<sup>43</sup> Decreto n.º 16697, de 6 Abril 1929 (*idem*). Para mais informações sobre o processo de criação e construção do posto sanitário, consultar *Boletim*... 1951.

<sup>44</sup> Arquivo Nacional (Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas) 73, 334 (*apud* Tição, 2007, 1: 30).



Fig. 9 – Vista da exposição “Lisboa Antiga” e do antigo Convento de São Bento da Saúde. Eduardo Portugal, 1935. AML, POR014864.

ciam no chão” (Sequeira 1945, 278). Reconstituía-se história num terreno por ela impregnado.

Através dos diversos artigos publicados ao longo dos meses de Abril e Maio de 1935 é possível conhecer um pouco mais do processo criativo e construtivo: as obras principiaram em Fevereiro e durante pouco mais de três meses ocuparam cerca de duas centenas de operários, que construíram em estafe um pequeno bairro de uma Lisboa “sem a preocupação de reproduzir este ou aquele trecho da antiga cidade. O que se pretende é dar ao publico a sugestão da velha Lisboa do tempo do rei D. Pedro II, ao cerrar do século XVII. A figuração constituída por tipos populares, vestir-se-ã à maneira deste seculo, para dar uma nota menos vulgar e mais pitoresca.” (Diário de Notícias 1935, s.p). Figuram também o nome de grande parte dos responsáveis envolvidos, destacando-se os de Alfredo Rocha Vieira (desenho e decoração das construções), Álvaro Oliveira (na parte técnica da construção), Ricardo Leone (concepção dos vitrais), Leopoldo Battistini (concepção dos azulejos) e da Casa Olaio (mobiliário de uma das casas).

Concluída a sua construção em finais de Maio, a exposição é inaugurada a 4 de Junho, três dias depois do início das Festas da Cidade. Foi impressa uma pequena brochura desdobrável com um mapa do recinto, algumas fotografias e um texto explicativo para o visitante: “Neste trecho reconstituído da Lisboa do princípio do



Século XVIII, além do Convento da Saúde, onde é o Pátio de Comédias, à esquerda da estampa, do edifício do Tronco, com tribunal, prisões e torre do sino, da Casa da Câmara, e de vários palácios com o dos Côrte-Reais, dos Correias Salemas, dos Sequeiras, dos Macedos, dos Costas, dos Vasconcelos, existem, a par de várias construções de carácter popular, [também um conjunto de] estabelecimentos [comerciais] (*Visitem Lisboa Antiga: Festas da Cidade de 1935*, s.p.).

Um conjunto de ruelas, becos e pequenas praças abria-se ao visitante. Num muito eficaz aproveitamento do espaço disponível, transparecia uma noção de amplitude que a área onde se inseriam efectivamente não possuía. Um aglomerado de construções impecavelmente erigidas em estafe armado por uma estrutura de madeira, enquadrado pela presença de actores/figurantes trajados a rigor, imprimia um verismo histórico que pretendia submergir o visitante num tempo e espaço outros, potenciado pelo desenrolar de um vasto conjunto de iniciativas encenadas (recriações históricas de julgamentos, bailes, encenação de peças de teatro seiscentistas...). O enorme sucesso (180.000 visitantes e a unânime apreciação como principal atracção das celebrações lisboetas) levou a que um grupo de comerciantes com lojas no recinto contratualizasse com a autarquia a cedência da gestão do recinto por mais dois meses, prolongando a sua actividade até ao final de Setembro. Não obstante as muitas vozes que se levantaram a defender a manutenção das construções, a efemeridade do material e os coevos projectos de aproveitamento do espaço concorreram para o seu desmantelamento algum tempo depois, não sem antes Leitão de Barros aí filmar parte do filme *Bocage* (1936).

## **A ideia de um novo Museu de Arte Contemporânea e a construção do Jardim Lisboa Antiga/das Francesinhas (1934-1949)**

A passagem do tempo não fez esmorecer a intenção do aproveitamento público deste espaço. Ainda antes da equação e construção da *Lisboa Antiga*, por Portaria de 5 de Novembro de 1934, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações havia já nomeado uma comissão para proceder ao estudo e elaboração de um anteprojecto para o edifício do novo Museu de Arte Contemporânea, a construir no terreno das Francesinhas. Composta por Adriano de Sousa Lopes (1879-1944), Teófilo Leal de Faria (1888-1952) e Cottinelli Telmo (1897-1948), esta comissão chegaria a elaborar um relatório-programa profundamente influenciado por modernas ideias e modelos norte-americanos. A planta deveria evitar “a necessidade obrigatória de que os visitantes seguissem um sentido único, [sendo] proposta[s] a *variedade* e a *surpresa* de salas contíguas, de zonas de repouso e até de exte-

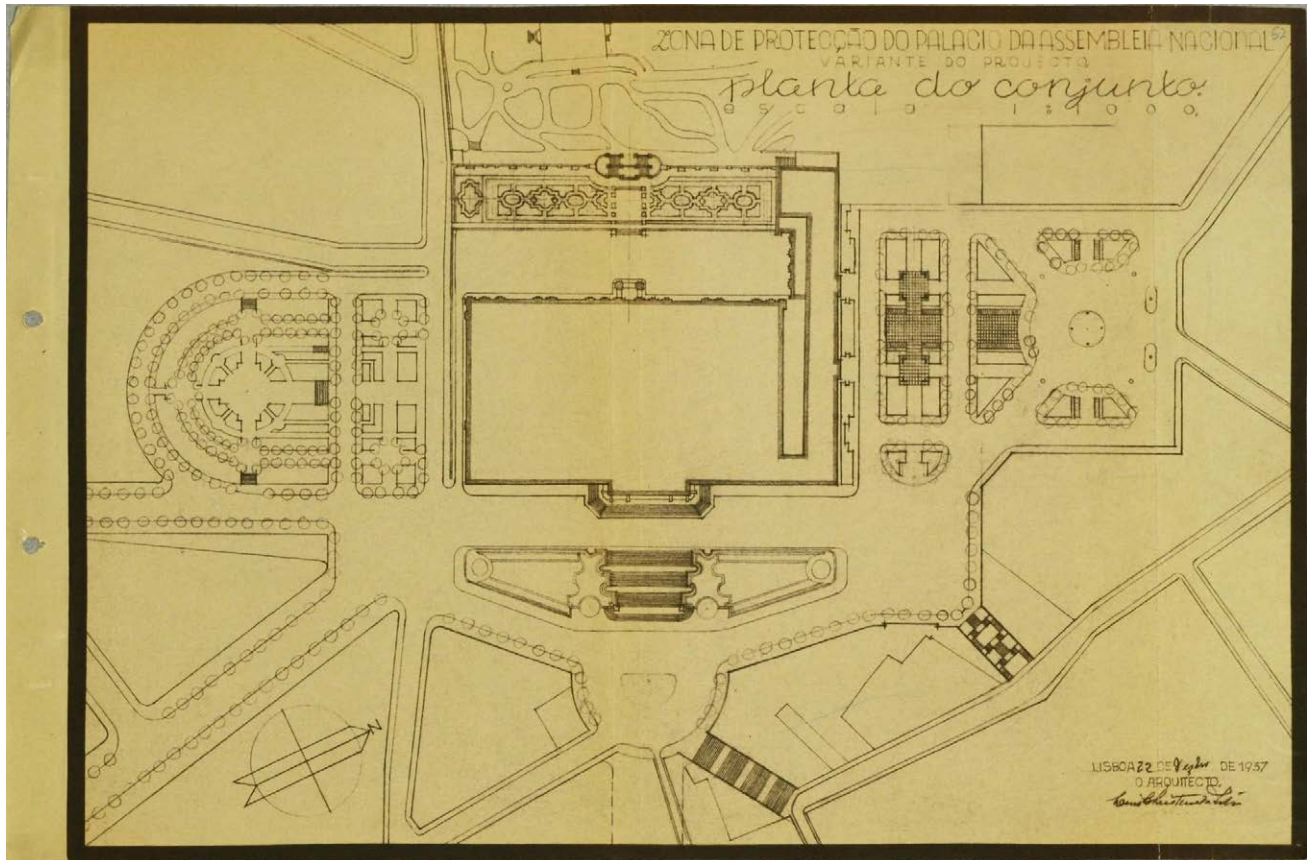


Fig. 10 – Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional, Variante do projecto, planta do conjunto. Luís Cristino da Silva, 1937. AML, Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/194.

<sup>45</sup> Sobre o projecto do novo Museu de Arte Contemporânea, consultar Almeida 2009, 382-393.

<sup>46</sup> Com base neste anteprojecto, seguiram-se o projecto final de 19 Setembro 1936 e as variantes de Novembro de 1938.

<sup>47</sup> Fundação Calouste Gubenkian (FCG), *Projecto da Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional, Lisboa*, Memória Descritiva: 1936-1947, 2 (5 Março 1936).

<sup>48</sup> AML, *Planta 1A – Do Aterro às Cortes* (PT/AMLSB/CMLSB/UROBPU/06-01/0179).

rior [...] [, contando com] paredes completamente envidraçadas e capazes de se abrir em alas.” (Almeida 2009, 383). O projecto não avançaria muito além deste relatório-programa e de uns pequenos estudos preliminares de planta, tendo sido sucessivamente suspenso devido às missões ao estrangeiro de Cottinelli Telmo enquanto responsável pela preparação da Exposição do Mundo Português. De resto, e uma vez mais, para o abandono do projecto terá também pesado a suposta inadequação do local, de resto vincada pela própria comissão<sup>45</sup>. Contemporaneamente, e porque o museu deveria ocupar apenas a parte do Parque Sanitário, um novo projecto de ocupação do espaço do antigo convento estava em marcha: o arquitecto Luís Cristino da Silva (1896-1976) é encarregado de elaborar o plano da *Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional*, cujo anteprojecto (5 de Março de 1935)<sup>46</sup> “foi concebido no sentido de se obter um vasto conjunto de aspecto grandioso destinado a valorizar tanto quanto possível, o Palácio da Assembleia Nacional [...] [sendo para o efeito] comp[osto] de varios jardins dispostos em tórno do edificio do Palácio, alinhados segundo os seus eixos principais, de forma a obter uma sucessão de perspectivas ordenadas.”<sup>47</sup>. Um desses espaços ajardinados estava justamente previsto para os 7000 m<sup>2</sup> de terreno disponível do antigo Convento das Francesinhas, replicando uma ideia de 1879 prevista no contexto de um dos projectos da abertura da Avenida das Cortes<sup>48</sup>. De modo a colmatar a grande



diferença de cota entre os limites superior e inferior do terreno (pendente de 11%), o arquitecto projectou uma vasta plataforma nivelada disposta ao centro do terreno, na cota média, que não correspondendo a nenhuma preexistente obrigou à construção de escadarias de ligação entre os socacos. Segundo a memória descritiva, “no centro dessa plataforma, será localizada uma fonte decorativa ligada a um pequeno canal rodeado de flôres e de bancos. O pavimento da zona central da referida plataforma será lageado, tendo as juntas arrelvadas. Vários tapêtes de relva cortados por pequenos arruamentos emolduram a zona central da composição, bem com 6 grandes cedros ou araucarias dispostos em semi-círculo.”<sup>49</sup>

Este *jardim formal*, nas palavras de Raul Lino, foi uma das últimas peças do plano a ser concretizada, apenas a partir de 1946. Por pouco que tal facto não possibilitou uma interessante adição ao plano original: na iminência do início das obras de terraplenagem do espaço, o Ministro das Obras Públicas sugere a reconstrução e integração do Arco de São Bento (demolido em 1938 e cujas pedras se encontravam depositadas no terreno das Francesinhas desde 1940) no desenho do jardim. Cristino da Silva prontamente acede à sugestão, apontando à sua implantação “no ponto de

Fig. 11 – Terreno do antigo Convento das Francesinhas, sendo visível as pedras do demolido Arco de São Bento. Eduardo Portugal, depois de 1940. AML, PORo60083.

<sup>49</sup> FCC, ... Memória Descritiva: 1936-1947, 2 (21 Maio 1945).

<sup>50</sup> FCG, ... Memória Descritiva: 1936-1947, 3-4 (6 Maio 1946).

encontro do eixo longitudinal com o arruamento que passa ao sul da composição.”<sup>50</sup>. No entanto, os elevados custos associados a um novo revestimento das laterais do arco impediriam a sua incorporação no jardim, mantendo-se desmontado até 1998, ano da sua remontagem na Praça de Espanha.

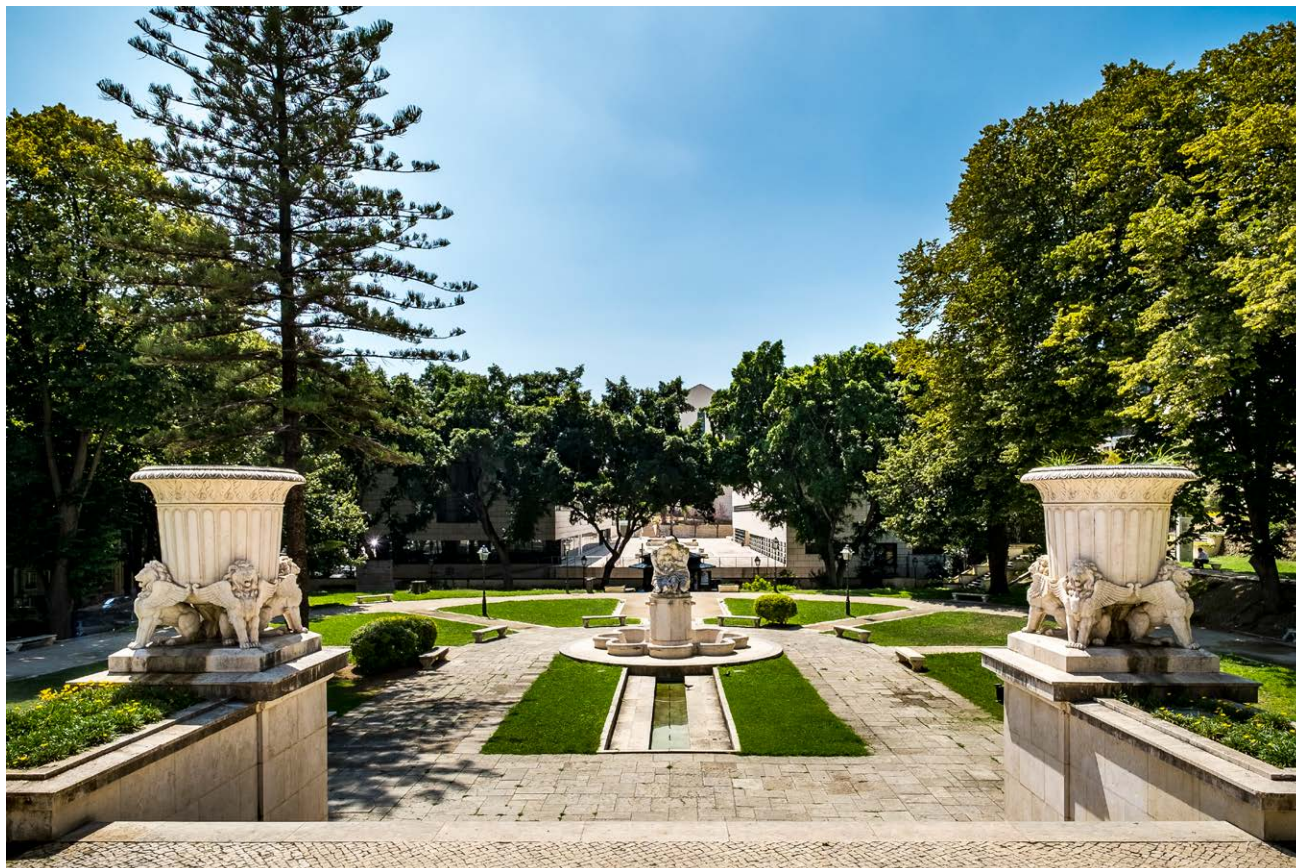
Datado de Maio de 1946, o projecto definitivo do jardim contemplava a inclusão de três intervenções artísticas, “um grupo escultórico com 2,30 de altura, simbolizando a família” a implantar num pedestal ao centro do lago e dois vasos decorativos de enquadramento da escadaria de acesso à Calçada da Estrela. No início desse ano, Cristino da Silva pede a Leopoldo de Almeida (1898-1975) um primeiro esboço dos três elementos, assinando-se em Maio seguinte o contrato da sua execução em lioz, cujos estudos prévios e respectivas maquetes estavam já concluídos em Dezembro.

A 23 de Dezembro de 1947, numa altura em que as obras iam adiantadas, o arquitecto introduz um conjunto de cerca de duas dezenas de pontuais alterações ao projecto, de entre as quais o acrescento de um painel de azulejo decorativo para o topo escadaria de ligação à Rua Miguel Lupi. Executado no ano seguinte na Fábrica Viúva Lamego a partir da maquete do seu irmão Antônio Cristino, reproduz uma *Vista Panorâmica do Mosteiro de S.Bento da Saúde e area circunvizinha* [em] *Fins do Seculo XVIII*, fragmento de uma gravura de cerca de 1767-1769. Desde a inauguração do jardim, em 1949, houve ainda lugar à adição de duas intervenções escultóricas, dois baixos-relevos, um em homenagem a Bento de Jesus Caraça (João Cutileiro, 1995) e um *memorial a José Afonso* (Luísa Barros Amaral, 2017).

## **O Pólo das Francesinhas do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) (década de 1990)**

Em 1946, o plano de Cristino da Silva para a envolvente da Assembleia passou também a incluir uma intervenção profunda no edifício do vizinho antigo Convento de Santa Brígida (Lourenço e Silva 2015, 70-71). Justificava-o não só o aspeto estético mas principalmente os graves problemas de conservação que o edifício apresentava após mais de três décadas de funcionamento como escola superior, sem qualquer campanha de obras. Com cinco pisos em cada ala e sete no corpo central, este monumental projecto de ampliação não foi concretizado, obrigando o instituto a manter-se nas suas antigas instalações e a passar alguns serviços para edifícios localizados nas proximidades (Rua de Buenos Aires e Rua Miguel Lupi), assim se mantendo durante o meio século seguinte. No início da década de 1990, por via de uma permuta com o edifício da Rua de Buenos Aires, o já designado ISEG passou a ter a posse de parte da *cerca de baixo* das Francesinhas, de onde o





parque sanitário e a esquadra saíam pouco depois. Podendo finalmente expandir as suas instalações, a partir do início da mesma década foi desenvolvido um plano de estruturação para os terrenos das cercas dos dois conventos. Até ao final do século aí foram construídos três novos edifícios da autoria do arquitecto Gonçalo Byrne (Francesinhas I – 1995; Biblioteca Francisco Pereira de Moura – 1998; Francesinhas II – 2000).

Fig. 12 – Jardim Lisboa Antiga, vista sobre o ISEG (ao fundo, o Pólo das Francesinhas do ISEG). © CML / DMC / DPC, José Vicente 2017.

## Notas Finais

Ocupado pelo Convento do Santo Crucifixo e respectiva(s) cerca(s), o *sítio das Francesinhas* compreendia um terreno não muito grande nem central e com uma topografia adversa, ao correr da Calçada da Estrela. No entanto, com a implantação do Palácio das Cortes a partir de 1833 no vizinho edifício do suprimido Mosteiro de São Bento da Saúde e com o projecto para a abertura da Avenida das Cortes (actual Avenida D. Carlos I), este espaço ganharia um novo estatuto. Para aí se delinearam alguns dos mais grandiosos projectos arquitectónicos não concretizados da

Lisboa dos últimos cento e cinquenta anos (as primeiras tentativas de construção de edifícios de raiz para um Palácio da Justiça e para o Instituto Superior Técnico) e se planeou a instalação de equipamentos relevantes para a cidade, como o novo Museu de Arte Contemporânea.

Paradoxalmente, este terreno acabaria por ser vítima da dicotomia entre a grande ambição dos projectos para aí elaborados e as intrínsecas limitações que o incapacitavam de a acompanhar. Toda a situação seria agravada pela demolição do edifício conventual, que transforma o espaço num incómodo vazio urbano que marcaria negativamente a circunvizinhança da Assembleia durante mais de três décadas – o tão desejado chão limitava-se então a um *parque sanitário* e a “um amontoado de pedregulhos que serv[ia] de velhacouto ao rapazio bairrista” (Sequeira 1924, 28). Talvez por tudo isto, seria a mais singela e improvável opção aquela que acabaria por ser tomada. Em 1949 é aí inaugurado um *jardim formal* de enquadramento à Assembleia da República, que ainda assim e pela adversidade do terreno, seria implantado a uma *cota inventada*.

Apesar dos projectos não concretizados parecerem constituir a face mais extraordinária do percurso evolutivo do *sítio das Francesinhas*, não foi menos importante a diversidade de novos usos e valências que parte do terreno *efectivamente* teve após a supressão do convento. Desde então, foi um espaço vivo, viveiro de experiências e transmutações, em si condensando como nenhum outro a quase totalidade de utilizações e aproveitamentos por que passaram os conventos e respectivas cercas após 1834 – e, por isso, talvez o melhor caso de estudo para entender a complexidade e riqueza do fenómeno da apropriação e integração destes espaços na cidade. ●

## Bibliografia

### Manuscritos

AML – Arco do Cego, *Livro de Escrituras n.º 45*, f. 37v.-40.

AML – Arco do Cego, *Planta 1A – Do Aterro às Cortes*, (PT/AMLSB/CMLSB/UROBPU/06-01/0179).

ANTT, 1.º *Cartório Notarial de Lisboa – Ofício B, Livros de Notas*. Livro 1016, Caixa 138.

ANTT, 12.º *Cartório Notarial de Lisboa – Ofício A, Livros de Notas*. Livro 294, Caixa 51.

ANTT, *Casa Real, Plantas, Diversas Plantas (Pasta 23)*, n.º 566.

ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz a Arroios em Lisboa, Cx. 1952. Consultado em 1 Setembro 2017. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4224406>.

ANTT, *Ministério das Finanças, Convento do Santo Crucifixo das Francesinhas de Lisboa*, Cx. 1987. Consultado em 1 Setembro 2017. <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4224426>)

ANTT, *Ministério das Finanças*, Livro 137.

BA, *Notícia da Fundação do Convento do Santo Crucifixo*, 54-IX-12, n.º 174.

FCG, *Projecto da Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional, Lisboa*.

Núcleo de Arquivo do IST, *Carta da Comissão de apoio às obras, 7 de Maio de 1918*. Copiador de Cartas n.º 7.

Núcleo de Arquivo do IST, 2.º livro de *Actas do Conselho Escolar*.

Núcleo de Documentação e Arquivo do Ministério da Economia, *Processo Individual de Rafael da Silva Castro*, PT/AHMOP/PI/039/002.

## Publicações

*A Capital*. 1 junho 1912, n.º 661.

*A Lucta*. 10 Maio 1916, Ano 11, n.º 3816.

Almeida, Sandra Vaz Costa. 2009. *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Assembleia da República. [1861]. *Diário da Câmara dos Pares do Reino de Portugal*, 25 de Fevereiro de 1861. Lisboa: Imprensa Nacional.

Barbosa, José. 1748. *Historia da Fundação do Real Convento do S. Christo das Religiosas Capuchinhas Francesas...* Lisboa: Officina de Francisco Luís Ameno.

*Boletim do Instituto Superior de Higiene* Doutor Ricardo Jorge, vol. 6. 1951. Lisboa.

Câmara Municipal de Lisboa. 1891. *Actas das Sessões da Comissão Administrativa do Municipio de Lisboa no Anno de 1891*. Lisboa: Imprensa Democrática.

Câmara Municipal de Lisboa. 1900. *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no Anno de 1900[-1901]*. Lisboa: Companhia Typographica.

Câmara Municipal de Lisboa. 1936. *O Anuário da Câmara Municipal de Lisboa Ano I – 1935, Vol. I – A Actuação Camarária*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L.

*Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Camaras Legislativas*, Terceira série. 1840. Lisboa: Imprensa Nacional.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1861*. 1862. Lisboa: Imprensa Nacional.

*Collecção Official de Legislação Portuguesa. Anno de 1876. 1877.* Lisboa: Imprensa Nacional.

Costa, António Carvalho. 1712. *Corographia Portuguesa e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, tomo 3. Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

*Diario do Governo* n.º 243, de 23 Outubro 1888.

*Diário do Governo* n.º 121, de 25 Maio 1911.

*Diário do Governo* n.º 107, I Série, de 30 junho 1914.

*Diário do Governo* n.º 163, I Série, de 15 Julho 1911.

*Diário do Governo* n.º 170, I Série, de 24 Maio 1916.

*Diário do Governo* n.º 79/1929, de 9 Abril 1929.

*Diário de Notícias.* 9 Abril 1935, n.º 24848.

Garcia, José Manuel. 2014. "A representação dos conventos de Lisboa cerca de 1567 na primeira planta da cidade." *Revista de História da Arte* 11: 35-49. Lisboa: IHA/FCSH/NOVA.

Lourenço, Tiago Borges, e Hélia Silva. 2015. "Freiras Longe da Pátria. O 'Convento das Inglesinhas', dinâmicas de uma (antiga) casa religiosa estrangeira em Lisboa". *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª série (3): 39-77. Lisboa: CML.

Lourenço, Tiago Borges, Rita Mégre, e Hélia Silva. 2018. "A Lisboa dos Conventos. Permanências e Metamorfoses". In *Projecções de Lisboa, Utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*, coord. João Seixas, 88-111. Lisboa: Caleidoscópio.

Pinto, Sandra M.G. 2017. "Sixteenth-Century Draft Plan of Lisbon's Western Suburb". *Imago Mundi* 70 (1): 27-51. Consultado 1 Setembro 2017. <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03085694.2018.1382101>.

Sequeira, Gustavo Matos de. 1945. *A Nossa Lisboa...* Lisboa: Portugália.

Tição, Álvaro. 2007. "O Antigo Convento do Santo Crucifixo ou das Francesinhas em Lisboa: História, Arte e Memória". Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

*Visitem Lisboa Antiga: Festas da Cidade de 1935.* [1935]. [s.l.]: [s.n.].

Valério, Nuno, coord. 2011. *ISEG. 100 anos a pensar no futuro.* Lisboa: ISEG.



## Resumo

O “período *almadino*” foi para o Porto um dos mais marcantes pelo que significou na renovação do velho burgo e na configuração da nova cidade. No conjunto das operações urbanas, a Rua de São João e a Calçada dos Clérigos foram duas vias de referência, em parte análogas e em parte distintas. Respectivamente, formam com outras vias o “grande eixo norte/sul” (Nonell 2002) e o novo eixo nascente/poente. Uma e outra têm particulares relações com as antigas defesas da cidade: a “cerca velha” e a muralha gótica. Pela composição e desenho de fachadas, a Junta de Obras Públicas (JOP) procurou conciliar duas realidades antagónicas: a morfologia urbana medieval, compacta, densa e fechada – inscrita nas linhas de defesa – e a nova ideia iluminista de cidade, regular, aberta, mas também (algo) subjugadora. O tempo acabou por evidenciar nestas duas ruas contemporâneas, pensadas e executadas com base nos mesmos princípios, edificações e composições únicas. ●

## Abstract

For Oporto, the ‘*Almadino* period’ was one of the most remarkable periods for the renovation of the old town and the configuration of the new city. In all urban planning, Rua de São João and Calçada dos Clérigos served as two reference routes, partly analogous and partly different. With other routes, they form the great north/south axis (Nonell, 2002) and the new east/west axis respectively. Both routes have a special relationship with the old city defences: the ‘Old Fence’ and the ‘Gothic Wall’. Through the composition and design of façades, the Junta de Obras Públicas (JOP) sought to reconcile two antagonistic realities: the urban medieval morphology, which was compact, dense and closed – inscribed on the lines of defence; and the new Enlightenment idea of a city: regular, open, but also somewhat subjugating. Over time, unique buildings and compositions have emerged in these two contemporary streets, designed and executed on the basis of the same principles. ●

## palavras-chave

PERÍODO *ALMADINO*  
MORFOLOGIA URBANA  
IDENTIDADE  
ESTRUTURAS DE DEFESA

## keywords

*ALMADINO* PERIOD  
URBAN MORPHOLOGY  
IDENTITY  
DEFENCE STRUCTURES

## Arbitragem Científica Peer Review

**Francisco Barata Fernandes**

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

**Mário Barroca**

Faculdade Letras da Universidade do Porto

**Data de Submissão**  
**Date of Submission**

Set. 2017

**Data de Aceitação**  
**Date of Approval**

Jan. 2018

# A RELAÇÃO DE DUAS NOVAS RUAS COM DUAS ANTIGAS DEFESAS (DO PORTO)

FILIPE DE SALIS AMARAL

Investigador independente,

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

## Enquadramento

Com o terramoto de 1755, inaugura-se um cenário de reconstrução premente. Sebastião José de Carvalho e Melo, pessoa viajada e ilustrada, estava bem ciente de que a criação, renovação e expansão das cidades era um dos meios eficazes para assegurar e manter o domínio régio. Soube, pois, aproveitar o cataclismo para consolidar o poder central e a supremacia da metrópole através de importantes obras públicas. Com isto, nas últimas décadas de Setecentos, “o país foi tomado por uma espécie de frenesim da construção” (Gomes 2004, 132).

Tirando partido de uma circunstância política delicada, o futuro Marquês de Pombal envia para o Porto o seu primo, João de Almada e Melo, como Governador das Armas e das Justiças. Chegado a 15 de Março de 1757, o novo administrador desde logo se apercebeu do estado lamentável do velho burgo e da necessidade urgente de o renovar (Carvalho, Guimarães e Barroca 1996, 41).

Para perceber melhor as causas que levaram à caótica situação da cidade bastará indicar alguns números. Ao longo do século XVIII verificou-se um expressivo crescimento demográfico. Conforme consta nos dados do “geographo” D. Luís Caetano de Lima, em 1732 residiam na cidade 30 024 “almas”; poucos anos depois, em 1787, contabilizavam-se já 61 462 habitantes (Jorge 1899, 112-115). Este aumento populacional vem do crescimento económico e do aumento da riqueza, factores que aconteceram no Porto a partir da segunda metade do século XVII. De facto, verificou-se uma efectiva expansão da agricultura e uma intensificação do comércio internacional<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O movimento da barra do Douro, entre 1657 e 1698, registou um aumento de 704% (cf. Jorge 1899, 112-115; Real e Tavares 1987, 404).

Neste contexto é fácil perceber que, do ponto de vista urbano, a cidade da primeira metade do século XVIII, espartilhada pela cintura gótica, como que colapsou<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo começavam a pulular pelos seus arrabaldes diversas construções, para além daquelas outras, cada vez mais numerosas, marginais às antigas vias de acesso. Quis o destino que a João de Almada se juntasse uma outra figura de necessária menção, o cônsul britânico John Whitehead, para alguns um estrangeiro algo excêntrico (Costigan 1787, I: 289), para outros pessoa genial (Teixeira 1999, 295). Os dois, com ajuda de um considerável e bem qualificado número de técnicos, desenvolveram um trabalho insigne de onde resultou o primeiro plano geral da cidade do Porto<sup>3</sup>.

## O plano geral *almadino*

A concepção geral do plano aproveitava convenientemente um suporte intramuros – a topografia e as construções há muito estabilizadas –, bem como o sistema viário radial convergente para o antigo núcleo amuralhado. Esta ideia foi-se executando através de “planos parcelares” que “prefiguram um planeamento por partes coerentes e significantes [...], num processo que aponta para uma ideia de cidade, vista e entendida como constituída por fragmentos coerentes e interligados.” (Nonell 2002, 169).

Os estudos de Bernardo Ferrão, Luís Berrance e de outros especialistas do “período *almadino*” identificam quatro fases de execução do plano<sup>4</sup>. A primeira correspondia às primeiras operações feitas fora de muros. Resumia-se ao Bairro do Laranjal e tinha como eixo principal a Rua do Almada (Ferrão 1989, 206). A segunda correspondia à ligação da antiga zona portuária à nova cidade que se abria a norte, e centrava-se nos trabalhos dentro de muros. Incluía o arranjo da Praça da Ribeira, a abertura da Rua de São João, a Praça de São Domingos (Ferrão 1989, 207-208). A terceira fase dizia respeito à execução dos novos eixos que viriam a constituir o programa *radioconcêntrico*<sup>5</sup>, de que se destacam a Rua de Santo Ildefonso, para nascente, a Rua de Santa Catarina, para norte, e a Rua de Cedofeita, para noroeste (Ferrão 1989, 210-211). A quarta e última fase de urbanização foi a que encerrou “o conjunto de acções que presidiu a uma ideia global e unitária da cidade, estabelecendo relações necessárias entre a cidade nova e a cidade velha” (Berrance 1993, 23). Equivalente à sedimentação da terceira fase, teve como eixos principais a Rua dos Clérigos e Rua de Santo António, e traduziu-se no desenvolvimento das ramificações que irradiavam dos eixos principais, na consolidação dos bairros entre esses eixos, e na demolição da muralha gótica e consequente desafogo da cidade (Berrance 1993, 23). Poderemos dizer que em 1813 estas quatro fases das operações urbanas levadas a cabo pela JOP foram ilustradas naquela que é considerada por muitos (por exemplo, Andrade 1943, 7; ou Nonell 1991, 334) como a primeira planta conhecida da cidade do Porto, a chamada “Planta Redonda” (fig. 1).

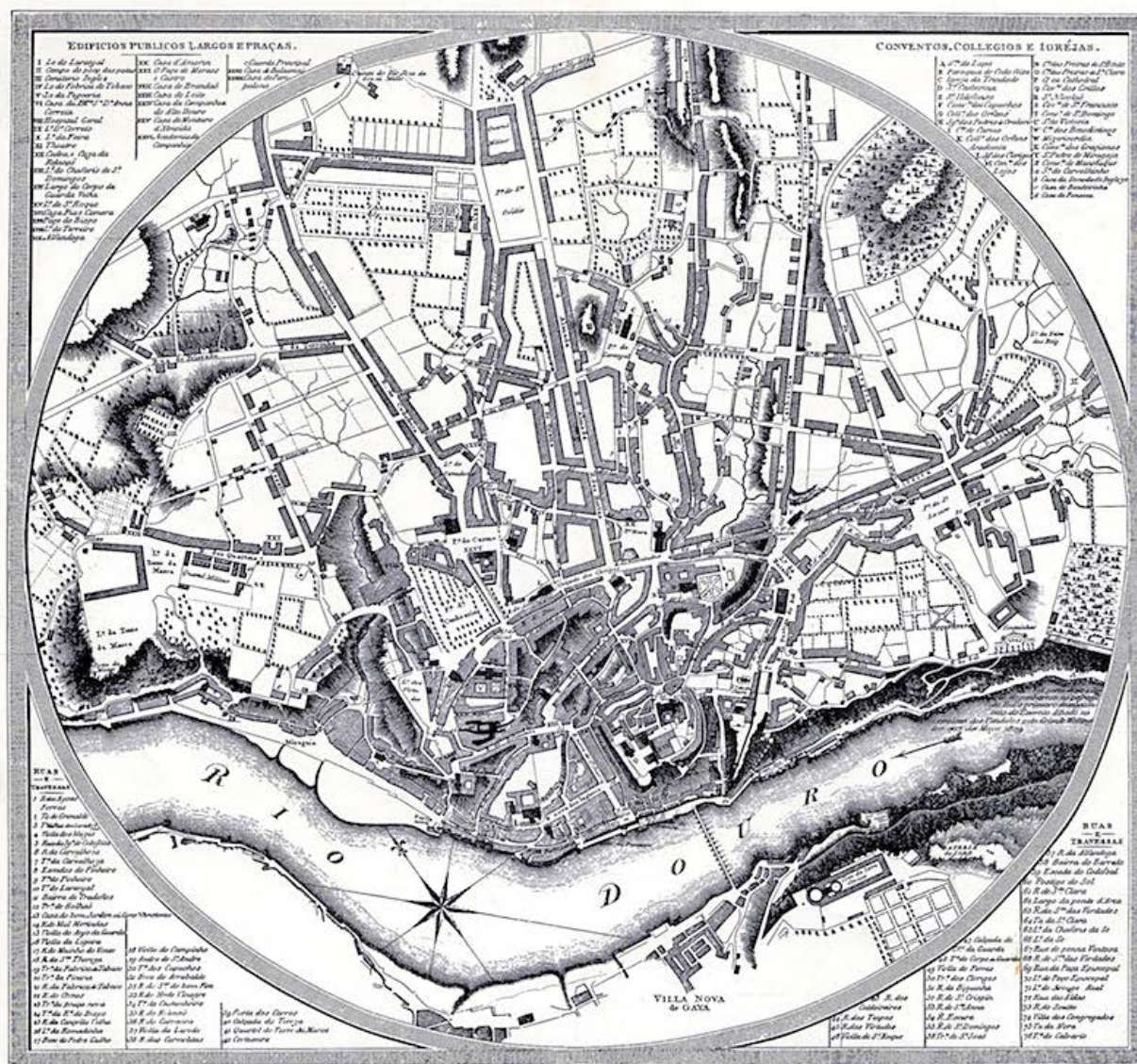
<sup>2</sup> Esta cintura, comumente conhecida por muralha fernandina, também se designa por “cerca nova” ou muralha gótica.

<sup>3</sup> Há não muito tempo havia dúvidas sobre a existência ou não desse plano de conjunto, mas hoje sabemos que tal projeto terá existido (Ferrão 1989, 204-205). Apesar de até à data não se ter uma imagem completa do traçado idealizado pela JOP, diversos registos escritos e gráficos apontam 1763 como o ano em que provavelmente estaria já definida a ideia global de refundação da cidade e, senão todas, uma boa parte das diversas intervenções a fazer (cf. Ferrão 1989, 214; Nonell 2002, 167-170).

<sup>4</sup> A expressão “período *almadino*”, ou “época dos Almadás”, é aqui empregue por ser correntemente usada pelos peritos. Contudo, como diz Nonell (2002, 15), aquela é uma época complexa, “um mundo em mutação”, que quando analisado reclama prudência. Havendo continuidade entre as políticas e práticas urbanas desenvolvidas por João de Almada e Melo e por seu filho Francisco Almada e Mendonça, também se encontram discontinuidades, começando, por exemplo, pelo cargo de presidente da JOP, que o filho nunca ocupou. Talvez a expressão “período *almadino*”, e mais ainda “época dos Almadás”, deva ser revista.

<sup>5</sup> É costume considerar a planimetria da cidade do Porto como *radioconcêntrica*. Contudo, há quem defenda que seja *ortogonal* (cf., por exemplo, Martins 2009, 5). Da nossa parte pensamos que conjugava os dois modelos: aproveitava as vias regionais radiais que convergiam e penetravam na cidade e tentava implementar uma malha ortogonal na nova zona a norte, fora de muros, seguindo a generalidade dos planos iluministas.





**CIDADE DO PORTO.**

*Delivado ao Ilmo. Exmo. Sen. Comendador da Ordem da Torre e Espada.*

*Brigadeiro Gen. Sr. Nicolao Tranto.*

*ENCARREGADO DO GOVERNO das ARMAS do PARTIDO do PORTO*

*pelo Grão-Duque.*

*Adjuncto do Quartel-Mestre General.*

*do Exército Britânico*

*Excella de 100 Bragues*

*Escala de 100 Bragues*

*Escala de 100 Bragues*

Fig. 1 – George Black, *Cidade do Porto* [Planta Redonda], 1813. AHMP D-CDT/B2-1.



Sintetizando as ideias subjacentes ao plano – e confiando no beneplácito do leitor por esta simplificação –, diríamos que a composição base e fundamental passava pela criação, ou consolidação, de dois eixos estruturantes – um vertical, norte/sul, e outro horizontal, nascente/poente –, nos quais se iam inserindo as diversas operações urbanas, ora dentro, ora fora de muros.

O eixo vertical, insere-se nas três primeiras fases das intervenções urbanas (Ferrão 1989, 206-211). Dividia a cidade em duas partes sensivelmente iguais e compunha-se fundamentalmente de três vias, uma manuelina, a Rua das Flores, aberta em 1521, e outras duas coetâneas, construídas por João de Almada: a Rua do Almada, fora de muros, e a Rua de São João, dentro da cerca gótica (fig. 2)<sup>6</sup>. Esta última, apresenta “notáveis estudos de fachadas” (Berrance 1993, 21), um “interessante [e muito completo] ordenamento de alçados” (Ferrão 1989, 209), constituindo-se assim como uma “via nova e sistematizada” (Mandroux-França 1985, 14).

O eixo horizontal foi executado na última década de Setecentos e inscreve-se na quarta fase das operações *almadinas*. Aproveitando duas antigas vias de aproximação à cidade – a leste, a Rua de Santo Ildefonso, estrada para Valongo/Penafiel, e a noroeste, a Rua de Cedofeita (Rua de Oliveira Monteiro), para Barcelos e Vila

<sup>6</sup> Estas três principais vias ligavam diversos espaços públicos de referência na cidade, tendo sido também estes objecto de particulares cuidados por parte da Junta. Deste modo, o “grande eixo norte/sul” compunha-se (idealmente) de sucessivos elementos urbanos de excelência: Praça da Ribeira, Rua de São João – e cruzamento desta com a Rua Nova (actual Rua do Infante D. Henrique) –, Largo de São Domingos, Rua das Flores, Rua D. Maria II – pensada em 1790 e estudada em 1840 (seria a actual Rua Trindade Coelho) –, Largo de Santo Elói, Porta do Almada, Praça Nova (a nascente do eixo), Rua do Almada, Praça de Santo Ovídio.

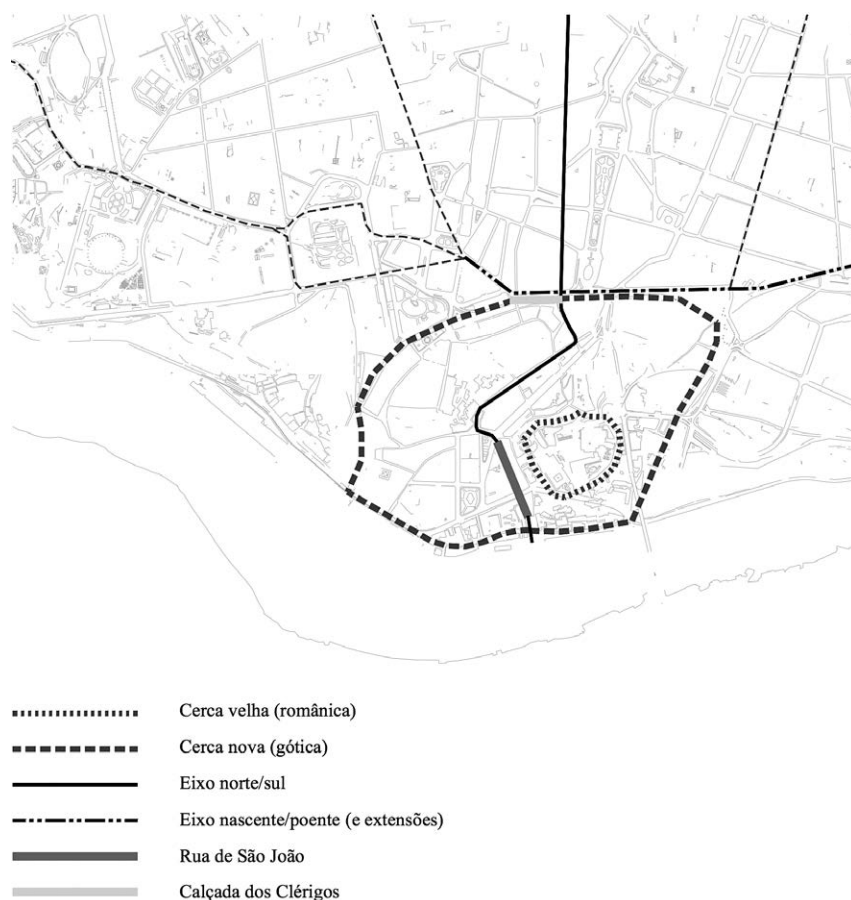


Fig. 2 – Planta geral esquemática da cidade do Porto: indicação das muralhas, eixos e ruas em análise. Desenho de Filipe de Salis Amaral.

<sup>7</sup> O eixo nascente/poente não resultava dos mesmos pressupostos do eixo norte/sul. Este entrava dentro da cidade amuralhada reunindo antigos espaços e vias, enquanto aquele se constituía praticamente como um novo elemento estruturante ao longo, e para além, da cerca gótica. Tinha como centro a recente Praça Nova, à cota intermédia, de onde partiam as duas novas vias *almadinas*: a rua de Santo António, para nascente, fazendo a ligação à igreja de Santo Ildefonso e terreiro da Batalha, e a Calçada de Cedofeita, para poente, fazendo a ligação à igreja dos Clérigos e ao rossio do Olival.

<sup>8</sup> A Calçada dos Clérigos também se chamou Calçada da Natividade e é a actual Rua dos Clérigos. Sem dúvida que haverá outras ruas dignas de uma análise semelhante, não se podendo deixar de destacar – tendo em conta o contexto – a Rua de Santo António, actual Rua 31 de Janeiro. No entanto, considerando os dados existentes e as limitações editoriais, vamo-nos restringir ao estudo das duas vias mencionadas.

<sup>9</sup> Seguindo a metodologia usada por Berrance (1993, 69), e fazendo-lhe algum acerto, designámos por *prumada de vãos* o conjunto de vãos alinhados verticalmente, por *alçado* a frente de rua directamente relacionada com o lote de terreno, correspondendo geralmente a uma habitação, por *fachada* o conjunto de um ou mais *alçados*, composto de modo a formar uma unidade formal – rematada lateralmente por pilastras e coroada por cornija ou frontão –, e por *composição de fachadas* a disposição ou ordenamento de *fachadas* procurando simular um único edifício de carácter monumental.

do Conde –, a novidade foi a abertura da Rua de Santo António e da Calçada dos Clérigos (fig. 2)<sup>7</sup>.

Deste plano geral, e mais concretamente a respeito da sua estrutura base, teremos ainda de acrescentar duas notas importantes: o seu epicentro acontecia na Praça Nova e no Largo de Santo Elói, espaços urbanos nucleares onde se cruzavam e articulavam os dois eixos – norte/sul e nascente/poente –, e o facto da particular relação que estes tinham com os limites amuralhados do Porto. E é sobre este último aspecto que nos vamos centrar.

## Enunciado do binómio eixos *almadinos* / defesas urbanas

O estudo do plano geral e a análise mais atenta dos seus eixos estruturantes mostra uma particularidade comum: o “grande eixo norte/sul”, na Rua de São João, é de algum modo tangencial à cerca velha ou cerca românica, e o grande eixo nascente/poente, na Calçada dos Clérigos<sup>8</sup> – e Rua de Santo António – é tangencial à muralha nova ou cerca gótica. A partir desta constatação podem-se colocar algumas questões. Anotamos duas alusivas à arquitectura e urbanismo. Aqueles dois perímetros defensivos, erguidos em épocas distintas, terão determinado as ruas *almadinas*? A presença, ou ausência, das muralhas, afectou a arquitectura daquelas vias? Partindo do exame das ruas, e sem a preocupação de responder exhaustivamente às questões levantadas, procuraremos fazer uma aproximação à relação destes elementos.

O suporte das intervenções, topografia local e preexistências – entre elas as muralhas ou seus vestígios –, promoveu situações urbanas excepcionais, habilmente aproveitadas pelos engenheiros e arquitectos *almadinos*. Ao contrário do que acontece com as frentes da Baixa Pombalina em Lisboa, “a grande maioria dos alçados urbanos portuenses apresentam uma riqueza e originalidade que aqueles parecem desconhecer” (Ferrão 1989, 221); falamos das deslocações volumétricas de alçados, com ténues ou manifestos avanços e recuos de frentes, de alinhamentos ou ressaltos de cêrceas, da organização tipológica, com alternâncias de número de *prumadas de vãos*<sup>9</sup>, do desenho diferenciado de *fachadas*, de transições volumétricas complexas ou de remates urbanos (Ferrão 1989, 222). Mais adiante voltaremos a estas particularidades.

Ora tanto a Rua de São João como a Calçada dos Clérigos, para além de exporem a “riqueza e originalidade” mencionadas, explicam mais qualquer coisa que não se mostra nem imediata, nem evidente: a presença de uma fronteira, a marcação de duas realidades, de duas épocas, a medieval e a contemporânea (fig. 2). Vamos, pois, começar por expor as características dos planos *almadinos*, para depois enunciar os eixos – ruas –, e poder concluir, com essa informação, a análise das duas realidades ali presentes.

## Características dos planos *almadinos*

Os técnicos da JOP procuravam pensar as novas ruas concebendo para cada uma delas planos unitários. A sua elaboração tinha por base um novo conceito de planeamento, três princípios de composição e uma nova gramática formal.

O novo conceito assenta na ideia de *regularidade* e traduzia-se no tratamento das frentes como se de uma única realidade se tratasse, de modo que a rua, como um todo, se impusesse às partes, ou seja, às diversas casas. A regulamentação das frentes fez assim com que a fachada da casa corrente fosse assumida, do ponto de vista formal, “como ornamento da cidade e não tanto como ornamento da casa” (Berrance 1993, 33).

Como se pode perceber, esta deliberação de projeto seria relativamente acessível se se tratasse de um plano para uma nova via fora de muros, sem especiais restrições para além das topográficas e de alguma edificação já existente. Contudo, dentro do perímetro amuralhado, o caso era bem distinto.

No que respeita aos três princípios de composição temos os alinhamentos ou ressaltos de *cérceas*, a localização ordenada de sacadas e a definição do número de *prumadas de vãos por fachada*. Nos planos dos principais eixos, além destes três princípios, também se confirmam mais duas importantes pretensões da Junta: as simetrias, na *composição de fachadas* e na *composição das ruas* – o denominado “efeito de espelho” –, e pontualmente nos planos mais apurados, avanços e recuos das frentes, salientando as hierarquias.

Fig. 3 – Harewood House (Leeds, Yorkshire)  
John Carr, 1759. © Charles Drakew 2008



A nova linguagem estilística, o palladianismo inglês, presente fundamentalmente nos edifícios civis, manifesta-se na regularidade clássica conseguida por uma composição formal austera, rectilínea e simples, onde a simetria determina o conjunto (fig. 3). Como explica Bernardo Ferrão, na *organização das fachadas*, o modelo utilizado é uma criação derivada de Palladio, com uma estrutura compositiva “constituída por um bloco central porticado e dependências secundárias nas extremidades, interligadas por colunatas ou sistemas semelhantes” (Ferrão 1989, 226). Deste modo, as frentes constituem-se geralmente por cinco ou três corpos. O conjunto está assente sobre embasamento e o remate superior recorre ao entablamento clássico, com cornija – sobre a qual pode repousar uma platibanda, balaustrada ou ático –, ou, nas principais fachadas, com frontão.

Para além destes componentes clássicos, utiliza-se mais um elemento importante, o mezanino, localizando-se entre o piso da entrada e o piso nobre, mas podendo também surgir no embasamento ou sobre o piso nobre. A decoração é diminuta e concretiza-se em áticos balaustrados ou com festões, em estátuas e urnas, pontuais, em algumas grinaldas.

## A Rua de São João e a Calçada dos Clérigos

Avançando agora para a análise das ruas e para as suas especificidades *almadinas*, teremos de considerar os documentos originais e o que hoje existe. Sobre a Rua de São João pouco sabemos, pois até à data o plano original é dado como desaparecido (Alves 1988-1990, I: 211; Nonell 2002, 168). Podemos retirar algumas ilações com base em documentos parciais, especialmente do *Livro de Plantas de Casas e do Livro do Cofre*, do Arquivo Histórico Municipal do Porto, e da colecção de desenhos de José Champalimaud de Nussane, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas a pesquisa deverá recair sobretudo no que existe localmente, tendo em conta as diversas adulterações e omissões. Já o caso da Calçada dos Clérigos é distinto. Até nós chegaram dois planos sucessivos de Teodoro de Sousa Maldonado, um parcial, de 1792, e outro da totalidade da frente sul, de 1793. Estudaremos este, por ser mais completo.

A Rua de São João foi pensada como sendo uma das principais, senão mesmo a principal rua da regência de João de Almada. O existente e os registos gráficos e escritos são suficientes para perceber tratar-se de um elemento urbano de representação, a primeira via a que se tinha acesso depois de se passar pela “formosa” Praça da Ribeira, cuja “simplicidade gramatical” e perfeição das proporções evocam a arte do Quattrocento” (Mandrourx-França 1985, 14).

Os aspectos a destacar resumem-se à repetição de tipologias de *fachadas*, à simetria na composição das frentes, e composição da rua, à localização das sacadas,





Fig. 4 a | Frente nascente da Rua de São João (2014): levantamento

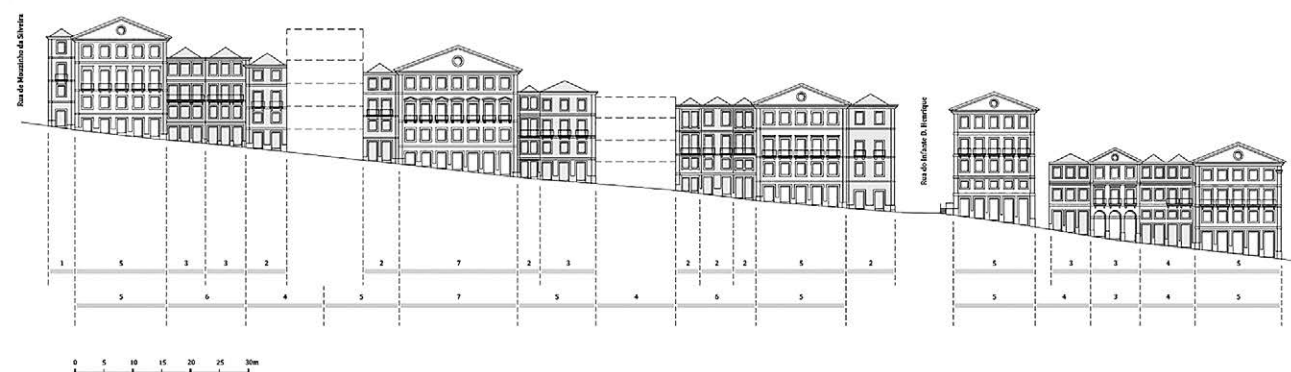


Fig. 4 b | Frente nascente da Rua de São João (1986): interpretação crítica dos alunos da FAUP; possível composição de fachadas; frentes avançadas e recuadas

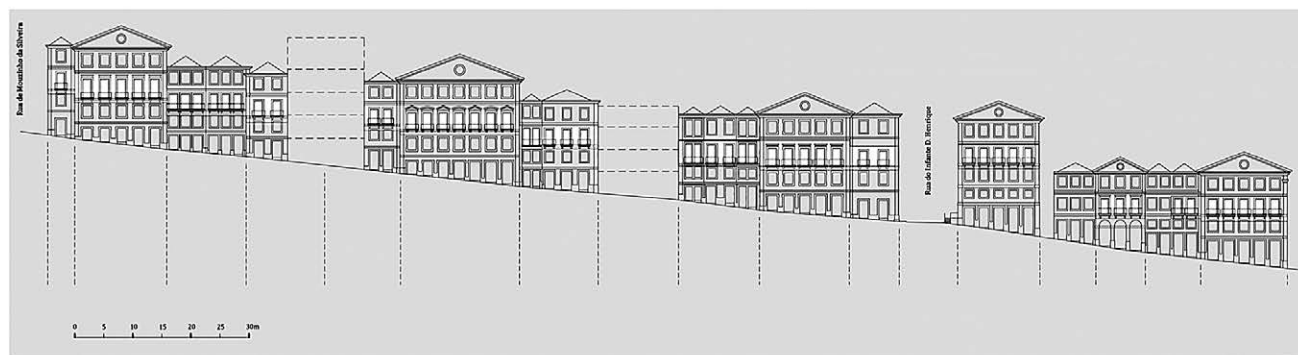


Fig. 4 c | Frente nascente da Rua de São João (1986): interpretação crítica dos alunos da FAUP; localização das sacadas

<sup>10</sup> O corpo central das composições palladianas é, no geral, o de maiores dimensões. Neste caso acontece o contrário.

aos tipos de vãos, aos elementos arquitectónicos de remate e à nova linguagem estilística (Berrance 1993, 20-21).

A repetição de tipologias de *fachadas*, a simetria na composição das frentes e composição da rua, os elementos arquitectónicos de remate, os tipos de vãos, a localização das sacadas e a nova linguagem estilística são os pontos a sintetizar e a examinar.

As frentes da rua sugerem uma estrutura compositiva definida pela repetição de tipologias de *fachadas* com 7, 6, 5 e 4 *prumadas de vãos* no tramo norte, e 5, 4 e 3 *prumadas de vãos* no tramo sul (fig. 4). Os corpos principais, ao centro e nos extremos, são rematados com frontão, têm 7 e 5 *prumadas de vãos* e estão avançados relativamente aos restantes. A sul, tal como acontece a norte, construções pontuais debilitam a total coerência do conjunto. Contudo, parece evidente a presença de 3 corpos principais, avançados, rematados com frontão, mas agora com uma organização peculiar: nos extremos, as frentes têm 5 *prumadas de vãos* e *cérceas* próximas às das suas congêneres a norte; no centro surge inesperadamente uma *fachada* com apenas 3 pisos e 3 *prumadas de vãos*<sup>10</sup>.

Da análise dos vãos destacam-se dois aspectos: as sacadas e as molduras arquitectónicas ou cantarias. Os dois não estão dissociados pois as cantarias mais ricas, com cimalhas de sobreverga e frontões, bem como ombreiras de duas espessuras, são sempre as das janelas de sacada. Contudo, nem todas têm esse trabalho de pedra, pois só os vãos das *fachadas* avançadas, coroadas com frontão, apresentam uma fenestração deste tipo. Esta avaliação geral tem, a sul, uma excepção: uma das janelas de um dos corpos de ligação sustém, inesperadamente, um frontão rectilíneo.

O estudo da rua, com base no existente e nos trabalhos ainda preliminares realizados até à data, torna difícil a leitura das pilastras, mas frontões e cornijas são bem evidentes. Os frontões rematam a totalidade das *fachadas* avançadas e o seu desenho e proporções são similares nas diversas frentes. As cornijas, actualmente bastante danificadas, deveriam corresponder a uma *fachada*. No tramo norte verificam-se as interrupções pelos ressaltos das *cérceas* e no tramo sul são corridas.

A localização das sacadas segue regras precisas mas distintas em cada tramo. A norte, cada vão do terceiro piso tem a sua sacada, ou seja, são elementos pontuais regulares. A sul, a localização das sacadas acompanha a lógica dos remates superiores, ou seja, surgindo no segundo ou terceiro piso, seguem de nível sem considerar a inclinação da rua. Outro aspecto distinto do tramo sul é o facto de nem todos os vãos daquele nível serem de sacada, significando uma intermitência peculiar destes elementos.

A nova linguagem estilística – palladianismo – está patente nos diversos aspectos apontados, na regularidade e unidade resultantes da repetição de tipologias, nos ressaltos ou alinhamentos de *cérceas*, na localização das sacadas, nas simetrias.

Independentemente da composição original e do que foi executado, ou do que chegou até nós, as alterações deixam clara a tentativa de compatibilizar as frentes dos lotes, de métrica medieval, com o desenho conjunto de *fachadas*. Na fig. 5, por exemplo, referente ao corpo central nascente do tramo norte, pode-se ver como o

Fig. 4 – Rua de São João (levantamento e interpretação crítica dos alunos da FAUP): frente nascente com indicação das frentes avançadas e recuadas (em cima), e frente poente (em baixo).



Fig. 5 – Rua de São João: alçados vs fachadas.  
Fotografia de Filipe de Salis Amaral.



Fig. 6 – Rua de São João: alçados vs fachadas.  
Fotografia de Carlos Rebelo.

passar do tempo fez despoletar alterações, neste caso de revestimento, deixando perceber que uma (aparente) *fachada* preconizada pela JOP incluía três (autênticas) fachadas de casas. Outro exemplo, porventura mais expressivo, da disparidade entre o plano *almadino* e as parcelas existentes situa-se também do lado nascente, mas no tramo sul (cf. fig. 6). Estas situações extremas, algo “bipolares”, onde dois modelos distintos de cidade e de arquitectura se cruzam, surgem em boa parte dos antigos limites urbanos. Estes não se restringem às muralhas, mas incluem um conjunto construído. Vejamos como aconteceu.

Construída sobre o rio da Vila, a Rua de São João vinha colmatar um hiato há muito existente dentro do velho burgo. O problema remontava à época da primeira estrutura defensiva românica, que passava mais acima, aproveitando a topografia, as penhas e os rochedos do lugar. Paredes meias com a cerca e morro, num sítio onde os desníveis atingem os trinta metros, as casas apinhavam-se (Carvalho, Guimarães e Barroca 1996, 120).

Entre as construções e a muralha havia associação: o paredão servia de apoio, não necessariamente físico, às habitações<sup>11</sup>; estas, por seu turno, bem encostadas entre si, consolidavam a barreira e reforçavam a definição de uma morfologia urbana de carácter medieval (Carvalho, Guimarães e Barroca 1996, 163).

Fora de muros, nesta vertente ocidental do morro da Pena Ventosa, ligando a zona baixa ribeirinha à zona alta (Porta de Sant’Ana), desenvolvia-se a Rua dos Mercadores. Constituída por um edificado compacto, o fundo dos quintais das suas casas, do lado poente, davam para o rio da Vila.

Na Idade Média as ribeiras localizadas nas proximidades de aglomerados urbanos eram locais propícios para o estabelecimento da actividade dos curtumes. Ao longo

<sup>11</sup> Conforme assinalam alguns documentos, do lado nascente da Rua dos Mercadores haveria uma serventia nas traseiras das casas. Cf. AHMP, Livro 9 de Prazos (18 Maio 1680), A-PUB/6099, fl. 344; Leal (1873-1890) 1990, 6: 83.

<sup>12</sup> AHMP, Livro de Plantas (LP), D-CDT/A5-8.

dessas linhas de água eram instalados os tanques onde se tratavam as peles (os pelames). O processo levantava problemas higiénicos graves, escoando os detritos para as hortas e dispersando maus cheiros e doenças (Nonell 2002, 171). Ao longo de séculos o rio da Vila foi palco desta indústria. Com a construção da muralha gótica e a consequente expansão urbana, aquele vale, segregado por todos, passou a ser um vazio urbano.

É sobre este vazio que se executaram as novas concepções urbanas, a “modernidade” referida por Magalhães Bastos (1942, 185-186) ou Pinto Ferreira (1974, 90-91), ajustando-a às existências medievais. Contudo, se durante o governo *almadino* a composição de fachadas pensada pela JOP permaneceu incólume, ao longo do século XIX foi-se decompondo até assentar num conjunto híbrido onde se mesclam diversas épocas.

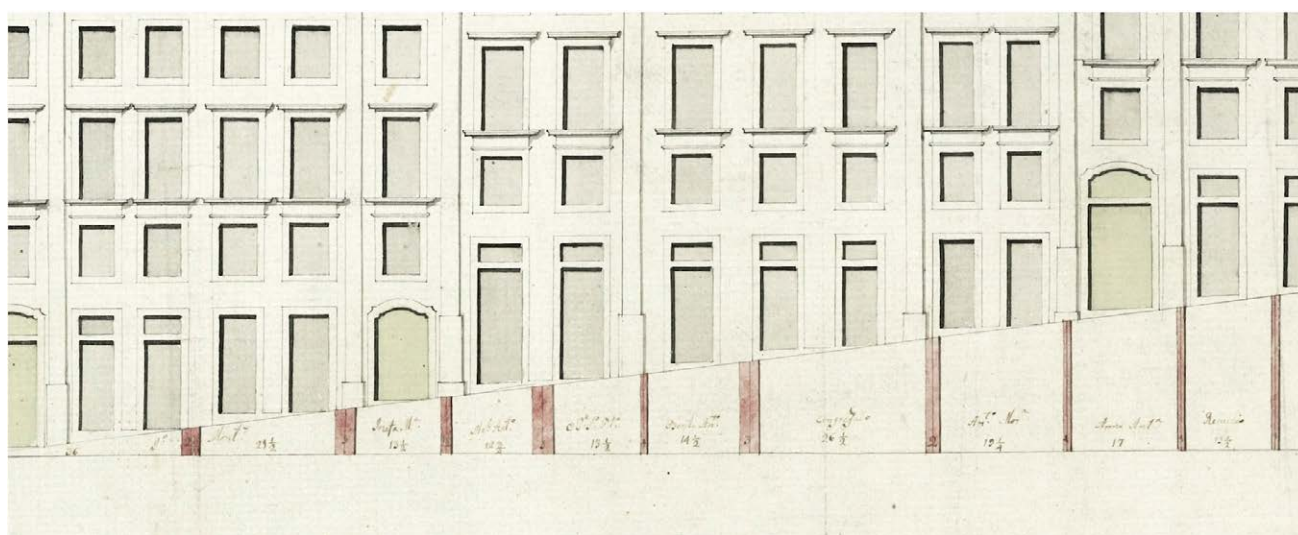
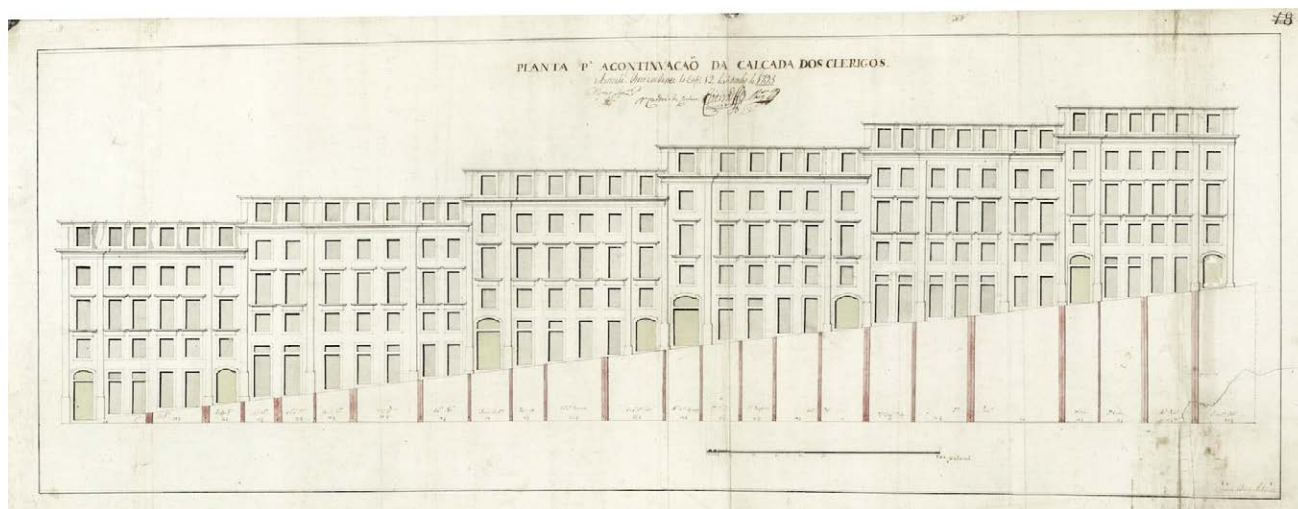
A Rua dos Mercadores e a Rua de São João são pois idênticas no que respeita à função e no que respeita ao edificado. Apesar de o fazerem de um modo distinto, as duas ligam a zona baixa à zona alta da cidade. No âmbito da morfologia urbana, a proximidade da cerca românica afectou as duas, pois sendo um dos elementos determinantes do edificado da rua medieval também o é da rua *almadina*, apesar desta o dissimular formalmente.

Passando para a Calçada dos Clérigos temos por base de estudo o desenho elaborado por Teodoro de Sousa Maldonado em 1793, a *Planta para a continuação da Calçada dos Clérigos* (fig. 7)<sup>12</sup>. Representa a frente sul da rua e é um bom exemplo de plano da quarta fase de urbanização. Compõe-se de seis *fachadas* – de 6, 7, 6, 6, 7 e 6 *prumadas de vãos* –, definidas superiormente por cornija corrida e lateralmente por pilastras. Contudo, este remate lateral tem uma interessante variante, muito particular e pouco comum: o fecho não recorre às tradicionais pilastras mas constitui-se por uma ou duas *prumadas de vãos* marcadas por pilastras.

Outras características muito próprias nos conjuntos desta fase, e que podemos apreciar neste desenho, são: os quatro pisos mais um quinto, como acréscimo, a modo de ático; o emprego de mezanino; as sacadas sempre no terceiro piso, com frontões rectilíneos; o constante ressalto de cêrceas; diversos pormenores, como seja a marcação de vãos de entrada em arco e a ligação dos vãos do mezanino à sacada.

Um dos aspectos mais interessantes deste desenho aproxima-se do que vimos acima, na Rua de São João, com a diferença de agora se apresentar num registo gráfico da época. Referimo-nos à compatibilização das frentes dos lotes com o desenho das *fachadas* e seu conjunto. Na imagem, por baixo da linha de corte da rua, podem-se ver umas linhas verticais a sépia, de diferentes espessuras, que fazem a marcação das parcelas de terreno (fig. 8). Com este dado é possível contabilizar vinte e cinco *alçados* em seis *fachadas*: treze com apenas uma *prumada de vãos*, onze com duas *prumadas* e um com três *prumadas*. A presença, pouco comum, de tantos *alçados* com uma *prumada* prende-se com o facto de este conjunto se relacionar directamente com uma frente da cidade antiga, junto à cerca gótica, onde as parcelas de terreno são compridas e estreitas.





As propostas de Maldonado para os Clérigos vêm no seguimento do aviso régio que aprovava a demolição de um considerável troço da muralha, compreendido entre a Porta dos Carros, nas proximidades da Igreja dos Oratorianos (Congregados) e a Igreja dos Clérigos<sup>13</sup>. Pouco tempo antes, em 1787, o presidente da Junta pedira a Lisboa a autorização para “apear” a muralha (Alves 1988-1990, 1: 251-252); a pretensão era facilitar as relações entre o velho burgo e a nova cidade. Naquela zona em concreto, a Junta desejava resolver o problema da iminente ruína do paredão<sup>14</sup>, fazer o alinhamento da nova calçada e abrir uma ligação entre os Clérigos e a Rua de Trás<sup>15</sup>.

Entre 1787 e 1788 faz-se, pois, o primeiro derrube de parte da muralha, deixando uma frente de ligação da cidade antiga com a nova. Tornou-se assim possível a implantação da nova calçada conforme o plano, com o avanço dos terrenos até ao novo alinhamento. Apesar do parcelamento medieval que vinha das casas da Rua de

Fig. 7— Planta para a continuação da Calçada dos Clérigos, 1793. AHMP, LP, D-CDT/A5-8.

Fig. 8 — Plano para a continuação da Calçada dos Clérigos, 1793. AHMP, LP, D-CDT/A5-8 (pormenor).

<sup>13</sup> O troço da muralha a demolir teria cerca de 400m; a frente da Calçada dos Clérigos perfazia sensivelmente ¼ dessa medida.

<sup>14</sup> Curiosamente, em 1529, entre a Porta do Olival e a Porta de Santo Elói, ou seja, em parte substancial da zona que agora estamos a tratar, ruíram

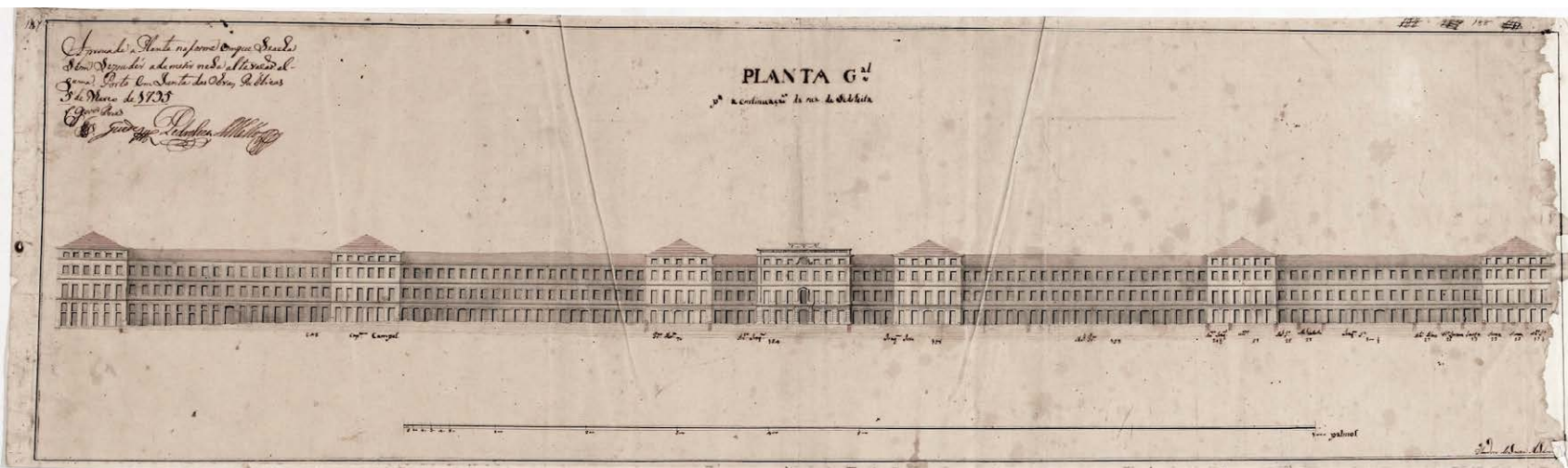


Fig. 9 – Teodoro de Sousa Maldonado, *Planta Geral Rua nova dos Lavadouros*, 1794. AHMP, LP, D-CDT/A3-87.

cerca de 360 braças de muralha (Coutinho 1962: 447). Entre 1607 e 1624 esta parte da muralha foi reedificada; volvidos apenas 160 anos, já estaria em perigo de nova ruína.

<sup>15</sup> Esta ligação, que logo se fez, é a actual Rua Arquitecto Nicolau Nasoni.

<sup>16</sup> AHMP, LP, D-CDT/A3-87.

<sup>17</sup> AHMP, LP, D-CDT/A3-134.

<sup>18</sup> Nesta peça gráfica podem-se observar os ressaltos de cêrceas e alguns elementos de remate das fachadas. No primeiro caso temos a inserção do mezanino na ala esquerda do conjunto de fachadas, de modo a vencer a inclinação da rua mantendo os alinhamentos. No segundo caso vemos a presença de um ático nos corpos principais.

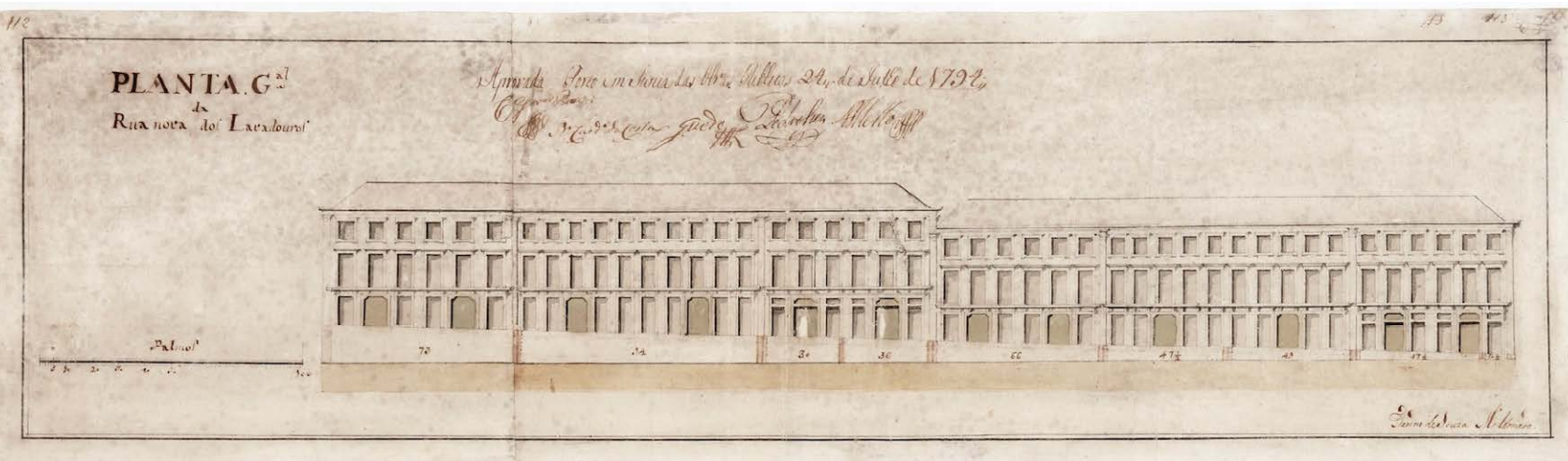
Trás, os *alçados* a edificar para os Clérigos deveriam apresentar a “modernidade” dos planos das fases anteriores (Alves, 1: 251-254). Daí resulta um desenho de *fachadas* que está longe de denunciar as vinte e cinco parcelas ali existentes.

Maldonado tem o cuidado de anotar os nomes dos proprietários, a largura das frentes e a largura dos muros de meação em palmos (fig. 8). Estes apontamentos podem ser encontrados noutros projectos seus. Um ano depois, na Rua dos Lavadouros, vê-se a marcação dos terrenos mas sem a indicação dos proprietários (fig. 9)<sup>16</sup>. De 1795 é a *Planta geral para a continuação da Rua de Cedofeita*, onde se podem ver também os proprietários (fig. 10)<sup>17</sup>. Neste último caso, como se tratam de terrenos fora de muros, a marcação das meações são significativamente mais espaçadas e menos expressivas<sup>18</sup>.

Regressando ao plano da calçada, é curioso verificar que não há um total alinhamento dos muros de meação com as marcações verticais das *fachadas*. Temos, pois, um exemplo onde se percebe a primazia do desenho das frentes sobre os limites da propriedade. O engenho do projectista consegue uma métrica regular, uma modelação sem grandes variações de cheios e vazios, ou seja, entre a largura do vão e a largura do espaço entre vãos. O resultado final não é fruto de casualidades mas de estudos qualificados.

Feita a auscultação a estas importantes vias *almadinhas*, consideramos que a particularidade mais marcante é o referido conflito entre duas realidades opostas: uma morfologia urbana medieval, estabelecida, bem presente nas dimensões dos lotes, nas frentes das casas, nas características dos arruamentos – neste caso, Rua dos Mercadores e Rua de Trás – e uma nova cidade regular, aberta e eficiente, simbolizada – ou encenada – respectivamente pela frente nascente da Rua de São João e a frente sul da Calçada dos Clérigos.

Vimos que a identidade das duas vias suscita estranheza pois implantam-se em zonas urbanas distintas, uma no centro da cidade e outra no seu limite. Se à partida podemos justificar esta afinidade por serem ruas da mesma época, onde se aplica



a mesma ideia base de *regularidade* e os mesmos princípios de composição, verificamos também que há algo mais a dizer sobre o plano destas ruas e a sua inserção na cidade, referente à sua relação com os limites defensivos.

Na Rua de São João a ligação com a muralha românica não é imediata mas intermediada pela Rua dos Mercadores. Na Calçada dos Clérigos a relação com muralha gótica é directa. Apesar deste perímetro defensivo ser posterior ao outro, as especificidades urbanas mantêm-se, decorrendo nestes dois locais um mesmo fenómeno urbano *almadino*. Planos semelhantes, para duas vias estruturantes, implantadas em áreas da cidade contíguas a duas linhas de protecção distantes no tempo, mas morfologicamente próximas: na zona ocidental do burgo primitivo, junto à cerca velha, e na zona setentrional da cidade moderna, onde passava a cerca nova. ●

Fig. 10 – Teodoro de S. Maldonado, *Planta geral para a continuação da R. de Cedofeita*, 1795; pode-se ver um ático no corpo principal, inserção de mezanino para manter alinhamentos no piso térreo (esquerda), indicação dos terrenos e proprietários. AHMP, LP, D-CDT/A3-134.

## Bibliografia

- Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira. 1988-1990. *O Porto na época dos almadins*. Arquitectura. Obras públicas. Porto: Edição de Autor.
- Basto, Artur de Magalhães. 1942. *Sumário de Antiguidades da mui nobre cidade do Porto*. Porto: Editora – Livraria Progredior.
- Berrance, Luís Eduardo. 1993. *Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas: 1774-1844*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- Carvalho, Teresa, Carlos Guimarães, e Mário Jorge Barroca. 1996. *Bairro da Sé do Porto; Contributo para a sua caracterização histórica*. Porto: Câmara Municipal do Porto – CRUARB/CH.
- Coutinho, Bernardo Xavier. 1962. “Arquitectura militar e religiosa”. In *História da cidade do Porto*, dir. Damião Peres e António Cruz. Porto: Portucalense Editora.

- Ferrão, Bernardo José. 1989. 2.<sup>a</sup> ed. *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*. Porto: FAUP Publicações.
- Gomes, Paulo Varela. 2004. "Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina". *Monumentos* 21: 132-141. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Jorge, Ricardo. 1899. *Demographia e hygiene da cidade do Porto*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto.
- Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. (1873-1890) 1990. *Portugal Antigo e Moderno: diccionário geographico, estatistico, chorographico, heráldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de tôdas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Cota d'Armas.
- Mandroux-França, Marie-Thérèse. 1985. *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Martins, Carlos Moura. 2009. *Transformações da forma urbana da cidade do Porto, 1761-1806*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Nonell, Anni Günther. 1991. "Arquitectos e Engenheiros na época de D. João V. O aqueduto das Águas Livres". *Separata Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. 2. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.
- Nonell, Anni Günther. 2002. *Porto, 1763-1850: a construção da cidade entre Despotismo e Liberalismo*. Porto: FAUP Publicações.
- Ferreira, J. A. Ferreira. 1974. "Textos laudatórios do século XVIII, a João de Almada e Mello, inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto". *Bracara Augusta* 28 (65-66): 77-78.
- Real, Manuel Luís, e Rui Tavares. 1987. "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto". *Separata Povos e Culturas* 2. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Teixeira, Manuel, e Margarida Valla. 1999. *O urbanismo português: séc. XIII-XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.





# Recensões

**LÍDIA FERNANDES,  
JACINTA BUGALHÃO  
E PAULO ALMEIDA  
FERNANDES, COORD.  
*DEBAIXO DOS NOSSOS  
PÉS. PAVIMENTOS  
HISTÓRICOS DE LISBOA.*  
LISBOA: MUSEU DE LISBOA, 2017**

---

MIGUEL MONTEIRO DE BARROS

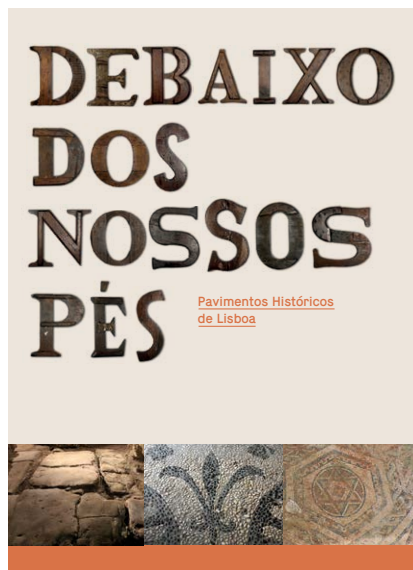
Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Universidade Nova de Lisboa  
Associação de Professores de História

O catálogo<sup>1</sup> da exposição *DEBAIXO DOS NOSSOS PÉS. Pavimentos Históricos de Lisboa*, objecto desta recensão, foi organizado pelo Museu de Lisboa e pela EGEAC, tendo sido coordenado pelos comissários da exposição: Lídia Fernandes, Jacinta Bugalhão e Paulo Almeida Fernandes. Contou com as parcerias institucionais da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural), do CIHUCT (Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Universidade de Lisboa), do projecto FCT – VISLIS e da Fundação Millenium – BCP. O catálogo complementa a exposição homónima, que decorreu no Torreão Poente da Praça do Comércio, entre 19 de Abril e 1 de Outubro de 2017, tendo obtido a distinção de *Melhor Catálogo 2017* na atribuição dos prémios APOM (Associação Portuguesa de Museologia), ocorrida a 25 de Maio de 2018.

Afirma-se, num dos textos introdutórios ao catálogo da exposição *Debaixo dos Nossos pés: Pavimentos Históricos de Lisboa*, que “[...] o Museu de Lisboa prossegue o caminho de investigar, documentar e disponibilizar ao público elementos fundamentais da identidade de Lisboa [...]” (p. 13).

Esta exposição e respectivo catálogo, apresentaram-se e apresentam-se, sem dúvida, como contributos fundamentais para o desvendar dessa identidade. Cons-

<sup>1</sup> ISBN: 978-972-27-2386-2, 240 pp, ilustrado.



tituindo os pavimentos uma forte “marca identitária” (p. 36) da cidade, impunha-se uma análise integradora, actualizada, diacrónica e multidisciplinar do chão que pisamos, destinada a estudiosos e a leigos. Até porque raramente pensamos nas realidades sobre as quais nos deslocamos, esquecendo-nos de que também elas podem, e devem, ser assumidas como fontes históricas passíveis de serem lidas e interpretadas.

Ao consultarmos o referido catálogo algo se torna, desde logo, evidente – que é à arqueologia que ficamos a dever o deslindar do palimpsesto em que se transformaram, ao longo dos milénios e dos séculos, o solo e o subsolo de Lisboa e que a arqueologia é o *opus signinum* que cimenta este projeto.

O catálogo apresenta-se estruturado em duas partes, a segunda mais bem conseguida do que a primeira. Na primeira parte procede-se a uma contextualização multidisciplinar do objecto analisado nas suas dimensões material e sociológica, nomeadamente nas formas como o espaço público foi sendo entendido e vivido, no tempo longo, pelos lisboetas. Sente-se, todavia, a falta de referências importantes, como a dimensão ideológica reformista católica que influenciou as importantes mudanças efectuadas no espaço público da cidade no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

É evidente, ainda, uma certa dificuldade na escolha do local de inserção de alguns dos textos que compõem a obra, como é o caso de *O Chão de Lisboa: uma visão diacrónica da cidade de Lisboa através dos seus pavimentos*. Este aparece, no índice, como texto introdutório (pp. 8-9). No corpo da obra (pp. 20-25), apesar de surgir claramente separado das restantes partes constituintes, surge em conjunto com o prefácio, sem qualquer indicação que o identifique como sendo uma introdução. Já na parte que compreende os resumos (pp. 218-227), aparece referido como fazendo parte integrante da primeira parte da obra, opção que nos parece ser a que faz menos sentido, já que este texto se centra muito mais na dimensão material estando, desse modo, mais ligado à segunda parte e menos à primeira. Assim sendo, deveria aparecer isolado, separado do prefácio e claramente identificado como sendo uma introdução geral, o que não acontece no corpo da obra. Esta indefinição parece constituir-se como um sintoma das dificuldades que os organizadores encontraram em ligar a primeira parte do catálogo à segunda. Estas dificuldades decorrem, provavelmente, do facto de ter existido, desde o início do processo, uma ideia muito clara do que se pretendia com a exposição – divulgar junto do público, leigo e especializado, o estado da arte resultante das campanhas arqueológicas efectuadas nas últimas décadas – tarefa que é levada a cabo, de forma exemplar, na segunda parte do catálogo. A contextualização parece, assim, surgir mais como um complemento do que como parte plenamente integrante do projeto.

Também o texto intitulado *A Geologia subjacente aos pavimentos de Lisboa* (pp. 28-31) parece estar, de alguma forma, colocado fora de sítio. Teria talvez mais lógica, tendo em conta a temática abordada, que este constituísse o texto de abertura da segunda parte da obra, já que com esta se liga, ao explorar os materiais com que, ao longo dos séculos, se foram pavimentando os solos de Lisboa. E esse não é o único ponto de encontro entre a geologia e a arqueologia. Ambas constituem áreas



disciplinares que estudam as camadas em que se divide o subsolo, não podendo a arqueologia dispensar o precioso auxílio da geologia. No caso de Lisboa, tal é evidente no que diz respeito às marcas deixadas por fenómenos cataclísmicos como terramotos ou tsunamis.

A segunda parte do catálogo, organizada cronologicamente, é a que mais bem reflecte o espírito diacrónico da exposição, tendo-se conseguido um bom equilíbrio na divisão do espaço dedicado às diversas épocas históricas. Também os exemplos escolhidos são adequados, quer do ponto de vista do especialista, quer do ponto de vista do público em geral. Com esta segunda parte reforça-se, no leitor, a noção da importância da arqueologia e das ciências com as quais aquela se associa, tornando-se evidente a força desse *opus signinum* que, nos últimos anos, após décadas de relativa negligência, tanto tem contribuído para desvendar zonas obscuras da história lisboeta.

A exposição e respectivo catálogo constituem excelentes exemplos de boas práticas de divulgação, contribuindo ambos para que os munícipes ganhem consciência da importância de instituições como o Museu de Lisboa para a salvaguarda do património, seja este visível ou esteja escondido debaixo dos nossos pés. Mas, a este propósito, é necessário fazer muito mais, divulgar de forma muito mais sistematizada e pedagógica estas (e outras) descobertas arqueológicas. Continua a fazer falta em Lisboa e em Portugal um verdadeiro Museu de Arqueologia, nacional ou regional, onde se possa, à semelhança do que acontece noutros países da Europa, observar realidades passadas sob uma perspectiva diacrónica, tal como aconteceu nesta exposição temática. Esperamos que este seja um primeiro passo nesse sentido. Merecem-no Lisboa, os lisboetas, e todos os que se interessam pela fascinante e longa história desta cidade. ●

**ALICIA CÁMARA  
MUÑOZ, ED.**  
***EL DIBUJANTE INGENIERO  
AL SERVICIO DE LA  
MONARQUÍA HISPÁNICA  
SIGLOS XVI-XVIII.***  
**MADRID: FUNDACIÓN JUANELO  
TURRIANO, 2016**

---

DANIELA NUNES PEREIRA  
CIDEHUS / Universidade de Évora  
dani\_sofia@hotmail.com

*El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica, Siglos XVI-XVIII (DIMH)*<sup>1</sup>, resulta de um projecto de investigação, financiado pelo Ministério de Economia e Competitividade do Governo Espanhol, coordenado por Alicia Cámara Muñoz, Professora Catedrática de História da Arte da UNED, especialista de referência nos temas da arquitectura e da engenharia militar. Esta obra, disponível para consulta *online* e também com uma edição em inglês, foi publicada pela Fundação Juanelo Turriano, criada em 1987 com o propósito de investigar e publicar estudos no âmbito da história da ciência e da tecnologia.

O livro está dividido em quatro secções: “Ingenieros vs. Arquitectos”; “El proyecto dibujado”; “Describir las fronteras”; “Usos y formas de difusión” e “Las Humanidades Digitales en el proyecto DIMH”, muito embora a presente recensão não acompanhe esta organização. O tema central é o desenho militar, a sua idealização teórica e processual ao longo dos séculos XVI-XVIII. Durante este período, o desenho foi um dos principais instrumentos da monarquia espanhola para conhecer, comunicar, controlar e defender o seu território, papel desempenhado pelos melhores arquitectos e engenheiros, quase sempre de origem italiana.

Alfonso Muñoz Cosme (pp. 17-43) dá a conhecer um grande número de tratadistas e tratados que serviram de base para o conhecimento e domínio do desenho, com maior ênfase nos tratados de engenheiros, arquitectos, matemáticos e astrô-

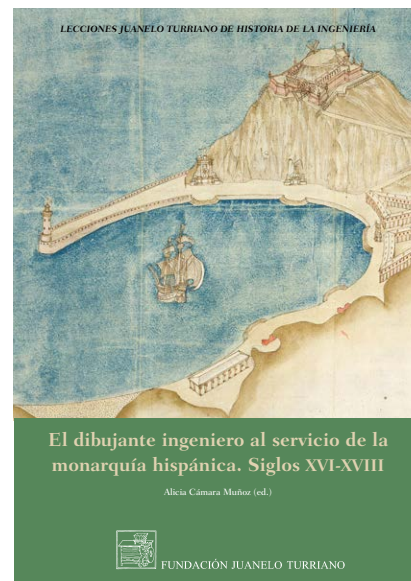
<sup>1</sup> ISBN: 978-84-942695-6-1, 411 pp. ilustrado.

nomos castelhanos, marcando uma nítida distinção entre esses diferentes perfis profissionais. Muito embora aqueles textos incorporassem alguns conhecimentos dos tratados renascentistas italianos, como o de Filarete e de Alberti, acrescentam muitas inovações, que provocaram mudanças no campo da concepção e construção de sistemas defensivos, onde a geometria dominava os projetos de fortificação; apresentam ainda a criação de novos engenhos, instrumentos de medida e de construção mais eficientes. Tiburzio Spannocchi, engenheiro do rei Filipe II, concebeu, por exemplo, uma régua em T com bússola, que permitia medir ângulos e estabelecer a orientação das paredes. Outro conhecimento técnico, acumulado com as regras da tratadística, era o talhe da pedra ou de outros materiais sólidos. É a esse propósito que escreve José Calvo López (pp. 45-67) ao dedicar o seu artigo à *Arte de Monteá*, ou seja, ao corte de cantaria: conseguir desenhar o intradorso de um arco, paredes côncavas ou convexas, esquinas, aduelas, utilizando modelos que são colocados sobre uma face plana, antes do talhe. O conhecimento destes métodos e práticas – antes usados pelos pedreiros medievais – tornou-se numa disciplina que reforçava o carácter técnico e intelectual do engenheiro ou arquitecto, comparativamente ao mestre pedreiro.

Alicia Cámara (pp. 351- 376) destaca a figura do engenheiro Tiburzio Spannocchi, pela sua habilidade e versatilidade no desenho. Em termos técnicos, Spannocchi representa aquela fase em que se nota uma evolução da profissão de arquitecto militar, justamente pela introdução do desenho no mundo da guerra. Dominava vastos conhecimentos em cosmografia, geografia ou corografia.

Contudo, no percurso de alguns engenheiros tem-se verificado uma possível ausência de talento para o desenho. Pablo de la Fuente de Pablo (pp. 181-196) dá o exemplo do engenheiro do imperador Carlos V, Luis Pizaño. Assim, alguns projetos liderados por Pizaño envolvem o desenhador Joan Francolí, que desenhava as traças da fortificação de Rosas (Girona).

Mais tarde, no século XVII, nos livros sobre o desenho e fortificação de Sébastien Le Prestre, marquês de Vauban, observa-se a construção de uma norma ou padronização dos modos de desenhar/cartografar, fazendo uso de cores e linhas específicas. Como Isabelle Warmoes (pp. 297-341) refere, Vauban aconselha desenhar uma determinada fortaleza acompanhada pela configuração topográfica das fortificações, a situação geográfica dos lugares, as montanhas envolventes, os portos e baías mais próximos, as rotas terrestres e marítimas, para permitir uma preparação técnica da defesa mais eficaz. A primeira obra teórica deste engenheiro intitula-se *Le Directeur général des fortifications*, constantemente reeditado ao longo dos séculos XVII e XVIII. Estes conhecimentos teorizados por aquele engenheiro contribuíram para a solidez científica da formação do arquitecto ou engenheiro militar cultivada nas academias espanholas. Os engenheiros tinham, portanto, que dominar a matemática, a geometria, a aritmética, a cosmografia, a língua francesa, etc. Aliás, algumas destas disciplinas faziam parte do programa pedagógico do futuro rei, Filipe III, como garante da boa governação e conservação dos territórios dominados pela monarquia espanhola, posto que todos os projectos de fortificação



teriam de ser aprovados pelo rei e seus conselheiros. Como nos descreve Margarita-Ana Vázquez-Manassero (pp. 331-349), Filipe II contratara para formar o seu filho uma série de mestres, nomeadamente García de Loaysa, Juan Bautista Labaña (o português João Baptista Lavanha) e Jehan Lhermite. Estes professores, ensinavam desde teologia, passando pelos autores clássicos, descrição de territórios e tratados de arquitectura e engenharia.

No início de Setecentos, com a criação do Corpo de Engenheiros em Espanha, em 1711, a diferença entre engenheiros e arquitectos torna-se mais evidente, uma vez que fica delineada pelas propostas de hierarquização, distribuição de cargos e responsabilidades; muito embora pudéssemos encontrar arquitectos a trabalhar e projectar fortificações ou engenheiros a trabalhar em arquitectura civil, como é no caso dos jardins de Aranjuez. Importa lembrar que o desenho alcança aqui relevância nas capacidades do arquitecto e engenheiro, necessárias para o ensino técnico nas academias reais de matemática, como explica Juan Miguel Muñoz Corbalán (pp. 91-118).

No que toca concretamente à funcionalidade do desenho, com menor ou maior pormenor e rigor, alguns autores mostram que o uso primordial nem sempre foi o militar. Javier Ortega Vidal (pp. 69-90) demonstra como o conjunto de desenhos de Aranjuez tiveram como principal objectivo divulgar o palácio, como lugar aprazível nos arredores de Madrid; uma espécie de propaganda do quotidiano da corte madri-lena. Daí a necessidade de Fernando Cobos (pp. 119-139) apresentar uma abordagem metodológica, para a interpretação das várias cartografias, que permita reconhecer a intenção ou finalidade de cada desenho. Diga-se, ainda, que alguns detalhes que emolduram os desenhos, como cartelas, bandeirolas ou dedicatórias, que seguem o gosto de uma época, podem ter outro propósito além do usual – particularmente a bajulação ao soberano. Podem ser, simultaneamente, um sinal de valorização para a ascensão profissional do engenheiro ou arquitecto, posto que assim cumprem as normas de representação teorizadas e aperfeiçoadas nas diferentes academias, como explica Emilie D’Orgeix (pp. 315-329). Na realidade, aqueles elementos podem ser lidos como uma evolução na representação e na própria formação dos funcionários do rei. Ao longo do século XVIII, as diferentes academias foram moldando uma “imagem” na maneira de representar o projecto de fortificação.

A viver sempre na defensiva, a coroa espanhola fez do desenho uma arma militar. É na representação das fronteiras que o desenho encontra mais expressão, revelando as dificuldades que a monarquia enfrentou para proteger o seu território, bem como as grandes rotas comerciais.

A estratégia da monarquia espanhola para o controlo do Mediterrâneo – da costa e das cidades do Norte de África – realizou-se através de uma linha defensiva para fazer frente aos ataques do inimigo turco: Tunes, Argel, Trípoli e Orão. Mas, na primeira metade de Quinhentos, não estamos ainda em presença da gramática representativa do desenho nos séculos XVII e XVIII. De início, o modelo de representação desses lugares seguia, em grande parte, a estética flamenga. Tratava-se de levantamentos com informação bastante dúbia, pela falta de pormenores que



correspondessem à realidade arquitectónica, como nos relembram Antonio Bravo Nieto e Sergio Ramírez González (pp. 221-243).

O esquema defensivo do Mediterrâneo ficava robustecido com a fortificação das ilhas da Sicília e de Malta, para proteger o império espanhol das ofensivas turcas, segundo Maurizio Vesco (pp. 247-270).

Em relação ao estado de Milão, onde convergiam as principais vias que ligavam o sul e o norte da Europa, nomeadamente a famosa rota para a Flandres, a defesa foi conseguida através da criação de uma rede portuária que foi ao mesmo tempo defensiva. A zona da Ligúria, dominada pela coroa espanhola e pelo ducado de Milão, regista vários episódios de conflitos, reflectidos nos vários conjuntos de desenhos onde se pode ler um contínuo “fazer e desfazer” ou “fazer e refazer” mostrando a organização de um espaço também ele político, como nos descreve Consuelo Gómez López (pp. 197-220). Annalisa Dameri (pp. 271-293), exemplificando com os casos de Piemonte e Lombardia, mostra como a aliança entre o monarca espanhol e o ducado acartam dificuldades relacionadas com a gestão do financiamento e mão-de-obra para construção das defesas.

A cadeia montanhosa dos Pirenéus formava uma fronteira natural com a França, pressupondo naturalmente a existência de um controlo defensivo por parte da coroa espanhola. Carlos José Hernando Sánchez (pp. 143-179) explica como os desenhos permitiram materializar uma ideia da fronteira e estabelecer uma rede de fortalezas que envolveram sigilo absoluto. A fronteira, ao ser desenhada, era susceptível de se tornar numa construção política, numa parede ou fortaleza, que definia as leis da guerra.

Especial atenção merece, neste livro, a questão da digitalização, informatização e acessibilidade ao material cartográfico conservado nos arquivos. Ana García Serrano e Angel Castellanos (pp. 379-400) explicam como solucionaram o problema da pesquisa de documentação antiga no sistema de busca do Archivo General de Simancas. Semelhante ao *Google*, a equipa criou um sistema que permite uma pesquisa não apenas a partir de palavras-chave, porque esta pode esconder elementos valiosos, mas também a partir de termos-chave conceptuais. Jesús López Días (pp. 401-409) frisa que a aplicação da *web* semântica (interligação de vários significados de palavras) no campo dos arquivos históricos é uma ferramenta essencial na investigação histórica. Apesar do acesso à informação se tornar mais rápido e também mais económico, o autor ressalta algumas barreiras a serem ultrapassadas, especialmente o acesso aberto e ilimitado, bem como as questões sobre a propriedade do documento.

Por fim, relativamente à dimensão territorial dos domínios da monarquia espanhola, deve notar-se, nos debates deste livro, uma ausência de estudos dedicados à situação defensiva portuguesa durante a União Ibérica, entre 1580 e 1640 (mas também sobre a defesa da fronteira hispano-portuguesa antes e após aquela anexação). A existência de uma reflexão sobre este assunto permitiria esclarecer, comparativamente aos casos fronteiriços analisados pelos vários autores do livro, os efeitos da dinastia filipina no sistema defensivo português. Talvez se pudessem esclarecer

as seguintes questões: qual o critério da distribuição dos arquitectos e engenheiros do rei no terreno (como, por exemplo, Filippo Terzi, Leonardo Turriano e Alexandre Massai)? Que instruções lhes foram enviadas? Que prioridades existiram, ou seja, que decisões foram tomadas relativamente às fortificações em curso? Que obras foram priorizadas? Que projectos foram empreendidos? Ou se, por ventura, houve uma diferente atitude, na hora de abordar tais questões.

A leitura do livro *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica Siglos XVI-XVIII* depara-se com uma evidência imediata: a variedade de abordagens sobre o uso do desenho pelos funcionários do rei, bem como dos acervos documentais aqui revelados por investigadores de distintas áreas disciplinares. Os diferentes idiomas (espanhol, francês e italiano) tornam a leitura lenta. Mas, o mais importante é que este livro oferece aos historiadores da cartografia, da engenharia militar, da fortificação, da cidade e das suas componentes urbanas, diferentes leituras, abordagens metodológicas e interpretações, que poderão ser relevantes para novas investigações, permitindo comparações e identificar novas questões sobre casos que aqui não foram abordados. ●

**HELDER CARITA.**  
**A CASA SENHORIAL**  
**EM PORTUGAL.**  
**MODELOS, TIPOLOGIAS,**  
**PROGRAMAS INTERIORES**  
**E EQUIPAMENTOS.**  
**ALFRAGIDE: LEYA, 2015**

---

NUNO SENOS

Departamento de História da Arte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

A casa de habitação foi, até muito recentemente, um tema arredado das agendas de investigação da história da arte em Portugal. Nas suas versões régias ou aristocráticas, as que trata o livro em causa, rareiam os exemplares anteriores ao século XV (as torres ou as suas derivações, as casas-torre), e não são tão-pouco abundantes os exemplos dos primeiros paços (o termo palácio só se generaliza no século XVII) de Quatrocentos e de Quinhentos; a partir do século XVII e sobretudo da centúria seguinte (marcado pelo mais estudado dos fenómenos residenciais portugueses, o solar), as sobrevivências são mais numerosas. À escassez de exemplares soma-se a rarefacção documental, um pouco menos evidente para as casas reais mas verdadeiramente limitativa para a maioria das moradas privadas. E por fim, as profundas mudanças ocorridas nos modos de viver, nas exigências de conforto e até de luxo, foram introduzindo alterações nas casas ao longo dos séculos que tornam a história dos exemplares sobreviventes difícil, e tantas vezes mesmo impossível de reconstituir. Acrescentem-se a estas dificuldades os casos que desapareceram e facilmente se percebe que as dificuldades enfrentadas por aqueles que a tal empresa se entregam são consideráveis e explicam, em boa medida, o silêncio ensurdecedor a que estes objectos têm sido votados.

Alguns edifícios maiores, de tão maiores, foram sendo estudados em abordagens monográficas mais ou menos (sobretudo menos) extensas. São casos como o do Paço Real de Sintra ou o Paço Ducal de Guimarães, ambos do século XV, bem como, já na centúria seguinte, o Paço da Ribeira ou o Paço Ducal de Vila Viçosa.

<sup>1</sup> ISBN 9789896603939, 584 pp. Ilustrado.



Ao contrário do que se possa pensar, o século XVII constituiu um “buraco negro” historiográfico talvez ainda maior do que o precedente; o exemplo que mais atenção tem recebido é, provavelmente, o Palácio Fronteira, em Lisboa. Inventado nos finais dessa centúria, o solar atravessou todo o século XVIII e uma boa parte do seguinte, e constituiu a tipologia – ainda que de difícil definição – a que a historiografia mais atenção tem prestado; neste universo, muito numeroso e diverso, tem merecido atenção especial o Solar de Mateus. Aos solares importa acrescentar os palácios reais das Necessidades e, mais tardios, da Ajuda e da Pena. Talvez com mais meia dúzia de casos se pudesse completar a curtíssima lista dos poucos edifícios que, por terem sido mais estudados, são reconhecidos fora dos igualmente curtos círculos de especialistas.

Não estranha, portanto, que o capítulo residencial ocupe um lugar tão diminuto nas grandes narrativas disponíveis sobre história da arquitectura em Portugal. E tão-pouco surpreende que sejam também raras as sínteses sobre esta matéria. É costume, sempre que se fala deste tema, apontar-se a obra de Carlos de Azevedo, *Solares Portugueses* (1969) como o estudo de referência que efectivamente é, e continua a ser. Outros contributos, contudo, merecem ser convocados, desde o inaugural *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal* (1937) onde Raúl Lino, com o sentido agudo de observação que o caracterizava, definiu uma boa parte das linhas analíticas que a bibliografia subsequente seguiria, até aos *Paços Medievais Portugueses* (1995) com que José Custódio Vieira da Silva deu direito de cidadania académica ao tema. Para a discussão do livro *A Casa Senhorial em Portugal* importa também referir a extensa obra que o seu autor, Helder Carita, tem vindo a dedicar, ao longo dos anos, a esta temática. Creio até que não se tem reconhecido a devida importância ao *Oriente e Ocidente nos Interiores em Portugal* (1983), resultante de uma parceria que se repete agora com as belas fotografias de Homem Cardoso, e que não só constituiu um estudo de síntese sobre uma componente fundamental da morada nobre, a sua decoração, como se esforça por sistematizar uma história da casa de morada propriamente dita.

Nesta *Casa Senhorial em Portugal* estamos, portanto, em mãos competentes. Aliás, Helder Carita tem sido um dos responsáveis pela renovação recente deste campo de estudos, quer por via dos seus próprios livros e artigos quer também através da sua participação no projecto de investigação *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, séculos XVII a XIX*, financiado pela FCT e sediado no Instituto de História da Arte da FCSH. Importa notar que este projeto é sintoma de uma dinâmica nova que tem animado o campo, traduzida na realização de teses, reuniões científicas (de que se deve destacar a série de encontros intitulada *Casa Nobre: um Património para o Futuro* que vai já na sua 5ª edição) e abundantes publicações. Justifica-se assim a realização de uma visão sintética que, dando sentido unitário à diversidade dos mais recentes resultados, permita actualizar o trabalho de Carlos de Azevedo. *A Casa Senhorial em Portugal* resulta do cruzamento desta necessidade de revisão com a oportunidade, como se explica na introdução, proporcionada pela Associação Portuguesa das Casas Antigas que tornou possível esta publicação.



É claro que, como o próprio autor confessa, a tarefa é hercúlea e tropeça constantemente na falta, ainda sensível, de dados bem como nas consideráveis variações (formais, organizacionais, de recheio) que a casa senhorial conheceu no espaço e no tempo. Aliás, das grandes tipologias arquitectónicas, se as fortificações são porventura aquela em que encontramos soluções mais homogêneas em cronologias e geografias alargadas, pelo contrário a arquitectura residencial foi sempre especialmente sensível às tradições nacionais e até locais ou às necessidades por vezes únicas de cada situação. Este quadro de grande diversidade de soluções torna o exercício da síntese especialmente complexo.

O livro começa por discutir o essencial da terminologia que foi sendo usada para falar da casa de morada nobre – torre, paço, solar – e torna-se imediatamente evidente a multiplicação dos termos bem como a sua variação no tempo, denotando uma realidade que se fixa com dificuldade e nunca se cristaliza completamente. Posto isto, é possível introduzir o tema através da identificação de tópicos mais frequentes ou mesmo dominantes que se estendem dos materiais de construção (o predomínio do granito a norte e da taipa a sul numa leitura ancorada em Orlando Ribeiro, a que se poderia acrescentar o “enclave” do mármore alentejano no arco Estremoz-Borba-Vila Viçosa), às grandes tipologias de organização espacial (uma das mais importantes novidades deste livro, creio, consiste na sistematização do modelo da casa-pátio e suas variantes), à presença de elementos arquitectónicos constantes e fundamentais como a capela (outros igualmente centrais como a cozinha e as escadas podiam ter sido discutidos logo na introdução; surgem mais tarde). O resto do livro organiza-se em capítulos de recortes cronológicos muitas vezes difíceis de construir, que mostram como a arquitectura residencial é um campo especialmente interessante para testar (e encontrar) os limites das classificações tradicionais da história da arte (Renascimento, Barroco ou Romantismo, entre outras). Por exemplo, a sensibilidade chã marcou a arquitectura residencial de forma mais evidente e até mais uniforme do que qualquer das demais tipologias construtivas, e instalou-se num tempo muito longo que desafia definições cronológicas importadas de outras áreas de análise. O termo *chão* não dá nome a nenhum dos capítulos mas é usado como categoria operativa.

Ao mesmo tempo, no interior dos pesados volumes austeros, lisos e desornamentados que se construíram em Portugal a partir dos finais do século XVI e permaneceram quase sem alterações ao longo dos duzentos anos seguintes (e por vezes até mais tarde), os programas decorativos, por exemplo das capelas, foram mudando mesmo nas suas componentes mais fixas e permanentes, como a talha ou os estuques, uma e outros objecto de vários estudos recentes, até aqui dispersos. Além disso, o lugar absolutamente único que o azulejo ocupa nos interiores em Portugal dificulta ainda mais a utilização das tais categorias estabelecidas.

Especialmente importante é a atenção que neste livro se presta a aspectos da história da casa senhorial (e da arquitectura em geral) que até agora não tinham tido lugar em textos de síntese. Os mais relevantes parecem-me ser os que dizem respeito à história da *Provedoria das Obras Reais* cujo papel foi central na definição



Alçado para o Palácio dos Condes de Aveiras a São Cristóvão, Lisboa. BNP Iconografia D.364-A.

das opções arquitectónicas que se foram tomando em Portugal, e que a prazo se consolidou numa estrutura de ensino igualmente importante, a *Aula da Arquitectura*. Traz-se, assim, para o interior da história da arquitectura a das instituições que enquadraram e determinaram a sua prática.

Ao lado de uma arquitectura emanada da esfera real e estendendo-se às suas órbitas mais próximas, o panorama nacional desdobra-se numa quantidade considerável de variantes, algumas traduzindo permanências de opções antigas, outras, pelo contrário, materializando novidades importantes. Assim se justificam capítulos, por exemplo, sobre essa arquitectura tão peculiar que identificamos com o trabalho de Nasoni no norte do país, sobre o tardo-barroco residencial do Alentejo, ou sobre o neopalladianismo do Porto.

Igualmente variadas, na diacronia como na sincronia, são as soluções que foram sendo encontradas para organizar a distribuição de espaços interiores. É certo que têm vindo a ser identificadas soluções predominantes: pisos térreos reservados para serviços enquanto que os espaços propriamente residenciais e representacionais se arrumam no *piano nobile*; a existência de uma sala grande a partir da

qual o demais espaço se distribui, estruturado em aposentos, mais tarde chamados apartamentos, compostos segundo a fórmula enunciada, logo no século XV, pelo rei D. Duarte (antecâmara, câmara, trespâmara, oratório). Também é certo que, em termos gerais, a história destas soluções predominantes é da sua complexificação: por um lado a multiplicação de espaços (mais salas, mais antecâmaras, e assim por diante), e por outro a cada vez maior especialização desses espaços (a criação de um especificamente destinado à refeição, a sala de jantar, constitui um exemplo eloquente). Contudo, não é menos certo que as excepções são quase tantas quanto as regras. O domínio da arquitectura residencial foi especialmente pródigo em encontrar soluções particulares para este ou aquele caso: ou porque a topografia do terreno obrigou a encontrar configurações próprias, ou porque um afluxo novo de recursos permitiu ampliar a casa respondendo a novas ambições de representação, ou simplesmente porque nasceram mais filhos e foi preciso encontrar espaço para os acomodar.

O estudo da organização dos interiores residenciais confronta-se, assim, constantemente, com a excepção. Neste livro prestou-se especial atenção a alguns espaços particulares cuja história é mais significativa e se conhece um pouco melhor, naturalmente procurando sobretudo identificar as soluções dominantes. São os casos da cozinha, da saleta, do camarim ou da sala de estrado. Deu-se ainda lugar de destaque a esse espaço exterior que completa o interior, o jardim, frequentemente objecto de considerável investimento e sem o qual a casa nobre não existe. E finalmente adiantou-se alguma coisa também sobre os dispositivos de circulação que põem tudo isto em comunicação: varandas, eirados, alpendres e, o mais importante de todos, a escada.

De tudo isto este livro vai dando conta, procurando construir uma narrativa tão densa e simultaneamente coerente quanto possível. Falharão, seguramente, algumas referências e o produto final será necessariamente mais feliz numas passagens do que noutras, até porque a informação e respectiva reflexão disponíveis não se distribuem de forma homogênea por todos os temas e todos os tempos. De resto, se há pecado de que este livro possa ser acusado é de excesso de ambição. Um só autor atravessa seiscentos anos de uma história particularmente difícil, prestando atenção às opções estilísticas propriamente arquitectónicas, às do campo da decoração arquitectónica, à organização dos interiores e até à decoração e equipamentos móveis. Por isso mesmo, mais do que uma síntese que sistematize o conhecimento disponível num dado momento, este livro deve ser lido como um programa de trabalho, um desafio lançado à investigação vindoura que nele encontra uma vasta série de portas abertas (e algumas apenas entreabertas) sobre muitas avenidas a percorrer, que poderão ocupar muitos, durante muito tempo. O campo ficou, indubitavelmente, enriquecido com esta nova visão de conjunto; este livro constitui leitura doravante obrigatória e simultaneamente um ponto de partida incontornável, rico de sugestões. O caminho ficou aberto. ●





notícia

## Lisboa em azulejo antes do terramoto de 1755

A investigação científica produzida nas universidades encontra-se hoje mais disponível para todos, ao contrário do que acontecia em tempos passados. O saber parecia então confinado às quatro paredes das faculdades e bibliotecas de livros e revistas especializadas, sem

muitas vezes ver a luz do dia ou sair da sombra das câtedras. Na procura contínua de inverter esta tendência e mercê não só da implementação da política de acesso aberto e livre de encargos levada a cabo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mas também das potencialidades das novas tecnologias e da comunicação em rede, nos últimos anos tornou-se mais fácil a leitura de tais valiosos contributos nas







mais diversas áreas científicas, tendo em vista a formação de uma sociedade inclusiva, inovadora e conhecedora da sua memória e identidade.

O projecto de investigação “Lisboa em azulejo antes do terramoto de 1755” (<http://lisboaemazulejo.fcsh.unl.pt>), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, insere-se precisamente neste contexto de divulgação da ciência através do estudo da herança cultural da cidade, que em parte desapareceu com o terrível sismo nos meados do século XVIII. Partindo do “Grande panorama de Lisboa”, painel azulejar de cerca de vinte e dois metros à guarda do Museu Nacional do Azulejo, mas outrora pertencente ao Palácio Ferreira de Macedo, junto de Santiago à Sé, uma equipa de investigadores, sediada no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, procurou reconstituir a história dos cerca de cento e cinquenta edifícios que se podem identificar numa observação cuida-

da do magnífico conjunto de azulejos. Entre igrejas, ermidas, conventos, palácios, quintas, fortes, baluartes, pontes e chafarizes uma parte significativa do património de Lisboa foi analisada e investigada, tomando por base a extensa bibliografia já existente sobre o assunto e vários documentos inéditos pertencentes aos mais diversos arquivos públicos e também particulares, que ajudaram a esclarecer muitas das dúvidas que se levantam quando encetamos uma investigação sobre o passado da nossa capital.

A georreferenciação de cada um dos testemunhos arquitectónicos e a reprodução virtual do grande painel de azulejos, associando-se as notícias históricas às representações dos monumentos nele figurados, permitem-nos navegar no Tejo, desde Algés até Xabregas, sem sair de casa. A atribuição autoral deste painel de azulejos ao pintor espanhol Gabriel del Barco (act. 1669-1701), muitas vezes questionada, também é reforçada neste projecto de investigação.

Os resultados laboratoriais obtidos pelas análises efectuadas às amostras do “Grande panorama de Lisboa”, asseguradas por investigadoras da Faculdade de Ciências e do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, numa frutífera colaboração interdisciplinar entre Humanidades e Ciências Exactas, demonstraram uma afinidade impressionante entre a composição da pasta cerâmica de que é feito o painel e outras peças procedentes da oficina do pintor que se encontram assinadas.

A equipa base deste projecto incluía doze membros de vários centros de investigação, mas rapidamente cresceu. No final, reunia mais de trinta pessoas, fora a centena de colaboradores, entre os quais José Meco, historiador maior da azulejaria portuguesa. O projecto contou com o apoio de várias instituições, de que destacamos a Câmara Municipal de Lisboa, o Museu de Lisboa – Palácio Pimenta, a Fundação Calouste Gulbenkian, entre outras. ●

**Pedro Flor**

## Projecto Revive: Salvaguardar e reutilizar patrimónios

O Programa *Revive – Reabilitação, Património e Turismo*, definido e implementado pelo Turismo de Portugal e Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças tem como principal objectivo lançar no mercado, através de concessões de longa duração, um conjunto heterogê-

neo de mais de trinta imóveis do Estado, actualmente sem utilização. Visa-se assim a requalificação e refuncionalização de cada um dos imóveis, respeitando o essencial dos seus valores arquitectónicos, culturais e paisagísticos, associando-os às dinâmicas da economia e da sociedade, com especial enfoque no sector do turismo. Para o efeito, cada um dos edifícios é objecto de levantamento arquitectónico actualizado, que o Turismo de Portugal promove em estreita colaboração com a Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)

que, caso a caso, enuncia as exigências e os constrangimentos da salvaguarda patrimonial. O Instituto de História da Arte é parceiro deste programa desde 2017, assumindo a responsabilidade de realizar, para cada um dos edifícios ou suas sobrevivências (é o caso dos fortes do Algarve), monografias histórico-artísticas. Os seus autores utilizam as fontes disponíveis e apoiam-se nos levantamentos topográficos e arquitectónicos realizados pelo Turismo de Portugal e pela DGPC. Coordenadas, desde 2017, por Raquel Henriques da Silva, as



Paço Real de Caxias



Castelo de Portalegre



Coudelaria de Alter

Fotografias de Margarida Elias, 2017/2018.



Santuário do Cabo Espichel





Convento de Santa Clara-a-Nova, Coimbra



Convento dos Capuchos, Leiria



Conventinho do Paço de Valverde, Évora.



Paço de Valverde, Évora

Fotografias de Margarida Elias, 2017/2018.



Convento de São Francisco, Portalegre

diversas monografias têm sido maioritariamente escritas por Margarida Elias e Daniela Simões, a que se juntaram, Marco Sousa Santos e Carlos Caetano para os antigos fortes que integram o programa.

Os trinta e três edifícios que foram objecto da realização de monografias distribuem-se ao longo de todo o território nacional. Têm diferentes cronologias, tipologias estilísticas e arquitectónicas, e grande acumulação de História. Integram conjuntos classificados, como Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Público. Na sua maioria foram mosteiros e conventos que, após a extinção das ordens religiosas, em 1834, conheceram ocupações diversas e em alguns casos foram bastante transformados. Citamos, por exemplo, Sanfins de Friestas, Lorvão, Santa Clara-a-Nova de Coimbra, o Quartel da Graça de Lisboa ou o Convento de Valverde, em Évora. Outra tipologia, com algum volume, é a dos castelos e fortes, entre os quais, por exemplo, o Castelo de Portalegre, o Forte da Ínsua e o Forte

do Rato. Acrescentam-se três palácios, de Manique do Intendente, das Obras Novas e o Paço Real de Caxias ou ainda a Coudelaria de Alter e o Colégio de São Fiel.

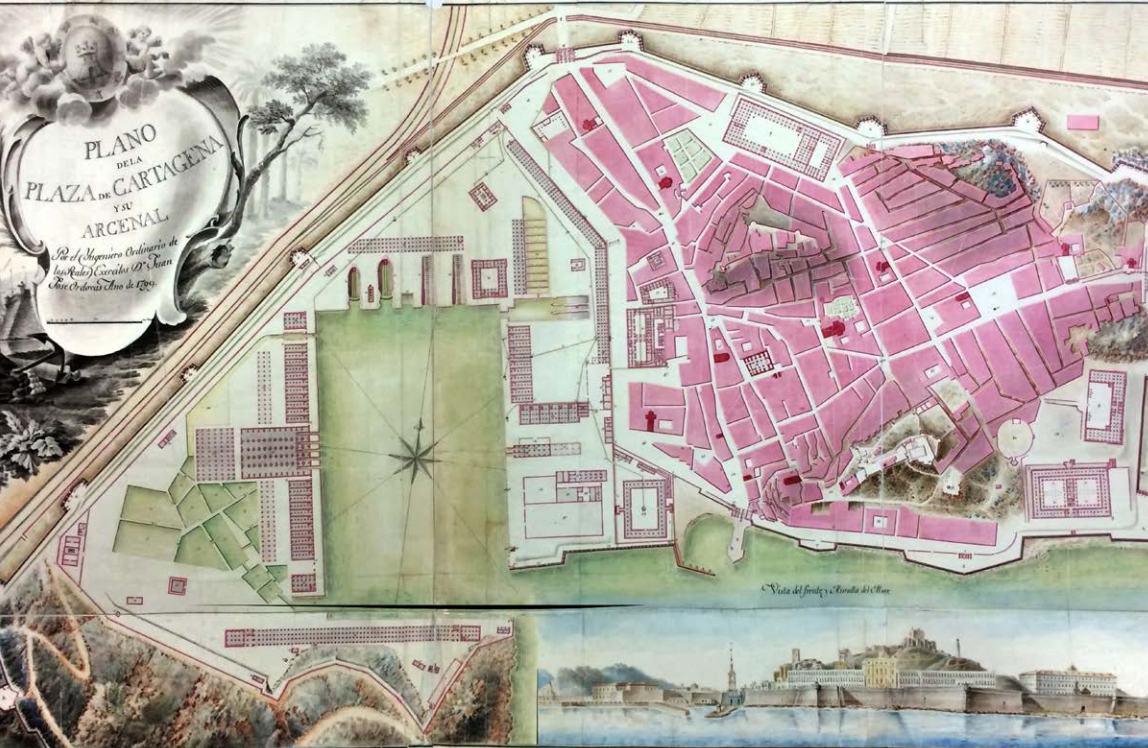
A importância deste projecto no domínio da História da Arte e da Salvaguarda do Património com diversos níveis de classificação, deve ser realçada, especialmente no que se refere a componentes menos nobres de cada um dos edifícios, profundamente alteradas e, por vezes, em estado de ruína ou abandono. A sua menor importância arquitectónica ou artística torna a investigação mais árdua e inconclusiva, mas abre pistas para eventuais reavaliações. Refira-se também a dinâmica criada entre as diversas instituições envolvidas, traduzida, positivamente, no reconhecimento da importância da investigação histórico-artística para a definição de novas vidas de edifícios que, antes, muitas outras conheceram, de acordo com a síntese proposta pelo ICOMOS: «O património não se limita a um tempo, nem passado nem futuro.

Usamos o património de ontem para construirmos o património de amanhã, porque a cultura é, por natureza, dinâmica e está em constante renovação e enriquecimento»\*. ●

**Margarida Elias**  
**Raquel Henriques da Silva**

\* ICOMOS-Canada French-Speaking Committee. 1982. *Charter for the Preservation of Quebec's Heritage* (Deschambault Declaration) – “Definition of Heritage and Preservation” [trad.], citado por Helena Barranha. 2016. *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa: IST Press – ICOMOS-Portugal, p. 26.





A *Revista de História da Arte* n.º 13 tem por tema a *Cidade (in)defesa*, uma fórmula condensada que pretende chamar a atenção para a ambiguidade, desde sempre presente no urbano, entre o genuíno desejo de defesa e a impossibilidade de a alcançar plenamente.

The *Revista de História da Arte* no. 13 has as its theme the *Defence(less) city*, a condensed formula to draw attention to the ambiguity, always present in the urban, between the genuine desire for defence and the impossibility of fully achieving it.

APOIOS / PATROCÍNIOS